

# Trabalho *necessário*

V.21, Nº 46 - 2023 (set-dez)

ISSN: 1808-799X

Foto: Octacílio Barbosa

**Trabalho, história e memória dos povos de “nuestra américa” - Tomo I**



**Universidade Federal Fluminense**

**Faculdade de Educação**

**NEDDATE - NÚCLEO DE ESTUDOS, DOCUMENTAÇÃO E DADOS SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO**

**REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO:**

Redação: R. Professor Waldemar Freitas Reis, s/nº, bloco D, sala 525, Gragoatá - São Domingos, Niterói - RJ,  
CEP 24210-201 - [revistatrabalhonecessario@gmail.com](mailto:revistatrabalhonecessario@gmail.com)

## **EDITORAS**

Lia Tiriba e Jacqueline Botelho

## **CONSELHO EDITORIAL**

Caridad Perez García (UCPEJV – Cuba), Celso Ferretti (UNISO - Brasil), Gaudêncio Frigotto (UFF / UERJ- Brasil), José Claudinei Lombardi (UNICAMP – Brasil), Maria Ciavatta (UFF - Brasil), Roberto Leher (UFRJ - Brasil), Tomás Rodrigues Villasante (UCM – Espanha), Sonia Maria Rummert (UFF - Brasil) e Virgínia Fontes (UFF / EPJV / Fiocruz - Brasil).

## **COMITÊ CIENTÍFICO**

Alexandre Maia do Bomfim (IFRJ), Ana Motta (UFF), André Feitosa (EPSJV/FIOCRUZ), André Martins (UFJF), Andrea Araújo Vale (UFF), Anita Handfas (UFRJ), Angela Siqueira (UFF), Angela Tamberlini (UFF), Claudio Fernandes da Costa (UFF), Célia Regina Vendramini (UFSC), Daniela Motta (UFJF), Dante Moura (IFRN), Deise Mancebo (UERJ), Domingos Leite Lima Filho (UTFPR), Dora Henrique da Costa (UFF), Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA), Edison Oyama (UFRR), Edson Caetano (UFMT), Eneida Oto Shiroma (UFSC), Eraldo Leme Batista (UNIVAS-MG), Eveline Algebaile (UERJ), Filipina Chinelli (EPSJV/FIOCRUZ), Flávio Anício (UFRRJ), Francisco José Lobo Neto (FIOCRUZ), Guadalupe Teresinha Bertussi (UNAM e UFSC), Hajime Nozaki (UFMS e UFJF), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Ivo Tonet (UFAL), Jacqueline Botelho (UFF), Jaqueline Ventura (UFF), João dos Reis da Silva Jr. (UFSCar), José dos Santos Souza (UFRRJ), José Luiz Cordeiro Antunes(UFF), Júlio Cesar França Lima (FIOCRUZ), Justino de Souza Junior (UFC), Kátia Lima (UFF), Laura Souza Fonseca (UFRGS), Lea Calvão (UFF), Lia Tiriba (UFF), Lígia Klein (UFPR), Luciana Requião (UFF), Marcelo Lima (UFES), Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS), Maria Cristina Paulo Rodrigues (UFF), Maria Inês do Rego Monteiro Bomfim (UFF), Maria de Fátima Félix Rosar (UNICAMP), Marcia Alvarenga (UERJ), Mariléia Maria da Silva (UDESC), Marisa Brandão (CEFET-RJ), Marise Ramos (UERJ,FIOCRUZ), Myriam Feldfeber (UBA - Argentina), Ney Luiz Teixeira Almeida (UERJ), Olinda Evangelista (UFSC), Ramon de Oliveira (UFPE), Raquel Varela (Universidade Nova de Lisboa- Portugal), Roberto Leher (UFRJ), Ronaldo Lima (UFPA), Rosilda Benacchio (UFF), Rui Canário (Universidade de Lisboa – Portugal), Sandra Maria Siqueira (UFBA), Sandra Morais (UNIRIO), Sérgio Lessa (UFAL), Susana Vasconcellos Jimenez (UFC), , Sonia Maria Rummert (UFF), Tatiana Dahmer (UFF), Valdemar Sguissardi (UFSCar), Vania Motta (UFRJ), William Kennedy do Amaral Souza (IFRO) e Zuleide Silveira (UFF).

## **ORGANIZAÇÃO DA TN 46 (2023)**

Ana Elizabeth Alves e Maria Clara Bueno Fischer (UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, MINKA/Neddate - Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho-Educação), Jesus Jorge Pérez García e Dora Lígia Marquês (Cemarna – Centro de Estudios de Medio Ambiente y Recursos Naturales / UPR – Universidad Pinar del Rio - Cuba), Boris Maranhão e Hilda Caballero (Instituto de Investigaciones Económicas / UNAM – Universidad Autónoma de México).

## **ASSISTENTES/COLABORADORES DE EDIÇÃO**

Daniel Tiriba, José Luiz Cordeiro Antunes (UFF), Lândhor Borges Camello (UFF) e William Kennedy do Amaral Souza (IFRO)

## **FOTO DA CAPA**

“Velho Trabalhador Andino”, foto de Octacílio Barbosa Segundo cedida em novembro/2023.

## **MONTAGEM DA CAPA**

Daniel Tiriba

# Trabalho necessário

V.21, nº 46 / set - dez (2023) ISSN: 1808-799 X

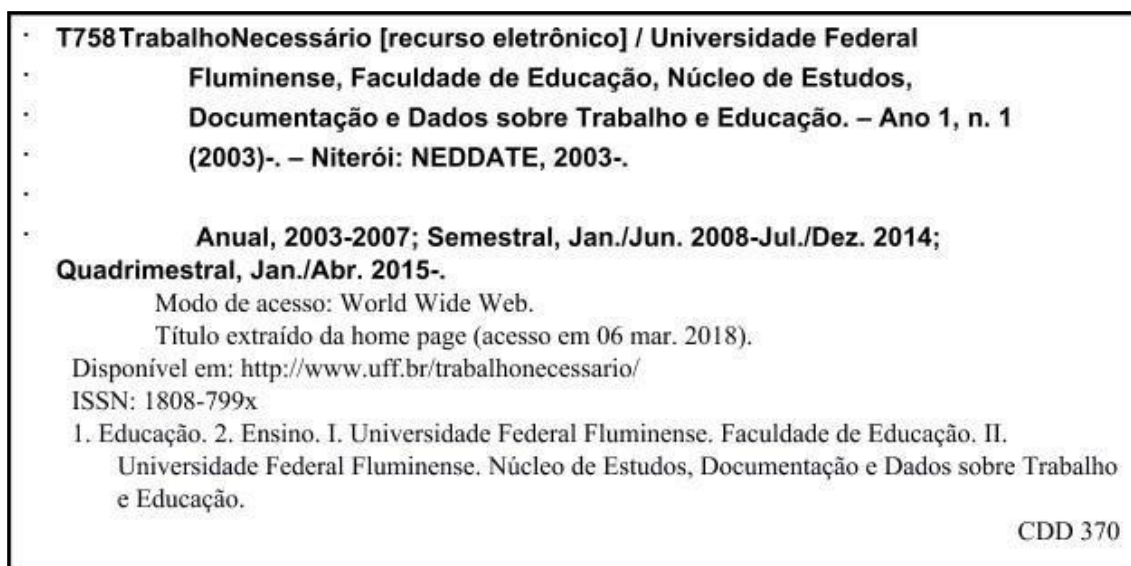
Indexado por / Indexed by



Apoio:



Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá/SDC/UFF Bibliotecária:  
Mahira de Souza Prado CRB-7/6146



## Editorial

### "NUESTRA AMÉRICA" E ULTRA-NEOLIBERALISMO: O VIGOR DO EMBATE<sup>1</sup>

Desde o final do século XV, o avanço do capitalismo sobre outros modos de produção da existência humana tem tornado *Nuestra América* (José Martí) palco de lutas por independência, pelo socialismo, constituição de Estados plurinacionais, pelo direito à educação, saúde, moradia, luta pela terra, território e defesa dos modos de vida, luta pelo acesso à água e a tudo o que é ou deveria ser 'comum'. Pressionadas por bloqueios econômicos de cunho imperialista, práticas ancestrais persistem e são recriadas no campo e na cidade, marcadas pela lógica da reprodução ampliada da vida, do valor-comunidade, do trabalho coletivo e autogoverno.

É o que nos indicam os artigos publicados nesse número da TN 46, que intitulamos *Trabalho, história e memória dos povos de Nuestra América*. Nele é possível encontrar resultados de pesquisa que consideram os atuais blocos econômicos e a geopolítica latino-americana e caribenha. Ao mesmo tempo, evidenciam modos de produção da existência, historicamente ameaçados, que se contrapõem ao neocolonialismo e ao fascismo. Queríamos tornar visíveis práticas econômicas e culturais dos povos originários, as pedagogias latino-americanas, as maneiras de fazer educação anticolonial, carregadas de saberes que se tecem em todos os espaços/tempos de produção da vida; trazer à tona os saberes do trabalho e escolares. Não poderiam faltar experiências de poder popular e de autogestão comunal, movimentos de ocupação de terras, fábricas e moradias que perpassam nosso imenso continente. O resultado foi surpreendente: os artigos encomendados e enviados espontaneamente foram de tal ordem que demandaram a feitura de um segundo volume, a ser publicado no primeiro quadrimestre de 2024.

Como falar da América Latina e Caribe, desconsiderando a obra de Florestan Fernandes sobre capitalismo dependente? O capitalismo que Florestan (1981) toma

---

<sup>1</sup> Editorial recebido em 08/12/2023. Aprovado pelos editores em 10/12/2023. Publicado em 11/12/2023. DOI:<https://doi.org/10.22409/tn.v21i45.60815>



como referência para pensar a América Latina, está marcado por mecanismos de *transformação equilibrada* da ordem social inerente à sociedade de classes. Juntamente à expropriação do trabalho, a *democracia burguesa* é essencial ao funcionamento do modo de produção capitalista, operando no controle de suas crises. A legalidade, da qual a democracia faz parte, é criada no seio da relação capitalista de exploração. Considerando a nossa condição capitalista dependente, ela se mostra drasticamente exagerada na operação de um controle legal a favor do capital, que produz uma democracia entre "iguais".

A acumulação do capitalismo na América Latina produz uma autocracia burguesa, conjugando crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, com ataque aos direitos fora dos setores sociais dominantes. Esta burguesia não abre espaço para as demais classes se desenvolverem autonomamente como tais, exercendo uma verdadeira ditadura burguesa permitida pela falsa democracia. O Estado capitalista aparece como fator fundamental para o desenvolvimento da classe burguesa, para a redução das desigualdades na recuperação dos direitos sociais, funcionais também às classes altas e médias no aumento da potencialidade de consumo das massas, e no esfriamento das mobilizações.

Florestan Fernandes (ibid.) destaca que os níveis de exploração somados aos níveis de opressão e de exclusão dos direitos e do acesso ao poder alcançam tamanha proporção que não mais garantem na América Latina a integração, a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social inerente à sociedade de classes. Esclarece que não se trata de limitar-nos a uma defesa da liberdade e da democracia, mas de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Como dominantes, a burguesia é tanto mais forte, quanto mais frágeis e desorganizadas forem as demais classes. No entanto, na contradição, tal enfraquecimento também a debilita politicamente. Desta forma, por paradoxal que seja, o que debilitou por um certo período as burguesias latino americanas - reduzindo

sua capacidade de ação econômica e de atuação política - foi a forma como pretenderam fortalecer-se, “excluindo e enfraquecendo os demais protagonistas”. (CARDOSO, 1997, p.7). Superada a crise política do neoliberalismo com o social liberalismo, a América Latina ainda experimenta uma condição servil ao imperialismo norte-americano e ao eurocentrismo europeu, cuja expressão se processou nas eleições de Bolsonaro em 2018 e nas atuais eleições presidenciais na Argentina, onde venceu o ultraliberal Javier Milei, que propôs dolarizar a economia e fechar o Banco Central, colocando-se contrário às pautas climáticas e dos direitos humanos, além de apoiar o bolsonarismo brasileiro. Importante não esquecer da condição da Venezuela, onde Guaidó mantém relações diretas com o governo da Espanha, que relutou em manter diálogo e reconhecer Nicolás Maduro como presidente. O boicote norte-americano a Cuba se mantém fortemente há sessenta anos, constituindo-se em um verdadeiro genocídio.

O Vox, como partido de extrema-direita, criado em 2013 e vencedor das eleições regionais na Espanha em 2023, numa coalizão com o conservador PP, é expressão da aliança imperialista norte-americana no mundo, cujo projeto está na financeirização das economias, na ação predatória sobre recursos naturais na América Latina, e desregulação das ações do mercado pelo Estado. Como herdeiro da ditadura de Franco, o partido assume a xenofobia, o racismo, anticomunismo como discursos e não segue isolado na Europa, onde temos países como Hungria, Polônia, Suécia e Itália, também governados pela extrema-direita. Na França, Marine Le Pen alcançou o segundo turno com 42% dos votos nas eleições presidenciais de 2022, e na Alemanha cresce partidos antidemocráticos como AfD (Alternativa para a Alemanha), que mantém relações diretas com grupos neonazistas.

A extrema direita chegou ao poder no Brasil no governo de Jair Bolsonaro com o apoio internacional, capturando parte da classe trabalhadora com discursos anticomunistas, de defesa da família, e com apoio de grupos neopentecostais, com grande capilaridade entre trabalhadores e trabalhadoras. Na disputa com Lula nas eleições de 2022, Bolsonaro é derrotado, porém seguiu na sociedade seu projeto profascista. A derrota sofrida pelos bolsonaristas nas urnas não liquidou a organização classista da extrema-direita, que realiza ampla pressão na sociedade política para fazer valer o projeto de classe do reacionarismo. Para além da presidência da República, coloca-se no cotidiano das instituições brasileiras as



disputas políticas dirigidas por um capitalismo de ataque frontal ao meio ambiente, sexista, racista e transfóbico, ainda se valendo de apelos que se reivindicam “nacionalistas” e anticomunistas.

A América Latina vive sob a influência histórica do eurocentrismo que define para as Américas um lugar subordinado na divisão social e racial do trabalho, balizada pelo colonialismo. Quijano (2005) irá demonstrar que “o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo”. (QUIJANO, 2005, p.121).

Em síntese, para os capitalistas, articulados internacionalmente, a reorganização do sistema mundial seria alcançada através de uma maior concentração de riqueza nos países centrais na economia capitalista, em detrimento da periferia do sistema. Isto se daria pela diminuição do Estado, o que se traduz como anulação de conquistas históricas dos trabalhadores, destruição dos sindicatos e das organizações de resistência.

A América Latina é uma região que protagoniza conflitos com largo potencial anticapitalista, apontando a violência do Estado nessa região, com ações neoliberais que fomentaram o surgimento dos chamados novos movimentos sociais e de ações massivas nas ruas, onde cabe referenciar a guerra da água em Cochabamba, na Bolívia (anos 2000), o conflito de Oaxaca no México (2006), La rebelión Pinguina dos estudantes chilenos (2006), os piqueteros na Argentina (desde a década de 1990), as ocupações de terra do MST (1984), no Brasil. E ultimamente, para enfrentar o ‘neocolonialismo verde’, assistimos à retomada da articulação dos povos indígenas dos oito países que compõem a Bacia Hidrográfica da Amazonas: Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, pela primeira vez, temos o Ministério dos Povos Indígenas, criado no governo Lula e liderado por uma indígena. Assim, na atualidade, cabe recuperar o potencial contestatório desses movimentos, apesar dos desafios que permitiram que, ainda assim, ocorresse a ascensão da extrema direita em países da região. Frente a isto, só nos resta continuar lutando contra a sociedade produtora de mercadorias, prosseguindo na defesa intransigente para garantir o que é e ao que deveria ser *Comum* à humanidade: os rios, os mares, a terra, o ar... Ou como dizia Antonio

Gramsci, as portas de um mundo novo estão no pessimismo da razão e o otimismo da vontade

Eis aqui a TN 46. A foto da capa é de **Octacílio Barbosa**, que nos deu a honra de ceder a imagem do rosto de um homem que, carinhosamente, apelidamos de *velho-trabalhador-andino*. As linhas de sua face são como uma espécie de geografia da vida; foram muitos caminhos percorridos para chegar até aqui. Outros caminhos virão!

Para organizar este número temático, que se desdobrará em um segundo volume foram convidados pesquisadores e pesquisadoras de três grupos de pesquisa que se articulam: **Ana Elizabeth dos Santos Alves** e **Maria Clara Bueno Fischer** ((Minka – UESB; UFRGS); **Boris Marañón** e **Hilda Caballero** (Instituto de Investigación Económicas/UNAM; **Jesus J. Pérez García** e **Dora Lúdia Marqués** (Cemarna/UPR). Pode parecer “óbvio ululante”, no entanto, é importante ressaltar o quão rico foi, para nós do NEDDATE (UFF), a experiência de conviver, ainda que de forma remota, com dois mexicanos/os, dois cubanos/as e duas companheiras brasileiras, uma gaúcha e uma baiana. Coletivamente, conseguimos construir um grupo de trabalho solidário.

Como costumam dizer os argentinos, *es que somos hermanos!* Também somos *alegres y combativos*, e *sin perder la ternura, jamás!* Para as organizadoras e organizadores, auxiliar técnico, colaboradores e colaboradoras da *Revista Trabalho Necessário* ficam nosso agradecimento e carinho. (A gente volta a se encontrar na TN 47 - segundo volume de *Trabalho, história e memória dos povos de Nuestra América*.)

Um abraço,

Lia Tiriba e Jacqueline Botelho - Editoras da Revista Trabalho Necessário

## Referências

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Ideias**: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 4 (1 / 2): p. 99-114, jan./dez. 1997.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana. Buenos Aires: CLACSO, 2005



## APRESENTAÇÃO: TRABALHO, HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS POVOS DE “NUESTRA AMÉRICA”<sup>1</sup>

Ana Elizabeth Santos Alves<sup>2</sup>  
Boris Marañon Pimentel<sup>3</sup>  
Dora Lída Marqués Delgado<sup>4</sup>  
Hilda Caballero Aguilar<sup>5</sup>  
Jesus Jorge Pérez García<sup>6</sup>  
Maria Clara Bueno Fischer<sup>7</sup>

A bela fotografia estampada na capa nos convida a nos aproximar do povo ameríndio. Rosto marcado pela resistência histórica aos genocídios dos processos colonizadores, mas, também, pela reafirmação dos seus modos de vida, em que pese ter sofrido pressões da cultura dominante.

Este número da revista, cujo tema é “**Trabalho, história e memória dos povos de ‘Nuestra América’**” – TN 46 apresenta textos que abordam a ancestralidade dos povos originários, seus modos de vida e lutas, não obstante o avanço do capitalismo, desde o final do século XV, sobre outros modos de produção da existência humana, ter afetado “Nuestra América”

---

<sup>1</sup> Apresentação recebida em 08/12/2023. Aprovada pelos editores em 10/12/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i45.60813>

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia - Brasil. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia - Brasil.

E-mail: [ana\\_alves183@hotmail.com](mailto:ana_alves183@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6609391193846733>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0603-2113>.

<sup>3</sup> Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) - México. Professor do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

E-mail: [maranonboris@gmail.com](mailto:maranonboris@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6713-7499>.

<sup>4</sup> Doutora em Ciência Pedagógicas pela Universidade de Pinar del Río - Cuba. Professora da Universidade de Pinar del Río. E-mail: [doraly@upr.edu.cu](mailto:doraly@upr.edu.cu).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0060-0455>.

<sup>5</sup> Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) - México. Professora do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

E-mail: [hildac@unam.mx](mailto:hildac@unam.mx). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3370-8454>.

<sup>6</sup> Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas - Cuba. Educador do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos na Pontifícia Universidade Católica (NEAD/PUC), Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: [jerjor2014@gmail.com](mailto:jerjor2014@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4393462117070720>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3691-8262>.

<sup>7</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham - Inglaterra. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul - Brasil.

E-mail: [mariaclara180211@gmail.com](mailto:mariaclara180211@gmail.com).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3835786000876089>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2289-5282>.

Essa condição histórica é agravada, no presente, pela existência de um mundo “unipolar” governado por regras e normas, imposta por meio do colonialismo e que perdurou com a colonialidade, criadas pelo Ocidente e pelos EUA com o objetivo de punir países; a exemplo de países da América Latina. As medidas estabelecidas pela mundialização do capital com a nova ordem neoliberal impõem sanções econômicas, políticas, sociais e culturais, sob o controle do novo colonialismo, como parte de uma economia de guerra que busca aniquilar os países que não seguem a cartilha prescrita pelo bloco econômico (atualmente mais de 30 países no mundo estão sancionados).

São muito variados e genocidas os meios de sanção contra os países do capitalismo dependente, a exemplo da utilização do dólar como moeda desestabilizadora; proibição de compra e venda de mercadorias provenientes dos países sancionados; congelamento do dinheiro, do ouro e de todos os tipos de recursos materiais desses países no Ocidente e de seus parceiros no mundo. Esses impactos são evidenciados, especialmente, em Cuba, por meio do histórico de sanções, e, na Venezuela pelas constantes tensões com os EUA. Tudo isso cria instabilidade econômica, política e social, acentuada por uma propaganda de descrédito intensa em âmbito nacional e internacional, sugerindo haver governos incompetentes e corruptos. Além disso, o poder político e econômico dos EUA e da União Europeia - UE estimula revoltas no exterior, com o objetivo de mudar os governantes ou ganhar novas eleições com candidatos de extrema-direita, cujo exemplo mais recente é a Argentina e, seis anos atrás, o Brasil.

Como podemos observar na TN 46, os países da *Nuestra América* viveram historicamente processos de lutas por independência, pelo socialismo, pela constituição de Estados plurinacionais, pelo direito à educação, saúde, moradia, de lutas pela terra, território, defesa dos modos de vida, acesso à água e a tudo o que é ou deveria ser “comum”. Assim, é fundamental reconhecer os governos progressistas da região e a luta dos nossos povos. A América Latina tem uma posição comum diante dos principais problemas do mundo, a exemplo do bloqueio imposto a Cuba unilateralmente pelos Estados Unidos há mais de sessenta anos por violar “normas e regras”; o mesmo acontece com a nossa irmã Venezuela e a Nicarágua.

Em *Nuestra América*, existem opiniões generalizadas sobre a importância de se criar um mundo “multipolar”, baseado na igualdade de direitos e oportunidades iguais para todos os povos, atendimento das necessidades básicas de



desenvolvimento de áreas-chave e estruturais dos países, respeito ao sistema político de cada nação e uso de moedas nacionais para trocas comerciais. Existe um apoio significativo ao grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), que se baseia nos princípios mencionados como uma alternativa econômica, política e social. O Brasil é o fundador, a Argentina foi aprovada para integrar o grupo em janeiro de 2023 e há muitos pedidos de outros países para 2024.

O bloco geral dos países latino-americanos tem opiniões comuns sobre a necessidade de democratizar a ONU e o Conselho de Segurança. A prioridade dessas instituições deveria ser o estabelecimento de compromissos pela paz e pelo respeito a todos os países; no entanto, as suas ações têm sido ultrapassadas e incompetentes na resolução dos problemas prementes do mundo atual, demonstrado no conflito entre Israel e Palestina. Os nossos países rejeitaram o ataque genocida do Hamas a Israel. Mais ainda, condenam o contínuo genocídio de Israel contra os palestinos, onde já morreram mais de 12.000 pessoas inocentes, basicamente crianças e mulheres, e a destruição de quase toda a estrutura civil do país, uma terra arrasada. Isto reafirma a economia de guerra à custa da poluição e destruição da nossa casa comum: a Mãe Terra, ou seja, a Pachamama.

Conforme assegura a ementa do número 46 da Revista Trabalho Necessário, em diversos espaços de *Nuestra América*, saberes e práticas ancestrais persistem e são recriadas no campo e na cidade, marcados pela lógica da reprodução ampliada da vida (humana, não humana e espiritual), do valor-comunidade, do trabalho coletivo, autogoverno, igualdade social e respeito a mãe terra; ainda que pressionadas por bloqueios econômicos de cunho imperialista. Em uma intensa luta por alternativas de trabalho e sobrevivência, os povos vivem em constante defesa dos seus territórios na busca de um novo horizonte histórico do Bem Viver. Nesse sentido, o conjunto de textos que compõem este número recupera o pensamento crítico latino-americano clássico, desde Martí e Mariátegui, contribuindo com a visibilidade e reflexão acerca de práticas sociais que se contrapõem ao neocolonialismo e ao fascismo, apreendidas nas contradições históricas da realidade Latino Americana.

Neste número, na seção “Homenagem”, elegemos o educador **Carlos Rodrigues Brandão** como o homenageado, cuja trajetória acadêmica como professor-pesquisador inspirou uma geração de professores (as), alunos (as),

interessados (as) em estudos sobre cultura e educação popular. Um educador que primou pelo diálogo entre as culturas populares, o trabalho e a educação como elementos fundamentais para a promoção e a emancipação humana. A consagrada trajetória e produção acadêmica desse educador é destacada em quatro textos, a saber: **O nosso mundo pode ser diferente: lembrando Carlos Brandão**, escrito por Danilo R. Streck; **Um educador e pesquisador imortal**, escrito por Telmo Adams; **Carlos Rodrigues Brandão: a chama inapagável da educação popular brasileira e latinoamericana**, escrito por Maria Teresa Esteban e Maria Tereza Goudard Tavares; e **Carlos Rodrigues Brandão e a “Rosa dos ventos” da economia popular solidária**, escrito por **Roseny de Almeida**.

Na seção “Textos Clássicos”, apresentamos o artigo **“Nuestra América”**: **o legado precioso de José Martí**, escrito por Luiz Ricardo Leitão. O autor ressalta a inestimável contribuição do pensador e poeta cubano com ensinamentos “de um arraigado sentimento anti-imperialista e de uma profunda consciência nacional” e regional pela libertação dos povos da “Nossa América”, considerado pela sua própria história “(...) uma súplica viva do preceito de que *‘viver é combater’*” durante séculos de luta contra o colonialismo europeu e o imperialismo americano”.

A seção “Artigos do número temáticos”, que abre este número, vem com onze textos. Para começar, o texto **Redes Agroalimentarias Alternativas: Entramados De Interdependencia Y Luchas Por Lo Comum Frente Al Agroextractivismo**, assinado por Silvia L. Colmenero Morales. A autora examina a emergência de redes agroalimentares no México, que “se constituem como lutas pelo comum frente ao agroextrativismo ecodestrutivo capitalista e patriarcal”. Descreve redes de economia solidária alternativa entre os povos contra a desapropriação e a exploração dos bens comuns. Relata “os trabalhos de cuidado e de reprodução da vida que sustentam as redes agroalimentares alternativas” como propostas eco-políticas de interdependência e de produção do comum. No artigo seguinte, Edson Caetano, Karla Rodrigues Mota e Haya Del Bel, com o texto **Por terra, trabalho e educação: sobre a existência e resistência na comunidade quilombola do Chumbo, Poconé-MT**, analisam algumas dimensões da produção da existência humana a partir de rodas de conversa realizadas na comunidade, à luz do materialismo-histórico. Os autores concluem “(...) que as e os quilombolas por experienciarem, tanto as formas alienadas, quanto as formas livres de trabalho, buscam se opor ao avanço do agronegócio por

meio do resgate dos trabalhos de viver, costumes e tradições”. Ressaltam as contradições em disputa no estabelecimento de formas alternativas de reprodução da vida, em detrimento de relações de dominação e exploração.

**Raça e classe em José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes**, de Matheus de Carvalho Barros, foca obras do jornalista peruano José Carlos Mariátegui e do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes; autores que contribuem para a construção do pensamento crítico decolonial. Analisa questões similares entre Mariátegui e Fernandes acerca do colonialismo enraizado na América Latina, a configuração da dependência e o caráter complementar das modalidades de dominação étnico-racial e de classes, tendo em vista “perseguir a forma como esses autores articularam raça e classe, identificando os sujeitos racializados como protagonistas das transformações radicais”.

Sandra Luciana Dalmagro e Poliana Garcia Temístocles Ferreira, autoras do texto **A atualidade do movimento dos trabalhadores sem terra: 40 anos de história, luta e formação**, discutem a produção, a educação e a vida nos acampamentos e assentamentos dos(as) trabalhadores(as) rurais do MST, demarcando a emergência da agroecologia, da formação política e da educação. A análise, de natureza bibliográfica e documental, fundamenta-se em referenciais sobre a questão agrária e a constituição do capitalismo no campo brasileiro.

Em **A reemergência do Sumak Kawsay/Buen Vivir e os processos de luta e resistência dos povos indígenas do Equador**, Janete Schubert realiza pesquisa de campo com povos indígenas do Equador acerca dos processos de luta e resistência dessa gente contra a colonialidade do ser, do saber e do poder. Ressalta, nas conclusões, a emergência de “novas e importantes formas de resistência às racionalidades moderno/coloniais/eurocêntricas”. O artigo **Cooperativas Agropecuarias Y Territorio En Cuba**, escrito por Norisbel Arronte Leyva, caracteriza os vínculos entre os processos cooperativos agrícolas e o território. O autor demonstra os antecedentes e a evolução desses processos, levando em consideração as inter-relações econômicas, sociais e de poder ocorridas nesse contexto. Os resultados desse estudo contribuem para melhor valorização e análise dos vínculos entre territórios e cooperativas, considerando as ações do Estado e a autonomia dos povos.

O trabalho assinado por Andrés Ruggeri, intitulado **A autogestão operária na América Latina: das primeiras cooperativas às empresas recuperadas**, destaca

os “processos de autogestão e controle operário na América Latina hispano falante desde a formação das primeiras cooperativas até aquelas desenvolvidas em contextos revolucionários, vistos a partir da perspectiva dos processos autogestionários contemporâneos”. O autor revigora o debate sobre movimentos de experiências autogestionária e controle do trabalho operário na América Latina, como movimentos representativos de resistência e criatividade dos(as) trabalhadores(as).

**A relação entre democracia, território e economia: reflexões a partir da experiência democrática venezuelana**, texto de autoria dos(as) pesquisadores(as) Felipe Addor, Layssa Ramos Maia de Almeida e Bianca de Carvalho Pereira Campos, analisa a experiência venezuelana de democracia participativa com vista a descrever os limites e as potencialidades na história do país e a servir de inspiração para outras experiências de aprofundamento da democracia na região. O estudo analisa criticamente o modelo democrático hegemônico na América Latina, dando destaque “à necessidade de se experimentar novas práticas democráticas que estejam vinculadas com a dinâmica territorial do cotidiano e que busquem contribuir para sistemas econômicos menos desiguais”, considerando os vínculos organizacionais dos conselhos comunitários como espaços de participação cidadã.

Lucia Linsalata e Huáscar Salazar Lohman assinam o texto **Despliegue y repliegue del ethos comunitario en Bolivia**. Os autores discutem a noção de *ethos* histórico comunitário, fundamentado na proposta de “*ethos* histórico da modernidade”, cunhada pelo filósofo equatoriano Bolívar Echeverría. O objetivo é compreender alguns comportamentos sociais dos setores indígenas e populares da Bolívia. Para tanto, analisam a funcionalidade desse “*ethos* comunitário durante o ciclo de rebeliões que abalou o país entre 2000 e 2005, e de que forma a consolidação do governo do MAS no comando do Estado boliviano deu lugar a uma espécie de desarticulação e consequente recuo desse *ethos* na sociedade”, consolidando uma economia profundamente dependente, extrativista e capitalista.

O artigo de Patrícia Figueira, **Reflexiones Acerca De La Práctica Docente En Marcos De Vulnerabilización Educativa: “Re-Elaborando La Interculturalidad En Las Escuelas”**, analisa o campo de disputa entre modelos e estratégias educacionais do sistema escolar e a pluralidade de produções de saberes, práticas e sentimentos que constituem a “interculturalidade” na Argentina, por meio de experiências de professores da província de Chaco, tendo em vista identificar os processos que



dificultam a concepção e implementação de modelos pedagógicos conforme os interesses de uma Educação Intercultural Bilíngue descolonizadora.

Com o artigo **Economía Wampís Del Don Versus Economía De Mercado En La Amazonía Peruana** escrito por Shapion Noningo, fechamos a seção “Artigos do Número Temático”. O autor é dirigente do governo territorial autônomo da nação Wampis, da Amazônia peruana. O texto narra o reconhecimento da nação indígena como povo autônomo, sem deixar de ser peruano, e o processo de construção de um sistema econômico baseado na reciprocidade, solidariedade e respeito à natureza.

Na seção “Outras Temáticas”, Luísa Gonçalo Dai Prá e Adriana D’Agostini apresentam o texto **Considerações acerca da pesca artesanal realizada no Brasil à luz do materialismo histórico-dialético**, com o objetivo de “discutir os impactos que as expropriações possuem sobre os trabalhadores envolvidos com a pesca artesanal e a relevância e os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais”. Para as autoras, o sistema do capital desqualifica os conhecimentos tradicionais dos trabalhadores, notadamente nas comunidades de pescadores artesanais impactados por conflitos socioambientais, que alteram seus modos de vida e dificultam suas atividades e reprodução social.

**Trabalho, educação e juventude: contexto dos jovens do conjunto habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão – PR**, escrito por Darciel Sinhori da Costa e Suely Aparecida Martins, analisa as experiências de jovens egressos do Ensino Médio e residentes do conjunto habitacional, acerca da escola e do emprego. Imbuídos da concepção materialista da história, os autores rastrearam documentos e realizaram entrevistas em duas redes de ensino na mesma localidade, concluindo que há, nas duas redes, coexistências voltadas ao enquadramento dos jovens aos postos de trabalho.

Por último, o artigo **“Quiet Quitting” e a práxis silenciada das novas gerações**, de João Marcos Roldão, tece considerações sobre o “novo fenômeno: o *Quiet Quitting*”, que despontou no mundo do trabalho pós-pandemia Covid 19. Movimento de “insubordinação dos(as) jovens assalariados(as) ante às ininterruptas exigências por rendimento nas organizações e que se associa à progressiva afinidade das novas gerações ao anticapitalismo”. No artigo, o autor propõe analisar os “efeitos concretos que as negativas ao estranhamento, aos paradigmas de liberdade negativa e do empreendedor de si, bem como às iniquidades na distribuição de riquezas,

reverberavam na realidade”. Busca demonstrar que a “saída silenciosa” individual dos(das) jovens do trabalho “tem seu potencial transformador neutralizado”, entretanto, a mobilidade social efetiva é limitada pela condição de classe.

Na seção “Entrevista”, Adriana D’Agostini, Célia Regina Vendramini e Mauro Tilton realizam entrevista com o sociólogo italiano Pietro Basso, sobre a temática **A reprodução social do proletariado e a organização da Classe**. O entrevistado é autor de uma vasta produção acadêmica na crítica marxista do capitalismo global e ativista político. Entre as temáticas abordadas na conversa, Pietro analisa as “dificuldades e organização dos trabalhadores italianos, recorrendo a elementos históricos, ao contexto social e político atual e indicando os setores e organizações que, de forma limitada, vêm se constituindo como vanguarda das lutas”.

Na seção “Resenha”, encontra-se uma referência bibliográfica importante acerca do mundo do trabalho para aqueles(as) “que investigam os(as) trabalhadores(as) e os modelos associativos que não estiveram classificados nos cânones da historiografia tradicional do trabalho.” Humberto Santos de Andrade e Ana Elizabeth Santos Alves apresentam a resenha do livro **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**, escrito pelo historiador Marcel van der Linden. Os temas discutidos no livro abrem caminhos para estudos sobre a categoria trabalho no Sul Global, na América Latina, na África e na Ásia.

Na seção “Ensaio”, Arquimedes Martins Celestino apresenta o texto **Correspondência internacional e solidariedade entre os povos: um registro bibliográfico**. O autor ressalta a “efetividade e atualidade do conceito de Correspondência Internacional em sua inter-relação com a Solidariedade entre os Povos”. Descreve a criação, entre os anos 1960 e 1980, do registro bibliográfico de uma rede de ação política e informação formada por movimentos populares da América Latina como instrumento mobilizador de ações solidárias, nos convidando a abrir uma linha de estudos e análises que considere a correspondência internacional como produção de fatos históricos.

Na seção “Teses e Dissertações”, são apresentados dois trabalhos. **Trabalho e Educação: interfaces entre processos educativos, saberes socioambientais e experiências de trabalho da Coleta do Açaí no município de Igarapé-Miri/PA** é o título da dissertação de mestrado de Rodrigo Cardoso da Silva, cujo resumo é apresentado neste número da revista. O objetivo é mapear os processos educativos e os saberes

socioambientais que são construídos, vivenciados e que norteiam as experiências de trabalho. Por sua vez, Luiz Augusto de Oliveira Gomes, no resumo da sua tese **Trabalho-educação, experiência de classe e relações pedagógicas tecidas nos espaços de ocupação do movimento dos trabalhadores sem-teto (MTST)**, ocupa-se em analisar os processos de “ocupação” do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Brasil e o seu enraizamento no Rio de Janeiro.

Fechamos este número com a seção “Memória e Documentos”: **I Escola Internacional de Autogestão: conquistas, balanço e perspectivas**, organizada por Bruna Oliveira Martins, Henrique Tahan Novaes e Flávio Chedid Henriques. Trata-se do registro da organização e dos principais debates sobre os problemas vivenciados no cotidiano da autogestão e perspectivas teórico-metodológicas discutidas na 1ª Escola Internacional de Autogestão, incluindo registros fotográficos, realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do MST, entre os dias 19 e 23 de abril de 2023.

Ainda nessa seção, no texto **A economia dos trabalhadores e o poder popular para a superação do sistema do capital**, Rafael Enciso analisa o significado histórico das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores na América Latina, particularmente em torno do movimento “A economia das trabalhadoras e trabalhadores”. Analisa as atuais contradições capital *versus* trabalho e as lutas sociais e de classe para construção de um sistema capaz de superar o sistema socioeconômico capitalista. O texto descreve o desenvolvimento humano desde os primórdios com a descoberta da agricultura, a invenção do Estado e os sucessivos modos de produção, em especial o modo de produção capitalista e as formas de superação desse modelo.

Este número da revista, portanto, apresenta textos cujo autores (as) evidenciam as lutas de povos tradicionais, trabalhadores(as) do campo e da cidade, em busca de trabalho e formas de sobrevivência, destacando, ao mesmo tempo, os caminhos que conectam essas lutas a um projeto de sociedade alternativo ao capital para a América Latina. Neste sentido, em tempos de ascensão da direita em nível internacional e, em particular, em Nuestra America, as reflexões trazidas nos artigos são de extrema importância.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

## APRESENTAÇÃO: TRABALHO, HISTÓRIA E MEMÓRIA DOS POVOS DE “NUESTRA AMÉRICA”<sup>1</sup>

Ana Elizabeth Santos Alves<sup>2</sup>  
Boris Marañon Pimentel<sup>3</sup>  
Dora Lída Marqués Delgado<sup>4</sup>  
Hilda Caballero Aguilar<sup>5</sup>  
Jesus Jorge Pérez García<sup>6</sup>  
Maria Clara Bueno Fischer<sup>7</sup>

A bela fotografia estampada na capa nos convida a nos aproximar do povo ameríndio. Rosto marcado pela resistência histórica aos genocídios dos processos colonizadores, mas, também, pela reafirmação dos seus modos de vida, em que pese ter sofrido pressões da cultura dominante.

Este número da revista, cujo tema é “**Trabalho, história e memória dos povos de ‘Nuestra América’**” – TN 46 apresenta textos que abordam a ancestralidade dos povos originários, seus modos de vida e lutas, não obstante o avanço do capitalismo, desde o final do século XV, sobre outros modos de produção da existência humana, ter afetado “Nuestra América”

---

<sup>1</sup> Apresentação recebida em 08/12/2023. Aprovada pelos editores em 10/12/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i45.60813>

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Bahia - Brasil. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Bahia - Brasil.

E-mail: [ana\\_alves183@hotmail.com](mailto:ana_alves183@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6609391193846733>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0603-2113>.

<sup>3</sup> Doutor em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) - México. Professor do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

E-mail: [maranonboris@gmail.com](mailto:maranonboris@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6713-7499>.

<sup>4</sup> Doutora em Ciência Pedagógicas pela Universidade de Pinar del Río - Cuba. Professora da Universidade de Pinar del Río. E-mail: [doraly@upr.edu.cu](mailto:doraly@upr.edu.cu).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0060-0455>.

<sup>5</sup> Doutora em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM) - México. Professora do Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM).

E-mail: [hildac@unam.mx](mailto:hildac@unam.mx). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3370-8454>.

<sup>6</sup> Doutor em Ciências Pedagógicas pelo Instituto Central de Ciências Pedagógicas - Cuba. Educador do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos na Pontifícia Universidade Católica (NEAD/PUC), Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: [jerjor2014@gmail.com](mailto:jerjor2014@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4393462117070720>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3691-8262>.

<sup>7</sup> Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham - Inglaterra. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul - Brasil.

E-mail: [mariaclara180211@gmail.com](mailto:mariaclara180211@gmail.com).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3835786000876089>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2289-5282>.



Essa condição histórica é agravada, no presente, pela existência de um mundo “unipolar” governado por regras e normas, imposta por meio do colonialismo e que perdurou com a colonialidade, criadas pelo Ocidente e pelos EUA com o objetivo de punir países; a exemplo de países da América Latina. As medidas estabelecidas pela mundialização do capital com a nova ordem neoliberal impõem sanções econômicas, políticas, sociais e culturais, sob o controle do novo colonialismo, como parte de uma economia de guerra que busca aniquilar os países que não seguem a cartilha prescrita pelo bloco econômico (atualmente mais de 30 países no mundo estão sancionados).

São muito variados e genocidas os meios de sanção contra os países do capitalismo dependente, a exemplo da utilização do dólar como moeda desestabilizadora; proibição de compra e venda de mercadorias provenientes dos países sancionados; congelamento do dinheiro, do ouro e de todos os tipos de recursos materiais desses países no Ocidente e de seus parceiros no mundo. Esses impactos são evidenciados, especialmente, em Cuba, por meio do histórico de sanções, e, na Venezuela pelas constantes tensões com os EUA. Tudo isso cria instabilidade econômica, política e social, acentuada por uma propaganda de descrédito intensa em âmbito nacional e internacional, sugerindo haver governos incompetentes e corruptos. Além disso, o poder político e econômico dos EUA e da União Europeia - UE estimula revoltas no exterior, com o objetivo de mudar os governantes ou ganhar novas eleições com candidatos de extrema-direita, cujo exemplo mais recente é a Argentina e, seis anos atrás, o Brasil.

Como podemos observar na TN 46, os países da *Nuestra América* viveram historicamente processos de lutas por independência, pelo socialismo, pela constituição de Estados plurinacionais, pelo direito à educação, saúde, moradia, de lutas pela terra, território, defesa dos modos de vida, acesso à água e a tudo o que é ou deveria ser “comum”. Assim, é fundamental reconhecer os governos progressistas da região e a luta dos nossos povos. A América Latina tem uma posição comum diante dos principais problemas do mundo, a exemplo do bloqueio imposto a Cuba unilateralmente pelos Estados Unidos há mais de sessenta anos por violar “normas e regras”; o mesmo acontece com a nossa irmã Venezuela e a Nicarágua.

Em *Nuestra América*, existem opiniões generalizadas sobre a importância de se criar um mundo “multipolar”, baseado na igualdade de direitos e oportunidades iguais para todos os povos, atendimento das necessidades básicas de

desenvolvimento de áreas-chave e estruturais dos países, respeito ao sistema político de cada nação e uso de moedas nacionais para trocas comerciais. Existe um apoio significativo ao grupo de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), que se baseia nos princípios mencionados como uma alternativa econômica, política e social. O Brasil é o fundador, a Argentina foi aprovada para integrar o grupo em janeiro de 2023 e há muitos pedidos de outros países para 2024.

O bloco geral dos países latino-americanos tem opiniões comuns sobre a necessidade de democratizar a ONU e o Conselho de Segurança. A prioridade dessas instituições deveria ser o estabelecimento de compromissos pela paz e pelo respeito a todos os países; no entanto, as suas ações têm sido ultrapassadas e incompetentes na resolução dos problemas prementes do mundo atual, demonstrado no conflito entre Israel e Palestina. Os nossos países rejeitaram o ataque genocida do Hamas a Israel. Mais ainda, condenam o contínuo genocídio de Israel contra os palestinos, onde já morreram mais de 12.000 pessoas inocentes, basicamente crianças e mulheres, e a destruição de quase toda a estrutura civil do país, uma terra arrasada. Isto reafirma a economia de guerra à custa da poluição e destruição da nossa casa comum: a Mãe Terra, ou seja, a Pachamama.

Conforme assegura a ementa do número 46 da Revista Trabalho Necessário, em diversos espaços de *Nuestra América*, saberes e práticas ancestrais persistem e são recriadas no campo e na cidade, marcados pela lógica da reprodução ampliada da vida (humana, não humana e espiritual), do valor-comunidade, do trabalho coletivo, autogoverno, igualdade social e respeito a mãe terra; ainda que pressionadas por bloqueios econômicos de cunho imperialista. Em uma intensa luta por alternativas de trabalho e sobrevivência, os povos vivem em constante defesa dos seus territórios na busca de um novo horizonte histórico do Bem Viver. Nesse sentido, o conjunto de textos que compõem este número recupera o pensamento crítico latino-americano clássico, desde Martí e Mariátegui, contribuindo com a visibilidade e reflexão acerca de práticas sociais que se contrapõem ao neocolonialismo e ao fascismo, apreendidas nas contradições históricas da realidade Latino Americana.

Neste número, na seção “Homenagem”, elegemos o educador **Carlos Rodrigues Brandão** como o homenageado, cuja trajetória acadêmica como professor-pesquisador inspirou uma geração de professores (as), alunos (as),

interessados (as) em estudos sobre cultura e educação popular. Um educador que primou pelo diálogo entre as culturas populares, o trabalho e a educação como elementos fundamentais para a promoção e a emancipação humana. A consagrada trajetória e produção acadêmica desse educador é destacada em quatro textos, a saber: **O nosso mundo pode ser diferente: lembrando Carlos Brandão**, escrito por Danilo R. Streck; **Um educador e pesquisador imortal**, escrito por Telmo Adams; **Carlos Rodrigues Brandão: a chama inapagável da educação popular brasileira e latinoamericana**, escrito por Maria Teresa Esteban e Maria Tereza Goudard Tavares; e **Carlos Rodrigues Brandão e a “Rosa dos ventos” da economia popular solidária**, escrito por **Roseny de Almeida**.

Na seção “Textos Clássicos”, apresentamos o artigo **“Nuestra América”: o legado precioso de José Martí**, escrito por Luiz Ricardo Leitão. O autor ressalta a inestimável contribuição do pensador e poeta cubano com ensinamentos “de um arraigado sentimento anti-imperialista e de uma profunda consciência nacional” e regional pela libertação dos povos da “Nossa América”, considerado pela sua própria história “(...) uma súplica viva do preceito de que *‘viver é combater’*” durante séculos de luta contra o colonialismo europeu e o imperialismo americano”.

A seção “Artigos do número temáticos”, que abre este número, vem com onze textos. Para começar, o texto **Redes Agroalimentarias Alternativas: Entramados De Interdependencia Y Luchas Por Lo Comum Frente Al Agroextractivismo**, assinado por Silvia L. Colmenero Morales. A autora examina a emergência de redes agroalimentares no México, que “se constituem como lutas pelo comum frente ao agroextrativismo ecodestrutivo capitalista e patriarcal”. Descreve redes de economia solidária alternativa entre os povos contra a desapropriação e a exploração dos bens comuns. Relata “os trabalhos de cuidado e de reprodução da vida que sustentam as redes agroalimentares alternativas” como propostas eco-políticas de interdependência e de produção do comum. No artigo seguinte, Edson Caetano, Karla Rodrigues Mota e Haya Del Bel, com o texto **Por terra, trabalho e educação: sobre a existência e resistência na comunidade quilombola do Chumbo, Poconé-MT**, analisam algumas dimensões da produção da existência humana a partir de rodas de conversa realizadas na comunidade, à luz do materialismo-histórico. Os autores concluem “(...) que as e os quilombolas por experienciarem, tanto as formas alienadas, quanto as formas livres de trabalho, buscam se opor ao avanço do agronegócio por

meio do resgate dos trabalhos de viver, costumes e tradições”. Ressaltam as contradições em disputa no estabelecimento de formas alternativas de reprodução da vida, em detrimento de relações de dominação e exploração.

**Raça e classe em José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes**, de Matheus de Carvalho Barros, foca obras do jornalista peruano José Carlos Mariátegui e do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes; autores que contribuem para a construção do pensamento crítico decolonial. Analisa questões similares entre Mariátegui e Fernandes acerca do colonialismo enraizado na América Latina, a configuração da dependência e o caráter complementar das modalidades de dominação étnico-racial e de classes, tendo em vista “perseguir a forma como esses autores articularam raça e classe, identificando os sujeitos racializados como protagonistas das transformações radicais”.

Sandra Luciana Dalmagro e Poliana Garcia Temístocles Ferreira, autoras do texto **A atualidade do movimento dos trabalhadores sem terra: 40 anos de história, luta e formação**, discutem a produção, a educação e a vida nos acampamentos e assentamentos dos(as) trabalhadores(as) rurais do MST, demarcando a emergência da agroecologia, da formação política e da educação. A análise, de natureza bibliográfica e documental, fundamenta-se em referenciais sobre a questão agrária e a constituição do capitalismo no campo brasileiro.

Em **A reemergência do Sumak Kawsay/Buen Vivir e os processos de luta e resistência dos povos indígenas do Equador**, Janete Schubert realiza pesquisa de campo com povos indígenas do Equador acerca dos processos de luta e resistência dessa gente contra a colonialidade do ser, do saber e do poder. Ressalta, nas conclusões, a emergência de “novas e importantes formas de resistência às racionalidades moderno/coloniais/eurocêntricas”. O artigo **Cooperativas Agropecuarias Y Territorio En Cuba**, escrito por Norisbel Arronte Leyva, caracteriza os vínculos entre os processos cooperativos agrícolas e o território. O autor demonstra os antecedentes e a evolução desses processos, levando em consideração as inter-relações econômicas, sociais e de poder ocorridas nesse contexto. Os resultados desse estudo contribuem para melhor valorização e análise dos vínculos entre territórios e cooperativas, considerando as ações do Estado e a autonomia dos povos.

O trabalho assinado por Andrés Ruggeri, intitulado **A autogestão operária na América Latina: das primeiras cooperativas às empresas recuperadas**, destaca



os “processos de autogestão e controle operário na América Latina hispano falante desde a formação das primeiras cooperativas até aquelas desenvolvidas em contextos revolucionários, vistos a partir da perspectiva dos processos autogestionários contemporâneos”. O autor revigora o debate sobre movimentos de experiências autogestionária e controle do trabalho operário na América Latina, como movimentos representativos de resistência e criatividade dos(as) trabalhadores(as).

**A relação entre democracia, território e economia: reflexões a partir da experiência democrática venezuelana**, texto de autoria dos(as) pesquisadores(as) Felipe Addor, Layssa Ramos Maia de Almeida e Bianca de Carvalho Pereira Campos, analisa a experiência venezuelana de democracia participativa com vista a descrever os limites e as potencialidades na história do país e a servir de inspiração para outras experiências de aprofundamento da democracia na região. O estudo analisa criticamente o modelo democrático hegemônico na América Latina, dando destaque “à necessidade de se experimentar novas práticas democráticas que estejam vinculadas com a dinâmica territorial do cotidiano e que busquem contribuir para sistemas econômicos menos desiguais”, considerando os vínculos organizacionais dos conselhos comunitários como espaços de participação cidadã.

Lucia Linsalata e Huáscar Salazar Lohman assinam o texto **Despliegue y repliegue del ethos comunitario en Bolivia**. Os autores discutem a noção de *ethos* histórico comunitário, fundamentado na proposta de “*ethos* histórico da modernidade”, cunhada pelo filósofo equatoriano Bolívar Echeverría. O objetivo é compreender alguns comportamentos sociais dos setores indígenas e populares da Bolívia. Para tanto, analisam a funcionalidade desse “*ethos* comunitário durante o ciclo de rebeliões que abalou o país entre 2000 e 2005, e de que forma a consolidação do governo do MAS no comando do Estado boliviano deu lugar a uma espécie de desarticulação e consequente recuo desse *ethos* na sociedade”, consolidando uma economia profundamente dependente, extrativista e capitalista.

O artigo de Patrícia Figueira, **Reflexiones Acerca De La Práctica Docente En Marcos De Vulnerabilización Educativa: “Re-Elaborando La Interculturalidad En Las Escuelas”**, analisa o campo de disputa entre modelos e estratégias educacionais do sistema escolar e a pluralidade de produções de saberes, práticas e sentimentos que constituem a “interculturalidade” na Argentina, por meio de experiências de professores da província de Chaco, tendo em vista identificar os processos que

dificultam a concepção e implementação de modelos pedagógicos conforme os interesses de uma Educação Intercultural Bilíngue descolonizadora.

Com o artigo **Economía Wampís Del Don Versus Economía De Mercado En La Amazonía Peruana** escrito por Shapion Noningo, fechamos a seção “Artigos do Número Temático”. O autor é dirigente do governo territorial autônomo da nação Wampis, da Amazônia peruana. O texto narra o reconhecimento da nação indígena como povo autônomo, sem deixar de ser peruano, e o processo de construção de um sistema econômico baseado na reciprocidade, solidariedade e respeito à natureza.

Na seção “Outras Temáticas”, Luísa Gonçalo Dai Prá e Adriana D’Agostini apresentam o texto **Considerações acerca da pesca artesanal realizada no Brasil à luz do materialismo histórico-dialético**, com o objetivo de “discutir os impactos que as expropriações possuem sobre os trabalhadores envolvidos com a pesca artesanal e a relevância e os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais”. Para as autoras, o sistema do capital desqualifica os conhecimentos tradicionais dos trabalhadores, notadamente nas comunidades de pescadores artesanais impactados por conflitos socioambientais, que alteram seus modos de vida e dificultam suas atividades e reprodução social.

**Trabalho, educação e juventude: contexto dos jovens do conjunto habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão – PR**, escrito por Darciel Sinhori da Costa e Suely Aparecida Martins, analisa as experiências de jovens egressos do Ensino Médio e residentes do conjunto habitacional, acerca da escola e do emprego. Imbuídos da concepção materialista da história, os autores rastrearam documentos e realizaram entrevistas em duas redes de ensino na mesma localidade, concluindo que há, nas duas redes, coexistências voltadas ao enquadramento dos jovens aos postos de trabalho.

Por último, o artigo **“Quiet Quitting” e a práxis silenciada das novas gerações**, de João Marcos Roldão, tece considerações sobre o “novo fenômeno: o *Quiet Quitting*”, que despontou no mundo do trabalho pós-pandemia Covid 19. Movimento de “insubordinação dos(as) jovens assalariados(as) ante às ininterruptas exigências por rendimento nas organizações e que se associa à progressiva afinidade das novas gerações ao anticapitalismo”. No artigo, o autor propõe analisar os “efeitos concretos que as negativas ao estranhamento, aos paradigmas de liberdade negativa e do empreendedor de si, bem como às iniquidades na distribuição de riquezas,

reverberavam na realidade”. Busca demonstrar que a “saída silenciosa” individual dos(das) jovens do trabalho “tem seu potencial transformador neutralizado”, entretanto, a mobilidade social efetiva é limitada pela condição de classe.

Na seção “Entrevista”, Adriana D’Agostini, Célia Regina Vendramini e Mauro Tilton realizam entrevista com o sociólogo italiano Pietro Basso, sobre a temática **A reprodução social do proletariado e a organização da Classe**. O entrevistado é autor de uma vasta produção acadêmica na crítica marxista do capitalismo global e ativista político. Entre as temáticas abordadas na conversa, Pietro analisa as “dificuldades e organização dos trabalhadores italianos, recorrendo a elementos históricos, ao contexto social e político atual e indicando os setores e organizações que, de forma limitada, vêm se constituindo como vanguarda das lutas”.

Na seção “Resenha”, encontra-se uma referência bibliográfica importante acerca do mundo do trabalho para aqueles(as) “que investigam os(as) trabalhadores(as) e os modelos associativos que não estiveram classificados nos cânones da historiografia tradicional do trabalho.” Humberto Santos de Andrade e Ana Elizabeth Santos Alves apresentam a resenha do livro **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**, escrito pelo historiador Marcel van der Linden. Os temas discutidos no livro abrem caminhos para estudos sobre a categoria trabalho no Sul Global, na América Latina, na África e na Ásia.

Na seção “Ensaio”, Arquimedes Martins Celestino apresenta o texto **Correspondência internacional e solidariedade entre os povos: um registro bibliográfico**. O autor ressalta a “efetividade e atualidade do conceito de Correspondência Internacional em sua inter-relação com a Solidariedade entre os Povos”. Descreve a criação, entre os anos 1960 e 1980, do registro bibliográfico de uma rede de ação política e informação formada por movimentos populares da América Latina como instrumento mobilizador de ações solidárias, nos convidando a abrir uma linha de estudos e análises que considere a correspondência internacional como produção de fatos históricos.

Na seção “Teses e Dissertações”, são apresentados dois trabalhos. **Trabalho e Educação: interfaces entre processos educativos, saberes socioambientais e experiências de trabalho da Coleta do Açaí no município de Igarapé-Miri/PA** é o título da dissertação de mestrado de Rodrigo Cardoso da Silva, cujo resumo é apresentado neste número da revista. O objetivo é mapear os processos educativos e os saberes

socioambientais que são construídos, vivenciados e que norteiam as experiências de trabalho. Por sua vez, Luiz Augusto de Oliveira Gomes, no resumo da sua tese **Trabalho-educação, experiência de classe e relações pedagógicas tecidas nos espaços de ocupação do movimento dos trabalhadores sem-teto (MTST)**, ocupa-se em analisar os processos de “ocupação” do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Brasil e o seu enraizamento no Rio de Janeiro.

Fechamos este número com a seção “Memória e Documentos”: **I Escola Internacional de Autogestão: conquistas, balanço e perspectivas**, organizada por Bruna Oliveira Martins, Henrique Tahan Novaes e Flávio Chedid Henriques. Trata-se do registro da organização e dos principais debates sobre os problemas vivenciados no cotidiano da autogestão e perspectivas teórico-metodológicas discutidas na 1ª Escola Internacional de Autogestão, incluindo registros fotográficos, realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) do MST, entre os dias 19 e 23 de abril de 2023.

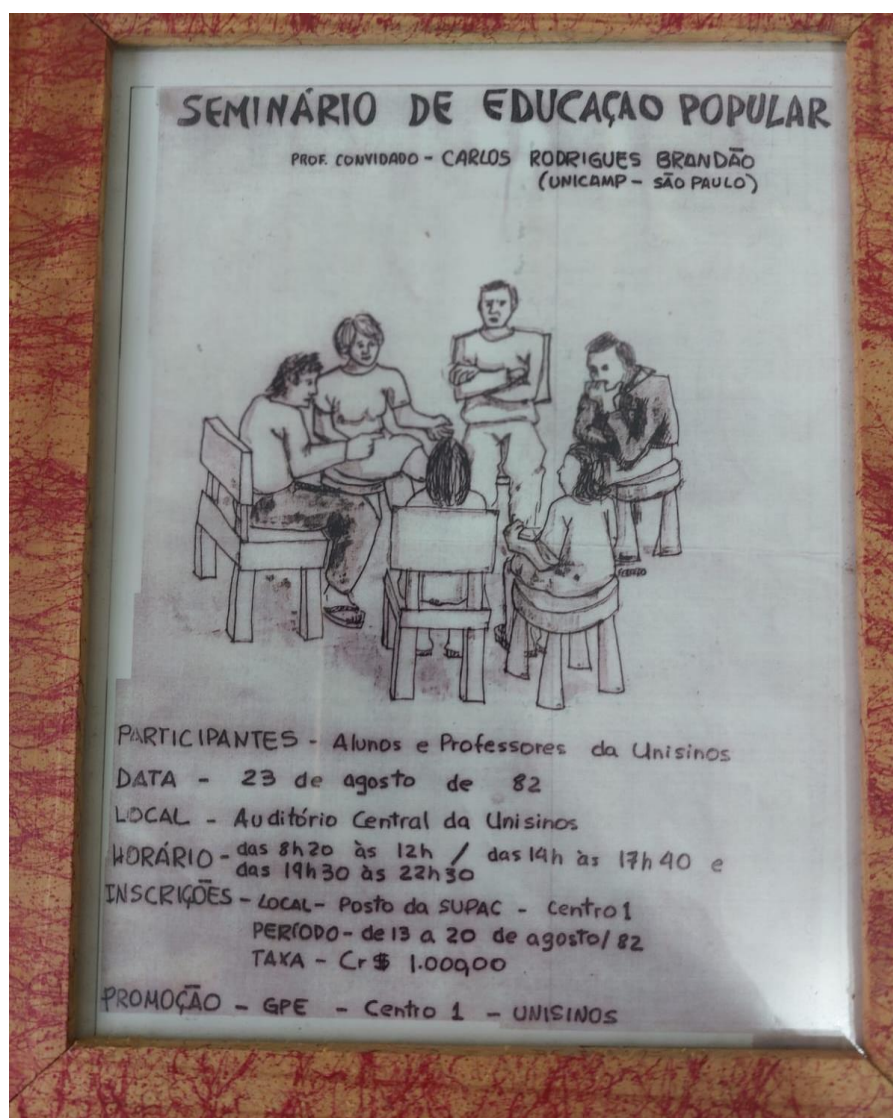
Ainda nessa seção, no texto **A economia dos trabalhadores e o poder popular para a superação do sistema do capital**, Rafael Enciso analisa o significado histórico das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores na América Latina, particularmente em torno do movimento “A economia das trabalhadoras e trabalhadores”. Analisa as atuais contradições capital *versus* trabalho e as lutas sociais e de classe para construção de um sistema capaz de superar o sistema socioeconômico capitalista. O texto descreve o desenvolvimento humano desde os primórdios com a descoberta da agricultura, a invenção do Estado e os sucessivos modos de produção, em especial o modo de produção capitalista e as formas de superação desse modelo.

Este número da revista, portanto, apresenta textos cujo autores (as) evidenciam as lutas de povos tradicionais, trabalhadores(as) do campo e da cidade, em busca de trabalho e formas de sobrevivência, destacando, ao mesmo tempo, os caminhos que conectam essas lutas a um projeto de sociedade alternativo ao capital para a América Latina. Neste sentido, em tempos de ascensão da direita em nível internacional e, em particular, em Nuestra America, as reflexões trazidas nos artigos são de extrema importância.

Desejamos a todos e todas uma boa leitura!

## O NOSSO MUNDO PODE SER DIFERENTE: LEMBRANDO CARLOS RODRIGUES BRANDÃO<sup>1</sup>

Danilo R. Streck<sup>2</sup>



<sup>1</sup> Homenagem recebida em 31/07/2023. Aprovada pelos editores em 16/08/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59413>

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Rutgers University, Estados Unidos. Professor titular da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul - Brasil. E-mail: [drstreck@ucs.br](mailto:drstreck@ucs.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2250864123409266>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7410-3174>.

Ao pensar sobre como iniciar a tarefa de escrever algo sobre Carlos Rodrigues Brandão que faça sentido para quem o conheceu e eventualmente apresentá-lo a quem não teve esse privilégio, veio-me à mente um conto de Gabriel García Márquez que Rubem Alves, um grande amigo de Carlos, gostava de contar. Trata-se do conto “O afogado mais bonito do mundo”, que tem mais ou menos o seguinte enredo: Na praia de um pequeno povoado no litoral caribenho, aparece o corpo de um homem. Quem o vê primeiro são as crianças, os homens levam o corpo inerte para dentro de casa e são as mulheres que cuidam dele e o preparam para o velório. Deparam-se, então, com uma figura diferente daquelas que são comuns no povoado. É um homem maior, mais bonito, com vestígios de ter vindo de lugares longínquos e desconhecidos. Começam então a tecer histórias que acabam mudando a vida do povoado. Os moradores sabiam, como diz o autor, que desde então tudo seria diferente no povoado.

Antes de refletir sobre como a vida de Carlos (vou me permitir tratá-lo assim, sabendo que muitos o conhecem por Brandão) nos torna cientes de que nosso “povoado” pode ser diferente, lembro alguns momentos com ele que me permitem essas reflexões. Com isso também estou dizendo que, embora não tenha privado de uma maior intimidade, a relação que tive com ele já foi um grande privilégio. Há algum tempo recebi da ex-colega na Unisinos, professora Janira da Silva, uma gravura de uma roda de conversa com Brandão, por ocasião do seminário de Educação Popular, em agosto de 1982. Foi por essa época que tive os primeiros contatos com ele. Depois, em 1996, já no Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, que tinha como área de concentração a Educação Básica, convidamos Brandão a escrever o prefácio de um livro que teve como título uma adaptação do título de um texto de 1977 chamado “Da educação fundamental ao fundamental da educação”. Sempre achei esse texto emblemático na busca pelo fundamental, pelo que realmente importa. Depois trabalhamos juntos no livro *Pesquisa participante: a partilha do saber*, cujos textos também compuseram um número especial do *International Journal of Action Research*. Vieram então bancas, congressos, coorientação e algumas boas conversas.

Olhemos, então, para como Carlos ajudou e continua ajudando a mudar o mundo para que seja um lugar mais bonito e decente. Vou me ater a três facetas de sua vida, na certeza de que não são as únicas. A primeira dessas facetas diz respeito

à educação. Carlos conseguiu, de forma magistral, mostrar como a educação se mistura com a vida. Como ele escreve em seu livro, hoje clássico, *O que é educação*: “A educação é, como outras, uma fração do *modo de vida* dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”. Vemos aqui o antropólogo feito educador nos ensinando a ver a educação como um dos componentes da vida em sociedade e que por isso precisa ser vista em sua pluralidade de manifestações. Sendo uma fração da vida social ela vem permeada de valores, muitas vezes contraditórios, outras vezes conflitantes. Carlos coloca-se então ao lado da educação que se desenvolve em meio aos grupos sociais que lutam pela dignidade humana, pela solidariedade e pela igualdade social. Em outras palavras, ele se torna uma referência obrigatória no campo da Educação Popular na América Latina e, com certeza, por muito tempo sua vasta obra nesse campo será lembrada em trabalhos acadêmicos e por todos que desejam obter uma melhor compreensão de sua prática pedagógica.

A outra faceta que desejo destacar é a sua incontestável contribuição à pesquisa participante na América Latina. Junto com Orlando Fals Borda e Paulo Freire, ele é um dos inspiradores e promotores de uma corrente investigativa que não só rompe com a neutralidade cientificista da pesquisa, mas a coloca dentro do movimento da sociedade ao lado daqueles cujo saber-poder não é reconhecido como legítimo, válido ou relevante. O que caracteriza essa pesquisa é, sobretudo, a confiança no *outro* como sujeito capaz de ser parceiro no ato de conhecer a sua realidade, em vez de depositar a confiança em um instrumento ou em mim mesmo como pesquisador ou pesquisadora. Assim, muito a seu gosto, ele brincava com o binômio *solitária* e *solidária* para identificar o que seria a pesquisa participante. Ou seja, uma pesquisa que é regida pelo espírito de solidariedade e de partilha em uma comunidade epistêmica que se propõe a compreender um fenômeno ou uma realidade. Na pesquisa participante se funde o melhor do antropólogo, do psicólogo e do educador, que entre outras áreas, se destacam em sua (auto)formação.

A cultura é o cimento que sustenta ou a linha que faz a costura entre todas as frações do modo de vida. Em *A educação como cultura*, Carlos registra a mudança na concepção de cultura que acaba se consolidando num forte movimento de cultura popular na América Latina a partir da década de 1960. Ele afirma neste livro que, ao lado da usual concepção que enfatiza o produto da ação do homem sobre a natureza,



agora se passa a subordinar a ideia de cultura ao trabalho como ação consciente do homem sobre o mundo, à história como campo de realização humana e à dialética como qualidade das relações do homem com a natureza e dos homens entre si para criar a cultura e fazer história. Ou seja, a noção de cultura como produto e processo vem impregnada de sentido ético e político.

A terceira faceta pela qual o mundo com ele se torna mais bonito e amoroso pode ser vista em sua maneira de ser e viver. Diria que foi um viver poético, *poiesis* - entendida como a capacidade de criar, e de criar com leveza e beleza. Em suas mãos tudo vira poesia: nomes de pessoas, notas de diário de campo, rios e plantas. Encontrei, dentro de um livro, uma daquelas cartas circulares que ele costumava enviar por correio. É do Natal de 2001, quando ele lembra os 40 anos da Educação Popular e os 80 anos de Paulo Freire, com muita esperança de que o novo século poderia ser melhor. Ele anexa à carta poemas com o título *orar com o corpo*, dos quais transcrevo dois:

*despertar*

A ninguém é facultado  
Dizer: chega!  
O tempo é impensável  
E sempre sobra.  
Um cisne bate à porta  
e acorda a casa. E acordas.  
Uma janela que abras  
Já te baste.  
Fiz este milagre, dizes  
E lavas o teu rosto.  
Lavas com as mãos o teu rosto  
E te salvas.

*Amar*

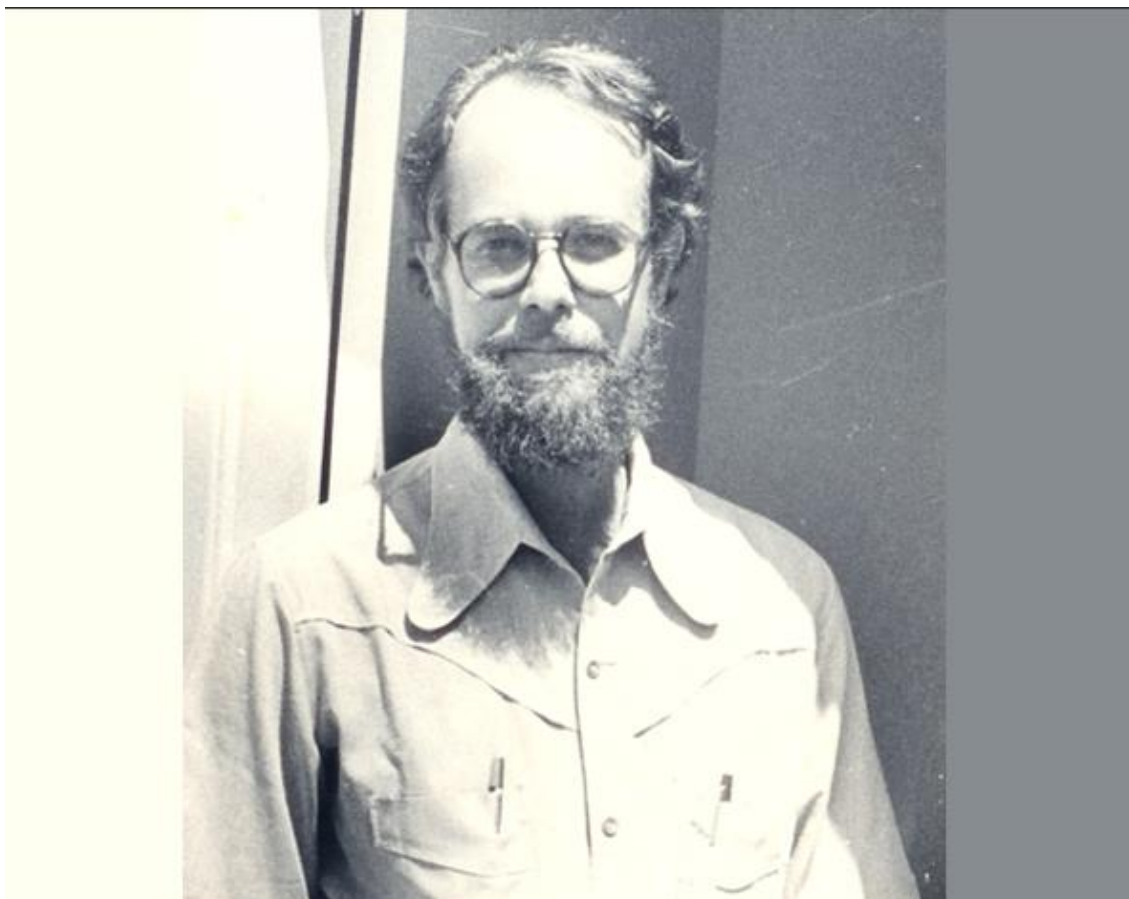
Desenha, Deus, nos céus  
Um arco-íris.  
És bom pintor, eu creio  
Bom artista.

Depois cantarola as sete notas  
Como se fosses, Deus, um passarinho.  
Soletra o meu nome como a criança  
E depois me dá a mão como um amigo.  
Que eu te ame com preces, pão e vinho  
como se eu fosse um deus  
e tu, menino.

A essas alturas, deus e o menino devem estar brincando e sonhando o nosso  
“povoado”.

## UM EDUCADOR E PESQUISADOR IMORTAL<sup>1</sup>

Telmo Adams<sup>2</sup>



O onze de julho de 2023 foi marcado pela partida do educador Carlos Rodrigues Brandão, deste plano de vida. Ao termo “educador”, atribuo, aqui, um sentido amplo, de acordo com sua vivência construtora de caminhos educativos de

---

<sup>1</sup> Homenagem recebida em 31/07/2023. Aprovada pelos editores em 16/08/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.60826>

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), Rio Grande do Sul - Brasil. Colaborador do Centro Latino-americano em Pesquisa e Educação - CELÁPED – Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), Rio Grande do Sul - Brasil colaborador do Grupo de Pesquisa: Educação Popular Metodologias Participativas e Estudos decoloniais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) , Rio Grande do Sul - Brasil. E-mail: [adams.telmo@gmail.com](mailto:adams.telmo@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7293725605745367>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8079-1273>.

perspectiva integral. Esta inclui a sua humanidade, a capacidade teórica, a sensibilidade solidária, a perspicácia metodológica de despertador da curiosidade, de poeta e contador de histórias. Contempla sua compreensão articulada entre o educar e o pesquisar, com uma prática democrática essencialmente participativa, em sintonia com cada momento histórico. Suas inúmeras publicações demonstram sua interrelação com Paulo Freire, Orlando Fals Borda, além de tantos expoentes ligados a campos acadêmicos da educação, da antropologia, da psicologia, da sociologia, assim como da cultura, da educação popular e ambiental, e os movimentos sociais. Seu foco sempre foi a popularização do conhecimento, com a boniteza de Freire e o sentipensar de Fals Borda. (Re)criando caminhos para o Bem Viver, irradiava a todas e todos a chama da utopia sempre aberta a novos horizontes para incidir, de modo transformador, sobre a realidade social degradada.

O GT 6 – Educação Popular da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ANPED, contou sempre com a presença amiga, reflexiva e estimuladora de Brandão. Com uma capacidade transdisciplinar transitava com facilidade entre temas diversos ligados aos 24 grupos de trabalho desta Associação.

Como exemplificação, gostaria de compartilhar alguns aspectos marcantes da história deste Poeta da Pesquisa-Educação.

Após apropriar-se do conhecimento socialmente construído, Brandão extrapola a ciência convencional com extraordinária criatividade, sempre com leveza e ternura de poeta e a rigorosidade metódica própria de uma ciência comprometida com a transformação da realidade de desigualdade e injustiça social. Assim como Freire, em sua prática educativa e investigativa, os processos inseparáveis de educar e pesquisar constituem atos políticos por excelência.

Durante meu doutorado, em 2005, o livro Pergunta a várias mãos – que Brandão escreveu com base na experiência do Movimento de Alfabetização da rede pública de Porto Alegre -, foi minha referência de cabeceira no aspecto teórico-metodológico e epistemológico. O livro enfatiza o “como nós vivemos a pesquisa que fazemos”: uma pesquisa que tenha sentido para as sujeitas e sujeitos participantes, para as pesquisadoras e pesquisadores, assim como para os campos temáticos nos quais a investigação se insere.

Em um Seminário que realizamos, nessa mesma época, sobre Pesquisa Participativa e Educação Popular, com a presença agregadora de Brandão, reunimos

vários grupos de pesquisa, juntamente com pessoas de organizações populares. Carrego viva na memória a reflexão tranquila com suas sábias palavras, expressão de sua prática coerente. Afirmava ele que, na pesquisa participante, nós confiamos nas pessoas com quem pesquisamos, os sujeitos da pesquisa; diferentemente da pesquisa tradicional em que o pesquisador confia somente em si e desconfia das pessoas, meros objetos da pesquisa. Por isso, sempre valorizou, em todo o processo de pesquisa, os saberes e a contribuição, seja dos povos originários, comunidades quilombolas, movimentos populares ou comunidades ribeirinhas. Sua argumentação, em todas as suas obras, corrobora para contribuir com uma educação humanizadora e libertadora.

Com o reconhecimento indiscutível deste intelectual orgânico junto a amplos setores da sociedade científica, dos movimentos sociais e organizações populares, a sua imortalidade não passou por Academia Brasileira alguma. Ele foi exemplo de uma verdadeira academia comprometida com a maioria da população brasileira, especificamente, com o campo da educação popular, da saúde popular, da pesquisa participativa, da cultura e da educação ambiental.

Amigo da natureza e com uma extraordinária capacidade de relação humana, sua indignação com a desigualdade e injustiça social era sempre temperada com a esperança. Quando em um encontro lamentávamos o desgoverno que se instalara no Brasil a partir de 2018, ele nos animava dizendo: governos não são eternos; eles passam. Seu senso de historicidade nos trazia de volta à concepção dialética para que não caíssemos nas armadilhas do fatalismo político. Defendia que a educação popular precisa fortalecer-se para formar pessoas coerentes-cooperativas para criar um mundo humano. No livro Aprender o amor: sobre um afeto que se aprende a viver, insiste que existimos para construir esse lugar, passo a passo, cotidianamente, cada qual, cada grupo, cada organização fazendo a sua parte. Como bem salienta a Nota do GT6, por ocasião de seu falecimento, “Ele é a síntese mais bonita e concreta de um ser humano ético, íntegro, leal, honesto e essencialmente solidário e amoroso. O que dele era, nosso também o é”.

Queria sintetizar a vida de Brandão com destaques de um de seus escritos – Com sentido e com beleza -, para enfatizar alguns aspectos que não podemos deixar de aprender de seu modo de ser e agir, articulando o conhecimento, a arte e a educação. Para ele, a arte é uma outra forma de compartilhar o aprender e o saber.

O ato de educar implica “associar o sentido ao saber, o valor ao agir, a sensibilidade ao ensinar, a sabedoria (humilde) ao aprender, o gesto ao ato, a arte à ciência e o criar ao fazer”. Além do mais, com Brandão aprendemos que o trabalho, por mais duro que seja, podemos realizá-lo com leveza, com arte, com poesia. Para ele, toda pessoa pode ser sempre poeta.

Com estas e tantas outras indicações, Brandão estimula o permanente mutirão de reencantamento da educação e da pesquisa participativa, com amorosidade e bontiteza. Assim, seguimos juntas e juntos as trilhas de Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão. Eles continuam vivos!

## CARLOS RODRIGUES BRANDÃO: A CHAMA INAPAGÁVEL DA EDUCAÇÃO POPULAR BRASILEIRA E LATINOAMERICANA<sup>1</sup>

Maria Teresa Esteban<sup>2</sup>  
Maria Tereza Goudard<sup>3</sup>



<sup>1</sup> Homenagem recebida em 31/07/2023. Aprovada pelos editores em 16/08/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59413>

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia e Ciências da Educação Faculdade de Educação/Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói - Brasil. E-mail: [m\\_t\\_esteban@id.uff.br](mailto:m_t_esteban@id.uff.br).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9777735988809472>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0130-149X>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação Faculdade de Formação de Professores/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - Brasil. E-mail: [mtgtavares@yahoo.com.br](mailto:mtgtavares@yahoo.com.br).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2697823717162359>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9856-5098>.



“Quem elegeu a busca  
não pode recusar a travessia”  
João Guimarães Rosa

Iniciamos esse escrito compartilhado, ainda sobre os impactos da *travessia* do querido Carlos Rodrigues Brandão, em 11 de julho de 2023, portanto há menos de um mês. Para nós, “as Teresas”, como carinhosamente Carlos Brandão se referia a nós duas nos encontros do Grupo de Trabalho (GT) de Educação Popular da Anped, ou em intercâmbios do mesmo GT, em cidades e universidades distintas, foi transformador sermos afetadas por suas palavras, seu olhar, sua humanidade. E era sempre uma alegria encontrá-lo, revê-lo, com a sua voz mansa e seu sorriso miúdo, matreiro, sendo Carlos Brandão um dos homens mais gentis e envolventes que conhecemos.

Assim, o presente texto, *pretexto* para lembrar Carlos Rodrigues Brandão em nosso percurso de professoras–pesquisadoras da Educação Popular, não se nutre de pretensões políticas e ou epistemológicas. O presente texto, tecido por nós, deriva de um afeto intenso e sincero, resultante de uma longa convivência que se dava nos “encontros”, com a pessoa e com a obra de Carlos Brandão.

Carlos Rodrigues Brandão, foi um pensador, pesquisador e contador de histórias, incansável! Autor de mais de 100 livros, sendo boa parte deles sobre Educação Popular; Cultura; Paulo Freire e seu Método de Alfabetização; Educação Ambiental; Literatura Infanto-juvenil, tais como “O menino que lia o Mundo”, “O Jardim de Todos”, entre outros. Carlos Brandão era um escritor e leitor profícuo. Nesses anos pandêmicos (2020-2022), gostava de nos contar nas lives produzidas pelo GT de Educação Popular, que estava (re)lendo livros considerados clássicos da literatura brasileira e universal. Não lhe faltava tempo para ler o livro “Paidéia: a Formação do homem grego”, escrito pelo filósofo alemão Werner Jaeger, uma obra de mais de 500 páginas, como ele gostava de nos falar. Gostava também de referenciar obras de Guimarães Rosa e Clarice Lispector, seus autores de *cabeceira*, como ele gostava de nos dizer, além de escrever textos, livros e longos emails aos companheiros e companheiras do GT 06 de Educação Popular.

Formado em Psicologia pela PUC/RJ, com mestrado em Antropologia pela Universidade de Brasília e Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, era um professor e pesquisador arguto e rigoroso, mas, ao mesmo tempo sensível e atento aos “mistérios do mundo”. Assim, como definir Carlos Rodrigues

Brandão? Talvez o melhor “retrato” seja como ele mesmo se (auto)definia: como um poeta, antropólogo, educador e militante ativista da Educação Popular. A partir de uma longa e fraterna convivência com Paulo Freire, tornou-se um dos maiores estudiosos do trabalho/obra Freiriana, sendo um leitor sensível e rigoroso do percurso da Educação Popular no Brasil e na América Latina. Um dos seus últimos livros, publicado em 2021 pela Wak Editora, no centenário de nascimento de Freire, chama-se, justamente, “Paulo Freire: Tantos anos depois”, no qual Carlos Rodrigues Brandão retoma o seu percurso de ativista e militante da Educação Popular, entrelaçando a sua convivência fraterna e amorosa com Freire, à memória, à história e ao legado da Educação Popular nos últimos 60 anos, desde os movimentos de cultura popular iniciados em Recife/PE, na década de 60 do século passado, quando Paulo Freire iniciou o seu trabalho extensionista no Serviço de Extensão da Universidade de Recife.

A parceria com Paulo Freire e tantos outros e outras educadores e educadoras militantes da Educação Popular, tais como Rubem Alves, um dileto amigo e “mestre da vida”, conforme palavras do próprio Carlos Brandão (2021, p.3), Beatriz Bebianco Costa, Osmar Fávero, Marcos Arruda e José Inácio Parente, todos vinculados a organizações sociais no Rio de Janeiro, sobretudo, à Igreja Católica, inscreveram e escreveram a Educação Popular pensada e praticada como um campo de conhecimento fértil e fecundo na Educação brasileira dos anos 60 do século XX. O próprio Carlos Rodrigues Brandão gostava muito de contar aos colegas *novatos* do GT de EP, que ele mesmo *estreu* aos 23 anos no Movimento de Educação de Base (MEB) em 1963, portanto há 60 anos, sendo logo incorporado à equipe nacional do MEB, integrando-se à equipe de “Animação Popular”.

Como vemos, a vida e a obra de Carlos Rodrigues Brandão, entrelaçadas em sua amada Rosa dos Ventos, terra boa de acolhida e partilha com quem ali chegava, mas também com quem sem seu chão pisar é tocado pelo que Brandão ali produzia, estão marcadas por muitos e variados encontros, ao longo de sua travessia por este mundo. Mundo no qual caminhou com leveza, profunda admiração e respeito. Em seu caminhar, foi proseando sobre esse mundo, no qual se aventurava, e sobre a vida, com que se encontrava. Como um grande contador de histórias e “causos”, ao expor suas experiências nos desafia(va) a olhar para a vida com cuidado e nos convida(va) ao diálogo para melhor observá-la, compreendê-la e (re)criá-la. Não se limitou a nos

dizer da importância da circulação do saber, fez das suas palavras, gestos, olhares e viagens atos de partilha, constituídos no afeto que torna possível o encontro, condição para o ensinar-aprender.

A nós, professoras pesquisadoras da Educação Popular, nos deixa como parte dos ensinamentos, perguntas. Na abertura dos Conversatórios – “O pensamento de Paulo Freire em ação: diálogos Freirianos em tempos de (pós) pandemia”, realizado pelo GT Educação Popular da ANPEd, em 2021, Brandão nos provoca: “Por que a Educação Popular?” E ainda, com menção à expressão de Miguel Arroyo: “em que território de disputa se encontra isso que nós chamamos de Educação Popular?” Nos impele, portanto, a seguir refletindo, traçando caminhos, recriando nossos modos de viver, com cuidadosa escuta das pessoas e do que se apresenta em nosso tempo. Então, convoca as/os parceiras/os com quem percorreu a trilha da Educação Popular e assinala a necessidade de incorporar outros sujeitos e outras epistemologias, para continuar essa viagem.

Como bom trilheiro (assim, por vezes, Brandão falava de si), sabia ser preciso seguir as sendas já abertas, e que para ir além não se pode deixar de abrir novas trilhas. Compartilhou seu caminho e nos ofereceu instrumentos para avançarmos em nossas buscas: a pesquisa participante. Para ele, “a pesquisa é “participante” porque, como uma alternativa solidária de criação de conhecimento social, ela se inscreve e participa de processos relevantes de uma ação social transformadora de vocação popular e emancipatória” (Brandão, 2006 p.32). Sendo uma formulação latino-americana, se configura em movimento muito próximo à Educação Popular.

Estar com Brandão, nas diversas formas em que se pode estar com alguém, era/é uma oportunidade especial de entrar em contato com sua elaboração, criativa, envolvente e teoricamente refinada a partir de suas andanças e seus encontros. Aves, rios, plantas, montanhas lhe faziam pensar, interrogar, problematizar e compreender a vida, suas belezas e mazelas, seu aconchego e seus perigos, do mesmo modo que as gentes tantas e diferentes, de tantos e diferentes lugares, com seus jeitos próprios de viver e pensar a vida. Jeitos de ser humano, apenas um dos seres que partilham a vida na Terra e no Universo e que com tantos outros comparte o “mistério de estar vivo”, como dito por ele, porém, percebendo a vida e pensando sobre ela. Uma humanidade que reivindica a liberdade. Liberdade de criar e criar-se, na tecelagem de cultura e educação – populares, na produção da vida - atos políticos.

Com folias, festas, cantos, danças e muito do que aprendeu conversando com o povo também vai nos ensinando a fazer a educação popular, deixando seus traços nos caminhos em que ela se produz. Sua obra se entretetece à rede de movimentos comprometidos com a libertação que ultrapassa as fronteiras brasileiras e faz da Educação Popular uma proposição política, epistemológica e metodologicamente latino-americana. Uma educação alegre, porque esperançosa e transformadora; atenta, porque sabe que “viver é lutar”; coletiva, porque a vida se tece na convivência, na partilha, no estabelecimento de laços; solidária, porque sabe das dores do povo e de sua capacidade de criar alternativas; errante, porque a vida sempre comporta o imprevisível.

Sem a pretensão de uma “genealogia” da Educação Popular a partir dos percursos de Carlos Rodrigues Brandão, reiteramos que a EP, como amorosamente a denominamos em nosso GT da ANPED, embora na contemporaneidade se constitua como um campo teórico-prático consolidado, no sentido acadêmico e institucional, com os seus/suas autores/as, mercado editorial, linhas de pesquisa em programas de pós-graduação em Educação, espaços e circuitos institucionalizados para apresentação e discussão de suas pesquisas e trabalhos acadêmicos, segundo Brandão, “emerge historicamente, onde quer que surja no continente, como um movimento de educação, ou, se quisermos, como a educação em estado de movimento. Como um movimento em que, política, teórica e metodologicamente a educação quer ser uma transgressão de si própria” (2001, p.8). E mais recentemente, Carlos Rodrigues Brandão retoma a sua conceituação da EP como “Uma deriva pedagógica (...), a Educação Popular é um movimento, não uma instituição; é um acontecendo, não um acontecimento e, menos ainda, um acontecido” (Brandão, 2021, p. 96).

Talvez a conceituação da EP como a *educação em estado de movimento* seja uma das maiores lições de Carlos Rodrigues Brandão a todos/as nós que a praticamos, seja nos territórios escolares, nos movimentos sociais, nas lutas do campo e da cidade por justiça, educação, terra, moradia, trabalho, direito à vida de uma forma mais plena e feliz.

## Para (não) concluir

Na urdidura desse texto-pretexto para falar, mesmo que de forma breve, sobre os impactos da *travessia* de Carlos Rodrigues Brandão em nós, que tivemos a alegria de nos constituirmos enquanto pesquisadoras da Educação Popular na convivência intensa e dialógica de quase 30 anos com a pessoa e a obra de Brandão, seja no encontros da Anped, nos minicursos e sessões especiais ministradas por ele, seja na leitura formadora de livros clássicos, tais como “A Questão Política da Educação Popular” (1980), “O que é Educação” (1981), “Pensar a Prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação” (1990), “Paulo Freire: tantos anos depois”(2021), e tantas outras obras seminais, achamos importante retomar a epígrafe introdutória desse pequeno artigo: *Quem elegeu a busca não pode recusar a travessia*. Sim, poucas pessoas se abriram tanto à busca, ao encontro, à errância, à partilha como Carlos Rodrigues Brandão. Aprendemos com ele que a Educação Popular era/é um “canteiro de obras”, que cada um, cada uma de nós, produzia em nossos grupos e coletivos as ferramentas e os instrumentos pedagógicos e políticos voltados a tornar o mundo, a nossa sociedade, a escola, a universidade, a cada um/uma de nós pessoas melhores, mais humanizadas e solidárias à dor e à experiência do Outro/Outra.

Depois de tantas andanças e prosas, em que tantas vozes se entrecruzaram e mãos se entrelaçaram tecendo valiosas experiências de partilha, talvez este mundo que habitamos tenha ficado pequeno demais para Carlos Rodrigues Brandão. Talvez ele esteja se aventurando por outros caminhos, proseando com outras gentes, admirando outros seres vivos, explorando outras paisagens, contando outros “causos”.

Creemos que, irmanado com Paulo Freire e Rubem Alves, “seus mestres de vida”, segue Carlos com a sua chama acesa. Chama esta que utopicamente brilha no horizonte, nos convidando a continuar “lendo curiosamente o mundo”, e nele ir construindo outras poéticas de ação, outros campos de possíveis!

Faz algum tempo, em seu livro *Furundum* (2001), Brandão nos disse:

**até logo, gente amiga**  
já era de noite  
e eu vinha vindo  
o dia amanheceu  
e a vinda... ainda.  
de noite de novo  
e eu vou indo  
eu já na ida.  
quem é que não acaba:  
a estrada ou a vida?  
Até sempre, querido companheiro.  
Viva Carlos Rodrigues Brandão!

## **Referências**

Brandão, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire**: Tantos anos depois. Rio de Janeiro: WAK, 2021.

Brandão, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: Streck, D., Brandão, C.R. (org). **Pesquisa participante** – o saber da partilha. Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

Brandão, Carlos Rodrigues. **Pensar a Prática**: escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

Brandão, Carlos Rodrigues. **Furundum**. Campinas: Autores Associados, 2001.

Brandão, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

Brandão, Carlos Rodrigues (Org.). **A Questão Política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

## CARLOS RODRIGUES BRANDÃO E A “ROSA DOS VENTOS” DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA<sup>1</sup>

Roseny de Almeida<sup>2</sup>



Encontro de Educadores e Educadoras da Economia Solidária no sítio Rosa dos Ventos - junho de 2010, Caldas/MG. Acervo do Instituto Marista de Solidariedade

*“O mundo é mágico.  
As pessoas não morrem, ficam encantadas...”*  
João Guimarães Rosa

Poeta, carioca, antropólogo, amante da cultura popular, defensor do meio ambiente, andarilho... no seu país e fora dele. Tinha um pé na academia, outro na educação popular, escreveu dezenas de livros, lecionou em diversas universidades brasileiras e estrangeiras, foi amigo e companheiro de Paulo Freire, veja que dupla perfeita! Foi assim que o nosso gigante da educação popular fez pousada por aqui por oitenta e três anos, um “plantador de sonhos”.

<sup>1</sup> Homenagem recebida em 31/07/2023. Aprovada pelos editores em 16/08/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.60830>

<sup>2</sup> Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pernambuco - Brasil. Educadora Popular, compõe a Rede Mineira de Educadoras e Educadores da Economia Popular Solidária. É militante da Economia Popular Solidária. E-mail: [rosenyalmeida2014@gmail.com](mailto:rosenyalmeida2014@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6678429319067219>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6164-720X>.



Não poderia escrever este singelo texto em homenagem ao professor Carlos Rodrigues Brandão sozinha. Ficaria mais autêntico se convidasse algumas Educadoras e Educadores da Economia Popular Solidária, especificamente alguns que participaram do Centro de Formação em Economia Solidária (CFES) na região sudeste do Brasil, no período de 2009 a 2017. Foi no CFES que muitos desses educadores populares tiveram a honra e o privilégio de conhecer Brandão. Ele compartilhava da tese “um outro mundo é possível” pautado na igualdade, cuidado com o planeta e na justiça social. Neste projeto de mundo está a Economia Popular Solidária. Brandão foi convidado para diversos cursos de formação de educadores populares. Afinal, como levar os princípios e fundamentos da economia solidária sem uma metodologia, sem os ensinamentos da educação popular?

Reproduzo aqui alguns depoimentos destes educadores às “marcas” deixadas por Brandão:

*“Falar do Brandão, neste momento, me toca profundamente, me enche os olhos e a alma. É um misto de sentimentos contraditórios e complementares. Ao mesmo tempo que me traz e me faz alegria no coração, também sinto falta da presença que sempre foi um presente; amigo e mestre na minha tela mental, vem o seu jeito doce, seu sorriso, seu olhar e sua fala entremeada de silêncios e sempre fazendo sentir com muito sentido o que nos dizia. Os meus encontros com o amigo e mestre foram em diferentes momentos, muitos destes na execução do projeto CFES Sudeste, no qual o Brandão foi uma presença constante, que nos inspirava e nos animava a todas. Alguns desses encontros foram no sítio Rosa dos Ventos, sua casa, que ele, na sua generosidade militante, transformou em um Centro Permanente de Formação em Economia Solidária, aberto à ensinagem e a aprendizagem coletiva, constante e cuidadosa. Hoje, estando aqui no Norte de Minas, o tempo e o mato secos, meu olhar busca na serra os Ipês floridos, em especial os Ipês amarelos, pois em um dos nossos encontros aqui em Montes Claros, na hora de ir embora, ele me disse: “eu gosto muito daqui, da comida e das pessoas, mas em especial nessa época do ano, eu gosto de ir na estrada admirando os ipês floridos.” Naquele dia viajamos juntos e fomos conversando e contemplando os professores Ipês que encontramos pelo caminho. Contemplamos a generosidade do Ipê, ou também como é conhecido o Pau-d’arco, conhecido popularmente pela sua dureza e flexibilidade, uma madeira que enverga sem quebrar e que quando tudo em volta está pintado de cinza e*

*aparentemente sem vida, o Ipê explode em flores, com suas cores maravilhosas. E o amigo falava que este era um dos papéis do educador, da educadora: ver a beleza nos processos, descobrir sentido onde tinha desesperança e, com gentileza, seguir sendo ele mesmo, um ipê florido, embelezando a paisagem de quem tem a sensibilidade para ver para além do mato seco, na estrada da vida”.*

Shirlei Silva - Jaguaribe/CE.



Encontro de Educadores e Educadoras da Economia Solidária no sítio Rosa dos Ventos - junho de 2010, Caldas/MG.  
Acervo do Instituto Marista de Solidariedade.

*“Uma coisa que aprendi com Brandão foi aprender a falar baixo, não me impor na fala. Talvez não tenha muita importância no mundo acadêmico, mas, do ponto de vista humanista, silenciar e ouvir o outro é fundamental. Sendo ele letrado, na condição que tinha, professor emérito da Unicamp, era humilde, usava roupas e calçados simples, nunca se impunha. Fiquei pensando como pode, eu, sendo um simples trabalhador, pobre, negro, um artesão e ele um professor do nível dele e ter um diálogo tão de igual para igual comigo? Isso me ensinou muito e me colocou num lugar muito interessante, me colocou no mesmo lugar dele. Me fez entender que todos nós somos humanos, não importa o trabalho que a gente faz, não importa o lugar que a gente ocupa na sociedade. Brandão me remete à música do Milton Nascimento, “amigo é coisa pra se guardar do lado esquerdo do peito”.*

Armando Santos - Juiz de Fora/MG.

Não é possível falar do Brandão sem falar da Rosa dos Ventos. O professor tinha duas moradas, transitava entre Campinas/SP e Pocinhos do Rio Verde, em

Caldas/MG. Originalmente, “Rosa dos Ventos” é um dos mais importantes símbolos utilizados na ciência geográfica e cartográfica, que permite a localização de qualquer ponto da superfície terrestre, apresenta as direções cardeais, colaterais e subcolaterais.

Pode-se ter a Rosa dos Ventos do Brandão como um “porto seguro”, um “marco zero” para olhar o mundo, onde os pares se encontram e apontam uma direção da vida - que sociedade queremos construir e para onde ir? Tinha uma grande preocupação com o futuro do planeta: *“teremos chegado a um momento em que podemos decidir se vamos desaparecer ou continuar? De decidirmos se vamos recriar a vida e reverdecer o Mundo onde vivemos, ou vamos simplesmente exaurir seus últimos recursos naturais e extinguir a possibilidade de permanência na Biosfera dos outros seres da Vida, que compartilham conosco a Terra, e a de nós mesmos?”* Colocava-se no mundo de forma transversal e assim transitava pela cultura popular, temas ambientais, pelo universo das crianças... um educador popular.



Encontro de Educadores e Educadoras da Economia Solidária no sítio Rosa dos Ventos - junho de 2010, Caldas/MG. Acervo do Instituto Marista de Solidariedade.

*“Falar do professor Carlos Brandão é falar de alguém que viveu na prática a educação popular, foi em alguns momentos contemporâneo ao Paulo Freire e disseminou entre nós a educação popular. Ele afirmava que qualquer pessoa, independente de ter acesso aos métodos e estar inserida em um processo pedagógico, tem a educação mesmo assim. Foi um homem que vivenciou e experienciou a economia solidária não só através do conceito, através da escrita, mas na prática, quando cria em seu sítio, a Rosa dos Ventos, onde todo mundo que passa*

*por lá, colabora! Gente do mundo inteiro deixa um pedaço da sua história, sua vivência, sua experiência e coloca na prática o que é colaborativo da economia solidária. É um educador popular que nos ajuda a entender a importância de diversas identidades culturais e de como elas nos atingem, nos atravessam e nos ensinam ser pessoas melhores. Deixou um legado incomparável, imensurável e através de seus livros e através da escrita valorizou a todos nós, principalmente quem teve a oportunidade de conhecê-lo e de estar presente com ele. Valorizava a cultura popular como o congado, o reisado/folia de reis. Apesar de todos os títulos acadêmicos, sua vida acadêmica, professor honorário, continua ali mostrando pra nós que é possível ser simples, falar simples, ter uma linguagem simples, acessível e que o povo entenda. Quando a gente sentava pra conversar com ele era poesia pura, plena. É com muita emoção, que nós, educadores populares, nos despedimos do Brandão. Vamos continuar nas suas pegadas e de Paulo Freire, vamos continuar a caminhada em marcha para transformar esse mundo tão desigual. Ele falava muito da desigualdade, da fome, da falta de acesso das pessoas para se viver. Dizia com muita simplicidade como é simples o outro mundo, fazendo pequenas coisas localmente para agir globalmente. Uma das frases que mais nos impacta, “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas, as pessoas mudam o mundo.” Esta frase foi atribuída erroneamente ao Paulo Freire, mas, na verdade, é dele. É importante que a gente ressalte isso: precisamos, dentro da academia, de pessoas que valorizem o saber e a cultura popular e toda essa identidade cultural que nos faz caminhar pra frente. A ele, só gratidão e bondade, por tudo que nos deixou. Todo conhecimento que nos deixou vai continuar vivo, e na sua obra “Rosa dos Ventos”*

*Édna Leite Ramos / Poços de Caldas - MG*

*“Começamos a construir uma rede de educadores da economia solidária no sítio Rosa dos Ventos, já tínhamos ouvido falar muito do professor. Fomos para a Rosa para uma das atividades de formação promovidas pelo CFES-SE. Conhecemos o Brandão e aquele lugar incrível que é Pocinhos do Rio Verde, foi um impacto, nesses dias. Tivemos a sorte de conviver e repartir conhecimentos. O professor foi de uma generosidade ímpar em enriquecer nosso encontro, trazendo sua vivência e experiência, e nos colocando em contato com a paz daquele lugar. Não era possível separar o homem do lugar (quando voltamos, em outra oportunidade em que ele não*

*estava, era como se faltasse algo). O encontramos num momento muito marcante de nossas vidas e do país, onde estávamos cheios de esperanças, discutindo a construção de marcos pedagógicos para a economia solidária, sem saber o que nos aguardava lá na frente.... Sou grato por poder ter desfrutado dessa companhia e ter bebido dessa fonte. Foi, realmente, uma honra para nós. E tenho certeza que a presença dele e sua memória vão estar vivas não só em nós, que tivemos oportunidade de conhecê-lo, mas também a todos aqueles que tiveram e terão a oportunidade de conhecer a Rosa dos Ventos, onde a alma do nosso Brandão, com certeza iluminará e inspirará a todos que procurarem o seu abrigo. ”*

Luciano Mina - Carapicuíba/SP



Encontro de Educadores e Educadoras da Economia Solidária no sítio Rosa dos Ventos - junho de 2010, Caldas/MG. Acervo do Instituto Marista de Solidariedade

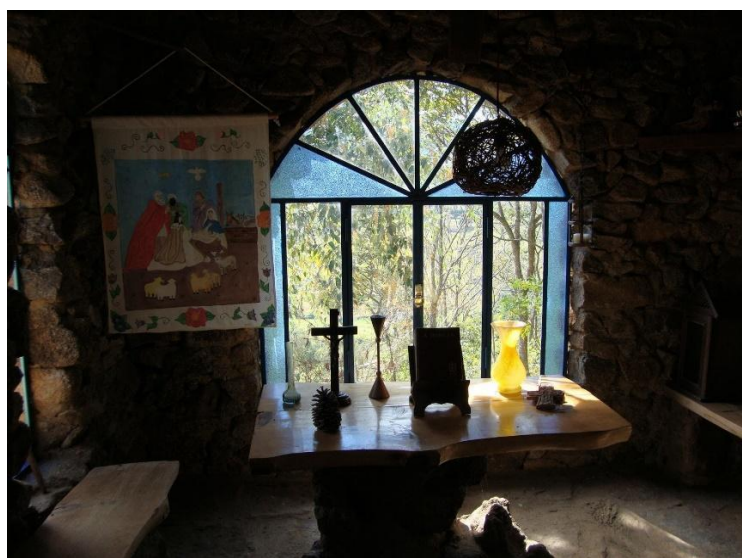
Foi no singular e exótico “Sítio Rosa dos Ventos”, de propriedade do Brandão, mas com um sentido autogestionário que conseguiu aglutinar artistas, músicos, intelectuais, vegetarianos, amantes da natureza... “casa de acolhida agrega quem chega de perto ou de longe”, esse é o tema.





Portão de entrada do sítio Rosa dos Ventos. Acervo: Instituto Marista de Solidariedade.

As pessoas que frequentam a Rosa têm algo em comum: acreditam que é possível construir um outro mundo com mais boniteza, como dizia Paulo Freire, exaltando a cultura popular e o Bem Viver. O público que a frequenta exercita a vida comunitária ao longo dos dias em sua estadia, desfrutando de belas rodas de conversas e violão, produção dos almoços e jantares em mutirão (geralmente, sem carnes), prosas em volta da fogueira, prazerosas caminhadas até as cachoeiras, visita à biblioteca montada por Brandão, composta de obras literárias cuidadosamente escolhidas e ainda do espaço sagrado ecumênico, acolhendo todas as fés, composto de documentos bíblicos de diversas religiosidades e adereços religiosos.



Espaço sagrado ecumênico. Acervo: Instituto Marista de Solidariedade

*“Um filme passou em minha cabeça, me lembrando de como eu conheci o Brandão. Chorei, pelas ruas, com as lembranças do querido professor. Lembrei-me que nos anos 90 encontrei com ele na Unicamp, e, à época, lia o livro “Lutar com as palavras”. Conteí para ele, e de pronto ele falou: “tem coisas novas para você ler”. Passaram-se os anos, e já no século XXI, reencontrei o Brandão numa atividade do CFES. A emoção foi embalada com encantamento, fomos recebidos com muito carinho por ele, o Brandão. Homem grande e forte, com seus quase 70 anos, à época, mas de uma vitalidade, utopia e amor pelas pessoas. Amor, solidariedade, cooperação, carinho, tudo aquilo que havia lido em seus livros, mas muito mais, aprendizado em cima de aprendizado. Não me esqueço da leitura do “Ciço - O que é educação” e da dramatização do texto. E cada palavra era um aprendizado, nome de flores de ruas, casos e mais casos, gestos, ação e pesquisa-ação e pesquisa-participante! Grande Brandão, que nos ensinou a vida na ação e participação, ser e viver.”*

Flávia Assis - Belo Horizonte/MG

*A simplicidade de quem incorporou literalmente a máxima do mestre Paulo Freire, "ensinante e aprendente". Era como ele se colocava no processo formativo de Educação Popular do CFES. A efetivação da troca de saberes”*

Luiz Caldas - Angra dos Reis / RJ.

Brandão nunca se apegou aos títulos e prêmios, e olha que recebeu diversos, mas colocou na parede, em seu escritório na Rosa, apenas alguns bastante excêntricos: escoteiro, guia excursionista, guia escalador de montanhas, voluntário da Cruz Vermelha e peregrino do Caminho de Santiago. Era um homem desapegado das vaidades acadêmicas. Também pela poesia - “ela me persegue desde a infância”, dizia ele. Entre seus diversos escritos produziu um belo livro para as crianças, “Abecedário dos bichos que existem e não existem”. Vejam o Bacurau...

**O Bacurau**

*Voava de noite  
e voava sozinho*



*no meio do fundo  
do oco da noite  
um Bacurau.  
Voava tão alto,  
de longe pra onde?  
E voava...voando  
e voando pensava:  
de onde é que eu vim?  
E eu vou indo pra onde?  
Pra onde... afinal?*

Diante dos vários depoimentos, é possível perceber a relevância da passagem do professor/educador popular na vida destas pessoas. Brandão falava de coisas simples, tinha um olhar sensível sobre os bichos, as árvores, as flores, as montanhas, sobre as pessoas simples do meio rural, as coisas do mundo. Buscava sentido e conexões entre as coisas que via e a teoria que aprendeu nas universidades. E isso dava muita beleza às suas palavras impressas nos livros e iluminava o olhar das pessoas que as ouviam. Parecia apontar o caminho: é por aqui, vamos juntos, juntas...

Brandão, presente! Presente! na vida de cada um, cada uma de nós!

## “*NUUESTRA AMÉRICA*”: O LEGADO PRECIOSO DE JOSÉ MARTÍ<sup>1</sup>

Luiz Ricardo Leitão<sup>2</sup>

Após anos de residência na maior das Antilhas, escrevi certa vez que a maioria das pessoas que visitam Cuba pela primeira vez chega à pérola do Caribe sem ter a dimensão de quão idiossincrática é a pátria de **José Martí**. O arquipélago exibe identidade própria, forjada em mais de dois séculos de luta pela emancipação nacional, seja contra a metrópole europeia, seja contra o insaciável Império do Norte. De fato, conforme nos adverte o historiador cubano Eduardo Torres-Cuevas, sua história de resistência contra o poderoso vizinho ianque remonta ao final do século XVIII – ou seja, é anterior até mesmo às manifestações de desmedido chauvinismo assumidas por Thomas Jefferson, um dos “pais fundadores” dos Estados Unidos, na primeira década do século XIX, e ao belicoso preceito expresso por John Quincy Adams, secretário de Estado do Presidente Monroe, em 1823, segundo o qual, por sua posição geográfica, as ilhas caribenhas seriam “apêndices naturais” do território estadunidense<sup>3</sup>.

Por sua vez, resistindo às investidas do belicoso e insaciável vizinho do Norte, a longa e conturbada história de lutas do povo cubano dotou-o de um arraigado sentimento anti-imperialista e de uma profunda consciência nacional, cuja rara dimensão muitos de nós, brasileiros e latino-americanos em geral, sequer logramos avaliar. Ele protagonizou duas campanhas de Independência no século XIX, mas, ao libertar-se, sofreu uma intervenção branca dos EUA, explicitamente manifesta nas cláusulas da Emenda Platt (incorporada à Constituição cubana em 1901). Por outro lado, se já não bastasse o aprendizado concreto da frente de batalha, toda aquela

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 09/08/2023. Aprovado pelos editores em 18/08/2023. Publicado em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59510>

<sup>2</sup> Doutor em Estudos Literários pela Universidad de La Habana - Cuba. Escritor e professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro - Brasil, de 1995 a 2021. E-mail: [lrleitao@terra.com.br](mailto:lrleitao@terra.com.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5515701756661980>.

<sup>3</sup> Ver, a respeito, LEITÃO, L. R. **Extranjeros**: reflexões, crônicas e ficções de um brasileiro em Cuba no “Período Especial”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2008, p. 29-30.

árdua experiência histórica que forjaria os líderes do século XX foi esteticamente condensada no pensamento e na obra do notável poeta e prosador **José Martí**, ele próprio uma súpula viva do preceito de que “*viver é combater*”.

Morto na batalha de Los Olmos, em 19 de maio de 1895, quando se iniciava a etapa final da *II Guerra de Independência* (1895-1898), Martí legou a seus compatriotas lições definitivas sobre o perigo que representaria a capitulação perante o implacável vizinho. Ele vivera “no monstro” e conhecera “as suas entranhas”, conforme escreveu ao amigo Manuel Mercado na véspera de sua morte<sup>4</sup>, e por isso tinha plena ciência da voraz ambição imperial. Muito antes de Lênin e sua clássica obra *O Imperialismo, etapa superior do capitalismo* (1916), o autor cubano já nos descrevera em detalhes o processo de formação de uma nação imperialista, cujo primeiro objeto de cobiça nas Américas, ao lado de México e Porto Rico, era a própria ilha de Cuba.

**Martí** seria o mentor espiritual do assalto ao Quartel Moncada, em 26 de julho de 1953, data que se tornaria um marco da epopeia cubana em busca da tão almejada soberania nacional – e, não por acaso, o ano do centenário do *Apóstolo*, nascido em Havana em 28 de janeiro de 1853. Fidel Castro, o jovem advogado que liderou a frustrada ação contra o ditador Fulgencio Batista em Santiago de Cuba, capital da mais importante província no lado leste do arquipélago, não hesitou em invocá-lo em sua autodefesa perante os tribunais da ditadura, um libelo que mais tarde se tornaria célebre sob o título de *A história me absolverá*. O “*Apóstolo da Independência*” também iria inspirar a direção revolucionária do **Movimento 26 de Julho** e seus principais aliados na luta de guerrilhas que culminou com a deposição de Batista em 1º de janeiro de 1959. O próprio “Che” Guevara, nascido em um país que também abrigara expoentes maiúsculos da causa libertária na América Latina, invocaria o pensamento do *maestro* em sua formulação teórica, postulando como poucos o quão importante seria a preservação da soberania – não apenas política, mas sobretudo econômica e tecnológica – para a construção de um sólido e autêntico projeto nacional.

---

<sup>4</sup> MARTÍ, José. “Carta a Manuel Mercado”. In: LEITÃO, L. R. (org.). **José Martí**: Antologia. São Paulo: Expressão Popular, 2023, pp. 53-57.

## Um sonho inconcluso, mas ainda urgente, imprescindível e possível

Em todos os libelos escritos com a prosa arrebatadora do *Apóstolo*, conjuga-se o ardor e a determinação do revolucionário com a clareza de expressão e a agudeza de espírito do prosador, que, sem jamais abdicar de sua veia poética, vale-se inúmeras vezes de imagens que vieram a calar fundo no imaginário coletivo cubano e latino-americano. Assim, já na abertura do antológico libelo “**Nossa América**”, ele adverte o “aldeão vaidoso”, para quem “o mundo inteiro é sua aldeia”, sobre a sua miopia política. Incapaz de pensar no bem-estar coletivo, seu egoísmo e cegueira o impede de pressentir o perigo dos “gigantes de sete léguas nas botas” que o poderão pisotear a qualquer hora, ou seja, a ameaça concreta de expansão do Império do Norte sobre suas terras. Faltava ainda maturidade a muitos de seus compatriotas, que desprezavam a origem *criolla* e não tinham fé na própria pátria; era uma gente de braço débil, de “unhas pintadas e pulseira”, que sonhava em viver na “civilizada” França ou na Espanha – mazela que, até hoje, assola boa parte das vaidosas e arrogantes elites da América Latina.

Muito antes que **José Carlos Mariátegui** (1894-1930) escrevesse os *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* (singular investigação sobre a história econômica de seu país sob a ótica do materialismo histórico), ocupando-se, de forma inédita, da sociedade hispano-americana a partir de seus temas e desafios essenciais (como o *problema indígena* e a *questão agrária*), **Martí** já nos alertava sobre a necessidade de sermos originais na busca de soluções para a *Nossa América*. Desde o estudo dos antepassados até a formulação de políticas públicas, nada deveria ser artificial ou importado: “*A história da América, dos incas até aqui, há de ser ensinada minuciosamente, ainda que não se ensine a dos arcontes da Grécia – que não é a nossa. Ela nos é mais necessária. Os políticos nacionais hão de substituir os políticos exóticos. Enxerte-se nas nossas repúblicas o mundo; porém o tronco há de ser o das nossas repúblicas.*”

A concepção política das novas formas de poder também deveria guiar-se por tais premissas: “*O governo há de nascer do país. O espírito do governo há de ser o do país. [...] O governo nada mais é do que o equilíbrio dos elementos naturais do país*”. Em suma, já não cabia mais o exercício do poder por figuras que se formavam em universidades estrangeiras, adotavam modelos importados e desconheciam ou subestimavam a história e as culturas de um território híbrido, sincrético e

miscigenado. É assim que ele cunha algumas das imagens mais plásticas e potentes de seu ideário, quando, por exemplo, afirma que a “nossa Grécia” é preferível àquela que não é nossa. E assim, com extremo orgulho e simplicidade, exorta os jovens da América a arregaçarem as mangas, meterem as mãos na massa e construir o futuro com a levedura do seu suor. Basta de tanta imitação! “*A salvação está em criar. Criar é a palavra-chave desta geração. O vinho é de banana; e, mesmo se sair azedo, é o nosso vinho!*”

Coube a **José Martí**, ainda, o valioso ensinamento incutido aos revolucionários de todos os continentes de que “*trincheiras de ideias valem mais do que trincheiras de pedras*” – consigna que, nos anos mais árduos e espinhosos do chamado “Período Especial” de Cuba (durante a década de 90, após a queda do “socialismo real” no Leste Europeu), estimulou a resistência da população do arquipélago às agruras materiais e financeiras que o colapso da ex-União Soviética lhe impôs. Em *Nossa América*, tal pensamento se manifesta em diversas passagens, entre elas a sugestiva metáfora náutica que sentencia: “*Não há proa que rompa uma nuvem de ideias. Uma ideia enérgica, desfraldada em tempo hábil perante o mundo, detém, como a bandeira mística do juízo final, uma esquadra de encorajados.*”

### **Em defesa da *Pátria Grande*: autóctone, unida, soberana e anti-imperialista**

Tão ou mais clarividente e precisa seria ainda a réplica de **Martí** ao letal ideologema cunhado por Domingo Faustino Sarmiento na obra *Facundo: civilización y barbarie* (1845), virulenta prédica anti-indigenista e antiamericana do político e escritor que governou a Argentina de 1868 a 1874. Ao recusar com veemência a mestiçagem e subscrever a ação genocida do colonizador, declarando que a “civilização” correspondia ao estágio do homem europeu do séc. XIX e que “a América só progrediu graças ao extermínio”<sup>5</sup>, Sarmiento acaba por estabelecer um antagonismo inexorável entre o campo e a cidade – está descrita como berço dos “*últimos progressos da razão humana*” e aquele tachado de “*abrigo da barbárie que o primitivismo humano simboliza*”. Enfim, uma vistosa e nociva imagem que encerra apenas uma antinomia meramente discursiva, incapaz de explicar a complexa

---

<sup>5</sup> Cf. VIÑAS, David. **Literatura argentina y realidad política**. Buenos Aires: CEAL, 1989, p. 16-17.

articulação cidade-campo na órbita do capitalismo, mas de efeitos nefastos na formação do imaginário coletivo nacional da *Pátria Grande*.

Desvelando a armadilha ideológica do *Facundo*, o *Apóstolo* não hesitou em afirmar que, em nossa América, “o mestiço autóctone venceu o *criollo*<sup>6</sup> exótico” e “o livro importado foi vencido pelo homem natural”. Em suma, com a vitória dos “homens naturais” sobre “os letrados artificiais”, a premissa de Sarmiento tornou-se insustentável: “*Não há batalha entre a civilização e a barbárie, mas sim entre a falsa erudição e a natureza.*” Não poderia ser mais eloquente a réplica do cubano ao portenho que admirava o progresso dos Estados Unidos e via no emergente Império o ideal de nação “moderna”, sonhando em fazer da Argentina um país totalmente urbanizado e integrado às pautas das potências capitalistas estrangeiras. A saída jamais seria copiar o modelo alheio e aceitar o destino colonial da América Latina, mas sim criar suas próprias políticas de desenvolvimento humano, econômico e social, fundadas no sólido conhecimento da nossa história e na valorização permanente da nossa cultura.

O prosador revolucionário revela-se, pois, um combatente de raro tirocínio político e histórico, que antevê como poucos os perigos da expansão imperialista dos EUA, país que há muito já reclamava “relações íntimas” com o seu “quintal”. Ele denota igualmente uma aguda consciência sobre o processo de formação das jovens nações latino-americanas, cujos processos de independência transitavam ainda por trilhas tortuosas, com diversas guerras civis e conflitos violentos travados entre os próprios países recém-emancipados, o que só favorecia os propósitos expansionistas da águia traiçoeira de Washington. Por isso, seu clássico libelo anti-imperialista, publicado originalmente na *Revista Ilustrada de Nova York*, em plena terra de Tio Sam, em 10 de janeiro de 1891, quando ele arregimentava corações, mentes e armas para desfechar a *II Guerra de Independência* de Cuba, continua a merecer, hoje e sempre, uma leitura atenta e analítica – sem, porém, prescindir da paixão e do fervor revolucionário – de todos aqueles e aquelas que sonham com uma *Pátria Grande* unida e soberana, desde o sul do Rio Bravo até a Terra do Fogo.

---

<sup>6</sup> O termo “*criollo*” é aqui empregado na acepção que assumiu na América Hispânica desde a era colonial, ou seja, designando os descendentes de espanhóis nascidos no continente americano, os quais, durante longo tempo, foram proibidos de participar da administração e da vida política dos países submetidos à Coroa espanhola.

Ainda que o objetivo estratégico do escritor *mambí* não tenha se concretizado naquela jornada, sua lição permaneceu viva nos corações dos rebeldes cubanos do século XX. Ela os inspira desde a geração de **Julio Antonio Mella** (1903-1929) e **Rubén Martínez Villena** (1899-1934), que fundam o Partido Comunista Cubano (PCC) na década de 1920 e resistem bravamente à ditadura de Gerardo Machado, até a gesta vitoriosa de **Fidel Castro, Camilo Cienfuegos, Haydée Santamaría** e seus pares nos anos 50, iniciada com o assalto frustrado ao Quartel Moncada (26/7/1953) e concluída com a derrubada do ditador Fulgencio Batista em 1º/1/1959. Todos eles buscam no legado martiano armas para a sua luta, ensejando o ressurgimento das ideias nacionalistas no país na década de 1930, uma resposta incisiva à penetração dos grupos financeiros ianques em Cuba, convertida em paraíso da máfia estadunidense, que organizava o turismo e os jogos ilegais. E dessa fusão madura dos ensinamentos de **Martí** com o ideário marxista surge, por fim, a base ideológica da vitoriosa **Revolução Cubana**, que há mais de seis décadas lançou uma estrela sobre a *Pátria Grande*.



## REDES AGROALIMENTARIAS ALTERNATIVAS: ENTRAMADOS DE INTERDEPENDENCIA Y LUCHAS POR LO COMUM FRENTE AL AGROEXTRACTIVISMO<sup>1</sup>

Silvia L. Colmenero Morales<sup>2</sup>

### Resumen

El artículo aborda la emergencia de las redes agroalimentarias alternativas en México como luchas por lo común frente al agroextractivismo ecodestructivo, capitalista y patriarcal. Para tal efecto se exponen las relaciones de despojo, cercamiento y explotación de los comunes y los trabajos reproductivos anidadas en las lógicas del agroextractivismo. También aborda los trabajos de cuidado y de reproducción de la vida que sostienen las redes agroalimentarias alternativas en tanto formas ecológicas de interdependencia y producción de lo común.

**Palabras clave:** Redes agroalimentarias alternativas; Agroextractivismo capitalista; Producción de lo común; Trabajos reproductivos y de cuidados.

## REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS: QUADROS DE INTERDEPENDÊNCIA E LUTAS PELO COMUM CONTRA O AGROEXTRATIVISMO

### Resumo

Aborda a emergência de redes agroalimentares no México que se constituem como lutas pelo comum frente ao agroextrativismo ecodestrutivo, capitalista e patriarcal. São apresentadas relações de “despojo”, cercamento e exploração do que é comum e dos trabalhos reprodutivos coadunados com o agroextrativismo. Aborda os trabalhos de cuidado e de reprodução da vida que sustentam as redes agroalimentares alternativas, entendidas como formas ecológicas de interdependência e produção do comum.

**Palavras-chave:** Redes agroalimentares alternativas; Agroextrativismo capitalista; Produção do comum; Trabalhos reprodutivos e de cuidados.

## ALTERNATIVE AGRI-FOOD NETWORKS: FRAMEWORKS OF INTERDEPENDENCY AND STRUGGLES FOR THE COMMON AGAINST AGROEXTRACTIVISM

### Abstract

The article addresses the emergence of alternative agri-food networks in Mexico as struggles for the commons against the eco-destructive, capitalist and patriarchal agro-extractivism. For this purpose, the relationships of dispossession, enclosure and exploitation of the commons and reproductive work nested in the logic of agroextractivism are exposed, as well as the work of care and reproduction of life that sustains alternative agri-food networks as ecopolitical forms of interdependence and production of the common.

**Key words:** Alternative agri-food networks; Capitalist agro-extractivism; Production of the common; Reproductive work and care.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 26/05/2023. Primeira Avaliação em 17/08/2023. Segunda Avaliação em 29/07/2023. Aprovado em 22/09/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.58262>.

<sup>2</sup> Doctoranda en Estudios Interdisciplinarios sobre Pensamiento, Cultura y Sociedad (DEIPCS), Facultad de Filosofía, Universidad Autónoma de Querétaro (UAQ) - México.

Correo: [lakzonaverde@gmail.com](mailto:lakzonaverde@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9063-8451>.

## 1. Redes agroalimentarias alternativas como luchas por lo común

*El fundamento de nuestras cosmovisiones reside en el necesario equilibrio entre la naturaleza, el cosmos y los seres humanos [...] Amamos nuestras tierras y nuestros pueblos y sin ese amor no podemos defender nuestra agroecología, luchar por nuestros derechos o alimentar al mundo. Nos oponemos a la mercantilización de todas las formas de vida.*

LA VÍA CAMPESINA, *Declaración del Foro Internacional sobre Agroecología*, Nyéléni, 2015.

En los últimos años –y en múltiples territorios de México– se articulan diversas iniciativas y redes donde se crean formas ecológicamente sostenibles y socialmente justas de sembrar, criar animales, preparar comidas, intercambiar alimentos, articular trabajos y formas de organización política orientadas a la co-construcción de horizontes agroalimentarios alternativos –y a veces antagónicos– a las prácticas ecodestructivas que sostienen el sistema agroalimentario industrial, capitalista y extractivista. En estos esfuerzos se recrean formas de acción colectiva e innovación social (SEVILLA, 2011) que apuntan a co-construir horizontes de vida en los que sea posible decidir colectivamente quiénes, qué, cómo y para quiénes se siembran y proveen alimentos, por encima de las exigencias de los mercados, las corporaciones y los intereses políticos del régimen agroalimentario agroindustrial y extractivo (LA VÍA CAMPESINA, 1996, 2007 y 2015).

Estos esfuerzos se articulan en múltiples redes agroalimentarias alternativas donde se tejen acciones colectivas desde la convergencia y la diversidad. Por mencionar las más representativas, en México se han formado en los últimos años : i) redes y organizaciones donde diversas personas campesinas y agricultoras co-construyen procesos de soberanía alimentaria y transiciones hacia “la agroecología y la permacultura como ética de vida” (VARGAS, 2022); ii) mercados, tianguis, cooperativas y redes de agricultura compartida donde se promueve la economía social y solidaria desde la gestión de circuitos cortos y solidarios de siembra, crianza, transformación e intercambio de comidas y productos agroalimentarios; iii) redes de huertos educativos, escolares y comunitarios donde se promueven procesos de co-aprendizaje, sensibilización y articulación comunitaria; iv) redes de escuelas campesinas que crean sus propios caminos de aprendizaje y articulación desde la educación popular y el diálogo de saberes; v) ferias del maíz y semillas nativas y de

polinización abierta, así como redes de personas activistas, campesinas y académicas que se enfrentan al estado y a las corporaciones desde los movimientos sociales y la formulación de políticas públicas.<sup>3</sup>

En estas redes e iniciativas convergen personas de diversos contextos – rurales, urbanos, semi y periurbanos– y de diferentes comunidades de práctica – agricultoras, campesinas, ambientalistas, permacultoras, agroecólogas, ecologistas, académicas, etc.– que dedican parte de sus labores y trabajos al cuidado y reproducción de la vida humana y no humana. Estos trabajos, como han esbozado Diana Trevilla y colaboradoras, abarcan diversas prácticas de cuidado como: i) el cuidado de la biodiversidad y diversidad cultural a través del resguardo de las semillas nativas, de la preparación de alimentos, de la siembra, recolección y uso de plantas medicinales, del aprovisionamiento de insumos y la participación en las ceremonias agrícolas; ii) la regeneración de los sistemas ecológicos; iii) la creación de espacios de formación como huertos comunitarios, escolares y familiares tanto en el campo, como en la ciudad; y, iv) la formación educativa, política y feminista en organizaciones y movimientos (TREVILLA; ESTRADA; SOTO, 2020). En ese sentido, la articulación de entramados comunitarios desde la convivencia y repartición del trabajo de sembrar, preparar comidas, cuidar los comunes y activar espacios de intercambio justos descansa en una serie de colaboraciones mediadas bioculturalmente y en diferentes relaciones de poder entre seres no humanos y humanos preocupados y ocupados por “cuidar lo que nos cuida”, como dicen las y los guardianes del Archipiélago de Bosques y Selvas de Xalapa y Coatepec, en Veracruz, México.

---

<sup>3</sup> En México, por mencionar algunas experiencias, destacan por sus años de trabajo y capacidad para articular diversos procesos e iniciativas: el Grupo Vicente Guerrero (PRODERIVG), la Unión de Cooperativas Tosepan Titataniske, la Alianza por la Salud Alimentaria, el Poder del Consumidor, el movimiento Slow Food México, la Red de Alternativas Sustentables Agropecuarias de Jalisco, la Red de Agricultura Urbana y Periurbana de Xalapa, la Red Tsiri en Michoacán, la Red de Escuelas Campesinas, la Red Mexicana de Huertos Educativos Comunitarios y la Red Internacional de Huertos Educativos, surgida en Chiapas. Son claves el Movimiento Sin Maíz no hay País y la Unión de Científicos Comprometidos con la Sociedad (UCCS), quienes lograron la suspensión provisional de la siembra de maíz transgénico, lo cual se ha establecido como política federal, así como la regulación y prohibición del glifosato hacia 2024. En 2017 se sentaron los precedentes de una red nacional de semillas libres durante el 1er Encuentro Nacional de Semillas en San Miguel de Allende, Guanajuato. Está igualmente el antecedente de la Red Mexicana de Tianguis y Mercados Orgánicos (REDAC) que se conformó en 2004 llegando a nuclear a más de 25 iniciativas. En 2022, se realizó el 2º Encuentro Nacionales de Redes Alimentarias Alternativas, al cual asistieron integrantes de 60 organizaciones y redes agroalimentarias alternativas. Igualmente, se han realizado dos encuentros nacionales de agroecología para impulsar un movimiento nacional de agroecología en México-SOMEXA.

Como plantean Giraldo y Rosset (2021), en estos procesos y horizontes de lo que denominan las agroecologías emancipadoras se articulan, además de los principios ecológicos, diversos principios: i) políticos, cuestionar y transformar estructuras, no reproducirlas; ii) económicos, conformar economías basadas en el valor de uso, no en el valor de cambio; iii) organizativos, fortalecer la organicidad y pensar en procesos colectivos, no en proyectos individualizados; iv) metodológicos, construir procesos horizontales, no jerarquías; v) pedagógicos, formar para luchar y transformar, no para conformarse; y, vi) filosóficos, actuar desde la cultura y la espiritualidad, no desde el productivismo (GIRALDO; ROSSET, 2021). En ese sentido, las redes agroalimentarias alternativas articulan esfuerzos colectivos donde se tejen horizontes de emancipación y transformación orientados a la “regeneración, cuidado y manutención de ámbitos de comunidad para la reproducción de la vida” (GIRALDO; ROSSET, 2021, p. 718).

Asimismo, en estas redes se despliegan *entramados comunitarios y formas de producción de lo común* (GUTIÉRREZ, 2021) que ponen al centro la interdependencia en la reproducción y el cuidado de las vidas humanas y no humanas. Estas formas de producción de lo común:

se realizan siempre como actividad de una trama de interdependencia [...] cultivo, revitalización, regeneración y reconstrucción de aquello necesario para garantizar la vida colectiva, contra y más allá de las separaciones y negaciones que impone la lógica de despojo y explotación patriarcal del capital, reforzado por el Estado liberal y sus formas políticas (GUTIÉRREZ, 2021, p. 73).

De ahí que estas redes y entramados comunitarios se recrean igualmente desde una ética ecológica, social y emancipadora anclada a los movimientos sociales y de resistencia de campesinos y pueblos indígenas (ROSSET Y ALTIERI, 2018). Por lo mismo, se vinculan con personas que se organizan para evitar la implantación de proyectos ecodestructivos en sus territorios desde la apuesta por soberanías y autonomías alimentarias, territoriales, hídricas y energéticas (TOLEDO, 2015). En ese sentido configuran, como plantea Mina Navarro, *luchas socioambientales por lo común*, donde se defienden y cuidan las condiciones materiales y simbólicas que permiten, desde el cuidado del presente, gestionar política y colectivamente “la producción de lo común para la reproducción de la vida humana y no humana” (NAVARRO, 2015, p. 19).

Desde las acciones cotidianas, y también en los momentos extraordinarios de lucha (GUTIERREZ, 2021), en estas redes diversas personas y colectividades resisten y r-existen (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2015) a un agroextractivismo ecodestructivo que ensambla procesos de envenenamiento, cercamiento, despojo, explotación, privatización y acaparamiento que minan las condiciones de justicia alimentaria, hídrica, territorial y laboral de millones de personas en una desigual distribución de los conflictos ecológicos y las desigualdades (MARTÍNEZ ALIER, 2006). Por tanto, estas acciones colectivas y redes se articulan también desde una oposición a las prácticas ecodestructivas del agroextractivismo que ponen la Tierra al límite y contribuyen –como las industrias petroquímica, automotriz y minera– a la emisión de gases de efecto invernadero (GEI),<sup>4</sup> la contaminación química de aguas, la desertificación, la erosión y degradación de tierras, la pérdida acelerada de biodiversidad y la extinción de especies, por nombrar los efectos más destructivos de la agroindustria (ROCKSTRÖM; STEFFEN et al., 2015).

Por tanto, estos procesos se despliegan en diversos contextos donde las crisis de reproducción de la vida (FEDERICI, 2018) minan las condiciones de sostenibilidad de vidas humanas y no humanas. Como plantea Yayo Herrero (2011), se trata de procesos que se despliegan en una crisis de la forma en que se percibe y valora la reproducción y cuidado de la vida dentro de un mundo que vive con límites biogeofísico-químicos. En ese sentido, la politicidad de las redes agroalimentarias alternativas y las luchas socioambientales se construye desde su capacidad de poner al centro la reproducción de las vidas humanas y no humanas: tanto en la visibilización y reconocimiento de los esfuerzos colectivos, estrategias de supervivencia y horizontes de lo común orientados a reproducir y cuidar las vidas; como al visibilizar, poner en entredicho, y frenar, los procesos de cercamiento, explotación y despojo del sistema agroalimentario capitalista y extractivista.

A partir de este primer esbozo, en el siguiente apartado se denuncian algunas lógicas de cercamientos y procesos de acumulación capitalistas articulados en las prácticas ecodestructivas de la agroindustria extractivista capitalista: explicitar de qué

---

<sup>4</sup> Según diversos informes, la agroindustria, y de manera puntual la industria cárnica, aporta porcentajes de emisión de GEI equiparables a aquellos producidos por la industria energética y el transporte, y muy por encima de los producidos por el mal manejo de residuos (GRAIN, 2011; ETC, 2017). A su vez, la agricultura industrial es responsable del 70-90% de la deforestación a nivel global (GRAIN, 2011), a la vez que emplea más del 75% de la tierra agrícola del mundo y el 90% del consumo de los combustibles fósiles de todas las actividades agrícolas (ETC, 2017).

maneras están basados en procesos de explotación, despojo, cercamiento, feminización y racialización de múltiples trabajos de reproducción de la vida, así como de seres vivos, humanos y no humanos, sus tramas de vida, sus comunes y sus bases de sustento. Posteriormente, en el tercer apartado, se exploran algunos ejes y prácticas concretas desde las cuales diversas personas y colectivos tejen entramados comunitarios desde las redes agroalimentarias alternativas que ponen al centro la vida y la producción de lo común desde una clave de interdependencia.

## **2. Lógicas de la agroindustria capitalista extractivista: despojo múltiple y cercamiento de los comunes y las economías de sustento**

La agroindustria capitalista extractivista, llamada también agroextractivismo, reproduce e instaura en múltiples territorios lógicas estructuradas de acumulación capitalista que articulan lo que Mina Navarro ha llamado *despojo múltiple*: formas, niveles, estrategias y condiciones variadas de acumulación capitalista que interconectan, en un mismo proceso, formas de acumulación por despojo y formas de reproducción ampliada del capital inmersas en las relaciones entre los agentes capitalistas y los del Estado (NAVARRO, 2015). Este despojo múltiple se expresa en un entreverado despliegue de relaciones de explotación y despojo anidadas en la centralización de los circuitos alimentarios y diversos cercamientos que separan a las personas de sus medios de subsistencia y sus economías de sustento (MIES; SHIVA, 2013).

La anidación de la agroindustria capitalista extractivista como un ensamblaje de despojo, explotación y cercamientos es una historia de largo aliento que se intensificó e institucionalizó a través de la puesta en marcha de la mal llamada Revolución Verde: una “‘revolución’ comandada por el capital y los Estados contra la agricultura campesina y las economías de sustento de todo el planeta” (NAVARRO, 2015, p. 85). Esta revolución agrícola capitalista fue promovida desde la década de los 40 –desde centros de investigación, organismos internacionales y gobiernos, como el caso de México–,<sup>5</sup> para intensificar y modernizar la productividad de la tierra y el

---

<sup>5</sup> Entre 1943 y 1960 la Fundación Rockefeller “auspició los trabajos de investigación en producción de variedades vegetales mejoradas de alto rendimiento, mediante cruces y mejoramiento genético de maíz y trigo, en Sonora (México), dentro del programa de la Cooperativa Agrícola Mexicana [...] para lo cual se desplazó a N. Borlaug a trabajar con científicos mexicanos en la investigación, centrada inicialmente, en maíz y trigo” (GÓMEZ, 2016, p. 5).

trabajo de los agricultores mediante la introducción de semillas híbridas – posteriormente transgénicas–, fertilizantes, pesticidas, herbicidas e insumos biotecnológicos privatizados y accesibles para las personas campesinas sólo a través del endeudamiento y/o los subsidios gubernamentales (CECCON, 2008; GÓMEZ, 2016; MOORE, 2020; NAVARRO, 2015). Ello fue posible a través del ensamblaje de la agricultura familiar a la dependencia de los paquetes biotecnológicos y los maíces híbridos, lo cual marcó un punto de inflexión en la innovación biológica supeditada al capital: la mecanización del trabajo campesino, la financiación estatal masiva de investigación biotecnológica y la creación de un nuevo complejo híbrido-petroquímico que se mantiene a la fecha, aunque también opera en tiempos de escasez y crisis (MOORE, 2020, p. 289).

En el marco de la ofensiva noeliberal, el impulso de esta ‘revolución’ dio lugar a la conformación de lo que Philip McMichael (2013) denomina el Régimen Agroalimentario Corporativo (RAC). Este régimen opera mediante el control de las cadenas agroalimentarias, los flujos transfronterizos y la dependencia y explotación de las y los campesinos, en una forma acelerada de innovación biotecnológica orientada a la reproducción ampliada del capital y la maximización de las posiciones corporativas dominantes (cf. GIRALDO, 2018, p. 512; apud GONZÁLEZ DE MOLINA *et al.*, 2020, p. 44; apud SARALEGUI, 2019, p. 19). Actualmente el RAC agroextractivista está controlado por grandes corporaciones transnacionales que dominan los mercados globales agroalimentarios y amplían sus capitales a través de fusiones corporativas que concentran la innovación y el desarrollo en campos estratégicos como: las semillas y agroquímicos, los fertilizantes, la genética ganadera, los productos farmacéuticos, la maquinaria agrícola y las materias primas agrícolas – i.e. BASF, Bayer-Bayer Crop (antes Monsanto), Dow, DuPont, y Syngenta, Cargill, por nombrar algunas– (ETC, 2017). Este régimen también incluye a las empresas de alimentación y bebidas más poderosas del mundo –i.e. Associated British Foods (ABF), Coca-Cola, Danone, General Mills, Kellogg, Mars, Mondelez International (antes Kraft Foods), Nestlé, PepsiCo y Unilever– (OXFAM, 2013).

Estas concentraciones y monopolios se erigen a través de diversos procesos que descontextualizan la producción agrícola de sus especificidades ecosistémicas y las culturas locales a través de la fragmentación de múltiples constelaciones y circuitos alimentarios descentralizados –relativamente autónomos y autogobernados– que



posteriormente son ensamblados a los flujos globales del capital a través de una división del trabajo controlada de manera jerárquica y centralizada (VAN DER PLOEG, 2010). A través de estas fragmentaciones y ensamblajes, el RAC elimina lo local y lo transforma en un 'no lugar' que sólo aparece en las coordenadas globales en la medida en que puede ser ensamblado a circuitos globales centralizados (VAN DER PLOEG, 2010, p. 329). Estos circuitos operan asimismo mediante el direccionamiento corporativo de las políticas públicas (*lobby*), así como a través del control del flujo y los precios de los alimentos. Esto último se realiza a través de maniobras como el *dumping* –la reducción voluntaria y discriminación internacional de los precios para favorecer ciertos mercados, precios incluso por debajo de los costos de producción–, o la conversión económica de los cultivos en *commodities*, productos y mercancías supeditadas a los procesos de valoración de las leyes del mercado (GIRALDO, 2018).

El sometimiento de las agri-culturas diversas a estos circuitos centralizados responde a un agroextractivismo basado en un raciocinio homogeneizante que promueve la subsunción de “todas las maneras de existencia de los pueblos a un modelo homogéneo basado en monocultivos con semillas genéticamente modificadas, y el uso intensivo de plaguicidas y fertilizantes de síntesis química” (GIRALDO, 2018, p. 34). Esto se expresa, sobre todo, en la producción extensiva e intensiva de monocultivos híbridos y transgénicos (i.e maíz, trigo, soya, sorgo, arroz, algodón, papa, árboles maderables y palmas para aceite). Este desarrollo de semillas híbridas y transgénicas está asociado a la biopiratería y la privatización de las semillas –y genes– a través de patentes que niegan el trabajo milenario de co-evolución, cultivo y reproducción campesina (MIES; SHIVA, 2013), lo cual responde a un proceso de despojo y cercamiento del “material biológico en su estado natural” proveniente de seres vivos y “de desarrollos biotecnológicos aplicados a plantas, animales, microorganismos, genes y material genético humano” (NAVARRO, 2015, p. 95).

Igualmente, los agentes del RAC y centros de investigación, vinculados a la industria petroquímica y a la automotriz, han desarrollado en los últimos años monocultivos para la producción de biocombustibles como el etanol (maíz, caña, azúcar, trigo), el biodiésel (aceites de palma y soya) y otros energéticos provenientes de especies modificadas de árboles y residuos de plantaciones de caña o maíz

(MENDONÇA, 2007, apud NAVARRO, 2015, p. 91-93).<sup>6</sup> En esta misma lógica se han desarrollado múltiples monocultivos (i.e. maíces forrajeros, soya, sorgo) en un proceso de ganaderización del campo (SERNA, 2010) que ha transformado las agri-culturas en una granja industrial (ESTEVA, 2008) orientada a alimentar a los animales que abastecen la industria cárnica y lechera, animales por lo demás explotados, intervenidos, esclavizados y en cautiverio. Como plantea Gustavo Esteva, el complejo pecuario que sostiene la “religión del filete” del consumo de carne de las clases medias –desde la Amazonia o México hasta el McDonald's de Europa, Budapest o Hong Kong– forman parte de una misma operación donde:

las maquiladoras para enlatar carne en la frontera mexicana, las hamburguesas congeladas y los filetes empacados en los refrigeradores de los supermercados [...] se intersectan con “cadenas de papas” paralelas, y con muchas otras cadenas, desde insumos hasta complejos productos finales, que con más o menos arbitrariedad se consideran ‘agrícolas’ (papas irradiadas), ‘industriales’ (frituras de papa congeladas) o ‘servicios’ (papas fritas calientes) (ESTEVA, 2008, p. 30-32).

Es decir que, a través de estas estrategias de privatización, fragmentación, descontextualización y despojo de los agroecosistemas locales y las formas autorreguladas de división de los trabajos de reproducción, “se desintegra y recompone, además, el proceso de los productos alimenticios (comidas)” (van der PLOEG, 2010, p. 24-28).

Se trata de la fragmentación que abre la brecha entre comer y alimentarse. En palabras de Gustavo Esteva, se trata de la brecha entre comer, entendido como el “procurarse comida, generarla, prepararla, cocinarla, mantener la comida misma y el acto de comer en el centro de la actividad cotidiana”, y alimentarse, entendido como “comprar y consumir alimentos (objetos comestibles), diseñados por profesionales y expertos” distribuidos por medio de instituciones, el mercado o el Estado” (ESTEVA, 2008, p. 12). A ello se suma una homogeneización sin precedentes de las dietas basadas en alimentos altamente procesados, altos en azúcares, grasas y sodio, hechos a base de procesados de OGMs como la lecitina de soya y el jarabe de maíz,

---

<sup>6</sup> Como plantea Mina Navarro, la agroenergía es una estrategia del llamado *green washing*: “parte del repertorio de estrategias limpias de la economía verde [que] en aras de resolver la ‘escasez’ de los recursos no renovables” reproducen los mismos patrones de despojo, explotación y acumulación que la industria fósil en la explotación de recursos dados por eternamente ‘renovables’ (NAVARRO, 2015, p. 91-93).

y basados en cultivos contaminados por múltiples agroquímicos, algunos incluso prohibidos o calificados de altamente peligrosos (BEJARANO, 2017).

Aquí cabe mencionar los procesos de fragmentación promovidos desde las cruzadas contra el hambre a nivel global a través de las leches en polvo que despojan a mujeres e infantes del acto de amamantar y la leche materna como primer enclave de la autonomía alimentaria. Basta pensar en la empresa Nestlé como uno de los gigantes del agronegocio, la cual ha promovido descaradamente una visión ‘maternal’ de las leches en polvo desde los años 60 para naturalizarlas como parte de los patrones homogeneizantes de alimentación, a pesar de todas las denuncias y “el boicot mundial contra Nestlé de 1977 a 1984, por su agresiva campaña publicitaria para fórmula para bebés” (BENNING, 2019). En México, de manera alarmante, se importan y distribuyen por todo el país toneladas de leche en polvo en tiendas de abasto popular subsidiadas como Liconsa –Programa de Abasto Social de Leche– (MARTÍNEZ, 2015).

Todos estos cercamientos –no son todos, pero sí los más visibles– separan a las personas de sus medios de vida y su tejido social de sustento (ESTEVA, 2008). En este sentido, múltiples seres humanos y no humanos –plantas, semillas, animales, aguas, etc.–, son despojados de sus medios de existencia y redes de vida para ser explotados, mercantilizados, exportados, importados, serializados, homogeneizados e integrados a los circuitos globales agroalimentarios. Se trata, además, de un patrón de explotación y despojo que arranca a familias campesinas, pueblos enteros y comunidades de sus medios de existencia y formas de autorregulación, convirtiéndolos en esclavos, jornaleros, trabajadores agrícolas mecanizados, precarizados y asalariados, sometidos además a la alta exposición a agrotóxicos.

Estas separaciones, fragmentaciones y cercamientos co-producidos por el agroextractivismo operan mediante múltiples procesos de apropiación y despojo para la acumulación del capital que se caracterizan, como había ya advertido Rosa Luxemburgo, por métodos colonialistas, intereses privados, la guerra, la violencia, la opresión y la rapiña: ese “otro aspecto de la acumulación del capital [que] se realiza entre el capital y las formas de producción no capitalistas” (LUXEMBURGO, EN HARVEY, 2005, p. 111-112). Se trata de una permanente ‘acumulación por desposesión’ que se produce a través de:

la privatización de la tierra y la expulsión forzosa de las poblaciones campesinas [...] la supresión del derecho a los bienes comunes; la transformación de la fuerza de trabajo en mercancía y la supresión de formas de producción y consumo alternativas; los procesos coloniales, neocoloniales e imperiales de apropiación de activos, incluyendo los recursos naturales; la monetización de los intercambios y la recaudación de impuestos, particularmente de la tierra; el tráfico de esclavos; y la usura, la deuda pública y, finalmente, el sistema de crédito. El estado, con su monopolio de la violencia y sus definiciones de legalidad, juega un rol crucial al respaldar y promover estos procesos (HARVEY, 2005, p. 113).

Es decir que la acumulación capitalista agroextractiva no sólo depende del establecimiento de las relaciones asalariadas asociadas al capital, sino que depende, a su vez, de los procesos de despojo que instauran, siempre de manera violenta, la separación forzada y renovada de las poblaciones y personas de sus medios de reproducción y subsistencia (BONEFELD, 2001, p. 154; DE ANGELIS, 2012; apud NAVARRO, 2015, p. 37).

La simultaneidad y complementariedad de los procesos de acumulación del agroextractivismo capitalista implican, por tanto, ese despojo múltiple en el que los trabajos y naturalezas no mercantilizadas despojadas entran de manera forzada en los respectivos procesos de valorización de valor, de producción de capital constante, variable y plusvalor (Moore, 2020; Navarro, 2015). Es decir que, el RAC descansa en un despojo múltiple que articula –en el marco de las relaciones entre el capital y el Estado– diversos procesos de acumulación por despojo articulados geográfica y temporalmente a los procesos de acumulación o reproducción ampliada del capital.

Como plantea Mina Navarro –en diálogo con Silvia Federici– los procesos de acumulación y los múltiples despojos “requieren forzosamente de espacios no capitalistas, tanto para la producción como para el consumo” (2015, p. 35). En este sentido la apropiación constante de las vidas y trabajos no mercantizados, tanto humanos como no humanos, reproducen las relaciones, los espacios y el trabajo/energía que hacen posible el capital. Ello depende de manera permanente, e igualmente en crisis, de la apropiación constante del trabajo no remunerado de seres humanos, mayoritariamente mujeres, así como de la existencia y labor de múltiples “naturalezas extrahumanas” (Moore, 2020: 34).

Desde esta perspectiva se afirma que la agroindustria capitalista extractiva está sustentada, por una parte, en la constante separación, apropiación, explotación, despojo y discriminación de las labores humanas de cuidado y reproducción de la vida,

incluidas las de producción de alimentos de personas campesinas, agricultoras, pescadoras, recolectoras, apicultoras, pastoras, guardianas de semillas y territorios, cuidadoras de animales, aguas, montes, etc.; y, a su vez, de la apropiación, explotación, contaminación, mercantilización y manipulación biotecnológica de seres no humanos que alimentan y reproducen la vida –tierras, aguas, montes, granos, cereales, frutos, legumbres, árboles, animales, polinizadores, insectos, peces, etc.–.

Esta articulación de despojos múltiples está anidada, igualmente, en un sistema patriarcal capitalista que depende del trabajo no remunerado de las prácticas de cuidado y reproducción de la vida, la mayoría en manos de las mujeres. Claudia Korol ha escrito ampliamente sobre las maneras en que el agronegocio –como engranaje principal del patriarcado capitalista colonial que resulta funcional a la reproducción ampliada del capital– descansa igualmente en “la invisibilización del trabajo de las mujeres campesinas, que se basa en la naturalización de la división sexual del trabajo” (KOROL, 2016, p. 92). Como plantea Silvia Federici –para explicar lo que denomina patriarcado del salario– los procesos de desposesión no solamente separan al campesinado de sus tierras –en términos de la acumulación originaria– sino sobre todo separan el proceso de producción y de reproducción, el primero históricamente asignado a los hombres y el segundo a las mujeres (FEDERICI, 2018, p. 17). Esta separación implica no solamente la división sexual del trabajo, sino una jerarquización del trabajo asalariado –productivo, que garantiza la reproducción social capitalista, y se dignifica–, sobre el trabajo ‘no remunerado’ –generalmente el reproductivo, el que sostiene las vidas, y generalmente está oculto–.

En palabras de Mina Navarro –siguiendo las reflexiones de Silvia Federici, Maria Mies, Mariarosa Dalla Costa y Leopoldina Fortunati:

la división sexual del trabajo surge a partir de la reorganización patriarcal de la condición de interdependencia a partir de la separación del ámbito productivo y el reproductivo, y el mandato hacia las mujeres para llevar a cabo las labores domésticas y de reproducción de la vida, sin que se les reconozca por ello, la realización de un trabajo y, por lo tanto, la percepción de una remuneración (NAVARRO, 2021, p. 355).

Se trata de las separaciones y rupturas asociadas a la acumulación capitalista que reiteran “jerarquías políticas y sociales que refuerzan rasgos patriarcales y coloniales” (GUTIÉRREZ, 2021, p. 59-60), mismas que separan a las mujeres –y también a varones y seres no humanos– de sus medios de vida. Más aún, estos

trabajos de reproducción no son remunerados, ni asalariados, y su valor no se visibiliza más que como valor negativo, externalidad o como un horizonte posible de reproducción del capital: es decir que, tanto los bienes comunes como la crianza de la vida y las actividades de sustento, no aparecen en las contabilidades de la acumulación del capital (MIES Y SHIVA, 2013; HERRERO, 2012).

Es así que el agroextractivismo reproduce una lógica constante de despojo, apropiación y explotación de territorios estratégicos para la reproducción de la vida como son las economías de sustento, el cuerpo femenino y los bienes comunes (HERRERO, 2012; MIES; SHIVA, 2013; NAVARRO, 2015). Se trata de un cercamiento y fragmentación patriarcal capitalista que nos separa de “dos economías vitales que son necesarias para la supervivencia humana y ecológica: la economía de la naturaleza y la economía del sustento” (MIES; SHIVA; 2013, p. 20). Es decir, que la agroindustria capitalista agroextractiva reproduce esa *cosa escandalosa* de la que nos habla Haraway: “un sistema que, amén de ser capitalista, es también heteropatriarcal, racialmente estructurado, (neo)colonial y medioambientalmente depredador” (PÉREZ, 2021, p. 171).

### **3. Producción de lo común y entramados de interdependencia: prácticas de cuidado y reproducción de la vida en las redes agroalimentarias alternativas**

Es en este contexto de agroextractivismo ecodestructivo, capitalista y patriarcal donde resulta pertinente –y más aún, vital– reconocer y analizar las maneras en que desde las redes agroalimentarias alternativas se tejen entramados y horizontes de lo común que ponen al centro la reproducción y cuidado de las vidas humanas y no humanas. Para tal efecto, en las siguientes líneas se explora el sentido de inter-ecodependencia que sustenta algunas de las prácticas de cuidado y formas políticas de producción de lo común que se gestan en estos entramados agroalimentarios alternativos.

Como se mencionó anteriormente, las formas de producción de lo común se realizan siempre como una trama de “interdependencia, cultivo, revitalización, regeneración y reconstrucción de aquello necesario para garantizar la vida colectiva” (GUTIÉRREZ, 2021, p. 73). Esta interdependencia, se amplía desde ciertas prácticas y horizontes de vida en común hacia “la multiplicidad de relaciones de interdependencia entre los miembros de las comunidades humanas y entre

comunidades del mundo humano y no humano” (GUTIÉRREZ; NAVARRO; LINSALATA, 2016, p. 379). Diana Trevilla, Erin Estrada y M. Lorena Soto (2020) dan cuenta de qué manera los procesos y experiencias agroalimentarias alternativas recrean horizontes de cuidado como un trabajo fundamental de inter y ecodependencia que regenera y sostiene la compleja trama de la vida humana y no humana. Se trata de horizontes y prácticas de cuidado donde se despliega:

la interacción constante de relaciones, procesos y tiempo, que se llevan a cabo entre las personas, las comunidades (interdependencia) y los sistemas ecológicos (ecodependencia), los cuales son fundamentales para regenerar y sostener la compleja trama de la vida [...] Estas prácticas contribuyen a la formación política, al fortalecimiento de vínculos de cooperación y comunalidad [...] creando dinámicas que fortalecen experiencias y procesos en los cuales es posible cuidar(se) y desde donde cuidan de sus territorios (TREVILLA; ESTRADA; SOTO, 2020: p. 663).

Estos trabajos fundamentales de inter y eco-dependencia – lo que aquí se nombra como interecodependencia – remiten a haceres-poderes-saberes diversificados y situados de reproducción y regeneración de múltiples vidas humanas y no humanas. Es decir que la producción y cuidado de los comunes, las prácticas para deliberar y dar forma a las tramas cooperativas y comunitarias, descansan sobre todo en un sentido profundo de interecodependencia que pone al centro la reproducción de las vidas humanas y no humanas (GUTIÉRREZ; NAVARRO; LINSALATA, 2016, p. 379). Por tanto, permiten hablar de un horizonte que, desde el cuidado del presente, desde el nutrirnos bien y bien nutrir la tierra, coadyuva a regenerar los horizontes de cuidado y de justicia que sostienen las condiciones de regeneración y sostenibilidad de la vida (HARAWAY, 2019).

Por una parte, en los entramados agroalimentarios alternativos estos trabajos se diversifican en las parcelas, en los traspatios, en los huertos urbanos y educativos, en los procesos de compostajes, en las ecotecnias, en el cuidado de aguas, bosques, selvas, etc., donde diversos seres humanos y no humanos son cuidados en múltiples relaciones de interecodependencia y formas ecopolíticas de lo común basadas igualmente en cuidados y trabajos colaborativos multiespecie (HARAWAY, 2019). En efecto, las diversas agriculturas y prácticas ecológicas persiguen y sostienen principios de cuidado de la vida como el no uso de herbicidas, pesticidas, fertilizantes sintéticos industriales, o el manejo de residuos, orientados a la regeneración de la tierra y el respeto a las cadenas tróficas que emanan de nuestros cultivos, desde un



principio de diversificación tanto de las vidas como de las prácticas y relaciones. Para tal efecto se promueve el manejo ecológico de los agroecosistemas mediante la diversidad de cultivos y estrategias de uso múltiple, la recreación de semillas libres y nativas, el uso de compostas y abonos verdes, el control natural de plagas, entre otras técnicas concretas orientadas a promover y cuidar las interacciones biológicas y sinergias benéficas que favorecen la regeneración de la fertilidad del suelo y la capacidad de retención de agua (ALTIERI Y TOLEDO, 2010).

El sentido de nombrar arvenses o silvestres comestibles a las mal llamadas malezas; el sentido de no llamar ‘plagas’ a esos insectos deseosos de comer que llegan a las parcelas, y buscar equilibrios, mediaciones, incluso regalos –dejar algunas plantas para ellxs– está orientado por un principio de policultividad y un profundo respeto a las formas múltiples de vida que habitan en los territorios y emanan de nuestros cultivos y prácticas agrosilvopastoriles. En una plétora de contradicciones y decisiones de gestión y colaboración permanente con múltiples seres no humanos, en las prácticas agroalimentarias alternativas la dimensión del cuidado de las vidas se pone al centro: en vez de envenenar, matar, aniquilar y despojar de sus nichos de vida a otros seres vivos en *pro* de la producción, se entretienen histórica e intergeneracionalmente múltiples saberes, haceres y poderes de cuidado y reciprocidad para intentar, y seguir intentando, encontrar equilibrios que nos permitan comer, vivir, disfrutar, y a la vez garantizar condiciones de vida y disfrute para otros seres vivos.

También se trata del disfrute y valorización de las comidas: de procesos que permiten “re-engranar la comida en la agri-cultura” en la creación de nuevos ámbitos de comunidad (ESTEVA, 2008, p. 30). Como plantea Leonardo Rossi, se trata de poner al centro de nuestros relatos:

esa fibra nutricia que permite que la humanidad devenga vida biológico-cultural [...] esa urdimbre que brota en la danza de infinitos procesos entreverados que surgen del fluir de la luz solar, del agua, de la tierra, del aire, de los minerales, y de las comunidades humanas y no humanas, para decantar en energía disponible para nuestros cuerpos, como parte de un tapiz de complejas y solidarias redes de reciprocidad (ROSSI, 2019, sin página).

Esta urdimbre descansa en la diversidad biocultural (TOLEDO; BASSOLS, 2018) y las múltiples gastronomías que se recrean a partir de estrategias de uso múltiple y valores de uso que descansan en los policultivos, el cuidado de múltiples

agroecosistemas y medios de vida, así como en la cría de animales, la caza, la recolección de insectos, entre otras tantas prácticas.

A diferencia de la “religión del filete” de la que nos habla Gustavo Esteva (2008), en diversos procesos agroalimentarios alternativos se reivindican procesos de crianza de animales como ámbitos de cuidado destinados al intercambio de condiciones de subsistencia y reciprocidad entre diversos seres vivos. Son procesos donde los principios del libre pastoreo, la no intervención con vacunas u hormonas, la no industrialización de las vidas animales, su mimo y cuidado, sostienen relaciones de interdependencia entre especies compañeras (HARAWAY, 2019) que diversifican los agroecosistemas y nutren, además, una vasta gama de comidas y cocinas diversificadas bioculturalmente y arraigadas en los territorios.

Por otra parte, las diversas iniciativas y redes agroalimentarias alternativas articulan igualmente diversas prácticas de cuidado y reproducción de la vida que refuerzan la politicidad de los espacios de convergencia y de compartición de trabajos humanos. Se trata de prácticas de colectivización, autorregulación y organización basadas en la horizontalidad y el cuidado donde se co-construyen horizontes compartidos para el trabajo colectivo, la toma de decisiones, el ejercicio de la palabra, los procesos de aprendizaje y transmisión intergeneracional, así como para mediar las relaciones de poder entre diversos sujetos y comunidades de práctica. Son procesos de vida y producción de lo común donde se cuidan, además, los sentidos colectivos e intereses que sustentan las redes de colaboración, sus comunalidades y contradicciones, en un sentido procesual y de co-construcción donde se cuida igualmente lo no dicho-acordado aún, las perspectivas por entramar, lo posible, los límites, los horizontes de futuro individuales y colectivos.

Es así que en muchas de estas redes agroalimentarias alternativas se promueve la organización por asambleas, se priorizan los consensos sobre los votos, y se recrean formas políticas que rompen con las formas jerárquicas de toma de decisiones y de representación de las instituciones estadocéntricas y patriarcales. En este sentido, convergen sujetos políticos que apuestan por formas de producción, distribución y consumo de alimentos basadas en la horizontalidad de la toma de decisiones y en una ética de autorregulación (RODRÍGUEZ, 2021). Estas formas de autorregulación están implicadas en “prácticas conexas con la sostenibilidad de la vida

colectiva [...] esto es, la constelación de formas políticas que organizan y conducen tales actividades colectivas” (GUTIÉRREZ, 2021, p. 56).

La colectivización de los trabajos y la toma de decisiones emerge también como una trama de interdependencia en un sentido disruptivo con la fantasía de la individualidad racional y autosuficiente androcéntrica y antropocéntrica que

se ha erigido sobre la negación de las complejas relaciones de interdependencia, cooperación y ayuda mutua que mujeres y hombres tejen con otros seres de su misma especie y de otras especies, y sobre la naturaleza de las condiciones de desigualdad, explotación y dominio del tejido de la vida, de las mujeres y los pueblos colonizados, que el capitalismo ha generado (NAVARRO, 2021, p. 151).

En ese sentido, en los horizontes de colectivización y horizontalidad de las redes agroalimentarias alternativas se co-crean, además, autonomías temporales y autoreguladas donde se habita la tensión, en palabras de Mariana Menéndez “de una autonomía-interdependiente” (MENÉNDEZ, 2021, p. 20).

Ello resuena con el sentido de comunalidad que se vive y recrea desde una ética arraigada “umbilicalmente al territorio”, “en el ser y estar con los demás” y en el “hacer la vida con todo y todos” (MARTÍNEZ, 2018, p. 10-11). Como plantea Jaime Martínez Luna:

El trabajo en comunidad es método y esencia de la realización comunitaria; se da la responsabilidad comunal más que la propiedad comunal. El trabajo categoriza la existencia en la asamblea, en la toma de decisiones; el trabajo en el cargo para la coordinación y la representación; el trabajo intelectual y físico para el mantenimiento de la comunidad y; por último, el trabajo para el goce o para la fiesta (MARTÍNEZ, 2009, p. 149-150).

Y es que en efecto, múltiples entramados comunitarios agroalimentarios alternativos –la mayoría rur-urbanos, y que rompen incluso con la dicotomía campo/ciudad– se asientan de cierta forma en estos principios. Pues en ellos se despliega un ser en común desde el trabajo compartido, las asambleas, las decisiones colectivas, el trabajo con la tierra y con otros seres vivos, así como en las fiestas, las ferias, los festivales y los encuentros como espacios de goce, de vinculación e intercambio.

Asimismo, en múltiples redes agroalimentarias se reproducen trabajos ‘gratuitos’ o ‘no remunerados’ que son, sin embargo, socialmente dignificados y reconocidos políticamente en su calidad de cuidar la vida y hacer comunidad. Múltiples tequios y faenas, intercambio de saberes y haceres son realizados cotidianamente

para dar lugar a nuevos y renovados espacios de siembra, comidas, diálogos e intercambios, tanto de trabajos y saberes, como de semillas, cultivos, comidas, compostas, animales, etc. Como recupera Raquel Gutiérrez, retomando las experiencias de Gladys Tzul, el cultivo de formas políticas autónomas está asociado al “trabajo comunitario de servicio, colectivo y creativo, como fuente primordial de la capacidad de producción de lo común” (GUTIÉRREZ, 2021: 65). Es en ese sentido que, en un proceso crítico y arduo de “recuperación crítica de la parte negada del trabajo social, feminizado y racializado, no simbolizado y hoy en rebelión” (GUTIÉRREZ; SALAZAR, 2021, p. 216), se despliega esa forma deseable de cuidados entendidos como “la gestión corresponsable de la vida en común” (PÉREZ, 2021, p. 167). En palabras de Silvia Gil, los cuidados responderían al “conjunto de tareas destinadas a producir bienestar que son necesarias para que la vida se sostenga cotidianamente” (GIL, p. 242).

Y sin embargo, este compartir de trabajos ‘gratuitos’ o ‘no remunerados’ también está inscrito en las contradicciones y separaciones capitalistas-patriarcales de la división sexual y racializada del trabajo. En ese sentido, los trabajos múltiples de cuidados que se entranan en estas redes agroalimentarias alternativas se despliegan en tensiones que remiten a la manera en que se visibilizan, asumen y politizan –o no– las articulaciones y distribuciones de los trabajos remunerados o gratuitos de cuidado y reproducción de las vidas. Es por ello que en las iniciativas y redes agroalimentarias alternativas emergen tensiones de manera latente y problematizadora cuando algunas personas disponen –por el amor a la vida, al arte, desde el corazón y las convicciones– cuantiosas cantidades de trabajos de cuidado y reproducción de la vida no remunerados, a la vez que se autoemplean o se ‘mantienen’ realizando otros trabajos asalariados, muchas veces desconexos de los sentidos de vida que persiguen.

Estas tensiones emergen igualmente en diversos esfuerzos de economía solidaria donde convergen sujetos diversos en la co-organización de mercados, tianguis, cooperativas y otros espacios de intercambio que han permitido a múltiples personas agricultoras, campesinas, hortelanas, gestores hacerse de ‘una fuente de ingreso’. Si bien el trueque o el empleo de monedas comunitarias y alternativas es una práctica común entre quienes co-gestionan estos espacios, también es cierto que se trata de esfuerzos colectivos que co-construyen mercados que no necesariamente se despliegan en sentidos de antagonismo o autonomía respecto a las relaciones de

acumulación capitalista. Es así que las tensiones emergen igualmente en torno a los trabajos remunerados que replican relaciones asalariadas, mediadas por la búsqueda de 'rentabilidad' de los esfuerzos colectivos y, de manera frecuente, por dinámicas relativas a los mercados emergentes elitizados como el de los alimentos orgánicos.

Es por ello que, en el marco de estas tensiones, es necesario visibilizar la importancia de los trabajos de cuidado y reproducción de las vidas, también para problematizar su relación con respecto a los trabajos asalariados-remunerados, así como para reconocer y analizar la organización social del cuidado y la reproducción para visibilizar quiénes, cómo y en qué condiciones se sostiene actualmente la vida (cf. TREVILLA; ESTRADA; SOTO, 2020). Ello pasa por la crítica y toma de distancia de lo que Amaia Pérez Orozco denomina los *malos cuidados* o la cara B del trabajo asalariado (PÉREZ, 2021, p. 167): ese lado oculto de los trabajos producido por las separaciones patriarcales que han naturalizado la imposición de estas labores sobre cuerpos feminizados y racializados, no remunerados, precarizados, invisibilizados y despojados de su dignidad.

Estas tensiones implican, a su vez, que los procesos sostenidos por personas y colectividades que disponen cuantiosas cantidades de trabajos de reproducción de las vidas se articulan en tramas comunitarias que "no se desarrollan por fuera de la lógica del capital, pero tampoco están totalmente subsumidas a ella, es decir, tienen plenas capacidades para no depender de la valorización del valor" (NAVARRO, 2015, p. 64-65). Como plantea Amaia Pérez Orozco, estos esfuerzos se realizan también en el marco de múltiples crisis y cercamientos, por lo que se echan a andar como estrategias de supervivencia que permiten resolver la vida "con los máximos niveles de bien-estar posibles en un contexto de dificultad" (PÉREZ, 2021, p. 170). En ese sentido, se despliegan diversas estrategias de supervivencia relativas a la manera en que se co-gestiona el trabajo y el sustento 'económico':

la puesta en marcha de una *economía de rebusque*, que implica la exploración de nuevas fuentes de ingreso, acudiendo a (auto)empleos precarios, y/o en la frontera de la informalidad; la *economía gratis*, con la que se tiende a compensar con trabajo no remunerado lo que ya no es accesible vía consumo y/o lo que el Estado deja de *proveer*; y la articulación de una *economía de retales*, activando, reforzando o creando redes en las que se comparten recursos (tiempo, dinero, vivienda, información, etc.) y se ponen en común trabajos (pagados y no) (PÉREZ, 2021, p. 170).

En las redes agroalimentarias alternativas emergen estas economías emergentes que articulan dinámicas de rebusque, trabajos gratuitos y de retales, así como diversas colaboraciones que no solamente son de intercambio y/o comercialización entre personas que producen, transforman alimentos, brindan comidas, consumen y/o co-facilitan el intercambio. Existe una diversidad aún mayor de intereses y razones por las cuales las personas colaboran para dar sostenimiento a las redes, labores y actividades diversas, tanto con fines meramente agroalimentarios como en un sentido de cuidado y reproducción de la vida en general. Como plantearon Luis Bracamontes y Jorge Liber en la inauguración del 2º Encuentro Nacional de Redes Alimentarias Alternativas (22 y 23 de abril de 2022), la co-gestión de redes alimentarias alternativas:

nos ha permitido organizar, construir sistemas alimentarios alternativos al agroindustrial, que reivindican otro tipo de valores y que son valores que se oponen a los que tradicionalmente nos han impuesto [...] Estas organizaciones se han podido sostener por el trabajo cotidiano de muchas personas, muchas veces pobremente remunerado, y más bien impulsado por una lógica que tiene que ver con el cuidado de la vida, de la salud, el cuidado del medio ambiente y la organización social (LIBER; BRACAMONTES, 2022).

#### **4. Conclusiones**

En el presente artículo se han abordado algunas de las formas ecopolíticas que sustentan la emergencia de redes agroalimentarias alternativas –y a veces antagónicas– al agroextractivismo ecodestructivo, capitalista y patriarcal, para resaltar las maneras en que estas redes se conforman como espacios ecopolíticos donde se regeneran las economías de sustento anidadas en los trabajos y horizontes de reproducción y cuidado de las vidas humanas y no humanas.

Frente a las lógicas ecodestructivas del agroextractivismo, se plantea que las diversas agri-culturas y prácticas ecológicas persiguen y sostienen horizontes y principios ecopolíticos anclados a la reproducción y cuidado de las vidas humanas y no humanas que no sólo persiguen derechos y condiciones de disfrute para los seres humanos –i.e. la suficiencia y soberanía alimentaria, el medio ambiente sano, el derecho al territorio, a trabajos justos y condiciones de disfrute para los presentes y las generaciones futuras–, sino que descansan en un profundo sentido de cuidado de las relaciones de interdependencia y regeneración que hacen posible que

múltiples vidas humanas y no humanas se sostengan. Desde la semilla al plato, desde la regeneración de las tierras hasta la regeneración de las relaciones sociopolíticas, desde la reivindicación de los cuidados como un trabajo fundamental de interdependencia, hasta su politización en el marco de las relaciones patriarcales y capitalistas, los entramados agroalimentarios alternativos se sostienen desde un profundo sentido ecológico donde lo común se entreteje entre comunidades humanas y no humanas.

En las redes agroalimentarias alternativas se co-gestionan cotidianamente –y también en los momentos extraordinarios de luchas socioambientales– relaciones de interdependencia anidadas en una plétora diversificada, sumamente rica y potente, de formas ecológicas de producción de lo común. Estas formas se despliegan como labores de cuidado y reproducción de la vida en torno a lo que comemos, sembramos, cuidamos, consumimos, regeneramos, producimos, intercambiamos, reproducimos, así como desde las personas humanas y no humanas con quiénes lo hacemos, con quiénes aprendemos a aprender y con quiénes co-construimos entramados de lo común desde nuestras prácticas concretas y situadas.

La diversificación y politización de valores, prácticas y horizontes de reproducción y cuidado de las de vidas humanas y no humanas que emergen en las redes agroalimentarias alternativas coadyuvan al sostenimiento de la vida en una tierra dañada y en constante asedio de muerte, despojo, mercantilización y explotación. En ese sentido, coadyuvan al tejido de horizontes de cuidado y politización que permiten hacer frente a las lógicas y consecuencias ecodestructivas del agroextractivismo capitalista, así como a las relaciones históricas de despojo, explotación y división sexual de los trabajos de reproducción y cuidado de la vida. Se trata de acciones, trabajos y entramados comunitarios desde los cuales es posible cultivar tramas de interdependencia donde lo común se abre como un horizonte de cuidado, disfrute, diversificación, e incluso de existencia, para múltiples vidas humanas y no humanas, tanto presentes como porvenir.

## **5. Referencias**

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. **La Revolución Agroecológica en América Latina**. SOCLA, 2011.

BEJARANO, F. (coord.). **Los Plaguicidas Altamente Peligrosos en México**. Estado de México: RAPAM, 2017.

BRACAMONTES, Luis. **Entre permanecer y transformar: viabilidad económica y social de una red alimentaria alternativa en la Ciudad de México**. Tesis (Maestría en Desarrollo) – UAM Xochimilco, Ciudad de México, 2019.

BENNING, R. Reacciones. Protesta, boicot y resistencia. In: **El Atlas del Agronegocio. Alemania**: Fundación Heinrich Böll, la Fundación Rosa Luxemburg, Amigos de la Tierra Alemania (BUND), OXFAM Alemania, Germanwatch y Le Monde diplomatique, 2019.

CECCON, E. La revolución verde: tragedia en dos actos. **Ciencias**, v. 1, n. 91, p. 21-29. jul./sept. 2008.

ESTEVA, Gustavo. Volver a la mesa. **Volver a la mesa**. Soberanía alimentaria y cultura de la comida en la América Profunda. Perú: PRATEC, 2008, p. 9-40.

ETC. **¿Quién nos alimentará?** La red campesina o la cadena agroindustrial. 2017.

GIL, Silvia. Pensamiento feminista contemporáneo. (Re)pensar la política en tiempos de crisis. In: **La vida en el centro**. Feminismo, reproducción y tramas comunitarias. Ciudad de México-Montevideo: Bajo Tierra Ediciones y Minervas ediciones, 2021.

GIRALDO, Omar. **Ecología política de la agricultura**. Agroecología y posdesarrollo. San Cristóbal de Las Casas: El Colegio de la Frontera Sur, 2018.

GIRALDO, Omar; ROSSET, Peter. Principios sociales de las agroecologías emancipadoras. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Seção especial – Territorialización de la agroecología, v. 58, p. 708-732, jul./dez. 2021.

GÓMEZ, L. J. La Revolución Verde en el contexto de la 'crisis ambiental' I. Historia de la revolución verde. **Medicina Veterinaria y Zootecnia**, v. 3, n.3, p. 49-61, 2013.

GRAIN. Alimentos y cambio climático: el eslabón olvidado. **Trade and environment review**. 2013.

GUTIÉRREZ, Raquel. Producir lo común: entramados comunitarios y formas de lo político. In: **La vida en el centro**. Feminismo, reproducción y tramas comunitarias. Ciudad de México-Montevideo: Bajo Tierra Ediciones y Minervas ediciones, 2021.

GUTIÉRREZ, R.; NAVARRO, M.; LINSALATA, L. Repensar lo político, pensar lo común. Claves para la discusión. In: INCLÁN, D., LINSALATA, L.; MILLÁN, M. (coord.). **Modernidades alternativas**. México: UNAM y Ediciones del Lirio, 2016.

GUTIÉRREZ, R.; SALAZAR, A.L. Trabajo que crea y que sostiene: subvertir lo que nos expropia y devora. In: **La vida en el centro**. Feminismo, reproducción y tramas comunitarias. Ciudad de México-Montevideo: Bajo Tierra Ediciones y Minervas ediciones, 2021.



FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**. Críticas feministas al marxismo. Madrid: Traficantes de Sueños, 2018.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**. Generar parentesco en el Chthuluceno. Bilbao: Consonni, 2019.

HARVEY, David. **El “nuevo” imperialismo**: acumulación por desposesión. Socialist register 2004. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HERRERO, Yayo. Propuestas ecofeministas para un sistema cargado de deudas. **Revista de Economía Crítica**, v. 1, n. 13, p. 30-54, 2011.

KOROL, Claudia. **Somos tierra, semilla, rebeldía**. Mujeres, tierra y territorio en América Latina. GRAIN, Acción por la Biodiversidad y América Libre, 2016.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). **Declaración de Tlaxcala de La Vía Campesina**. La Trinidad, Tlaxcala: 21 de abril de 1996.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). **Declaración de Nyeleni**. Nyéléni, Malí: 27 de febrero de 2007.

LA VÍA CAMPESINA (LVC). **Declaración Foro Internacional de Agroecología**. Nyéléni, Malí: 27 de febrero de 2015.

LIBER, J.; BRACAMONTES, L. **Plenaria de presentación del 2º Encuentro Nacional de Redes Alimentarias Alternativas**. Ciudad de México, 22 de abril de 2022.

MARTÍNEZ ALIER, J. Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 5, n. 13, 2006.

MARTÍNEZ, L. Jaime. **Comunalidad y capital**. México: Universidad Nacional Autónoma de México-Instituto de Investigaciones sociales, 2018.

MARTÍNEZ, L. **Eso que llaman comunalidad**. Oaxaca: Culturas Populares, CONACULTA, Secretaría de Cultura, Gobierno de Oaxaca y Fundación Alfredo Harp Helú, 2009.

MARTÍNEZ, R.E. **¿Sustentabilidad en la cadena agroindustrial de la leche?** La influencia de Nestlé en la gestión del agua en Lagos de Moreno. Tesis (Maestría en Gestión Sustentable del Agua) – El Colegio de San Luis, 2015.

MENÉNDEZ, Mariana. Palabras-alma para una lengua política propia. In: **La vida en el centro**. Feminismo, reproducción y tramas comunitarias. Ciudad de México-Montevideo: Bajo Tierra Ediciones y Minervas Ediciones, 2021.

MIES, M.; VANDANA, S. **Ecofeminismo**. Teoría, crítica y perspectivas. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2013.

MOORE, J. W. Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism. In: MOORE, J. (ed.). **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, History, and the Crisis of Capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

MOORE, J. W. **El capitalismo en la trama de la vida**. Ecología y acumulación de capital. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

NAVARRO, Mina L. Hacer lo común contra la fragmentación: la repolitización de las relaciones de interdependencia en territorios urbanos. In: **La vida en el centro**. Feminismo, reproducción y tramas comunitarias. Ciudad de México- Montevideo: Bajo Tierra Ediciones y Minervas ediciones, 2021, p. 145-162.

NAVARRO, M. **Luchas por lo común**: antagonismo social contra el despojo capitalista de los bienes naturales en México. Puebla: Bajo Tierra, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla e Instituto de Ciencias Sociales y Humanidades Alfonso Vález Pliego, 2015.

OXFAM. **Tras la marca**. Informe redactado por Beth Hoffman. Reino Unido: Oxfam Internacional, 2013.

PLOEG, J. D. Van Der. **Nuevos campesinos**. Campesinos e imperios alimentarios. Barcelona: Icaria, 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; Leff, E. Political Ecology in Latin America: the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 35, p. 65-88, dic. 2015.

PÉREZ, O. Amaia. Nombrando las crisis desde las vidas. In: **La vida en el centro**. Feminismo, reproducción y tramas comunitarias. Ciudad de México- Montevideo: Bajo Tierra Ediciones y Minervas ediciones, 2021, p. 163-167.

ROCKSTRÖM, J.; W. STEFFEN, *et al.* Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, v. 4, n. 2, p. 32, 2009.

RODRÍGUEZ, G. R. **El Consumo Solidario en México**. Vínculos entre productores agroecológicos y consumidores. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Universidad de Guadalajara, Centro Universitario de Ciencias Sociales y Humanidades, 2020.

RODRÍGUEZ, G. R. (coord). **Manual de buenas prácticas de redes alimentarias alternativas**. México: ITESO-CONACYT, 2019.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecología**. Ciencia y política. Ecuador: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología, SOCLA, 2018.

ROSSI, Leonardo. Soberanía alimentaria. Recuperar el alimento. **Ardea**, 22 de agosto de 2019. Disponible en: <https://ardea.unvm.edu.ar/ensayos/recuperar-el-alimento/>

SARALEGUI, P. El metabolismo social de las Cadenas Cortas de Comercialización: Una aportación a la sostenibilidad desde el trabajo colectivo. **Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, v. 9, n.1, p. 18-51, 2019.

SERNA, Enrique. Regiones y procesos urbano-rurales en el estado de Querétaro, 1960-2005. **Estudios demográficos y urbanos**. Ciudad de México, v. 25-2, n. 74, p. 317-361, 2010.

SEVILLA, E. **Sobre los orígenes de la agroecología en el pensamiento marxista y libertario**. La Paz: CDE, Plural editores, AGRUCO y NCCR, 2011.

TOLEDO, VÍCTOR. **Ecocidio en México**. La batalla final es por la vida. México: Grijalbo-Penguin Random House, 2015.

TOLEDO, V. Y BARRERA-BASSOLS, N. **La memoria biocultural**. La importancia ecológica de las sabidurías tradicionales. Barcelona: Icaria, 2008.

TREVILLA, D.L., ESTRADA, E.; SOTO, M.L. Agroecología y cuidados: reflexiones desde los feminismos de Abya Yala. **MILLCAYAC**, Mendoza, v. VII, n. 12, p. 621-646, marzo/agosto, 2020.

VARGAS, Hilda. Mercados agroecológicos universitarios: formación ética *in situ* sobre soberanía alimentaria y comercio justo. In: VARGAS, H.; CHÁVEZ, M. (coord.). **Universidad y Soberanía Alimentaria**. Un compromiso ético social. Madrid: Dykinson, 2022, p. 53-76.

## POR TERRA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: SOBRE A EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO CHUMBO, POCONÉ-MT<sup>1</sup>

Edson Caetano<sup>2</sup>  
Karla Rodrigues Mota<sup>3</sup>  
Haya Del Bel<sup>4</sup>

### Resumo

Este artigo analisa as interfaces entre algumas dimensões da produção da existência na Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, localizada em Poconé-MT. Trata-se de uma pesquisa fundamentada no materialismo-histórico e que utilizou a roda de conversa como instrumento de coleta de dados. Concluímos que as e os quilombolas por experienciarem, tanto as formas alienadas, quanto às formas livres de trabalho, buscam se opor ao avanço do agronegócio por meio do resgate dos trabalhos de viver, costumes e tradições.

**Palavras-chave:** Trabalho; Educação; Comunidades tradicionais; Produção associada.

### POR LA TIERRA, EL TRABAJO Y LA EDUCACIÓN: SOBRE LA EXISTENCIA Y LA RESISTENCIA EN LA COMUNIDAD QUILOMBOLA DEL CHUMBO, POCONÉ-MT

### Resumen

Este artículo analiza las interfaces entre algunas dimensiones de la producción de la existencia en la Comunidad *Quilombola Nossa Senhora Aparecida do Chumbo*, ubicada en Poconé-MT. Se trata de una investigación basada en el materialismo-histórico y que utilizó el círculo de conversación como instrumento de recolección de datos. Concluimos que los habitantes de la comunidad, al experimentar formas de trabajo tanto alienadas como libres, buscan oponerse al avance del agronegocio a través del rescate de trabajo de vivir, costumbres y tradiciones.

**Palabras clave:** Trabajo; Educación; Comunidades Tradicionales; Producción Asociada.

### ON LAND, WORK, AND EDUCATION: ON EXISTENCE AND RESISTANCE IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF CHUMBO, POCONÉ-MT

### Abstract

This article analyzes the intersections between various dimensions of existence in the Quilombola Community of Nossa Senhora Aparecida do Chumbo, located in Poconé-MT, Brazil. It is a research grounded in historical materialism and employs a roundtable discussion as a data collection tool. We conclude that the Quilombola individuals, by experiencing both alienated and free forms of labor, seek to oppose the advance of agribusiness through the revival of works of living, customs and traditions.

**Keywords:** Work; Education; Traditional Communities; Associated Production.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 06/07/2023. Primeira Avaliação em 17/07/2023. Segunda Avaliação em 21/07/2023. Aprovado em 27/09/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59111>.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo - Brasil. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso - Brasil. E-mail: [caetanoedson@hotmail.com](mailto:caetanoedson@hotmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0586786960992214>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9906-0692>.

<sup>3</sup> Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso - Brasil. Professora da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT). E-mail: [k.rodriguesmota@gmail.com](mailto:k.rodriguesmota@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6029434311454479>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3058-0037>.

<sup>4</sup> Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - Brasil. Professora no Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso - Brasil. E-mail: [hayadelbel@gmail.com](mailto:hayadelbel@gmail.com).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9271209718879086>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2268-4266>.

## Introdução

Da forma como aparece nos noticiários e em grande parte dos veículos de informação, Mato Grosso aparenta ser o ‘magnífico’ produtor de grãos do país, onde os horizontes verdes confluem para o ‘desenvolvimento’ e para as melhorias nas condições de vida de todos os mato-grossenses. Essas propagandas camuflam uma contradição. Galeano (2002) já nos alertava que “em nossos países, a televisão mostra o que ela quer que aconteça, e nada acontece se a televisão não mostrar” (p. 79). Assim, ao percorrer as veias abertas da região, percebemos que a grande mídia, por de trás da defesa da ‘capital do agronegócio’, busca invisibilizar, silenciar e estancar o sangue derramado por diversos povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas e assentamentos que existem, resistem e são diariamente oprimidos pelo avanço das monoculturas e do garimpo na região.

Por isto, anunciamos que é com o ‘outro lado’ – o das comunidades tradicionais e dos povos originários – que as próximas linhas dialogam. Neste texto, consideramos as formas de produção de existência encontradas no “Chumbo”, um quilombo situado em Poconé-MT, distante 104 km de Cuiabá e que abarca 72 comunidades rurais e 11 assentamentos<sup>5</sup>, com destaque para o quantitativo expressivo de comunidades quilombolas<sup>6</sup> em sua extensão territorial.

O método que orienta este escrito é o Materialismo Histórico, o qual permite perceber tanto o movimento do objeto no tempo-espaço quanto as fissuras e interfaces, aproximações e repulsas deste com dimensões outras da realidade. Ancoramos em Thompson (2021, p. 28) ao entender que esta perspectiva não se limita em isolar o objeto ou fato para “exame à parte”, buscando debruçar e compreender, também, as suas “múltiplas evidências” e “inter-relações”.

Trata-se de estudo qualitativo que, ancorado na dialética marxista, pretende “[...] não só captar a aparência do fenômeno, como também sua essência” (TRIVIÑOS, 1987, p. 129). No que se refere aos caminhos metodológicos, procedemos com levantamento bibliográfico de pesquisas que tomaram a Comunidade do Chumbo como campo empírico (MENDES, 2020; FACHIN, 2019;

---

<sup>5</sup> Informação disponível no site da Prefeitura de Poconé. Disponível em <https://www.pocone.mt.gov.br/Prefeitura/Dados-Economicos/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2023.

<sup>6</sup> Em dados numéricos, de acordo com a Fundação Cultural Palmares, das 71 certidões expedidas às Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) no Estado de Mato Grosso, 29 localizam-se em Poconé.

PEREIRA, 2017), realizamos observações, registros fotográficos do quilombo e conduzimos roda de conversa com dez moradores (dois homens e oito mulheres).

As ações de campo ocorreram em junho de 2022 por meio do projeto de pesquisa “Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Mato Grosso”<sup>7</sup>, em desenvolvimento pelo Núcleo de Estudos Ambientais e Saúde do Trabalhador (NEAST), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em parceria com o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT).

No tocante à roda de conversa, partimos das orientações de Moura e Lima (2015), ao considerarem que a conversa “[...] é um espaço de formação, de troca de experiências, de confraternização, de desabafo” (p. 25), no qual se possibilita “[...] reviver o prazer da troca e de produzir dados ricos em conteúdo e significado” (p. 25). Os diálogos foram tecidos com base em questionário semiestruturado enfatizando dimensões de organização do trabalho, modos de vida, conflitos socioambientais e perspectivas futuras.

Partindo do pressuposto de que “[...] todo pesquisador tem uma concepção de mundo, de ser humano e de cultura dos quais participa por nascimento e por experiência de vida (tempo-espaço)” (CIAVATTA, 2019b, p. 18-19), a “leitura atenta” (TRIVIÑOS, 1987, p. 171) do material levantado, atrelada à produção teórico-conceitual materialista histórica impeliu um novo ordenamento dos dados, sendo reorganizados e analisados pelo prisma de duas categorias: culturas do trabalho e conflitos socioambientais.

Conceitos e categorias servem para ordenar os seres (visíveis ou invisíveis) de modo diferenciado (CIAVATTA, 2019a, 2019b). As categorias “[...] ordenam, classificam os seres (de acordo com sua etimologia, κατηγορία)” (CIAVATTA, 2019a, p. 38) e para que tenham utilidade analítica as categorias não podem ser vocábulos soltos, esvaziados de sentido, devendo apresentar densidade teórica, função desempenhada pelos conceitos, os quais, “[...] por sua etimologia (concepção, σχεδίαση), [...] dão conteúdo teórico aos termos, às diversas denominações científicas” (CIAVATTA, 2019a, p. 38)

Ancorado nessas ressalvas teórico-metodológicas e entendendo que “a categorização, por si mesma, não esgota a análise” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 86), esse texto objetiva compreender as interfaces entre algumas dimensões da produção

---

<sup>7</sup> Pesquisa autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFMT por meio do parecer nº 2.092.601.

da existência na Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida do Chumbo. Para tanto, além de nos empenharmos na reconstrução histórica de formação e lutas do quilombo, apresentamos para cada categoria de análise uma conceituação que seja fruto, dialogue ou aproxime da produção teórica do campo Trabalho-Educação, permitindo trazer o olhar do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPT/UFMT) para a discussão já existente sobre a Comunidade do Chumbo.

### **A vida na Comunidade Quilombola do Chumbo: contradição, trabalho e educação**

A Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida do Chumbo encontra-se às margens da Rodovia MT-45 (que liga Poconé-MT a Cáceres-MT), também conhecida como Rodovia Adauto Leite. Sua origem, segundo Pereira (2017) e Mendes (2020), remonta ao final do século XIX, quando o escravo Manoel Metelo de Campos, trazido ainda criança de Minas Gerais para trabalhar em Mato Grosso, fugiu dos domínios de seu senhor, buscando abrigo em fazendas próximas à Poconé-MT.

O início do quilombo é marcado pela solidariedade. O líder, Manoel Metelo, acolhia os conhecidos e desconhecidos que pediam “um pedaço de terra para plantar sua roça e construir um ‘barraco’, [...] não havendo necessidade de pagamento por esses espaços” (PEREIRA, 2017, p. 49). A terra, portanto, era produtiva e de uso comum, emergindo “como um abrigo para os que necessitavam” (p. 49).

A vida era assegurada por meio de “[...] uma agricultura de subsistência baseada na plantação de roças simples com alguns alimentos de primeira necessidade e com a criação de animais, como vaca, galinhas e porcos” (MENDES, 2020, p. 80-81), atividade que tinha como característica “a ajuda mútua entre os moradores da comunidade [...] por meio dos mutirões” (PEREIRA, 2017, p. 50).

Esta forma de produzir a existência se manteve até o final da década de 1970, visto que até esta data a comunidade permaneceu praticamente isolada em virtude da mata fechada que dificultava o acesso à área urbana de Poconé.

Segundo Fachin (2019), foi em 1984, com a implantação da usina de açúcar, álcool e biodiesel chamada Álcool do Pantanal (ALCOPAN), que profundas transformações ocorreram na comunidade, principalmente na dinâmica do seu território que deixou de ser essencialmente rural. Este processo alterou “[...]”

profundamente os costumes e tradições dos antigos moradores, além de enfraquecer a agricultura. *A partir de então, iniciou-se a construção de cercas e outras formas de regulamentação do território*” (PEREIRA, 2017, p. 51, grifos nossos). De acordo com um morador da comunidade,

Antes da usina né, nossas famílias viviam só famílias que eram raiz mesmo daqui né, ai depois com a usina que os daqui foram vendendo a terra, nosso povo foi vendendo a terra, não sei como é, se vendeu se tomou só sei que ai nós fomos perdendo terra ai parou de fazer o plantio que era pela associação (Moradora, 52 anos).

Como consequência, muitos imigrantes, em sua maioria nordestina, passaram a residir nas terras do Chumbo, aumentando o índice demográfico e, conseqüentemente, impelindo uma configuração mais urbana à comunidade (PEREIRA, 2017; FACHIN, 2019). Para Mendes (2020) a articulação entre a chegada da agroindústria da cana para a região associada à construção, em 1986, de uma estrada asfaltada ligando a comunidade à área urbana foram os fatores que despertaram o interesse dos fazendeiros e empresários,

[...] dando início às disputas por terras com a retirada compulsória de moradoras/es das comunidades locais, apresentando um quadro de injustiças e conflitos que já existe e avançam há aproximadamente 40 anos (MENDES, 2020, p. 81).

A ALCOPAN operou a partir de inúmeras irregularidades trabalhistas, tais como: funcionários sem registro na carteira profissional; ausência de banheiros, alojamentos e refeitórios nas dependências da empresa; não fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI); falta de manutenção dos equipamentos; sucateamento do maquinário; transporte inadequado de funcionários; atraso e não pagamento de salários; além da submissão de imigrantes nordestinos à condição de mão de obra escrava<sup>8</sup>. Em virtude de denúncias, houve uma ação conjunta entre o Ministério Público do Trabalho (MPT), a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego (SRTE) e a Polícia Civil na tentativa de decretar falência e ressarcir os funcionários de seus direitos trabalhistas<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2012/07/fiscais-flagram-20-vitimas-de-trabalho-escravo-em-usina-de-alcool-em-mt.html>. Acesso em 18 de agosto de 2023.

<sup>9</sup> “Alcopan é processada por trabalho escravo”. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/alcopan-e-processada-por-trabalho-escravo/100029979>. Acesso 18 ago 2023. “Justiça decreta falência da Alcopan após MPT denunciar trabalho escravo”. Disponível



Aqui a única empresa que vem é essa usina, veio, extorquiu todos nós, porque ele trabalhava, nós fazia de conta que diz que tava ganhando dinheiro, ai eles começaram a pagar como eles queriam, fazia [...] juntava ai um pouco de povo ia com ele pra Poconé ia no mercado fazia compra, ele já tinha assinado como que tinha recebido, vinha de lá com uma cesta básica com um pouquinho de carne, ai eles davam 200, 300 reais ai tinha que pagar mil, mil e pouco, recebia 200, 300 e tava pago. Ou, às vezes, assinava que tava devendo... (Moradora, 52 anos).

Após explorar as trabalhadoras e os trabalhadores os submetendo a condições análogas à escravidão, bem como provocar direta e indiretamente profundas alterações sociais e culturais na comunidade como um todo, a ALCOPAN teve suas atividades finalizadas em 2011 e falência decretada em 2012 (FACHIN, 2019; MENDES, 2020), restando apenas ruínas de sua construção e sucata de seus veículos, conforme ilustra a figura 1.

Figura 1: Prédio desativado da ALCOPAN.



Fonte: Arquivo NEAST

De acordo com Fachin (2019), como resultado da falência e do fechamento, as plantações de cana foram “[...] dando lugar a uma imensa plantação de soja e ocasionando evasão populacional e desemprego” (p. 64), consequentemente: “Muitos maridos saem pra trabalhar nos outros municípios, então a gente fica aqui 1 mês, 2 meses, a mãe e os filhos. Daí [o marido] vem passa 4 dias e volta de novo” (Moradora,

---

em <https://reporterbrasil.org.br/2012/08/justica-decreta-falencia-da-alcopan-apos-mpt-denunciar-trabalho-escravo/>. Acesso em 18 de agosto de 2023.

39 anos), “Tanto que tem pai que não viu o crescimento dos filhos” (Moradora, 56 anos).

Tais relatos atrelados à produção teórica existente sobre a localidade permitem compreender como os moradores e moradoras do Chumbo se constituíram e se organizam enquanto comunidade quilombola. Essa localização espaço-temporal se faz importante dentro da perspectiva materialista histórica, pois possibilita entender o “movimento dos sujeitos e a transformação das instituições no tempo, nas diversas temporalidades que atravessam” (CIAVATTA, 2019a, p. 49).

Em consonância com a compreensão histórica da realidade investigada e das premissas teórico-metodológicas, os subtópicos a seguir apresentam as particularidades e as interfaces entre as dimensões da vida das moradoras e dos moradores que, entendidas enquanto processo dentro de uma totalidade social, impulsionam essa população a resistir, enfrentar, produzir suas existências, forjar suas consciências e manter viva a Comunidade Quilombola do Chumbo.

### **Culturas do trabalho e os avanços do capital em território quilombola**

A análise dos modos outros de produção da existência expressos pelos povos e comunidades tradicionais é uma dimensão essencial para os estudos que visam se contrapor ao neocolonialismo e à lógica destrutiva do capital. Em se tratando de pesquisadores do campo Trabalho-Educação, esta compreensão deve ser mediada pela categoria trabalho, a qual apresenta natureza tanto ontológica quanto sócio-histórica.

O tempo destinado ao trabalho ocupa parte importante da existência humana e a ideologia do trabalho (traduzida no conjunto de valores, representações e percepções que os indivíduos internalizam em sua atividade laboral) modula significativamente as práticas sociais e a visão de mundo dos sujeitos para além do tempo e dos espaços em que os processos de trabalho são desenvolvidos (PALENZUELA, 1995).

Portanto, o trabalho apresenta centralidade na atividade produtiva e nas relações sociais e culturais. A partir de Palenzuela (1995) entendemos que o trabalho conforma tanto as condições materiais de produção da existência quanto a configuração do universo cognoscivo dos indivíduos, dando corpo à categoria culturas do trabalho, definida pelo autor como o conjunto de conhecimentos teórico-práticos,

comportamentos, percepções, atitudes e valores que os indivíduos adquirem e constroem a partir de sua inserção nos processos de trabalho e/ou pela interiorização da ideologia do trabalho.

Nesta seção, refletimos sobre as culturas do trabalho que atravessam a produção da existência no Chumbo. Em específico, enfocamos nos *muxiruns* ou mutirões – forma associada de produção da existência – que forja a origem do quilombo; nas formas alienadas de trabalho que adentraram a comunidade em virtude do avanço do agronegócio na região; e nas ‘resistências possíveis’ engendradas pelos e pelas moradoras frente às investidas do capital e suas contradições.

Marx (2017) define trabalho como “[...] um processo entre o homem e a natureza, processo em que este homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla o seu metabolismo com a natureza” (p. 255). O trabalho, sob esse prisma, tem dimensão ontológica, visto que através dele o ser humano “[...] altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil” (MARX, 2017, p. 146) e, dialeticamente, ao modificar a natureza externa, “[...] modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza” (p. 255), diferenciando-se dos demais animais.

No entanto, a emergência do modo de produção capitalista desenvolveu um sistema no qual o trabalho, ao ser submetido ao capital, perde esta dimensão ontocriativa, apresentando-se como trabalho alienado. Ao invés de manifestação de si, torna-se algo externo e “[...] aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro” (MARX, 2010, p. 83), fazendo com que o trabalho se limite ao que Ramos e Caetano (2022) denominam por “trabalho de ganhar”.

A categoria “trabalho de ganhar” está associada à forma histórica que o trabalho adquiriu dentro do modo de produção capitalista, reduzindo-se às formas subordinadas, assalariadas e estranhadas. Ramos e Caetano (2022) a conceituam como o trabalho “[...] diretamente atrelado ao modo de produção capitalista, que possui dias e carga horária de trabalho estabelecidos, em que é preciso ‘assinar o ponto’, e receber o salário no final de cada mês” (p. 58).

No contexto do estado de Mato Grosso, o avanço da cultura do trabalho capitalista, em específico do trabalho de ganhar, foi acelerada por projetos governamentais de modernização do campo intensificados no regime militar (1964-1985). Esse processo foi iniciado com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei n.

4.504 de 30 de novembro de 1964) que tomava “[...] como referência o padrão de produtividade do imperialismo capitalista” (MENDES, 2020, p. 44), tinha por objetivo “[...] promover a modernização do campo” (p. 42-43) e, em paralelo, frear os movimentos camponeses que reivindicavam a reforma agrária.

Dentre os projetos, o Proálcool apresentou-se como o determinante para a instalação, em 1984, da ALCONPAN no Chumbo. Tal programa consolidou-se após o Decreto n. 76.593/1975 e objetivava estimular a produção de álcool com vistas a atender tanto o mercado interno quanto externo em consonância com a política de combustíveis automotivos em operação (MENDES, 2020). Por consequência, o trabalho de ganhar foi inserido oficialmente no quilombo, alterando profundamente as relações produtivas.

A força de trabalho deixou de ter valor de uso – produção de alimentos para subsistência e para troca entre moradoras e moradores – e passou a ser mercadoria – alienada em troca do “salarinho” –, conforme esclarece o depoimento a seguir:

[...] e *aí também veio o salarinho*, por mais que ele foi taxado como escravo né, [...] mas aí quando o povo começou pegar um dinheirinho, eles já foram perdendo, né, a vontade de trabalhar pra si próprio, não era [...] você plantava pra você comer, você comia daquilo que você plantava, então se eu tinha, era aquela troca, né, da gente pedir, aí com a chegada da usina, mudou tudo, que aí foi chegar, foi chegando outras região outros estados, né, e aí já foi misturando, e aí o povo daqui já foi interessando só em *trabalho pra ganhar dinheiro* né, e aí a usina foi falindo só usurpando da gente, pagava como eles queriam, e assim fomos perdendo, quando viu, a gente estava nesse pedacinho aqui, que ainda temos que tomar cuidado pra não ficar [...] (Moradora, 58 anos).

Assim, “[...] com a história que a usina veio pra cá [e] a vontade de ter mais dinheiro né [...]” (Moradora, 39 anos), o trabalho que antes era livre e expressão das potencialidades humanas, reduziu-se à forma histórica do “trabalho pra ganhar dinheiro”, estranho aos e às trabalhadoras, “[...] deixando marcas profundas que se misturam entre passado, presente e futuro [...]” (MENDES, 2020, p. 154).

Mesmo com a falência da ALCOPAN, em 2011, o ‘trabalho de ganhar’ continua reestruturando a vida dos moradores da comunidade. A cultura do trabalho capitalista adentrou as relações sociais, fazendo-os se sujeitar a outros modos de trabalho assalariado, inclusive venderem sua força de trabalho nos latifúndios voltados para a monocultura de soja ou nas empresas de extração de ouro que passaram a circundar a região. De acordo com Pereira (2017, p. 52), “[...] em torno de 70% da população

trabalham fora da comunidade, em comércios, órgãos públicos, garimpos, fazendas, entre outros”.

Os garimpos marcam a origem de Poconé-MT e “[...] se alastram de forma desordenada pelo município” (MENDES, 2020, p. 79), sendo possível encontrar esses empreendimentos extrativistas adentrando terras próximas à Rodovia Adauto Leite – que dá acesso à inúmeros quilombos, assentamentos e comunidades tradicionais. De acordo com relato de moradora do Chumbo, o garimpo “Já ta chegando, Já tá chegando, tem um aqui bem no *Marchesan*, já tem uns 4 meses que tá funcionando. [...] tá chegando aqui. Dalí pra cá, tem uns 4km só” (Moradora, 58 anos), sendo, pois, mais um espaço de exploração da força de trabalho.

Em consonância com o fluxo total do capital, a partir da década de 1990, por meio de estímulo de políticas agrícolas federais, o agronegócio de grãos foi amplificado em terras mato-grossenses, passando a receber investimento de *tradings*, de empresas nacionais e internacionais (MENDES, 2020). Trata-se de um ramo da agricultura industrial cuja origem remonta à década de 1950 no *agrobusiness* norte-americano e que ganhou força no Brasil a partir dos anos 2000, sendo utilizado

[...] para produzir a percepção de um setor moderno e dinâmico que extrapola o mero conhecimento agrícola/agroindustrial, e engloba a agricultura industrial (voltada para o setor de produção) e a agroindustrial (que inclui os produtores, processadores e a distribuição); mas também as empresas de suprimentos de insumos e fatores de produção, os agentes financeiros, os centros de pesquisa e experimentação e as entidades de fomento e assistência técnica (VALLES, 2018, p. 33).

Como reflexo no Chumbo, o trabalho, além de ser associado ao salário, passou a ser entendido como sinônimo de conflitos socioambientais (melhor discutido na seção seguinte) e sofrimento, principalmente pela necessidade de saída dos moradores a procura de postos de trabalho em outras cidades:

Por exemplo, vai e faz o plantio. Durante o plantio o patrão não dá folga, daí eles ficam 3 meses sem vir em casa, só manda o dinheiro quando recebe. Tem vez que eles passam 1 mês, daí eles começam a colher e daí já voltam de novo. Teve várias famílias que ficaram assim (Moradora, 64 anos).

Esse é o motivo de migrar, tem vezes que acaba levando a família, tem vezes que compensa mais levar. Eu mesma tô aqui porque ainda tô resistindo, mas não. Hoje ele vem, passa a semana toda e ele pergunta “mas compensa ficar aqui?”, então é isso, não é fácil (Moradora, 35 anos).

A cultura do trabalho capitalista apresentou aos quilombolas a perspectiva de recebimento de salário em decorrência da ocupação de 'melhores' postos de emprego, acabando por envolvê-los ideologicamente, lançando-os no trabalho estranhado que, além de explorar, separa os trabalhadores do convívio familiar. Tal 'sedução' não é feita apenas de forma indireta, mas também na ação direta dos donos dos meios de produção.

Aqui mesmo tem o fazendeiro [...], ele faz curso, quase todo mês tem curso aí do Senar, do agro, até os funcionários dele já formou vários no agro, essas máquina moderna. Quem quer, que nem o [...] falou, entrou lá como servente de pedreiro e hoje já tá como operador de máquina (Moradora, 49 anos).

Eles são "agros". É muito triste, porque aí os fazendeiros convencem mesmo, porque igual fala, tem essa oportunidade, chama, te oferece, você tá morando aqui, sem perspectiva, "Ah você vai fazer o curso de máquina de operar veneno", "nossa que top", aí faz o curso né. "Agora você vai ganhar 3 e 500", daí né "Ah agora eu sou agro" (Moradora, 39 anos).

O avanço do capital, além de impulsionar a abertura de estrada asfaltada e promover o loteamento das terras do Chumbo, abriu, também, veias de sofrimento, doenças, disputas por terra e opressão no seio da comunidade, pois

[...] antes era difícil a gente ouvir falar de um câncer. Hoje vários, vários já foi infectado por esse vírus do câncer, né, [...] eu mesmo já perdi cunhado, já perdi irmão, né, agora perdemos essa amiga, e tem mais ainda umas 6 ou 7 pessoas que está em tratamento, que talvez seja por esse, por, por esses [...] consequência desse daí né, porque antes era usina de [...] era veneno também, era fuligem também, que aqui nós não vivia, cê arrumava a criança pra ir na escola quando vinha de lá parecia que tava cortando cana, tudo pneu, tudo preto do carvão a roupa, caderno, lápis [...] (Moradora, 58 anos).

[...] a gente já tá sofrendo [...] que aí eles estão oprimindo a gente, eles por ser mais poderoso né, aí eles vem, faz o que pode, a gente vai busca reforço não sabe pra quem buscar, a justiça que a gente busca, tá a favor deles, porque porque eles pagam imposto eles pagam não sei o que, né, o [...] sei lá como eles é, só sei que não é a favor de nós, né. (Moradora, 58 anos).

Todavia, por mais que cultura do trabalho capitalista tente homogeneizar e planificar os modos de vida, se apresentando como natural e única forma de produzir a existência, os e as quilombolas trouxeram relatos de outras formas de produzir que vigoraram na comunidade: os *muxiruns*.

Nas comunidades tradicionais da baixada cuiabana, a forma coletiva de plantar e colher é tradicionalmente denominada por *muxirum* ou mutirão, onde coletivamente “[...] as moradoras e os moradores realizam atividades laborais, como: plantar, carpir, colher, entre outras, na roça de uma pessoa; no outro dia, essa mesma ação ocorre na roça de outro, e assim por diante” (CAETANO; NEVES, 2014, p. 604), como resultado “[...] trabalho que uma pessoa realizaria em uma semana é realizado coletivamente em um dia” (p. 604).

O mutirão é uma nova/velha forma de produzir a existência que se assenta na propriedade coletiva da terra e dos meios de produção e na ajuda mútua. Trata-se de outra cultura do trabalho denominada por produção associada e conceituada por Caetano e Neves (2014) como uma forma de produzir a existência na qual o trabalho é “[...] organizado de forma autogestionária, sem valorizar o lucro e a exploração da força de trabalho alheia, apoderando-se dos meios de produção e pautando-se na solidariedade, que extrapola o âmbito material” (p. 604).

No Chumbo, antes da atividade sucroalcooleira, a produção coletiva era realizada por meio da associação entre os e as agricultoras, sendo o modo predominante de plantio e colheita. Nas falas, foi possível perceber essa organização do trabalho como elemento de fruição e solidariedade.

[...] Aqui na comunidade não tem essa produção que tinha [...] antes da usina né, [...] os marido né, que *reuniam de todo mundo daqui, que plantavam em comum, a terra não era dividida por lote, era tudo comum, cada um morava no seu pedacinho mas plantava tudo junto, ai [...] dividia entre a família, tudo que plantava junto, dividia né* [...] (Morador, 74 anos).

O relato evidencia mais uma influência do capital nas relações produtivas e culturais do quilombo. Antes da ALCOPAN, “a terra era comum” e “tudo que plantava junto, dividia”, logo, a atividade produtiva era essencialmente coletiva e não almejava lucro, mas “[...] a manutenção da vida material e simbólica das famílias” (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 420).

A chegada da usina colocou em xeque a práxis da produção associada através da apropriação indevida das terras quilombolas pelos grandes fazendeiros.

[...] quando foi a chegada da indústria o que que aconteceu, quem tinha dinheiro foi lá comprar as ação, né, tá eu vou lá, terra tal tá sem documentação então tá atrasado, não tá pago, ia lá quitava a terra vinha [...] eu sou dono dessa terra, e aí nós fomos ficando não foi?



Fomo ficando espremido aqui, perdemos tudo, porque hoje nós somos resistente, né, porque o com o governo os fazendeiros, eles quer expulsar nós, mas nós estamos ainda resistindo, até esse veneno que tá aí nós estamos resistindo (Moradora, 58 anos).

Com efeito, a produção por meio dos mutirões deixou de ser tão expressiva na comunidade, emergindo a forma histórica de ser desenvolvida “cada um no seu quintal, no seu lote”.

[...] com a vinda da usina, que aí foi chegando, aí nós meninas aqui *com vontade de ter uma casa melhor [...] também um pedaço de terra pra construir o seu*, [...] hoje em dia a produção que nós temos aqui na comunidade é só mesmo cada um no seu quintal, no seu lote [... ] (Moradora, 52 anos).

Percebemos que a entrada do agronegócio na região fez com que grande parte dos residentes ficasse espremida em pequenos lotes, sem condições de produzir coletivamente e em larga escala. A saída construída foi o plantio de pequenas roças e hortas dentro dos lotes ou na beira da estrada, conforme ilustra a Figura 2.

Figura 2: Pequenas plantações dentro dos lotes das casas no Chumbo.



Fonte: Arquivo do NEAST.

A partir de Palenzuela (1995) compreendemos que as diferentes culturas do trabalho expressam normas e visões de mundo que extrapolam as relações da unidade produtiva, passando a reger, também, as relações sociais. No caso do Chumbo, é indiscutível o fato do avanço do agronegócio ter determinado a produção de subsistência mais individualizada, no que diz respeito à forma de organização do trabalho. Entretanto, quando atentamos para a repartição dos produtos do trabalho, o



sentimento de solidariedade permanece presente regendo as relações entre as e os moradores, fazendo com que estes “compartilhem” os alimentos que produzem. De acordo com um morador, [...] hoje já é assim cada um plantando no seu quintal, mas ainda *compartilhamos* [...] (Moradora, 52 anos).

Homens e mulheres passaram a desenvolver a prática agrícola por unidade familiar e para o valor de uso, onde “[...] os frutos do trabalho são, majoritariamente, para a manutenção da vida material e simbólica das famílias e das comunidades (sobrevivência) – e não para fins de troca mercantil (TIRIBA; FISCHER, 2015, p. 420). Diante disso, por mais que o *muxirum* tenha deixado de vigorar, os valores voltados para partilha e satisfação das necessidades humanas ainda persistem.

Ao longo da pesquisa de campo, assim como registrado por Ramos e Caetano (2022) sobre a produção da existência dos Puruborá (RO), percebemos os e as quilombolas do Chumbo “[...] não se limitam a pensar o trabalho apenas como trabalho assalariado, mas também como atividades realizadas para si e para a comunidade” (p. 57).

Esta outra face da categoria trabalho que reunimos na categoria “trabalho de viver” abarca os “[...] trabalhos desempenhados cotidianamente e outros esporadicamente que não geram renda, mas que também são indispensáveis na produção de suas existências” (RAMOS; CAETANO, 2022, p. 60), tais como o “trabalho doméstico; cuidado com as plantas; plantação; horta; caça; pesca; criação de animais; as atividades nos períodos de assembleia e das festas tradicionais [...]” (p. 61).

Mesmo atravessados pelo modo de produção capitalista, nessas existências outras, persistem momentos nos quais “[...] os moradores têm a possibilidade de integrar prazer e trabalho [...]” (CAETANO; NEVES, 2014, p. 601). Essa possibilidade encontra-se expressa no Chumbo, sendo possível identificar moradoras e moradores que fruem ao trabalhar.

Ah eu, eu tenho minha rendinha, tenho meus piquete, ai agora eu, negócio de plantação é, eu planto, ai tem um lote ali da, do meu genro, que também mexe com plantação nele, falou não esse que tá aqui eu vou entregar pro senhor, aí o senhor faz o que quiser, então aí a gente planta, uma mandioca, umas cova de banana pra gente ter o sustento de cada dia também né, e [...] os serviços tudinho eu que faço né, não pago ninguém, faço tudo, [...] eu carpo, eu, *o que tem pra colher também eu colho e também se um amigo da comunidade precisa das coisas também, eu sirvo ele, nunca vendi, nem um [...] de banana nem*

*[...] de mandioca, que é o que a gente produz aqui, pra o sustento familiar né. E assim a gente vai vivendo, né (Morador, 74 anos).*

Durante a roda de conversa, os “trabalhos de viver” foram destacados tanto nos diálogos que remetiam ao passado, em tempo histórico anterior à atividade da agroindústria de cana, da soja e do garimpo, como nos momentos festivos marcados pela solidariedade e coletividade ainda presentes na comunidade.

*[...] nós tem a festa de Nossa Senhora Aparecida como falaram. A festa de Nossa Senhora Aparecida era uma festa muito grande. Começava com a novena, nove dias antes do dia de Nossa Senhora Aparecida, daí depois, quando era a semana da festa, no início, ia de segunda à sexta fazer biscoito, aí ia todas as mulheres, as donas de casa, quem não trabalhava, ia pro Centro Comunitário fazer biscoito a semana inteira, daí terminava com almoço, daí a noite era novena. Já no último dia, depois da novena, fazia suspensão do mastro com o cururu, vinha cururu de todas as comunidades daqui, cantavam o cururu também. Aí cantavam o cururu, suspendiam o mastro e depois do mastro tinha janta pra todo mundo e dançava o siriri. Daí no outro dia era a festa e no dia da festa era a missa, iniciava com a missa, aí depois da missa... iniciava com o chá com bolo, daí depois era a missa, almoço e o povo dançava bailão o dia inteiro (Moradora, 64 anos)<sup>10</sup>.*

Ao longo do evento há “[...] distribuição gratuita de alimentos a todos os presentes, servidos no domingo de manhã (‘chá co bolo’)” (PEREIRA, 2017, p. 56-57), acompanhados de café, licor de leite e, por fim, almoço.

Outros dois grandes festejos coletivos foram mencionados: a festa em rememoração ao Dia da Consciência Negra (realizada próximo ao dia 20 de novembro) e a festa que celebra o aniversário da Comunidade (realizada no dia 24 de agosto). A primeira se diferencia por ser uma “[...] ocasião em que todas as comunidades quilombolas da região se reúnem, com a particularidade de que, anualmente, a comemoração é realizada em comunidades diferentes” (MENDES, 2020, p. 29).

A festa em homenagem ao aniversário da Comunidade do Chumbo inicia-se, normalmente, no dia 23 de agosto com a noite cultural, seguindo no outro dia com desfile (pelotões) e fornecimento de almoço gratuito.

Daí na noite cultural, esse povo do Chumbo gosta de representar bem a comunidade, onde vai dá o sangue, quer dançar bonito, quer fazer

---

<sup>10</sup> Esclarecemos o fato de a informante se referir ao festejo utilizando verbos no tempo passado. A roda de conversa foi realizada em junho de 2022, ou seja, após dois anos de não execução da festa em virtude das medidas restritivas de contenção da pandemia de Covid-19. Todavia, as atividades festivas foram retomadas no ano de 2022.

maravilhoso. Então a noite cultural é muito bonita. É apresentação dos jovens que dançam siriri, aí as mulheres dançam carimbó, tem vários tipos de dança, que cada grupo que quiser se organiza e vai lá apresentar. [...] E depois na noite cultural, às vezes tinha janta, mas as vezes só tinha a noite cultural e todo mundo ia embora, porque no outro dia já começava com o desfile do pelotão da escola, da comunidade, do posto de saúde com um pelotão, os pequenos agricultores, produtores, também arrumam um pelotão, aí o pessoal que trabalha nas fazendas também arruma o pelotão e a gente faz uma festa muito bonita também, no aniversário da comunidade. Depois da apresentação dos pelotões têm o almoço. Sempre esses almoços os trabalhos são todos voluntários, os moradores do Chumbo trabalha de graça, se dedicam ao máximo e nas festas do santo a carne é doada por quem é o rei da festa, pelo festeiro, tudo é doado pelo festeiro, tudo, tudo. A comunidade, cada um ajuda como pode, então é tudo de graça, daí é a bebida que cada um compra a sua (Moradora, 39 anos).

Os saberes da experiência<sup>11</sup> que permitem a continuação dos festejos tradicionais – sejam os envolvidos na organização, na apresentação do siriri e cururu<sup>12</sup>, na produção de biscoitos, na oferta do ‘chá co bolo’<sup>13</sup>, no preparo dos grandes almoços ou na suspensão do mastro – podem indicar momentos onde o ato de trabalhar se aproxima do gozo, fruição, liberdade e manutenção da coletividade.

Inferimos que a essência de tais saberes tem origem, em algum grau, no *muxirum*, pois, no passado, quando o mutirão rendia colheita farta, era realizada “[...] uma festa com todos os moradores/as para celebrar com ritos, músicas, danças e preces, agradecendo pelo trabalho realizado” (MENDES, 2020, p. 88). Desse modo, a manutenção das festas, costumes e tradições, e

[...] a mensagem transmitida pelas toadas cantadas com o acompanhamento da viola de cocho, que embala os sons do cururu e as coreografias do siriri, é uma forma de resistência, de valorização da memória e de identificação do sentimento de pertencimento ao lugar (MENDES, 2020, p. 141-142).

Assim, dialeticamente e em confronto com a cultura do trabalho capitalista, os lastros imateriais do *muxirum* nos permitem entender o trabalho nos festejos como um

---

<sup>11</sup> Os saberes da experiência estão ligados à práxis de produzir a vida em comunidade por meio do trabalho associado, da lida com a terra, da relação com a natureza e com os demais trabalhadores e trabalhadoras (CAETANO; NEVES, 2014; TIRIBA; FISCHER, 2015).

<sup>12</sup> De acordo com Jesus e Lion (2013), o cururu refere-se à música tradicional da baixada cuiabana tocada e cantada por “[...] homens que, em roda, numa sala ou ao ar livre, cantam versos e toadas, ao som da Viola de Cocho e do Ganzá, em festas religiosas ou profanas” (2013, p. 96). Ao passo que o siriri é uma dança em que participam homens, mulheres e crianças, cuja coreografia acompanha os versos cantados pelos violeiros.

<sup>13</sup> Expressão da baixada cuiabana que se refere, normalmente, ao café da manhã ou lanche da tarde.

trabalho de viver e, conseqüentemente, “[...] colaborativo, festivo, criativo, definindo a comunidade, enquanto identidade e organização quilombola” (MIRANDA; RODRIGUES, 2020, p. 223). Trata-se da forma possível encontrada pelo quilombo de coexistir dentro do modo de produção capitalista, mantendo seus costumes, tradições e reavivando a solidariedade e o trabalho voltado para valores de uso.

Vendramini (2006) nos alerta para a exigência de tentar captar o contraditório presente nas vivências humanas atravessadas pelo sistema capitalista, sendo importante “[...] considerar o contexto, a materialidade, as condições objetivas de realização do trabalho e da educação, aliadas às condições subjetivas, à experiência humana e à aprendizagem constituídas coletivamente pelos sujeitos sociais” (p. 124), para, então, discernir o que é reprodução da cultura capitalista e quais são “[...] os possíveis elementos criadores” (p. 124).

Ancorados em Thompson (2021, p. 29), entendemos que “[...] a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não o faz sem pensamento [...]”, ou seja, emerge na medida em que homens e mulheres pensam e elaboram reflexões sobre si, sobre o mundo a sua volta e suas contradições, de modo que as alterações nas condições concretas de existência originam uma “experiência modificada” e

[...] essa experiência é *determinante*, no sentido de exercer pressões sobre a consciência social existente, propor novas interrogações e proporcionar grande parte do material que é objeto dos exercícios intelectuais mais elaborados (p. 29, grifo do autor).

À vista dessas ressalvas e considerando que a contradição é um elemento da realidade e, conseqüentemente, das relações sociais, é possível perceber que a experiência produzida a partir do conflito entre trabalho estranhado e trabalhos de viver educa, pois, ao evidenciar as contradições inerentes ao modo de produção capitalista, forjando outros meios de produzir e manter seus costumes. Por vivenciarem e experienciarem tanto o trabalho de ganhar quanto o trabalho de viver, muitos passaram a prezar pelo trabalho que não objetiva o lucro:

*Hoje em dia, o povo do campo tá começando a entender, a gente tá fazendo trabalho na escola também, de mostrar a importância da produção do campo, da agricultura familiar, de mostrar a importância de você produzir o seu queijo, de você produzir. Então todo mundo agora tá voltando a produzir no quintal, porque com a usina até isso a gente tinha perdido. Agora não, agora tá todo mundo querendo produzir, todo mundo caçando espaço. Como vocês viram ali na beira, é tudo plantado, tem horta, é terra do governo, mas como não tem a*

terra, eles produzem roça na beira desses 12M, tá cheio de roça, cheio de horta, todo mundo planta sua planta frutífera ou sua rocinha no quintal [...] (Moradora, 64 anos).

Pode-se perceber, a partir do relato anterior, que os residentes estão buscando outras formas de produzir a existência, visto que “agora tá todo mundo querendo produzir, todo mundo caçando espaço”.

Vendramini (2006, p. 124) assevera que “[...] qualquer tentativa de tratar os seres humanos como mercadoria resulta em insatisfação e resistência”. Nesse sentido, consideramos que, no Chumbo, a cultura do trabalho capitalista subsumiu o trabalho à condição alienada, mas não obteve êxito por completo. Dentro do campo contraditório, não podemos negar que, por um lado, a produção em pequenos lotes pode ser entendida como uma necessidade de sobrevivência imposta pelo fluxo total do capital, contudo também é possível percebê-la como a resistência possível e a forma encontrada por esses e essas quilombolas de executar um trabalho que não se reduza a dimensão de uma mercadoria, como também o buscam fazer nas festas tradicionais.

O atravessamento, entrelaçamento e oposição entre o trabalho de ganhar e o trabalho de viver experienciados pelos e pelas quilombolas do Chumbo em paralelo à produção de subsistência e à manutenção dos festejos tradicionais podem indicar que estes não se encontram passivos frente ao fluxo do capital. Dialeticamente, se empenham na construção histórica de uma “[...] experiência modificada” (THOMPSON, 2021, p. 29) produzida a partir dos conflitos e contradições e que pode ser entendida como a resistência exequível por esses homens e mulheres, os quais tentam, da forma que lhes é possível, festejar, plantar, colher, consumir e compartilhar, de um modo distinto do que impera dentro do sistema capitalista.

As condições concretas não os permitem produzir tal qual era feito pelo *muxirum*, porém as contradições do capital estão permitindo desenvolver outra experiência, que, de alguma forma, questionam o modo de produção capitalista e os fazem almejar e vislumbrar uma forma de produzir pautada na agricultura familiar e, portanto, voltada para os valores de uso.

Então assim, nós queríamos que daqui 15 anos nós tivéssemos uma escola de qualidade, que nós tivéssemos uma forma de trabalhar com a agricultura familiar na nossa comunidade, é difícil porque como já falamos, não temos terra para a gente tentar trabalhar e produzir (Moradora, 64 anos).

A gente tem um menino aqui, que foi criado aqui. Ele foi pra fora, trabalhou um tempo, estudou, construiu a casa dele pra voltar e hoje acho que já tem uns 8 anos que ele voltou e vive da agricultura familiar. Daí o pai dele comprou uma terra na comunidade vizinha, daí ele produz banana [...] e planta (Moradora, 58 anos).

O residentes do Chumbo apresentam uma “resistência teimosa”<sup>14</sup> (THOMPSON, 1998, p. 13) na medida em que buscam manter suas tradições, reavivando momentos nos quais trabalhos de viver possam se manifestar, seja na lida com as pequenas roças, nas organizações de festas coletivas ou no compartilhamento dos alimentos produzidos.

O trabalho estranhado “[...] vai adentrando vorazmente espaços-tempos nunca imaginados” (MIRANDA; RODRIGUES, p. 220) tentando, a todo custo, “[...] homogeneizar as heterogenias dos povos do campo” (p. 220). Dada essa voracidade do capital, acreditamos que a possibilidade, mesmo que sofrível, da comunidade coexistir dentro do modo de produção capitalista é uma forma de resistir. Assim,

[...] os/as moradores/as da comunidade do Chumbo demonstram que não desistiram do seu território e continuam resistindo às pressões realizadas pelos fazendeiros da região, que se utilizam de insistentes tentativas de compra da terra, com informações infundadas sobre todo aquele território que vai se transformar em área de plantio e que essas terras não despertariam interesse de ninguém (MENDES, 2020, p. 22).

Reavivar os trabalhos de viver pode ser entendido como uma tentativa de a comunidade não sucumbir, como uma resistência em disputa, engendrada por ‘homens e mulheres de carne e osso’ e efetivada através da não entrega de suas terras, da reconfiguração dos saberes ligados ao trabalho não alienado e do resgate dos costumes e tradições que permitem manter suas identidades, seja no plantio em pequenos lotes, seja na partilha o pouco que produzem ou na organização dos festejos tradicionais. No Chumbo, a resistência opera, portanto, nas materialidades e,

---

<sup>14</sup> Thompson (1998), na obra *Costumes em Comum*, busca se opor aos historiadores clássicos que viam as estruturas costumeiras dos séculos XVII e XVIII ainda presentes no século XX como elementos inferiores, residuais e “[...] remanescentes do passado” (p. 14). Para esses historiadores, tais tradições estavam em declínio, estando os e as trabalhadoras sujeitos ao processo de reforma de sua cultura, “segundo as normas vindas de cima” (p. 13). Todavia, Thompson (1998) parte de outra compreensão, indicando que a classe trabalhadora apresentava uma “resistência teimosa” (p. 13) na qual seus costumes, por mais que não eram oficializados/legalizados pela cultura patricia, “[...] podiam ser descritos como ‘visíveis’; estavam codificados de alguma forma, ou podiam ser justificados com exatidão” (p. 16). Para Thompson (1998) o costume só existe porque há consentimento na comunidade em que é praticado e a resistência teimosa desponta quando a quebra das relações tradicionais é entendida como injusta sem base legítima.

principalmente, nas imaterialidades da produção da existência destas e destes quilombolas.

### **O avanço do agronegócio e os conflitos socioambientais**

A expansão do agronegócio no campo voltada para acumulação (fundiária, monetária e de poder) e exploração do trabalho faz com que ribeirinhos, indígenas, quilombolas e assentados, sofram sucessivos ciclos de expropriação de suas terras. No caso das comunidades da baixada cuiabana, “[...] o plantio da soja tem provocado uma série de modificações no espaço, sejam elas ambientais ou socioeconômicas, pois é um tipo de agricultura que tornou mais tecnificada” (MENDES, 2020, p. 61).

Esse movimento do capital converte os territórios tradicionais em arena de embates, pois

[...] a capacidade de resistência e de não passividade frente aos processos de expropriação dos grupos sociais e de seus territórios se traduz em um cenário profícuo para a existência de conflitos socioambientais, onde os pecuaristas, grupos empresariais, garimpeiros e, recentemente, os grandes agricultores desenvolvem atividades com alto grau de impacto ambiental, como: desmatamento – que potencializa os processos de assoreamento dos solos e dos rios, contaminação do solo e dos mananciais de água - rios e córregos; os agrotóxicos e metais pesados (mercúrio) utilizados nas lavouras e garimpos, respectivamente, que trazem impactos indesejáveis e influenciam diretamente nas atividades desenvolvidas pelas comunidades. (VALLES, 2018, p. 89).

Após o fechamento da ALCOPAN, as terras, assim como as mulheres e os homens do Chumbo, passaram a ser objeto de exploração dentro dos canteiros de monocultura de soja. Em estudo recente, Fachin (2019) sistematiza os conflitos socioambientais sofridos pelo Quilombo do Chumbo, todos desencadeados, de alguma forma, pelo avanço do agronegócio e do extrativismo mineral na região. Tais conflitos foram sistematizados e materializados em um mapa social, conforme ilustra a figura 3.

Figura 3: Mapa de conflitos socioambientais no Chumbo.



Fonte: Fachin (2019, p. 96).

Os conflitos existentes na Comunidade Quilombola do Chumbo têm como causas: o uso indiscriminado de agrotóxicos; as queimadas; o desmatamento; a disputa por água; a disputa por terra ocasionando situações de trabalho escravo e a ameaça de morte as moradoras e aos moradores (FACHIN, 2019). Em nossa roda de conversa, essas infelizes experiências também foram explicitadas.

De acordo com Valles (2018), a expansão do agronegócio se apresenta como elemento propulsor dos vários conflitos socioambientais, sendo a disputa por terra “[...] o início do ciclo produtivo e, conseqüentemente, de disputa pelos serviços ecossistêmicos” (p. 93). No caso do Chumbo, esse conflito se expressa, segundo Fachin (2019), tanto na pressão dos grandes fazendeiros para que os moradores com propriedades um pouco maior vendam suas terras quanto na grilagem, conforme relata um morador: “[...] aí depois que houve essa, essa medição, aí [...] foi tirando terra, tirando terra e espremendo o nosso pra cá, agora o nosso também não era bastantão, né, mas o que era nosso” (Morador, 74 anos).

Em vários momentos os depoimentos enfatizam as alterações nos aspectos sensoriais da água, informando que antes “era uma água boa, gostosa” (Moradora, 28 anos) e que agora “está com mau cheiro” (Moradora, 28 anos), fator que dificulta o



seu consumo, sendo citado, também, que a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) colheu amostras de água para análise laboratorial.

Em matéria publicada no site<sup>15</sup> da referida organização não governamental, no dia três de novembro de 2021, há a exposição de dados de uma pesquisa realizada pela FASE em parceria com o NEAST/UFMT, os quais deflagram que há “[...] presença de agrotóxicos em rios, poços artesianos, tanques de piscicultura, água da chuva e reservatórios que abastecem as famílias das comunidades Jejum e Chumbo, localizadas em Poconé”. Dentre as moléculas identificadas estavam: Atrazina, Picloram, 2,4D, Fipronil, Clorimurrom-etílico, Tebuconazol, Clomazone e Imidacloprido, substâncias proibidas em países da União Europeia, além do Canadá e da Austrália, por apresentarem riscos ao ser humano e ao meio ambiente.

A análise das denúncias e dos conflitos nos permite inferir que a causa primeira de todos os demais embates é a disputa pela terra, sendo possível tirar o entendimento de que a questão agrária não se resume a uma de ordem meramente econômica. Quando pensamos em comunidades tradicionais e povos originários, a relação com o território é uma relação que se dá no campo material e imaterial. Quando o capital avança em terras quilombolas estão sendo disputadas formas de ver, sentir e estar no mundo.

### **Algumas considerações**

Diante das reflexões expostas neste artigo, foi possível compreender que a vida na Comunidade Quilombola Nossa Senhora Aparecida do Chumbo é atravessada por conflitos. Desde a sua origem, a produção e a reprodução da existência foram marcadas por lutas e disputas entre remanescentes do quilombo e latifundiários. Entretanto, percebemos que, paralelamente aos conflitos, emergem sentimentos de solidariedade e resistência, os quais possibilitam revigorar, em alguma medida, as feridas que foram abertas na comunidade, mantendo vivos os seus valores, seus costumes e apontando perspectivas futuras.

Mesmo diante das investidas do capital, seja na forma da agroindústria de cana, na monocultura de soja ou na atividade garimpeira, é expressiva a postura ativa

---

<sup>15</sup> Informações disponíveis em: <https://fase.org.br/pt/noticias/agua-de-comunidades-quilombolas-no-pantanal-esta-contaminadas-com-oito-tipos-de-agrotoxicos-aponta-estudo-da-fase/>. Acesso em 24 de fevereiro de 2023.

adotada pelos seus moradores e moradoras. Tal movimento evidencia que o sistema capitalista busca homogeneizar as relações e as culturas, entretanto, dada a contradição inerente ao real, ao mesmo tempo permite insurgir pequenas fissuras onde o trabalho é de viver.

Buscamos, ao longo deste texto, organizar os dados coletados ao longo do trabalho de campo, articulando-os aos estudos anteriores sobre a comunidade e à produção teórica do campo Trabalho-Educação. Os residentes que participaram da roda de conversa atuam em atividades distintas dentro do quilombo, mas há algo que os une: todas e todos vivenciaram direta ou indiretamente as transformações ocorridas a partir da atividade sucroalcooleira na região e sofrem com os conflitos socioambientais, porém, ao mesmo tempo, almejam fortalecer, de alguma forma, o ser e o existir no quilombo. Logo, distante de conjecturas puramente teóricas, pudemos evidenciar que estes sujeitos, por experienciarem tanto as formas alienadas quanto as formas associadas de trabalho, buscaram, na medida do possível, se opor ao agronegócio e, ao mesmo tempo, desenvolver formas familiares e solidárias de produzir a existência.

Dada às várias dimensões abordadas nesse artigo, sinalizamos que o nosso primeiro intento foi o de socializar algumas notas de pesquisa de modo a permitir uma visão panorâmica da Comunidade Quilombola do Chumbo à luz do materialismo histórico. Por esse entendimento, sabemos que a realidade investigada não se esgota com a nossa análise, ao contrário, deixa várias questões em aberto.

Porém, ao final, podemos assegurar que todos nós, pesquisadoras e pesquisadores, moradoras e moradores, aprendemos com a roda de conversa. Os que lá habitam que, no ato de verbalizarem suas experiências e angústias, acabaram por refletir sobre seu histórico de lutas e sua cultura do trabalho, sendo impelidos a reconhecerem e valorizarem o fato de que “nós [os moradores da Comunidade do Chumbo] éramos felizes e não sabíamos”. E nós, pesquisadora(e)s, por podermos aprender que a ‘resistência teimosa’ engendrada por esses sujeitos: educa; viabiliza a coexistência de vários mundos dentro da heterogênea e contraditória totalidade social; e ensina, por meio da prática, que, no ‘estado da soja’, para conseguirmos manter vivas visões de mundo e perspectivas futuras avessas ao agro, o que nos resta é a luta.

## Referências

CAETANO, E.; NEVES, C. E. P. Entre cheias e vazantes: trabalho, saberes e resistência em comunidades tradicionais da baixada cuiabana. **Revista de Educação Pública**, v. 23, n. 53/2, p. 595-613, 2014. Disponível em: <<https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1756>>. Acesso em 27 de dezembro de 2021.

CIAVATTA, M. Como se escreve a história da educação profissional: caminhos para a historiografia. In: CIAVATTA, M., et.al. (Orgs). **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019a, p. 31-56.

CIAVATTA, M. Trabalho-Educação: a história em processo. In: CIAVATTA, Maria, et al (Orgs). **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019b, p. 13-29.

FACHIN, J. M. A. **Conflitos ambientais e currículo: reflexões de um processo formativo escolar comunitário**. 2019. 174f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMT, Cuiabá.

GALEANO, E. **O livro dos abraços**. 9.ed. Porto Alegre: L&M, 2002.

JESUS, M. G. A.; LION, A. R. C. Entre o ser ou não ser: cultura cuiabana ou cultura mato-grossense? In: Simpósio Nacional de História da UEG, 3, 2013, Iporá-GO. **Anais [...]** p. 91-104.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MENDES, G. R. F. **Injustiça socioambiental nos cruzamentos da história e memória: Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Chumbo**. 2020. 224f. Tese (Doutorado em Sociologia) – UFSCar, São Carlos.

MIRANDA, E.; RODRIGUES, D. Saberes, [re]construção de Identidades e contradição trabalho-capital em comunidade quilombola. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 36, p. 212-234, 22 maio 2020. Disponível em <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/42793>. Acesso em 5 de agosto de 2023.

MOURA, A. B. F.; LIMA, M. da G. S. B. A reinvenção da roda: roda de conversa, um instrumento metodológico possível. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 5, n. 15, p. 24–35, 2015. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/448>. Acesso em 17 de maio de 2023.

PALENZUELA, P. Las culturas del trabajo: una aproximación antropológica. **Sociología del trabajo**. 1995, n. 24, p. 3-28.

PEREIRA, L. S. **Trajetória de vida, estratégias de resistência e protagonismo de professoras quilombolas da Comunidade de Chumbo/Poconé/MT**. 2017. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMT, Cuiabá.

RAMOS, A. D. O.; CAETANO, E. Produção Associada do povo Puruborá, aldeia Aperi: trabalho de ganhar, trabalho de viver e saberes. **Tellus**, [S. l.], v. 22, n. 48, p. 41–70, 2022. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/806>>. Acesso em 31 de janeiro de 2023.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**. Tradução: Adail Sobral. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 56, p. 405-428, 2015. <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2440>. Acesso em 25 de maio de 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLES, E. A. **Conflitos socioambientais que afetam a soberania alimentar de comunidades do Cerrado do Pantanal–MT**. 2018. 198f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMT, Cuiabá.

VENDRAMINI, C. R. A contribuição de E. P. Thompson para a apreensão dos saberes produzidos do/no trabalho. **Educação Unisinos**, v. 10, n. 2, 2006, p. 123-129. Disponível em <https://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/6051>. Acesso em 5 de agosto de 2023.

## RAÇA E CLASSE EM JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E FLORESTAN FERNANDES<sup>1</sup>

Matheus de Carvalho Barros<sup>2</sup>

### Resumo

O objetivo deste artigo é elaborar uma sucinta comparação entre as obras do jornalista peruano José Carlos Mariátegui e do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes. Mariátegui e Fernandes analisaram questões similares tais como: o colonialismo enraizado na América Latina, a configuração da dependência e o caráter complementar das modalidades de dominação étnico-racial e de classes. Nesse sentido, o objetivo fundamental do trabalho é perseguir a forma como esses autores articularam raça e classe, identificando os sujeitos racializados como protagonistas das transformações radicais.

**Palavras-chaves:** Mariátegui; Florestan Fernandes; Raça; Classe; Marxismo

### RAZA Y CLASE EN JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI Y FLORESTAN FERNANDES

#### Resumen

El propósito de este artículo es realizar una breve comparación entre los trabajos del periodista peruano José Carlos Mariátegui y el sociólogo brasileño Florestan Fernandes. Mariátegui y Fernandes analizaron temas similares como: el colonialismo arraigado en América Latina, la configuración de la dependencia y la complementariedad de las modalidades de dominación étnico-racial y de clase. En este sentido, el objetivo fundamental del trabajo es indagar en la forma en que estos autores articularon raza y clase, identificando a los sujetos racializados como protagonistas de transformaciones radicales.

**Palabras clave:** Mariátegui; Florestan Fernandes; Raza; Clase; Marxismo

### RACE AND CLASS IN JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI AND FLORESTAN FERNANDES

#### Abstract

The purpose of this article is to draw up a brief comparison between the works of the Peruvian journalist José Carlos Mariátegui and the Brazilian sociologist Florestan Fernandes. Mariátegui and Fernandes analyzed similar issues such as: colonialism rooted in Latin America, the configuration of dependency and the complementary character of ethnic-racial and class domination modalities. In this sense, the fundamental objective of the work is to pursue the way in which these authors articulated race and class, identifying racialized subjects as protagonists of radical transformations.

**Keywords:** Mariátegui; Florestan Fernandes; Race; Class; Marxism

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 10/07/2023. Primeira Avaliação em 05/08/2023. Segunda Avaliação em 07/08/2023. Aprovado em 10/11/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59148>.

<sup>2</sup> Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro - Brasil.

E-mail: [carvalho\\_barros@id.uff.br](mailto:carvalho_barros@id.uff.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1827391223830793>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3895-3961>.

## Introdução

O objetivo deste artigo é elaborar de forma sucinta uma análise comparativa entre as obras do jornalista peruano José Carlos Mariátegui e do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes.<sup>3</sup> Diante dos desafios sociais, econômicos e políticos impostos por seus contextos nacionais, em particular, e latino-americano, em geral, cada um dos autores lidou de forma crítica e criativa com a teoria marxista, rompendo com as concepções lineares de progresso características das formulações stalinistas e das teorias da modernização de seus contextos, contribuindo, desta forma, para a conformação de uma crítica dialética da modernidade a partir da periferia do Ocidente.

Mariátegui e Fernandes analisaram em suas respectivas obras questões similares tais como: o colonialismo enraizado nas formações sociais latino-americanas, a existência de uma burguesia nacional pró-imperialista, o amálgama entre formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração e o caráter complementar das modalidades de dominação étnico-racial e de classes.

Nesse sentido, o objetivo fundamental do trabalho é perseguir sinteticamente a forma como esses autores articularam a variável étnico-racial à materialidade da luta de classes. Empreendimento esse que singulariza a obra de Mariátegui e Florestan, os colocando em contradição com a “ortodoxia marxista” e conferindo-lhes uma posição de originalidade e singularidade no campo do materialismo histórico.

Esse empreendimento implica supor que, de um lado, a forma pela qual ambos tratam a articulação entre raça e classe os aproxima de algum modo e, de outro, que os singulariza dentro de um determinado campo teórico (no caso, o marxismo hegemônico do século XX, marcadamente eurocêntrico). Nesse sentido, a nossa hipótese é que, ao analisarem as suas respectivas realidades nacionais através da ótica das classes subalternas – sobretudo os indígenas no caso peruano e os negros no caso brasileiro - Mariátegui e Florestan vão na contramão das análises eurocêtricas que identificam como sujeito histórico privilegiado o proletariado urbano, ignorando as particularidades dos países do continente americano cuja dominação e

---

<sup>3</sup> Esse artigo é uma versão introdutória da minha dissertação intitulada Raça e classe: um estudo comparativo entre José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes, defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (PPGS-UFF) em fevereiro de 2023.

a exploração se fazem com maior intensidade sobre as populações negras e indígenas.

Desta forma, a questão central é demonstrar – a partir da análise e comparação da obra desses dois autores – que a relação entre raça e classe é um imperativo que se impõe ao contexto latino-americano. Sendo assim, a análise sobre essa articulação se desdobra e está diluída em pelo menos três questões fundamentais: a persistência do colonialismo, o desenvolvimento desigual e combinado das sociedades periféricas e o papel dos sujeitos racializados enquanto protagonistas por excelência das transformações radicais. Temáticas essas que, a nosso ver, são características fundamentais do pensamento de José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes, e serão os fios condutores da análise proposta.<sup>4</sup>

Além disso, tanto Mariátegui quanto Fernandes possuem uma apropriação muito específica do marxismo. Há uma interação rica e frutífera entre o geral e o particular nas investigações dos dois autores, que não se reduziram à mera implantação de teorias, métodos e técnicas de investigação de suposta validade universal.

Vale ressaltar que em suas respectivas obras, tanto o peruano quanto o brasileiro não temeram recorrer ao diálogo com outras referências teóricas e metodológicas distantes do marxismo para desenvolver suas análises. Portanto, a breve discussão empreendida em nosso escrito almeja trazer algumas contribuições, entre elas, chamar ao debate temas que o marxismo historicamente lidou com alguma dificuldade: o rompimento com o eurocentrismo, a análise do colonialismo, do desenvolvimento desigual das sociedades periféricas e, sobretudo, a questão relacional entre raça e classe. Sendo assim, objetivamos contribuir para uma reconstrução da relação entre a tradição oriunda de Marx e as particularidades da América Latina, pensando dialeticamente o local e o universal.

É importante ressaltar também que a comparação proposta pelo é algo inédito na literatura. Alguns estudos já compararam Mariátegui com outros autores como Caio

---

<sup>4</sup> É importante destacar que, diferentemente de Florestan, Mariátegui não utiliza propriamente a expressão “desenvolvimento desigual e combinado”. Todavia, como destaca Braga e Rubbo (2018), é possível visualizar com clareza a presença dessa teoria nos artigos do comunista peruano, sobretudo em sua interpretação sobre a formação sócio-histórica do Peru e o papel das comunidades rurais indígenas em um possível processo revolucionário.

Prado Júnior, Astrojildo Pereira e Mário de Andrade<sup>5</sup>. Entretanto, conhecimento, nenhum estudo comparou Mariátegui a outro personagem que tenha sido seu leitor e tenha sofrido influência direta do peruano, como é o caso de Florestan Fernandes.

Nesse sentido, é imprescindível destacar que Florestan foi um agente fundamental na recepção e divulgação do pensamento e da obra de José Carlos Mariátegui no Brasil. O autor de *A integração do Negro na Sociedade de Classes* foi “o primeiro grande impulsionador da obra Mariateguiana no Brasil, de fato” (PERICÁS, 2010, p. 345). Foi por incentivo de Florestan que, em 1975, a editora Alfa Ômega conseguiu publicar, pela primeira vez no país, os *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*<sup>6</sup>.

Ainda na década de 1980, Hector Alimonda foi precursor em apontar a influência de Mariátegui sobre as formulações teóricas de Florestan Fernandes. Segundo Alimonda (1980), o pensamento do marxista peruano foi uma referência fundamental para que o sociólogo paulistano construísse o conceito de capitalismo dependente e analisasse o processo singular da revolução burguesa no Brasil. Entretanto, apesar desses apontamentos, o autor argentino não se aprofunda nesse assunto.

Nesse contexto, acreditamos que o autor que mais avançou nesse aspecto foi Deni Rubbo. No seu artigo “*Nosso irmão mais velho*”: *Florestan, leitor de Mariátegui* (2016) e em seu livro *O labirinto periférico: aventuras de Mariátegui na América Latina* (2021), Rubbo vai além de Hector Alimonda apontando não apenas a leitura que o sociólogo brasileiro faz do comunista peruano, mas também demonstra que há de fato uma importante afinidade entre os *Sete Ensaios* e *A Revolução Burguesa*. Nesse sentido, apesar de suas especificidades, ambos seriam ensaios de interpretação histórica de longa duração sobre seus respectivos países, se configurando como obras fundamentais nos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo em sociedades periféricas.

---

<sup>5</sup> Para uma comparação entre José Carlos Mariátegui e Caio Prado Júnior ver: Kaysel (2012) e Leichsenring (2015); Para uma comparação entre Mariátegui e Mário de Andrade ver: Pellegrini (2007); Para uma comparação entre o autor peruano de Astrojildo Pereira ver: Lena Júnior (2007).

<sup>6</sup> Entretanto, é preciso destacar que não foi apenas por incentivo de Florestan que a editora Alfa Ômega publicou a principal obra de Mariátegui. Nessa empreitada também se destacam o editor Fernando Mangarielo e o militante comunista português Miguel Urbano Rodrigues. Para mais detalhes sobre a primeira publicação dos Sete ensaios no Brasil ver: Rubbo (2021).



Dito isto, metodologicamente, o procedimento que pretendemos adotar é cotejar o pensamento de José Carlos Mariátegui e Florestan Fernandes a partir da articulação entre raça e classe empreendida em suas respectivas obras. Como mencionado anteriormente, essa articulação se desdobra em três pontos fundamentais: a análise sobre a persistência do colonialismo na América Latina, o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo periférico e o protagonismo dos sujeitos racializados no processo revolucionário. O exame dessas temáticas nos permitirá visualizar como ambos os autores concebem os nexos intrínsecos entre colonialismo, capitalismo dependente e racismo.

Nessa perspectiva, a questão seria focar nas análises de Mariátegui - a partir de 1923 após o seu retorno do exílio - sobre o caráter da burguesia peruana, os apontamentos sobre os resquícios coloniais enraizados na formação sócio-histórica do Peru e a articulação entre indigenismo e socialismo. O objetivo é focar nessas categorias e análises construídas por Mariátegui e traçar uma comparação com a obra do Florestan a partir da segunda metade da década de 1960, onde o sociólogo paulistano estuda a inserção do negro na sociedade de classes, constrói o conceito de capitalismo dependente e passa analisar o longo processo da nossa revolução burguesa.

O material empírico que pretendemos utilizar será as principais obras dos dois autores a respeito dos temas mencionados acima. Temáticas que, ao nosso ver, se configuram como as principais marcas do marxismo de Florestan e Mariátegui e suas principais contribuições para pensar os dilemas latino-americanos.

Ao longo da análise, ressaltamos não apenas as convergências, mas também as diferenças entre as ideias dos autores, sobretudo com base nas especificidades dos contextos históricos nos quais foram concebidas, analisando a forma peculiar com que ambos incorporaram a tradição marxista para pensar suas respectivas realidades nacionais. Desta forma, a metodologia que pretendemos empregar parte do pressuposto de que o contexto histórico deve ser tratado como elemento interno à teoria social e que mesmo teorias sociais que se pretendem universais posto que produzidas no “centro”, na verdade trazem a marca de experiências particulares.

## **Colonialismo, questão racial e o desenvolvimento desigual das sociedades latino-americanas**

Antes de entrarmos nas convergências que constituem o cerne da nossa comparação, consideramos que é de suma importância apontarmos algumas diferenças fundamentais entre os autores estudados. Em primeiro lugar, podemos destacar uma diferença de “linguagem”, escrita e categorias mobilizadas, que podem ser explicadas, entre outras coisas, pelas diferentes formações profissionais e pelo pertencimento a gerações distintas. Mariátegui, por exemplo, destaca a presença e os resquícios “feudais” enraizados na sociedade peruana. Entretanto, é importante destacar que no período de Mariátegui o uso do termo “feudal” era praticamente consensual dentro e fora do marxismo. Como destaca Rubbo (2020), sendo um dos responsáveis pela difusão do pensamento marxista na América Latina Mariátegui também é herdeiro do vocabulário da Segunda e da Terceira Internacional, muitas vezes obsoleto para as ciências sociais contemporâneas.

Outra divergência que podemos apontar é a diferente relação que ambos tinham com o “meio indígena” e o “meio negro”, respectivamente. Mariátegui quase não teve contato direto com o mundo andino. Nesse sentido, a síntese entre indigenismo e socialismo empreendida pelo peruano teve que ser mediada, já que o jornalista não falava as línguas indígenas e nem pôde visitar as comunidades andinas devido seus problemas de saúde.<sup>7</sup> Sendo assim, Mariátegui ficou limitado a encontros com ativistas indigenistas em Lima (LEIBNER, 1999).

Por outro lado, Florestan possuía uma relação orgânica com o “meio negro”, seja desde a sua infância como menino pobre na cidade de São Paulo, seja em sua participação na pesquisa sobre preconceito de cor na capital paulista nos anos de 1950. A interlocução direta de Florestan com o movimento negro foi fundamental para a formulação do que veio a se tornar *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (BRASIL JR; MEDEIROS DA SILVA, 2021; CAMPOS, 2014).

Outra questão que podemos levantar é que, ao relacionar a questão indígena diretamente à questão da terra, Mariátegui está mais atento aos aspectos estruturais da dominação de classe e de raça, enquanto Florestan vai um pouco mais além, demonstrando também as consequências psicossociais do racismo estrutural.

---

<sup>7</sup> Segundo Alberto Flores Galindo (1980), a única viagem de Mariátegui para o interior do país foi realizada em 1918 acompanhado de Ricardo Martínez de La Torre.

Todavia, é importante ressaltar que a identificação do problema indígena com o problema da terra não leva o autor peruano a defender uma saída economicista para a questão. Seguindo o fio condutor da luta de classes em que estão envolvidos os indígenas e a classe latifundiária (os gamonales), Mariátegui aponta a necessidade da agência política dos primeiros e destaca a necessidade de sua organização como condição fundamental para pensar um horizonte socialista para o Peru (MITROVIC; LEON, 2022).

Isto posto, podemos agora entrar propriamente nas convergências analíticas entre o jornalista peruano e o sociólogo brasileiro.

Entre 1925 e 1928, Mariátegui escreveu e publicou em jornais e revistas uma série de artigos sobre a realidade peruana, os quais posteriormente foram reunidos, reorganizados e ampliados. O resultado dessa compilação e reformulação foi publicado em novembro de 1928, com o título de *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* (KAYSEL, 2012).<sup>8</sup>

A análise contida no primeiro dos *Sete Ensaio*s sobre a história econômica peruana é um dos exemplos mais precoces e bem-sucedidos de teorização sobre a implantação do capitalismo em uma sociedade periférica. Com raras exceções, como o pioneiro livro de Lênin, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, havia pouca literatura marxista sobre o tema. Ao pensar as realidade “coloniais e semicoloniais” a maioria dos marxistas recorria a um esquematismo evolucionista, de sucessão linear de modos de produção, qual se daria mais ou menos da mesma forma em toda parte. Nesse sentido, a originalidade de Lênin esteve justamente em evitar o decalque do modelo que Marx pensara para a Inglaterra e França, buscando compreender como na Rússia conviviam e se articulavam diferentes modos de produção (KAYSEL, 2012).

Se na teoria marxista europeia havia poucos precedentes, na América Latina o materialismo histórico não apenas era pouco difundido como não havia gerado nenhuma leitura mais original dos problemas da região. Além disso, as explicações voltadas para os fatores econômico-sociais ainda não ocupavam o cerne das

---

<sup>8</sup> Esta obra de José Carlos Mariátegui é um marco fundamental do marxismo latino-americano, sendo ele considerado o primeiro autor a desenvolver uma reflexão original sobre a realidade da América Latina com base no materialismo histórico. Ainda que não seja possível em termos cronológicos dizer que o jornalista peruano seja o primeiro marxista do continente, Mariátegui é considerado por inúmeros analistas como o mais original e criativo marxista do “Novo Mundo”, e o fundador de um marxismo autenticamente latino-americano (KAYSEL, 2012).

reflexões do pensamento social latino-americano, o qual se voltava preferencialmente para a cultura ou a raça como variáveis explicativas dos problemas regionais. Nesse contexto, essas condições ressaltam o pioneirismo do autor peruano e o alcance futuro de suas reflexões. Em sua análise pode-se reconhecer, por exemplo, ainda que de forma embrionária, abordagens que serão retomadas e desenvolvidas parcialmente décadas mais tarde pela Teoria da Dependência (RUBBO, 2020).

Analisando o desenvolvimento desigual e combinado do Peru, Mariátegui (2004) afirma que a formação social de seus pais era um amálgama de três “economias” (ou “modos de produção”): o socialismo ou comunismo primitivo, o feudalismo e o capitalismo (este último em fase de desenvolvimento). O socialismo ou comunismo primitivo sobrevivia nas comunidades rurais dos indígenas (o *ayllú*) do altiplano andino que havia sobrevivido à conquista e à colonização espanholas.

Por outro lado, Mariátegui (2004) destaca que, legado pela colônia, o latifúndio feudal permaneceu e também se fortaleceu após o processo de independência a partir do seu entrelaçamento com a nascente economia capitalista. Esta, originada na costa, apoiava-se na exportação de produtos primários (minerais e agrícolas) e era dominada por capitais estrangeiros (britânicos em um primeiro momento e, posteriormente, norte-americanos).

Mas quais seriam as razões históricas dessa formação social particular conformada por um amálgama entre estruturas ditas “arcaicas” com estruturas ditas “modernas”? O marxista peruano vai buscá-las justamente no processo de independência e na subsequente formação da burguesia peruana. Mariátegui será um dos precursores ao apontar que esse processo não teria conduzido à superação das estruturas econômicas e sociais legadas pela colonização - concepção essa que é uma marca fundamental do pensamento de Florestan Fernandes.

Mariátegui (2004) demonstra que, mesmo com o desenvolvimento capitalista mais complexo do período imperialista – que envolve, sobretudo, a mineração e uma incipiente industrialização – o regime burguês derivado da Revolução de independência peruana, por sua associação umbilical com o latifúndio é incapaz de alterar as relações sociais que excluem o índio. Nesse sentido, tendo em vista que o capitalismo é um sistema mundial, “a independência sul-americana apresenta-se ditada pelas necessidades do desenvolvimento da civilização ocidental ou, mais exatamente, capitalista” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 6).

Nesse sentido, Mariátegui (2004) aponta que o obstáculo e a resistência a uma solução para os problemas sociais do Peru encontram-se na própria estrutura econômica do país:

A economia do Peru é uma economia colonial. Sua movimentação, seu desenvolvimento, estão subordinados aos interesses e às necessidades dos mercados de Londres e de Nova Iorque. Estes mercados enxergam o Peru como um depósito de matérias primas e uma praça para suas manufaturas. A agricultura peruana obtém, por isto, créditos e transportes apenas para os produtos que pode oferecer com vantagem nos grandes mercados [...] o dia que Londres possa receber um produto a melhor preço e em quantidade suficiente da Índia ou do Egito, abandonará imediatamente à sua própria sorte seus fornecedores do Peru. Nossos latifundiários, quaisquer que sejam as ilusões que tenham acerca da sua independência, não deixam de agir, na realidade apenas como intermediários ou agentes do capitalismo estrangeiro (MARIÁTEGUI, 2004, p. 69).

Portanto, para o nosso autor, a economia peruana de então mantinha um caráter colonial: isto é, seus dinamismos eram ditados “de fora”, pelos interesses do capital financeiro internacional. O capitalismo, consolidado pela penetração do capital monopolista anglo-saxão, se integrou e fortaleceu as relações “arcaicas” de produção, em vez de dissolvê-las. O legado colonial permanece como algo vivo e atuante no presente peruano. A “inorganicidade” da formação social do país andino aparece como resultado da permanência da herança da conquista.

Sendo assim, na concepção de Mariátegui (2004), não apenas a economia nacional era dependente e desarticulada como também a cidadania era negada às massas populares. Nesse contexto, como então constituir uma nação sem a integração econômica, política e social da massa da população? Para o nosso autor, só o socialismo revolucionário poderia cumprir essa função. Segundo Mariátegui (2004), os atores desse processo seriam o operariado urbano e, sobretudo, o campesinato indígena, a classe mais explorada nas relações de produção vigentes.

Portanto, como salienta Kaysel (2012), esse diagnóstico da evolução econômica peruana leva o autor a desdobrar a questão nacional do Peru em dois problemas básicos: o problema do índio e o problema da terra, ambos sendo íntima e inseparavelmente entrelaçados.

Para Mariátegui, se os índios constituíam quatro quintos da população do Peru, sua marginalização econômica, social e política seria um entrave para qualquer perspectiva de integração nacional. Sendo assim, o jornalista peruano, para entender

a própria questão nacional de seu país, procura dar à questão indígena um tratamento marxista. Sobre a questão metodológica, o próprio Mariátegui destaca que:

nada é mais evidente do que a impossibilidade de se entender, sem o auxílio da economia, os fenômenos que dominam o processo de formação da nação peruana. A economia não explica, provavelmente, a totalidade de um fenômeno e de suas consequências, mas explica suas raízes (MARIÁTEGUI, 1925, s/p).

Um exemplo concreto da aplicação dessa metodologia pode ser observado no segundo ensaio da sua principal obra intitulado “O Problema do Índio”. Mariátegui (2004) começa o texto afirmando que todas as teses que não consideram a questão indígena como um problema socioeconômico, não passam de estéreis exercícios teóricos condenados a total descrédito. O revolucionário peruano advoga uma crítica que busque as raízes do problema do índio não nas determinações jurídicas, culturais ou morais, mas sim na estrutura econômica da sociedade peruana. Pois,

a questão indígena emerge de nossa economia. Suas raízes estão no regime de propriedade da terra. Qualquer tentativa de resolvê-la através de medidas administrativas ou policiais, através de métodos de ensino ou com obras de viação, constitui um trabalho superficial ou adjetivo, enquanto subsistir o método feudal dos “gamonales” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 21).

Os “Gamonales” eram essencialmente os latifundiários peruanos da região serrana que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão - muito parecido com a forma feudal -, o que leva Mariátegui a caracterizar o fenômeno da pobreza camponesa como problema da “feudalidade” peruana (GALASTRI, 2017). Desta forma, a marginalidade da massa quéchua só poderia ser entendida como resultado do regime de dominação social dos grandes proprietários rurais, onde o latifúndio e as relações de trabalho servil representavam os pilares dessa configuração social.

Como afirma José Aricó (1987), a “questão” indígena, em Mariátegui, é formulada como “questão camponesa”. Mais do que isso, a articulação entre o “problema do índio” e o “problema da terra” forma o núcleo fundamental da questão nacional no Peru. “Ou seja, a não consolidação de uma nação peruana se devia à não resolução desses dois problemas legados pelo passado colonial” (KAYSEL, 2012, p. 200).

Na esteira dessa argumentação, no ensaio “O problema da terra” o fundador do Partido Socialista Peruano chama a atenção para os resquícios coloniais enraizados na formação sócio-histórica de seu país. Para Mariátegui, o desabrochar de uma economia capitalista no Peru não foi acompanhado de uma ruptura com determinadas estruturas sociais legadas pelo passado colonial. Segundo o Amauta , em cem anos de República não existiu uma verdadeira classe burguesa no Peru. A antiga classe senhorial - mascarada de burguesia republicana - conservou suas posições de privilégios. A sobrevivência de um regime hegemônico por latifundiários, conseqüentemente produziu a preservação e o fortalecimento do latifúndio. José Carlos Mariátegui chama atenção para o fato de que, em um século de República, “a grande propriedade agrária fortaleceu-se e cresceu, apesar do liberalismo teórico de nossa Constituição e das necessidades práticas do desenvolvimento de nossa economia capitalista” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 34).

Mariátegui (2004) destaca que o regime de propriedade da terra condiciona o regime político de seu país. Ou seja, o problema agrário perpassa por todos os problemas do Peru, impedindo a formação e o funcionamento de qualquer instituição democrática e até mesmo liberal. Desta forma, tendo em vista a relação de dominação e servidão as quais os povos indígenas estão submetidos, Mariátegui defende que não há como resolver o “problema do índio” sem extinguir o latifúndio.

Com base em uma visão materialista e dialética da realidade, o comunista peruano desloca a questão indígena de um viés culturalista, moralista e religioso para uma análise econômica e política. Sendo assim, “a solução do problema do índio tem de ser uma solução social. Os índios é que devem realizá-la” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 31).

Escrevendo décadas depois de Mariátegui e analisando as particularidades da realização do capitalismo no Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes assinala que o passado colonial deita raízes profundas na formação social brasileira. Ele faz parte da configuração do nosso capitalismo dependente e alimenta o racismo como uma categoria estruturante de nossa sociedade. Nesse sentido, a questão do racismo não se trata de uma mera herança da escravidão, mas de uma situação atual que estrutura e dinamiza as relações sociais capitalistas no Brasil.

Isto posto, podemos agora ver como Fernandes relaciona a questão racial aos dilemas históricos do subdesenvolvimento, do capitalismo dependente e da revolução

burguesa. Ou seja, nesse momento, assim como no caso de Mariátegui, pretendemos demonstrar como Florestan relaciona raça e classe, não apenas como uma chave interpretativa da realidade social latino-americana, mas também como um imperativo fundamental para se pensar os processos emancipatórios<sup>9</sup>.

Em relação aos nexos entre a questão racial e os dilemas do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente, uma importante passagem do texto *Aspectos políticos do dilema racial brasileiro*, escrito provavelmente entre 1971 e 1972 - e publicado em *O negro no mundo dos brancos*<sup>10</sup>-, deixa claro a vinculação entre a “questão do negro” e os dilemas do capitalismo periférico. Segundo Fernandes,

Embora não exista, para a estrutura econômica da sociedade de classes brasileira, qualquer interesse em evoluir para o padrão sistemático de preconceito e de discriminação raciais (como o que existe no Estados Unidos ou na África do Sul), o tipo de capitalismo dependente e subdesenvolvido imperante não pode prescindir da concentração racial da renda e do poder (e, em consequência, das formas pré ou subcapitalistas de exploração e de expropriação econômicas e de dominação política que ela envolve) (FERNANDES, 2007, p. 305).

Esse pequeno trecho demonstra a compreensão teórica da estruturação racista do capitalismo periférico e dependente brasileiro, cuja particularidade sócio-histórica foi ordenada pelo amálgama entre as formas de exploração tipicamente capitalistas baseadas na extração do mais-valor relativo, com as formas de exploração arcaicas ligadas à reatualização dos padrões colonialistas de poder (COSTA *et al*, 2021).

Em *O dilema racial brasileiro* – seção do último capítulo de *A Integração do Negro na sociedade de classes* – o sociólogo paulistano vai definir o dilema racial como um fenômeno dinâmico e de natureza sociopática:

Ele [o dilema racial] se produz, de forma recorrente, porque o “negro” sofre persistentes e profundas pressões assimilacionistas e , apesar de responder a elas através de aspirações integracionistas ainda mais

---

<sup>9</sup> É importante deixar claro que toda a dimensão sócio-histórica do “dilema racial brasileiro” não se resume num único texto ou em uma única obra de Florestan Fernandes. Como nos apontam os autores do texto *Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro*, para se atingir uma visão compreensiva desse dilema, seria necessário reler passo a passo toda obra pertinente do sociólogo paulistano sobre o assunto. Um trabalho dessa envergadura demandaria uma releitura diacrônica e de reconstituição cronológica do conjunto de sua produção sobre o negro, desde a Pesquisa Unesco, passando pela *Integração do Negro*, até chegar nas suas conclusões mais “maduras” das décadas de 1970 e 1980, para demonstrar como seus conceitos foram sendo formulados, redefinidos e ressignificados (COSTA; ALVES; PORTELA JR; SOARES; SILVA; MUTZENBERG, 2021).

<sup>10</sup> Esse ensaio foi escrito originalmente para um volume coletivo que seria publicado na França, em homenagem a Roger Bastide (FERNANDES, 2007).



profundas e persistentes, não encontra vias adequadas de acesso às posições e aos papéis sociais do sistema societário global. Para que sucedesse o contrário, seria preciso que ambas as pressões se combinassem, pelo menos, a uma equiparação social progressiva entre “negros” e brancos”. Isso nos ensina, pois, algo muito importante. O dilema racial brasileiro constitui um fenômeno social de natureza sociopática e só poderá ser corrigido por meio de processos que removam a obstrução introduzida na ordem social competitiva pela desigualdade racial (FERNANDES, 2021, p. 826).

Após delinear o dilema racial como um fenômeno sociopático que estaria obstruindo o desenvolvimento da ordem social competitiva, Fernandes indica que a “única fonte dinâmica de influência corretiva irrefreável” das desigualdades raciais seria “a própria expansão da ordem social competitiva” (FERNANDES, 2021, p. 827). Ora, olhando isoladamente para esta passagem, poderíamos dizer que, na visão do nosso autor, o próprio capitalismo eliminaria as desigualdades raciais. Contudo, logo em seguida, Florestan afirma que tais transformações espontâneas são extremamente lentas e instáveis e, portanto, podem ser anuladas. Na esteira desse argumento, o sociólogo paulistano vai afirmar que existe, na verdade, a possibilidade de uma conciliação entre as desigualdades raciais e as de classe: “As tendências descobertas não excluem a possibilidade de uma conciliação entre as formas de desigualdade inerente à sociedade de classes e os padrões herdados de desigualdade racial” (FERNANDES, 2021, p. 827).

Escrevendo sua obra de cátedra às vésperas do golpe empresarial-militar de 1964, Florestan em nenhum momento “apostou suas fichas” na possibilidade do desenvolvimento espontâneo da ordem social competitiva eliminar as desigualdades raciais presentes no Brasil.<sup>11</sup> Muito pelo contrário, há, no livro, “uma aposta permanente no potencial de uma efetiva democratização da sociedade brasileira, feita de baixo para cima, através do protagonismo negro” (BRASIL JR; MEDEIROS DA SILVA, 2021, p. 10).

---

<sup>11</sup> Existe uma leitura muito recorrente na academia e em determinados setores do movimento negro que sugere que, na obra publicada em 1965, Florestan teria atestado que a eliminação do racismo se daria com o avanço e o desenvolvimento espontâneo da sociedade de classes. Concordamos com os argumentos de Brasil Jr. e Medeiros da Silva (2021), e consideramos equivocada esse tipo de leitura, principalmente se levarmos em consideração o conjunto da obra de Florestan. Como demonstra nossos autores, ao que tudo indica, sobretudo no campo de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, é a leitura de Carlos Hasenbalg, em sua importante obra *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil* (1979), que vem modelando grande parte da recepção crítica de *A integração do negro na sociedade de classes*.

Desta forma, a caracterização sociológica do dilema racial o conduz a uma conclusão política, a qual será aprofundada com maior densidade teórica em seus trabalhos posteriores. Entretanto, em *A Integração do Negro* essa certeza histórica já estará estabelecida. Nas próprias palavras de Florestan:

[...] a única força de sentido realmente inovador, e inconformista, que opera em consonância com os requisitos de integração e desenvolvimento da ordem social competitiva, procede da ação coletiva dos “homens de cor”. Desse lado, a reorganização dos movimentos reivindicatórios e sua calibração ao presente parece algo fundamental ( FERNANDES, 2021, p. 827).

Nesse contexto, uma hipótese a ser explorada é que, ao se revestirem de um caráter combatido mais radicalizado e, portanto, político, a noção de dilema racial ganhará em profundidade e consistência. Pois, não se trata mais de um padrão idealmente elaborado de “ordem social competitiva”, em contraste comparativo com sua variação patológica, mas seria precisamente o caráter sociopático das desigualdades raciais, geradas por um racismo estrutural, que conformam os padrões societários de uma sociedade capitalista periférica, de origem colonial, subdesenvolvida e dependente ( SILVEIRA, 2021).

Acreditamos que esta visão está consolidada nos textos de Florestan da década de 1980, sobretudo nos ensaios reunidos em *O Significado do Protesto Negro*, que serão analisados mais adiante. Entretanto, acreditamos ser possível observar uma inflexão no pensamento do sociólogo paulistano nos textos publicados em *O Negro no mundo dos Brancos*, nos quais Florestan passa a conceber uma interação dialética entre racismo/colonialismo e capitalismo dependente. Consideramos que, ao compreender – através de uma perspectiva marxista - o racismo como uma característica intrínseca e indissociável da realização do capitalismo na periferia, a noção de “dilema racial” assume novas dimensões e sentido qualitativamente novos (COSTA; ALVES; PORTELA JR; SOARES; SILVA; MUTZENBERG, 2021).

Assim como Mariátegui, Florestan (2010) ressalta que a emancipação nacional brasileira não implicou em um colapso da economia colonial. Para que esse processo pudesse ocorrer, de imediato ou posteriormente, seria necessário que os escravos, os libertos e os vários setores da população pobre livre estivessem envolvidos, em massa, no processo de descolonização.

Na esteira desse raciocínio, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, publicado em 1973, Florestan salienta que o amadurecimento do capitalismo não contribuiu para imprimir ao regime de classes as funções de desagregação social de vícios, tradições e estruturas pré-capitalistas. Na verdade, o capitalismo dependente requereu o renascimento e a renovação, sob novos símbolos, de atitudes, valores e formas de opressão e exploração típicas do “antigo regime”. Em consequência, o capitalismo constituído na América Latina floresceu da “modernização do arcaico” e da “arcaização do moderno” (FERNANDES, 1973, p. 41).

Para Florestan Fernandes, as sociedades latino-americanas são produtos de um “tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático”. Esse colonialismo teve seu início com a conquista espanhola e portuguesa e adquiriu uma forma mais complexa após a emancipação nacional daqueles países (FERNANDES, 1973, p. 11). Ou seja, os processos de independências formais na América Latina não representaram o fim do colonialismo, que ao contrário, se “renovou” adquirindo novas configurações.

O “congelamento” do processo de descolonização tornou possível a permanência de privilégios raciais herdados do colonialismo e do escravismo, e as formas de subalternização cultural, acumulação de capital e de exploração do trabalho que seriam impraticáveis caso a democratização social inerente a esse processo de descolonização e nacionalização da sociedade tivesse se completado. Tal fator tornou-se imprescindível para a reprodução do tipo de capitalismo *selvagem* que emergiu na América Latina e que envolve, ao mesmo tempo, “uma ruptura e uma conciliação” com o antigo regime colonial (FERNANDES, 1973, p. 52).

Nesse sentido, tanto para Florestan Fernandes quanto para Mariátegui, a permanência do colonialismo e das relações coloniais e racistas atuantes na sociedade de classes não são meras “sobrevivências” do passado ou “anomalias”, mas sim elementos estruturantes que se atualizam e se combinam constantemente para serem funcionais ao capitalismo dependente.

Portanto, a desigualdade racial é uma das desigualdades estruturais das sociedades latino-americanas e a solução para o problema racial vai além da solução para o problema das classes, “pois a igualdade exigida pela situação dos negros e mulatos é ainda mais profunda do que exigida pela diferença de classes”

(FERNANDES, 2017, p.128), uma vez que a dominação imposta a esses grupos seria dupla, enquanto raça e enquanto classe.

É neste aspecto que o sociólogo marxista defende que a classe não explica tudo e que, com referência ao negro e ao indígena, era imprescindível combinar raça e classe, sendo que uma não esgota a outra e, tampouco, uma se esgota na outra (FERNANDES, 2017). A articulação entre ambas é crucial para compreender e explicar as estruturas de poder, dominação e exploração nas sociedades latino-americanas.

Essa combinação é essencial para pensar qualquer projeto de transformação social na América Latina. Pois, as desigualdades raciais só podem ser superadas fora dos marcos do capitalismo dependente, uma vez que este mantém e revitaliza muitas das estruturas coloniais imprescindíveis à sua reprodução.

### **A raça como fator revolucionário: os condenados da terra na vanguarda da história**

Em 1929, entre primeiro e doze de junho, aconteceu em Buenos Aires a Primeira Conferência Comunista Latino-americana. Como líder do Partido Socialista Peruano, Mariátegui prepara dois textos para serem apresentados no encontro.<sup>12</sup>

Um dos textos apresentados na conferência intitulado *El problema das razas en América Latina* representa as análises mais sistemáticas e profundas de Mariátegui sobre o papel dos indígenas no continente americano. Os textos apresentados na conferência configuram uma espécie de aprofundamento do caráter político das formulações presentes nos *Sete Ensaíos*.

O texto é dividido em duas partes. A primeira, intitulada *Planteamiento de la cuestión*, foi escrita integralmente por Mariátegui. A segunda parte chamada *Importancia del problema racial* foi redigida pelo médico Hugo Pesce com base em

---

<sup>12</sup> É bom destacar que, apesar de sua importância histórica, a reunião na capital argentina era um evento relativamente pequeno e as quatorze delegações da América Latina contavam com poucos convidados. Com plenos direitos na reunião estavam a Argentina, com oito delegados, o Brasil com quatro, a Colômbia com três, Cuba com três, Equador com três, Guatemala com dois, México com dois, Paraguai com um e Uruguai com três, assim como convidados “simpatizantes”, entre os quais, a Bolívia, com dois representantes, El Salvador com dois, Panamá com dois, Peru com dois e Venezuela com apenas um. Também estavam presentes enviados do Partido Comunista dos Estados Unidos e da França, do Comintern e da IC juvenil, e dos secretariados sul-americanos da IC e da IC juvenil regional no evento (PERICÁS, 2011).

um esquema construído pelo Amauta. Devido a sua delicada condição de saúde, Mariátegui não pode ir até a Argentina apresentar pessoalmente suas teses, tarefa que confiou a Julio Portocarrero e Hugo Pesce.

Assim como formulado nos *Sete Ensaio*s, Mariátegui (2021) abre o texto lembrando que o “problema das raças”, da mesma forma que o “problema da terra”, só podem ser resolvidos com a liquidação da feudalidade. Com relação a raça, o comunista peruano observa que os preconceitos relativos à suposta inferioridade do indígena permitem ao colonizador explorá-lo com mais intensidade. Ou seja, o preconceito da inferioridade racial opera como uma justificativa de uma maior exploração da força de trabalho indígena.

Mariátegui (2021) prossegue o texto indicando que, em 90% dos casos, o índio não é um proletário, mas sim um servo. Na América Latina, o capitalismo – enquanto sistema econômico e político – se manifesta incapaz de construir uma economia emancipada dos legados coloniais. Nesse sentido, Mariátegui será o primeiro marxista latino-americano a entender como o racismo é funcional para o sistema capitalista e como ele proporciona uma “superexploração” do trabalho indígena. O jornalista peruano será um dos pioneiros em elaborar uma concepção que compreende o racismo enquanto uma criação do capitalismo ocidental. Segundo Mariátegui, “o conceito de raças inferiores serviu ao Ocidente branco para sua obra de expansão e conquista” (MARIÁTEGUI, 2004, p. 25).

Segundo Mariátegui (2021), o problema racial não se apresentava da mesma forma em todos os países da América Latina. Nosso autor observa que, em países como Peru e Bolívia, onde a maior parte da população é indígena, seus problemas fundamentais se tornam as reivindicações sociais e populares dominantes. Para Mariátegui, nesses países o fator raça se conecta com o fator de classe de forma que uma política revolucionária não pode deixar de levar em conta. O índio quéchua e aymara vê seu opressor no branco” (MARIÁTEGUI, 2021, p. 30). Nessas condições, uma verdadeira política socialista deve “lutar para converter o fator raça em fator revolucionário” (MARIÁTEGUI, 2021, p. 31).

O fundamental para Mariátegui é demonstrar que o problema indígena não é racial em seu sentido biológico, mas sim social e econômico. A “questão do índio” é o problema de sua marginalização social. Em países que apresentam uma população indígena considerável, as classes oprimidas estão submetidas a uma situação de

dupla subalternidade: em primeiro lugar, estão submetidos a condição de trabalhadores explorados e, em segundo, a condição de não-brancos. E é importante ter sempre em vista que a segunda condição intensifica a primeira.

Portanto, é necessário levar em consideração que a luta de classes, realidade primeira que é reconhecida pelos partidos e movimentos operários, se reveste de inevitáveis características especiais quando a imensa maioria dos explorados pertencem a uma raça, e os exploradores pertencem quase exclusivamente a outra. Sendo assim,

O realismo de uma política revolucionária, segura e precisa, na avaliação e utilização dos fatos sobre os quais deve atuar nesses países em que a população indígena ou negra tem proporções e um papel importante, pode e deve converter o fato raça em um fator revolucionário. É imprescindível dar ao movimento do proletariado indígena ou negro, agrícola e industrial, um caráter claro de luta de classes (MARIÁTEGUI, 2021, p. 39).

Sessenta anos após a Primeira Conferência Comunista Latino-americana, em 1989, Florestan Fernandes publica *O Significado do Protesto Negro*, reunindo o que podemos considerar os escritos mais radicais do sociólogo paulistano sobre a questão racial.

Em termos metodológicos, Florestan entende a convergência entre raça e classe como crucial para uma tomada de posição revolucionária e enriquecedora de uma dialética marxista:

[...] existem duas polaridades que não se contrapõem mas se interpenetram como elementos explosivos – a classe e a raça. Se a classe tem de ser forçosamente o componente hegemônico, nem por isso a raça atua como um dinamismo secundário. A lógica política que resulta de tal solo histórico é complexa. A fórmula “proletários de todo o mundo, uni-vos” não exclui ninguém, nem em termos de nacionalidades nem em termos de etnias ou de raça [...] Classe e raça se fortalecem reciprocamente e combinam forças centrífugas à ordem existente [...] (FERNANDES, 2017, p. 84-85).

Na concepção de Fernandes, a América Latina é um ambiente explosivo e seu potencial revolucionário advém justamente do fato de que aqui a dominação é dupla e articula métodos de dominação modernos e coloniais, classe e raça. A articulação entre capitalismo e as estruturas “arcaicas” de dominação ainda vigentes marca as desigualdades e iniquidades sociais que condicionam a vida, principalmente da população negra, indígena e camponesa, mas também delineiam o fato de que, da

articulação entre raça e classe na luta política, pode emergir a emancipação. Sendo assim, na América Latina, nosso potencial revolucionário advém da combinação recíproca da luta de raças e classes.

Para Florestan, o real enfrentamento do problema vivido pelo negro passa pelo reconhecimento deste agente, de que raça e classe são categorias complementares uma da outra na realidade brasileira. Logo, a noção de classe não retira a subjetividade do “ser negro”. Ao invés disso, a classe integra-o ao sistema de trabalho e à estrutura social do modo de produção capitalista. O negro pode ser, então, “duplamente revolucionário – como proletário e como negro” (FERNANDES, 2017, p. 26). Ele nega duplamente a sociedade na qual vivemos – na condição racial e na condição de trabalhador. Nesse sentido, Fernandes defende que a interação de raça e classe existe objetivamente e fornece uma via de transformação social engendrando uma “sociedade libertária e igualitária sem raça e sem classe, sem dominação de raça e sem dominação de classe” (FERNANDES, 2017, 27).

Se o sociólogo paulistano encerra *A Integração do Negro na sociedade de Classes* destacando que o negro se converteu “na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos esse suporte de civilização moderna” (FERNANDES, 2021, p. 829), na coletânea publicada em 1989<sup>13</sup> o negro se converte na “pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira” (FERNANDES, 2017, p. 41). O negro passa a ser considerado o sujeito histórico da revolução socialista. Mas por que os negros?

Os negros são testemunhos vivos da persistência de um colonialismo destrutivo, disfarçado com habilidade e soterrado por uma opressão inacreditável. O mesmo ocorre com o indígena, com os párias da terra e com os trabalhadores semilivres superexplorados das cidades [...] ele sofreu todas as humilhações e frustrações da escravidão, de uma Abolição feita como uma revolução do branco para o branco [...] O negro surgia como um símbolo, uma esperança e o teste do que deveria ser a democracia como fusão de igualdade com liberdade (FERNANDES, 2017, p. 23).

Portanto, assim como Mariátegui ressalta em relação a não incorporação do indígena na sociedade peruana, para o sociólogo paulistano, o chamado *problema do negro* vem a ser o próprio problema da viabilidade do Brasil como Nação (FERNANDES, 2017). Nesse sentido, não haveria Nação enquanto as sequelas do

---

<sup>13</sup> O Significado do Protesto Negro.

escravismo, que afetaram os antigos agentes do trabalho escravo e seus descendentes, não forem definitivamente superadas e absorvidas. Contudo, para que esse processo ocorra, na perspectiva revolucionária do nosso autor, o Brasil “precisa tornar-se socialista para que as raças alcancem um padrão de democracia pelo qual elas se nivelem e o talento deixe de ser recrutado em termos não igualitários, em termos de concentração racial de renda, cultura e de poder” (FERNANDES, 2017, p. 115). Para isso, é necessária uma estratégia de luta política corajosa, “pela qual a fusão de raça e classe regule a eclosão do Povo na história” (FERNANDES, 2017, p. 36).

## **Conclusão**

Portanto José Carlos Mariátegui quanto Florestan Fernandes construíram um pensamento crítico descolonizador, onde a articulação entre raça e classe não é apenas um imperativo para a compreensão das suas respectivas realidades nacionais, mas também é uma empreendimento fundamental para a construção de uma práxis radical de libertação dos povos oprimidos pela dominação colonial e imperialista. E, ainda que a questão indígena e a questão negra possuam suas particularidades históricas e geopolíticas, ambos os autores entendem que o racismo é um fator estruturante do capitalismo periférico, que acaba convertendo os sujeitos racializados em agentes por excelência da revolução socialista. Sendo assim, tanto na teoria quanto na prática, a raça e a classe não são elementos antagônicos, mas sim complementares e inseparáveis.

Entre convergências e discrepâncias, acreditamos que Florestan e Mariátegui construíram um pensamento crítico sobre o colonialismo, o racismo e o capitalismo dependente. O que define o marxismo dos nossos autores é o constante esforço de adequação da teoria revolucionária às condições concretas da América Latina.

Enquanto não superarmos a dicotomia entre raça e classe no entendimento das particularidades da América Latina, ficaremos fadados a fazer uma análise insuficiente da realidade concreta, e impossibilitados de construir uma sociedade que não seja baseada na exploração e na opressão “do homem pelo homem”. A partir das contribuições dos autores analisados nesta pesquisa, podemos argumentar que os marxistas devem se situar entre aqueles que concebem o racismo como uma práxis



orgânica do capitalismo, que o reforça e consolida seu desenvolvimento. Desta forma, não pode haver nenhuma perspectiva de transformação social sem a destruição de ambos.

## Referências

ALIMONDA, H. **José Carlos Mariátegui**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARICÓ, J. O marxismo Latino-americano nos anos da Terceira Internacional **In: História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRAGA, R; RUBBO, D. Dois mestres na periferia do capitalismo: Michael Löwy e Mariátegui. **CADERNO CRH**, Salvador, 2018.

BRASIL JR, A; SILVA, M. A. Prefácio: Racismo e limites à democracia em A Integração do Negro na Sociedade de Classes. In: FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

CAMPOS, A. J. **Interfaces entre sociologia e processo social: Florestan Fernandes e a pesquisa sobre o negro em São Paulo**. 2014. 400f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - UNICAMP, Campinas.

COSTA, D. V. et al. Florestan Fernandes e o dilema racial brasileiro. In: **Florestan Fernandes: trajetória, memórias e dilemas do Brasil** [ Eliane Veras Soares, Diogo Valença Costa org.]. Chapecó, SC: Marxismo21, 2021.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

FERNANDES, FI. Prefácio. In: **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo, Alfa-omega, 2004.

FERNANDES, F. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Global, 2007.

FERNANDES, F. **Circuito fechado**: quatro ensaios sobre o poder “institucional”. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, F. **O Significado do Protesto Negro**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

GALASTRI, L. A revolução russa no pensamento de José Carlos Mariátegui: uma leitura de Lênin. In: **41° Encontro Nacional da Anpocs**, 2017, Caxambu- MG. Anais do 41° Encontro Nacional da Anpocs, 2017. P. 1-23.

GALINDO, A. F. **La agonía de Mariátegui**: La polémica con la Komintern. Lima: centro de estudios y promoción del desarrollo, 1980.

KAYSEL, A. **Dois encontros entre o marxismo e a América Latina**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

LEIBNER, G. **El mito del socialismo indígena**. Fuentes y contextos peruanos de Mariátegui. Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica Perú, 1999.

LEICHSENDRING, Y. M. F. **O marxismo de Caio Prado e Mariátegui**: formação do pensamento latino-americano contemporâneo. 2015. 275f. Tese (Doutorado em História Econômica) - USP, São Paulo.

LENA JÚNIOR, H. de. **A idade da Revolução**: Astrojildo Pereira e José Carlos Mariátegui na construção do marxismo latino-americano. 2007. 329f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – UFRRJ, Rio de Janeiro.

MARIÁTEGUI, J. C. El hecho económico en La historia peruana. **Mundial**, 14 de agosto de 1925. Disponível em: [https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/peruanicemos\\_al\\_peru/paginas/economico.htm](https://www.marxists.org/espanol/mariateg/oc/peruanicemos_al_peru/paginas/economico.htm)

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. Prefácio Florestan Fernandes. São Paulo, Alfa-omega, 2004.

MARIÁTEGUI, J. C. El problema de las razas em la América latina [1929]. In: **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista** (livro eletrônico). Organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).

MITROVIC, M; LEÓN, S. Raza y clase en el materialismo histórico: notas sobre a América Latina. **Pacha, Revista de Estudios Contemporáneos Del Sur Global**, 2022.

PELLEGRINI, F. C. **O artista e sua época**: Estudo comparado entre Mário de Andrade e José Carlos Mariátegui. 2007. 151f. Dissertação (Mestrado em Letras) - USP, São Paulo.

PERICÁS, L. B. **José Carlos Mariátegui e o Brasil**. Estudos Avançados, v. 24, p. 335-361, 2010.

PERICÁS, L. B.. **José Carlos Mariátegui e o Comintern**. Lutas Sociais, São Paulo, nº 25/26, p. 176- 190, 2011.

RUBBO, D. A. Nosso irmão mais velho: Florestan Fernandes, leitor de Mariátegui. **Lua Nova** [online]. n.99, pp.79-105 – 2016.

RUBBO, D. A. Por uma esquerda marxista decolonial: Mariátegui e a crítica da modernidade ocidental. **Crítica Marxista**, n.51, p. 131-145, 2020.

RUBBO, D. A. **O labirinto periférico**: aventuras de Mariátegui na América Latina São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

SILVEIRA, M. de F. O autêntico e fechado mundo dos brancos: notas sobre a articulação entre classe e raça no pensamento de Florestan Fernandes. In: **Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista** (livro eletrônico) / organização Danilo Enrico Martuscelli, Jair Batista da Silva – Chapecó, SC: Ed. Dos autores, 2021 – (coleção marxismo21).

## A ATUALIDADE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA: 40 ANOS DE HISTÓRIA, LUTA E FORMAÇÃO<sup>1</sup>

Sandra Luciana Dalmagro<sup>2</sup>  
Poliana Garcia Temístocles Ferreira<sup>3</sup>

### Resumo

Tendo por base revisão bibliográfica e documental, o artigo foca sua análise no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, considerando sua constituição histórica, principais formas de organização e bandeiras de luta até a atualidade. Para compreender a emergência do MST, fizemos uma incursão sobre a questão agrária e da constituição do capitalismo no campo brasileiro. Discutimos a vida, a produção e a educação nos acampamentos e assentamentos, demarcando a emergência da agroecologia, da formação política e da educação neste Movimento que emergem das lutas no campo e mantém-se com vitalidade após 40 anos.

**Palavras-chave:** Movimento Sem Terra. Questão Agrária. Agroecologia. Educação.

### LA ACTUALIDAD DEL MOVIMIENTO DE LOS TRABAJADORES SIN TIERRA: 40 AÑOS DE HISTORIA, LUCHA Y FORMACIÓN

### Resumen

A partir de una revisión bibliográfica y documental, el artículo centra su análisis en el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, considerando su constitución histórica, principales formas de organización y banderas de lucha hasta la actualidad. Para comprender lo surgimiento del MST, partimos del estudio de la cuestión agraria y la constitución del capitalismo en el campo brasileño. Discutimos la vida, la producción y la educación en campamentos y asentamientos, demarcando el surgimiento de la agroecología y la formación política en este Movimiento que surge de las luchas campesinas y se mantiene vital después de 40 años.

**Palabras clave:** Movimiento Sin Tierra. Cuestión Agraria. Agroecología. Educación.

### THE LANDLESS WORKERS' MOVEMENT: 40 YEARS OF HISTORY, STRUGGLE AND FORMATION

### Abstract

Based on a bibliographical and document review, this article analyses the Landless Rural Workers Movement, considering its historical constitution, main forms of organization and struggle banners up to the present time. To understand the emergence of the MST, we have made in incursion in the agrarian issue and the constitution of capitalism in the rural areas of Brazil. We discuss life, production and education in their settlements, demarcating the emergence of Agroecology and political education in this Movement that emerged from the peasant's struggle and remains vital after 40 years.

**Keyword:** Landless Workers Movement. Agrarian Question. Agroecology. Education.

---

<sup>1</sup>Artigo recebido em 10/07/2023. Primeira Avaliação em 07/08/2023. Segunda Avaliação em 10/08/2023. Aprovado em 10/11/2021. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59150>.

<sup>2</sup>Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil. Professora do Centro de Ciências da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação.

E-mail: [sandra.dalmagro21@gmail.com](mailto:sandra.dalmagro21@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9400207409329063>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9639-7070>.

<sup>3</sup>Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação e bolsista do CNPq.

E-mail: [polianagarciatf@gmail.com](mailto:polianagarciatf@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5795870940286064>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2728-6259>.

## Introdução

Em 2024 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST completará 40 anos desde sua fundação, ocorrida em 1984 e passados 5 anos de sua gestação iniciada 1979, assinalando que um novo momento histórico se abria no país, com o fim da ditadura militar de caráter cívico-empresarial. Quatro décadas é uma longa vida para um Movimento Social, estes tendem a ser mais efêmeros e conjunturais. Certamente, decorrido este tempo, o MST não é mais o mesmo e tampouco o é o contexto brasileiro.

No início do Movimento predominam as ocupações e acampamentos que reúnem centenas e milhares de famílias oriundas do espaço rural: pequenos agricultores, arrendatários, meeiros, bóias-frias, assalariados rurais, desempregados, moradores de periferias, os quais têm em comum a busca pela sobrevivência e a esperança de ter um pedaço de terra para produzir a subsistência familiar, sem patrões. Desde a década de 1990 o MST se consolidou como o maior movimento social brasileiro, um dos maiores da América Latina e do mundo. Além das ocupações, acampamentos e marchas, o Movimento conquistou milhares de hectares de terras, os assentamentos, nos quais a produção agropecuária se constituiu como uma ampla frente de atuação da luta social: produção de alimentos, associações e cooperativas de produção e comercialização, articuladas a um conjunto de questões como a luta contra o êxodo rural, o acesso aos serviços públicos e à produção cultural. As ocupações continuam a ocorrer, ainda que em menor número e concentradas em alguns estados do país, mas é a produção de alimentos saudáveis que parece ganhar mais atenção da luta do MST nos últimos anos. Se nos assentamentos a luta do MST não expressa a mesma radicalidade anticapitalista que as ocupações e acampamentos, eles permitem que o Movimento se projete em outras dimensões, com destaque para a agroecologia, a qual foi incorporada como bandeira política – e com o desafio de se efetivar mais amplamente nas áreas conquistadas – a partir dos anos 2000 (MST, 2010, 2020).

A fragilidade das famílias sem-terra, sua pobreza econômica e a inserção social marginalizada, contrastava com a ousadia de ocupar o latifúndio sob a bota dos militares. Mas mudar-se para as cidades ou aceitar participar dos projetos de colonização no centro-oeste e norte do país não estava no campo das possibilidades

para todos os sem-terra. A audácia só era possível pela ação conjunta de um grande número de pessoas e pelo apoio que recebiam em particular dos setores progressistas da Igreja e pelos grupos combativos do sindicalismo rural. Ocupar latifúndios improdutivos emergiu como possibilidade real, coletivamente organizada. A precariedade de condições das famílias que vão às ocupações e da realidade dos acampamentos contrasta também com a força política que o MST conquistou. Ainda que a luta dos Sem Terra continue tendo o campo por foco, é capaz de alcançar um conjunto de questões da maior relevância política no país, marcando a história do período que segue à abertura democrática. A força do MST tem por base a enorme concentração de terras e o lugar central que a grande propriedade ocupa na economia e política nacional, o que se liga à disputa entre a produção de *commodities* e de alimentos. Para explicar esta força precisamos ainda localizar a organização coletiva e os métodos de ação do Movimento.

Este artigo visa, portanto, contribuir para a história e memória das organizações de trabalhadores de “Nuestra América”, a partir do histórico de lutas do MST e seus desafios na atualidade. Para tanto, organizamos duas seções. Na primeira vamos abordar a questão da propriedade e concentração da terra no Brasil, com o intuito de analisar as relações de classe que se estabelecem, demonstrando os condicionamentos que se colocam na formação histórica e econômica do território brasileiro. A base teórica e categorial do materialismo histórico-dialético mediará nossa análise sobre a formação de classes no campo, bem como sobre as disputas de entidades políticas na defesa pela alteração da estrutura fundiária do país. Veremos que o embate pela reforma agrária envolveu diversas frações de classe, desde a classe latifundiária conservadora, os industriais rurais, trabalhadores rurais assalariados e camponeses organizados. Neste sentido, a categoria de classe e propriedade privada se colocam centrais ao processo de formação – e concentração – da propriedade da terra no Brasil, o que se atrela ao projeto econômico para a produção agrária e ao arranjo civil para dirimir conflitos em áreas disputadas, garantindo a representação jurídica e institucional da classe industrial (STÉDILE, MENDONÇA, 2012).

Na segunda parte focamos na organização do MST, seus princípios e formas de luta, desde as ocupações e acampamentos, passando pela produção agropecuária

e o processo educativo/formativo. Por fim, tecemos algumas considerações finais assinalando alguns ensinamentos do MST para a luta de classes<sup>4</sup> na atualidade.

### **Considerações sobre a questão agrária no Brasil e as lutas no campo**

No Brasil, sabe-se que as passagens do trabalho escravo ao mercado de trabalho livre, da monarquia à república, da base econômica agrícola à industrial, se processaram perpetuando a concentração fundiária e mantendo massas populacionais longe do acesso à terra. Nos países de capitalismo clássico, a Reforma Agrária foi realizada com o objetivo de retirar as terras das mãos dos oligarcas, transferindo-as para a classe burguesa ascendente, ampliando o mercado consumidor interno e favorecendo o desenvolvimento industrial em seus países. Contrariamente a este processo, no Brasil, as grandes fazendas perduram no tempo. De um lado, a economia agroexportadora foi utilizada como acumulação primitiva de capital que financiou a industrialização, cujas máquinas e equipamentos advinham dos países do capitalismo central (OLIVEIRA, 2003). De outro, a passagem da economia agrícola à industrial ocorre por intermédio de um lento e constante reajustamento de interesses entre a classe burguesa em ascensão e os velhos setores oligárquicos, e de ambos com o capital internacional, que se processa excluindo a participação popular (FERNANDES, 2006). Nossa longa trajetória colonial e dependente da metrópole é perpetuada no contexto da república, já com uma nova configuração das classes no poder<sup>5</sup>. Estas consentiram a posição secundária do Brasil na economia internacional, mas garantindo elevados ganhos para alguns setores desta classe. Dentre algumas das principais implicações desse padrão de economia subordinada, encontram-se a constituição de um incipiente mercado interno, uma estrutura econômica voltada para

---

<sup>4</sup> Nossa compreensão da classe se apoia em Marx (2017b) e Thompson (1987, p.10). Para Thompson, “a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nascem – ou entram involuntariamente. A consciência de classe é a maneira como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais”.

<sup>5</sup> Existem divergências quanto à análise da estrutura econômica brasileira anterior ao estabelecimento do capitalismo, mesmo que haja acordo que a dinâmica colonial se torna determinante na consolidação de uma economia dependente e baseada na superexploração. Este debate se compõe a partir dos trabalhos de Gunder Frank (1969), Ruy Mauro Marini (2017) e Florestan Fernandes (1975). Para mais informações, ver referências sugeridas no final do texto.

a produção de *commodities* de exportação que resulta no agravamento das desigualdades regionais e sociais.

Com isso, a situação agrária no Brasil possui claros aspectos de concentração fundiária, o que trouxe “efeitos na transformação das relações de trabalho no campo”, resultando na reprodução de relações de violência e exclusão (STÉDILE, MENDONÇA, 2012, p.22). O aprofundamento da desigualdade se dá tanto a partir de políticas de manutenção dos direitos de propriedade sob tutela das classes oligárquicas e, posteriormente, dos empresários rurais, quanto da consolidação de uma economia política voltada para exportação em larga escala. Estes determinantes impunham sérias limitações às formas de trabalho e subsistência, o que coloca a população do campo frente a um processo de expulsão forçada ou de submissão às condições do trabalho assalariado.

A problemática da concentração da propriedade da terra no Brasil se escancara à medida que o país desenha eixos institucionais para a produção industrial, redefinindo os níveis de produção agrícola num contexto de aumento das exportações de *commodities*. Longe de se materializar somente nos grandes debates econômicos da década de 1950, a questão agrária se fazia presente nos conflitos pela posse e uso social da terra, nos quais organizações camponesas reivindicavam o fim da política de concentração de terras. Neste período, mesmo que timidamente, é proposta a modernização técnica do campo orientada para o setor externo, que visa estabelecer as relações de assalariamento no campo, sem realizar de fato uma reforma agrária aos moldes dos países de capitalismo central, como os Estados Unidos. Neste contexto, se arrasta a disputa pela institucionalização da Reforma Agrária e pela reorganização da estrutura fundiária no Brasil, marcada pela concentração de terras e poder político nas mãos da elite rural (DELGADO, 2005).

A reprodução das relações capitalistas no campo levou a um processo de concentração de capitais nas mãos de uma classe oligárquica rural, bem como ao surgimento de uma classe industrial agrária que se beneficia da renda da propriedade e dos meios de produção. Em outras palavras, a dinâmica de concentração fundiária transita de uma lógica pré-capitalista e, no caso brasileiro, se mantém durante a consolidação do capitalismo e do modelo de produção agrícola, que vai adquirindo caráter de economia política. Isso traz determinantes sociais à formação de classes,



que manifestam o processo de concentração de capitais e da formação de uma “massa de despossuídos” (MARX, 2017a).

Neste contexto, deflagra-se a disputa dos trabalhadores do campo pela posse da terra e autonomia produtiva, bem como sua articulação política em movimentos sociais e partidos, que vai se consolidando em várias dimensões na luta pela terra e pela Reforma Agrária, atravessada pela violência e criminalização dos grupos opostos ao capital agrário e seus representantes. Assim, apontamos alguns aspectos da constituição de organizações sociais no campo, vide a criação das Ligas Camponesas em 1955, o que demonstra que a disputa pela propriedade da terra constitui uma questão central para o modelo produtivo do campo e por isso envolve disputas entre os povos que vivem e produzem na terra e aqueles que expropriam sua renda. Assim, a ‘questão agrária’ no Brasil envolve a disputa pelo direcionamento da reforma agrária, que inicialmente se dissolve na concentrada estrutura de propriedade que havia desde os anos 1950, mas que, posteriormente, se torna uma disputa institucionalizada por atores sociais diversos<sup>6</sup> (STÉDILE, 2010).

No Brasil, a modernização agrícola se acentua a partir de 1930, articulada à expansão industrial e ocorre sem uma Reforma Agrária efetiva (OLIVEIRA, 2003). Este processo se recoloca com mais força nos anos cinquenta, quando havia uma tentativa de consolidação do projeto desenvolvimentista no Brasil e a primazia da pauta exportadora se reafirmava. Isso traz determinantes ao modelo produtivo que se consolida para a agricultura no Brasil, favorecendo a produção de monocultura em grandes propriedades. Adiante, nos anos 1960, a Revolução Verde<sup>7</sup> – que Graziano da Silva (1982) denomina Modernização Conservadora, visava modernizar a

---

<sup>6</sup> A própria aceção da Reforma Agrária como um elemento central na economia política brasileira foi e continua sendo um aspecto em disputa. Na década de 1950, período em que o Brasil avançava em seu plano de metas para a industrialização e a modernização produtiva, os economistas apresentavam distintas teses sobre o tema. Os debates econômicos em torno da reforma davam o tom das relações de disputa, onde as teses do Partido Comunista Brasileiro (PCB), representadas por Caio Prado Jr., disputavam espaço entre os desenvolvimentistas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), representados por Celso Furtado e, por fim, entre os conservadores econômicos, que se negavam a reconhecer a existência de uma questão agrária no Brasil. Para maior aprofundamento deste debate, recomenda-se as obras: *A revolução brasileira e a questão agrária no Brasil*, de Caio Prado Júnior e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

<sup>7</sup> O fenômeno da Revolução Verde se deu em nível global e ocorreu no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, sendo disseminado como programa global de industrialização do campo. Para a compreensão deste fenômeno de caráter trans econômico, temos como referencial o trabalho de Moreira (2010), que mediante análise das relações sociais aponta para a dinâmica de exploração dos recursos naturais por meio da industrialização do campo, o que leva à degradação e à reprodução de determinado modelo econômico.

agricultura brasileira no que se refere à sua inserção no mercado agrícola mundial, tanto em termos de produtividade quanto de consumo, sem alterar, porém, a concentração da propriedade rural.

Temos, então, uma mudança de matriz tecnológica e produtiva, com a dispensa de força de trabalho devido à mecanização, à utilização massiva de insumos industriais, com forte presença do capital externo e de multinacionais. Essa nova base produtiva reforçou a monocultura em grandes extensões e as exportações de novos produtos agrícolas como a soja e o milho, que operam no mercado externo sob a forma de *commodities*. Este modelo de agricultura nasce pautado na mecanização e na industrialização do campo, que na atualidade se exemplifica na síntese química de insumos, na manipulação genética de sementes, na produção em ambientes controlados e em formas empresariais de gestão de agroindústrias e bancos agrícolas.

Acerca da utilização de insumos e defensivos agrícolas, o Brasil é um dos países que mais expandiu seu uso nos últimos 30 anos. De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2022), no ano de 2020 o Brasil era o segundo país do mundo a utilizar a maior quantidade de pesticidas (377 mil toneladas), sendo que no ano de 1990 o país já fazia uso de 46 mil toneladas, o que demonstra uma larga expansão. Nesse processo, o campo reproduz inevitavelmente as contradições dessa forma de sociedade, cujos avanços produtivos controlados por grandes produtores e instituições financeiras, produzem a miséria, a fome e o desemprego para muitos. Produz também grandes diferenças regionais e diversas categorias de trabalhadores no campo, as quais são fruto de um mesmo movimento global.

Ao final dos anos 1990 novas mudanças se processaram na agricultura brasileira, que passa a ser caracterizada pelo agronegócio, ou *agribusiness* para o mercado externo de *commodities*<sup>8</sup>. Este reforçou e atualizou o capitalismo no campo, baseando-se na articulação e dependência dos grandes proprietários de terra para com os bancos, fornecedores de crédito e com as empresas transnacionais,

---

<sup>8</sup> O desenvolvimento do agronegócio brasileiro se dá em observação ao modelo ocorrido nos Estados Unidos e diz respeito à integração dos sistemas de produção e circulação de bens e insumos agrícolas nas chamadas cadeias globais de valor. O termo *agribusiness* carrega o caráter global da economia agrícola, manifestando suas relações e fluxo de troca e permitindo a livre circulação de capitais por todos os setores da produção. Acerca deste tema, recomenda-se o trabalho de Heredia, Palmeira e Leite (2010).

fornecedoras de insumos e controladoras dos preços e dos mercados. Tal articulação se tornou possível graças ao capitalismo financeiro que centralizou e concentrou as grandes empresas do ramo, elevando a concorrência em escala continental e mesmo mundial. Segundo dados da FAO, o Investimento Direto Externo (IDE) no setor da agricultura, que representa o capital externo no Brasil, saltou de US\$37.9 milhões no ano de 1996 para 747.5 milhões em 2019. Isso demonstra o avanço da industrialização do campo e da ampliação produtiva com base na forte presença do capital externo e na financeirização dos recursos naturais (FAO, 2022).

O Brasil é visto pelo mercado externo como um lugar estratégico para a produção de *commodities* devido à força de trabalho barata, à fertilidade e à extensão das terras. O Estado brasileiro e as classes dirigentes mais uma vez se integram de forma dependente e periférica aos interesses das grandes potências e seus capitais e isso pressiona a classe trabalhadora do campo com mais intensidade. A produção capitalista no campo extrapola a produção de alimentos, requerendo terras para a produção de fibras diversas como a madeira, a celulose, os biocombustíveis e uma infinidade de matérias primas para a indústria. Para Carvalho (2007), essas novas formas de ocupação capitalista da terra e da agricultura levaram a uma corrida por terras e a consequente elevação de seu preço, desarticulam a possibilidade de uma Reforma Agrária no Brasil, ampliando a exploração dos recursos naturais e mantendo elevados os índices de concentração da propriedade das terras.

Deste modo, a produção agrícola reproduz os determinantes da forma capitalista de produção. Esta, por sua própria lógica, se apropria, controla e domina os recursos naturais e humanos, numa corrida para acumular e expropriar riquezas continuamente. Assim como na cidade, o capitalismo no campo também apresenta seus antagonismos, tais como a concentração da riqueza e a generalização da miséria, mas também potencializa e transforma as lutas sociais inerentes às sociedades de classe. A organização da luta no campo se coloca no centro da disputa entre capital e trabalho, portanto, reproduz o movimento histórico de avanços e recuos. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é fruto dessa luta, sendo uma das expressões sociais mais articuladas do desenvolvimento capitalista no campo, bem como da tentativa de superação dessa forma de produção econômica e social. A seguir, veremos como o Movimento se forja neste contexto de disputa pela terra e

pelo modelo de produzir, o que também se apresenta nas manifestações culturais e se mantém em movimento, envolvendo um histórico de 40 anos de atuação.

### **Do conflito nasce a organização**

A formação político-econômica do campo no Brasil é marcada por um histórico de conflitos pela propriedade e por formas de produção e trabalho. Se a exploração do trabalho fica mais evidente entre os assalariados e bóias-frias (estes últimos podem ser considerados como assalariados eventuais, “precarizados”), também pode ser identificada nas formas disfarçadas de assalariamento como a vigente na integração praticada pela agroindústria de frango, fumo, suínos, frutíferas, onde o capital avança sobre a pequena propriedade rural. Portanto, a autonomia dos pequenos agricultores em relação ao capital é aparente, antes se evidencia sua crescente subordinação à indústria, a qual condiciona a forma de produção, e expropria-os no conjunto do processo de comercialização (GERMER, 1994; AUED e PAULILO, 2004).

Medeiros (2001), analisando as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros, assinala a diversidade de situações e conflitos existentes no campo e como sua unidade foi construída e desconstruída através de longos processos organizativos e fruto das intensas mudanças econômicas, políticas e sociais que marcaram o campo no período da ditadura. Segundo a autora, os trabalhadores do campo emergiram no cenário político nacional ainda nos anos 1950, identificando-se como “lavradores”, “trabalhadores agrícolas” e, no início dos anos 60, como “camponeses”. Tinham papel importante na conformação dessas categorias o Partido Comunista Brasileiro, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica. Em 1963, com a regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado, as entidades organizativas já existentes ou novas culminaram na constituição da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

A matriz de atuação da CONTAG era a demanda por direitos trabalhistas e por reforma agrária, ambos previstos na legislação, mas que ainda era uma política em disputa e não realizada na prática. Ainda segundo Medeiros, a CONTAG atuava em nome de “uma categoria genérica, ‘trabalhadores rurais’, que recobria segmentos tão diferenciados como ‘assalariados’, ‘parceiros’, ‘arrendatários’, ‘pequenos proprietários’, ‘posseiros’, etc.” (MEDEIROS, 2001, p. 104). Com o golpe militar em 1964 e a instauração da ditadura até meados dos anos 1980, são reprimidas as

organizações dos trabalhadores do campo (e da cidade) combativas do modelo de desenvolvimento social, político e econômico vigente no período. Nos anos 1970 e 1980 os efeitos perversos da Revolução Verde se faziam sentir com a conseqüente intensificação dos conflitos no campo. A atuação da CONTAG passa a ser considerada ineficaz e assistencialista. Surgem as “oposições sindicais” que propunham a unidade da diversidade existente no campo por sua inserção no mundo do trabalho.

Ainda segundo Medeiros (2001), na década de 1990 ganha força um “projeto alternativo de desenvolvimento rural com base na agricultura familiar” no seio do sindicalismo, com o desenvolvimento de políticas públicas específicas. Neste sentido, a autora demonstra como essas políticas estavam vinculadas ao Banco Mundial, que representa a influência do capital externo. Esta aliança visava a integração dos pequenos produtores ao capital, criando incentivos para o desenvolvimento do modelo empresarial e do agronegócio na pequena propriedade. Segundo Medeiros (2001, p. 120), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma das principais políticas para o setor, criado em 1996, passava a atender os agricultores familiares em “melhores condições de produção”, “deixando de lado todo um vasto segmento em processo de pauperização crescente”.

Já que o sindicalismo optou pelo trabalho com a agricultura familiar e um projeto de desenvolvimento rural de integração ao mercado, a bandeira da Reforma Agrária foi assumida pelo MST. O Movimento termina por aglutinar os setores mais empobrecidos do campo como os posseiros, parceiros ou meeiros, arrendatários e assalariados rurais, os pequenos agricultores e seus filhos, calculados nos anos 1980 em torno de cinco milhões de famílias. Posteriormente, passaram a ingressar no Movimento desempregados e moradores de periferias urbanas. Este conjunto constituiu uma nova categoria no campo, a dos trabalhadores sem-terra. Conforme disserta Fernandes (1999, p.40):

A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado. O Movimento começou a ser formado no Centro – Sul, desde 7 de setembro de 1979, quando aconteceu a ocupação da gleba Macali, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul. Essa foi uma das ações que resultaram na gestação do MST. Muitas outras ações dos trabalhadores sem-terra, que aconteceram nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, fazem parte da gênese e contribuíram para a formação do Movimento. Assim, a sua

gênese não pode ser compreendida por um momento ou por uma ação, mas por um conjunto de momentos e um conjunto de ações que duraram um período de, pelo menos, quatro anos.

Identificamos o contexto em que o MST é gestado. Ele se faz produto da realidade econômica, política e social brasileira, assim como carrega e sintetiza, a seu modo, características das principais forças em luta que atuaram para sua criação, com destaque para os setores progressistas da Igreja Católica, manifestos na Comissão Pastoral da Terra (CPT) fundada em 1975, e o “novo sindicalismo”. Segundo Stédile e Görger (1993), o MST somente pôde se constituir nos anos 1980 como um movimento social importante porque coincidiu com o crescimento da luta do conjunto dos trabalhadores no país, a qual se inscreve num contexto maior da política nacional, marcado exatamente pelo ascenso das organizações de trabalhadores.

Uma vez compreendida a relação do MST com o contexto de consolidação de formas produtivas no campo e a disputa dos interesses de classe, passemos a indicar como se manifestam as dimensões de luta do movimento, mostrando sua expressividade no cenário nacional e internacional.

## **O MST e as expressões de luta na atualidade**

Quanto às alianças mais recentes dos trabalhadores do campo, o MST articula-se com o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC e Movimento dos Atingidos por Barragens – MPA, entre outros. O MST atua também junto ao movimento sindical e com periferias urbanas, contribuindo para a criação do Movimento dos Trabalhadores Desempregados e do Levante Popular da Juventude. Atualmente o MST compõe a Frente Brasil Popular – força política de esquerda que congrega uma diversidade de movimentos, sindicatos e organizações. Ademais, o MST debate e se posiciona publicamente, desde meados dos anos 1990, em temáticas nacionais como eleições, privatizações, políticas de Estado, dentre outras políticas. Em âmbito internacional, o MST compõe a Via Campesina, articulação de mais de 180 organizações e movimentos sociais do campo, presente em mais de 81 países. O Movimento possui brigadas internacionalistas em países como Cuba e Venezuela. Estas articulações nacionais e internacionais alteram a qualidade da experiência, possibilitando articulações mais

amplas e complexas em relação à totalidade social, como afirmam Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022).

Entendemos que o MST carrega o legado da luta dos trabalhadores despossuídos, que buscam construir na prática um outro tipo de organização e produção, um projeto popular não determinado pelo capital e seus representantes, mas pelas necessidades da classe trabalhadora no campo<sup>9</sup>. A partir da recuperação da memória escrita do MST em sua articulação nacional, identificamos algumas dimensões que orientam a luta histórica do Movimento e englobam a vida nos acampamentos e assentamentos.

### **Ocupações, assentamentos e agroecologia**

O MST define-se como um movimento social de caráter popular, sindical e político. Desde sua fundação, expressa três grandes objetivos: “a luta pela terra, por Reforma Agrária e por uma sociedade mais justa” (STÉDILE e GORGEN, 1993). O MST alia a luta imediata pelo acesso à terra e ao trabalho como condição de sobrevivência dos Sem Terra, às lutas mais amplas e gerais dos trabalhadores do campo. Assim, extrapola a luta pontual pelo acesso à terra, relacionando-a com uma Reforma Agrária em amplo sentido. Já no ano de 1985, o movimento coloca claramente a importância de uma Reforma Agrária popular e participativa, na qual os trabalhadores do campo tivessem autonomia organizacional e fossem protegidos pela lei nacional. No momento de sua consolidação, o movimento assinala o compromisso com a preservação do meio ambiente e com a soberania nacional, manifestando a oposição à presença do capital externo na posse dos recursos naturais e da propriedade da terra (STÉDILE, GÖRGEN, 1993; MST, 1985).

Vendramini (2000 e 2004), opondo-se a identificar o MST entre os chamados “novos movimentos sociais”, considera que no MST uma “massa totalmente destituída de propriedade” constitui um sujeito social coletivo, “uma identidade social que se refere à sua natureza de classe”. Num tempo em que a propriedade está altamente

---

<sup>9</sup> O MST passou a utilizar o conceito de campesinato especialmente a partir de sua entrada na Via Campesina em 1998. A utilização do termo, para o MST, possui uma intenção política de oposição à “agricultura familiar” que em geral é vista como integrada (periféricamente ou não) ao desenvolvimento capitalista no campo, enquanto o conceito de campesinato supõe um projeto de desenvolvimento alternativo ou socialista para o campo.

concentrada e toda sorte de misérias atinge amplas massas, o movimento social organizado “é capaz de dar condução política à revolta e ao desespero” (VENDRAMINI, 2004, p. 18). A principal forma de luta utilizada pelo MST são as ocupações de latifúndios e os acampamentos nele instalados. A presença de um elevado número de famílias, incluindo mulheres e crianças, exerce grande pressão por sua desapropriação.

A ocupação e os acampamentos são ações de grande radicalidade, como aponta Vendramini (2000), pois questionam a propriedade privada da terra e representam entraves ao modelo produtivo do agronegócio. Por isso são tão combatidos pela classe dominante e seus aparatos, que buscam inviabilizá-los das mais diversas formas. Para a autora, o MST é um movimento social cuja originalidade e expressividade ancora-se em sua organização nacional (onde se destaca o grau de articulação interna, presença efetiva em quase todos os estados e homogeneidade nas formas de luta); a combatividade permanente (na ocupação do latifúndio até a organização dos assentamentos uma vez conquistada a terra); o protagonismo autotransformador (colocando amplas massas na condição de sujeitos em luta); suas práticas políticas e a radicalidade de sua luta que questiona o fundamento da ordem existente. Conforme Vendramini (2004), a ação do MST ataca causas estruturais da sociedade capitalista, revelando grande capacidade em articular as demandas imediatas dos Sem Terra com as lutas por mudanças mais amplas, desenvolvendo a consciência de classe entre seus membros.

Em sua trajetória, o Movimento se destaca como ente político autônomo e autogestionado, o que exige uma articulação constante às necessidades históricas da classe trabalhadora do campo, tendo em vista, sobretudo, novas estratégias de avanço frente a ofensiva do projeto político-econômico do capitalismo no Brasil. Neste sentido, Pinassi (2009, p.72) assinala a dimensão anticapitalista do MST e o desafio atual de afirmar-se como uma alternativa radicalmente socialista. Para a autora:

O caráter efetivamente político do MST não emana de comprometimentos incondicionais com a luta partidária, nem se desenvolve à sua sombra. O caráter político do MST afirma-se na centralidade do trabalho e, fundamentalmente, nos sujeitos constituídos por sua práxis que, desde o plano mais imediato, afronta a “inviolabilidade” da propriedade privada. E, ainda que a princípio não atue no sentido de negá-la completamente, o movimento pode tornar concreta tal dimensão anticapitalista desde que reconheça a própria contemporaneidade, desde que veja que seu quadro não é composto



de militantes requerendo o estatuto de um campesinato resignado e saudoso de um passado jamais vivenciado no Brasil, nem que o seu projeto de nação vise a construir uma pletera de pequenas propriedades.

A questão assinalada por Pinassi demarca o problema dos assentamentos, onde a propriedade privada da terra tende a se recolocar e com ela toda a lógica burguesa quanto ao que e como produzir e quanto ao conjunto das relações ali exercidas.

No que se refere à organização dos assentamentos, conforme as discussões internas do MST (MST, 2001), poderiam ser caracterizadas três fases. Em um primeiro momento, pós-criação do MST nos anos 1980, o foco centrava-se no assentamento como um todo. Neste período, sua abrangência nacional ainda estava em constituição, caracterizou-se pela diversidade de experiências, destacando-se como meta a organização coletiva dos assentamentos, a propriedade comum da terra e dos bens e o trabalho coletivo nas áreas, por meio da criação da CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária. Com o surgimento de diversas cooperativas de assentados no início dos anos 1990, forma-se o SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados e a Concrab – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. Este segundo período é caracterizado pelo debate quanto à produção agropecuária, a criação de cooperativas de comercialização, o acesso a créditos especiais para a Reforma Agrária e se desenvolvem programas de assistência técnica.

A crítica posterior a esse segundo período centra-se na importância atribuída ao crédito para organização dos assentamentos, que resultou em endividamento dos assentados, grandes estruturas e um modelo produtivo que reproduziu nos assentamentos a grande empresa agrícola, criando-se a ilusão de que a inserção competitiva no mercado geraria viabilidade econômica (MST, 2001 e 2007). A terceira fase desenha-se a partir da segunda metade dos anos 1990 com o fim dos créditos especiais, a falência de algumas cooperativas e as difíceis condições econômicas e sociais de muitos assentamentos.

Desde os anos 2000 o MST orienta com mais ênfase a importância da produção de alimentos saudáveis e agroecológicos, a organização coletiva e a cooperação em diferentes esferas, buscando diminuir a dependência em relação aos bancos e ao grande mercado agrícola. Debate-se a importância da organização do assentamento como um todo, interligando os aspectos produtivos, de moradia, gênero, faixa etária,

educação e saúde, formação política, etc. O MST almeja que o assentamento se torne tanto um espaço de viabilidade econômica dos assentados, quanto de elevação do nível cultural e político. Mas também se pretende que os assentamentos acumulem forças na luta por transformações sociais (MST, 2007).

Atualmente, o MST conta com 400 mil famílias assentadas e 70 mil famílias instaladas nos acampamentos, estando presentes em 24 estados do Brasil. Sua presença não se dá somente no ato da ocupação, mas na consolidação produtiva de alimentos sem agrotóxicos, a qual atinge níveis expressivos mediante a atividade das cooperativas produtivas. O movimento conta com 1900 associações produtivas, das quais 185 são cooperativas e 120 agroindústrias, o que demonstra também a autonomia dos trabalhadores na organização econômica dos assentamentos e acampamentos. Sua produção alcança hoje 15 cadeias produtivas, que envolvem a produção de leite (7,5 milhões de litros por dia), arroz (42 mil toneladas, sendo 16 mil de produção orgânica), café (30 mil toneladas) e feijão (23 mil toneladas), dentre outros produtos que formam uma frente de produção autônoma e autogestionada (MST, 2023). A defesa pela Soberania Alimentar aparece como um dos princípios que regem o Movimento – e sua articulação na unidade dos trabalhadores do campo e povos originários - e se atrelam à agroecologia como base de organização social, produtiva e cultural. Com isso, se consolida uma outra alternativa de organização ecológica e coletiva no espaço do campo, a qual é conferida caráter central na atualidade do Movimento (MST, 2023). Um exemplo disto é a campanha de plantio de árvores nativas. Nos últimos quatro anos foram plantadas 10 milhões de árvores de seus respectivos biomas e foram construídos mais de 300 viveiros de mudas nativas.

A adesão à agroecologia se coloca com mais força a partir dos anos 2000, estratégia que dirige a realização de jornadas anuais de agroecologia, onde os trabalhadores rurais compartilham vivências, tecnologias e experiências do trabalho agroecológico em áreas de assentamento, reafirmando o compromisso com a biodiversidade. Atualmente, a articulação das jornadas já está em sua 19ª edição, o que demonstra a importância de avançar na estratégia de um outro tipo de produção e organização coletiva para os trabalhadores do campo, cujas tarefas se renovam mediante o avanço do agronegócio e da financeirização do campo brasileiro (TARDIN et al, 2019). Neste contexto, a estratégia da produção de alimentos agroecológicos

tem sido uma das principais bandeiras do Movimento como contraposição à difamação da mídia e os avanços para criminalização do Movimento na esfera pública.

No período da pandemia do Coronavírus, o Movimento fez doação de alimentos nas periferias urbanas, o que vem se constituindo como uma política da organização, assim como outras ações de solidariedade entre campo e cidade. Ademais, a expressividade do Movimento ultrapassa a dimensão produtiva, se manifestando em outras atividades que compõem a cultura e a formação política. Portanto, o Movimento se objetiva para uma sociabilidade integrada do coletivo de trabalhadores Sem Terra, no sentido de sua elevação cultural e da educação como ferramentas estratégicas de emancipação de sujeitos do campo.

### **A formação humana e política: a educação no MST**

Educação e formação constituem dois setores distintos no MST, mas estes se articulam entre si e com os demais setores existentes no Movimento como produção, gênero, saúde, juventude, entre outros, seja pelo processo educacional/formativo que acontece nos processos de luta, seja em espaços de educação formal. Os processos de educação e formação se iniciam nos preparativos das famílias para o processo de ocupação e se fortalecem na realização desta e no período de acampamento. Educa-se para e por meio da luta e para e por meio da organização coletiva (CALDART, 2004). Constituem-se em processos de enfrentamento seja em relação à história de cada um, seja na relação com o capital no campo. É na luta e na organização comum que o sem terra compreende a necessidade de auto-organização, de escolarização, de estudo e de construção de novas relações de trabalho e vida. Este processo de formação é contínuo nos assentamentos, onde se inclui a necessidade de formação técnica para os diversos ramos de atividade e às novas demandas de organização nos assentamentos (DALMAGRO, 2010; DALMAGRO, BAHNIUK, CAMINI, 2017).

Para construir uma base que direcione a filosofia, os projetos pedagógicos e a auto-organização dos espaços formativos é necessário constante formação de quadros de educadores e dirigentes do Movimento. Este conta com diversas atividades de formação, oficinas, cursos e encontros em âmbito local, regional, estadual e nacional. Salientamos a existência de vários tipos de cadernos e boletins que direcionam a formação em diferentes áreas, tais como a educação, saúde, a formação política, a cooperação agrícola e uma variedade de temas que consoam

com a variedade da vida (DALMAGRO, 2017; MST 1992, 1994). Atualmente essa produção escrita está disponível na Biblioteca da Questão Agrária<sup>10</sup>, onde constam, além de publicações do Movimento, diversas teses e dissertações, o que indica que o MST tem sido objeto de inúmeras pesquisas no meio acadêmico.

A luta por acesso à escola, alfabetização e escolarização de adultos, aliada à uma fértil concepção educacional, consolidam um histórico de experiências escolares, que se articulam no nível local e nacional. Atualmente existem mais de 2 mil escolas públicas em áreas de assentamento e acampamento, o que envolve um corpo de 10 mil educadores, garantindo o acesso de mais de 200 mil crianças e jovens. Importante mencionar as cirandas infantis como espaço de educação de crianças pequenas e os encontros dos Sem Terrinha, espaços de organização e luta das crianças, evidenciando que estas não estão à margem das lutas do MST. A educação se expande para o nível técnico e superior, com o acesso de dois mil estudantes a cursos superiores e técnicos, o que envolve a parceria com mais de cem universidades públicas em diferentes áreas de formação (MST, 2023).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA foi uma conquista do MST no âmbito das políticas públicas para alfabetização de jovens e adultos, mas também de cursos de nível médio, técnico e superior, com abrangência nacional, elevando significativamente a escolaridade nas áreas de assentamentos. Também são dos anos 1990 as articulações em torno da Educação do Campo que alimentam vínculos dos movimentos sociais do campo com universidades, sendo um de seus desdobramentos as Licenciaturas em Educação do Campo. Além disso, o MST promove inúmeros cursos e formações nos espaços de assentamento e trinta e quatro Centros de Formação em atuação (MARIANO, 2023) espalhados nas diferentes regiões do país, com destaque para a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que é um espaço histórico de formação política do Movimento, congregando entidades de todo o território nacional e articulando lutas em nível internacional (BOGO e DE ARAÚJO BOGO, 2019; SILVA, FERNANDES, 2021).

O Movimento conta com uma proposta e experiência de educação escolar ousada e original, apesar das grandes dificuldades que possui para implementá-la nas escolas públicas, conseguindo apontar alternativas para os problemas enfrentados

---

<sup>10</sup> A Biblioteca da Reforma Agrária consiste em um acervo digital que organiza a produção escrita, desde documentos constitutivos até publicações, cartilhas educativas e relatórios de conferências. Este acervo se encontra disponível no endereço eletrônico: <https://mst.org.br/biblioteca-da-questao-agraria/>.

por esta instituição em nosso país. A ênfase nessa relação entre as lutas concretas e a necessidade de 'transformar a intencionalidade formativa' acaba dando vida ao projeto de escola e educação no Movimento. Neste sentido, como afirmam Caldart et al (2010, p.65):

A Pedagogia do Movimento, enquanto reflexão específica sobre as matrizes pedagógicas postas em movimento na formação dos Sem Terra, e ao tratar essa formação como um processo educativo, expressa (se fundamenta) e reafirma uma concepção de educação, de formação humana, que não é hegemônica na história do pensamento. (...) A educação acontece na dialética entre a transformação das circunstâncias e a autotransformação que esse processo provoca e exige (acontece na práxis).

Portanto, pensar a educação no Movimento é pensar num amplo processo de formação cultural, política e tecnológica dos trabalhadores, para que estes possam, na coletividade, emancipar-se das relações de exploração e propor o enfrentamento ao modelo produtivo do capital. Assim, como a terra, a educação também está carregada de funções sociais, e as finalidades educativas se erguem a partir das necessidades concretas da existência dos Sem Terra num contexto de lutas. Inspirados no método histórico-dialético e com forte influência da Pedagogia Socialista e dos trabalhos de Krupskaya e Paulo Freire, a educação e a formação no MST promovem a auto-organização e o trabalho autogestionado, ancorando o trabalho na construção do projeto formativo. Um dos objetivos centrais dessa dimensão de luta é a formação de sujeitos históricos capazes de trabalhar e de lutar pela transformação da sociedade e pela sua autotransformação (pessoal e coletiva) emancipatória, o que envolve um novo marco de relações sociais (CALDART et al, 2010; DALMAGRO et al, 2017).

Com isso, reafirmamos que a concepção de educação no Movimento direciona para uma atividade objetiva transformadora, num contexto de disputa hegemônica entre distintos projetos de sociedade. Neste sentido, as experiências concretas de escola e educação no MST são orientadas por matrizes formativas que contrapõem a simples transmissão de conteúdos ou formação de competências e habilidades como se propõe a escola burguesa, envolvendo diferentes dimensões do sujeito e da coletividade. Isso envolve o desenvolvimento cultural, artístico e cognitivo dos sujeitos, que se articulam mediante objetivos formativos voltados à construção cotidiana de outro projeto de sociedade.

## **Considerações finais**

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é uma das expressões sociais mais acabadas do desenvolvimento capitalista no campo. É fruto da histórica concentração da terra no Brasil, a qual por sua vez, não é desarticulada do desenvolvimento econômico, social e político do país. Mas o MST também é produto de um momento histórico do capitalismo em âmbito mundial, em sua fase madura, ou imperialista. De outro lado, o MST também é produto da organização e luta dos Sem Terra, de sua capacidade organizativa, de seu contraponto ao capitalismo, enfim, como constituinte da classe trabalhadora, cujas formas de luta e organização adquirem dinâmicas próprias possibilitadas e forjadas em cada contexto.

Entendemos o MST como um movimento que aglutina milhares de pessoas que não encontram na forma de organização social vigente as condições para produzir sua existência. Muitos dos sem-terra que vão ao MST encontram-se despossuídos de qualquer forma de propriedade: a terra, a moradia e mesmo sua força de trabalho não consegue encontrar comprador. São milhares de famílias que vivem à beira das estradas, em barracos, ou nas favelas e assalariados rurais que quando dispensados de seu trabalho não têm para onde ir. Assim, o MST é um espaço onde distintos sujeitos buscam uma forma de produção da vida, de inserção social. Neste processo, o MST nos ensina acerca da articulação das lutas imediatas com as lutas mais gerais. O sem-terra vai ao MST não porque deseja a Reforma Agrária ou o socialismo: ele imediatamente deseja subsistir, almeja um pedaço de terra. No processo das lutas nos acampamentos, assentamentos, nas marchas, o Sem Terra compreende que a distribuição das terras exige um processo de Reforma Agrária, a qual consiste não apenas na mudança na estrutura da propriedade da terra, mas implica políticas agrícolas, educacionais, de saúde pública e cultura, para diferentes regiões, grupos etários e de gênero. Assim, a luta pela terra pode se converter em luta por Reforma Agrária. Mas em um país onde a grande propriedade rural é estruturante, a Reforma Agrária está inviabilizada, exigindo articular as pautas imediatas e reformistas às lutas socialistas, internacionalistas, como faz o MST há algumas décadas.

A análise da trajetória do MST nos possibilita perceber uma dinâmica de atualização ou revitalização de suas pautas e formas de organização, buscando sintonia com temas de grande adesão na atualidade. Exemplo disto é a importância que a questão ecológica e agroecológica adquire na atualidade, revelando-se também

em temas como igualdade de gênero e direitos das mulheres. As instâncias diretivas são compostas com paridade entre homens e mulheres e estas continuam a assumir a frente em lutas de grande potência no interior do Movimento. Outro exemplo é o coletivo LGBTQ+ no MST, assinalando importantes avanços neste campo no interior do Movimento, ainda que a base social ainda tenha muito que avançar. A militância do MST se renova e há significativa ampliação da escolarização de seus militantes, produto da relação do Movimento com várias Universidades e Centros de Ensino. A questão cultural, presente desde a origem da Organização continua vigorosa, contribuindo para a formação, luta política e unidade interna e sempre presente nas diversas atividades (MST, 2019).

O acesso e permanência na terra continuam sendo eixo das lutas passados quase 40 anos. A produção e a organização coletiva dos assentamentos são objetos do MST desde o início dos anos 1990, quando se constitui um sistema de cooperativas e associações. A questão da produção e a consequente comercialização vai ganhando mais espaço com feiras, festas de colheitas e a criação de agroindústrias em assentamentos. Uma nova dimensão política é incorporada à esfera produtiva com os alimentos agroecológicos e a preservação ambiental, constituindo uma frente de luta política cuja força não parece ser menor do que a estratégia da ocupação de terras improdutivas.

Investir na área ambiental e na alimentação saudável é simultaneamente uma estratégia política e socioeconômica para o MST. Politicamente possibilita sobrevivência em face do crescimento da direita conservadora ocorrido no país e pela queda no número de famílias assentadas observada desde o segundo governo Lula, a partir de 2007. Diversos e complexos fatores influem para que as ocupações e famílias acampamentos não tenham se mantido elevados, como sugere Dalmagro (2010), dentre eles a condição econômica da base social do MST, a criminalização da luta social e a expansão do agronegócio.

Neste contexto em que avançar na divisão das terras está obstaculizado, a atuação do MST se concentra na forma da produção, na gestão dos empreendimentos econômicos, ou seja, para a esfera do mercado. A produção de “alimentos de verdade” e o cuidado com o meio ambiente por meio da agroecologia articulam a economia dos assentamentos à política em um tema de enorme atualidade. De toda forma é oportuno o alerta de Pinassi (2009) para quem a institucionalização do Movimento

levaria a perda de sua capacidade crítica e mobilizadora. Para a autora, o MST mantém sua radicalidade no confronto contra a propriedade privada, na independência política em relação as esferas do poder constituído e construindo uma alternativa aos trabalhadores.

Os aspectos aqui apontados corroboram nossa afirmação anterior de que a luta do MST se constrói em muitas dimensões, o que é coerente com a ampla concepção de educação, da formação humana e das relações sociais das quais nasce a luta do movimento. Neste sentido, o Movimento se fortalece na luta diária para consolidar suas estratégias de atuação e garantir o acesso a uma vida digna aos trabalhadores do campo e também aos povos originários e quilombolas que também fazem parte da luta contra o massacre da terra e dos povos promovido pelo capital. Mesmo diante de contradições e limitações objetivas, o MST exercita o trabalho e as lutas coletivas em várias dimensões que visam a superação da lógica social burguesa. Buscamos demonstrar que tais dimensões se articulam às determinações concretas do modelo de produção e de propriedade da terra no Brasil, sendo um reflexo contraditório destas, o que provoca a construção de outro tipo de sociedade em contraposição à sociabilidade do capital e do agronegócio.

## Referências

AUED, Bernardete e PAULILO, Maria I.S. (org) **Agricultura familiar**. Florianópolis: Insular, 2004.

BOGO, Ademar; DE ARAÚJO BOGO, Maria Nalva Rodrigues. Processos formativos do MST: Desafios e limites históricos. **Revista Trabalho Necessário**, v. 17, n. 33, p. 85-110, 2019.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, Roseli. Salete; FETZNER, Andréa Rosana; FREITAS, Luis Carlos de.; RODRIGUES, Romir. (orgs.). **Caminhos para transformação da escola**: reflexões desde práticas da Licenciatura em Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, v.1, p. 248, 2010.

DALMAGRO, Sandra Luciana. **A escola no contexto das lutas do MST**. 2010. 314f. Tese (Doutorado em Educação) - UFSC, Florianópolis.

DALMAGRO, Sandra Luciana. História da escola no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 3, p. 782-810, 2017.



DALMAGRO, Sandra Luciana; BAHNIUK, Caroline; CAMINI, Isabela. Escola Itinerante do MST: 20 anos de aprendizados na luta. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 9, n. 2, p. 168-184, 2017.

DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Relatório de uso, comércio e indicadores de pesticidas**. N46, 2022. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cc0918en/cc0918en.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2023.

FAO. **Investimento Direto Externo no Setor de Agricultura, Florestas e Pesca**. Brasil. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FDI>. Acesso em 10 de junho de 2023.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999). 1999. 318f. Tese (Doutorado em Geografia) – USP, São Paulo.

FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B. e TIRIBA, L. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. In: ALVES, A. S. e TIRIBA, L. (org). **Cios da Terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e Educação do Campo. Uberlândia: Navegando publicações, 2022.

FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. Londres: Modern Reader Paperbacks, 1969.

GERMER, Claus M. Trabalhadores: bases do programa agrário. **Revista Teoria e Debate**, n. 24, São Paulo, maio de 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do " agronegócio" no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, p. 159-176, 2010.

MARIANO, Alessandro Santos. **História da Educação no MST (1979-2022)**: da ocupação da terra à ocupação da escola. 2023. 212f. Tese (Doutorado em Educação). UNICAMP, Campinas.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal**, v. 9, n. 3, pp. 325-356. Salvador, 2017.

MARX, Karl. **Os despossuídos**: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017a.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle, 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MEDEIROS, Leonilde S. Sem Terra, "Assentados", "Agricultores familiares": considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: **Una nueva ruralidad en América Latina?** CLACSO, Buenos Aires, 2001. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/medeiros.pdf>.

MOREIRA, Roberto. Críticas ambientalistas à revolução verde. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 31-34, 2000.

MST. **Documento final do primeiro congresso dos trabalhadores sem-terra** (1985). Disponível em: <https://mst.org.br/download/documento-final-do-primeiro-congresso-nacional-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/?wpdmdl=214532&masterkey=5f456edf3b93a>. Acesso em 10 de abril de 2023.

MST. Setor de Educação. Ocupar, produzir e resistir. **Boletim da Educação n.1**. Setor de Educação do MST, 1992.

MST. Setor de Educação. Escola, trabalho e cooperação. **Boletim da Educação nº4**. São Paulo, 1994.

MST. **Os desafios da produção e a organicidade do setor**. São Paulo, 2001. (Não publicado).

MST. **Os assentamentos no centro de nossas ações**. Estudo com a coordenação do setor de produção. S.L, 2007. (documento eletrônico - slides).

MST. **Jornal dos Trabalhadores rurais Sem Terra**: Edição especial LGBT Sem Terra. 1 ed. Agosto, 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/download/especial-jornal-lgbt-sem-terra-2019/?wpdmdl=205467&masterkey=601838bfc9fa3>. Acesso em 14 de agosto de 2023.

MST. Plantar árvores, produzir alimentos saudáveis. **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 1 e 2. São Paulo: MST, 2020.

PINASSI, Maria Orlanda. **Da miséria ideológica à crise do capital**: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

SILVA, Fábio Tomaz Ferreira da; FERNANDES, Rosana Cebalho. O internacionalismo como prática pedagógica na Escola Nacional Florestan Fernandes. **Germinal**: marxismo e educação em debate, v. 13, n. 3, p. 109-124, 2021.

STÉDILE, João Pedro e GORGEN, Sergio A. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.

STÉDILE, João Pedro. **Questão agrária no Brasil** v. 4. História e natureza das Ligas Camponesas, 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

STÉDILE, João Pedro; MENDONÇA, Sonia Regina de. **Questão agrária no Brasil**, v. 5. A classe dominante agrária: natureza e comportamento, 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

TARDIN, José Maria; TONÁ, Nilciney; FRIGO, Darci; BITTENCOURT, Naiara. **Cartilha da Jornada Agroecologia do Paraná**. Curitiba, PR. (v1 n 18 80 pp, 2019). Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/2020-03/Cartilha-Jornada-\\_2019-web.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/2020-03/Cartilha-Jornada-_2019-web.pdf). Acesso em 10 de junho de 2023.

VENDRAMINI, Célia R. **Terra, trabalho e educação**: experiências socioeducativas em assentamentos do MST. Ijuí: Editora da Unijuí, 2000.

VENDRAMINI, Célia R. Trabalho e educação nas cooperativas do MST. In: Picanço, I. e Tiriba, L. (org). **Trabalho e educação**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2004.

## A REEMERGÊNCIA DO SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR E OS PROCESSOS DE LUTA E RESISTÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS DO EQUADOR<sup>1</sup>

Janete Schubert<sup>2</sup>

### Resumo

Este artigo discute os processos de luta e resistência dos povos indígenas do Equador, analisando a persistência da colonialidade do ser, do saber e do poder nos territórios de *Abya Ayla*. A pesquisa de campo foi realizada com povos indígenas no Equador, no ano de 2017. A metodologia adotada foi de orientação decolonial, baseando-se na alteridade, visando romper com as formas clássicas de fazer pesquisa nas ciências sociais. As conclusões apontam para novas e importantes formas de resistência às racionalidades moderno/coloniais/eurocêntricas.

**Palavras-chave:** Bem Viver. Resistências. Colonialidade. Decolonialidade.

### EL RENACIMIENTO DEL SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR Y LOS PROCESOS DE LUCHA Y RESISTENCIA DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS DEL ECUADOR

### Resumen

Este artículo analiza los procesos de lucha y resistencia de los pueblos indígenas del Ecuador, analizando la persistencia de la colonialidad del ser, el saber y el poder en los territorios de *Abya Ayla*. Se realizó una investigación de campo con pueblos indígenas en Ecuador, en 2017. La metodología adoptada fue de orientación decolonial, basada en la alteridad, buscando romper con las formas clásicas de hacer investigación en las ciencias sociales. Las conclusiones apuntan a nuevas e importantes formas de resistencia a las racionalidades modernas/coloniales/eurocéntricas.

**Palabras clave:** Buen Vivir. Resistencias. Colonialidad. Decolonialidad.

### THE RE-EMERGENCE OF THE SUMAK KAWSAY/BUEN VIVIR AND THE PROCESSES OF STRUGGLE AND RESISTANCE OF THE INDIGENOUS PEOPLES OF ECUADOR

### Abstract

This article discusses the processes of struggle and resistance of the indigenous peoples of Ecuador, analyzing the persistence of the coloniality of being, knowledge and power in the territories of *Abya Ayla*. Field research was carried out with indigenous peoples in Ecuador, in 2017. The methodology adopted was decolonial in orientation, based on otherness, aiming to break with the classic ways of doing research in the social sciences. The conclusions point to new and important forms of resistance to modern/colonial/Eurocentric rationalities.

**Keywords:** Good living. Resistances. Coloniality. Decoloniality.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 10/07/2023. Primeira Avaliação em 14/08/2023. Segunda Avaliação em 16/08/2023. Aprovado em 10/11/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59153>.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul - Brasil. Atualmente é professora do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Rondônia - Brasil.

E-mail: [janete.schubert@ifro.edu.br](mailto:janete.schubert@ifro.edu.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6526295561623149>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1227-9523>. Este texto é resultante de nossa pesquisa doutoral realizada com populações indígenas Waoranis na Amazônia Equatoriana, no ano de 2017. A investigação foi possível mediante um convênio celebrado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais.

## Introdução

O mundo atravessa atualmente uma crise multidimensional — econômica, social, ecológica e cultural— perfilando o que para alguns seria uma crise civilizatória (LANDER, 2009) ou de civilização/capitalista (HOUTART, 2012). Esta crise de civilização tem se manifestado no esgotamento de um modelo industrial depredador, baseado na dominação da natureza pelo ser humano, na ideia de que o bem-estar e a riqueza se conseguem com a acumulação de bens, o crescimento ilimitado e o consumo desenfreado (CHOMSKI, 1999; HARVEY, 2004; SANTOS, 2010; LANDER, 2009).

A crítica à civilização capitalista na contemporaneidade não se restringe à determinadas perspectivas acadêmicas. No final do século XX e início do século XXI muitos movimentos sociais na América Latina têm refletido e apontado os limites do sistema econômico hegemônico, o que torna estes atores protagonistas de importantes processos de resistência (WADE, 2010; SHERER-WARREN, 2008). Como exemplo, podemos citar os movimentos mundiais antiglobalização e, no Brasil, as edições dos Fóruns Sociais Mundiais que por mais de uma década, foram um espaço de encontro, crítica e articulação de tais movimentos.

O denominado “giro à esquerda na América Latina”, experimentado por diversos países a partir dos anos 1990, fez com que distintos movimentos sociais e variados setores da esquerda europeia tenham dirigido sua atenção à região latino-americana, buscando inspiração nas resistências locais contra o neoliberalismo que se instalou desde os anos 80 com o denominado ajuste neoliberal.

Os países da América Latina possuem muitas semelhanças em face dos processos históricos partilhados, entre os quais podemos citar a colonização perpetrada pelas nações europeias, o quase extermínio dos povos originários, a escravização de povos africanos, a exploração das riquezas “naturais” e os processos ditatoriais. Estes processos históricos vivenciados ao longo dos últimos cinco séculos marcaram profundamente os países latino-americanos e contribuíram para a constituição de um imaginário social comum, apesar das especificidades existentes.

A ascensão de governos denominados progressistas<sup>3</sup> em alguns países da América Latina, foi possível devido as alianças estratégicas com os movimentos sociais que historicamente foram invisibilizados. Tais movimentos, paulatinamente, foram ganhando força, ainda que permaneçam a colonialidade de poder, de saber e do ser na maioria dos países.

Neste contexto muitos indivíduos e coletivos dos países do Norte manifestaram interesse nas experiências das populações historicamente subalternizadas, para dar resposta à crise atual (LE QUANG; VERCOUTÈRE, 2013), parece ser este precisamente o caso do conceito indígena andino de *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

No Equador, a partir dos anos 1990, os movimentos indígenas tornaram-se os principais protagonistas no processo de resistência contra a privatização dos serviços públicos, e a dolarização da economia e as políticas de cunho neoliberal. Na Bolívia, as revoltas empreendidas contra a chamada guerra do gás e a privatização da água, serviram para unificação destes movimentos fortalecendo as identidades indígenas e demonstrando a capacidade organizativa destes movimentos.

A entrada em cena de “novos” protagonistas sociais assume posição de destaque na realidade latino-americana atual. As tensões resultantes do processo de neocolonização da América Latina crescem na medida em que o protagonismo desses atores sociais consegue refrear, ainda que minimamente, o ímpeto imperialista na região (CARVALHO, 2012).

Neste contexto, é possível refletir sobre a capacidade de inovação política e de organização social dos movimentos indígenas. ~~uma vez que~~ A incorporação do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* em textos constitucionais expressa um esforço de “diálogo intercultural”, realizado de forma inédita, no âmbito político e jurídico do Equador e da Bolívia, uma vez que indígenas e camponeses passam a integrar o novo pacto social.

A expressão *Sumak Kawsay* dos povos originários tem despertado atenção internacional por apresentar uma concepção de vida distante dos parâmetros considerados mais importantes para a modernidade e para o crescimento econômico: o individualismo, a busca do lucro, a relação custo-benefício como axiomática social, a utilização da “natureza”, a relação de exploração de uns seres humanos por outros,

---

<sup>3</sup> A expressão progressista é adotada relativamente aos processos políticos na América Latina que se distanciam das políticas econômicas e sociais abertamente neoliberais, vale dizer, com uma clara tendência a uma economia de mercado.

a mercantilização total das esferas da vida humana, a violência inerente ao egoísmo do consumidor (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015).

O *Sumak Kawsay/Buen Vivir* enquanto conceito ético-filosófico expressaria uma relação diferente entre os seres humanos e o entorno social e natural, incorporando uma dimensão solidária, ética e holística no relacionamento dos seres humanos tanto com sua própria história, quanto com a denominada “natureza”. Estes saberes e práticas sociais, muito embora tenham sido pautados nas experiências dos povos indígenas, sobretudo do altiplano andino, cada vez mais tem sido articulado em experiências provenientes de “outros povos do Sul Global”<sup>4</sup> (SANTOS, 2010, p. 5).

As reivindicações contemporâneas, assumidas pelos movimentos sociais, tem um legado histórico de desigualdade epistêmica para enfrentar, isto requer o reconhecimento de um conjunto de saberes e práticas produzidas por diferentes povos, contextos e culturas do “*Sul global*”. Neste caso, o Sul não corresponde ao conceito geográfico, mas a um símbolo para a exploração causada pelo capitalismo e pelo colonialismo em escala global, assim como para os processos de resistência que foram emergindo ao longo da história (SANTOS, 2010).

É necessário destacar a importância dos processos de luta e resistência que hoje se articulam localmente, mas que reverberam para além-fronteiras, demonstrando sua transcendência simbólica e o imperativo de resistir aos processos de exploração, destruição e opressão nesta fase de financeirização/mundialização do capital.

O *Buen Vivir* é a tradução para o espanhol (ou mestiça) da expressão *Sumak Kawsay* dos povos *Kichwas*<sup>5</sup>. Conforme as discussões de intelectuais indígenas e não indígenas, o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* representa uma concepção de vida, distante dos parâmetros mais caros à modernidade ocidental/capitalista/eurocêntrica e ao crescimento econômico.

---

<sup>4</sup> Neste texto adotamos a expressão “*Sul Global*” não como uma geografia, mas como uma posição nas relações de poder e dominação do ocidente sobre o mundo não ocidental (SANTOS, 2010; GROSGUÉL, 2016).

<sup>5</sup> Existem diferentes formas de escrita para esta palavra, aparecendo como *Kichwa*, quechua, quéchua e quichua. Neste trabalho adotamos a grafia mais comumente utilizada em textos acadêmicos em espanhol que é *Kichwa*.

O *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e o *Suma Quamaña/Vivir Bien* ganham notoriedade<sup>6</sup> ao se materializar nas Constituições<sup>7</sup> do Equador, de 2008, e da Bolívia, de 2009. Os presidentes Rafael Correa e Evo Morales, eleitos em 2006 e 2005, respectivamente, incorporaram alguns aspectos das cosmovisões dos povos originários (GUDYNAS, 2013) e estabeleceram o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e o *Suma Quamaña/Vivir Bien* como princípios transversais das ações governamentais e do novo projeto de Estado.

Visando analisar as lutas que possibilitaram a inserção do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* como um eixo transversal na constituição do Equador, no decorrer das próximas páginas apresentaremos um recorte dos movimentos políticos, culturais e sociais que, desde nossa investigação, concorrem para que o conceito de *Sumak Kawsay/Buen Vivir* “reemerja”. Discorreremos sobre os processos que, conforme nossa análise, foram decisivos para a reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, quais sejam: a) a reorganização dos movimentos indígenas na América Latina, sobretudo, a partir dos anos 80; b) o papel do Estado-nação e das políticas públicas; e c) a atuação em *rede* de movimentos sociais, principalmente de movimentos *altermundialistas*, que veem este conceito como uma ferramenta mobilizadora.

### **A reemergência do *sumak kawsay/buen vivir* e os processos de resistência indígena**

As reflexões e análises propostas neste estudo resultam de nossa instância de pesquisa doutoral, realizada com populações Waoranis na Amazônia Equatoriana, no ano de 2017. O método de investigação adotado neste estudo foi dialético-interpretativo, através do denominado *conversar alterativo*. A pesquisa seguiu uma metodologia de orientação decolonial, baseando-se nas ideias esboçadas por Ortiz (2019) e Ortiz, Arias e Pedrozo (2018) sobre as bases e características do que eles chamam de *Fazer Decolonial*. Estes autores analisam o porquê e para que uma metodologia “outra”, bem como a necessidade de se mover em direção a um processo decolonizante na pesquisa. Propondo o *fazer decolonial* como um processo

---

<sup>6</sup> O debate sobre a notoriedade do *Buen Vivir* é feito por Matthieu Le Quang (2013) e René Ramírez (2012).

<sup>7</sup> Ambas as constituições foram aprovadas por referendo, a Equatoriana, em setembro de 2008, com 63,93% dos votos e a Boliviana, em janeiro de 2009, com 61,43%. O voto é obrigatório em ambos os países. Disponível em <http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/Constitucion-2008.pdf>. Acesso em 05 de agosto de 2014.



decolonizante, desenvolvido através das seguintes estratégias: *observação comunal*, *conversa alterativa* e *reflexão configurativa*. Desta forma, amparadas por discussões de importantes pensadores latino-americanos, adotou-se uma orientação de investigação decolonial, visando a romper com relação “sujeito-objeto” na pesquisa. Assim, através da estratégia de pesquisa denominada *conversar alterativo* foram abordadas as questões relativas à pesquisa. Optou-se por um estar lado-a-lado com os sujeitos de nossa pesquisa, realizando tarefas corriqueiras do dia a dia tais como: pegar lenha, ir pescar, andar na mata para colher frutos e sementes. Abandonamos nosso roteiro de perguntas e adotamos o *conversar alterativo*<sup>8</sup>, buscando ao máximo um descentramento de nossos pressupostos/crenças/ideias e um mergulho na cultura do “outro”.

É necessário, primeiramente, explicitar porque optamos por utilizar a expressão “reemerja”. O *Buen Vivir* é a tradução ao espanhol das palavras *Sumak Kawsay* dos povos originários *Kichwas*. Os movimentos indígenas do altiplano andino, reivindicam que o *Sumak Kawsay* se refere às suas cosmovisões e, muito mais do que um termo ou um conceito, expressa sua forma de viver, ou seja, sua cultura, tradição e filosofia.

Existe uma extensa discussão sobre uma possível bifurcação entre os dois termos (OVIEDO, 2014, entre outros), nesta perspectiva, o *Sumak Kawsay* ou *Sumak Allin Kawsay* estaria em relação direta com a cosmovisão milenária dos povos indígenas andinos e, a expressão *Buen Vivir*, seria uma tentativa de tradução mestiça ou pós-moderna do *Sumak Kawsay* a qual teria servido de plataforma política aos governos do Equador e da Bolívia e, portanto, expressariam situações muito distintas. Entendemos os fundamentos dessa proposta de bifurcação e por isso cremos ser importante explicitar porque optamos por utilizar as duas expressões juntas.

---

<sup>8</sup> Conversar faz parte das interações por meio da linguagem. Conversar alternadamente implica conversar com, no sentido de configurar versos junto com o outro, dançar junto. A conversa alternativa não é uma técnica (ao invés de ser um caminho que nos leva ao conhecimento, já é um lugar de conhecimento, uma ação/pegada decolonial). Na conversa alterativa forjam-se as configurações conceptuais compreensivas, os saberes —conhecimentos “outros”— que configuramos entre todos nós, não só o mediador decolonial, mas também os outros atores do processo descolonizador. Com essa ação, deseja-se gerar interação com quem está conversando, ou seja, não há imposições, apenas se propõe um assunto para consulta e se respeita a forma como o interlocutor o aborda, não há restrições quanto ao que a pessoa expressa ou pessoas. “O objetivo é que a pessoa se autoconsciente e sobretudo ouça a sua própria voz através da sua reflexão. [...] pessoas conhecidas que frequentemente acomodam a palavra para trocar com o coração” (Walsh, 2013, p. 138, tradução nossa).

Nossa escolha por utilizar as duas expressões juntas se baseia nos seguintes argumentos. Podemos concordar, a partir de nossa convivência e campo de pesquisa, que as cosmovisões milenárias estão presentes no cotidiano das populações indígenas, não sendo, portanto, apenas a junção de duas palavras com o objetivo de (re)inventar uma tradição que nunca houve entre os povos habitantes de *Abya Yala*<sup>9</sup>. De outra parte, podemos compreender e concordar que não podemos cair em essencialismos e reducionismos de que estas cosmovisões se plasmaram no tempo e no espaço, uma vez que isso significaria, negar o próprio dinamismo interno destas culturas.

Neste sentido, talvez pudéssemos dizer que a reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* e a notoriedade deste conceito é possível, justamente pela pressão dos atores dos movimentos indígenas que passam a incidir na institucionalidade do Estado-nação, reivindicando seus direitos coletivos. Então, nosso ponto de questionamento em relação a bifurcação entre o *Sumak Kawsay* e o *Buen Vivir* é: como separar completamente as vivências dos povos originários de suas lutas políticas? Uma vez que os próprios atores indígenas compreendem a necessidade de reivindicação pelo respeito de suas formas de vida e buscam seus direitos através da incidência na institucionalidade do Estado-nação. Utilizamos a expressão “reemerge”, porque estas concepções, estas práxis, estas formas de organização da vida a partir da comunidade (*Ayllu*<sup>10</sup>), sempre existiram, mas foram negadas/invisibilizadas/perseguidas desde a denominada “conquista” dos territórios de *Abya Yala*.

Conforme Grosfoguel (2016) quatro grandes genocídios e epistemicídios constituíram a estrutura de conhecimento da modernidade, ao longo do século XVI. São eles: contra os muçulmanos e judeus na conquista de Al-andaluz (Espanha, hoje); contra indígenas, na conquista da América; contra africanos na colonização da África e também, o sequestro massivo de africanos para escravidão nas Américas; e

---

<sup>9</sup> A expressão “*Abya Yala*” “corresponde ao nome que dão os povos indígenas *Kuna* que vivem atualmente na Colômbia e no Panamá, ao continente Latino-americano. Foi retomada pelos povos indígenas do continente assim como, por outros setores para significar um rechaço à colonização” (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013, p. 21, tradução nossa). Neste texto sempre que possível adotarei a expressão *Abya Yala*., assumida como uma postura acadêmica porque em nosso entendimento não existe um saber neutro, somos sujeitos políticos sempre.

<sup>10</sup> *Ayllu* não é somente uma organização da sociedade de seres humanos, mas é um sistema de organização da vida de todos os seres, de tudo que existe, de tudo que flui em equilíbrio no planeta ou Mãe Terra (CHOQUEHUANCA, 2020).

também, contra milhares de mulheres queimadas vivas na Europa, acusadas de serem bruxas, tudo isso acontece ao mesmo tempo, entre 1450 e 1650, durante a formação da modernidade.

Para produzir a situação periférica dos povos “conquistados” e de centro da Europa, é estabelecida uma classificação antropológica: esta inventa hierarquias de dominação entre superiores e inferiorizados. E esta hierarquia está presente na raiz de toda ciência moderna (BAUTISTA, 2017).

Os povos indígenas latino-americanos tiveram sua história marcada pela colonização, ou seja, pela despossessão dos territórios e recursos, foram submetidos a opressão, a discriminação e a negação e extermínio cultural (etnocídio) e epistemicídio. “Tzvetan Todorov, se contrapondo a maioria dos historiadores, afirma que a denominada ‘conquista’ da América foi um verdadeiro genocídio, chegando a dizer que nenhuma das grandes matanças do século XX pode ser comparada à hecatombe do século XVI” (BAÉZ, 2010, p.139).

Os povos indígenas foram os primeiros povos a ser racializados no processo de conquista das Américas (QUIJANO, 2000), sendo a primeira categoria identitária moderna, na história, até então, não existiam estas categorizações, o Europeu não se reconhecia como branco, é no momento da colonização que se dá a criação da ideia de raça e, sobretudo, uma hierarquização a partir da raça, os brancos sendo considerados superiores aos negros e aos indígenas.

A ideia de raça que estamos discutindo não se refere somente ao que se define como etnocentrismo ou aquela ideia de superioridade e inferioridade que ocorre em todas as partes onde se estabelecem relações de poder. Refere-se a algo muito específico ao que se debateu na reunião que ficou conhecida como Controvérsia de *Valladolid*, ocorrida em 1549, na Espanha, cujos protagonistas principais foram Juan Ginés Sepúlveda e o Frei Bartolomé de las Casas<sup>11</sup>. Neste encontro foi questionado: quem são estes que estamos conquistando e submetendo? São homens, são humanos ou são bestas? São semi-humanos, são semi-bestas, tem ou não tem alma? Ora, vejamos a importância deste debate, o que se discutiu neste caso não é somente

---

<sup>11</sup> Em julho de 1549, o Conselho das Índias, a pedido do rei Carlos V, ordenou que a conquista fosse suspensa. As denúncias do Frei Bartolomé de las Casas sobre os abusos cometidos pelos conquistadores levariam à Controvérsia de Valladolid, um fecundo debate entre Juan Ginés Sepúlveda e Frei Bartolomé de las Casas, que colocaram sobre a mesa as duas principais correntes de legitimidade da conquista e direito da coroa de subjugar os denominados “índios”.

a velha ideia de superioridade e inferioridade entre as pessoas em situação desigual de poder, mas, o que se está questionando é se os habitantes das “novas” terras seriam humanos ou não humanos.

À época para solucionar a contenda, o rei de Castelo e Aragão decidiu que sim, eram humanos, mas pagãos e necessitavam ser catequizados, isto seguiu uma bula papal prévia que reconhece o mesmo. Apesar disso, depois de meio século completo de escravização e dominação dos habitantes destas terras, a ideia de inferioridade “natural” destes povos penetrou muito profundamente nas práticas sociais, e não importa se formal e legalmente foram considerados como humanos, foram admitidos como humanos no mais baixo nível de humanidade, quase como se não o fossem. As maiores vítimas deste processo são os que foram denominados, desde aquele momento, como índios.

É necessário fazer uma distinção entre colonialidade e colonialismo. Existe, sem dúvida, uma relação visceral entre estas duas palavras. Enquanto o colonialismo é uma experiência muito antiga da espécie humana, tendo existido muitos colonialismos; a colonialidade, de que estamos tratando, se originou com a “conquista” e “colonização” dos povos originários nos territórios de *Abya Yala*, que hoje denominamos América, em particular América Latina (MIGNOLO, 2008; QUIJANO, 2010).

Diferente do Colonialismo que teve datas marcadas para seu fim nos países que foram invadidos pela Europa, a Colonialidade não está circunscrita ao tempo e ao espaço do período das grandes navegações ou das independências, mas acompanha todo processo subsequente caracterizado pelas mudanças do capitalismo, acompanhada pela racialização da humanidade; pela instalação dos Estados-nação; pela ascensão da razão única e universal; e, para completar o ciclo da Colonialidade, pela constituição de subjetividades hierarquizadas (ALMEIDA; SILVA, 2015, p. 48).

A *colonialidade* de poder é um conceito que dá conta da continuidade das relações de dominação e exploração dentro do Estado-nação.

Concebemos a colonialidade como um sistema ideológico que se apoiando em algumas ciências sociais, como a história, a antropologia e a sociologia, justificou a lógica de dominação de uns povos sobre outros. Dominação que na maioria dos casos também se valeu de razões filosóficas e preceitos morais que expunham argumentos altruístas, caridosos ou benéficos para ajudar o outro, primitivo ou atrasado, a superar os distintos estados de inferioridade em que se encontrava a respeito da “Civilização”. **Portanto, a colonialidade se**

**refere a um “padrão de poder” que opera através da naturalização de hierarquias raciais e sociais que possibilitam a reprodução de relações de dominação territoriais e epistêmicas que não somente garantem a exploração pelo capital, de uns seres humanos por outros, em escala mundial, mas também subalternizam e eliminam os conhecimentos, as experiências e as formas de vida dos que são dominados e explorados (QUIJANO, 2000, p. 201, tradução e grifo nosso).**

Não houve somente a apropriação de territórios e expropriação de riquezas, houve o quase total extermínio físico e, também, o forçoso apagamento destas culturas. Conforme discute Rampinelli (2015, p. 319):

A “conquista” da América Latina no século XVI consistiu não apenas na tomada do território e na expropriação de suas riquezas, mas no extermínio de determinados grupos, na destruição de culturas e na forçosa obrigação do esquecimento de seu passado, imposto pelos europeus aos povos originários. Por isso, três grandes crimes podem ser tipificados, sendo eles o de genocídio, o de etnocídio e o de memoricídio.

Neste sentido, façamos o exercício proposto por Bautista (2014): suponhamos que um país imaginário invadisse a Europa e os Estados Unidos, assassinasse todos os intelectuais e pensadores, destruísse todas as universidades, queimasse todas as bibliotecas e livros. Além disto, escravizasse toda a população destes países por cem anos e passados todos estes anos, perguntasse onde estão seus saberes? Foi isso que ocorreu com as populações indígenas que viviam nos territórios de *Abya Yala*. Foi a destruição física, mas sobretudo, a destruição da cultura, dos saberes, o que se denomina epistemicídio.

As identidades e conhecimentos destes povos foram expropriadas, foram submetidos a escravidão, cabe dizer, as piores formas de escravidão. Os nomes principais não são conhecidos, estes povos possuíam uma diversidade étnica: eram Incas, Astecas (*Zapotecas, Mixtecas, Totonacas*), Maias, etc. No entanto, depois de 300 anos todos foram reduzidos a identidade conhecida como “índios”. E assim, em torno da ideia de raça, se vão produzindo novas identidades histórico-sociais. Produzindo novas identidades histórico-sociais: a primeira é produzida em conjunto com a noção de “índio”; e a segunda é produzida com a nomeação territorial deste continente, América, gerando a primeira identidade histórica neste período novo. Houve a consolidação, desenvolvimento e expansão mundial da *colonialidade* do poder, o que provou a vitalidade histórica destes processos.

[...] alguns nomes e símbolos de suas memórias históricas puderam sobreviver, mas todas aquelas sociedades e identidades ou *peoplehoods*, terminaram desintegradas e suas populações sobreviventes e descendentes também terminaram admitindo esta derrota e a nova identidade colonial comum. Estas identidades foram subsumidas “em trezentos anos, depois da ‘conquista’, ao se iniciar o período republicano, todos eram “índios” (QUIJANO, 2000, p. 84).

E não nos esqueçamos que a colonialidade se desenvolve em eixos de poder, de saber e do ser (CASTRO-GÓMEZ, 2005). Isso produz uma estrutura complexa com níveis que se inter cruzam: “[...] controle da economia, controle da natureza e dos recursos naturais, controle do gênero e da sexualidade e controle da subjetividade e do conhecimento” (MIGNOLO, 2010, p. 12, tradução nossa).

O eurocentrismo e a afirmação da modernidade como projeto mundial, desprezou e desqualificou outras epistemologias, vale dizer, outras formas de ser e estar no mundo, para construir e afirmar um mundo de pensamento único.

O eurocentrismo é uma forma de dar sentido à realidade social segundo uma perspectiva científica específica surgida na Europa, com pretensões de universalidade que se erige como a única forma válida de conhecimento. Da mesma forma, serve para legitimar o poder do capital e seus aliados e naturalizar os processos sociais, apresentando-os como imóveis, imodificáveis. De acordo com esta narrativa, a vida social não é possível sem as instituições básicas do capitalismo — família patriarcal, Estado-nação e empresa, entre outras — e sustenta que o bem-estar comum se alcança seguindo os ideais de evolução, progresso, desenvolvimento, livre iniciativa privada, egoísmo individual e democracia representativa (MARAÑÓN, 2014, p.31, tradução nossa).

Apesar da violência imposta aos povos originários pela Colonialidade/Capitalista/Modernidade, resistiram no tempo parte de suas cosmovisões. Desta forma, é no mínimo esperançoso que as formas de conhecimento destes povos, os quais foram subalternizados, despertem atenção mundial, mesmo com todos os conflitos, as discontinuidades e tensões carregadas nestes processos.

Por isso, quando o movimento indígena latino-americano *volta* a propor o *Buen Vivir*, se trata de outro processo, de outra perspectiva, não é por acidente que isto ocorre nos territórios de *Abya Yala*, porque este lugar é o espaço original, o tempo inaugural do padrão de poder da Colonialidade moderna/capitalista/eurocêntrica. A população que denominamos indígena é a primeira população indigineizada do

planeta, porque a população indígena existe em tudo que se denomina sul, ou seja, existe em todas as partes (QUIJANO, 2000).

Já era possível “perceber elementos do *Buen Vivir* enquanto resistência indígena contra a colonialidade do poder, nos desenhos do cronista indígena Guamán Poma de Ayala — cuja obra *Primer Nueva Crónica y Buen Gobierno* permaneceu desconhecida por vários séculos” (QUIJANO, 2010, p.35). Esta obra, que foi escrita entre 1612-1615, era uma carta-denúncia dirigida ao rei da Espanha contendo mais de mil páginas e trezentos desenhos, buscava retratar a vida pré-colombiana e os horrores da “conquista” e da “colonização” no vice-reinado do Peru.

O *Buen Vivir* seria, provavelmente, a formulação mais antiga de resistência indígena contra a colonialidade do poder (QUIJANO, 2010, p. 2). E é na *Abya Ayala* que ocorre a primeira resistência, com a formulação do termo *Sumak Kawsay/ Buen Vivir*, porque foi neste território onde começou a primeira grande resistência, a qual foi derrotada, foi enterrada e agora reaparece, não por acidente.

Relativamente ao *Sumak Kawsay/Buen Vivir* nos parece que três processos contribuíram para seu ressurgimento: a) a reorganização dos movimentos indígenas na América Latina (sobretudo, a partir dos anos 80); b) o papel do Estado-nação e das políticas públicas; e c) a atuação em rede de movimentos sociais (principalmente de movimentos *altermundialistas*) que veem este conceito como uma ferramenta mobilizadora<sup>12</sup>. Na figura abaixo apresentamos o esquema visual da reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

Figura 1: A reemergência do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*



Fonte: Elaboração própria

<sup>12</sup> David Cortez (2010), no texto *La construcción social del “Buen Vivir” (Sumak Kawsay) en Ecuador* Genealogía del diseño y gestión política de la vida, traz esta discussão de forma muito interessante.

Nossa intenção é organizar um esquema que nos permita vislumbrar alguns dos processos que contribuem para a visibilidade do conceito *Sumak Kawsay/Buen Vivir*, o qual tem despertado atenção mundial. O esquema explicativo é um esforço de sistematizar algumas reflexões, não tem o objetivo de ser um esquema estanque, sobretudo, porque cada uma das dimensões apontadas, engloba outros fenômenos igualmente complexos e estas dimensões são dialógicas, vale dizer, são interconectadas e interdependentes. Feito esta ressalva, analisaremos de forma concisa cada uma destas três dimensões.

### **A reorganização dos movimentos indígenas na América Latina**

Um debate interessante proposto por Le Quang e Vercoutere (2013) aponta que apesar deste conceito ter sido expresso em línguas indígenas, seria um equívoco considerar que se trata de noções exclusivamente indígenas. Desta forma, o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* desperta uma série de contradições, sobretudo no que tange a certa pureza na preservação intacta das culturas indígenas. A crítica que pesa sobre este ponto recai exatamente na possibilidade de que estes saberes sejam também contemporâneos e que tenham sido reformulados, permeados por transformações da realidade destes povos. Existe, de nossa parte, concordância com esta discussão, uma vez que as culturas são dinâmicas e sincréticas e também se reinventam.

De outra parte, alguns grupos têm discutido que, muito embora o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* seja proveniente das cosmovisões e das vivências dos povos originários, na contemporaneidade, muitos grupos (de diversas partes do globo) tem se somado à ideia e contribuído na construção deste conceito. Existe, inclusive, uma reflexão por parte de autores como Acosta (2010), Ramirez (2012) e Le Quang (2013), de que foram os processos políticos impulsionados através das constituições Equatoriana e Boliviana que possibilitaram que este conceito ganhasse notoriedade mundial.

Por que as propostas indígenas despertaram atenção? Como explicar o interesse de setores sociais e políticos dos países do Norte pelas propostas geradas no Sul? Parte da explicação pode ser encontrada na própria natureza das mesmas. As noções de *Sumak Kawsay/Buen Vivir* no Equador e de *Suma Qamaña/Vivir Bien* na Bolívia são frequentemente apresentadas ou percebidas como conceitos finitos,



recuperados intactos das tradições *Kichwa* e *Aimara*, respectivamente. Nesta perspectiva, os povos indígenas aparecem como:

[...] a ponta de lança na luta contra o neoliberalismo encarnado pelas instituições financeiras internacionais e pelas políticas de governos nacionais corruptos, aparecem como fontes legítimas de alternativas ao sistema econômico e aos modos de vida que conduziram à crise global” (LE QUANG; VERCOUTERE, 2013, p.10, tradução nossa).

No entanto, há que considerar que as populações indígenas, na América Latina, não podem ser analisadas desde perspectivas essencializadoras, vale dizer, estas culturas não permaneceram intactas e plasmadas no tempo. Existe uma vasta e interessante discussão acadêmica sobre o que significaria ser indígena na América Latina. Há variações neste significado, desde perspectivas eurocêntricas que associam esta definição ao atraso e à inferioridade, até discussões mais recentes que a situam no plano da diferença cultural.

Bonfil Batalla (1987) é um teórico que traz importantes aportes ao tema:

A categoria “índio” denota a condição de colonizado e faz referência necessariamente a uma relação colonial. A mesma nasce quando Colombo toma posse da ilha espanhola em nome de Reis Católicos. Antes do descobrimento europeu a população do continente Americano estava formada por uma grande quantidade de sociedades diferentes, cada uma com sua própria identidade, que se encontravam em graus diferentes de desenvolvimento evolutivo: desde as altas civilizações Mesoamericanas e dos Andes, até as bandas coletoras da floresta amazônica. Em que pese os processos de expansão dos povos mais avançados como Incas e Mexicanos, por exemplo os quais haviam consolidado vastos domínios politicamente unificados, as sociedades pré-hispânicas apresentavam um mosaico heterogêneo de diversidades, contrastes e conflitos de todas as ordens. Não havia índios, nem conceito algum que qualificasse de maneira uniforme a toda população do continente (BONFIL BATALLA, 1987, p.30-31, tradução nossa).

No contexto da colonização, do quase extermínio dessas populações, é necessário entender a dinâmica da colonialidade e perceber o quanto estas populações resistiram a tais processos. Desta forma, se pensarmos nas narrativas historicamente dominantes, somos ainda pouco críticos a tais processos. Após as dinâmicas coloniais, na maioria dos países latino-americanos, as populações indígenas sobreviventes foram consideradas um problema a ser resolvido pelo Estado. Este imaginário certamente persiste e, por isso, temos um arraigado racismo estrutural (QUIJANO, 2000).

Na tentativa de compreender e resistir às dinâmicas da colonialidade de poder os movimentos indígenas buscaram sua reorganização. Sobre isso há três pontos importantes: primeiro, não estamos tratando de algo homogêneo, imutável, consistente e contínuo ao longo do tempo. Seria um equívoco pensar assim, porque estes movimentos nem sempre existiram desta forma, vale dizer, eles se reinventaram desde o período colonial (QUIJANO, 2005). Segundo, cabe considerar as condições em que tais movimentos ressurgem em processos de reidentificação, nos quais “camponeses mestiços<sup>13</sup>” e os denominados até então como “índios”, passam a se identificar como “indígenas”. Terceiro, foi justamente a ausência e a hostilidade dos Estados-nações para com estas populações que permitiu a emergência de ações de organização e de mobilização nos países andino-amazônicos que ganharam atenção internacional depois do levantamento indígena de Chiapas, México.

O levantamento indígena de Chiapas mostra ao mundo as contradições do capitalismo, na fase do neoliberalismo e torna visível as ameaças da globalização da economia para os povos e a “natureza”. Em janeiro de 1994, homens e mulheres com o rosto coberto, demonstraram a continuidade da resistência indígena frente a um sistema de dominação excludente desde as suas origens, mas cujos povos mantiveram vivas suas cosmovisões, “apesar da exploração, opressão e dominação a que foram submetidos por mais de 500 anos”<sup>14</sup>.

A partir do ano de 1980 surgem importantes organizações indígenas latino-americanas que possuem como uma de suas pautas principais a questão da autoridade comunal. Uma destas organizações é a Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), integrada por organizações das mais importantes populações da Bacia Amazônica do Peru, Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Venezuela; e a organização da União Nacional de Comunidades Aimaras (UNCA) em Puno na Bolívia. Estes movimentos indígenas têm pressionado os

---

<sup>13</sup> Utilizamos o conceito de mestiçagem apoiando-nos nas ideias de Bolívar Echeverría, conforme suas propostas: “a identidade que se afirma no mundo latino-americano é uma identidade que reivindica a miscigenação como modo de ser da humanidade universalista e concreto: recolhe, altera e multiplica toda a identidade possível, distancia de qualquer autoafirmação que coloque como condição da própria cultura um fechamento diante de outros compromissos de identidade alienígena, uma rejeição dos outros maneiras de ser humano, seja essa rejeição abertamente hostil a eles ou apenas clandestinamente, no apartheid -como é a vida na modernidade estabelecida-, é dizer, permissivo, mas inconsciente de que esses outros modos de ser já estão difusamente prefigurado pelo desejo do outro que aparece no cultivo autocrítica de si mesmo” (ECHEVERRÍA, 2008, p.11, tradução nossa).

<sup>14</sup> Revista Chiapas. Disponível em: <http://www.revistachiapas.org/chiapas-pres.html>. Acesso em 10 jan. 2019.

governos, reivindicando o reconhecimento de sua autonomia e autodeterminação, de seus territórios e também de suas cosmovisões. No caso do Equador, cujo regime político permite que movimentos sociais disputem eleições, temos o *Pachakutik*<sup>15</sup>, que é um movimento indígena que elege representantes para pressionar por suas demandas junto ao Estado.

O ressurgimento e a reorganização de movimentos indígenas na América Latina, a partir dos anos 80, se constitui como um processo relevante para a luta histórica de resistência destes povos contra o extermínio, o etnocídio e o epistemicídio. Estes movimentos têm reivindicado o reconhecimento de suas cosmovisões e saberes ancestrais, parece ser este o caso do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. Desta forma, o ressurgimento e organização de tais movimentos contribui para que o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* ganhe visibilidade e desperte atenção internacional.

### **Papel do estado-nação e das políticas públicas**

Nosso segundo ponto de análise se refere às questões político-institucionais, o denominado giro à esquerda na América Latina, experimentado por diversos países a partir dos anos 90. Situação que fez com que muitos movimentos sociais e variados setores da esquerda europeia tenham dirigido sua atenção à região latino-americana, buscando inspiração nas resistências locais contra o neoliberalismo que se instalou desde os anos 80. Mediante tal contexto, muitos indivíduos e coletivos dos países do Norte manifestaram interesse nas experiências das populações historicamente subalternizadas para dar resposta à crise atual (LE QUANG; VERCOUTÈRE, 2013).

Os processos histórico-sociais vivenciados ao longo dos últimos cinco séculos marcaram profundamente os países latino-americanos e contribuíram para a constituição de um imaginário social comum, marcado pela *colonialidade* do poder, apesar das especificidades existentes. Tal contexto desnuda a necessidade de reformas no aparelho do Estado, como uma maneira de contemplar os setores que foram historicamente privados de voz e de direitos. Os Estados que se constituíram com as independências políticas, no século XIX, mantiveram em suas instituições a

---

<sup>15</sup> O Movimento de Unidade Plurinacional *Pachakutik* (MUPP-18) é um movimento político equatoriano de tendência indígena que surgiu em 1º de novembro de 1995, com o objetivo de representar os interesses do movimento indígena liderado pela Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE).

*colonialidade* do poder (QUIJANO, 2005). A partir da instauração das Repúblicas na América Latina, as estruturas de poder colonial se reforçaram ou simplesmente mudaram de dinâmica e, embora as instituições coloniais tenham trocado de nome, cabe mencionar que a base da exploração contra os indígenas persistiu (ARCINIEGAS; SCHUBERT, 2015).

Neste sentido, é importante refletir sobre a importância da ascensão de governos progressistas em alguns países da América Latina, porque tais governos podem representar mudanças significativas, sobretudo quando se considera as alianças estratégicas que fizeram com os movimentos sociais que, historicamente foram invisibilizados, porém, paulatinamente vem ganhando força.

O conceito de *Buen Vivir* ganha força ao se materializar nas constituições da Bolívia (2009) e do Equador (2008), bem como, nos Planos Nacionais de Desenvolvimento para o *Buen Vivir*<sup>16</sup> do governo Rafael Correa a partir de 2008. A apresentação da natureza como *Pachamama* ou a Mãe Terra, assim como a sua definição enquanto sujeito de direitos, significou uma ação intercultural inédita nas normas e práticas jurídicas dos direitos ambientais e humanos reconhecidos pela comunidade internacional (ACOSTA, 2010; WALSH, 2009). Ao considerar a natureza como *Pachamama/Mãe Terra*, a cosmovisão indígena do *Buen Vivir* questiona a utilização desta como fonte de recurso a serviço da produção capitalista.

Seria uma tentativa modesta e contraditória dos Estados-nações de incluir na institucionalidade as reivindicações de grupos, historicamente excluídos dos processos participativos, como os indígenas. Estes Estados-nações vêm reconhecendo as cosmovisões andinas/saberes ancestrais e formulando políticas a partir destes pressupostos, devido, principalmente, a pressão dos segmentos indígenas organizados nestes países. A constituição Equatoriana e Boliviana são ferramentas muito importantes, em que pese as múltiplas contradições e entraves, para que se tenham políticas públicas realmente voltadas para o *Sumak Kawsay/Buen Vivir*.

---

<sup>16</sup> Plano Nacional de Desenvolvimento para o *Buen Vivir* (PNBV). Disponível em: <[http://www.planificacion.gob.ec/wpcontent/uploads/downloads/2012/07/Plan\\_Nacional\\_para\\_el\\_Buen\\_Vivir.pdf](http://www.planificacion.gob.ec/wpcontent/uploads/downloads/2012/07/Plan_Nacional_para_el_Buen_Vivir.pdf)> Acesso em: 19 de jan. 2019.

## Rede de movimentos altermundialistas e ecologistas

Nosso terceiro ponto de análise se refere ao reconhecimento do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* por parte de intelectuais e de militantes de movimentos *altermundialistas* e ambientalistas. *Altermundialização* é uma palavra que vem do termo francês "alter-mondialisation", também conhecido como globalização alternativa, alter-globalização ou movimento de justiça global. Este movimento social defende a interação e a cooperação global e se opõe ao que considera como efeitos negativos da globalização econômica, que frequentemente causa depreciação e não promove adequadamente valores humanos, como a proteção ambiental e climática, a justiça econômica, a proteção laboral, a proteção de culturas indígenas, a paz e as liberdades civis (HINKELAMMERT, 2004).

O movimento *altermundialista* em seus diferentes significados pretende ser o portador de uma esperança, recusando a fatalidade. É esse o sentido da afirmação "um outro mundo é possível". "Não vivemos nem 'o fim da História'<sup>17</sup> nem 'o choque de civilizações'<sup>18</sup>. A estratégia desse movimento se organiza em torno da convergência dos movimentos sociais pela cidadania que enfatizam a solidariedade, as liberdades e a paz".

Um aspecto importante que parece contribuir para que o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* ganhasse visibilidade são os movimentos *altermundialistas*, os quais para fazer frente a atual crise ecológica global têm atuado em rede, visando a proteção da "natureza", seja através de ações diretas, da vigilância e da exigência do cumprimento de determinados protocolos internacionais.

Outros movimentos têm se somado às reivindicações dos movimentos indígenas, questionando, sobretudo, a utilização da natureza como fonte de recurso a serviço da produção capitalista. Muitos coletivos têm buscado alternativas e formas de resistir ao modelo capitalista, o *Buen Vivir* é parte destas lutas (ACOSTA, 2011).

[...] processos similares foram construídos em outras partes do mundo. Na Europa, adquiriu importância o movimento social por um **decrescimento sustentável**; na África, o **ubuntu**, uma filosofia humanista e altruísta; a nível global, o movimento pelos comuns e a

---

<sup>17</sup> Referência aos argumentos presentes na obra do cientista político e economista americano Francis Fukuyama em seu famoso ensaio: o fim da história.

<sup>18</sup> Segundo Samuel Philips Huntington em seu livro de 1996, a política mundial estava entrando em uma nova fase, orientada pelas diferenças culturais entre as civilizações. Os principais conflitos desse período ocorriam entre nações de diferentes civilizações, o que ele chamou de choque de civilizações.

**produção colaborativa**, que teve como resultado, por exemplo, o *software* livre (LANG, 2016, p. 34, grifo nosso).

A visão andina do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* não é a única fonte para impulsionar este conceito. No mundo, cada vez mais, se levantam vozes que respaldam esta visão. A civilização capitalista global dominante é inviável, não existe possibilidade de sustentar este modelo de vida baseado na produção e consumo indiscriminado. Desta forma, “o *Sumak Kawsay/Buen Vivir* não tem suporte histórico somente no mundo indígena, mas se basearia também em alguns princípios filosóficos universais aristotélicos, marxistas, ecologistas, feministas, cooperativistas, humanistas e outros” (ACOSTA, 2011, p. 191, tradução nossa).

A construção discursiva do *Sumak Kawsay* ocorre no marco da consolidação do capitalismo em termos de globalização e os efeitos negativos gerados pela aplicação de programas neoliberais na região. Neste contexto, se destaca o protagonismo alcançados pelo movimento indígena equatoriano, entre outros, assim como também um contexto internacional que agudizou os debates em torno do sentido histórico e político da celebração dos 500 anos em 1992, especialmente a respeito das populações originárias. Além disso, é uma época em que se articulam uma certa sensibilidade ambiental que se expressou em eventos como a RIO 92, impulsionando uma agenda internacional que buscava alternativas diante do fracasso de programas de desenvolvimento inspirados nos velhos postulados do industrialismo (CORTEZ, 2011, p.17, tradução nossa).

Movimentos sociais fundamentados nas Epistemologias do Sul, tal como formulada por Santos (2010) como o conjunto de experiências dos povos subalternizados — entre os quais os povos indígenas — marginalizadas e desqualificadas ao longo da história pelo sistema dominante desde o início do processo de colonização, coincidem com a proposta do *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. O *Sumak Kawsay/Buen Vivir* se apresenta como a síntese de um conceito filosófico que possui complexidades e contradições, se baseia nas experiências comunitárias dos indígenas do altiplano andino. Atualmente, esta cosmovisão se converte em um novo projeto político e civilizatório que vem ganhando força dentro dos movimentos sociais de toda América Latina e outros movimentos do *Sul Global*<sup>19</sup> (SANTOS, 2010).

Parece haver um consenso entre os pesquisadores/estudiosos do *Sumak Kawsay/Buen Vivir* que este tem origem nas experiências dos povos originários,

---

<sup>19</sup> Neste texto adotamos a expressão “*Sul Global*” não como uma geografia, mas como uma posição nas relações de poder e dominação do ocidente sobre o mundo não ocidental (SANTOS, 2010; GROSFUGUEL, 2016).

todavia, cabe considerar que as discussões no âmbito acadêmico identificam o Sumak Kawsay/*Buen Vivir* como um conceito em construção, inacabado, indefinido e agregaríamos em disputa. Apoiamo-nos nas palavras de Acosta (2012, p. 22, tradução nossa) as quais nos possibilitam uma aproximação ao *Buen Vivir*:

[...] “O que é o Bem Viver? Dizemos que é um projeto civilizatório e cultural alternativo ao capitalismo e a modernidade, que se baseia nas matrizes civilizatórias indígenas que recorre a cosmovisão do *Suma Qamaña*, do *Sumak Kawsay*, do *Tekokavi*, do *Ñandereno*, do *Ivimarei*, do *Qhapajñan*, que sobre esta base incorpora as concepções alternativas das resistências ao capitalismo e a modernidade que integra utopias e projetos sociais em harmonia com a natureza e a comunidade, articulando formas de consumo, de comportamento e de condutas não degradantes, assumindo formas de espiritualidade que respondem a relação ética com a vida e deslocando tecidos sociais solidários e complementares, armaduras culturais e âmbitos simbólicos, imaginários e significações coesivas do coletivo de saberes”. O discurso do Viver Bem é convocativo, é mobilizador, também é parte das cosmovisões indígenas e das esperanças das pessoas mobilizadas contra o projeto neoliberal, contra o extrativismo, contra as causas estruturais da crise ecológica, contra o capitalismo.

Parece-nos que frente à crise civilizatória que vivemos, urge pensar estratégias, mediações, diagnósticos e opções coletivas, bem como, discutir e conhecer práticas sociais que historicamente foram invisibilizadas na América Latina, como o conceito de *Sumak Kawsay/Buen Vivir*. Esta cosmovisão dos povos originários se constitui como uma proposta epistemológica, filosófica e política que rechaça relações de exploração e dominação que são impostas pelo padrão de poder capitalista/moderno/colonial e defende a necessidade de superar a exploração e a dominação e estabelecer relações de reciprocidade, solidariedade, complementaridade e espiritualidade entre as pessoas e das pessoas com a *Pachamama*, Mãe Terra.

### **Considerações finais**

Retomaremos algumas ideias e percepções que consideramos necessárias. Primeiro ponto que gostaríamos de sublinhar: a violência da “conquista” ou dos processos de colonialidade na América Latina, ou neocolonialismo, ainda vigentes nos territórios de *Abya Yala*. Segundo ponto: o projeto civilizatório eurocêntrico. Sobre a violência da “conquista” nos territórios de *Abya Yala*, precisamos reafirmar e nomear os processos de genocídio, etnocídio e epistemicídio aos quais foram submetidas as

populações que aqui viviam. Ao exterminar estas pessoas destruímos, em parte, estes saberes e conhecimentos milenares. Além disto, as condenamos ao esquecimento forçado de suas culturas, tradições e filosofias.

Os povos originários para além de visões romantizadas, continuam sofrendo com processos genocidas, epistemicidas, além de serem invisíveis para a maioria das pessoas, das instituições, dos Estados-nações. Não se conhece e nem se tem interesse por estes personagens, que por muito tempo, foram apenas sombras disformes na sociedade dos que se denominavam “brancos” e para a maioria dos Estados-nações percebidos como um problema a ser resolvido.

De outra parte, é necessário também questionar certa imagem de um indígena hiper-real, ou aquela percepção idílica presente no imaginário social de que estes povos viviam no paraíso terrestre, numa relação *harmônica* com a “natureza” e que, por isso, possuem a obrigação implícita de proteger a “natureza”. Outra forma de expressar essas ideias seria o mito do bom selvagem. Este imaginário também produz o encobrimento do outro (DUSSEL, 2007) e traz consigo a negação da condição de contemporaneidade destes personagens que estão vivos no aqui e no agora. Desconhecer e menosprezar as especificidades culturais, representa a impossibilidade de compreender as dinâmicas históricas, sociais e culturais destes povos nos últimos 500 anos.

Precisamos assumir desde muitas instituições o racismo estrutural fundado e alimentado a partir da “conquista”, necessitamos dar nome, visibilizar esses processos de encobrimento e extermínio. Uma das possibilidades de fazer frente à tais processos é que comecemos por denominá-los, assumi-los, compreendê-los em distintas instituições. A cosmovisão subjacente ao eurocentrismo precisa ser nomeada e enfrentada, uma vez que as pretensões de universalidade e de único conhecimento válido acaba por legitimar o poder do capital e naturalizar os processos sociais, o que impede a possibilidade de pensar na transformação social para além dos limites que impõe o capitalismo (MARAÑÓN, 2014).

A civilização capitalista/moderna/eurocêntrica/patriarcal através de múltiplas estratégias coloniza as instituições e também nossa subjetividade, a qual se estrutura e se produz e se reproduz desde estes paradigmas, parâmetros, valores e pressupostos. Para resistir a tais processos precisamos produzir brechas, fraturas, linhas de fuga que nos permitam decolonizar nossas instituições, nosso imaginário,



pois só assim poderemos construir outros mundos possíveis (WALSH, 2009). Parte das propostas decoloniais poderiam residir em transformar e aprofundar os processos para construção de uma democracia radical, que extrapole a mera gestão do Estado, mas propicie a participação de amplos setores (excluídos) da sociedade na construção do *Bem Viver* (GARCIA LINERA, 2020).

Por outro, é importante *conhecer* e *reconhecer* a importância das cosmovisões dos povos originários. Recordemos que para estas cosmovisões um aspecto importante é o relacional, não existe a ideia de indivíduo, somos família, somos comunidade, não existe um eu separado dos outros, por isso *intersomos*, eu sou porque tu és, que também é a filosofia do Ubuntu na África. Creio que a civilização “ocidentalizada” levará ainda alguns anos para compreender o que significa o aspecto espiritual e de interconexão do cosmos, da teia da vida, o qual traz implícito um conteúdo importante de afirmação da vida, sobretudo, da vida comunitária. Os rios, as florestas, outros seres vivos são constituídos da mesma energia e princípio vital que os humanos.

Esta cosmovisão se apresenta incompreensível para a ciência ocidental padrão ou hegemônica porque desde pensadores como Descartes e Bacon se operou a radical separação ou dicotomia entre seres humanos e a denominada “natureza”, entre sentir e pensar, entre corpo e mente. Esta ciência tem uma metodologia do *cogito ergo sum*, penso, logo existo, quando a partir das cosmovisões indígenas seria *sinto, logo existo*. Como nos diz Aleyne Watene<sup>20</sup>, do Povo Maori: “não sei de onde saiu o dito “penso logo existo” nós (povo Maori) não gostamos. Por isso, compartilho o que diz meu povo: *pertenço e, portanto, sou*”. Precisamos compreender e aprender a noção de que pertencemos, que não estamos separados, que somos um pequeno fio do tecido que compõe a vida.

A separação dos humanos com a “natureza” traz como consequência que pensemos nas outras formas de vida como inferiores, tendo, portanto, menor valor que a vida humana, assim percebemos a “natureza” de forma utilitária ou como afirma Grosfoguel (2016, p. 36) “como um meio para um fim”. Nossa concepção de que

---

<sup>20</sup> Conforme nos conta Monsalvo (2020), “Aleyne, em sua apresentação na I Assembleia Mundial de Saúde dos Povos em Savar, Bangladesh, disse ser de Aotearoa, que em idioma Maori significa: Terra da longa nuvem branca. Não vamos achar Aotearoa nos mapas, porque o conquistador impôs a este território, o nome de Nova Zelândia”. Cartas que salen del Cuerpo. Carta 448. Disponível em: [www.altaalegremia.com.ar](http://www.altaalegremia.com.ar). Acesso em 15 de nov. 2020.

estamos separados da “natureza”, é o que, em parte, produz a exploração sem limites dos “recursos naturais”, porque não aceitamos ainda, que nossa vida depende do equilíbrio dos ecossistemas. Estamos vivendo a sexta extinção de espécies em massa do planeta, sem que isso não nos cause assombro. E por quê? Porque existe um sistema cuja voracidade não conhece limites, esta civilização constantemente cria novas necessidades de consumo e, portanto, requer cada vez mais “matérias-primas”. O que constitui uma irracionalidade em si, pois criamos um modo de vida como se os recursos não tivessem fim, vivemos como se pudéssemos consumir infinitamente, num planeta com “recursos naturais” finitos (ACOSTA, 2016).

## Referências

ALMEIDA, Eliane. Amorim; SILVA, Janssen. Felipe. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. **Interritórios. Revista de Educação**. Caruaru, v.1, nº.1, 2015.

ARCINIEGAS, Pablo. Avila.; SCHUBERT, Janete. **Democracia Participativa dos Indígenas do Equador**: dilemas entre o “Buen Vivir” e o desenvolvimentismo. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/anais/democracia/> Acesso em 12 de setembro de 2015.

ACOSTA, Alberto. Hacia la Declaración Universal de los Derechos de la Naturaleza. **Revista AFESE**, 54, 1-17. 2010.

ACOSTA, Alberto. Solo imaginando otros mundos, se cambiara éste: Reflexiones sobre el Buen Vivir. In: FARAH, I.; VASAPOLLO, L. (Orgs.). **Vivir bien**: paradigma no capitalista? CIDES- UMSA, 1. ed. La Paz, Bolivia: Ed. Plural, 2011.

ACOSTA, Alberto. **El Buen Vivir**: Sumak kawsay, una oportunidad para pensar otros mundos. Barcelona: Icaria, 2012.

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante. 264 p. 2016

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina**: da conquista à globalização. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

BAUTISTA, Juan José. **¿Qué significa pensar desde América Latina?** Madrid, España: Akal. 2014.

BAUTISTA, Rafael. **Del Mito del Desarrollo al Horizonte del “Vivir Bien”** ¿Por qué fracasa el socialismo en el largo siglo XX? Bolivia: Yo soy si Tú eres ediciones, n. 1, 2007.

BONFIL BATALLA, Guillermo. **Lo indio desindianizado**. México Profundo: Una civilización negada. México: De bolsillo, 1987.

Castro-Gómez, Santiago. **La hybris del punto cero**: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816) Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CHOQUEHUANCA, David. **Discurso de David Choquehuanca en toma de posesión como vice presidente de Bolivia**. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Dp8JMY4GssM>. Acesso em 8 de novembro de 2020.

CARVALHO, Marcos César Araujo. **Metamorfoses do Estado em um contexto neoliberal**: reconfiguração das relações de poder, recolonização e resistências na América Latina. 2010. 194 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

CHOMSKY, Noan. **O Lucro ou as Pessoas?** neoliberalismo e ordem social. Traduzido por Pedro JORGENSEN. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CONAIE (2007), **La Confederación de Nacionalidades Indígenas do Ecuador frente a la Asamblea Constituyente**, CONAIE, Quito. Versão eletrônica. Disponível em: <http://www.cebem.org/cmsfiles/archivos/principios-lineamientos-conaie.pdf>. Acesso em 04 de fevereiro de 2015.

CORTEZ, David. **La construcción social del Buen Vivir (Sumak Kawsay) en Ecuador**. Quito: Aportes Andinos, 2011.

DUSSEL, Enrique. **Política de la Liberación**. Historia mundial y crítica. Colección Estructuras y Procesos. Serie Filosofía. Madrid, Espanha: Editorial Trotto. 2007.

Echeverría, Bolívar. El ethos barroco y los índios. **Revista de Filosofía “Sophia”**. Quito-Ecuador. Nº 2/ 2008.

GARCIA LINERA. **Bolívia no tiene escrito su destino**. Disponível em: <https://revistacrisis.com.ar/notas/bolivia-no-tiene-escrito-su-destino?fbclid=IwAR0sIRkdW4erC5aso3zPWxXtH7b6ClplsebQ1R1eERdZ-Xog3-u8XttO524>. Acesso em 30 de outubro de 2020.

GROSGUÉL, Ramón. Del extractivismo económico al extractivismo epistémico y ontológico. **Revista Internacional de Comunicación y Desarrollo**, nº 4, p. 33-45, 2016.

GUDYNAS, Eduardo. Posextractivismo y alternativas ao Desarrollo desde la sociedade civil. In: LANG, M.; LOPES, C.; SANTILLANA, M. (Comps.). **Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI**. 2. ed. Ciudad autónoma de Buenos Aires: América Libre, 2013.

HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**. Madri, Espanha: Ed. Akal, 2003.

HINKELAMMERT, Franz. Josef; DUCHROW, Ulrich. **Property for People, Not for Profit**: Alternatives to the Global Tyranny of Capital. [S.I.]: Ed. Progressio.7 p. 2004.

HOUTART, François. El concepto de Sumak Kawsay (Buen Vivir) y su finalidad con el bien común de la humanidad. In: BRIGIT, D. HOUTART, F. (Orgs.). **Un paradigma poscapitalista**: el bien común de la humanidad. Panamá: Ruth Casa Editorial. 2012. p. 15 – 67.

LANDER, Edgardo. Hacia outra noção de riqueza. In: ACOSTA, A.; MARTINEZ, E. (Orgs.). **El Buen Vivir, una via para el desarrollo**. Quito: Ed. Abya Yala.2009. p. 31-37.

LANG, Miriam. **Descolonizar o imaginário**. Debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

LE QUANG, Mathieu. **Ecosocialismo y Buen Vivir**. Diálogo entre dos alternativas al capitalismo. Quito: Editorial IAEN, 2013.

MARAÑÓN, Boris. Pimentel. **Buen vivir y descolonialidad**: crítica al desarrollo y la racionalidad instrumentales. 1. Ed. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Económicas, 2014.

MIGNOLO, Walter. **La opcion decolonial**: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. Colombia: Tabula Rasa, n.8, p. 243-282, 2008.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistémica**. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

OVIEDO, Atawallpa. **Bifurcación del buen vivir y el sumak kawsay**. 1. Ed. Quito, Ecuador: Ed. Sumak. 2014.

RAMIREZ, René. **La vida (buena) como riqueza de los pueblos**: hacia una socioecología política del tiempo. Quito: IAEN-INEC. 2012.

RAMPINELLI, Waldir. José. Um genocídio, um etnocídio e um memoricídio praticados contra os povos latino-americanos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n.30, v. 17, p.139-142, jan./jun. 2013.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: Boaventura de Souza Santos; Maria Paula Meneses (Orgs.). **Epistemologia do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Refundación del Estado en América Latina**: Perspectivas desde una epistemología del Sur. Instituto Internacional de Derecho y Sociedad. Lima, 2010.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na américa latina: caminhos para uma política emancipatória?. **Cad. CRH [online]**. 2008, vol.21, n.54, pp. 505-517.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. “Bien Vivir” para redistribuir el poder. **Yachaykina**. N° 13, Quito: ICCI, 2010.

WADE, Peter. **Raza y etnicidad en latinoamérica**. Quito: Abya Yala, 2000.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad**. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Ed. Abya-Yala; UASB. 2009.

## COOPERATIVAS AGROPECUARIAS Y TERRITORIO EN CUBA<sup>1</sup>

Norisbel Arronte Leyva<sup>2</sup>

### Resumen

El artículo incluye avances de la investigación doctoral de la autora, en la cual se busca establecer las principales características de los vínculos entre los procesos cooperativos agrícolas y el territorio. Los principales antecedentes y evolución de los procesos territoriales y cooperativos en Cuba, así como, una perspectiva integral del territorio que permita visualizar las interrelaciones económicas, sociales y de poder que se pueden dar a lo largo de un período en un contexto determinado, ayuda a sentar las bases para una mejor valoración de los vínculos entre los territorios y las cooperativas.

**Palabras claves:** cooperativas, territorio, agricultura

### COOPERATIVAS AGRÍCOLAS E TERRITÓRIO EM CUBA

#### Resumo

O artigo inclui avanços da pesquisa de doutorado da autora, que busca estabelecer as principais características dos vínculos entre os processos cooperativos agrícolas e o território. Os principais antecedentes e evolução dos processos territoriais e cooperativos em Cuba, bem como uma perspectiva integral do território que permite visualizar as inter-relações econômicas, sociais e de poder que podem ocorrer ao longo de um período em um determinado contexto, ajudam a lançar as bases para uma melhor valorização dos vínculos entre territórios e cooperativas.

**Palavras-chave:** cooperativas, território, agricultura.

### AGRICULTURAL COOPERATIVES AND TERRITORY IN CUBA

#### Summary

The article includes advances of the author's doctoral research, which seeks to establish the main characteristics of the links between agricultural cooperative processes and the territory. The main antecedents and evolution of territorial and cooperative processes in Cuba, as well as an integral perspective of the territory that allows visualizing the economic, social and power interrelations that can occur throughout a period in a given context, helps to lay the foundations for a better valuation of the links between territories and cooperatives.

**Keywords:** cooperatives, territory, agricultura.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 10/07/2023. Primeira Avaliação em 14/08/2023. Segunda Avaliação em 02/08/2023. Aprovado em 24/08/2023. Publicada em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59154>.

<sup>2</sup> Máster en Gestión y Desarrollo de Cooperativas en Facultad Latinoamérica de Ciencias Sociales (FLACSO) en Cuba. Estudiante de Doctorado en el Posgrado en Geografía de la Universidad Autónoma de México (UNAM). E-mail: [norisbel.arronte4314@gmail.com](mailto:norisbel.arronte4314@gmail.com).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2048-3731>.

## Introducción

Las cooperativas son reconocidas en la actualidad como actores solidarios en un contexto de globalización capitalista, donde el capital mueve a las instituciones estatales y privadas, políticas neoliberales, una subjetividad individualista, egoísta y antropocéntrica que impulsa la acumulación de poder y dinero, y como consecuencia la destrucción de la “naturaleza”. De ahí que gobiernos, instituciones y comunidades apuesten por modelos más equitativos, justos y democráticos.

El problema práctico de partida, por un lado, reviste en las fricciones o trabas con que cuenta el sector cooperativo agrícola para explotar a plenitud su potencial y por otro lado, en el plano académico, este fenómeno ha sido generalmente abordado desde miradas parceladas o fragmentadas. Por lo que es muy importante, estudiar la influencia del territorio en las cooperativas y viceversa, y para tales efectos, se entiende como territorio el producto de una construcción social, con identidad propia a partir de la apropiación simbólica de los diversos actores y grupos humanos existentes, contenido de recursos cognitivos, materiales, relacionales, organizacionales y naturales, y donde confluyen relaciones de poder y con la “naturaleza”, la producción y la reproducción social.

El cooperativismo cubano en el sector agropecuario es clave para la producción de alimentos en el país y en el tejido empresarial de los territorios, pero desde su surgimiento han existido limitaciones importantes para su desempeño. En ocasiones tratadas como actores privados y otras como estatales no ha garantizado políticas a fines con la identidad propia de las cooperativas. Aun así, su rol dentro de los territorios es relevante en muchos sentidos, por lo que conocer sus antecedentes y características es de vital importancia para la investigación.

Por lo que uno de los objetivos específicos de la investigación y se brindan los principales resultados en este artículo es abordar los principales antecedentes históricos y características del desarrollo de las cooperativas, su rol en los territorios, así como las relaciones de poder que se establecen y las principales políticas que se implementan.

## **Antecedentes y evolución del cooperativismo en Cuba**

Los rasgos y características del Modelo Económico y Social Cubano tienen sus orígenes desde el proceso de colonización en el siglo XVI por los españoles hasta la actualidad. La etapa de colonización hasta finales del siglo XIX, la ocupación y apropiación de las tierras por los colonos se orientó la economía hacia la agricultura y la ganadería, con un comercio reglamentado a través de monopolios con un significativo carácter de saqueo. Hubo un fuerte auge de la agricultura de plantación de producción azucarera, que demandó mano de obra que fue asumida por esclavos traídos de África, y la consecuente extinción de la población aborígen existente a la llegada de los españoles. En toda la etapa colonial, cada vez eran más perceptibles los desequilibrios territoriales, siendo la zona oriental la más desfavorecida.

Desde 1902 hasta 1958, se vivió una historia de dependencia como neocolonia de Estados Unidos, caracterizada por un proceso de modernización y concentración en la agricultura e industria azucarera, con una apropiación de grandes extensiones de tierras por centrales azucareros norteamericanos (CEDEM, 1974). Antes del año 1959 los rasgos fundamentales de la economía cubana fueron un reflejo de la compleja gama de relaciones de producción que existían en el país, una economía agraria, ajena a cualquier integración técnica y económica entre los sectores, sin base industrial; proceso de deformación estructural vinculado a la subordinación de la agricultura a un solo producto como el azúcar. En cuanto a los antecedentes del sector cooperativo recaen sobre el sector agropecuario fundamentalmente, Cuba carecía de un mínimo de experiencia cooperativa que permitiera fundar una práctica nacional sobre ella. Lo cual no implicaba un desconocimiento del tema, de hecho, se disponían de alegatos de autores nacionales a favor de las políticas cooperativas y estudios de legislaciones (VALDÉS, 2009).

Entre los principales antecedentes que resaltar: apropiación de la producción colectiva por los aborígenes; “haciendas comuneras” en el siglo XVI; la Ley de Asociaciones en 1889 aunque se consideró insuficiente para garantizar las regulaciones necesarias; el “Programa de la Joven Cuba” de Antonio Guiteras (1930); en la Constitución del 1940 que reconocía la posibilidad del surgimiento de cooperativas en todos los ámbitos –artículo 75-; Banco de Fomento Agrícola e Industrial de Cuba (BANFAIC); las Asociaciones de Crédito Rural (ACR) -13 asociaciones con no más de 5000 asociados (0.3% de los tenentes en el país)-; la



Agencia de Distribución y Abasto. Sociedad Cooperativa (1955) promovida también por el BANFAIC; las Asociaciones Independientes de Abastos Agrícolas y Domésticos surgidas entre productores de leche; Federación de Mercados Cooperativos encargada de la comercialización de sus asociaciones; la Comisión Ejecutiva Nacional de Cooperativas Agrícolas y Mineras (CENCAM) creada en 1954, y que a pesar de ser un organismo paraestatal presentaba una modalidad cooperativa arrendando equipos a productores y mineros (VALDÉS (2009), RIVERA & RODRÍGUEZ (2015) y NOVA (2020).

En la década de los años 1950 las escasas experiencias cooperativas demostraron tanto falta de cultura y política cooperativa como la imposibilidad del desarrollo cooperativo sin apoyo estatal (VALDÉS, 2009). Las principales experiencias no pasaron de formas asociativas sin fuerza como medio de sobrevivencia en sectores marginados o como fachada de grupos influyentes para obtener prevendas del gobierno.

Otros aspectos que condicionaron el poco protagonismo de las cooperativas fueron las propias características y evolución de la agricultura cubana que ha transitado por varias etapas, desde la colonización, caracterizada por el desarrollo de una pequeña agricultura, muy diversificada debido a la dispersión poblacional, y en general era una agricultura de subsistencia; ya en la República (1902-1959) se amplía la producción de azúcar, basado fundamentalmente en la inversión extranjera y el despojo, en 1934 el 40% de los cubanos en solo 30 años habían perdido sus tierras, predominio del latifundio con una alta concentración de la propiedad (NOVA, 2013). En 1959 el 9.4% de los propietarios poseían el 73.3% de la tierra, se visualizaba una concentración de la riqueza (NOVA, 2011).

## **1959-1975**

Con el triunfo de la Revolución cubana en enero de 1959, cambia totalmente la política económica e institucional del país, sentando las bases en el modelo socialista a semejanza de lo instaurado en Europa del Este. En los primeros años (1959-1960) los cambios fundamentales se basaron en las relaciones de propiedad a través de la nacionalización de los principales medios de producción, pasando el Estado a asumir una participación elevada en la actividad productiva (GARCÍA, 2005). En sentido general, las principales medidas adoptadas buscaban una mejor distribución de las

riquezas del país y el incremento de la calidad de vida de los sectores marginados hasta ese momento.

Se instauró un sistema político basado en un modelo de transición socialista que se caracterizó por altos niveles de estatalización de la propiedad y las funciones sociales, establecimiento de nuevas relaciones de producción y distribución, promoción de nuevas relaciones sociales, valores y normas, nueva institucionalidad jurídica, política y económica, gran centralidad de la dirección, recursos y la prioridad absoluta era la defensa de la soberanía nacional. El modelo de dirección implementado planteaba centralización de las decisiones y gestiones, limitaciones al mercado, integración sectorial y separación estricta entre las relaciones internas y externas de la economía (VALDÉS, 2009).

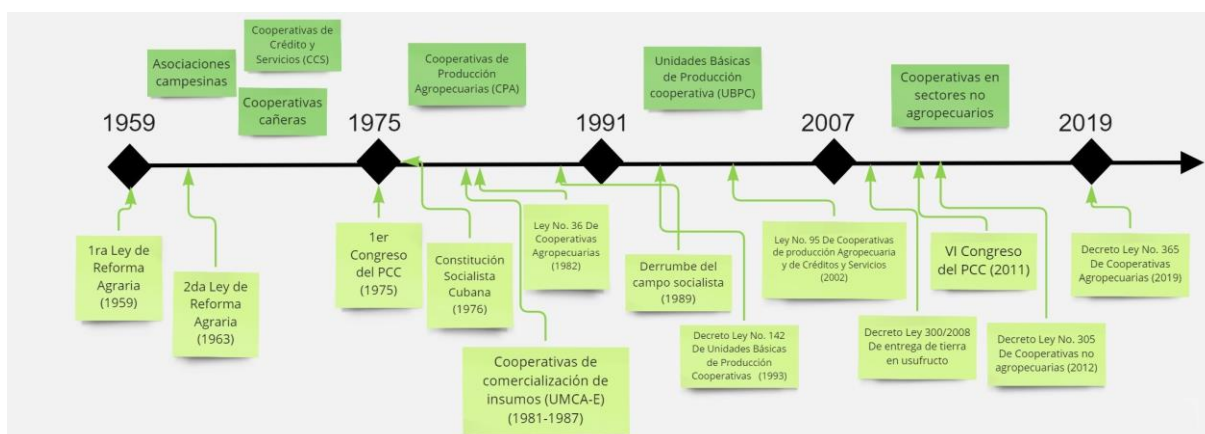
Por su parte, específicamente en el ámbito agropecuario se buscaron cambios en las estructuras de la tenencia de la tierra, creación de nuevas formas organizativas de la producción y gestión; y en el ámbito social, la creación de sentido de pertenencia, cultura laboral y disciplina del trabajo con el objetivo de negar la cultura del monopolio (DONÉSTEVEZ & MUÑOZ, 2017).

Con las leyes de Reforma Agraria (1959 y 1963), se elimina el latifundio y el 70% de la tierra pasó a manos del Estado y aparecen más de 100 mil campesinos. En el Primer Congreso campesino en febrero de 1959, se dio muestra de la política agrícola en estos primeros años, Castro (1959)

Para mantener el consumo, para mantener la riqueza, para hacer la Reforma Agraria, no es posible repartir la tierra en un millón de pedacitos [...] Deben instalarse cooperativas en los lugares que sean propicios a este tipo de producción y hacerse un cultivo planificado de los terrenos (NOVA, 2011, pág. 322).

Se genera un proceso dual de socialización de la producción en la economía campesina, por un lado, hay una descampesinización con una transformación de la explotación campesina y dando lugar a un sector socialista con nuevas formas de propiedad territorial como la del todo el pueblo y colectiva, surgen las cooperativas y granjas estatales; y por otro lado, una campesinización manteniendo la propiedad privada pero con transformaciones que promueven cooperación y unidades económicas familiares (DONÉSTEVEZ & MUÑOZ, 2017).

Ilustración 1. Principales hitos en el proceso de cooperativización en Cuba



Fuente: Elaboración propia

Las primeras cooperativas agropecuarias luego de 1959 fueron las Asociaciones Campesinas, las cuales se consideran como la forma embrionaria de las cooperativas (NOVA, 2011). Se identifica que las primeras se crearon en la provincia Pinar del Rio, agrupando a más de 10000 campesinos individuales en 87 cooperativas, que fundamentalmente habían sido beneficiados por las leyes de reforma agraria (NOVA, 2005). En 1960 se registraban 881 cooperativas, de ellas el 62.4% eran agrícolas, el 25% agropecuarias y el resto pecuarias, avícolas, carboneras, madereras, henequeneras, paperas, cañeras y pesqueras (VALDÉS, 2009).

Por su parte, con la retirada de instituciones bancarias del país, se buscaron alternativas para el acceso al crédito por los productores, de ahí la creación de las Cooperativas de Crédito y Servicios (CCS) de forma voluntaria, donde los beneficios eran los créditos, la adquisición de tecnologías y el facilitar las gestiones de mercado y precios. En estas cooperativas, los miembros no perdían la propiedad sobre sus tierras ni medios de producción, solo pertenecían a las mismas para favorecerse de determinados servicios que como campesinos individuales les era más complejo.

Estas ventajas convirtieron a las CCS en un espacio de participación, reunión social y movilización del campesino, quien en épocas anteriores a 1959 fue víctima del saqueo despiadado de guardias rurales, terratenientes y mercaderes (MATÍAS & ARTILLES, 2016, pág. 164).

En 1960 también surgen las cooperativas cañeras, las cuales hacían una administración del usufructo de la tierra, en su mayoría integradas por obreros agrícolas que no tenían tierras en propiedad. Para el 1962, llegaron a ser un total de

613, controlando un 12% de la superficie total del país, contaron con apoyo estatal y aun así debido a la falta de experiencia y descontrol de los recursos financieros las llevo a endeudarse, ocasionando que al finalizar la zafra de ese mismo año las convirtieran en granjas estatales (NOVA, 2011).

## **1975-1991**

A finales de la década de los 1970 se crean las Cooperativas de Producción Agropecuaria (CPA) a partir de campesinos propietarios -en su mayoría pertenecientes a CCS y Sociedades Cooperativas- que aportaron la tierra y medios de producción a la cooperativa, bajo el principio de voluntariedad. Estas cooperativas son consideradas como una forma más socializada ya que al realizar el aporte de las tierras y los medios de producción a la cooperativa se convierten en propietarios y trabajadores colectivos. En análisis de la constitución cubana realizados por Azcuy (2000),

[...] hubiera sido un retroceso desde el punto de vista social convertir a los obreros en propietarios cooperativos. La organización cooperativa quedó entonces como un escalón de avance para los campesinos que continuaban la explotación individual de la tierra (RIVERA & RODRÍGUEZ, 2015, pág. 202).

Según Matías & Artilles (2016), las CPA fueron atractivas en su momento para el campesinado debido a que era una vía de acceso a electricidad, servicios educativos, de salud y transporte, así como la mejora en la mecanización agrícola. Aun así, no todos los campesinos y las campesinas decidieron unirse a ellas, incluso porque su surgimiento fue acompañado por una fuerte insistencia y labor política de convencimiento y presión ideológica por parte del Estado.

En febrero de 1976 se promulga la Constitución Socialista Cubana, en la cual en su artículo 20 se reconoce legalmente la posibilidad de la creación de las CCS y CPA, dándole el derecho de los agricultores pequeños a agruparse mediante estas formas asociativas. En cuanto a la legislación especial agraria, en 1982 entra en vigor la Ley No. 36 De Cooperativas Agropecuarias (RIVERA & RODRÍGUEZ, 2015). “Ambos tipos de cooperativa se pusieron bajo el control directo de instituciones estatales y en relación de subordinación a estas” (PIÑEIRO, 2014, pág. 64).

Por otra parte, vale destacar que en 1981 fue aprobado por el Buró Político del Partido Comunista de Cuba la creación de cooperativas de comercialización de insumos para el sector campesino en 9 municipios del país de forma experimental, denominadas Uniones Municipales de Comercialización Agropecuaria Experimental (UMCA-E). Los objetivos de dichas uniones eran el mejoramiento de los mecanismos de abastecimientos y servicios a las cooperativas y campesinos individuales, la efectividad de los métodos de dirección de las cooperativas y fortalecer las relaciones de la unión con las instituciones del gobierno local, con el banco y otras empresas.

A consideración de Cruz (2017), a pesar de que la mayoría de estas uniones no funcionaban bien, su existencia fue considerada como un reto para las empresas estatales suministradoras del sector y en 1987 fue interrumpido el experimento:

[...] fueron organizaciones con cierta autonomía, no subordinadas administrativamente a ningún ministerio y, por lo tanto, eran una anomalía en un contexto de alta estatalización de la agricultura y de la economía nacional en su conjunto” (CRUZ, 2017, pág. 239).

Por otra parte, de 1985 a 1990, se produjo un agotamiento del modelo extensivo de desarrollo en el sector, y en el caso de las CPA se mostraron síntomas de debilidad con una concentración enorme de tierras improductivas, bajos rendimientos, falta de fuerza de trabajo y afectaciones a la “naturaleza” debido al uso indiscriminado de productos químicos en las producciones, de ahí que fueron decreciendo la cantidad de CPA en el país, así como productores/as en las mismas (MATÍAS & ARTILES, 2016). Esta disminución en parte fue porque se fusionaron aquellas que eran más pequeñas y poco rentables con otras mas grandes, aunque también se crearon nuevas a partir de las CCS (HERRERA, 2005).

Lo importante para el Ministerio de la Agricultura y la ANAP era la incorporación masiva de los campesinos dueños de tierra a las CPA y con esta incorporación poder llevar a cabo el proceso de concentración de tierras y de población dispersa en los asentamientos poblacionales, que se iban construyendo en las cooperativas [...] En los congresos de la ANAP se analizaba el incremento de socios y de tierras de la cooperativización y los beneficios sociales que se experimentaban en esta forma de tenencia [...] (HERRERA, 2005, pág. 10).

A pesar del interés de la política agrícola del país en apostar por las cooperativas, era más fuerte el proceso de estatalización de las tierras agrícolas que se observó, para 1993 el 82% de las mismas estaban bajo la propiedad y gestión

estatal, predominando la empresa estatal y una elevada centralización en el sector (NOVA, 2011).

Posteriormente, en 1989 con el derrumbe del campo socialista, el país se vio en una situación de crisis importante ya que se perdió el principal mercado de exportación e importación, de ahí que se planteó la necesidad de promover un modelo emergente de transición socialista. Las políticas adoptadas consideraban: apertura externa, descentralización, diversificación de los agentes económicos, desarrollo de los mecanismos financieros, reequilibrios macroeconómicos, la recuperación económica y reforma empresarial (VALDÉS, 2009).

En el sector agropecuario, la decisión inmediata fue transformar las formas de organización y estructura de tenencia de la tierra con una conversión de una gran parte de la agricultura estatal en empresas cooperativas, entrega de tierras en usufructo a campesinos, creación de parcelas de autoconsumo y la reorganización de las empresas estatales.

### **1991-2007**

Fue un período de crisis muy complejo para la economía del país, aun así, se confirmó que las cooperativas estaban mejores preparadas y eran más eficientes productivamente que la empresa estatal, debido fundamentalmente a que la escala productiva era menor, el uso más eficiente de los recursos materiales y la fuerza de trabajo, y mejor aprovechamiento y conservación de la “naturaleza”. Por lo que en 1993 se crean las Unidades Básicas de Producción Cooperativa (UBPC), a partir de las tierras estatales entregadas en usufructo indefinido y gratuito a los trabajadores hasta ese momento de las empresas estatales, y se le vendieron el resto de los medios de producción a través de créditos, proceso que fue respaldado por el Decreto Ley 142 de ese año.

Por ejemplo, el 93% del área de caña llega a estar en manos cooperativas, de ellas el 78% en UBPC (RODRÍGUEZ & LÓPEZ, 2011). En 1994, más del 58% de las tierras estatales eran gestionadas por más de 1352 UBPC en todo el país (HERRERA, 2005).

Con estas últimas formas cooperativas, según Rivera & Rodríguez (2015), se asumió un modelo absorbente o de dependencia en su relación con el Estado que ha limitado su autonomía, debido a la intervención de las instituciones públicas al

determinar el objeto social, en sus procesos contractuales e incluso en requerimientos administrativos de las mismas.

[...] podemos concluir que la concepción socialista de la cooperativa en Cuba limitó el espacio para su desarrollo al sector agropecuario de la economía; constriñó los sujetos con derecho a asociarse en cooperativas a los agricultores pequeños; su naturaleza jurídica quedó reducida a forma de propiedad; y le generó un ambiente jurídico-institucional con altos niveles de dependencia y paternalismo estatal (RIVERA & RODRÍGUEZ, 2015, pág. 204).

Por otra parte, se implementaron medidas que apoyaban el fortalecimiento de las CCS y las CPA, considerando procesos de reorganización interna y fortalecimiento de su rol empresarial en sentido general, y a pesar de esto, sobre todo las CPA disminuyeron en cantidad y en miembros.

[...] ha de tenerse presente siempre que el hecho de organizar una entidad colectiva no significa que automáticamente funcione como tal. La socialización cooperativa es un proceso largo y complejo, preñado de contradicciones y no pocos conflictos. La socialización real de los medios de producción colectivos es la única y verdadera base para que se forme, madure y reproduzca en los socios la identificación de su existencia dual: como propietarios colectivos y trabajadores, y con ello, se alcance efectivamente la realización socioeconómica socialista del régimen cooperativo (ALEMÁN & FIGUEROA, 2005, pág. 155).

En 2002, se pone en vigencia la Ley No. 95 De Cooperativas de Producción Agropecuaria y de Créditos y Servicios -que deroga la No. 36-, teniendo como objetivo la actualización de la legislación acorde a los cambios socioeconómicos estructurales en el país, ayudar al fortalecimiento de las cooperativas como entidades económicas, con autonomía, autogestión y proyección social, propiciar mayor intercambio y colaboración con los órganos locales del Poder Popular.

Además, se modifican normas legales asociadas a las UBPC -Resolución 629/04 y 525/03- ratificándolas como cooperativas, se eleva el nivel de aprobación de estas al Ministerio de la Agricultura, se mantiene la vinculación con la empresa estatal en términos de control de normas técnicas, se le dan facultades al órgano municipal de la agricultura en crear comisiones de liquidación en caso de disolución, entre otros ajustes.

A partir del 2004 se promueve un nuevo modelo alejado de las acciones y estrategias aplicadas para salir de la crisis de los noventa, se retoman ideas aplicadas en los años sesenta como el predominio absoluto del sector estatal, minimización del mercado, dirección altamente centralizada principalmente, y se generan nuevos

rasgos al modelo basados en la alta acumulación en el sector de los servicios, mayor peso a las políticas sociales, entre otros aspectos.

En el caso del sector agropecuario los principales cambios estuvieron enfocados en la reconversión azucarera lo cual tuvo como consecuencia reestructuración de la tenencia y el uso de las tierras, a favor de la agricultura no cañera, ganadería y la silvicultura. Se transformaron las dinámicas económicas y sociales de muchos territorios con la desactivación de aproximadamente 94 centrales.

## **2007- Actualidad**

A partir de 2007 se comenzaron a implementar diversas medidas de políticas públicas en el sector agropecuario que impactaron de una u otra manera en el desempeño de las cooperativas, algunas encaminadas a aumentar la autosuficiencia alimentaria del país, así como reducir la dependencia de las importaciones. Entre ellas la entrega de tierras ociosas en usufructo -Decreto Ley 259/2008, luego Decreto Ley 300/2012 y actualmente el Decreto Ley 358/2018- a personas jurídicas y naturales, donde en el caso de las personas naturales se exige por la norma que debe estar vinculada a una empresa o cooperativa para adquirir los insumos y servicios necesarios, e incluso pueden asociarse voluntariamente a las cooperativas de propiedad colectiva.

En este recorrido de antecedentes del cooperativismo en Cuba, ha predominado solamente en el sector agropecuario, no es hasta el 2013 que se aprueban cooperativas en otros sectores que no es el agrícola, llegando a existir en la actualidad 434 cooperativas, destacándose las que brindan servicios de bebidas, de la construcción, servicios de salón de belleza y venta minorista de diversos productos. Dependen de un largo y complejo proceso de aprobación a pesar de contar con más prerrogativas legales y oportunidades que las propias cooperativas agropecuarias que llevan años de experiencias. En la investigación pone en el centro del análisis solo las cooperativas agropecuarias, por lo que no se profundiza en las más recientes en otros sectores, aunque es importante tenerlo en cuenta en el contexto.

Por otra parte, se implementaron diversas medidas a lo largo de estos años de actualización del Modelo Económico y Social, con el objetivo de brindar mayor oportunidades y autonomía a las cooperativas, realizando diversos cambios en los



mecanismos de comercialización, aspecto que es muy relevante en el caso cubano, debido a la centralización de este proceso, incremento de los precios de acopio<sup>3</sup> de diversas producciones, política de autorización de venta directa de sus producciones a las entidades del turismo - Resolución No. 581 del 2013-, ampliación del objeto social de las cooperativas significando un paso hacia la autonomía, entre otras. Las cooperativas están obligadas a comercializar la mayor parte de sus producciones con las empresas estatales en aras de garantizar supuestamente una distribución más equitativa de las mismas en los diversos destinos y territorios.

Según Piñeiro (2014), el desempeño económico de las cooperativas en Cuba, aunque es heterogéneo entre ellas, han superado a las empresas estatales, incluso con menor disponibilidad de insumos y tecnologías, han jugado un rol importante en elevar el nivel de vida de la población rural cubana, además de brindar empleos estables, apoyos sociales en la construcción de viviendas y otros.

Durante todos esos años de Revolución las políticas han permitido el acceso a la tierra a parceleros, campesinos y trabajadores agrícolas, acceso a la propiedad territorial y a reformas sociales de educación, salud y servicios públicos, favorecieron la movilidad de las familias campesinas, reasentamiento de parte de la población hacia comunidades alrededor de planes económicos y cooperativas (DONÉSTEVEZ & MUÑOZ, 2017).

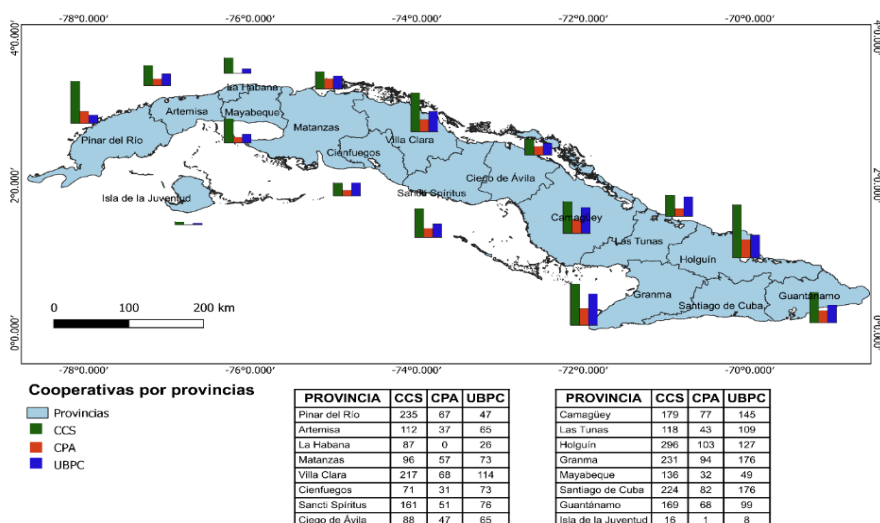
En abril de 2019, se publicó la nueva Constitución cubana, donde se reconoce entre las formas de propiedad la cooperativa, referida a la sustentada en el trabajo colectivo de sus socios propietarios y en el ejercicio de los principios del cooperativismo (MINJUS, 2019).

Así mismo, en este año se aprobó el Decreto Ley 365 “De las Cooperativas Agropecuarias” que deroga la Ley 95 “Ley de Cooperativas de Producción Agropecuaria y de Créditos y Servicios” del 2002 y el Decreto-Ley No. 142 “Sobre las Unidades Básicas de Producción Cooperativa” de 1993. Dicho Decreto Ley establece los principios generales sobre la constitución, funcionamiento, escisión, fusión y extensión de las cooperativas en el sector agropecuario, es decir, respalda a las CCS, CPA y UBPC, siendo la primera norma que aborda los tres tipos de cooperativas desarrolladas en el país, poniéndolas legalmente en igualdad de condiciones.

---

<sup>3</sup> Precios que establece el Estado para la compra de determinados productos a las cooperativas y productores/as individuales.

## Ilustración 2. Cooperativas agropecuarias por provincias



Fuente: Elaboración propia a partir de información (ONEI, 2022).

En la actualidad, dichas cooperativas están ubicadas a lo largo de todo el país, siendo un total de 4722, 52% CCS, 18% CPA y 30% UBPC, concentrándose además casi el 45% de ellas en las 5 provincias orientales.

Durante los años más recientes han sido muchas las políticas implementadas y ajustes de normativas jurídicas que han incidido directa o indirectamente en las cooperativas:

- Plan de Soberanía Alimentaria y Educación Nutricional aprobado en julio de 2020 y la Ley de Soberanía y Seguridad Alimentarias y Nutricional aprobada en 2022: promueven modelos de producción más sostenibles y eficientes, mejor acceso de recursos y la formación de valores y modos de vidas sostenibles, hace énfasis en los sistemas alimentarios locales y como deben diseñarse modelos acordes a las características de los actores productivos locales y del territorio específicamente (MINAG, 2022).
- Aprobadas diversas normas -Resoluciones 598, 599, 600, 80 y 87 del MINAG y las dos últimas del MTSS-, con el objetivo de desarrollar un modelo que permita flexibilizar la gestión de la fuerza de trabajo agropecuaria (MINAG, 2022).
- Nuevas normas jurídicas para ordenar la comercialización mayorista y minorista de los productos agropecuarios, con el objetivo de flexibilizar más el proceso, generar incentivos a la producción, incrementar valor agregado, nuevos espacios de mercado para la venta a la población.

Además, se aplicó un diagnóstico de la situación económica de las cooperativas dando como resultado que el 67% del total de las cooperativas en el país presenta problemas económicos entre otras causas por el efecto negativo del ordenamiento monetario implementado que ocasionó elevación de los costos de producción, baja disponibilidad de insumos para las producciones (LÓPEZ, 2022), generando otras políticas a implementar entre ellas acciones de disolución y fusiones de diversas cooperativas. Otro ejemplo de la imposición de decisiones estatales en los procesos cooperativos.

Como podemos apreciar con este breve recorrido de la historia del cooperativismo agrícola en Cuba, se ha caracterizado por ser promovido por el Estado, incluso su creación espontánea se ha visto limitado en parte por la legislación establecida, así como por la verticalidad y centralidad en el proceso.

El surgimiento y desarrollo de cada una de las cooperativas ha sido relativamente diferente, pero han enfrentado problemáticas similares como, por ejemplo, la escasa autonomía con la que han podido desempeñarse, al ser en la práctica dependientes de decisiones de terceros -como el Ministerio de la Agricultura y su sistema empresarial-, y en un contexto de relaciones de poder verticales y no en igualdad de condiciones con el resto de los actores del sector.

### **Territorio y contexto territorial en Cuba**

Las cooperativas agropecuarias cubanas juegan y han jugado un rol importante en los territorios, en primer lugar, al ser uno de los actores con mayor protagonismo en estos espacios no solo como entes productivos y económicos, sino también con impactos en el bienestar de las comunidades donde están establecidas.

En el contexto cubano, independientemente de las concepciones de territorio que se han desarrollado en el ámbito académico desde las diversas disciplinas, en la práctica se identifica fundamentalmente con la división política administrativa del país, no considerado con suficiente fuerza la identidad y apropiación de las personas con los espacios donde viven y que no siempre están vinculado a una división de este tipo establecida estatalmente.

En sentido general, el rol de la cooperativa en un territorio se asocia al ámbito económico, productivo y social en las políticas, programas y planes económicos y sociales, así como en procesos de “desarrollo” promovidos por los gobiernos y en el

marco de proyectos de colaboración internacional. Estos últimos han sido los que, en cierta medida, han rebasado una concepción del territorio más allá de la división política administrativa, considerando la articulación de actores como elemento fundamental en estos procesos de planeación estratégica no solo en los límites geográficos establecidos. Los procesos de planeación en los territorios cubanos se caracterizan por ser centralizados y los que se han promovido a nivel local cuentan con un sesgo importante en cuanto a concepción de lo local, escasas competencias en sectores y actividades claves en el mismo y poco involucramiento de actores económicos importantes como las cooperativas.

Según Marrero (1951), “En el caso de Cuba la historia se ha encargado de verificar que la desproporcionalidad y las desigualdades territoriales se fueron configurando desde los propios orígenes del pasado colonial – con cuatro siglos de dominación-” (ALONSO & BELL, 2013, pág. 110). Por su parte, la política de la Revolución Cubana ha estado dirigida a garantizar el “desarrollo” económico y social de todos los territorios con políticas sociales, planes económicos y de localización de las inversiones.

Sosa & Pérez (2020) comentan que, a partir de 1959, las políticas del Estado estuvieron enfocadas en equilibrar las diferencias territoriales que se habían conformado históricamente, con énfasis en la dotación de infraestructura básica. Las reformas agrarias antes mencionadas, están dentro de las políticas que más impactaron en esos años en las estructuras de los territorios y convirtiéndose el Estado y los campesinos en el actor central en el control y uso de la tierra.

La dinámica del entorno territorial cubano fue cambiando en la misma medida en que el Estado presentaba un proyecto político de justicia social, soberanía social y un modelo productivo orientado al tránsito del modelo agroexportador y monoprodutor, a otro agroindustrial diversificado. Las medidas revolucionarias de nacionalización de la propiedad extranjera, significaron la necesidad de un reajuste a nivel territorial de las relaciones de producción. El Estado comenzó así a asumir una actuación directa entre las necesidades territoriales y la población (SOSA & PÉREZ, 2020, pág. 71).

En 1960 con la creación de la Junta Central de Planificación (JUCEPLAN) se reduce el tema territorial a los estudios y análisis económicos territoriales -micro localizaciones de las inversiones, urbanización, asentamientos, demografía, fuerza de trabajo, etc.-. Además, en ese mismo año, se crea el Grupo de Planificación Física perteneciente al Ministerio de Obras Públicas, lo que se convierte en 1965 en el

Instituto de Planificación Física, institución que ha jugado un papel protagónico en los estudios territoriales y propuestas de políticas. Así mismo, se creó la junta de coordinación e inspección (JUCEI) en 1961 que se encargaba de coordinar los trabajos entre los diversos organismos administrativo, políticos y sociales, observándose los primeros brotes de descentralización, pero muy insuficientes aun; quedando reemplazadas por el Poder Local en 1966.

Por otra parte, es importante resaltar el papel que asumieron las zonas de desarrollo agrario (ZDA) creadas por el Instituto Nacional de Reforma Agraria (INRA), las cuales actuaron como órganos de gobierno que además de apoyar las reformas, contribuyeron a la creación de cooperativas y al desarrollo del sector agropecuario. Además, en estos primeros años se fueron construyendo diversos elementos que brindaban mayor carácter territorial como la creación de granjas estatales, redes viales, pueblos, inversiones industriales e infraestructura escolar. Además, reconoce el papel tan relevante de la planificación física en la transformación del entorno de la vida de las personas, así como se establecieron los planes y programas sectoriales para el “desarrollo” territorial a nivel regional al menos (MÉNDEZ & LLORET, 2009).

Así mismo, Sosa & Pérez (2020) en su análisis histórico de la evolución del “desarrollo” del país, destacan varios como momentos claves para los territorios: en 1976, la instauración de los órganos locales del Poder Popular y del subsistema municipal, lo cual le brindó mayor autoridad y facultades a estos niveles; en 1978, desde el Partido y el Comité Ejecutivo del Consejo de Ministros, con el objetivo de fortalecer el papel de la planeación territorial de la economía, se aprobó una estrategia de “desarrollo” a largo plazo y la creación una comisión para propiciar un proceso de descentralización en el sistema de gobierno a nivel local en 1983.

A pesar de esto, según Alonso & Bell (2013), en los años sesenta y setenta la planeación territorial era limitada a sólo algunos aspectos como la infraestructura, servicios educacionales, la salud, entre otros. Según Pérez (2009),

La experiencia había demostrado que cuando un lugar perdía su condición política-administrativa, se observaba posteriormente el debilitamiento de su desarrollo económico y social. La delimitación de los territorios como resultado de conformar unidades económicas en sí mismas, en muchos casos había traído como consecuencia la ruptura de redes de identidad (SOSA & PÉREZ, 2020, pág. 73).

Hasta 1989 primó lo administrativo sobre lo económico y lo normativo en los procesos de planeación territorial, el territorio se consideró como expresión de la concentración y la verticalidad, los procesos de regionalización y locales se subordinación a las exigencias de homogeneización y control de los niveles jerárquicos superiores (RÚA, VALDIVIA, & MATEO, 2015).

La falta de coordinación entre los organismos hizo mella no solo en la elaboración, sino también en la puesta en práctica de los planes territoriales, donde los OPP fueron incapaces de lograr una horizontalidad con las instituciones y organizaciones de niveles superiores de subordinación, sobre todo, por el marcado sectorialismo que se empieza a evidenciar desde entidades nacionales (SOSA & PÉREZ, 2020, pág. 74).

En los años 90, con la crisis que sufría el país comenzaron a surgir diversas iniciativas de apoyo a proyectos locales -tanto del Estado como de ONGs extranjeras, y empezaron a jugar un rol protagónico los consejos populares

[...] en la movilización de los recursos locales, en el mejor aprovechamiento de los recursos centrales, en el incentivo a la innovación social, en identificar efectivamente las prioridades de la base, y en la mejoría de la calidad de vida de los ciudadanos” (SOSA & PÉREZ, 2020, pág. 75).

Se comenzaron a implementar políticas y programas de manera diferenciada en algunos territorios sobre todo en el oriente del país, con el objetivo de reducir desigualdades territoriales sobre todo entre el llano y la montaña, como puede ser el Plan Turquino Manatí. Además, las principales experiencias que se identifican se caracterizan por abordar la dimensión territorial del desarrollo a partir de los recursos endógenos (ALONSO & BELL, 2013). Según Mayra Espina (2008),

[...] la hiperestatalización de las relaciones sociales, la centralización y el verticalismo, el paternalismo-autoritarismo, el hegemonismo distributivo con insuficiente sensibilidad para atender la diversidad de las necesidades e intereses heterogéneos -de grupos, territorios, localidades, colectividades laborales, etcétera-, suponen procesos de enajenación por déficit de participación real en la toma de decisiones (RÚA, VALDIVIA, & MATEO, 2015, pág. 70).

Por otra parte, la reestructuración del complejo agroindustrial azucarero en el país, conocido como la Tarea Álvaro Reynoso, a partir de 2002, además de impactar en la estrategia de “desarrollo” del país, generó cambios en las dinámicas territoriales (HERRERA & GONZÁLEZ, 2017). Se eliminaron centrales quedando muchas

comunidades sin la actividad económica que había sido el centro de su vida, ocasionando un comportamiento demográfico desfavorable.

Entre las principales deficiencias que se identifican está el rol pasivo y poco protagonismo del territorio en el “desarrollo” debido a la alta concentración de las decisiones; que no se consideraban los aspectos territoriales en la realidad en las concepciones de “desarrollo”; la planeación territorial se limitaba a las actividades de subordinación local del gobierno; y prevalecía un criterio institucional y en el marco de la división político-administrativa, no considerando una concepción más amplia de la planeación de los territorios (ALONSO & BELL, 2013).

A pesar de las medidas que se han implementado a lo largo de los años como intentos de descentralización, en la práctica no han logrado los avances en términos de planeación territorial que se quisieran. Aunque en los últimos años se ha avanzado aún se mantiene la centralización, el enfoque sectorial en estos procesos, así como, un papel pasivo de los municipios en el “desarrollo”, un desaprovechamiento de potenciales locales al tener el centro de atención hacia las grandes empresas nacionales estatales y polos productivos, así como una preeminencia de los mecanismos de control sobre los de gestión (ROBAINA, ARRONTE, & HERNÁNDEZ, 2016).

En las últimas décadas, con aciertos y desaciertos se han implementado diversas acciones con el objetivo de brindarle un mayor protagonismo al ámbito local, sobre todo en los años más recientes con el proceso de actualización del Modelo Económico y Social Cubano. En este sentido se rescata: Grupo de Trabajo Comunitario Integrado; los planes generales de Ordenamiento Territorial y Urbanismo (PGOTU) en los municipios; Iniciativas Municipales de Desarrollo Local (IMDL), promovidas por el Ministerio de Economía y Planificación (MEP), con el objetivo inicial de cubrir vacíos del plan de la economía en cuanto a su dimensión territorial (ALONSO & BELL, 2013); Programas de Desarrollo Integral, promovidos por el MEP; reconocimiento de la importancia y necesidad de la promoción de actores no estatales en determinadas actividades económicas, tanto cooperativas como privados, aun hasta la actualidad no han jugado un papel protagónico a niveles territoriales; implementación del tributo territorial para el “desarrollo” local que brinda mayor autonomía financiera a los gobiernos municipales como una fuente disponible para el territorio; Programa de Autoabastecimiento Municipal (PAM) promovido por el

Ministerio de la Agricultura (MINAG); polígonos municipales para la producción de materiales de la construcción, por el Ministerio de la Construcción; aprobación de la Política para impulsar el Desarrollo Territorial en la cual se plantea la Estrategia de Desarrollo Municipal.

Una de las causas por las cuales muchas de estas políticas no han logrado los resultados esperados es que a pesar de que buscan procesos descentralizados terminan siendo universales y homogéneas en diversos contextos de los territorios. Considerar las características y diferencias territoriales son importantes para la implementación de políticas y/o estrategias idóneas, de ahí que no deban implementarse de manera igual en cada lugar.

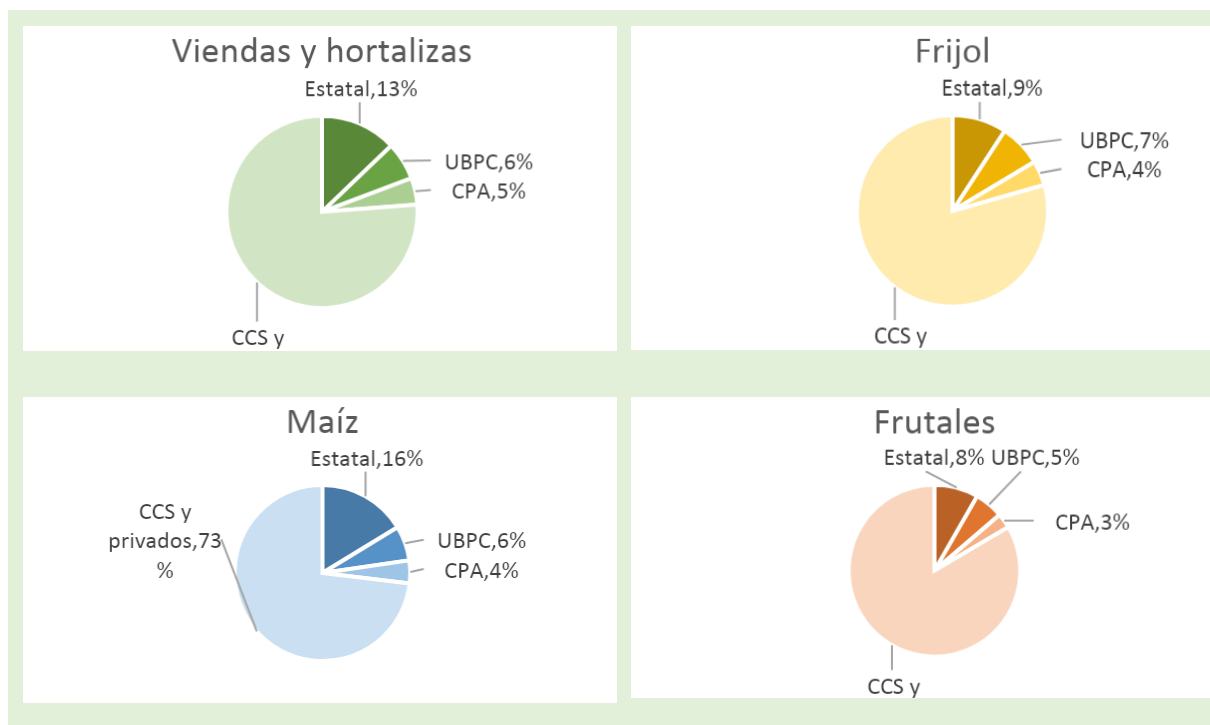
### **Territorio y cooperativas en Cuba**

En el caso cubano, cuando se habla de territorio, aunque pueden existir algunas concepciones asociadas a cuestiones de apropiación cultural de un lugar determinado, la mayoría lo vinculan a la división política administrativa del país, de ahí que cuando se analizan los vínculos del territorio con las cooperativas, generalmente sólo consideran el rol de estas en procesos de “desarrollo” o planeación en la agricultura o en estrategias territoriales que se promueven desde los gobiernos, aunque estos últimos muchas veces no incorporan a las cooperativas agropecuarias debido a que no son considerados actores con los que pueden implementar acciones a nivel local.

A pesar de que se identifican las cooperativas como actores claves en el territorio sobre todo en la producción de alimentos (como se observa en la ilustración 3), muchas veces es muy complicado ejecutar acciones desde los procesos de “desarrollo” o planeación a favor de estas, por lo difícil de incluirlas en el plan nacional de la economía.



Ilustración 3. Por ciento de participación en las producciones en Cuba (2021)



Fuente: Elaboración propia a partir de ONEI (2022).

En el proceso de planificación territorial es posible incorporar la orientación a la inversión privada –cuenta propias y cooperativas– ofreciendo una cartera de actividades productivas y de servicios que necesite la localidad y que permita sumar acciones para el cumplimiento de los objetivos estratégicos del desarrollo, a través de una política tributaria y crediticia diferenciada (ALONSO & BELL, 2013, pág. 145).

A pesar de este planteamiento, son pocos los gobiernos municipales que dentro de su planeación logran incorporar algunas acciones dirigidas a las cooperativas y menos con el objetivo de su fortalecimiento, como acciones de capacitación y formación. Cuando se promueven procesos de planeación del “desarrollo” en los municipios, a pesar de tener muchas potencialidades agropecuarias y ser una de las prioridades del país, en ocasiones no se pueden aprovechar al máximo las mismas, debido a que las cooperativas y la producción de alimentos no es una de las áreas de autonomía de los gobiernos a estos niveles, al menos con recursos que le permitan actuar en este sentido.

Además de las inversiones que en el marco de los proyectos de colaboración que se implementan en las cooperativas, y algunas inversiones estatales que se apoyan, cuando se habla de las iniciativas locales en la mayoría de los casos no se logran implementar en las cooperativas debido a que interesa al municipio, pero

termina no siendo prioridad nacional, o porque es prioridad nacional pero luego el municipio no cuenta con la autonomía y/o recursos para llevarlos a cabo, o sencillamente, requieren de tantas aprobaciones y trámites burocráticos que, en ocasiones, los municipios deciden no complicarse y apuestan por la vía de elaborar proyectos en actividades menos complejas.

Las cooperativas agropecuarias en todos los años que llevan de creadas han impactado en procesos territoriales desde diversas aristas, en el caso de las que radican en las montañas o poblados alejados de las ciudades, han significado la vida de dichos lugares, casi todas las personas que allí conviven forman parte de una u otra manera de la cooperativa.

Según datos de la ONEI, del total de las provincias, solo La Habana, Mayabeque, Matanzas, Cienfuegos, Villa Clara, Santi Espíritus y Camagüey tienen más de un 65% de urbanización, y de estas solo Cienfuegos, Matanzas y La Habana tienen más de un 80% (ONEI, 2014). En estas condiciones es de entender la importancia que juegan o deberán jugar las cooperativas en el sector agropecuario en los territorios.

Las mismas han incidido desde lo económico, productivo, social en los territorios, en un abastecimiento de productos alimenticios a sus localidades, por ejemplo. Sin embargo, es contradictorio el hecho de que un lugar, aunque tenga determinadas producciones en ocasiones los habitantes de estos lugares no acceden a algunas de ellas, debido a que las cooperativas son obligadas a vender un alto por ciento de sus producciones al Estado.

El control democrático de las cooperativas se refleja en las decisiones aprobadas en Asamblea General de socios/as, pero no siempre esto se cumple y hay algunas que son formales ya adoptadas por la junta directiva y otras por organismos externos ejerciendo su poder.

La manera en que se han creado las cooperativas agropecuarias en Cuba condiciona mucho su relacionamiento con el Estado, en los diferentes niveles de gobierno y empresarial. Desde sus orígenes, aunque se crearon bajo los principios cooperativos y entre campesinos y campesinas con cultura de colaboración, fueron promovidas por Estado con el objetivo de agruparlos y que pudieran acceder de manera colectiva a determinados servicios y medios de producción, lo cual ocasionó

que fueran tratadas como empresas no autónomas y que respondían a los intereses estatales.

Otras de las contribuciones de estos actores en los territorios cubanos se pueden resumir:

- abastecimiento de alimentos a escuelas, hospitales, hogares de ancianos y maternos, círculos infantiles, entre otras instituciones a precios subsidiados;
- apoyo a la reparación de la escuela, el consultorio médico de la comunidad, así como otras instalaciones de servicios sociales, debido a la falta de recursos financieros de estos sectores para ello, el gobierno se ha apoyado por muchos años en las cooperativas agropecuarias para poder contar con instalaciones mejoradas para la población y así poder brindar mejores servicios;
- creación de empleo estable, en ocasiones de los pocos existentes en determinadas comunidades;
- apoyo con la transportación de habitantes de las comunidades y sobre todo en casos de emergencias.

Sin querer ser absoluto, las cooperativas más exitosas económicamente se han desarrollado en zonas con características más favorables de suelo y agua sobre todo, también aquellas que se han dedicado a productos de prioridad nacional y por tanto se les garantiza los insumos y tecnologías necesarias para dichas producciones por parte del Estado; de ahí que en las zonas orientales fundamentalmente donde el agua es más escasa y las cualidades del suelo no son las mejores, las cooperativas les cuesta más trabajo obtener buenos resultados económicos. Aun así, no por eso han dejado de ser relevantes en sus comunidades, ya que con los pocos recursos con los que cuentan apoyan de disímiles maneras a estas poblaciones con donaciones de alimentos, transporte en casos de emergencias, actividades culturales, apoyo a servicios sociales, entre otras.

Por otra parte, en sentido general, el relacionamiento de las cooperativas con los diversos actores en los territorios puede clasificarse:

- de colaboración, sobre todo entre las diversas cooperativas debido a las propias características intrínsecas de ellas;
- de subordinación y contractual, aunque las cooperativas por ley deben ser autónomas, dependen mucho de la empresa agropecuaria del municipio para

el abastecimiento de los insumos y tecnologías necesarias, además, son obligadas a vender sus producciones al Estado y no en las mejores condiciones de precio;

- financiera en el caso del banco en el territorio que garantiza el funcionamiento económico de la misma, pero debería jugar un papel más importante en el desarrollo de la cooperativa y por tanto del territorio, con estrategias crediticias más oportunas, lo que no es así. La política crediticia se aleja mucho de los intereses del territorio, no se cuentan con oportunidades financieras para que las personas y los actores puedan emprender. Recientemente se ha puesto en marcha lo que se denomina Banca Agrícola con el objetivo de brindar créditos a productores y productoras que así lo requieran, pero los trámites son demasiados complejos y los requisitos continúan despojando a la cooperativa de su rol como representante del productor o productora, solicitando avales a la empresa estatal;
- alianza y representatividad en el caso de la Asociación Nacional de Agricultores Pequeños, aunque en los últimos años se ha convertido en una organización política y no su representación en defensa de las cooperativas como cuando fue creada;
- formales con muchos de los otros actores del territorio, según el momento y la situación se establecen relaciones contractuales, a veces de rendición de cuentas o de información, trámites necesarios para el quehacer de la organización, etc.;
- políticas, la relación entre el gobierno municipal y las organizaciones políticas y de masa con las cooperativas se establece de acuerdo con las instrucciones que emiten cada una hacia todos los actores del territorio, incluidas ellas. En el caso del gobierno y el PCC, se apoyan en las mismas para resolver muchos problemas de las comunidades, por ser los actores económicos más fuertes del territorio. Estos apoyos en ocasiones terminan siendo impuestos y a veces exagerados con situaciones no tan sociales, lo cual no favorece la iniciativa propia de la cooperativa ante las necesidades de su comunidad.

Son múltiples las variables que se pueden analizar para profundizar en los vínculos de las cooperativas con el territorio, pero se considera que uno de los análisis

más relevantes es el recorrido histórico debido a que brinda información clave de como surgieron, en qué contexto, y cómo se han desarrollado. En el presente artículo se inicia un análisis de estos vínculos con algunas de las variables identificadas, pero se considera necesario una profundización en el tema a partir de un estudio de caso concreto para poder arribar a reflexiones y conclusiones más certeras.

### **Consideraciones finales**

Las cooperativas en el sector agrícola en Cuba se consideran un actor en desventaja debido a que las políticas públicas han sido sectoriales y fragmentadas, obviando la integralidad que requieren las mismas, aunque sean dirigidas a un sector en específico y no fomentan una autonomía real de estos actores; a pesar de tener un protagonismo clave para la gestión de la tierra y la producción de alimentos, así como ser significativa su representación en el tejido empresarial de los territorios.

Los antecedentes históricos y las características del movimiento cooperativo en el país brindan elementos importantes para comprender el rol que han jugado o que han podido jugar las cooperativas en los procesos territoriales, ya que se muestra que su surgimiento en la mayoría de los casos ha sido por la acción e interés estatal, condicionando luego su desempeño y su autonomía, incluso en el caso de las creadas en los años noventa se constituyeron a partir de granjas estatales y que los trabajadores de la noche a la mañana pasaron a ser cooperativistas sin saber que significaba.

Entre las principales problemáticas que presentan las cooperativas agropecuarias es la falta de autonomía en su funcionamiento, cuestión que ha sido resultado de todo el devenir histórico desde su surgimiento, así como cuestiones legales y administrativas más que nada que han generado una subordinación en la práctica a las empresas estatales del sector, así como del Ministerio de la Agricultura.

Las cooperativas han generado impactos económicos, sociales y ambientales importantes en sus comunidades. Han contribuido a procesos de apropiación de las personas con sus lugares de convivencia y la formación de una cultura comunitaria, campesina y cooperativa en muchas de estas comunidades. Existen comunidades, sobre todo en la montaña, que las cooperativas simbolizan todo para las personas que allí viven, apoyan en la transportación, en muchos casos la única fuente de empleo e

ingresos, incluso el sector estatal –diversos sectores como salud y educación- se apoyan en ellas en procesos de apoyo de a escuelas y/o instalaciones de salud.

Conocer estos antecedentes que se muestran en el presente artículo son claves para la investigación de casos de estudios más concretos y de esta manera profundizar en los vínculos entre las cooperativas y los territorios, ya que un análisis histórico no será suficiente para entender estos procesos y arribar a conclusiones más específicas.

## Referencias

ALEMÁN, S., & FIGUEROA, V. **El modelo cooperativo campesino en Cuba**. La Habana: Editora Política. 2005.

ALONSO, A. M., & BELL, R. E. **Desarrollo territorial a escala local**. La Habana: Editorial UH. 2013.

CEDEM. **La población de Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, Instituto Cubano del Libro. 1974.

CRUZ, J. Sobre cooperativas agrícolas de segundo grado: experiencias cubanas y consideraciones hacia el futuro. **Revista Economía y Desarrollo**, v. 158, núm. 1, pág. 225-244, enero-junio 2017. Disponible en <https://www.redalyc.org/pdf/4255/425553381017.pdf>. Acceso em 9 de marzo de 2022.

DONÉSTEVEZ, G., & MUÑOZ, R. **Políticas y régimen agrario en la transición socialista en Cuba**. Una mirada desde la economía crítica. En Colectivo de autores, Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las ciencias sociales. La Habana: Ruth Casa Editorial y Editorial Ciencias Sociales, 2017.

GARCÍA, J. M. (2005). **La economía cubana desde el siglo XVI al XX: del colonialismo al socialismo con mercado**. CEPAL en México, Naciones Unidas, 2005. Disponible en: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/4947>. Acceso em 20 de octubre de 2021.

HERRERA, A. **Etapas de la evolución de las cooperativas**. Repositorio Dspace. 2005. Disponible en: <http://repositorio.geotech.cu/xmlui/handle/1234/2113>. Acceso em 20 de octubre de 2021.

HERRERA, A., & GONZÁLEZ, R. **Políticas públicas en el agro cubano a partir de la crisis de los años noventa del siglo XX**. En Colectivo de autores, Políticas públicas y procesos rurales en Cuba. Aproximaciones desde las ciencias sociales La Habana: Ruth Casa Editorial y Editorial Ciencias Sociales. 2017. P. 58-76.

LÓPEZ, A. **Actualización de los principales problemáticas y políticas en el sector**. Entrevista realizada: 14 de 03 de 2022. Entrevistadora: Arronte, N.

MATÍAS, A., & ARTILES, J. L. Las cooperativas agrarias de crédito y servicio en Cuba. **Revista Civilizar**. Ciencias Sociales y Humanas, v. 16, núm. 30. Pág. 161-173. 2016. Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=100246672010>. Acceso em 9 de marzo de 2022.

MÉNDEZ, E., & LLORET, M. Planificación del desarrollo territorial y local en Cuba; Aspectos conceptuales, metodológicos y estratégicos. **Revista Aportes**, Año XIV, núm. 41, pág. 99-125. 2009.

MINAG. **Resumen de las medidas para establecer nuevo modelo de gestión económica para flexibilizar la relación laboral y salarial del trabajador agropecuario en el Sistema de la Agricultura**. Disponible en: <https://www.minag.gob.cu/politicas/resumen-de-las-medidas-para-establecer-nuevo-modelo-de-gestion-economica-para-flexibilizar-la-relacion-laboral-y-salarial-del-trabajador-agropecuario-en-el-sistema-de-la-agricultura/>. Acceso em 6 de mayo de 2022.

MINAG. **Plan de Soberanía Alimentaria y Educación Nutricional**. Disponible en: <https://www.minag.gob.cu/politicas/plan-de-soberania-alimentaria-y-educacion-nutricional/>. Acceso em 6 de mayo de 2022.

MINJUS. **Constitución de la República**. Gaceta Oficial de la República de Cuba. 2019. Disponible en: <https://www.gacetaoficial.gob.cu/es/constitucion-de-la-republica-de-cuba-proclamada-el-10-de-abril-de-2019>. Acceso em 6 de mayo de 2022.

NOVA, A. **El cooperativismo**. Línea de desarrollo en la agricultura cubana. Presentación en IV Taller Científico Internacional - El medio rural en el Nuevo Milenio: Retos y perspectivas, 20. La Habana: Editora GEOTECH. 2005. Disponible en: <http://repositorio.geotech.cu/jspui/handle/1234/2128>. Acceso em 9 de marzo de 2022.

NOVA, A. Parte 4. Las cooperativas y la construcción socialista en Cuba. Tema 12. Las cooperativas agropecuarias en Cuba 1959- presente. En: PIÑEIRO, C. (Compiladora). **Cooperativas y Socialismo**. Una mirada desde Cuba. La Habana: Editorial Caminos. 2011, p. 321- 336.

NOVA, A. **El Modelo Agrícola y los lineamientos de la Política Económica y Social en Cuba**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales. 2013.

ONEI. **Panorama económico y social. Cuba 2013**. La Habana. 2014.

ONEI. **Directorio de Unidades Institucionales y Establecimientos**. Febrero 2022. Disponible en: Oficina Nacional de Estadística e Información de Cuba: <http://www.onei.gob.cu/>. Acceso em 4 de mayo de 2022.

PIÑEIRO, C. Las cooperativas en Cuba. En: FONT, M. & GONZÁLEZ, M. **Reformando el Modelo Económico Cubano**. New York: Bildner Center for Western Hemisphere Studies. 2014. P. 63-82.

RIVERA, J. J., & RODRÍGUEZ, O. **Historia y realidad jurídica de la cooperativa en Cuba**. Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo, núm. 49, pág. 195-222. 2015. Disponible en: <http://www.baidc.deusto.es>. Acceso em 9 de marzo de 2022.

ROBAINA, L., ARRONTE, N., & HERNÁNDEZ, R. **Gestión del desarrollo territorial a escala municipal**. Cuba, Investigaciones Económicas, núm. 1, pág. 123-151. 2016.

RODRÍGUEZ, E., & LÓPEZ, A. **Parte 4**. Las cooperativas y la construcción socialista en Cuba. Tema 13. La UBPC: forma de rediseñar la propiedad estatal con gestión cooperativa. En PIÑEIRO, C. Cooperativas y Socialismo. Una mirada desde Cuba La Habana: Editorial Caminos. 2011. p. 337- 365.

RÚA, A., VALDIVIA, I. M., & MATEO, J. M. Etapas en la implementación de los procesos de desarrollo territorial en Cuba. En: MATEO, J. M. **La sostenibilidad del desarrollo territorial**. Experiencias de Cuba y el Sur de México La Habana: Editorial UH. 2015. P. 65-75.

SOSA, J. L., & PÉREZ, A. Análisis histórico del desarrollo local en Cuba desde el enfoque de la descentralización y la participación. **TERRA. Revista de Desarrollo Local**, núm. 6, pág. 64-86. 2020. Disponible en: doi:10.7203/terra.6.16425. Acceso em 5 de mayo de 2022.

VALDÉS, J. **Los procesos de organización agraria en Cuba 1959-2006**. La Habana: Fundación Antonio Núñez Jiménez de la naturaleza y el Hombre. 2009.



## LA AUTOGESTIÓN OBRERA EN AMÉRICA LATINA: DE LAS PRIMERAS COOPERATIVAS A LAS EMPRESAS RECUPERADAS<sup>1</sup>

Andrés Ruggeri<sup>2</sup>

### Resumen

Las empresas recuperadas, junto con otras experiencias de autogestión, revitalizaron el debate sobre la experiencia autogestionaria, la democracia laboral, el control obrero y la autogestión del trabajo en América Latina a partir de los 90. Este artículo recorre los procesos de autogestión y control obrero en América Latina hispanoparlante, desde la formación de las primeras cooperativas hasta aquellos desarrollados en contextos revolucionarios, vistos desde la perspectiva proporcionada por los procesos contemporáneos de autogestión.

**Palabras clave:** Autogestión; Control obrero; Cooperativismo; Economía de los trabajadores

## A AUTOGESTÃO OPERÁRIA NA AMÉRICA LATINA: DAS PRIMEIRAS COOPERATIVAS ÀS EMPRESAS RECUPERADOS

### Resumo

As empresas recuperadas, junto com outras experiências de autogestão do trabalho que contrastavam não só com os sindicatos em declínio durante os anos 1990, mas também com cooperativa tradicional, revitalizaram o debate sobre a experiência da autogestão, democracia trabalhista, controle operário e autogestão do trabalho na América Latina a partir da década de 90. Este artigo aborda os processos de autogestão e controle operário na América Latina hispano falante desde a formação das primeiras cooperativas até aqueles desenvolvidos em contextos revolucionários, vistos a partir da perspectiva dos processos autogestionários contemporâneos.

**Palavras-chave:** Autogestão; Controle operário, Cooperativismo; Economia dos trabalhadores.

## WORKER SELF-MANAGEMENT IN LATIN AMERICA: FROM THE FIRST COOPERATIVES TO RECOVERED COMPANIES

### Abstract

The recovered enterprises together with other experiences of workers' self-management contrasted not only with the unions in decline during the 1990s, but also with the traditional cooperative, revitalized the debate on the self-management experience, labour democracy, worker control and self-management of work in Latin America from the 90s. This article covers the processes of self-management and workers' control in Spanish-speaking Latin America from the formation of the first cooperatives to those developed in revolutionary contexts, seen from the perspective provided by contemporary self-management processes.

**Keywords:** Self-management; Control labour; Cooperativism; Workers' economy.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 14/07/2023. Primeira Avaliação em 20/07/2023. Segunda Avaliação em 10/08/2023. Aprovado em 11/11/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59224>.

<sup>2</sup> Antropólogo Social por la Universidad de Buenos Aires (UBA) - Argentina. Dirige desde 2002 el programa Facultad Abierta, un equipo de la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA que apoya, asesora e investiga con las empresas recuperadas por los trabajadores.

Correo electrónico: [andres.ruggeri@gmail.com](mailto:andres.ruggeri@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-002-4437-3840>.

Las “empresas recuperadas” –así denominadas a partir de la experiencia argentina posterior a la crisis de diciembre de 2001 (RUGGERI, 2014) – junto con otras experiencias de autogestión del trabajo que contrastaban no sólo con los sindicatos en retroceso durante los años 90, sino también con la cooperativa tradicional, revitalizaron el debate sobre la experiencia autogestionaria, la democracia laboral, el control obrero y la autogestión del trabajo en América Latina a partir de los años 90 del siglo pasado.

La aparición de grupos de trabajadores ocupando fábricas y formando cooperativas para volverlas a la producción era un resurgir de viejas tradiciones, en un nuevo y devastador contexto de crisis caracterizado por el triunfo del neoliberalismo, encarnado en el Consenso de Washington, con sus políticas de privatizaciones, desregulación, destrucción del Estado de Bienestar y precarización masiva del trabajo, arrasando con las conquistas laborales y la escasa resistencia sindical.

Una vez pasado esa primera oleada de empresas recuperadas y un primer momento de atención académica sobre el proceso, comenzó a surgir la memoria de anteriores experiencias. La mayoría de los antecedentes citados sobre la autogestión correspondía a experiencias europeas: la Comuna de París, la Revolución Rusa, las colectivizaciones en la Guerra Civil Española o el socialismo yugoslavo. De América Latina, solo alguna lejana referencia a las tomas de fábrica en Chile durante el breve gobierno de Salvador Allende. Sin embargo, la historia de los procesos de autogestión obrera en América Latina es rica y compleja, aunque poco conocida. El surgimiento de las empresas recuperadas contribuyó a que nos preguntemos sobre los antecedentes de la autogestión del trabajo en esta parte del mundo.

En este artículo vamos a hacer un esbozo de la historia de estos procesos en la región, recorriendo la historia del cooperativismo, movimientos de ocupación de fábricas y control obrero y, por último, empresas recuperadas, en los países con mayor tradición en estos procesos en la América hispanoparlante.

## **El cooperativismo en América Latina**

Las primeras cooperativas surgieron en Gran Bretaña a fines del siglo XVIII, la mayoría como asociaciones para el consumo, pero algunas fueron también resistencias contra la explotación laboral flagrante de la época y consecuencia de

conflictos sociales. Se calcula que había unas 350 cooperativas funcionando en Inglaterra y Escocia antes de la famosa cooperativa de los Pioneros de Rochdale, fundada en 1844 y ampliamente conocida como la primera cooperativa, aunque en realidad se trató de la cooperativa que sistematizó los así llamados “principios” del cooperativismo (COLE 1957; RUGGERI 2018).

Las cooperativas se extendieron en las primeras décadas del siglo a otras naciones europeas que comenzaron a desarrollar su industria y en las que se empezaba a formar, junto con ella, la clase trabajadora. Tanto sindicatos como cooperativas fueron formas de organización surgidas al calor de la resistencia obrera a las brutales condiciones de explotación del capitalismo industrial en formación. La sistematización de los principios rochdalianos fue posteriormente, y con pocas variaciones, adoptada por la Alianza Cooperativa Internacional fundada en Londres en 1895. Sin embargo, esa cooperativa empezó a marcar el distanciamiento de una parte del cooperativismo de las fracciones más radicalizadas del movimiento obrero, especialmente las agrupadas por las internacionales (RUGGERI, 2018).

En América Latina, el movimiento obrero aparece en forma más tardía a medida que se fue afianzando la incorporación de los países del continente al mercado mundial y, de la mano de ese proceso, de la expansión de relaciones de producción capitalistas en algunos sectores económicos ligados a la exportación de materias primas agropecuarias o minerales. El desarrollo de los sectores relacionados con el comercio exterior y a la infraestructura básica para el incremento de la capacidad de provisión de materias primas a las potencias industriales de la época facilitó el surgimiento de un incipiente movimiento obrero en países que se insertaron firmemente en la división internacional del trabajo, como Argentina, Uruguay, Brasil, Chile o México. Para fines del siglo XIX y principios del siglo XX en estas naciones comenzó a organizarse el sindicalismo y las entidades cooperativas o sociedades de ayuda mutua, enmarcadas en estas primeras organizaciones. En la Argentina, por ejemplo, las primeras cooperativas surgen en forma muy parecida a los primeros tiempos del cooperativismo europeo, en su mayor parte integradas por trabajadores inmigrantes que traían la experiencia de sus países de origen (MONTES Y RESSEL, 2003). Ese primer período de activismo dominado por corrientes socialistas y anarquistas marcó el devenir del cooperativismo durante gran parte del siglo XX. Cooperativas de pequeños productores rurales se formaron para defender el trabajo

de los agricultores pobres en un campo dominado por los grandes terratenientes exportadores de la oligarquía agraria, junto con la lucha de los peones rurales expresada en el “grito de Alcorta”, que dio origen al cooperativismo rural en fecha tan temprana como 1912 (MARTÍNEZ Y RUGGERI, 2016). Las sociedades de socorros mutuos que formaban los sindicatos y los migrantes de las diferentes colectividades conformaron poderosas cooperativas como “El Hogar Obrero”, ligada al Partido Socialista Argentino y que llegó a ser la mayor cadena comercial del país, hasta quebrar en los años 80 (RONCHI, 2016; MONTES Y RESSEL, 2003). Estas primeras cooperativas argentinas aún no estaban reguladas por leyes y tenían formas múltiples, todas ellas ligadas a la organización obrera. En México, por poner otro caso, las primeras cooperativas aparecen en los albores del siglo XX (PACHECO REYES, 2018), cuando la Revolución Mexicana produce una enorme transformación y lleva a la modificación profunda de las relaciones sociales, primero en lo rural con un proceso que culminó en la reforma agraria instrumentada junto con las grandes nacionalizaciones en un Estado consolidado y pacificado bajo el general Cárdenas, pero también con algunas grandes huelgas, como fue el caso de la célebre huelga de la mina Cananea (Hernández 1996). En los años 30, junto con la consolidación del moderno Estado mexicano, aparecen también grandes cooperativas obreras de la mano del cardenismo (PACHECO REYES, 2018).

Las cooperativas proliferan y se empiezan a consolidar como una forma de organización económica aunque, al igual que en Europa, son objeto de desconfianza de las corrientes políticas y obreras más radicales. Un ejemplo claro es la opinión de José Carlos Mariátegui sobre el cooperativismo, que expresa el mismo género de desconfianza que planteaban, unos años antes, Vladimir Lenin (en el Congreso de la II Internacional de Copenhague en 1910, entre otros [AA.VV, 1969) o Rosa Luxemburgo en su libro *¿Reforma o revolución?* (1967). Mariátegui, por ejemplo, afirmaba en un texto de 1928 que “la cooperativa, dentro de un régimen de libre concurrencia, y aún con cierto favor del Estado, no es contraria, sino por el contrario, útil a las empresas capitalistas” (MARIÁTEGUI, 1986).

En el caso argentino, el cooperativismo se desarrolló con mayor fuerza después de conseguir, en el año 1926, la sanción de una primera ley de cooperativas que permitió el reconocimiento estatal (MONTES Y RESSEL, 2003). El desarrollo del cooperativismo agropecuario, de consumo, servicios y crédito fue creciendo en

volumen y en importancia económica durante las décadas siguientes, pero la separación con el movimiento obrero se hizo cada vez más profunda con el surgimiento del peronismo y la reconfiguración de un poderoso movimiento sindical muy imbricado con el Estado, que lo privilegió como forma de organización obrera y expandió la afiliación sindical a niveles que duplicaron su representatividad y su poder (ANTIVERO Y ELENA, 2011). La mayor parte del cooperativismo, en cambio, siguió ligado a las expresiones de la izquierda antiguamente mayoritarias en la clase trabajadora argentina (RONCHI, 2016).

Eso no significa que el peronismo haya ignorado al cooperativismo. Al contrario, durante el primer y el segundo gobierno de Juan D. Perón hubo varios casos de cooperativas obreras surgidas a partir de empresas privadas que cedieron sus activos a sus trabajadores, como el caso de la Cooperativa Industrial Textil Argentina (CITA), posiblemente la primera empresa recuperada del país. En su segundo mandato, Perón da un importante discurso destacando a las cooperativas como forma de organización económica (JARAMILLO, 2012).

En otros países de Sudamérica, en tanto, el cooperativismo no logra formar una corriente fuerte. En Venezuela, por ejemplo, aunque el cooperativismo reconoce orígenes a principios del siglo XX, sus organizaciones tuvieron escaso desarrollo hasta la llegada del chavismo al poder (AZZELLINI, 2011). En México, el gobierno del PRI promueve varias cooperativas obreras importantes. El caso más notorio por su trascendencia posterior fue la cementera Cruz Azul, surgida en los años 30 a partir de un conflicto sindical cuya consecuencia fue el traspaso de los activos empresarios a la cooperativa de sus trabajadores, en otras palabras, a la recuperación de la empresa (PACHECO REYES, 2018).

El cooperativismo argentino, al igual que el de otros países de la región, se convierte en un actor económico relativamente importante que funciona como alternativa a las empresas capitalistas e incluso a la gestión estatal a través de cooperativas agropecuarias y de producción de alimentos y de cooperativas de provisión de servicios básicos en muchas ciudades pequeñas y medianas del interior del país (MARTÍNEZ Y RUGGERI, 2016). Se conforman cooperativas que brindan electricidad, gas y agua a numerosos centros urbanos, al mismo tiempo que se consolida un cooperativismo de crédito, con cajas de ahorro que cumplen el papel de dar soporte financiero a pequeñas cooperativas y negocios familiares en lugares en

que los bancos no llegan o no atienden a pequeños ahorristas o empresarios. El sistema cooperativo de crédito argentino, al igual que el uruguayo y en parte el de Brasil, llegó a ser un factor importante del funcionamiento del sistema crediticio hasta ser objeto de políticas destructivas en las dictaduras militares de los años 60 y 70 (PLOTINSKY, 2018).

Sin embargo, la incidencia de las cooperativas de origen y componente obrero sobre el conjunto del movimiento era cada vez más reducida. La gran mayoría de estas organizaciones no respondía al concepto de autogestión obrera, aunque sí existía en forma general un tipo de asociativismo. Movimiento obrero y cooperativas seguían caminos cada vez más separados, que terminaron de consolidarse con la sanción de la ley 20337 en Argentina en 1973, ley que continúa vigente hasta el día de hoy.

### **Autogestión y control obrero en procesos revolucionarios: Cuba, Perú y Chile**

A diferencia del cooperativismo ya institucionalizado en el seno de las economías capitalistas de la región, las distintas crisis revolucionarias que tuvieron lugar en la segunda posguerra mundial generaron experiencias de poder obrero que no adoptaron las formas cooperativas y generaron otras premisas políticas y teóricas. La radicalización de las luchas sociales y políticas llevaron a procesos revolucionarios en algunos países, de los cuales el más claro y radical se dio en Cuba, cuya influencia en el resto de la región se extendió durante las décadas de los sesenta y setenta. La Revolución Cubana provocó una violenta respuesta por parte de los Estados Unidos, la potencia imperial hegemónica en el hemisferio que, para la época, se había consolidado como la primera potencia mundial. Bolivia atravesó por una revolución a principios de la década del 50, encabezada por los obreros de las minas y los campesinos, que llevó a la disolución de las fuerzas armadas y el régimen político existente, una reforma agraria y la estatización de las minas bajo el control de los obreros, pero que pronto dio paso a un régimen que desvirtuó los logros y reivindicaciones de ese movimiento revolucionario (PLÁ, 1980). Perú, durante el gobierno militar conducido por Velazco Alvarado, vivió un proceso de reformas “desde arriba” que concluyeron con una reforma agraria y la instauración de un entramado de autogestión obrera en empresas que fueron estatizadas mediante un régimen de

participación de sus trabajadores y de cooperativización en otros casos (ITURRASPE, 1986).

En Chile, el breve e intenso período de gobierno de Salvador Allende y la Unidad Popular se caracterizó por una enorme movilización social y la creación de un área de propiedad social de la economía, en que las empresas consideradas estratégicas fueron nacionalizadas y puestas en cogestión con los sindicatos. Sin embargo, el proceso más interesante fue el de los llamados “cordones industriales”, en que los trabajadores ocuparon fábricas en que los empresarios habían interrumpido la producción como forma de boicot contra el gobierno de la “vía chilena al socialismo” (GAUDICHAUD, 2004 y 2016; WINN 2004; KRIES 2013). Los cordones industriales fueron la forma más acabada de lo que la izquierda chilena denominó “poder popular”, la mayoría de ellos yendo más allá de lo deseado por el propio gobierno de Allende. En otros países de la región, se trató de un período de intensas luchas populares: el 68 mexicano, el Cordobazo y la radicalización de masas en Argentina hasta la implantación del terrorismo de Estado en la segunda mitad de los 70, las comisiones de fábrica en el Brasil, entre otros casos, además del apogeo y la posterior derrota de la mayor parte de los intentos de lucha armada inspirados en la Revolución Cubana. Por último, fue en esta última donde se discutió más a fondo el papel de los trabajadores en la construcción de una sociedad no capitalista.

Si bien las organizaciones y los dirigentes de la Revolución Cubana, incluyendo al propio Fidel Castro, no habían hecho formulaciones explícitas de un camino socialista durante el proceso de guerra revolucionaria contra la dictadura de Fulgencio Batista, la victoria de los guerrilleros del Movimiento 26 de julio y otras organizaciones aliadas aceleró los tiempos y radicalizó rápidamente el proceso a partir de la decisión de expropiar a las grandes empresas y corporaciones en su gran mayoría de propiedad estadounidense y de avanzar en una reforma agraria (BUCH Y SUÁREZ, 2009; ARBOLEYA CERVERA, 2008). En ese espiral de acontecimientos que llevaron a los revolucionarios a sellar rápidamente una alianza con la Unión Soviética, rechazar el intento de invasión en Playa Girón, y estar en el centro de una crisis que puso al mundo al borde de la guerra nuclear y el inicio del bloqueo norteamericano que continúa hasta la actualidad, los trabajadores cubanos en numerosas ocasiones se adelantaron a la propia conducción de la revolución tomando las empresas de propiedad extranjera y poniéndolas en funcionamiento a la espera de su estatización

(CUSHION, 2018; BUCH Y SUÁREZ, 2009). En esos primeros momentos de gran movilización y hostigamiento por parte de los Estados Unidos, el debate sobre el papel de los trabajadores en la construcción del socialismo fue encabezado por Ernesto Che Guevara, que estuvo a cargo del Ministerio de Industrias hasta su partida a encabezar otros intentos guerrilleros en el Congo y, luego, en Bolivia.

La etapa del Che como ministro es quizá la menos conocida de su trayectoria, aunque una serie de sus escritos de la época sobre economía y su acción en el área fue rescatada del olvido por diferentes autores (GUEVARA, 2006; TABLADA, 2005; YAFFE, 2011). La visión de Guevara sobre la economía y la participación obrera en ella fue una pieza fundamental de su visión del cambio revolucionario y dio lugar a debates originales en relación al resto de los países del llamado “socialismo real”. El Che fue muy crítico de la economía de estos países, en especial de la URSS, en la que veía tendencias que iban a llevar a la restauración del capitalismo, especialmente en el sistema de autofinanciamiento de las empresas sometidas a la planificación estatal de la economía, al que llamó de “cálculo económico” y a la prioridad dada a los estímulos materiales para lograr el mejor rendimiento laboral de los trabajadores (GUEVARA, 2006; TABLADA, 2005; YAFFE, 2011). Frente a eso, Guevara proponía el “sistema presupuestario de financiamiento”, consistente en una evaluación general de las necesidades de la planificación antes que un cálculo estandarizado, la participación permanente de los obreros en las mejoras de la producción y en la propia gestión y la prevalencia de los “estímulos morales” basados en la conciencia del trabajador antes que en las recompensas materiales según productividad (YAFFE 2011, TABLADA, 2005). Así como criticaba a la Unión Soviética por estas tendencias y por lo que juzgaba como falta de solidaridad de la entonces superpotencia socialista con las luchas antiimperialistas y el desarrollo de los países del tercer mundo (por ejemplo, en el famoso “discurso de Argel” (GUEVARA, 2015) que tantas veces fue interpretado en favor de una supuesta e inexistente ruptura del Che con Fidel, Guevara tuvo una imagen aún peor del sistema de autogestión de Yugoslavia, también un país socialista pero que ensayaba un camino alternativo al soviético<sup>3</sup>. La opinión que se hizo el Che sobre Yugoslavia a raíz de una visita en 1959 –el mismo año en que triunfa

---

<sup>3</sup> Justamente es en Yugoslavia donde nace la palabra “autogestión”, cuando a raíz de la ruptura entre Tito y Stalin a fines de los años 40 el Partido Comunista de Yugoslavia empieza a construir un sistema con participación de los trabajadores en la conducción de las empresas, calificado por los líderes yugoslavos como una vuelta “a los orígenes del marxismo” frente a las desviaciones burocráticas del estalinismo (Laserre 1966; Djordjevich 1961).



la Revolución Cubana– fue bastante negativa, viendo en el sistema de competencia en el mercado de las empresas autogestionadas de Yugoslavia y otros mecanismos de gestión de estas empresas como un precedente de un sistema mixto con el capitalismo que rechazó de plano (YAFFE, 2011, p. 41). La concepción que el Che fue desarrollando no era, claramente, una postura autogestionaria, pero sí incluía una idea del rol del trabajo y los trabajadores sumamente activo y lejano a la pasividad del asalariado que recibe indicaciones y órdenes que le son ajenas, planteando la participación y el compromiso activo, incluyendo la presentación de propuestas productivas, organizativas y hasta comerciales por los trabajadores, además de la rotación del trabajo voluntario y la obligación de los directivos de compartir un mes de trabajo anual con los trabajadores de base de las industrias (GUEVARA, 2006; YAFFE, 2011). Todas medidas que rápidamente empezaron a ser desarticuladas ante su salida del ministerio y su partida de Cuba en 1964. Más allá de la presencia fundamental del comandante Guevara en la discusión sobre la construcción del socialismo contra los partidarios cubanos de importar sin mayores adaptaciones el modelo soviético, este fue totalmente implementado en Cuba recién en los años 70.

El caso chileno guarda más relación con otras experiencias latinoamericanas de la época y posteriores, al darse en circunstancias de lucha política en un marco de acceso al gobierno por la vía electoral, la “vía chilena al socialismo”. El programa del gobierno de la Unidad Popular, encabezado por el líder socialista Salvador Allende y formado también por el Partido Comunista y otras formaciones de izquierda, incluía la nacionalización de los sectores estratégicos de la economía (explotación del cobre, empresas industriales, comunicaciones, bancos) y la formación con ellas del “Área Social de la Economía” (GAUDICHAUD, 2016). En el Área Social, además de los interventores gubernamentales, tuvieron una considerable participación los delegados sindicales, generalmente alineados con el PC, en una suerte de cogestión. La oposición frontal de la derecha y el apoyo del gobierno norteamericano al desgaste y a un golpe contra Allende llevó rápidamente al país a una crisis política notoria en que la oposición se radicalizó rápidamente contra el gobierno, que debió hacer frente a desabastecimiento, lock out patronales, conspiraciones permanentes para boicotear al gobierno y finalmente expulsarlo por la fuerza (KRIES, 2013; MONIZ BANDEIRA, 2011; KORNBLUH, 2003). En el curso de esos paros patronales es cuando miles de operarios empiezan a ocupar las plantas sin producir porque sus propietarios

apostaban al quiebre económico del gobierno de la UP, a formar cuerpos de delegados y a volver a ponerlas en funcionamiento. Este proceso, a pesar de las dudas del propio Allende (que frente a la presión de la derecha no las juzgaba oportunas) se hizo masivo y estos “cordones industriales” terminaron ocupando cientos de empresas de todo tipo y a organizarse para manejarlas en forma colectiva. Los cordones industriales no solo se ocuparon de mantener en funcionamiento las fábricas y, por lo tanto, sostener la economía del país a pesar del boicot patronal, sino que comenzaron a consolidar ese principio de autogestión. Desde el plano político, los cordones fueron apoyados por la izquierda radicalizada del MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) y la fracción más a la izquierda del Partido Socialista, mientras no eran bien vistos por la otra parte, más moderada, del PS y por el PC (a pesar de lo cual, no fueron pocos los cordones dirigidos por líderes obreros comunistas) (KRIES, 2013; GAUDICHAUD, 2016). El MIR y el grueso de la izquierda chilena desarrolló el concepto de “poder popular” para caracterizar todas las experiencias de organización autónoma de los sectores populares, desde las comunidades campesinas y el abastecimiento de las ciudades hasta los cordones industriales (GAUDICHAUD, 2016; MAZZEO, 2014). Desde allí, llegaron a tener debates con el propio presidente Allende sobre la situación política, discutiendo la oportunidad de las concesiones tácticas con que el presidente intentaba calmar las ansias golpistas de la derecha. Finalmente, el golpe de estado se dio el 11 de septiembre de 1973, acabando con las vidas de Allende y miles de chilenos, provocando el exilio y la prisión de muchos más y terminando de cuajo con las distintas experiencias de poder popular, incluyendo los cordones industriales.

### **Tomas de fábricas y radicalización obrera en la Argentina**

Después del golpe de estado contra el gobierno peronista en 1955, la lucha obrera en Argentina se radicalizó frente a la reacción de la dictadura de la autodenominada Revolución Libertadora, que apuntó desde el primer momento a quebrar a los sindicatos peronistas. En el período conocido como la “resistencia peronista”, el recurso a la ocupación de fábrica fue usado como una forma más de lucha, tanto sindical como política. Entre estos casos, el más notorio fue el de la toma del Frigorífico Lisandro de la Torre, en el barrio de Mataderos de la ciudad de Buenos Aires. La ocupación del establecimiento conducida por una comisión sindical de lo que

posteriormente se denominó la “izquierda peronista” y los comunistas, se dio en oposición a la privatización de la empresa anunciada por el gobierno de Arturo Frondizi que, paradójicamente, había ganado las elecciones con el apoyo del propio Perón. La ocupación fue un hecho masivo acompañado por el barrio, en el que vivían la mayor parte de los obreros, y terminó en una masiva represión encabezada por los tanques del Ejército (SALAS, 2015). En 1964, en otro período de gobierno civil entre dictaduras (aunque con el peronismo aún proscrito), la Confederación General del Trabajo (CGT) declaró una huelga general y llamó a la ocupación masiva de fábricas. Se calcula que unos 8000 establecimientos fueron ocupados, en general por el impulso de las comisiones sindicales de base (SCHNEIDER 2005, BASUALDO 2010).

A fines de los sesenta, la clase trabajadora argentina vivió un período de movilización y radicalización política que llevó a grandes rebeliones contra la dictadura militar de Juan Carlos Onganía, la más importante el Cordobazo de 1969, en el que miles de obreros y estudiantes mantuvieron la ciudad de Córdoba en su poder durante tres días hasta ser sofocados por el Ejército. Ya en los setenta, este período de luchas de masas generó una serie de episodios de ocupación de fábricas, en medio de una gran tensión política que incluyó la proliferación de guerrillas de izquierda (peronistas y marxistas) y la reacción de parapoliciales de extrema derecha y, posteriormente, el golpe de Estado que llevó a la dictadura genocida de 1976-1983. En ese convulsionado período, especialmente durante el breve período de gobierno de Héctor Cámpora y el tercer e inconcluso gobierno de Perón, se ocuparon cientos de fábricas en medio de conflictos gremiales, y en algunos casos como la Petroquímica PASA, se llegó incluso a implementar un breve “control obrero de la producción”. El punto máximo de las movilizaciones obreras llegó en agosto de 1975 en respuesta al plan de shock conocido como el “Rodrigazo”, en que una huelga general de todas las tendencias sindicales obligó al gobierno a expulsar a los ministros más repudiados (el propio Rodrigo y José López Rega, organizador de la ultraderechista Triple A, responsable de más de 1500 asesinatos de dirigentes y militantes de izquierda). Fue, en rigor, la última gran movilización antes de la imposición de un masivo y trágico terrorismo de Estado.

En los años ochenta, con la vuelta del régimen democrático en 1983, el país recuperó rápidamente sus sindicatos aunque el ala izquierda del sindicalismo había sido diezmada y debilitada por la dictadura. En medio de una gran crisis económica

que fue el prólogo a la imposición del neoliberalismo radical del gobierno de Carlos Menem a partir de 1989, algunos sectores sindicales encabezaron huelgas con ocupación de fábrica. La más notoria fue la de la mayor planta de la automotriz Ford, que llegó incluso a poner en producción las líneas de montaje antes de ser derrotada por la intransigencia del gobierno y la empresa con la complicidad del sindicato SMATA. En el caso de la fábrica Lozadur, los trabajadores llegaron a formar una cooperativa que funcionó durante un par de años antes del cierre definitivo durante la hiperinflación desatada en 1989.

### **Autogestión obrera en México**

En las décadas que siguieron a la Revolución Mexicana la clase obrera creció en número de la mano de una economía fuertemente orientada por el Estado, logrando a partir del período presidencial de Lázaro Cárdenas una fuerte presencia sindical y una legislación laboral (GILLY, 2017) que, entre otras cosas, favoreció en años posteriores algunos procesos de recuperación en el marco de grandes conflictos fabriles. Ya mencionamos el establecimiento a partir de uno de estos casos de la enorme cooperativa Cruz Azul, a la que siguió, ya en los años ochenta, la fábrica de refrescos Pascual. El cooperativismo se expandió en algunos sectores de la economía favorecidos por la política gubernamental, como por ejemplo en el sector pesquero (DOMÍNGUEZ CARRASCO, 2007). Las cooperativas pesqueras fueron privilegiadas por el Estado con zonas de pesca exclusiva para las cooperativas de pescadores y la compra de su producción, pero esa dependencia estatal terminó sellando su suerte cuando el presidente Salinas de Gortari emprendió un giro neoliberal y les quitó esos beneficios para permitir la entrada de las grandes empresas pesqueras a la explotación y el mercado, provocando la quiebra y desaparición masiva de las cooperativas (ANGUIANO, 2010; TREJO, 2012).

A pesar de estos antecedentes, la clase trabajadora mexicana no reconoce una fuerte tradición de autogestión y cooperativas. La radicalización política juvenil que representó el 68 mexicano, reprimido en forma sangrienta por el gobierno de Echeverría en la trágica masacre de Tlatelolco, no llegó a incorporar la autogestión como una de sus premisas, como sí ocurrió en Francia o Italia en el mismo año (procesos mucho menos cruentos, por otra parte). Además, junto a la tradición obrera, en México predomina el campesinado como factor importante de las luchas populares,

en las que las ideas de autogestión industrial estaban ausentes, por lógica. Sin embargo, las tradiciones culturales indígenas, basadas en la comunidad rural, se expresaron durante todo el siglo XX a través de las luchas campesinas, especialmente la reforma agraria perseguida por los líderes de la Revolución de principios del siglo XX, en especial Emiliano Zapata. Esto se tradujo, cuando la reforma agraria fue llevada efectivamente adelante por el cardenismo, en el reconocimiento de los ejidos y las tierras comunales, lo que contribuyó a reforzar una tradición de organización comunal en las áreas rurales que se transmitió a los barrios pobres y las colonias obreras de las grandes ciudades (GILLY, 2017).

El caso de Refrescos Pascual en 1985 fue propiamente una empresa recuperada después de una huelga de dos años que en cualquier otro país hubiera sido casi imposible de imaginar, pero que la legislación laboral mexicana permitía (TAIBO II, 2010). Pascual es un caso testigo de lo que actualmente llamaríamos, a partir del ejemplo argentino, empresa recuperada, y que en México en cambio se podría distinguir como cooperativas provenientes de conflictos sindicales. Tanto la antigua Cruz Azul como Pascual y, más recientemente, TRADOC, responden a esa tipología (PACHECO REYES, 2018). Sin embargo, se trata de los casos más notorios, grandes fábricas con cientos o miles de trabajadores y conflictos extremos que concitaron gran atención en su momento, mientras que no hay registros o investigaciones que permitan identificar otros casos menos evidentes, que, de existir (y todo hace presumir que sí) quedan entremezclados en la masa del resto de las cooperativas. El conflicto de Pascual comenzó como una huelga por despidos y reivindicaciones típicas de un conflicto gremial y culminó con los trabajadores que quedaron tras dos años de lucha (unos 300) conformando una cooperativa debido a la imposibilidad de la empresa para retomar las actividades por las pérdidas ocasionadas por la huelga prolongada. La cooperativa consiguió expandirse a pesar de competir contra los gigantes mundiales de la actividad como la Coca Cola, llegando a la actualidad con miles de trabajadores y conservando a pesar del tiempo transcurrido un protagonismo en el apoyo a las luchas obreras, siendo parte con otros sindicatos combativos de la fundación de la Nueva Central de Trabajadores (Pacheco Reyes 2018).

Otro caso similar fue el conflicto de la fábrica de neumáticos (llantas) Continental, antes Euzkadi, en la ciudad de Guadalajara, que después de un conflicto

aún más prolongado que el de Pascual y con el apoyo del sindicato de la casa central en Alemania consiguió la cesión de la planta y conformó la Cooperativa Trabajadores Democráticos de Occidente (TRADOC) (GÓMEZ DELGADO, 2008; LUNA BRODA, 2011). Esta cooperativa para mantener el nivel de inversiones de la empresa hizo un acuerdo con una empresa de capitales norteamericanos para poder exportar a los Estados Unidos y, finalmente, los trabajadores vendieron sus acciones por no poder sostener el nivel de inversiones necesario para equipararse con la empresa asociada, pasando a ser empleados de sus anteriores pares. Esto sucedió después de más de diez años de cogestión, conservando de todos modos la cooperativa (que no se disolvió) la comercialización de una línea de neumáticos propia en el mercado mexicano y, fundamentalmente, debido a la derrota interna sufrida por la conducción histórica de la cooperativa, con sospechas incluso de involucramiento del narcotráfico en la compra de votos de trabajadores para su derrota y expulsión<sup>4</sup>.

El conflicto más importante y más reciente es el del Sindicato Mexicano de Electricistas (SME), una de las organizaciones gremiales más antiguas de México y que representaba a los trabajadores de la empresa estatal de energía eléctrica que proveía a la Ciudad de México, Luz y Fuerza del Centro (MONTES DE OCA, 2019). El sindicato se había transformado durante el gobierno del presidente Felipe Calderón, del derechista Partido de Acción Nacional (PAN), en uno de los más férreos opositores a la política neoliberal del gobierno. Calderón decretó a fines de 2009 la “extinción” de la empresa, tomando todas sus instalaciones con la policía y las Fuerzas Armadas para evitar la resistencia del sindicato y sus 44.000 trabajadores. Siguió una lucha prolongada y en condiciones muy difíciles, en la que unos 20.000 trabajadores no aceptaron la indemnización y siguieron la postura intransigente del SME, y que incluyó manifestaciones, acampes (“plantones”), huelgas de hambre, recursos judiciales y todo tipo de medidas, que fueron ignoradas sistemáticamente por Calderón y su sucesor del PRI Enrique Peña Nieto. Hacia el final del gobierno de este último (los períodos presidenciales en México son de seis años), el SME logró mediante una negociación la autorización para formar una cooperativa con sus afiliados que no hubieran liquidado sus despidos (a esa altura, unos 15.000) y la cesión de las antiguas instalaciones de Luz y Fuerza del Centro para capitalizar la nueva empresa. De esta forma, la Cooperativa LyF del Centro se convirtió en una de las cooperativas de

---

<sup>4</sup> Comunicación personal del autor con los dirigentes de la corriente democrática de TRADOC.

trabajadores más grandes del mundo, manejando varios talleres de la enorme ex empresa estatal e incluso varias usinas hidroeléctricas en los alrededores de la Ciudad de México (PACHECO REYES, 2018). Sin embargo, todavía no han logrado volver a emplear a la totalidad de los ex empleados de la compañía y deben competir contra otras empresas en un mercado eléctrico privatizado y desregulado, concentrándose en reparaciones, instalaciones y trabajos de mantenimiento, debido a que la provisión eléctrica la realiza la otra empresa pública que se ocupaba del resto del país (MONTES DE OCA, 2019). El SME viene debatiendo a su interior el complejo pasaje de ser una organización sindical de una empresa pública a desarrollar una empresa autogestionada, con la particularidad de que quiere preservar su condición de organización sindical. La asociación con una empresa portuguesa para la gestión conjunta de las hidroeléctricas, además de la capitalización como en el caso de TRADOC, tiene la finalidad de conservar activo al sindicato. El SME conduce no sin dificultades esta transición, que continúa al momento de escritura de este texto.

### **Control obrero y consejos comunales en Venezuela**

Uno de los aspectos menos conocidos del proceso revolucionario bolivariano en Venezuela es la existencia de procesos de control obrero y recuperación de distintas fábricas y empresas por los trabajadores. Así como las aristas de la disputa política y económica por el control del Estado y el desarrollo de políticas estatales que avancen hacia lo que Hugo Chávez denominó el “socialismo del siglo XXI” han sido ampliamente discutidas y analizadas, ese otro proceso, que se ha ido desarrollando en los lugares de trabajo y en la construcción del poder de la clase trabajadora en la producción y en la gestión de las distintas áreas de la economía, aparece en un segundo o tercer plano, no sólo en el discurso político sino incluso en la formulación teórica y la investigación académica .

Como un primer intento de avanzar en la transformación económica dando amplia participación a los sectores populares, Chávez adoptó varias herramientas, una de las cuales fue la formación masiva de cooperativas, dando un fuerte impulso a la llamada “economía popular”. La creación de un ministerio y el fomento a la creación de cooperativas y núcleos de desarrollo endógeno a nivel comunal fueron las principales herramientas de esta política, mucho más importante en los sectores rurales que en los urbanos. Aunque posteriormente muy criticada porque ese fomento

masivo al cooperativismo no tuvo los efectos deseados, entre otras cosas por una sobreestimación de la capacidad transformadora de la herramienta cooperativa en sí misma aislada de una política de promoción de una nueva lógica de funcionamiento económico basado en lo colectivo, y por la profusión de cooperativas que se armaron al solo efecto de percibir las abundantes líneas de financiamiento estatal, se trató del primer ensayo (y error) chavista hacia una economía bajo control de los trabajadores. El resultado fue que, entre 2001 (con la nueva ley de cooperativas) y 2008, se crearon más de 260.000 cooperativas, de las cuales se calcula que llegaron a funcionar efectivamente unas 70.000. De estas, y según datos oficiales citados por Azzellini (2011:6-7), casi el 50% correspondían al sector servicios, y solo el 25% a producción, incluyendo alimentos y otros productos, entre los cuales el sector industrial ocupó a una bajísima porción.

El interés del gobierno por los procesos de autogestión obrera fue acelerado por los intentos sucesivos de golpe de Estado en 2002 y 2003, que sometieron al gobierno y las organizaciones populares venezolanas a una prueba de fuerza donde se tensaron al máximo las contradicciones sociales y sus expresiones políticas, culturales y económicas. Fue en el contexto del sabotaje a la economía del país encabezada por la burocracia técnica y administrativa de la empresa petrolera estatal (PDVSA) en que los trabajadores venezolanos comenzaron a dar muestras de su capacidad para ensayar el camino autogestionario. Fueron los obreros petroleros los que ganaron la batalla decisiva en ese conflicto al conseguir poner en funcionamiento la gigantesca empresa, a pesar del sabotaje y la ausencia de los sectores gerenciales y tecnocráticos (SÁNCHEZ OTERO, 2013).

Es a partir de este momento donde se empieza a ver en la experiencia de las empresas recuperadas argentinas una fuente de inspiración. El gobierno empezó a expropiar empresas que habían sido abandonadas o cerradas por sus propietarios en el marco del conflicto y que siguió prolongándose como boicot a la economía venezolana hasta mediados de 2005, muchas de ellas ya ocupadas por sus trabajadores. Los casos más notorios de empresas recuperadas mediante este procedimiento fueron la papelera INVEPAL (ex Venepal), INVEVAL (ex Constructora Nacional de Válvulas) y Sanitarios Maracay (se trata de un proceso algo posterior, iniciado en noviembre 2006), llegando a totalizar unas 40 empresas (AZELLINI, 2012:171). A diferencia de los casos de otros países latinoamericanos, las empresas



recuperadas venezolanas atravesaron complejos procesos de relacionamiento con el Estado que incluyeron su conformación como cooperativa para integrar una empresa de cogestión, en que el Estado detentaba el 51% del capital y la cooperativa el 49 restante, aunque por lo general la resolución práctica fue más compleja y atravesó diferentes formas y conflictos alrededor de la conformación de los directorios, la participación de los trabajadores y el tipo de aportes económicos del Estado, en una disputa que, bajo diferentes formas, se fue repitiendo en lo sucesivo.

Las dificultades en la recuperación de las fábricas expropiadas, sumada a la necesidad económica de una rápida puesta en funcionamiento y una intención de avanzar rápidamente hacia un modelo de economía socialista (que desde distintos sectores gubernamentales se seguía pensando básicamente en una economía planificada y administrada en forma centralizada, con poco lugar para la participación de los trabajadores) dio paso a una serie de cuestionamientos más o menos explícitos a la experiencia tanto de las cooperativas como de las empresas recuperadas. El fundamento habitual estaba basado en las ideas marxistas clásicas en contra de las cooperativas, como una expresión económica que beneficiaba a un conjunto particular de trabajadores que pasaban a ser propietarios y que no articulaban su empresa a las necesidades generales de la economía. Asimismo, algunos casos de corrupción interna, en la que estuvieron implicados trabajadores pero también administradores o gerenciantes estatales (AZZELLINI, 2011:17-18) y los conflictos entre administradores estatales y trabajadores que se empezaron a dar en las empresas cogestionadas, colaboraron para que se rediscutiera la cuestión y se empezara a hablar de un nuevo modelo, la “empresa o fábrica socialista”.

En 2005 aparece ya la figura, algo confusa, de la EPS, Empresa de Producción Social, empresas que deben tener como objetivo la integración a las necesidades sociales y la articulación con cooperativas, el aporte del 10 al 15% de las utilidades a la inversión social y un funcionamiento de democracia interna (AZZELLINI, 2011:7). Al rediscutirse la idea de “empresa socialista” (especialmente al intentar una nueva reforma constitucional, rechazada por muy poco en un referéndum en el año 2007) como parte del avance hacia el socialismo del siglo XXI, la EPS pasó a ser Empresa de Propiedad Social, lo que comenzó a marcar su articulación con los consejos comunales primero, y las comunas, después (AZZELLINI, 2012: 248). La nueva EPS puede ser indirecta (administradas por el Estado) o directa, siendo las directas las que

responden a las comunas y las llamadas fábricas socialistas, que en la práctica son fábricas estatales con diferentes modalidades o intentos de control obrero.

En 2007 se produce la primera experiencia del sistema denominado de control obrero, una cogestión formada por una dirección electa y un consejo con participación de trabajadores, que dio lugar al lanzamiento de la política de las “fábricas socialistas” como segunda etapa de la lucha dentro de las empresas por darle mayor poder a los trabajadores dando lugar, posteriormente, al llamamiento a la formación de los consejos socialistas de trabajadores y trabajadoras, inspirados en las tradiciones de control obrero y consejos de la primera posguerra mundial y otras experiencias históricas. Chávez declaró en numerosas ocasiones que el socialismo no se podía limitar a una parte de la actividad económica o a la organización estatal, sino que debía constituirse en un sistema de autogobierno, de autogestión generalizada (citando a Mézaros) y cuando, a partir de 2007, comenzó a reestatizar las grandes empresas públicas privatizadas en los años 80 y 90, impulsó la creación del movimiento de control obrero para fortalecer un proceso de transformación en la gestión de estas empresas en el sentido de avanzar en transformaciones de la economía venezolana en un sentido socialista. Así, se dio un primer gran hito en este proceso con el lanzamiento, en mayo de 2009, del Plan Guayana Socialista 2009-2019, en el complejo industrial de la región, donde ya se había dado la renacionalización de la enorme siderúrgica SIDOR y otras fábricas<sup>5</sup>. Junto con el llamado a desarrollar el control obrero, Chávez hizo lo propio con las comunas, organismos territoriales de poder popular, en que no solo se descentralizaría la autoridad política y se empezaría a formar una alternativa de poder al propio Estado, sino que se desarrollarían elementos de gestión económica comunitaria. Aprobado el plan por el presidente, las burocracias administrativas y políticas de las diferentes empresas demoraron su implementación hasta la intervención personal del propio Chávez, que pronunció la frase “yo me la juego por los trabajadores” y nombró a trabajadores en la dirección de todas las empresas. Sin embargo, la experiencia chocó contra la corrupción instalada desde hacía años en las compañías, con la oposición de la dirigencia política y, especialmente, de los sindicatos. La enfermedad y la posterior muerte de Chávez terminaron por acabar con esta experiencia que enfrentó

---

<sup>5</sup> El ideólogo y primer responsable de este Plan fue un conocido referente de la izquierda venezolana, Carlos Lanz Rodríguez, que recientemente desapareció en confusas circunstancias.

una feroz resistencia y no logró mantenerse en el tiempo. Si bien la corrupción y la complicidad entre dirigentes políticos, los viejos directivos y los sindicalistas fue el nudo de poder que los consejos de trabajadores no lograron desatar, fue en la Guayana donde se desarrolló la experiencia más potente de control obrero, en especial a partir de la fábrica Alcasa, donde, en 2011, se reunió el primer encuentro de consejos socialistas de trabajadores y trabajadoras, en el que 900 delegados de toda Venezuela discutieron las condiciones políticas y económicas del proceso y conformaron el Movimiento Nacional por el Control Obrero.

Para esa altura, los consejos de trabajadores se habían extendido por cientos de empresas y fábricas venezolanas, con el consejo de trabajadores como organismo básico para el control obrero. En palabras de Chávez, citando al entonces ministro de planificación Jorge Giordani, “la acumulación productiva en la transición (al socialismo) estaría dada por (...) la incorporación de mecanismos de autogestión productiva a nivel colectivo”, como una de las condiciones para su realización. Los consejos de control obrero eran, en este esquema, un elemento fundamental para que las fábricas y empresas de propiedad estatal o propiedad social directa avanzaran hacia el modelo de empresa socialista.

Los consejos, entonces, se pensaron como herramientas para el control obrero y no para la lucha gremial o reivindicativa en la que adquiere sentido el sindicato y en la que se desarrolló su estructura. Sin embargo, los trabajadores, por lo general, plantearon a los consejos como una nueva organización de tipo sindical, cuya utilidad estaba en solucionar problemas o reclamar y perseguir reivindicaciones. De esta manera, se desdibujaba la diferencia entre consejo y sindicato, por lo cual, en los casos en que el sindicato era muy débil o no tenía presencia, el consejo pasaba a desempeñar su papel, y en donde éste era fuerte, entraba en colisión.

El debilitamiento de la política de impulso y apoyo a los consejos después del fallecimiento de Hugo Chávez no hizo más que exacerbar esas disputas donde las había y hacer decaer rápidamente la existencia y el poder de los consejos en el resto. El presidente Maduro, que proviene del sindicalismo, no continuó dando impulso a la política de los consejos de trabajadores. Sin legalidad, su legitimidad provenía del impulso de las bases y del apoyo explícito de Chávez. Si bien el Movimiento por el Control Obrero continúa existiendo, su fuerza principal sigue residiendo en la Guayana, donde se dieron las experiencias más potentes (aunque los trabajadores

que habían logrado colocar en la presidencia de las empresas han sido desplazados) y se ha debilitado en el resto del país. Pero, a pesar de este retroceso, la idea y los objetivos del control obrero han quedado instalados en la memoria de la clase trabajadora venezolana, y se siguen manifestando tanto en los conflictos dentro de las empresas estatales como en las experiencias más recientes, ligadas a la idea de las comunas.

### **Las empresas recuperadas en la Argentina: el resurgir de la autogestión**

En la Argentina, en particular, pero también en el resto de los países de América del Sur, la dictadura militar significó un quiebre brutal en el proceso de lucha de la clase trabajadora, en la trasmisión de la memoria histórica y de resistencia y, especialmente, en el horizonte de posibilidades y objetivos de los movimientos. Especialmente en este último aspecto, el giro decisivo fue el viraje internacional que significó la caída del “socialismo real” que dio paso a la hegemonía mundial del neoliberalismo y a la implantación de un régimen de libre comercio globalizado y, en lo político-ideológico, a una derrota de las perspectivas revolucionarias mayoritarias en el siglo XX. En el campo de las luchas obreras y de los procesos autogestionarios, este viraje histórico dio lugar a un contexto defensivo para las luchas autogestionarias, que pasaron a darse como consecuencia de las mismas políticas económicas neoliberales que llevaron, entre otras medidas, a privatizaciones, desocupación masiva y cierre de industrias y pequeñas y medianas empresas, con el resultado de altísimas tasas de desempleo.

Es en ese marco que la experiencia de las empresas recuperadas por sus trabajadores deben, a nuestro juicio, interpretarse. Las empresas recuperadas surgieron al conocimiento público durante la crisis de los años 2001 y 2002 como uno de los movimientos más representativos de la resistencia y creatividad de la clase trabajadora argentina al enfrentar las consecuencias del desastre neoliberal. Pero, al igual que en el Brasil (en los que encontramos una cantidad de “empresas de autogestión” ya en los años 80) y en el Uruguay (donde surgen como consecuencia de la crisis que se desató allí en 2002 como coletazo de la crisis argentina), se dan en marco general muy distinto a una crisis revolucionaria o un movimiento de auge de las luchas obreras. Al contrario, en especial en la Argentina, se dan en un momento de desarticulación del movimiento sindical y de empobrecimiento general de la población,

deterioro del salario, destrucción de los sistemas de seguridad social, junto con la formación de masivos movimientos sociales de desempleados en lugar de grandes huelgas sindicales. Es este contexto el que impregna a las ocupaciones y procesos de “recuperación” el carácter de movimientos de resistencia, que deben enfrentar todo tipo de dificultades y cuya autogestión es, antes que una elección deliberada, un camino dejado abierto por la imposibilidad de recuperar un empleo tradicional, en empresas capitalistas o estatales.

Se trata de empresas de diverso tipo, muchas de ellas de distintas ramas de la industria (por lo que muchas veces se habla de “fábricas recuperadas”, aunque hay todo tipo de unidades económicas), cerradas por las patronales por motivos diversos (en su mayoría a través de procesos de vaciamiento y quiebra fraudulenta) y puestas en producción nuevamente por sus antiguos trabajadores y trabajadoras por medio de la autogestión, adoptando en general la forma jurídica de cooperativas de trabajo. De acuerdo a los datos del programa Facultad Abierta de la UBA, en abril de 2023 había más de 430 ERT en todo el país agrupando a unos 15000 trabajadores y trabajadoras (las mujeres son aproximadamente el 30% de la fuerza laboral de las recuperadas). La mayoría de estos casos, unos 300, son posteriores a la crisis de 2001, demostrando que este tipo de procesos, si bien están lejos de ser mayoritarios, se han ido incorporando a la variedad de herramientas de lucha de la clase trabajadora argentina. La autogestión, encarnada en estas cooperativas de trabajadores que se autodenominaron “empresas recuperadas”, ha resurgido en manos de una práctica obrera que responde a un movimiento de abandono por el capital de sus antiguas fuentes de empleo.

Se trata, en suma, de un proceso complejo y multifacético, que pone de relieve la reaparición de procesos de autogestión del trabajo en circunstancias diferentes a la de los ejemplos clásicos citados generalmente como antecedentes históricos como la Comuna de París o la Yugoslavia de Tito, pero que entronca, con todas sus diferencias de circunstancias, contextos y prácticas, con la rica historia que posee América Latina, con toda su heterogeneidad, y que hemos recorrido en forma sintética en este artículo. No se trata de ejercicios revolucionarios sino de expresiones de resistencia frente al proceso de exclusión de gran parte de la clase trabajadora del mercado de trabajo, característica de las economías que atravesaron por períodos de hegemonía

neoliberal y, más en general, del capitalismo global de finales del siglo XX y principios del siglo XXI.

Es así como la autogestión obrera (así como otros conceptos que podemos asimilar como control obrero o poder popular) pasa de ser una idea de avanzada o de un proyecto de transformación social revolucionaria a la descripción analítica de una práctica surgida de las luchas antes que de la teoría y la acción política consciente.

## **Bibliografía**

AA.VV. **Congresos de las internacionales socialistas, selección de documentos**. Buenos Aires: Siglomundo, CEAL, 1969.

ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **La historia del movimiento cooperativo**. Ver: <https://www.ica.coop/es/cooperativas/historia-movimiento-cooperativo>. Consultado el 26 de mayo de 2020.

ANGUIANO, Arturo. **El ocaso interminable**. Política y sociedad en el México de los cambios rotos. México: Ediciones Era. 2010.

ANTIVERO, Javier y Elena, Paloma. 2011. Sindicatos y Empresas Recuperadas en Argentina: continuidades, rupturas e innovaciones surgidas a través de las experiencias autogestionarias de los trabajadores. **Ponencia presentada al II Encuentro Internacional La economía de los trabajadores**, México DF, 9 al 11 de junio de 2011.

ARBOLEYA CERVERA, Jesús. 2008. **La revolución del otro mundo**. Un análisis histórico de la revolución cubana. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.

AZZELLINI, Dario. "De las cooperativas a las empresas de propiedad social directa en el caso venezolano". En: Piñeiro Harnecker, Camila (compiladora). **Cooperativas y socialismo: una mirada desde Cuba**. La Habana: Editorial Caminos. 2011.

AZZELLINI, Dario. **De la cogestión al control obrero**. Luchas de clases al interior del proceso bolivariano. Tesis de Doctorado en Sociología; Benemérita Universidad Autónoma de Puebla. 2012.

BASUALDO, Victoria. "Los delegados y las comisiones internas en la historia argentina: 1943-2007". En: Schorr, Martín et al. **La industria y el sindicalismo de base en la Argentina**. Buenos Aires: Atuel. 2010.

BUCH, Luis y SUÁREZ, Reinaldo. **Gobierno revolucionario cubano**. Primeros pasos. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales. 2009.

COLE, GDH. **Historia del pensamiento socialista**, tomo I, Los precursores 1789-1856. México: Fondo de Cultura Económica. 1957.

CUSHION, Steve. **Movimiento obrero revolucionario**. Santiago de Cuba: Editorial Oriente. 2018.

DOMÍNGUEZ CARRASCO, Juan Gerardo. **Las cooperativas**. “Polos de desarrollo regional en México”. México: Red Bioplaneta. 2007.

DJORDJEVICH, Jovan. 1961. Yugoslavia, democracia socialista. México: Fondo de Cultura Económica.

GAUDICHAUD, Franck. **Poder popular y cordones industriales**. Santiago: LOM Ediciones. 2004.

GAUDICHAUD, Franck. **Chile 1970-1973**. Mil días que estremecieron al mundo. Poder popular, cordones industriales y socialismo durante el gobierno de Salvador Allende. Santiago: LOM Ediciones. 2016.

GUEVARA, Ernesto. **Apuntes críticos a la economía política**. La Habana: Centro de Estudios Che Guevara/Editorial Ciencias Sociales. 2006.

GILLY, Adolfo. **El Cardenismo**. Una utopía mexicana. México: Ediciones Era. 2017.

GÓMEZ DELGADO, Enrique. **Ellos sí pudieron mirar el cielo**. La victoria obrera en Euzkadi. México: Ediciones El Socialista. 2008.

HERNÁNDEZ, Salvador. “Tiempos libertarios. El magonismo en México: Cananea, Río Blanco y Baja California. En: Cardoso et al. **La clase obrera en la historia de México**. De la dictadura porfirista a los tiempos libertarios. México: Siglo XXI Editores/UNAM. 1996.

ITURRASPE, Francisco (ed.). **Participación, Cogestión y Autogestión en América Latina/2**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad. 1986.

JARAMILLO, Ana (comp.) **Cooperativismo y Justicialismo**. Remedios de Escalada: Ediciones de la UNLA. 2012.

KRIES, Rafael (comp.). **Los viejos del cordón industrial**. Reflexiones sobre poder popular y movimientos de base en Chile (1972-1973). Caracas: Celarg. 2013.

KORNBLUH, Peter. **Los EE.UU y el derrocamiento de Allende**. Una historia desclasificada. Santiago: Ediciones B. 2003.

LASERRE, Georges. **La empresa socialista en Yugoslavia**. Barcelona: Editorial Nova Terra. 1966.

LUNA BRODA, Sarya. Apuntes para la discusión sobre autogestión obrera y la precarización laboral en empresas transnacionales a partir del caso de Euzkadi en México. **OSERA nº4**, Buenos Aires. 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. 1986. "El provenir de las cooperativas". En: Iturraspe, Francisco (ed.). **Participación, Cogestión y Autogestión en América Latina/2**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad.

MARTÍNEZ, Carlos y RUGGERI, Andrés. "El cooperativismo rural argentino. Una breve historia." En: Mazin, Angelo et al. **Questao agraria, cooperação e agroecología**. V. 2. Sao Paulo: Outras Expressões. 2016.

MAZZEO, Miguel. **Introducción al poder popular**. "El sueño de una cosa". Santiago: Tiempo Robado Editoras. 2014.

MONIS BANDEIRA, Luis Alberto. **Fórmula para el caos**. La caída de Salvador Allende (1970-1973). Buenos Aires: Corregidor. 2011.

MONTES, Verónica y RESSEL, Beatriz. Presencia del cooperativismo en Argentina. **Revista UniRcoop**, Vol. 1, nº 2, Universidad Nacional de La Plata. 2003.

MONTES DE OCA, Humberto. "Formar una cooperativa fue la forma de no abandonar la lucha". Entrevista de Andrés Ruggeri. En: **revista Autogestión para otra economía**, nº. 8, p. 31-36. Buenos Aires: Ediciones Callao. 2019.

PACHECO REYES, Celia. "Mudanza: sindicalismo y cooperativas de trabajo en México. En: Partenio, Florencia y Ruggeri, Andrés (comp.). **Empresas recuperadas y cooperativas de trabajadores em América Latina**. Buenos Aires: Red Latinoamericana de Investigadores de Empresas Recuperadas. SPU. 2018.

PLÁ, Alberto J. **América Latina siglo XX**. Economía, sociedad, revolución. Caracas: Ediciones de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela. 1980.

PLOTINSKY, Daniel. **El dinero de los argentinos en manos argentinas**. Historia del cooperativismo de crédito. Buenos Aires: Ediciones Idelcoop. 2018.

RONCHI, Verónica. **La cooperación integral**. Historia de "El Hogar Obrero". Buenos Aires: Ediciones Fabbro. 2016.

RUGGERI et al. **Las empresas recuperadas en la Argentina**. 2010. Informe del tercer relevamiento de empresas recuperadas. Buenos Aires: Ediciones de la Cooperativa Chilavert. 2011.

RUGGERI et al. **Las empresas recuperadas por los trabajadores en los comienzos del gobierno de Mauricio Macri**. Estado de situación a mayo de 2016. Buenos Aires. Cooperativa Cultural Callao/Programa Facultad Abierta. 2016.

RUGGERI et al. **Las empresas recuperadas por los trabajadores en el gobierno de Mauricio Macri**. Buenos Aires. Cooperativa Cultural Callao/Programa Facultad Abierta. 2018.

RUGGERI, Andrés. **¿Qué son las empresas recuperadas?** Autogestión y resistencia de la clase trabajadora. Buenos Aires: Continente/Peña Lillo. 2014.



RUGGERI, Andrés. **Autogestión y revolución.** De las primeras cooperativas a Petrogrado y Barcelona. Buenos Aires: Ediciones Callao. 2018.

SALAS, Ernesto. **La Resistencia peronista.** La toma del frigorífico Lisandro de la Torre. Buenos Aires: Punto de Encuentro. 2015.

SCHNEIDER, Alejandro. **Los compañeros.** Trabajadores, izquierda y peronismo, 1955-1973. Buenos Aires: Imago Mundi. 2005.

TABLADA, Carlos. **El pensamiento económico de Ernesto Che Guevara.** La Habana: Ruth Casa Editorial. 2005.

TAIBO II, Paco Ignacio. **Décimo round.** México: Sociedad Cooperativa de Trabajadores de Pascual. 2010.

TREJO, Rubén. **Despojo capitalista y privatización en México, 1982-2010.** México: Ítaca. 2012.

WINN, Peter. **Tejedores de la revolución.** Los trabajadores de Yarur y la vía chilena al socialismo. Santiago: LOM Ediciones. 2004.

YAFFE, Helen. **Che Guevara.** Economía en revolución. La Habana: Editorial José Martí. 2011.

## A RELAÇÃO ENTRE DEMOCRACIA, TERRITÓRIO E ECONOMIA: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA VENEZUELANA<sup>1</sup>

Layssa Ramos Maia de Almeida<sup>2</sup>  
Felipe Addor<sup>3</sup>  
Bianca de Carvalho Pereira Campos<sup>4</sup>

### Resumo

Partindo de uma visão crítica do atual modelo democrático hegemônico na América Latina, destaca-se a necessidade de se experimentar novas práticas democráticas que estejam vinculadas com a dinâmica territorial do cotidiano e que busquem contribuir para sistemas econômicos menos desiguais. Nesse sentido, fazemos uma análise da experiência venezuelana da “*democracia participativa y protagónica*”, dos seus limites e potencialidades, no sentido de inspirar outras experiências de aprofundamento da democracia na região.

**Palavra-chave:** Venezuela; Democracia Participativa; Conselhos Comunais; Território; Economia Comunal.

### LA RELACIÓN ENTRE DEMOCRACIA, TERRITORIO Y ECONOMÍA: REFLEXIONES A PARTIR DE LA EXPERIENCIA DEMOCRÁTICA

### Resumen

Partiendo de una mirada crítica al actual modelo democrático hegemónico en América Latina, se destaca la necesidad de experimentar con nuevas prácticas democráticas que se vinculen a las dinámicas territoriales de la vida cotidiana y que busquen contribuir a sistemas económicos menos desiguales. En este sentido, analizamos la experiencia venezolana de “*democracia participativa y protagónica*”, sus límites y sus potencialidades, para inspirar otras experiencias de profundización democrática en la región.

**Palabra clave:** Venezuela; Democracia Participativa; Consejos Comunales; Territorio; Economía Comunal.

### THE RELATIONSHIP BETWEEN DEMOCRACY, TERRITORY AND ECONOMY: REFLECTIONS BASED ON THE VENEZUELAN DEMOCRATIC EXPERIENCE

### Abstract

Starting from a critical view of the current hegemonic democratic model in Latin America, the need to experiment with new democratic practices that are linked to the territorial dynamics of everyday life and that seek to contribute to less unequal economic systems is highlighted. In this sense, we analyze the Venezuelan experience of “*participatory and protagonist democracy*”, its limits and its potential, in order to inspire other experiences of deepening democracy in the region.

**Keyword:** Venezuela; Participatory Democracy; Communal Councils; Territory; Communal Economy.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 18/07/2023. Primeira Avaliação em 08/08/2023. Segunda Avaliação em 05/08/2023. Aprovado em 29/10/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59264>

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências Sociais, Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade (CPDA)/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Brasil. Pesquisadora-Extensionista do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: [layssarma@gmail.com](mailto:layssarma@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7095630608021526>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4410-7056>.

<sup>3</sup> Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). - Brasil; Docente do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES)/Universidade Federal do Rio de Janeiro

E-mail: [felipe@nides.ufrj.br](mailto:felipe@nides.ufrj.br).

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4471650676535041>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9419-0487>.

<sup>4</sup> Mestranda em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS)/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4449746715118434>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3042-909X>.

## Introdução

A histórica separação entre as esferas econômica e política produzida pelo capitalismo desde sua consolidação tem produzido efeitos sistemáticos na forma como se constituem as relações sociais, redefinindo conceitos, como cidadania e democracia, e práticas, como a gestão do Estado, alterando as posições de poder previamente conhecidas. Fundou-se, assim, uma imagem do capitalismo como um sistema essencialmente econômico, interessado nos movimentos do mercado e apartado das dinâmicas políticas. Além disso, essa configuração acarretou o surgimento de uma “democracia” parcial, apenas política, ao separar a dinâmica da vida comunitária da organização da produção (WOOD, 2003). O que a história tem nos mostrado, entretanto, é uma inegável sustentação política, fortemente estatal, que o capitalismo carrega consigo como uma necessidade, e o profundo impacto da centralização econômica no aprofundamento da prática democrática.

Entre tantas reflexões possíveis a partir dessa constatação, o debate sobre a possibilidade da coexistência entre democracia e capitalismo torna-se muito interessante, uma vez que demanda a convergência inesperada de ações dessas esferas dadas como separadas, além do desvelamento do papel do Estado. Para além da contradição inerente entre, de um lado, uma forma de governo e prática social que pressupõe condições de acesso aos direitos e à participação de parcelas cada vez mais amplas da população baseada em parâmetros de igualdade sócio-política e, de outro, um modelo de funcionamento da sociedade reconhecido por ser promotor de desigualdades em seu desenvolvimento, procuramos destacar o seguinte questionamento: como esperar que o Estado, que tem assumido, majoritariamente, uma postura de facilitador e mediador dos interesses do grande capital nos diversos âmbitos, seja também capaz de manter as condições que nos levam à democracia e promover iniciativas de ampliação democrática?

A reflexão de como esse desafio tem sido enfrentado passa também pelo reconhecimento de uma heterogeneidade das forças e dos projetos políticos que compõem esse Estado e que se colocam em permanente disputa pela definição de suas ações (DAGNINO et al., 2006). As experiências de descentralização administrativa do Estado, por meio do fortalecimento de dinâmicas territoriais, ocorridas ao longo dos anos 1990 e 2000, buscaram a criação de novos arranjos e institucionalidades para além do âmbito estatal, na tentativa de alçar o território como

nova arena política. Construía-se, assim, uma perspectiva de que o exercício direto da cidadania no cotidiano, no território, construindo e consolidando a agenda do público<sup>5</sup>, era capaz de impulsionar novos formatos de democracia política e econômica (PACHECO, 2003).

No presente artigo, buscamos lançar luz na experiência de construção de uma democracia participativa e protagônica desenvolvida na Venezuela, principalmente durante os anos de governo de Hugo Chávez, a partir das lentes teóricas que permeiam esse debate das perspectivas econômica e territorial da democracia no conflito com o capitalismo. Assim, na primeira seção, destacamos brevemente algumas bases do conflito entre democracia e capitalismo, passando por três elementos principais: o processo de separação das esferas econômica e política e seus efeitos na definição de noções importantes, como cidadania, liberdade, soberania popular; a sustentação política (estatal) do capitalismo; e a busca pela inserção da dinâmica territorial como uma das alternativas a esse embate.

Na segunda seção, descrevemos a experiência venezuelana, buscando apontar seus elementos históricos de construção e desenvolvimento, mas também atualizar esse percurso com uma leitura da conjuntura social, econômica e política atual do país. Por fim, na terceira seção, fazemos uma análise dessa experiência, em suas conquistas e contradições, a partir das lentes teóricas e práticas apresentadas no texto, que embasam o debate sobre a construção de uma prática democrática que coaduna elementos de uma participação cotidiana, territorializada, nos rumos da política e economia do país.

### **Capitalismo e democracia: política, economia e território**

Longe de ter a intenção de resgatar os elementos da passagem histórica do feudalismo para o capitalismo, buscamos destacar brevemente apenas seus desdobramentos nas perspectivas de estruturação da cidadania e da democracia, a partir, principalmente, da fragmentação que produziu entre a política e a economia. Segundo Wood (2003), a transição entre esses dois modelos gerou um deslocamento

---

<sup>5</sup> A agenda do público refere-se ao debate e as formas de ação sobre os assuntos imediatos e cotidianos que ocorrem no entorno da vida familiar e comunitária. Entretanto, diz respeito também às discussões sobre o Estado, suas instituições e as ações que esperamos desses atores, desenvolvendo, assim, dois níveis de exercício cidadão: um germinado no âmbito da comunidade e outro orientado ao lugar mais abstrato da institucionalidade política e econômica (PACHECO, 2003).

do centro do poder do senhorio, como era tradicional no feudalismo, para a propriedade, retirando a centralidade da posição política de poder e lançando-a para uma dimensão estritamente econômica. As autoras Nancy Fraser e Rahel Jaeggi (2020) também descrevem essa situação:

O que foi desmantelado foi um mundo social em que os poderes econômico e político eram efetivamente fundidos, como na sociedade feudal, que conferia o controle sobre o trabalho, a terra e a força militar às mesmas instituições de senhoria e vassalagem. Na sociedade capitalista, pelo contrário, os poderes econômico e político são separados, de modo que a cada um é atribuída sua própria esfera, seu próprio meio e seus *modus operandi* (FRASER; JAEGLI, 2020, p. 57).

De acordo com Wood (2003), é exatamente esse processo que torna possível a instituição da democracia liberal: o surgimento das relações sociais capitalistas de propriedade, pautadas nessas duas esferas isoladas. Ao mesmo tempo em que, na esfera política, os status político, jurídico e militar – que a autora chamou de “extraeconômicos” – passaram a não ser determinantes para definir o poder de se apropriar e explorar, as relações de poder na esfera econômica não estavam atreladas aos privilégios políticos ou jurídicos.

Essa transformação tem efeito substancial na conformação da categoria de cidadão, uma vez que a entrada nesse grupo já não era mais atribuída ao poder socioeconômico. Nesse sentido, a instituição do capitalismo trouxe consigo o debate da garantia da liberdade individual, da igualdade, do trabalho livre e assalariado, e da possibilidade de participação na arena política. A proposta permitia, assim, constituir um grupo de cidadãos mais amplo, baseado em uma igualdade formal, unindo na mesma categoria “multidão trabalhadora e elite proprietária”, como atributo positivo, produzindo o mito da soberania individual.

No plano de fundo, entretanto, permanecia a lógica liberal de exclusividade da nação política, onde a “ideia de ‘governo do povo’ é esvaziada, na medida em que aos cidadãos comuns cabe, sobretudo, formar o governo, mas não governar” (MIGUEL, 2005, p. 8). O capitalismo permitiu, assim, uma ampliação quantitativa da cidadania, mas restringiu qualitativamente sua capacidade, formando uma massa de cidadãos passivos em relação às dinâmicas políticas. A partir dessa reflexão, Wood explica a coexistência entre democracia e capitalismo:

Na democracia capitalista, a separação entre a condição cívica e a posição de classe opera nas duas direções: a posição socioeconômica

não determina o direito à cidadania – e é isso o democrático na democracia capitalista –, mas, como o poder do capitalista de apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de condição jurídica ou civil privilegiada, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica significativamente a desigualdade de classe – e é isso que limita a democracia no capitalismo. As relações de classe entre capital e trabalho podem sobreviver até mesmo à igualdade jurídica e ao sufrágio universal. Neste sentido, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas a deixa fundamentalmente intacta (WOOD, 2003, p. 184).

Esse formato de funcionamento da democracia tornou-se hegemônico e serviu apenas para distanciar os cidadãos da administração dos interesses coletivos e gerar o desinteresse pela política, o afastamento com relação à construção da democracia, o esvaziamento da legitimidade das instituições políticas (como partidos e órgãos do governo representativo: câmara dos deputados, senado) e a falta de sentimento público. O crescente abismo ocasionado por esses elementos têm fortalecido o argumento de que o modelo de democracia representativa baseada apenas no voto não é suficiente para dar conta das complexas demandas sociais que se apresentam, levando a uma profunda crise de representatividade e da própria democracia (ADDOR, 2018).

Nos países da América Latina, soma-se a esse modelo hegemônico de democracia, o avanço das políticas neoliberais <sup>6</sup>e o aumento de sua dependência em relação aos países centrais. Há um reposicionamento do papel do Estado, que passou a priorizar, em sua atuação, os interesses de grandes grupos transnacionais a despeito da construção de políticas e projetos capazes de favorecer e sustentar a soberania nacional. Isso tem se tornado cada vez mais evidente seja pela centralidade de atores privados nas decisões econômicas, seja pelo cerceamento e privatização dos direitos, seja ainda pela reconfiguração do próprio território nacional, de modo a criar barreiras físicas que contribuem para invisibilizar novas proposições de atividades econômicas, de transporte, de comunicação, cultura, organização e mobilização popular.

---

<sup>6</sup> "(...) o neoliberalismo cada vez mais esvazia as capacidades políticas com as quais o capital contava, historicamente, tanto no nível do Estado quanto no nível geopolítico. Como resultado desse esvaziamento, as condições políticas de possibilidade do capitalismo também são hoje um lugar central e um foco da crise capitalista. Podemos falar aqui de uma crise política da sociedade capitalista. Essa vertente de crise está ancorada numa contradição especificamente política da sociedade capitalista: o fato de que sua economia, a um só tempo, depende e tende a desestabilizar os poderes públicos" (FRASER; JAEGGUI, 2020, p. 71).

Percebemos, assim, uma dinâmica democrática bastante limitada devido também à captura de suas instituições pelos poderes econômicos que constituem o capitalismo, como o das grandes empresas, do judiciário, das grandes igrejas. Ou seja,

O capitalismo definitivamente não é só um sistema econômico. (...) essas não são características da economia capitalista, mas de uma sociedade capitalista. A peculiaridade da sociedade capitalista é que ela trata suas relações sociais definidoras e estruturantes centrais como se fossem econômicas e pertencessem a um subsistema separado da sociedade, uma "economia". Mas isso é apenas uma aparência (FRASER; JAEGGUI, 2020, p. 85).

Fraser e Jaeggui (2020) reforçam de maneira contundente o quanto é nebulosa essa fragmentação das esferas política e econômica, apontando para histórica sustentação política, essencialmente estatal, com a qual o capitalismo precisou contar para o seu desenvolvimento. Segundo as autoras (idem, p. 55), seria possível “chamar o poder estatal de outra condição de fundo para a história oficial do capitalismo”. Foi o Estado que criou as condições para assegurar os direitos de propriedade, que utilizou dos meios de coerção e violência para controlar a resistência da população às expropriações e reprimir rebeliões anticapitalistas, e que facilitou a atuação de atores com interesses econômicos variados.

É esse mesmo Estado que segue comprometido com o desenvolvimento capitalista atualmente, facilitando o avanço de projetos extrativistas, em especial na América Latina, esforçando-se para formatar e aprovar um arcabouço jurídico que permita a livre passagem dos atores econômicos pelas arenas políticas e a sua chegada aos territórios. Por outro lado, é também esse Estado que vimos, por resultado de pressões populares, se tornar um pouco mais permeável, e produzir iniciativas de descentralização administrativa e abertura democrática orientada para a organização popular no território. Talvez por essa ambiguidade, o conflito com o Estado e com a estrutura capitalista seja um dos elementos que despontam como principais na análise desse tipo de experiências, uma vez que frequentemente se observa a passagem de um momento em que o Estado agia enquanto mediador e facilitador para um estágio em que suas estruturas começam a se mostrar mais fortes e resistentes à força popular organizada (ALMEIDA, 2022).

A perspectiva de organização e mobilização popular a partir dos territórios tem se destacado em uma série de experiências na América Latina nas últimas duas

décadas, apresentando-se de maneiras mais e menos tensionadoras do status quo a depender de seus contextos locais e temporais. Entre essas experiências, podemos citar a iniciativa: dos conselhos e comunas na Venezuela (AZZELLINI, 2010; MAIA et. al., 2008), abordada em maior profundidade neste trabalho; dos indígenas do Pachakutik no Equador (ADDOR, 2018); da luta dos zapatistas no México, da prática comunitarista de El Alto na Bolívia (BAPTISTA, 2019); das fábricas recuperadas por trabalhadores na Argentina (HENRIQUES, 2013); e das experiências de orçamento participativo no Brasil (LÜCHMANN, 2014).

O desenvolvimento de experiências democráticas mais participativas e inclusivas no âmbito dos territórios permite a reconfiguração do modo de cidadania passivo e apático instituído pelo capitalismo. Segundo Alberto Tamayo, é justamente esse enraizamento dos indivíduos que produz sua capacidade crítica de agência:

la democracia precisa de ciudadanos “democráticos”, activos, sociales, políticos, críticos y participativos, dispuestos a subvertir el orden, con capacidad para transformar la realidad cotidiana y arraigados fluidamente, en términos de Bailly, citado por Pagés (2003 :8), al territorio donde habitan, viven y luchan por materializar sus sueños (TAMAYO, 2009, p. 110).

Essa nova lógica de inserção das pessoas comuns na dinâmica política, partindo da atuação em seu cotidiano, poderia reconstruir a democracia, como nos termos do geógrafo Milton Santos (2007, p. 92):

Sendo a educação para a democracia feita numa prática que ultrapassa o dia das eleições e as campanhas eleitorais tantas vezes ocultadoras da verdade, obteríamos a fusão da prática democrática com o cotidiano vivido de cada qual, o cotidiano e a vida comparecendo como uma escola de democracia, alimentando-a, reforçando-a, aperfeiçoando-a.

As dimensões formativas e educacionais se tornam fundamentais no contexto de reestruturação democrática atual, principalmente, porque podem contribuir para o apagamento do ideário capitalista e neoliberal e para a reconstrução da cidadania. Ao promover a participação da população em diversas esferas da vida cotidiana, produz-se *“una concepción de formación ciudadana que incorpora el territorio”* e essa se converte em uma *“estrategia pedagógica para, interrelacionando ciudadanía y territorio, forjar ciudadanos, crear ciudadanía y gestar democracia territorial”* (TAMAYO, 2009, p. 123). Diante desses movimentos históricos, é possível perceber o quanto a articulação com o território pode ser fundamental na construção da



resistência ao sistema capitalista e a um modelo democrático restritivo e excludente, sobretudo pelo resgate de uma vivência política mais orgânica e ativa por parte dos cidadãos.

Nas seções seguintes, destacamos os principais elementos da experiência democrático-participativa da Venezuela, a partir da hipótese de que essa reuniu os principais elementos necessários ao enfrentamento dos desafios discutidos nessa seção: a construção de uma experiência baseada na organização popular nos territórios, com objetivo de criação de uma estrutura política e econômica diferente daquelas produzidas pelo Estado latino-americano tradicionalmente submetido ao sistema capitalista e de resgate da cidadania ativa e da mobilização cidadã. Buscamos apontar suas conquistas e potencialidades, mas também analisar seus desafios e contradições, principalmente levando em consideração sua coexistência com as estruturas da sociedade capitalista e do modelo democrático já conhecidos.

## **Proposta democrático-participativa venezuelana**

Nesta seção, fazemos um resgate histórico resumido do processo de construção da proposta da “*Democracia Participativa y Protagónica*” implantada ao longo do governo Hugo Chávez e seus desdobramentos até os dias atuais.

### **1. As origens do sistema de participação na Venezuela**

O sistema político que vigorou na Venezuela por quarenta anos, de 1958 a 1998, conhecido como “*Pacto de Punto Fijo*”, baseava-se numa dinâmica política elitista, dominada por dois partidos (AD e COPEI) que se alternavam no poder, sobrevivendo com base em uma política assistencialista e clientelista de amenização dos conflitos sociais financiada pela exploração petrolífera. Apesar disso, a construção da participação popular na Venezuela vem de uma longa história de luta dos movimentos sociais e das organizações comunitárias, que pressionavam o Estado no sentido de ampliar o acesso aos direitos e serviços, como acesso à água e habitação (ADDOR, 2018).

Os espaços participativos na Venezuela possuem uma longa trajetória no século XX. Em uma história mais recente, podemos afirmar que a década de 1970 é um período de auge das formas organizativas populares, que possuem um caráter

reivindicativo, com “*dinámicas autónomas, prácticas democráticas y elevados niveles de participación social*” (MACHADO, 2007, p. 174). Institucionalmente, as inovações participativas começaram a ganhar corpo na Venezuela ainda no início da década de 1990 (MAYA, 2008, p. 1), em nível local e regional, por iniciativa de alguns governos de esquerda, como resposta à crise do sistema político venezuelano e da deterioração dos serviços públicos. “La Causa R” é um dos pioneiros no país na implantação de gestões participativas, tendo tido destaque os governos de Clemente Scotto, no Município Caroní, Estado de Bolívar, de 1989 a 1993, e de Aristóbalo Isturiz, no Município Libertador de Caracas, no Distrito Federal, entre 1993 e 1996 (MAYA, 2008, p. 3).

A vitória eleitoral de Hugo Chávez representou a oportunidade de trazer essa luta para dentro da política pública nacional, e, com base nas experiências e articulações anteriores, foi possível ir desenhando um projeto de intensa democratização da sociedade venezuelana. Entre as mudanças implementadas pelo governo Chávez presentes desde a nova Constituição, de 1999, uma das mais importantes foi a promoção do poder popular ou, como ficou cunhado mais tarde, de uma “*democracia participativa y protagónica*”.

Hugo Chávez enfrentou um primeiro governo (2000-2006) de grande instabilidade, com um cenário econômico desfavorável para um país cuja economia é baseada na exportação de petróleo e com muitos boicotes da oposição, advindos dos diversos setores onde as elites tradicionais ainda tinham força: Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA), Forças Armadas e imprensa (MARINGONI, 2008, p. 115).

As primeiras ações com estímulo à mobilização social foram as “*misiones*”: políticas sociais voltadas ao atendimento das necessidades primárias da população (AZZELLINI, 2010, p. 203). Entre as principais “*misiones*”, estão: “*Barrio Adentro*”, criada em 2003, que visa estabelecer um sistema de saúde gratuito a nível nacional; “*Merca!*” (Mercado de Alimentos), que aponta facilitar o acesso da população a alimentos básicos a um preço baixo, contribuindo para sua segurança alimentar; as missões educativas (“*Robinson*”, “*Robinson II*”, “*Ribas*”, “*Sucre*”) que foram se consolidando e ampliando seu alcance, e representam hoje uma parte significativa da estrutura educacional venezuelana. Outros espaços importantes de construção da cultura participativa foram: as “*Mesas Técnicas de Água*”; os “*Comités de Tierra Urbanos*”; os “*Consejos Locales de Planificación Pública*” (CLPP); a “*Organización*

*Comunitaria Autogestionaria*"; os "Círculos Bolivarianos"; a "Contraloría Social"; e o "Parlamentarismo Social de la Calle" (ADDOR, 2018).

Entretanto, foi a partir da reeleição de Hugo Chávez em 2006, que se iniciou a construção de uma nova estrutura complexa e difundida de participação. Nesse momento, o cenário tornou-se mais favorável, inclusive pelo boicote da oposição às eleições parlamentares de 2005, que levou a frente chavista a dominar completamente a Assembleia Nacional venezuelana. Nesse contexto, o presidente começa a estruturar de forma mais clara seu projeto de governo (LANDER, 2007: p. 78).

## **2. A estruturação da democracia participativa e protagônica no governo Chávez**

Inspirados nos movimentos de base dos bairros desenvolvido pelos movimentos sociais na década de 1990, em 2006 surge a primeira lei estruturante da democracia participativa e protagônica, que é a *Ley de Los Consejos Comunales*, que define esses espaços como

Los consejos comunales [...] son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social (VENEZUELA, 2006, p.1).

Com o objetivo de incluir a população na gestão das políticas em seu território, a lei abria a possibilidade que as famílias de um território, definido pela própria população e tendo uma abrangência máxima de 400 famílias, criassem um Conselho Comunal (CC) para realizar a gestão das políticas de investimento em sua região. Para criar um CC, era preciso realizar um censo em seu território de abrangência, e depois organizar uma assembleia, com participação de no mínimo 50% das famílias, para que a proposta do CC fosse aprovada pelo governo federal. A partir daí, aquela organização comunitária tinha a possibilidade de, a partir de um diagnóstico, debater e definir as políticas prioritárias para seu território. A experiência dos primeiros anos, seus acertos e dificuldades, levaram à reformulação da legislação dos CC, resultando

na promulgação de uma nova «*Ley Orgánica de los Consejos Comunales*» (LOCC), em final de 2009.

Todas as demandas identificadas pelos coletivos comunitários tinham que ser transformadas em projetos, com orçamento e cronograma, o que levou à criação de uma série de organizações a nível nacional e local que apoiavam as comunidades na elaboração das suas propostas. O financiamento para as prioridades definidas pela população dentro dos CC vinha diretamente do governo central. Entretanto, havia a possibilidade, e ocorreu em muitos casos, de haver recursos vindos dos governos estaduais e municipais para a execução de ações nas comunidades. Como exemplo de ações, podemos citar a construção ou reforma de habitações populares, sistemas de acesso à energia, sistema de saneamento básico, pontes, quadras desportivas, escolas públicas, entre outros.

O fortalecimento da prática política participativa e o surgimento de necessidades que transbordavam o território comunitário de cada CC levou ao surgimento das “Comunas”, grupos articulados de CC que se juntam para fortalecer demandas que não se limitam a suas respectivas comunidades. No momento de sua criação, os principais objetivos dessa instância eram: i) desenvolver e consolidar o Estado Comunal como expressão do Poder Popular e suporte para construção da sociedade socialista; ii) conformar o autogoverno para o exercício direto de funções na formulação, execução e controle da gestão pública; iii) promover a articulação e integração com outras comunas; e iv) impulsionar o desenvolvimento e consolidação da propriedade social (LOC, 2010). Assim,

As comunas expressam um duplo propósito, um político e outro econômico. O propósito político é a construção do poder popular na forma de uma democracia participativa e direta em espaços territoriais mais amplos. O propósito econômico é o de estimular a produção econômica autônoma e controlada diretamente pela população na forma de agricultura comunitária, cooperativas populares, controle popular da distribuição econômica, tendo em vistas a edificação de um modelo produtivo autossuficiente e sustentável (SCHEIDT, 2017, p. 279).

A “*Ley Orgánica de las Comunas*” (LOC), assinada em 13 de dezembro de 2010, representou ainda a legitimação da busca por consolidar uma nova estrutura de poder na Venezuela, a partir da categorização de diferentes espaços de poder popular, que conformariam o chamado “*sistema de agregación comunal*”. Este sistema tem como base os Conselhos Comunais, que podem se agregar em

Comunas, que por sua vez podem se articular em Mancomunas ou Corredores Comunais.

No mesmo ano de sua consolidação jurídica, o número de Comunas formadas, segundo o governo, girava em torno de 220. Em abril de 2011, estavam formados 41.600 Conselhos Comunais em todo o país, sendo que nove mil deles haviam alcançado avançado nível de organização das Comunas. Apesar da perda de profundidade e impulso político da experiência após a morte de Chávez, em 2013, o Ministério do Poder Popular para as Comunas contabilizava, em 2019, um total de 48.072 conselhos comunais e 3.168 comunas espalhados pelo território venezuelano.

### **3. Estado, política e economia na experiência venezuelana**

A experiência dos conselhos e comunas reuniu elementos interessantes acerca do debate da fragmentação entre as esferas política e econômica produzida pelo capitalismo, discutido neste artigo. Para além da organização dessas instâncias territoriais escalares, a proposta tinha uma perspectiva mais ampla: o desenvolvimento de um Estado e de uma economia comunais.

Segundo a LOC 2010 (p. 8), o Estado Comunal foi definido como uma

forma de organización político social, fundada en el Estado Social de Derecho y de Justicia establecido en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela, en la cual el poder es ejercido directamente por el pueblo, a través de autogobiernos comunales con un modelo económico de propiedad social y desarrollo endógeno y sustentable que permita alcanzar la suprema felicidad social de los venezolanos y las venezolanas en la sociedad socialista.

A proposta do Estado Comunal previa, portanto, uma mudança estrutural nas bases do Estado que conhecemos atualmente, em suas relações econômicas, políticas e sociais. Para constituir o Estado Comunal seria necessário romper: com as instâncias tradicionais do modelo democrático representativo liberal; com as relações de produção exploradoras e alienantes; com a cultura individualista neoliberal; e com a tradição tecnocrática da relação Estado-sociedade. Pela necessidade de tantas rupturas, o Estado Comunal foi considerado um não-Estado, sendo, em alguns casos, chamado de Sistema Comunal.

A Economia Comunal, por sua vez, foi definida como

el conjunto de relaciones sociales de producción, distribución, intercambio y consumo de bienes, servicios y saberes, desarrollado por las comunidades bajo formas de propiedad social al servicio de sus necesidades de manera sustentable y sostenible, de acuerdo con lo establecido en el Sistema Centralizado de Planificación y en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (ARENAS, OBEDIENTE, 2015, p. 289).

Tanto os Conselhos Comunais quanto as Comunas eram responsáveis por realizar ações no sentido de concretizar essa nova dinâmica econômica. No contexto dos primeiros, era tarefa do Colectivo de Coordinación Comunitária e da Unidad Administrativa y Financiera Comunitaria, órgãos de sua estrutura operacional, fomentar ações que impulsionassem a criação de um modelo sócioprodutivo próprio da comunidade, vinculado ao seu plano de desenvolvimento integral. Essas ações começavam pelo estímulo às trocas de bens e serviços produzidos capazes de satisfazer as necessidades de abastecimento e consumo dos habitantes da mesma comunidade e também de outras comunidades próximas, buscando constituir redes socioprodutivas.

Já no nível das comunas, a forma escolhida para operacionalizar essa missão foi pela via da construção de cooperativas comunais, de ocupações de terras e recuperações de empresas privadas e do Estado abandonadas, que não cumpriam sua função social. A Empresa de Propriedade Social–Direta Comunal (EPS-DC) ou Indireta Comunal (com capital misto) foram duas apostas formuladas no sentido da construção do desenvolvimento de projetos econômicos nos territórios comunais. Nesse tipo de propriedade, o empreendimento não pertenceria a um grupo de pessoas, como nas cooperativas, mas a uma organização político-territorial, como os Conselhos Comunais e Comunas. Dessa maneira, a gestão da empresa seria atribuída a pessoas eleitas pela sua comunidade para as respectivas tarefas e a produção e distribuição deveria responder às necessidades sociais daquele território. As instituições do Estado, particularmente o Ministério do Poder Popular para as Comunas, apoiaram os processos de construção das empresas comunitárias, por meio de oficinas de formação, mas foram as próprias comunidades que discutiram e refletiram sobre a estrutura e a proposta dos empreendimentos que desejavam desenvolver (AZZELLINI, 2018).

Como é possível perceber, as propostas não davam conta apenas de ajustes pragmáticos ou pontuais, mas vislumbravam uma “transformación de las relaciones

de producción y del modelo económico capitalista. La construcción de un modelo de sociedad sin explotación y sin dominación es elemento central de la utopía materializada en las comunas” (AZZELLINI, 2018, p. 206).

Indubitavelmente, o processo de construção dessas experiências de participação popular organizadas a partir dos territórios na Venezuela reuniu potencialidades e contradições, principalmente considerando o fato de que se propuseram a realizar mudanças profundas em estruturas historicamente arraigadas nos sistemas político e econômico. Ademais, o cenário político venezuelano, por si só, deve ser considerado como um agravante nesse quadro. Internamente, a polarização entre chavistas e antichavistas (mesmo após a morte de Chávez) continua sendo um elemento central de tensões e desarranjos das condições de vida cotidianas da população e, externamente, o país vive um bloqueio econômico, principalmente por parte dos Estados Unidos, por conta do controle do petróleo, que acaba por aprofundar situações de desequilíbrios dentro do país.

Na seção seguinte, buscamos apresentar as transformações ocorridas no desenvolvimento dessas instâncias após a morte de Chávez. Apesar de reconhecermos a presença de elementos que apontam para um comprometimento de bases e princípios importantes da experiência originalmente formulada, reforçamos seu caráter inovador na construção de uma outra geometria política, atendendo ao chamado de Simón Rodríguez, professor de Bolívar, para construção de arranjos e estruturas participativas e decisórias que permitissem o protagonismo da população venezuelana nos rumos do país: “o inventamos o erramos”.

## **O contexto atual da experiência venezuelana**

### **1. A transição de Chávez a Maduro e a instabilidade política**

Em 2012, após quase 15 anos de construção de um processo de radicalização democrática na Venezuela, desempenhando um papel fundamental como ideólogo do ciclo de governos progressistas e de esquerda na América Latina (HARNECKER, 2013), Chávez, que enfrentava um câncer, convocou uma reunião com seus ministros para direcionar a estratégia política da revolução bolivariana. O presidente reafirmou a importância da construção do poder popular com a consigna "Comuna ou nada". Para o líder político, era imperativo estabelecer modelos democráticos enraizados nos

territórios, a fim de construir uma nova hegemonia democrática (CHÁVEZ FRÍAS, 2013). No entanto, sua trajetória política foi interrompida em março de 2013 devido ao seu falecimento.

Antes de seu falecimento, Chávez nomeou Nicolás Maduro como vice-presidente, visando preparar um possível processo de transição. Apesar de ter boa aceitação entre os chavistas, e apoio das forças armadas nacionais e dos países aliados (SCHURSTER; ARAÚJO, 2015), Maduro não consegue manter a coesão que existia, gerando uma série de confrontos internos no partido. O resultado da eleição presidencial de 2013, decidida por uma diferença de 1,49%, refletiu o enfraquecimento eleitoral do chavismo (PINHEIRO, 2022).

Durante a eleição, a oposição, unificada em torno da Mesa de Unidade Democrática, utilizou o slogan "Maduro não é Chávez" e intensificou seus esforços de mobilização e manifestação pública contra o regime. O cenário político do país começava a apresentar os primeiros sinais de uma mudança qualitativa na correlação de forças sociais.

Em sequência, o resultado da eleição de 2015 foi ainda mais devastador. O efeito do caos econômico, que já vinha sendo percebido no cotidiano do país, gerava descontentamento na base social do PSUV. O resultado da combinação desses dois fatores foi a perda da maioria na Assembleia Nacional. Dos 167 deputados eleitos, 109 pertenciam à Mesa de Unidade Democrática (MUD), 3 eram representantes indígenas e apenas 55 eram do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) (CNE, 2015).

A polarização política se intensificou a tal ponto que o poder executivo e o poder legislativo nacional se confrontavam diretamente. Por um lado, o recém-eleito presidente da Assembleia Nacional, Henry Ramos Allup (AD), declarou que implementaria mecanismos "para mudar o governo". Por outro lado, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) declarou, em 2016, que a Assembleia estava em desacato e anulou todos os atos da casa legislativa. Nesse ponto, a oposição acusava o Poder Judiciário de tentativa de golpe judicial, enquanto o governo acusava a Assembleia de tentativa de golpe de Estado (FUKUSHIMA; DURAND, 2020). Esse cenário de extrema polarização também foi agravado pela falta de aliados externos no continente, em função de golpes brancos em alguns países e da guinada eleitoral à direita da



região. Esse período marcou o início de um cerco político, militar e econômico à Venezuela.

## **2. O embate econômico (ou guerra econômica) e o enfraquecimento do projeto participativo**

Desde o início do governo Chávez, a oposição utilizava a infraestrutura econômica como instrumento político. As greves patronais e os apagões ocorridos entre 2002 e 2004 foram a estratégia encontrada pela oposição para ativar seu poder político por meio de seu poder econômico e, assim, desestabilizar o governo. O mecanismo de politização da economia é característico em contextos como esse:.

Em conjunturas como a inaugurada pela Revolução Bolivariana, em que as organizações representativas dos interesses capitalistas são desarticuladas em alguma medida e perdem a hegemonia sobre o Estado – ou são ameaçadas de perdê-la -, a burguesia tende a fazer da empresa um aparato de intervenção política direta e, dos instrumentos de gestão econômica, arma política (PINHEIRO, 2022, p. 127).

A partir de 2015, esse mecanismo foi intensificado. Atualmente, o que se convencionou chamar de guerra econômica contra a Venezuela é uma política orquestrada pela burguesia opositora, tanto nacional quanto internacionalmente. O congelamento das contas externas da Venezuela, a hiperinflação provocada pelo desabastecimento, o bloqueio financeiro e econômico, bem como as demais sanções e sabotagens sofridas pelo país durante esse período, tinham como objetivo minar o apoio popular ao governo e impulsionar uma mudança de regime <sup>7</sup>(GUTIERREZ GARCIA, 2019).

Os efeitos da guerra econômica na participação popular foram significativos. Em primeiro lugar, forçou muitas pessoas envolvidas na dinâmica democrática de seus territórios a se afastarem dos espaços de participação e organização comunitária para lidar com questões básicas relacionadas à subsistência. A escassez de alimentos

---

<sup>7</sup> “En relación con la política implementada por el Gobierno de EE. UU. contra la RBV, está orientada a cambiar mediante su abierta intervención la condición política de la misma, mediante la erradicación de la “Revolución Bolivariana” a través del denominado “cambio de régimen” (de todos los poderes públicos, no solo del Gobierno), a mediano plazo, imposibilitando la continuidad del apoyo sucesivo y mayoritario del Pueblo venezolano al proyecto político bolivariano, o a corto plazo, a través de la promoción interna del “Golpe de Estado” o de algún tipo de intervención externa unilateral de carácter armado.” (GUTIÉRREZ GARCÍA, 2019, p. 12).

e de produtos básicos de higiene afetou a maioria da população venezuelana, obrigando-a a dedicar todo o seu tempo e esforço à luta pela sobrevivência. A guerra econômica também afetou a capacidade de mobilização e ação dos movimentos sociais e partidos políticos. Durante os anos de 2015 a 2022, praticamente nenhuma organização dispunha de recursos para realizar encontros, formações ou qualquer atividade de mobilização política.

Além disso, a capacidade de atuação do Estado foi drasticamente reduzida por dois fatores. Em primeiro lugar, houve uma diminuição na receita disponível para investir em políticas sociais e na construção do poder popular, com corte no orçamento para Comunas e Conselhos Comunais. Em segundo lugar, o quadro de funcionários públicos foi significativamente reduzido. Devido à desvalorização extrema do bolívar e à crescente dolarização do país, os funcionários públicos começaram a simplesmente abandonar seus cargos e buscar atividades individuais como meio de subsistência.

Tampouco vale fazer uma leitura incompleta da realidade. Durante os anos de crise econômica mais dura, aumentaram os níveis de corrupção nos cargos de confiança do governo e houve uma política silenciosa de enriquecimento de alguns quadros políticos ligados ao PSUV. Não se trata apenas de responsabilidades individuais ou morais, esse comportamento encontra suas raízes na teoria de que é necessário criar uma burguesia revolucionária na Venezuela (CASTRO SOTELDO, 2018). Sob a mesma lógica, também foi aprovada a *Ley Orgánica de las Zonas Económicas Especiales*<sup>8</sup> (VENEZUELA, 2022) que visa impulsionar o crescimento econômico concedendo incentivos fiscais, aduaneiros, tributários e outros, para o setor privado.

A inabilidade no combate à crise econômica e o aumento da desigualdade social vem contribuindo para o crescimento da rejeição contra o atual presidente da República Bolivariana, que completa, em 2023, 10 anos de mandato e apresenta muitas contradições. Entre essas contradições está o crescimento do autoritarismo no país. De acordo com Fukushima e Durand (2020),

---

<sup>8</sup> A Zona Econômica Especial é uma “*Delimitación geográfica que cuenta con un régimen socioeconómico especial y extraordinario, en cuyas poligonales se desarrollan actividades económicas estratégicas, en consonancia con los objetivos establecidos en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación.* (MPPCMS, 2022).

Linz (1991, p. 56-66) aponta que o governo que enfrenta uma oposição desleal em qualquer extremo do espectro ideológico, "se vê em uma difícil situação quando se vê obrigado simultaneamente a afirmar sua autoridade e ampliar sua base de apoio". Não é improvável, que, diante de uma oposição desleal e dos perigos que esta pode causar, o governo, buscando salvar o regime, caminhe em uma direção autoritária. Parece ser exatamente este o caso da Venezuela, sob Maduro.

Um exemplo dessa contradição é o Comitê Local de Produção e Alimentação (CLAP), criado em 2014 para responder ao desabastecimento e à desnutrição da população. O CLAP foi concebido como um mecanismo de distribuição de alimentos nos territórios, visando transferir poder ao povo. No entanto, em muitos territórios, o CLAP acabou se contrapondo à organização comunal já existente. Temendo que tais recursos caíssem nas mãos da oposição desleal, que anteriormente já havia demonstrado ser capaz de sabotagens de qualquer tipo, os porta-vozes do CLAP foram designados pelo PSUV, muitas vezes contrariando a opinião dos comuneros e comuneras do próprio território. Como resultado, em muitos casos, o CLAP se configurou como uma política paralela às comunas e conselhos comunais.

Outro exemplo é a resposta do governo frente à greve de professores da educação básica. Durante o início desse ano, marchas e paralisações foram mobilizadas contra as más condições de trabalho nas escolas. Se bem é verdade que parte da direita se aproveitou dessa pauta para predicar contra o governo, também é verdade que diversos profissionais lutam legitimamente pelo direito a um salário digno. No entanto, a postura do governo vem sendo criminalizar e desmobilizar as greves. Dessa forma, além de contribuir para uma política antipopular, o governo também entrega a bandeira de luta por melhorias salariais às forças opositoras do regime.

### **3. Reflexões e desdobramentos da DPP até os dias atuais**

O impacto da proposta da democracia participativa e protagônica na sociedade venezuelana foi intenso, tanto para seus apoiadores quanto para seus críticos. Fazemos aqui uma síntese analítica baseada em quatro elementos.

Um primeiro está ligado à politização da população, ou o que Edgardo Lander chamou de transformação da cultura política (LANDER, 2010). De forma geral, houve um aumento considerável na participação política da população, que ficou mais próxima dos espaços públicos de tomada de decisão. Embora não se possa afirmar

que a maioria da população participou dos espaços comunais, houve aumento significativo no envolvimento de pessoas na discussão das políticas públicas em seus territórios (estimou-se em 15% da população envolvidos nos espaços de participação) (ADDOR, 2018). Em 2022, foram registrados dados de quase 200 mil atividades formativas no país, além do estabelecimento de 618 Núcleos de Formação Hugo Chávez e seis sedes da Universidad Bolivariana das Comunas <sup>9</sup>(MPPCMS, 2022).

Outro elemento de debate foi a dicotomia entre uma proposta de democratização do poder através da democracia participativa e uma lógica de atrelamento dos espaços participativos ao governo central, numa tendência de centralização de poder. A implementação dos Conselhos foi considerada, por alguns analistas, uma recentralização do poder iniciada por Hugo Chávez (MAYA, 2008, p. 8), já que os CC estão conceitualmente pensados como parte do Estado, formalizados pela presidência da República. Por outro lado, na pesquisa desenvolvida pelo Centro Gumilla, umas das conclusões é que, de forma geral, *“se muestra una baja interferencia del Estado en la dinámica de los consejos comunales”* (MACHADO, 2007, p. 51).

Essa discussão leva ao terceiro ponto, que é a instrumentalização dos espaços participativos. Considerando o processo de acentuação da divergência e polarização política do país no período, havia uma preocupação de que esses espaços de organização comunitária fossem usados como pilares do chavismo. Entretanto, o problema parecia ser menor do que o esperado. De acordo com a pesquisa do Centro Gumilla, em 80% dos CC estudados havia uma abertura completa a pessoas com diferentes opiniões políticas (MACHADO, 2007, p. 26). Darío Azzellini também destaca uma forte presença dos denominados *“ni-nis”*, nem da oposição e nem chavistas, nos conselhos comunais e comunas (AZZELLINI, 2010, p. 313).

O último eixo de análise está ligado ao relacionamento entre os novos espaços democráticos de poder popular e a tradicional estrutura da democracia liberal representativa. Em municípios onde o governo local estava plenamente vinculado com as transformações da *Revolución Bolivariana*, os próprios funcionários da prefeitura

---

<sup>9</sup> Núcleos de Formación Hugo Chávez: "Es el espacio en la comunidad que territorializa la Escuela del Fortalecimiento del Poder Popular, que desde lo formativo promueve, acompaña y articula la organización en el territorio".

Sedes de la Universidad Bolivariana: "Son espacios constituidos que van orientados a la formación de programas de estudio donde se priorizan carreras universitarias que aporten al desarrollo integral de la nación, así como diplomados y especializaciones dirigidos al Poder Popular".

defendiam a diminuição de seu orçamento e de seu corpo de funcionários (CARRASCO, 2011), apoiando o fortalecimento dos CCs. Entretanto, essa transição sempre foi complexa e contraditória, e o fato é que nunca se conseguiu avançar efetivamente em um possível processo de substituição do Estado tradicional pelo Estado Comunal. Sempre se fez muito presente a oposição a esse movimento, gerando diversos conflitos e disputas entre as duas estruturas.

Entre conquistas e contradições da experiência, somadas às tensões e desafios dos contextos nacional e internacional, é possível identificar, ainda que de maneira mais quantitativa que qualitativa, a sobrevivência da experiência no cenário político e econômico venezuelano. Em dados de 2022 do Ministério do Poder Popular para as Comunas e Movimentos Sociais, haviam 49.183 conselhos comunais registrados, dos quais mais de 60% estavam vinculados a alguma comuna. Estas, por sua vez, somavam um total de 3.641 registros.

Já no campo econômico, foram registradas mais de 20 mil cooperativas ativas, em diversas áreas: agrária, bens e serviços, crédito, moradia, saúde, além de 7 circuitos econômicos consolidados (cacau, café, arroz, batata, hortaliças, criação de animais e têxtil) e 41.238 organizações socioprodutivas, sendo a maioria (90%) delas Unidades Produtivas Familiares (90%), seguida (9%) de Empresas de Propriedade Social Direta Comunal - EPSDC (MPPCMS, 2022).

Um exemplo que se mostrou exitoso ao longo do período de desenvolvimento da experiência venezuelana foi a EPS-DC La Libertad, localizada no estado de Trujillo, vizinho ao estado Lara. Produtora de milho e outros cereais, a empresa é administrada por um conjunto de comunas que conformam um eixo comunal ou uma mancomuna. Em outras palavras, é uma empresa dirigida por uma associação de diversas comunas que compartilham características econômicas, climáticas e culturais. Algumas comunas também vêm resgatando e criando novas formas de distribuir a produção local e outros bens de consumo. Na comuna de El Maizal, foi possível testemunhar uma experiência de troca/escambo entre os bens produzidos localmente pelos camponeses e os bens de maior valor agregado trazidos de fora da comunidade pelos porta-vozes daquela comuna.

Nesse sentido, apesar das dificuldades e das contradições presentes na Venezuela contemporânea, parte do movimento comunal vem tentando articular a produção em um sistema nacional que promova o encadeamento produtivo e um

eficiente mecanismo de distribuição e troca dessa produção. Diversas propostas estão sendo elaboradas dentro das comunas e do ministério competente, como por exemplo a construção de um selo para identificar os produtos oriundos dos territórios comunais. A prioridade do governo federal é o investimento em projetos econômicos propostos pelas comunas.

Além disso, recentemente, o governo inaugurou um novo processo de revisão de cinco leis do poder popular (Lei do Poder Popular, Lei de Comunas, Lei do Sistema Econômico Comunal, Lei de Controladoria Social e Lei de Planejamento Público). Apesar de ser uma revisão muito incipiente e com pouco apelo popular, ao menos contribui para incentivar a discussão sobre o poder popular nos territórios e corrigir os vazios legais percebidos pelos comuneros e comuneras.

Dentre as leis em revisão, a Lei Orgânica do Sistema Econômico Comunal tem ganhado destaque, por representar, para os membros das comunidades, uma perspectiva de transformação ainda mais abrangente: *“modificar la base productiva del país, de manera tal de asegurarnos una democracia económica”* (CHÁVEZ FRÍAS, 2013, pg. 12).

Apesar de ser uma lei assinada em 2010, adquiriu ainda maior relevância durante os anos mais difíceis do cerco econômico e financeiro. A falta de alimentos e produtos básicos obrigou a população a retornar ao campo e recuperar conhecimentos populares para a produção de sabonetes, desodorantes, painéis elétricos (que não exigem gás) e outros itens básicos. No contexto internacional de bloqueio econômico vivido pela Venezuela e, sobretudo, no âmbito do desenvolvimento de uma proposta que almeja a construção de um novo sistema político-econômico, a estratégia de fortalecer os caminhos legais e práticos de organização popular em iniciativas econômicas torna-se fundamental para garantir a sobrevivência das comunidades e também, a longo prazo, possibilitar sua autonomia política e financeira.

De modo geral, a atual recuperação econômica na Venezuela (CEPAL, 2022) e as novas relações diplomáticas no continente, sobretudo com países fronteiriços como Brasil e Colômbia, permitem que movimentos sociais e organizações populares retomem suas atividades de formação e mobilização no país. Isso contribui para dinamizar as reivindicações populares e também para aprofundar experiências de

organização comunal que estão mais avançadas, como o caso da Comuna El Maizal, localizada entre o estado de Lara e Portuguesa.

No entanto, ao analisar a situação geral, é importante reconhecer que a falta de apoio político internacional e o cerco militar-econômico obstaculizam os horizontes da Revolução Bolivariana iniciada em 1999. Esses obstáculos são de cunho material, mas também teórico-ideológico. Atualmente, comuneros e comuneras tentam resgatar o projeto bolivariano original para lutar contra a despolitização da sociedade, o domínio econômico dos grandes empresários e a falta de horizonte revolucionário de alguns líderes políticos.

### **Reflexões sobre a relevância da DPP para a experiência democrática latino-americana**

A experiência política venezuelana dos últimos 24 anos traz um sem número de debates acirrados sobre os caminhos que o país vem tomando desde o início da *Revolución Bolivariana*. Não foi nosso objetivo, neste artigo, fazer uma análise geral sobre o contexto venezuelano, mas observar um recorte daquela experiência ligado à construção da chamada “*democracia participativa y protagónica*”, que talvez, junto com uma política educacional de profunda transformação da sociedade, tenha sido um dos aspectos mais revolucionários e inovadores de todo o processo.

A proposta de um sistema comunal foi estruturante para se pensar uma perspectiva de transformação democrática assentada em dois pontos que são de profunda relevância para pensarmos no aprofundamento da democracia na América Latina, conforme buscamos recuperar na revisão bibliográfica feita no início deste artigo: a questão do território e a perspectiva econômica.

Primeiro, o vínculo da organização dos Conselhos Comunais com o território nos pareceu o grande êxito dessa iniciativa que, apesar de toda a crise política e econômica que se prolonga e acentua nos últimos dez anos, segue tendo desdobramentos na dinâmica política do país. A proximidade desses espaços organizativos com os problemas concretos e a busca coletiva de soluções e projetos parece ser a base para consolidação de uma nova prática democrática que, como resgatamos nas palavras de Milton Santos, se funde com o cotidiano daquelas pessoas e se estabelece como uma escola para a democracia.

Os Conselhos se constituíram como espaços de estímulo ao maior protagonismo dos cidadãos, enfrentando o contexto generalizado de apatia política e de crise da representatividade. A utilização nesses espaços do termo *vocero/a* (que tem a voz da comunidade) no lugar do desgastado conceito de representante é um símbolo dessa busca por uma prática política diferenciada. Foi promovida, assim, uma reconfiguração da cidadania, colocando as lideranças do território em diálogo com todas as famílias, como os reais executores das políticas públicas, garantindo maior transparência e controle por parte da sociedade.

Além disso, era previsto que cada conselho comunal elegeisse seus *voceros/as* para participar das Comunas. Essa participação em debates mais amplos territorialmente também percebemos com uma oportunidade de formação muito rica, em que estes indicados têm a possibilidade de pensar em ações que vão para além de sua comunidade ou bairro, influenciando nos caminhos para o desenvolvimento da região como um todo.

Não podemos, naturalmente, fechar os olhos para desvios e práticas antidemocráticas que também, por vezes, se encontram presentes nesses espaços. Práticas de tutela por parte do partido chavista, de priorização de recursos para aliados políticos, de desvios de verba para interesses particulares acontecem também nesses espaços e toda atenção e busca de enfrentamento dessas dinâmicas deve ser reforçada de forma permanente.

A perspectiva de maior inclusão e controle das políticas públicas por parte das famílias, contudo, tende a reduzir muito esses desvios, principalmente se comparamos com o sistema representativo tradicional que é hegemônico nos países latino-americanos. A vivência democrática que se permite nesses espaços já é uma grande contribuição, no sentido de formar cidadãos menos apáticos e passivos no sentido de recebimento dos recursos e serviços, e mais conscientes e preparados para debater e deliberar as prioridades para seus territórios. Nesse sentido, a perspectiva territorial da *“democracia participativa y protagónica”* nos parece ser um grande trunfo, mesmo no complexo cenário que o país enfrenta hoje.

Como segundo elemento estruturante da proposta do sistema comunal venezuelano está a perspectiva econômica. Vale destacar que esse aspecto foi sendo reforçado ao longo do tempo, muito em resposta a toda guerra econômica que o governo bolivariano enfrentou desde seu início, primeiro contra as elites econômicas



venezuelanas e, a partir de 2014, contra os EUA e a sua política de embargo. Assim, ao longo do percurso de desenvolvimento da experiência venezuelana, foi crescente o engajamento dos conselhos e das comunas na construção de um sistema econômico alternativo no país, o que estava diretamente atrelado a uma percepção de que não seria possível avançar com uma real democratização do sistema político do país com a atual concentração de riqueza e grande capacidade de intervenção na vida política do país por parte da elite econômica.

É nesse sentido que, por exemplo, o movimento *Unión Comunera* foi criado, em 2022, com o objetivo de articular e potencializar o espírito das comunas, definindo como tarefa estratégica o desenvolvimento de projetos produtivos e de distribuição nesses territórios, sejam eles urbanos ou rurais, em larga ou pequena escala. o movimento possui a insígnia: *¡Comuna que no produce no es comuna!*.

Essa articulação entre a dinâmica de organização política dos territórios e o objetivo de construir uma economia mais vinculada aos interesses da maioria da população produz um enfrentamento direto ao que destacamos antes como um dos efeitos da democracia liberal hegemônica nos países latino-americanos que é a fragmentação das esferas política e econômica.

A experiência venezuelana, portanto, parece ter como pano de fundo a reunião dos dois eixos. De um lado, tornou central a formação popular para construção de uma prática democrática autônoma e coletiva a partir dos territórios, rompendo com a lógica liberal representativa tradicional e, do outro, estimulou a criação de arranjos econômicos cooperativos que permitissem a sustentabilidade financeira dos grupos populares.

Embora o projeto de consolidar uma autonomia financeira dos espaços comunais não tenha sido considerado exitoso, pois apresentou resultados pouco significativos, se considerado seu objetivo de transformar a economia capitalista do país, parece importante reforçar que, considerando o cenário político venezuelano de crises de abastecimento causadas pela oposição ao governo e constantes bloqueios econômicos, essa alternativa tem sido ainda uma fonte de organização, de esperança e de luta do campo popular. Segundo Lander (2015), o principal motivo para essa derrota reside no fato dessa alternativa não ter questionado mais frontalmente o modelo produtivo rentista, condição indispensável para realizar essa transformação.

O fato de ter sido uma experiência impulsionada pelo Estado traz consigo suas potencialidades e contradições. Ao mesmo tempo em que se vislumbra um Estado que reconhece seu papel centralizador e excessivamente atravessado pelos fluxos de interesses do grande capital a ponto de propor a criação de um ente paralelo, o Estado Comunal, e apoiar legal e financeiramente o desenvolvimento dessa nova configuração política e econômica, também é possível enxergar seus limites. A dependência financeira do Estado, que se concentrava justamente na materialização das demandas básicas dos conselhos e comunas, é, sem dúvida, um obstáculo, constituindo, assim, um fator central em que se precisa avançar na construção de experiências organizadas pela população a partir dos territórios, a fim de que se possa garantir maior autonomia.

Em síntese, a Venezuela foi um dos poucos países que conseguiu manter um governo progressista no poder de forma ininterrupta desde a onda de vitórias eleitorais da esquerda no início dos anos 2000. Atualmente, há um governo com grande desgaste político, tanto para dentro quanto para fora do país, com sérias acusações de práticas autoritárias e desrespeito aos direitos humanos da população venezuelana. Não devemos, de forma alguma, relevar ou ignorar essas acusações, e esse tipo de prática deve ser enfrentado em qualquer país, independente das diretrizes político-ideológicas do governante.

Entretanto, acreditamos que, para além de uma análise de perspectiva binária e dicotômica de bem e mal, a experiência comunal venezuelana merece destaque pelo seu potencial de transformação democrática, principalmente considerando a urgência que temos em pensar em novos formatos e práticas de democracia nos países de *Nuestra América*. A conexão entre democracia e território, bem como a articulação entre a transformação política com a transformação econômica são elementos que nos parecem fundamentais neste debate, se realmente queremos caminhar para uma sociedade menos desigual, com mais respeito à diversidade e que busque pela melhoria da qualidade de vida e trabalho de toda a população latino-americana.

## Referências

ADDOR, Felipe. **Teoria democrática e poder popular na América Latina: contribuições a partir das experiências de Cotacachi/Equador e Torres/Venezuela.** Florianópolis: Insular, 2018. Disponível em: [https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Teoria\\_democratica\\_Addor.pdf](https://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/Teoria_democratica_Addor.pdf).

ALMEIDA, Layssa Ramos Maia de. ADDOR, Felipe. Democracia e território: (re)construindo uma prática democrática participativa. In: ADDOR, F. ALVEAR, C. A. S. (Orgs). **Democracia, Autogestão, Politecnica e Extensão** - Volume 1. Grupo Multifoco, Rio de Janeiro, 2022.

AZZELLINI, Darío. **Democracia Participativa y Protagónica en Venezuela: La búsqueda de una nueva democracia, la construcción de dos lados y los Consejos Comunales como mecanismo de autogobierno local.** 2010. 203f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México, 2010, p. 203.

BAPTISTA, Mariana Bruce Ganem. **O Estado plurinacional e comunitário na Bolívia: as lutas populares e o bem viver a partir de El Alto.** 2019. 223 f. Tese (Doutorado em História) - UFF, Niterói.

CARRASCO, Edgar. «Entrevista a AUTOR», Carora, 02 de dezembro de 2011. Entrevistado por Wilmar Castro Soteldo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w8Q4YGHrRe8>>. Acessado em 09 de junho de 2023.

CEPAL. **Informe macroeconómico.** Estudio Económico de América Latina y el Caribe, 2022.

CHÁVEZ FRÍAS, HUGO. **Golpe de Timón.** Caracas, Venezuela: Asamblea Nacional, 2013.

CNE. **Divulgación presidenciales.** 2013.

CNE. Elecciones a la asamblea nacional. 2015.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática. In: Dagnino, Olvera, Panfichi (Org.) **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006. pp. 13-91.

FRASER, Nancy; JAEGLI, Rahel. **Capitalismo em Debate.** Uma Conversa na Teoria Crítica. São Paulo, Boitempo, 2020 (1a ed inglês), cap. I.

FUKUSHIMA, Katia Alves; DURAND, Jorge González. **Venezuela hoje: Entre a polarização política, as sanções dos EUA e a pandemia do Coronavírus.** 2020.

GUTIÉRREZ GARCÍA, Erick L. **Crimen de lesa humanidad**: El bloqueo económico – financiero contra Venezuela. Sures, 2019.

HARNECKER, Marta. **Un mundo a construir**: nuevos caminos. El Viejo Topo, 2013.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

HENRIQUES, Flávio Chedid. **Empresas Recuperadas por Trabalhadores no Brasil e na Argentina**. 2013. 413f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ, Rio de Janeiro.

LANDER, Edgardo. El Estado y las tensiones de la participación popular en Venezuela. In: **Observatorio Social de América Latina**, CLACSO, Año VIII, nº 22, septiembre 2007.

\_\_\_\_\_, «O ciclo em direção à esquerda pode estar chegando a seu fim». In: **Revista Caros Amigos**, Rio de Janeiro, 06 de junho de 2010. Disponível em <http://carosamigos.terra.com.br>.

\_\_\_\_\_. El tejido solidario devino en un bachequeo individualista y competitivo (Venezuela). **Revista Kavilando**, v.7, nº.2, 2015, p. 147-156.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. 25 anos de Orçamento Participativo: algumas reflexões analíticas. **Política & Sociedade**, v. 13, nº 28, p. 167-197, 2014.

MACHADO, Jesus. **Estudio de los Consejos Comunales en Venezuela**. Caracas, Fundación Centro Gumilla, 2008.

MAIA, Layssa; FREIRE, Marina. A construção da utopia no cotidiano: um olhar sobre a experiência econômica da fábrica Proletários Uníos. In: **Anais VI Encontro Internacional Economia dos Trabalhadores**, 2017, Argentina.

MARINGONI, Gilberto. **A Revolução Venezuelana**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

MAYA, Margarita López. Caracas: Estado y sujeto popular en el proyecto bolivariano. In: PEARCE, Jenny. **Here, the People Decide?** Participation in the Twenty-First Century City. Hampshire, Palgrave Publishers Ltd, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, nº 59, I semestre de 2005, pp. 5-42.

PACHECO, Rafael Echeverri. Democracia Econômica e Democracia Política: uma perspectiva territorial. In: **Anais do I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**. Fortaleza, Ceará, 2003, p.7-30.

PINHEIRO, Jair. **A construção do poder popular na Venezuela**. 1ª edição. São Paulo: Lutas Anticapital, 2022.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: OSAL: **Observatorio Social de América Latina**. Año 6 nº 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHURSTER, Karl. ARAÚJO, Rafael. A Venezuela entre 1989 e 2013: crises, rupturas e continuidades. In: **A era Chávez e a Venezuela no tempo presente**. Editora Autografia, Rio de Janeiro, 2015.

TAMAYO, Alberto Gutiérrez. Ciudadanía y Territorio: escenario para la formación ciudadana. **Revista Palobra**, nº 10, Agosto/2009, p. 109-127.

VENEZUELA. **Ley De Los Consejos Comunales**. Caracas, 2006.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de las Comunas**. Caracas, 2010.

VENEZUELA. **Ley Orgánica de las Zonas Económicas Especiales**. Caracas, 2022.

VENEZUELA. **Ley Orgánica De Los Consejos Comunales**. Caracas, 2009.

VIANA, Gabriel Teles. A experiência de auto-organização dos trabalhadores chilenos nos cordões industriais [1972-1973]. **Revista Enfrentamento**. Goiânia: ano 10, nº 18, jul/dez. 2015, p.128-144.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

## REFLEXIONES ACERCA DE LA PRÁCTICA DOCENTE EN MARCOS DE VULNERABILIZACIÓN EDUCATIVA: “RE-ELABORANDO LA INTERCULTURALIDAD EN LAS ESCUELAS”<sup>1</sup>

Patrícia Figueira<sup>2</sup>

### Resumen

En el 2010, en Argentina se aprueba el documento que delinea las definiciones de la Modalidad Intercultural para todas las jurisdicciones. El mismo es resultado de Seminarios y Encuentros donde participaron representantes indígenas constituidos en el CEAPI. Entendemos al campo educativo como arena de disputa que tensiona modelos y estrategias educativas del Sistema Escolar y la pluralidad de producciones de conocimientos, prácticas y sentires que constituyen “la interculturalidad”. A partir de las experiencias de docentes de la Provincia. del Chaco, reflexionaremos sobre estos recorridos.

**Palavras claves:** Interculturalidad; Escuela; Prácticas Docentes.

### REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS DOCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE EDUCACIONAL: "REELABORANDO A INTERCULTURALIDADE NAS ESCOLAS"

### Resumo

Em 2010, a Argentina aprovou o documento que descreve as definições da Modalidade Intercultural para todas as jurisdições. É resultado de seminários e reuniões em que participaram representantes indígenas constituídos na CEAPI. Entendemos o campo educacional como uma arena de disputa que enfatiza modelos e estratégias educacionais do Sistema Escolar e a pluralidade de produções de saberes, práticas e sentimentos que constituem a "interculturalidade". Baseado nas experiências de professores da Província do Chaco, refletiremos sobre essas rota.

**Palavras chave:** Interculturalidade; Educação Escolar; Práticas de Ensino.

### REFLECTIONS ON TEACHING PRACTICES IN FRAMEWORKS OF EDUCATIONAL VIOLATION: "RE- ELABORATING INTERCULTURALITY IN SCHOOLS"

### Abstract

In 2010, Argentina approved the document that outlines the definitions of the Intercultural Modality for all jurisdictions. It is the result of seminars and meetings in which indigenous representatives constituted in CEAPI participated. We understand the educational field as an arena of dispute that stresses educational models and strategies of the School System and the plurality of productions of knowledge, practices and feelings that constitute "interculturality". Based on the experiences of teachers of the Pcia. of the Chaco, we will reflect on these routes.

**Keywords:** Interculturality; Schools; Teaching Practices.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 27/07/2023. Primeira avaliação em 15/08/2023. Segunda avaliação em 30/08/2023. Aprovado em 12/11/2023. Publicado em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59356>.

<sup>2</sup> Licenciada y Profesora en Ciencias Antropológicas- Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras (UBA-FFyL) - Argentina. Doctoranda en Antropología Social en el Instituto de Ciencias Antropológicas - Universidad de Buenos Aires (ICA-UBA).

Correo electrónico: [patofigueira@gmail.com](mailto:patofigueira@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-003-8301-0115>.

## Introducción

La conformación del orden capitalista moderno/eurocentrado y su realización como modelo de civilización es inseparable de la colonialidad (QUIJANO, 2007). En su seno se gestaron los procesos de sistematización racial de la humanidad y sus versiones denigratorias de subsunción que adoptan, entre otras formas, el esclavismo y la servidumbre; el patriarcado como forma de sujeción/opresión y los extractivismos como modos de producción de la existencia que conducen a la desposesión y al exterminio de formas de vida.

La Modernidad y sus cánones occidentalizantes monoculturales operan sobre la imaginación y el saber científico y el saber no científico en términos de Lander (2003), sobre la representación y la experiencia. Su poder yace en constituir *la visión-mundo* y la comprensión de la *realidad histórica mundial*. Para luego transmitirla y legitimarla a través de sus instituciones. De esta manera, esta *mirada acerca de sí*, de los *otros-as* y del *nosotros-as* en el mundo, gravitan sobre los procesos de subjetivación y socialización, produciendo formas de desplazamiento para quienes no se identifican con ellas, evidenciando su contracara: lo negado y destituido de la colonialidad. En otras palabras, los procesos de destrucción, vaciamiento y olvidos violentos de los otros mundos de sentidos que fueron deslizados de la realidad histórica moderna.

¿Cómo operan en la intersubjetividad? El *sujeto* reconocido como la medida de *lo humano* dentro del territorio epistémico de la modernidad, su forma de habitar el mundo y de entenderse a sí mismo corresponde al ciudadano blanco, europeo, burgués, patriarcal en el marco del estado-nación, al consumidor en el modo capitalista de subsistencia, al hombre heteronormado que empodera el patriarcado y al desenraizado de su terruño y comunidad para intervenir intempestivamente en el antropoceno (Vázquez, 2017). Todo *lo otro-a*, lo restante, lo diferente a la medida de *lo humano medio* es homologado y subordinado jerárquicamente a la mirada de *lo diferente*.

La *diferencia colonial* emerge en los intersticios, en las márgenes y las grietas que la modernidad experimenta, orientando los posicionamientos, situando las realidades (WALSH, 2009; PALERMO, 2011). Y se expresa en los intentos y desafíos de quienes, en forma más diseminada, perciben el mundo bajo otros sentires, enraizados en otras mallas de sentidos, históricamente negados.

La institución escolar como modelo educativo hegemónico expresa un proyecto sociopolítico moderno. La intercultural comprendida como modalidad en el sistema educativo significó un camino posible para abordar *la diferencia* colonial negada al interior de las escuelas. Un camino plagado de tensiones, cuestionamientos y problematizaciones acerca de las políticas públicas destinadas a definir, diseñar y evaluar la modalidad de la Educación Intercultural Bilingüe (EIB). Sobre estas tensiones y problematizaciones intentaremos reflexionar en este artículo.

### **“Las miradas de la diferencia” en el sistema escolar argentino. Bases y legados escolares.**

La escuela, en el marco del proyecto civilizatorio occidental, tenía como misión la homologación cultural de la población y, con ella, la anulación de cualquier diferencia entendida en términos de obstáculo para el progreso (Apple, 1989). De esta manera, las otras formas de organización de las sociedades, las diferentes maneras de construir y transmitir los saberes no científicos o de interpretar y comprender el mundo circundante fueron categorizadas como pensamiento mítico, es decir, ligado a la naturaleza, cargado de un alto componente participativo emocional e inmerso en el ámbito de la irracionalidad (LÉVY-BRULH, 1986).

Esta institución se organiza sobre las bases de la colonialidad que pervivió al fin del colonialismo. Su función como máquina moderna de educar (PINEAU, 2001) la convirtió en el dispositivo por excelencia del disciplinamiento de los cuerpos-mentes-emociones en el capitalismo, tejiendo una tradición “normalizadora-disciplinadora” para la formación de ciudadanos al servicio de los Estados, en el marco del liberalismo. Hoy es prácticamente indiscutible su rol como único modelo educador, a pesar de existir y haber existido otros posibles.

La institución escolar retoma el ideal educativo humanista kantiano bajo la interpretación del paradigma capitalista liberal (PINEAU, 2001). De esta manera, la escuela se erige como umbral civilizatorio, facilitando el pasaje de *lo naturalmente dado* a *lo culturalmente instruido*. Pero con una diferencia sustancial: la instrucción escolar de la mano del Estado-nación y bajo la dinámica del mercado, significó el instrumento de liberación del ser humano; un fenómeno social que motoriza los procesos de cambio,



tanto individuales como colectivos. En otras palabras, no es tan sólo un fenómeno de desarrollo individual sino que es, esencialmente, de transformación social.

En su devenir fueron variadas las estrategias utilizadas para la subsunción de la alteridad, con Estermann (2009) nos centraremos en: la **negación**, **asimilación**, **integración** y la **inclusión** como una variante de la última que analizaremos más adelante.

En la **negación** lo que opera es el proceso de *invisibilización del otro-a*, reforzando la *humanidad europea*. La deshumanización del *otro-a* a partir de negar su intelectualidad y su cultura produce la expulsión de *formas otras* de conocimiento. En este sentido la educación es una *educación sin el otro-a*. Se produce un borramiento de su existencia al interior del sistema educativo.

En nuestro país, la Generación del '80<sup>3</sup> consagró el mito fundacional del Proyecto Nación que consistió en consolidar la memoria histórica y política de la Argentina ocultando la memoria étnica pre-existente<sup>4</sup>. Ni "indígenas", ni "negros" tenían acceso cultural o económico en la nueva nación Argentina y se debía privilegiar estos espacios a la población blanca europea y estadounidense, la que podría superar la barbarie y la inferioridad representadas en negros e indígenas<sup>5</sup>. En este sentido, el sistema educativo se ocupó en primera instancia de hijos/as de inmigrantes europeos que por acción de las políticas migratorias comienzan a tensionar el sentido de Nación<sup>6</sup>, quedando oculto el

---

<sup>3</sup>La Generación del '80 del siglo XIX corresponde a un conjunto de literarios y dirigentes intelectuales, herederos conscientes de la generación del '37, oligárquicos y ligados a la producción ganadera. Los políticos de la Generación del 80 defendían posturas positivistas, simbolizando su actuación con el lema de Auguste Comte: Orden y progreso. Se identificaban con el crecimiento económico y la modernización y el orden era considerado una condición necesaria para el progreso, ya que fijaba las condiciones de tranquilidad necesarias para permitir su proyección.

<sup>4</sup>Estas narrativas históricas se reflejan actualmente en la autorepresentación que el país tiene de sí mismo como existiendo en un presente étnico constante y teniendo una unidad racial y cultural proveniente de los barcos llegados de Europa (SEGATO, 2007).

<sup>5</sup>El binomio Civilización/Barbarie es central en el pensamiento de Sarmiento, impulsor del modelo educativo cuyos pilares se asentaron en un programa político de construcción de la nacionalidad Argentina ligado a los modelos de Estados Unidos y Europa.

<sup>6</sup>Desde mediados de 1880, el gobierno nacional inició campañas para la llegada masiva de inmigrantes a la Argentina al estimular su ingreso a través de programas de apoyo. La realidad cultural y política del país a finales del siglo XIX era muy heterogénea dado la diversidad de lenguas, tradiciones, culturas políticas y sentidos de ciudadanía. Los migrantes se fueron convirtiendo en objeto de preocupación a medida que fueron tensionando el sentido patriótico que la incipiente Nación quería impartir a los recién llegados. La identidad de nación y el amor a la patria para estas poblaciones no correspondía con el *ser nacional argentino*. De manera paralela, en el extremo sur del país se impulsaba la llamada *Guerra del desierto*,

pasado étnico heterogéneo de la constitución cultural del país. La composición de la retórica nacional tuvo éxito no solo entre las elites sino que resultó eficaz entre los mismos *encubiertos* cuya historia, saberes<sup>7</sup> y participación en los procesos de Construcción de la Nación pasaron a ser invisibilizados. La escuela con sus rituales patrios<sup>8</sup> y contenidos curriculares, meticulosamente creados y uniformados para este fin, colaboraron en dicho proceso y se mantienen hasta la actualidad.

Los principios liberales de la ilustración inspiraron los valores para construir la incipiente nación. El *individuo universal* constituido a partir de la experiencia histórico-cultural europea se convertiría en el eje de la *cultura patria*. En este proceso, los debates asumidos en el Primer Congreso Pedagógico Argentino de 1882, así como en el debate parlamentario que culminó en la votación de la Ley nº 1420 de educación, en 1884, fueron claves.

La Ley Nacional nº 1420 consagra el proyecto de la escuela pública, gratuita, laica y obligatoria en el país. La escuela pública se convierte en el marco que guiará la educación en la formación ciudadana. Pero más específicamente fue a partir de 1887 con el movimiento renovador del Consejo Educativo Nacional que comienzan a ser efectivos. A partir de entonces, un proceso de reformas educativas intentó regular y uniformar los planes y programas de estudio a nivel nacional con el agregado de nuevos contenidos.

Los nuevos programas daban preferencia a la enseñanza del *carácter nacional* en materias tales como: historia nacional, geografía nacional, idioma nacional e instrucción cívica en “pro de *la gran causa de la educación que labra pacientemente el cimiento de la nacionalidad.*” Revista *El Monitor* (1887, pp. 331-334). Además, se da inicio a una trabajosa tarea de formación del cuerpo docente y técnico y de actualización de métodos en los nuevos contenidos (BERTONI, 2007). También se incorporaron al calendario

---

*entre 1878-1885 para extender las fronteras interiores del Estado-Nación despojando de sus territorios a los pueblos “indígenas”.*

<sup>7</sup>Para la filosofía de la modernidad, el conocimiento se refiere a aquél que tiene fundamento a través de la argumentación sustentada en evidencia lógica, esto es, razonada y sistematizada mediante métodos científicos, es decir: la episteme. En oposición, los saberes aluden - en un sentido amplio - a la sapiencia del sentido común, la sabiduría popular que se utiliza en la práctica cotidiana o en la realidad social situada culturalmente.

<sup>8</sup>Los actos patrios traducen valores tradicionales centrados en ritos solemnes que resguardan el carácter reglamentario y normativo sujeto a fechas históricas preestablecidas en el calendario escolar. Expresan una idea de patria fuertemente arraigada y propician una base cultural común a la sociedad, que se renueva y reafirma en cada realización.

escolar ceremonias y rituales pensados en fortalecer los festejos del 25 de mayo y 9 de julio<sup>9</sup> que estarían orientados a formar la conciencia nacional y el amor y lealtad a la patria. Asimismo un énfasis especial en la figura de los próceres, fechas, la bandera y demás símbolos distintivos de la identidad nacional.

Los alumnos tenían que aprender una lengua común, una historia común, símbolos identificatorios comunes y una noción territorial también común. El objetivo no era sólo conocer los componentes de la nacionalidad sino además que se introyectarán e incorporaran en la subjetividad, creando un sentimiento de orgullo de *ser argentino*. A través de la escuela se trató de eliminar componentes culturales que podían apartar a la *argentinidad* del proceso civilizatorio. Estos componentes eran representados por diversos grupos, entre ellos, los pueblos originarios. En este contexto, el alumno pasó a ser una cuestión de Estado.

La cultura nacional en términos de Segato (2007) lleva en su seno la imposición de la construcción de una etnia-nación gestada en los gabinetes literario-administrativos, que se impartió a todos los habitantes del territorio nacional por igual a través de la escuela, marginalizando a las etnias. De esta manera, la escuela ha sido un dispositivo o instrumento indispensable en la misión civilizadora/normalizadora, ejerciendo el poder de construir sentidos compartidos que acompañan dichas construcciones históricas.

La Estrategia de la **integración** comprende al *otro-a* en tanto posibilidad de ser *asimilable*. Esta segunda estrategia pretende ser una suerte de devolución de una porción de humanidad –de la Humanidad blanca occidental-, en la asimilación forzada mediante la conversión civilizatoria, occidentalización de la lengua, subalternización de los sistemas de vida autóctonos a los coloniales y neocoloniales (LANDER, 2003). En este marco se levanta el mito de “la misión del hombre blanco” en tanto responsable de colaborar en la evolución de los aun “salvajes” (AGUER Y FIGUEIRA, 2010)

La **asimilación** complejiza el proceso de **invisibilización**, ya no solo se intenta negarlo sino *inventarlo* desde los patrones eurocéntricos (CASTRO-GÓMEZ, 2003) Bajo las ideas de progreso y civilización, las diferencias se volvían una *escala de humanidades*

---

<sup>9</sup>Día de Conmemoración de la Conformación del Primer Gobierno Patrio; Conmemoración de la Independencia Nacional, respectivamente.

*jerarquizadas*, posibles de superarse a través del recorrido del camino ilustrado, cuyo final culminaba en la sociedad Europea occidental. Se dispone así un discurso pedagógico que procura *educar para el otro-a*, para ayudarlo a salir de esa condición de *retraso*, en que lo dispuso, invención mediante, la misma hegemonía que buscaba rescatarlo (ESCOBAR, 2007). De esta forma era posible prever desde los inicios quiénes triunfarían en el terreno educativo, y quienes no tenían esperanzas.

Subsumir a estas poblaciones al nuevo orden social implicó, desde un principio, el disciplinamiento forzoso y el convencimiento de la necesidad de incorporarse al mismo mediante la instrucción educativa. De esta manera, adquieren mayor importancia dos de las vías consideradas por Lagos (2000) más pertinentes para la *integración del indígena*. Según el autor, la primera y más contundente fue la vía de integración por el trabajo; la segunda, subordinada a la primera, la vía de integración por la educación: que implica para la época tanto el alma -en las misiones religiosas- como la educación para el trabajo.

Trabajo y Educación se convirtieron en los ejes centrales del modelo de *integración del indígena* a la sociedad moderna, luego de las soluciones bélicas llevadas a cabo durante las campañas de conquista del territorio nacional, especialmente en la zona Chaqueña. La educación implicó una conversión total para transformarlo en un ser útil a la sociedad. La utilidad se medía en torno a la capacidad de trabajo que podrían generar estas poblaciones. La idea subyacente era que el *indígena* sólo puede redimirse de ser *indígena* en la medida en que pueda abandonar los resabios de sus antiguas tradiciones culturales y adoptar las modalidades capitalistas de producción. Esto sólo sería posible bajo el tutelaje de las instituciones de la sociedad occidental, ya sea la iglesia, el estado, las industrias o las haciendas y la escuela.

En este horizonte, la institución educativa motorizó y robusteció proyectos político-culturales - reducciones, colonias, misiones, entre otras - que transforman la fuerza de trabajo en mano de obra indígena para la actividad productiva privada de las diferentes regiones del país, principalmente del noroeste y nordeste argentino. Esta reserva de mano de obra incluía a las niñas y los niños, ya que se trataba de una forma de explotación del trabajo que ocupaba a la unidad doméstica en su conjunto.

Enrique Lynch Arribálzaga, autor del Informe de la Reducción de Indios de Napalpí<sup>10</sup>, redactado en 1914, presentó un proyecto de escolarización para las niñas y los niños indígenas de la Reducción<sup>11</sup>. En el mismo resaltaba la necesidad de la educación como instrumento principal para incorporarlos a la civilización. Sostenía la importancia de una educación temprana en valores, hábitos y costumbres tales como la propiedad privada, el trabajo agrícola, el ahorro, la vestimenta y la alimentación. Asimismo, pensaba que una vez convencidas de las bondades de la civilización, las infancias indígenas se las transmitirían a sus familias. Quienes, inevitablemente, las adoptarían.

Nos interesa señalar la paradoja que se presenta en relación a los proyectos educativos referidos a las infancias indígenas y las infancias no-indígenas. El Estado en la medida que impulsó la necesidad de proteger y educar a los niños y niñas - principalmente bajo la Ley Nacional N°1420 donde afirma la necesidad del acceso a la educación para todas las niñas y niños- no contempló los obstáculos que tienen las infancias indígenas para acceder a estas necesidades. Es más, los incluye como fuerza de trabajo en los *contratos laborales* celebrados con los capitales privados bajo la figura de *osaco*<sup>12</sup>, regulando no sólo su precio en el mercado sino también sus condiciones laborales.

A finales del siglo XX, la emergencia de los discursos multiculturales pretende reorientar la genealogía escolar trazada, reinterpretando las funciones sociales de la escuela. Se inicia un proceso de generación de políticas públicas en torno a la

---

<sup>10</sup>El Estado nacional organizó reducciones con el objetivo de ubicar y controlar las poblaciones *indígenas* sobrevivientes de las campañas de conquista y exterminio que realizó durante el proceso de organización nacional a finales del siglo XIX y principios del XX. La reducción Napalpí fue uno de los establecimientos más importantes, cubría 20.000 hectáreas fiscales y se autofinanciaba fundamentalmente con la explotación forestal y la venta del algodón producido por los indígenas. Se funda en 1911 en el Territorio Nacional del Chaco y fue donde se implementó el primer plan del Estado Nacional para el encierro y disciplinamiento de miembros de los pueblos qom, moqoit y shinpi. Enrique Lynch Arribálzaga fue designado como delegado del Ministerio del Interior para organizar la reducción.

<sup>11</sup>Si bien el programa no fue aprobado por el Consejo Nacional de Educación, tenía entidad oficial porque, como delegado del Ministerio del Interior, Lynch Arribálzaga tenía, entre otras, la función de proponer a la Dirección General de Territorios los programas de enseñanza para las escuelas de las reducciones y de ejercer su inspección en el marco de lo estipulado por la Ley de Educación n° 1420.

<sup>12</sup>Categoría que refiere a las niñas y niños indígenas de 7 a 13 años que son parte de la unidad doméstica y que intervienen en el proceso de explotación del trabajo para el mercado -como mano de obra-, junto a sus familias.

interculturalidad como *vía de inclusión social*. La EIB es parte del proceso, en principio como política educativa compensatoria que, a partir de programas focalizados en los *contextos interculturales* promovía la *igualdad de oportunidades*; en la actualidad como modalidad educativa, dirigida específicamente hacia una población étnicamente diferenciada.

### **La “Inclusión de la diferencia” en el Sistema Escolar. La Educación Intercultural Bilingüe (EIB).**

A finales del siglo XX, en América Latina comienza a gestarse un proceso de reformas estatales bajo el paradigma capitalista neoliberal, cuyas políticas estuvieron enmarcadas en un discurso que legitimaba y valoraba la diversidad cultural. De esta manera, comienzan a configurarse discursos conciliadores de la *diferencia*, asumida en el marco del *respeto* y la *tolerancia*, bajo las propuestas de la *convivencia multicultural*<sup>13</sup>. Los debates en torno a la escuela y la educación tomaron nuevos tintes, intentando marcar una ruptura con la tradición homogeneizadora, para asumir *la diferencia* como un *valor*, habilitando nuevos modos de *integración*. ¿La Escuela se *ha* transformado? Y en esta transformación ¿Es posible afirmar que los nuevos discursos y prácticas abandonaron su raigambre histórica colonial-moderna? Si bien no pretendemos en este apartado arribar a conclusiones finales, sí problematizar y tensionar el debate en torno a las relaciones que establece la *visibilización de la diversidad* como política de reconocimiento y, por otro lado, a la promoción de sus prácticas representacionales.

Para pensar la actualidad consideramos relevante retomar el tercer concepto rector de las estrategias de subsunción de la alteridad nombrado en el apartado anterior: la ***inclusión***, que supondría el poder construir un universal que contenga las diferencias sin necesidad de homologación. Estas narrativas abrieron el extenso debate en torno al diseño de políticas educativas para los espacios escolares, instalando discursos y

---

<sup>13</sup> Acerca de las propuestas de convivencia multicultural, nos adentraremos más adelante, en los apartados siguientes.

prácticas cuya tendencia era la visibilización del *otro-a*, la atención a la *diversidad* y el reconocimiento de *la diferencia* en clave del debate multiculturalidad/interculturalidad<sup>14</sup>.

En Argentina, la EIB se inició a partir de las reformas educativas de corte (neo)liberal, de manera de compensar las desigualdades existentes como producto de la *diversidad cultural*<sup>15</sup>del país, particularmente en referencia a *lo indígena*. Esta perspectiva no nace con la pretensión de buscar las causas de desigualdad que vinculaban el factor cultural con el problema educativo, sino más bien, reconocer en las formas diferentes de producción cultural una posibilidad de diálogo que promueva una actitud tolerante en la población escolar.

En este derrotero, durante el año 1993 se aprueba la Ley Federal de Educación n° 24.195 que materializó el principio de reconocimiento de la diversidad, implementando políticas diferenciadas a través de la financiación de proyectos educativos locales con el objetivo de compensar desigualdades socioeconómicas. La EIB se incluyó en los programas compensatorios<sup>16</sup> dirigidos a elaborar propuestas focalizadas en función de un nuevo concepto: la *equidad*. Sin lograr la ansiada reparación histórica y pretendiendo profundizar en la construcción de las bases de un Estado que consolide una Nación inclusiva, a fines del 2006 se deroga la Ley n°24.195 y se aprueba la Ley de Educación Nacional n°26.206. En su artículo n°17 enuncia a la EIB como una de las ocho modalidades educativas que garantiza el derecho constitucional de los pueblos indígenas, conforme al Art. 75, inc. 17 de la Constitución Nacional, “*a recibir una educación que contribuya a preservar y fortalecer sus pautas culturales, su lengua, su cosmovisión e identidad étnica a desempeñarse activamente en un mundo multicultural y a mejorar su calidad de vida*”. (Cap. XI, Art.52).

---

<sup>14</sup>El debate multiculturalidad/interculturalidad y sus derroteros es eje central en materia de política educativa y le dedicaremos el apartado siguiente.

<sup>15</sup>Para Bhabba (1998) la diversidad cultural es el reconocimiento de contenidos y costumbres culturales ya dados. En cambio, la *diferencia cultural* sugiere la relación entre los distintos grupos en el valor que se le otorga socialmente a la cultura, al conocimiento, a la historia, etc. de cada grupo.

<sup>16</sup>El Plan Social Educativo fue el Programa Compensatorio del Ministerio de Educación desde 1993. En 1997, se crea el proyecto de "Mejoramiento de la Calidad Educativa de las Poblaciones Aborígenes" dependiente del Programa de Escuelas Prioritarias. En 2004 hasta 2007, se conforma el equipo del "Programa Nacional de Educación Intercultural Bilingüe (PNEIB) cuyo objetivo era establecer un organismo de atención permanente".

En el 2010, la Resolución n° 105/10 del Consejo Federal de Educación (CFE) aprueba para el debate el documento<sup>17</sup> *La Educación Intercultural Bilingüe en el sistema educativo nacional*, que delinea las definiciones y orientaciones de la Modalidad Intercultural para todas las jurisdicciones del país. Paralelamente, la resolución N°1119 del Ministerio de Educación Nacional (MEN), reconoce al Consejo Educativo Autónomo de Pueblos Indígenas (CEAPI) como entidad representativa de los pueblos indígenas con función consultiva y de asesoramiento ante el Ministerio de Educación Nacional y el CFE.

En la Resolución n°119/10, se aprueban los mecanismos de implementación del enunciado Documento, que concibe el enfoque intercultural a partir del reconocimiento de la heterogeneidad lingüística y cultural del país y al creciente involucramiento de las poblaciones indígenas en las políticas educativas. Sobre estas valoraciones se definen las concepciones en torno a la formulación y desarrollo de los principios que orientarán las políticas educativas: sus alcances, responsabilidades y desafíos.

En primer lugar, afirma que es responsabilidad del Estado el ofrecimiento de *“trayectos escolares en las lenguas indígenas y no indígenas con calidad educativa, en los que los estudiantes puedan aprender con sus lenguas y de ellas”* de modo que establezcan *“una relación pedagógica constante y significativa”* que incluya *“su entorno de pertenencia”*, para que les permita construir *“nuevos modos de acceder a conocimientos y prácticas escolares necesarios en cada nivel para contribuir al mejoramiento de la vida de estos pueblos.”* (p.7).

Asimismo, señala como principales desafíos de la EIB, la posibilidad de incidir en la población educativa en su conjunto, es decir, transversalizar la EIB al interior del Sistema Educativo *“Educación Intercultural para todos cuyos fines no se restrinjan sólo a lo pedagógico sino a la formación de un nuevo tipo de sociedad intercultural donde se respeten y se valoren las distintas culturas y lenguas”*. Y con ello, la necesidad imperiosa de *“generar estrategias y líneas de acción que permitan visualizar la problemática de la*

---

<sup>17</sup>El documento es resultado de distintos Seminarios y Encuentros de carácter nacional y regional, organizados por la Modalidad de Educación Intercultural Bilingüe (EIB) entre los años 2008 y 2010. De estos encuentros participaron referentes, responsables y coordinadores de las áreas de EIB de las distintas provincias y regiones del país, así como representantes indígenas constituidos en el Consejo Educativo Autónomo de Pueblos Indígenas – CEAPI -. Sin embargo los diferentes pueblos y comunidades indígenas de la Argentina de maneras diversas y con distintos grados de intervención y protagonismo, interpelan las acciones y lineamientos que delimitan la Modalidad Intercultural.



*EIB*” (p.11) para desarticular y desacoplar las ideas históricamente instaladas acerca del fracaso escolar o la deserción escolar en las poblaciones indígenas, asociadas al proceso de enseñanza-aprendizaje de la lengua indígena y sus contenidos culturales. Así también, resalta que resulta imprescindible instalar en el sistema educativo la revisión de los parámetros desde los cuales se construye el conocimiento, resultando “*fundamental que la escuela genere estrategias de participación permanentes para así incorporar en los procesos de enseñanza otras voces y otros conceptos*” (p.18).

En definitiva, el documento expresa que la EIB requiere:

“ (...) la valoración y validación institucional de las formas de aprender y los modos de participar en los procesos de la educación de los estudiantes en sus comunidades de pertenencia, por otro, una práctica pedagógica dialógica y la construcción de itinerarios esenciales para el desarrollo de la identidad social, cultural y lingüística de los alumnos y alumnas, eximiendo de todo estereotipo folklórico o inspirado en representaciones sociales conducentes al apartamiento de colectivos culturales diversos”. (p.19).

Bajo estos lineamientos se instituye la conformación del CEAPI como instrumento para garantizar la participación indígena en el diseño de políticas educativas de carácter federal y jurisdiccional; y, por ende, contribuir al fortalecimiento de las principales líneas de acción que desarrolla la Modalidad. A pesar de su conformación, reconocimiento y participación, actualmente, una gran parte de las organizaciones y colectivos indígenas debaten en torno a los procedimientos que dan lugar a los modos de participación en el ámbito de gestión y planificación educativa. Problematizan los diseños curriculares que dan lugar a las planificaciones, la gestión de los procesos de enseñanza-aprendizaje, la generación de los materiales didácticos y las capacitaciones docentes. Ahora bien, ¿Qué tipo de participación se necesita generar para incidir en: la definición de las problemáticas a atender, la agenda a planificar y las decisiones en materia educativa?

Si bien el documento enuncia la necesidad de visibilizar la heterogeneidad lingüística y cultural que históricamente conformaron el país y, a su vez, pretende legitimar *la diferencia* en términos de contribuciones a la “pluralidad de voces y conceptos”, estas consideraciones se producen sin una reflexión previa sobre las relaciones asimétricas que se establecen entre las mismas. Resulta así la aceptación de la mera existencia de *la diferencia* y, a la desigualdad histórica a las que se vieron

sometidas esas “otras culturas”, como datos de la realidad sin analizar las relaciones de poder. En otras palabras, no se asume como trasfondo de la construcción del “diálogo intercultural” que se pretende construir, la condición de “despojo” histórico en que se vieron involucradas estas poblaciones.

El enfoque pedagógico con perspectiva intercultural que la modalidad propone profundizar a través de sus normativas no logra consolidar un puente comunicacional, que favorezca la proximidad y la valoración de las diferencias existentes, pues para ello se requiere que *las diferencias* co-existan en igualdad política y epistémica (WALSH, 2009). En otras palabras, implica la necesidad de construir modelos de aprehensión cultural/lingüísticos/sociedad que las expresen bajo una relación lo más simétrica posible y no de subordinación.

Para ello resulta imprescindible que las propuestas educativas se desarrollen bajo un anclaje territorial, que la escuela promueva lazos de pertenencia en las comunidades educativas, que las mismas se perciban parte del proceso de enseñanza-aprendizaje y que la interculturalidad no sea un asunto exclusivo de una diferencia étnica. Estas referencias posibilitarían la transversalidad de la EIB al interior del sistema educativo, logrando trascender lo meramente discursivo para pasar al plano del quehacer cotidiano, potenciando en las escuelas el proyecto político de la interculturalidad para proyectarlo a los otros ámbitos de la existencia social. En términos de Walsh (2009): que el sistema educativo sea el motor de la “*interculturalización de la sociedad*”. Quizás este represente uno de los principales desafíos de la modalidad.

En definitiva, frente a un contexto donde las estrategia de visibilización de la diversidad parecieran cobrar más protagonismo que las estrategias de legitimación de las alteridades, nos seguimos preguntando ¿es posible seguir afirmando que transitamos un cambio de mirada en torno a los pueblos originarios y su participación en la esfera pública? ¿Es posible que se está desfragmentando los diseños de corte integracionistas/asimilacionistas que estructuraron el Proyecto Nacional y sus Instituciones?

## La diferencia en clave del debate multiculturalidad/interculturalidad

Pensar la interculturalidad como un proyecto político-pedagógico en el contexto de las prácticas educativas requiere ubicar a estas prácticas en un campo más amplio del escolar y el espacio áulico. Se trata de comprender la interculturalidad como una praxis; un entramado de interrelaciones sociales, situadas en un territorio, orientando las dinámicas que la gente le imprime a las instituciones. Dinámicas que se van construyendo en la cotidianidad, en la ida y vuelta de lo que acontece en la escuela y a su vez, en interacción con en el conjunto de la sociedad. Si la interculturalidad es el carácter que imprimen estas dinámicas, ¿Qué miradas acerca de *la diferencia* impregnan estos contextos?

Respetar, tolerar y aceptar la diversidad cultural se convierten en los principios centrales de la perspectiva política multiculturalista o la llamada interculturalidad funcional (TUBINO, 2005), que es perfectamente compatible con la lógica del modelo (neo)liberal. Bajo estos lineamientos no se cuestionan las bases ideológicas, coloniales, uninacionales, monoculturales y racistas de la nación; por el contrario, continúan imaginando la nación “como un archipiélago donde las etnias son islas particulares acotadas y comunicadas por las aguas universales de lo nacional” (MUYULEMA, 2001:356) En este sentido, el reconocimiento o el respeto solamente resulta aceptable para el diálogo intercultural bajo una lógica occidentalizante de incorporación, donde la *otredad* es tolerada en cuanto armonice con el modelo occidental de vivir.

Esta forma de comprender la “con-vivencia” conlleva una conceptualización de cultura asociada a la tradición del relativismo cultural. Es decir, concebirla de manera estática, ahistórica y cerrada en sí misma, sin considerar las relaciones jerárquicas, de opresión, que se establecen entre los diferentes grupos. El reconocimiento de la diversidad se produce en tanto manifestaciones de diferentes expresiones humanas, sin interpelar la jerarquización social que esas diferencias sostienen en la construcción de la intersubjetividad.

Las políticas de *la diferencia* que se construyen desde esta categoría tienden a una simple constatación de la existencia de la diversidad cultural al interior del territorio del Estado-nación, a la folclorización del “otro”, a su esencialización, y a una promoción de la interrelación y comunicación entre partes que no cuestiona los lugares de

enunciación. Desconoce la importancia de la geopolítica del conocimiento y del lugar de enunciación epistémico, político y ético, mantenido intacto los intereses y las relaciones de poder hegemónicos.

Una interculturalidad descolonizadora, se diferencia significativamente del multiculturalismo y de lo que denominaremos la *mera interculturalidad*. El último, hace referencia a las reiteradas oportunidades en que se apropian de este concepto los organismos estatales y multilaterales –como el Banco Mundial-, vaciándolo de potencial transformativo y dejando intactos la estructura social e institucional que reproduce las inequidades; por lo que podría ser homologable al concepto de multiculturalidad. Siguiendo a Garcés:

“La interculturalidad (*descolonizadora*) no hace referencia a un simple reconocimiento o tolerancia de la alteridad ni a procesos de esencialización de identidades étnicas inamovibles. La interculturalidad hace referencia a prácticas en construcción y de enriquecimiento en el conflicto y en el forcejeo por lograr espacios de poder. (...) no puede pensarse separada de una teoría del poder que dé cuenta de las asimetrías sociales estructuradas históricamente por la colonialidad del poder.” (2009, p.27).

El discurso de la interculturalidad que se erige desde los movimientos indígenas no busca ya la inclusión, sino la transformación. Este concepto de interculturalidad, reclama el reconocimiento de la diferencia colonial desde la cual se erige, y de la colonialidad del poder que reactualiza dicha diferencia hasta la actualidad. Promueve una transformación de las distintas esferas de la vida para la construcción de una nueva lógica organizada desde un pensamiento que no reproduce los legados coloniales eurocéntricos, que se origina por fuera de los centros geopolíticos de producción de conocimiento y que proviene de movimientos étnicos sociales más que de la academia. Es decir, no desde “arriba”, no a partir de los proyectos normativos que expresan la interculturalidad funcional. La diferencia radical está en el sentido propositivo de ambos proyectos. Desde una mirada crítica, el proyecto intercultural no es simplemente reconocer, tolerar o incorporar “lo diferente” dentro de la matriz y estructuras establecidas. Por el contrario:

“(...) es implosionar -desde la diferencia- las estructuras coloniales del poder (incluyendo a aquellas que intentan controlar el saber, el ser y las

relaciones complejas en torno a la madre naturaleza) como reto, propuesta. Proceso y proyecto; es (re)conceptualizar y (re)fundar estructuras sociales, epistémicas y de existencias, que ponen en escena y en relación equitativa lógicas, prácticas y modos culturales diversos de pensar, actuar y vivir.” (WALSH, 2009:43-44).

Se trata de buscar las maneras de intervenir en las estructuras, instituciones, relaciones e imaginarios que reproducen la diferencia como desigualdad y, a la vez, construir puentes de articulación que no intenten homogeneizar ni formar nuevas identidades *híbridas*, tampoco *esencializarlas* o *(des)historizarlas*. Todo lo contrario, se pretende propiciar una interacción dialógica entre pertenencia y diferencia reconociendo las propias formas de identificación, provocando un *descentramiento del sujeto*, que permita dar lugar a un *espacio* que genere un intercambio auténtico y real de saberes, sentidos y prácticas que provienen de lógicas y racionalidades distintas. A este proceso lo denominamos *interculturalizar* y, en términos educativos implica producir prácticas que apunten a provocar un real desprendimiento -en la producción del saber/hacer- de los sistemas organizados del conocimiento validado e instituido y a su co-relato, los moldes decimonónicos de la conformación de las naciones (WALSH, 2009; PALERMO, 2011).

Sin negar que existan relaciones interculturales en el ámbito personal, podemos decir que en la sociedad actual, incluyendo a sus instituciones, la interculturalidad aún no existe, se trata de un proyecto por alcanzar. Sin embargo, consideramos también, que existen diferentes intentos que generan prácticas que profundizan el proceso de interculturalización. Aunque muchas de ellas se encuentran por fuera del sistema educativo hegemónico y eurocéntrico, otros son intentos que se gestan en su interior.

### **Los desafíos de construir un proceso de “interculturalización” en las Escuelas**

La pareja pedagógica<sup>18</sup> como estrategia educativa contiene en sí misma, la potencialidad de representar en el aula la construcción dialógica del conocimiento y la

---

<sup>18</sup> La pareja pedagógica se compone por un docente de habla castellana y otro docente de habla “indígena”. Se incorpora al Sistema educativo en calidad de estrategia para fortalecer la “inclusión” de los mentados “contenidos interculturales” al curriculum escolar. Con la llegada del docente intercultural al sistema educativo y al aula en particular, se suponía que el proceso de incorporación de estos contenidos especiales se daría sin conflictos y de manera “natural”. El proceso de selección de los docentes que estaba en manos de las “comunidades” donde se establecían las escuelas.

tensión en su disputa de los sentidos. Promueve la descentralización del poder, al fomentar una ruptura epistémica en la figura unipersonal del maestro, el que, en última instancia, encarnaba el saber. Ahora bien, es imposible sugerir que su sola presencia promueva todas estas caracterizaciones. La diferencia colonial que construye el actual patrón de poder y que, a modo de dispositivo, legitima *naturalizando* la asociación de *lo indígena a lo carente* vuelve posible la subordinación ontológica. La traspolación acrítica de esta estrategia pedagógica al contexto de la EIB desactiva su principal potencial, el descentramiento del conocimiento dado que sostiene una única figura fuerte, una única verdad a conocer, una sola voz autorizada.

En la EIB, la pareja es conformada por un docente de sección que ingresa a través del proceso de selección de la junta de clasificación docente<sup>19</sup> y un docente/referente comunal que es competente en lengua indígena, graduado como auxiliar o maestro intercultural y es elegido entre la comunidad educativa de referencia. El tratamiento histórico que la escuela, como institución occidental, le ha otorgado tanto al auxiliar o maestro intercultural como a la lengua indígena fue a partir de la consideración del fracaso escolar, es decir, de la no promoción de los alumnos indígenas en tiempo y forma. Sin embargo, el ingreso de otras voces al aula abrieron otras miradas acerca *de la diferencia* y sus problematizaciones. En conversaciones con docentes de la modalidad<sup>20</sup> en la Ciudad de Pampa del Indio, Provincia del Chaco<sup>21</sup> acerca de sus apreciaciones en relación a las problemáticas asociadas al bajo rendimiento escolar de sus estudiantes,

---

<sup>19</sup>Las Juntas de clasificación docente es un sistema de concurso docente donde cada profesional de la educación participa para obtener un cargo y ascender en la carrera docente, a través de puntaje obtenidos por el mérito. Los puntajes obtenidos en su trayectoria profesional se acumulan a partir de las capacitaciones, funciones y producciones académicas que hayan realizado.

<sup>20</sup>La metodología de investigación que sustenta este trabajo se basa en una combinación entre materiales propios de la investigación doctoral de la autora, recopilados a través de los años en el trabajo de campo durante 2010-2018, que expresan entrevistas en profundidad a los diferentes actores, observaciones de campo e intercambios con otros investigadores.

<sup>21</sup>Pampa del Indio es un municipio rural a unos 220km de la capital provincial, Resistencia, de los municipios de mayor densidad poblacional indígena del país. En la actualidad según aproximaciones de la Municipalidad, se calcula que la población ronda los 18 mil habitantes, un 60% de esa totalidad serían indígenas, mayoritariamente de la etnia QOM. Según los datos provistos por el Censo Nacional de Población y Vivienda (2010) -pues el último Censo realizado en el 2022 está en proceso de análisis- el 3,7% de las personas que se autoreconocen como originarias o descendientes de pueblos originarios son analfabetas (mayor a la media nacional 1,9%) y a medida que aumenta la edad de la población el porcentaje de analfabetos es mayor. De la población total que habita en el territorio nacional (40.117.096 personas) se perciben pertenecientes a pueblos originarios o indígenas casi un millón de personas (955.032 personas).

consideraban que el *bajo rendimiento escolar* no respondía, por lo general, a problemas orgánico o trastorno cognitivo alguno, sino a que la escuela estaba fallando en promover y co-construir con ellos-as, la necesaria disposición positiva hacia el aprendizaje, viéndose ello expresado en una *desatención* recíproca docentes-alumnos.

Los docentes Qom con quienes conversamos contrastan estas consideraciones con su propia experiencia como estudiantes en el sistema educativo y su trayectoria docente en las aulas. Para ellos-as la *desatención* muchas veces se traduce en *desvalorización*, tanto del estudiante como del trabajo pedagógico del docente qom y se refleja en razonamientos tales como: “no necesitamos auxiliares aborígenes, (...) pero si ellos [los jóvenes qom] son como nosotros [docente blanca-criolla]. Ellos no quieren ser más indígenas como antes”. O bien en expresiones como la siguiente: “estos chicos no hablan, no preguntan... Están ahí como ausentes” (Registro de campo, Docente de EBI no qom, 10/2018). Mientras que fuera de la escuela, según los docentes, estos mismos estudiantes son activos participantes de su comunidad.

A partir de sus apreciaciones algunos docentes (qom y no-qom) de la modalidad se plantearon como *pilares fundamentales* de su práctica educativa, tomar como punto de partida los saberes y experiencias de los niños, su cultura y conocimientos, para lograr que los nuevos contenidos resulten significativos y relevantes para ellos-as. Se trata de generar condiciones para que entonces *algo significativo* empiece a acontecer dentro de las aulas, sea en el plano cognitivo, afectivo o social, promoviendo otras miradas que desasociar la diferencia étnica-racial a un problema pedagógico. En miras de ello, una estrategia orientada a romper con estas acepciones es fomentar la resolución de tareas de manera colectiva y con un fuerte anclaje de los contenidos a sus experiencias vitales o cotidianas, sin por ello, folclorizarlas.

Una docente qom nos habló sobre su experiencia en torno a las actividades que ella planifica en el aula a la hora de buscar una alternativa que brinde mejores respuestas para despertar el interés de los estudiantes por la lectura -específicamente en referencia a la comprensión lectora y al manejo del vocabulario académico- y el vínculo con los docentes a la hora de solicitar su ayuda. Para introducir los textos en el aula, la docente anticipa el contexto de producción del mismo y presenta al autor. A continuación, asigna a cada grupo una parte del mismo con la indicación de leerlo conjuntamente e identificar

aquellas palabras que no son comprensibles. Luego, mediante una puesta en común, cada grupo presenta su fragmento y comparte el glosario de palabras. La presentación de los párrafos seleccionados debe partir de una explicitación de las ideas centrales expuestas *en las propias palabras*. De manera grupal y contextualmente se busca el sentido del texto y el significado de las palabras *difíciles*, luego se realiza una síntesis de lo leído. Como actividad final, se proponen preguntas que se desprenden del texto.

Esta manera de abordar la comprensión lectora es el resultado en parte de una encuesta que los docentes qom realizaron entre los adolescentes y jóvenes en edad escolarizada preguntándoles qué inconvenientes tuvieron o tienen en la escuela. Identificaron dos principales: 1) *que no entienden al profesor*. Para los docentes qom, parte de este problema tiene su causa en “el manejo del castellano de los estudiantes, más precisamente en cómo aprendieron el castellano”; 2) *que no se hallan en la escuela*. Aquí, para ellos, hay una cuestión que los jóvenes vienen *arrastrando* de años anteriores, de su ingreso de niños/as, y tiene como punto de partida la desvinculación y negación del valor que tiene para los procesos de escolarización: el capital lingüístico de los estudiantes y sus experiencias y vivencias familiares/culturales. (Registro de campo, Docente de EBI no qom, 10/2018)

Nosotros encontramos que ambas respuestas se encuentran profundamente ligadas. Por un lado, el castellano -en palabras de los docentes qom- *se aprende a la fuerza*. La mayoría de los niños/as son monolingües parlantes en su lengua materna, por lo tanto, el castellano viene de la mano de la entrada a un mundo completamente distinto al que estaban acostumbrados hasta el momento -sociabilización familiar/sociabilización escolar- (CAMBLONG, 2012). En este sentido, la escuela le es completamente externa, ajena y distante y este contraste pone en relieve *la diferencia colonial*. Esta lejanía no solamente es el co-relato de una diferencia sociolingüística que marca notoriamente las vivencias cotidianas, sino que también es expresión de la desigualdad histórica y estructural en que se constituyó la diferencia étnico-racial en Chaco. Por lo tanto, la mayoría de los docentes coinciden en que el aprendizaje del castellano es absolutamente



básico al finalizar el primario y que solamente esta comprensión se revierte cuando el proceso de incorporación de la lengua se hace reflexivamente.

Por otro lado, la enseñanza de la Lengua qom - el proceso reflexivo de aprendizaje de la lengua - se introduce a la escolaridad - en la mayoría de los casos - durante los primeros años del primario, para interrumpirse luego y, con ello se interrumpe también, el acompañamiento de los docentes qom en las aulas. Esta interrupción coincide con el diagnóstico institucional de concebir el problema del bajo rendimiento escolar o de la repitencia como un problema de incomunicación por razones de diferencia idiomática -el qom se constituye en una traba para la comunicación entre las niñas y los niños con los docentes-. Por esta razón y para facilitar un diálogo con los estudiantes y establecer un puente con las familias, se incorpora la figura del Auxiliar o maestro intercultural al sistema educativo.

Cuando las niñas y los niños entienden el castellano de manera que apertura los canales de diálogo, el auxiliar o maestro intercultural deja de ser funcional. Por lo tanto, su permanencia en el aula no es requerida y, con ello, se desestima también su rol pedagógico, deslegitimando el aporte qom en la construcción del conocimiento. A pesar del debate que suscitó esta estrategia en el sistema educativo y de la resolución de sustituir el rol de *traductor cultural* por un rol protagónico en lo pedagógico, en la actualidad la mayoría de los docentes siguen cumpliendo este rol tradicional.

Entre las experiencias que retomaron estas consideraciones se encuentra una que nos interesa resaltar. Se trata de la realización de proyectos de investigación con los jóvenes sobre temas que los impulsen a involucrar la participación de las familias y su comunidad. A modo de ejemplo mencionaremos uno que consiste en recopilar los relatos orales de los *ancianos* en torno a la recuperación de los modos y las maneras en que se impartía la educación propia del pueblo qom<sup>22</sup>. De forma grupal y con ayuda de la docente iniciaron un proceso de consulta e indagación para seleccionar a los ancianos que serían invitados a participar de la investigación en calidad de entrevistados. Luego elaboraron una serie de preguntas dirigidas a estas personas seleccionadas. Las entrevistas se

---

<sup>22</sup>La historia de los pueblos originarios no solamente está ausente como parte de la historia nacional en los textos escolares, también lo está en el diseño curricular del sistema educativo para el área de ciencias sociales, invisibilizando así, su presencia y participación en la sociedad del pasado, del presente y del futuro.

complementaron con un registro visual a través del uso del celular - fotos, videos, audios - El objetivo final fue armar un repositorio audiovisual que sirviera como material de consulta y apoyo a las organizaciones qom. Todas las investigaciones se presentaron en una jornada a la que se invitaron a las organizaciones y familias de la comunidad. Las y los estudiantes se sumaron activamente en la propuesta y se apropiaron de los resultados al compartirlos.

Nos parece interesante destacar que estas propuestas proponen el cuestionamiento reflexivo que tensiona las relaciones poder-saber-ser: aquellas que se conjugan en los modelos teóricos de producción de conocimiento, en la construcción de la memoria histórica de los pueblos y en la socialización que incorpora los códigos y patrones en la producción de intersubjetividad. Transformar la propuesta educativa, tejiendo puentes que distorsionen la unidireccionalidad del modelo educativo. Es la búsqueda de la coexistencia de heterogéneas epistemes sin la pretensión de la subalternización (ni epistemológica, ni ontológica, ni humana) de unas por otras. Un nuevo pensamiento que retoma las experiencias vividas de los márgenes, históricamente silenciadas, y las conjuga, en su plenitud y no cercenadas, con las necesidades y las problemáticas de su actualidad.

### **Reflexiones para continuar sentipensando**

En Argentina, la implementación de la EIB ha sido abordada, principalmente, atendiendo a una serie diferenciada de estrategias pedagógicas que han consignado distintas miradas acerca de *la diferencia*. Consideramos que el motivo más fuerte de estas diversificaciones es la falta de profundización de un debate comprometido en torno al conflicto como parte constitutiva de las relaciones sociales y su corolario, la escasez de criterios compartidos por parte de las Instituciones educativas. Esta caracterización está asociada por un lado, a la escasa reflexión en torno a la situación sociocultural de los espacios geopolíticos en donde la EIB se inscribe (relaciones sociales históricas irresolutas, disputas en torno al territorio, recursos, patrimonio, entre otras) y a su correlato: el desmedro y desinterés de las formas endógenas de circulación y producción de saber propio de los pueblos. Dichos elementos, entre tantos otros, obstaculizan el

diseño e implementación de los modelos pedagógicos en concordancia con los intereses de una EIB descolonizadora.

Por otra parte, la unidireccionalidad que adoptó la modalidad, a pesar de los discursos de transversalidad presentes, no logra salir de: 1) la identificación geopoblacional de *contextos de EIB* en un mapa - espacios geográficos donde se implementa la modalidad a ciertos grupos poblacionales - y 2) la exclusividad de la implementación de la modalidad en escuelas con *alta población indígena*. Estas cuestiones nos invitan a reflexionar acerca de cómo puede considerarse la interculturalidad una cuestión de fragmentos dispersos en espacios geográficos y pertinentes a las poblaciones marcadas étnicamente. Entonces, insistimos, ¿son solamente los pueblos originarios *sujetos interculturales*?

Prevalece en nuestra sociedad la asunción discursiva de la noción de diversidad y tolerancia que se predica en torno a las prácticas multiculturales. Estas políticas de *la diferencia* reconfiguran la problemática y están lejos de subsanar la exclusión y las demandas que legítimamente se construyen desde los espacios de colectivos y organizaciones indígenas. El discurso desde la inclusión, a primeras, podría pensarse como un avance. Pero en lo concreto, no logra distanciarse de prácticas racistas, patriarcales y asistencialistas. Practicado sobre un suelo de neutralidad, se erige desde el olvido de los contextos que produjeron dichas diferencias.

A casi 20 años de instituida la modalidad, aún hoy se continúa concibiendo *la diferencia* en tanto carencia de occidentalismo, indefectiblemente, la EIB persiste en concebir una política intercultural asociada a la vía más efectiva de la *occidentalización* de la sociedad. Se despliegan un universo de prácticas direccionadas a lograr la pretendida *inclusión*, obligando así, a que sean siempre *ellos-as - los otros, los carentes por naturaleza -*, una vez más, los que *necesiten incluirse* a una sociedad *civilizada, moderna, castellanizada* y, particularmente, *blanca*. Por supuesto, nunca podría ser en el sentido contrario.

La escuela debería garantizar que todas las niñas y los niños, jóvenes y adolescentes se sientan aceptados, recibidos con ilusión; percibir que sus profesoras y profesores confían en él o en ella, creen en sus posibilidades y le animan constantemente ante la más mínima dificultad. Si *la diferencia* deviene en *extraña* para el espacio

educativo, convirtiendo a sus portadores -los/las estudiantes- en la *otredad escolar* y sobre quienes recae la persistente valoraciones negativas, las posibilidades de fomentar aprendizajes significativos se reducen.

Un aprendizaje significativo parte de vivencias y experiencias que los estudiantes traen consigo y que son recuperadas como valiosas, por lo tanto, es imprescindible y fundamental reconocer el acervo semiótico-lingüístico de los estudiantes. Olvidarse de este aporte o no considerarlo como necesario en el espacio áulico favorece la posibilidad de que los estudiantes *no se hallen* en el sistema educativo, porque su universo-mundo no es tenido en cuenta. Los niños llegan a la escuela con una vasta experiencia lingüística y cultural que la escuela ha decidido no aprovechar.

Para finalizar, nos parece preciso mencionar aquí y dejar abierto a discusión posterior, uno de los ejes problematizadores que incentivaron desde el inicio este artículo: la marcada unidireccional con que se inscribe la *inclusión* en el sistema educativo, y a escala más amplia, en nuestra sociedad; y a los pocos intentos de transversalidad que necesariamente deberían interpelar al conjunto de la sociedad.

## Referencias

AGUER, Bárbara y FIGUEIRA, Patricia. Educación intercultural bilingüe hoy. Un debate en construcción en Actas del Congreso Internacional de Lengua Y Literatura. **Voces y Letras de América Latina y del Caribe**. En el año del Bicentenario. Facultad de Lenguas, Córdoba, Universidad Nacional de Córdoba: Córdoba. 2010.

APPLE, M. **Maestros y textos**. Una economía política de las relaciones de clase y de sexo en educación. Barcelona: Editorial Paidós. 1989.

BHABBA, H. El compromiso con la teoría, **Acción paralela**, nº 4. 1998.

BERTONI, L. **Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A. 2007.

CAMBLONG, A. **Alfabetización semiótica en las fronteras**. Posadas: EdUNaM- Editorial Universitaria de la Universidad Nacional de Misiones. 2012.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias Sociales, Violencia Epistémica y el Problema de la Invención del Otro. En: Lander E. (Comp.) **La Colonialidad del Saber**: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO. pp. 145-161. 2003.

ESCOBAR, A. **La invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana. 2007.

ESTERMANN, J. Colonialidad, descolonización e interculturalidad: apuntes desde la filosofía intercultural en AAVV. (comps.) **Interculturalidad crítica y descolonización**. Fundamentos para el debate. La Paz: Convenio Andrés Bello – Instituto internacional de integración. 2009.

GARCÉS, F. De la interculturalidad como armónica relación de diversos, a una interculturalidad politizada en AAVV. (comps.) **Interculturalidad crítica y descolonización**. Fundamentos para el debate. La Paz: Convenio Andrés Bello – Instituto internacional de integración. 2009.

LAGOS, M. **La cuestión indígena en el Estado y en la sociedad nacional**. Gran Chaco, 1870-1920. San Salvador de Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy. 2000.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntricos. En: Lander, E. (comp.). **La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO. pp. 11-40. 2003.

LÉVY-BRUHL, L. **El alma primitiva**. Barcelona: Planeta De Agostini. 1986.

MUYULEMA, Armando. De la ‘cuestión indígena’ a lo ‘indígena’ como cuestionamiento. En: Rodríguez (de.) **Convergencias de tiempos, estudios subalternos/contextos latinoamericanos**. Estado, cultura y subalternidad. Amsterdam/Atlanta: Rodopi, pp.327-364. 2001.

PALERMO, Zulma. Perspectiva Intercultural y opción decolonial. **Revista Latinoamericana Pacarina de Ciencias Sociales y Humanidades**, n°1, Marzo, Salta. 2011.

PINEAU, Pablo. ¿Por qué triunfó la escuela? O la modernidad dijo: “Esto es educación”, y la escuela respondió: “Yo me ocupo”. En: Pineau, P., Dussel I. y Caruso, M. (comps.). **La escuela como máquina de educar**. Tres escritos sobre un proyecto de la modernidad. Buenos Aires: Paidós, pp. 27-52. 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder y Clasificación Social en Castro-Gómez. En: S. y Grosfoguel, R. (comps.). **El Giro Decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana / Siglo del Hombre Editores. pp. 93-126. 2007.

SEGATO, R. **La Nación y sus Otros**. Raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad. Buenos Aires: Editorial Prometeo.2007.

TUBINO, Fidel. **La interculturalidad crítica como proyecto ético-político en Encuentro Continental de Educadores Agustinos**. Lima, Perú. 2005.

VÁZQUEZ, R. Salir del Sujeto en Castañola. En: M. y González, M. (eds.). **Decolonialidad y Psicoanálisis**. Ciudad de México: Editorial Navarra, pp 49-70. 2017.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, sociedad**. Luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar/Ediciones Abya-Yala. 2009.

## ECONOMÍA WAMPÍS DEL DON VERSUS ECONOMÍA DE MERCADO EN LA AMAZONÍA PERUANA<sup>1</sup>

Shapiom Noningo<sup>2</sup>

### Resumen

La economía originaria de la nación Wampís genera un conflicto y choque en la construcción de alternativas económicas porque los dos sistemas son de polos opuestos. El de la nación Wampís es básicamente de reciprocidad y solidaridad, una economía del Don, mientras que en el sistema convencional esta práctica es casi nula y se ha convertido en un sistema de dominación global y aparece en la humanidad como un hoyo de remolino gigante con imán que atrae a la gente de todas las culturas del mundo y sin excepción hacia la deshumanización y destrucción inevitable de la naturaleza.

**Palabras clave:** Economía del don; Mercado; Cultura; Naturaleza.

### ECONOMIA WAMPÍS DO DOM VERSUS ECONOMIA DE MERCADO NA AMAZÔNIA PERUANA

### Resumo

A economia originária da nação Wampís gera um conflito e um embate na construção de alternativas econômicas porque os dois sistemas estão em pólos opostos. A da nação Wampís é basicamente de reciprocidade e solidariedade, uma economia do dom, enquanto no sistema convencional essa prática é quase nula e se tornou um sistema de dominação global e aparece na humanidade como um redemoinho gigante, com imã que atrai pessoas de todas as culturas do mundo e sem exceção para a desumanização e destruição inevitável da natureza.

**Palavras-chave:** Economia do dom; Mercado, Cultura, Natureza.

### WAMPÍS GIFT ECONOMY VS MARKET ECONOMIC IN THE PERUVIAN AMAZON

### Abstract

The original economy of the Wampís nation generates a conflict and a clash in the construction of economic alternatives because the two systems are at opposite poles. That of the Wampís nation is basically one of reciprocity and solidarity, an economy of the Gift, while in the conventional system this practice is almost nil and has become a system of global domination and appears in humanity as a giant whirlpool hole with imam that draws people from all cultures of the world and without exception towards the dehumanization and inevitable destruction of nature.

**Keywords:** Gift economy; Market; Culture; Nature.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 21/09/2023. Primeira Avaliação em 12/10/2023. Segunda Avaliação em 13/10/2023. Aprovado em 10/11/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59993>.

<sup>2</sup> Dirigente del Gobierno Territorial Autónomo Wampís, Amazonía, Perú. E-mail: [shapiom@gmail.com](mailto:shapiom@gmail.com).

## Introducción

Una de las preocupaciones de la colectividad Wampís, es precisamente el tema de la economía en el contexto actual. Por esta razón se ha previsto como uno de los ejes temáticos el tema económico que fuera debatido en los fueros colectivos durante varios años, adoptando algunos acuerdos que vislumbran como alternativa y políticas relacionadas a esta necesidad. La economía originaria de la nación Wampís genera un conflicto y choque en la construcción de alternativas económicas porque los dos sistemas son de polos opuestos. El de la nación Wampís es básicamente de reciprocidad y solidaridad, una economía del Don, mientras que el sistema convencional capitalista esta práctica es casi nula y se ha convertido en un sistema de dominación global y aparece en la humanidad como un hoyo de remolino gigante con imán que atrae a la gente de todas las culturas del mundo y sin excepción hacia la deshumanización y destrucción inevitable de la naturaleza, siendo, por tanto, un reto extremadamente complejo para la reconstrucción de la autonomía de la nación Wampís.

En ese sentido, en el artículo trataremos de responder de manera resumida las siguientes preguntas: ¿Es posible y viable en la práctica, implementar la continuidad del sistema de economía del Don de la nación Wampís en el contexto socio cultural y político actual?, ¿es decir, una economía que respete a la humanidad y la naturaleza? O, ¿quizá una economía con mixtura, que recoja los elementos económicos del don?

La economía alternativa Wampís se centra en esos elementos, con basamento socio- cultural que no desarraigue significativamente a la generación actual, de modo que, la misma sea solo un instrumento, incluso para fortalecer el sistema de vida y cultural, el sistema de conservación cultural de la naturaleza y que permita el logro del Tarimat Pujut colectivo<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Este texto sintetiza las discusiones colectivas sostenidas por la nación Wampís, en los últimos cinco años, en relación a los aspectos centrales de su cosmovisión.

## **Economía originaria Wampís Del Don: La Nación Wampís.**

### **a) Antecedentes socio históricos**

El pueblo Wampís, actualmente autodenominado “nación Wampís”, es una de las culturas o naciones originarias existentes en la actualidad, con potencia socio cultural e idiomático reconocido en la base de datos del Ministerio de Cultural, (SURRALLÉS, et. al, 2017). Según datos de algunos estudios tiene una existencia milenaria de 7-6 000 años (SURRALLÉS, et. al, 2017), cuyo asentamiento territorial nuclear u originario es Kuwankus y áreas aledañas como Kutukú, zonas fronterizas de Kanus, Kankaim y alturas de Cinip. Esta tesis del origen territorial se basa en la existencia de vestigios socio históricos, arqueológicos y evidencias físicas que testimonian fácticamente y de manera objetiva la ocupación milenaria de un vasto territorio que actualmente reconocemos y con razón como legados milenarios de nuestros ancestros. Dichos vestigios arqueológicos que aparecen en distintas leyendas y cuentos se encuentran en el Ecuador tales como: Suwa e Ipak najanarmau, Tsere Kaya Ayunmau (en la quebrada Kuwankus), Iwanch Kayukmau, Iwa kaya jateami, etc. En el lado peruano solo existen dos de ellos: Paish Nain y la catarata donde el arutan tentó a dos hermanos Wampís lo que significa que, en esencia, el origen nuclear y milenario es la zona de Kuwankus. En este proceso socio histórico vivieron emparejados con el shuar, awajun y achuar, con los cuales tienen y mantienen un origen común lingüístico, histórico y cultural. Con el paso del tiempo cada nación fue ocupando el espacio territorial como se conoce en la actualidad, los shuar o yakinia shuar quedaron asentados en el territorio originario (Ecuador), los Wampís, Tsumuya o Nunkania shuar, en el lado de Kanus y Kankaim, los Achuar o Achunmaya shuar están en el Perú y Ecuador y los Awajun en el Perú, actualmente asentados en el departamento de Amazonas, Cajamarca, San Martín y Loreto. Todas esas naciones son de un solo tronco socio lingüístico, pues se entienden perfectamente y mantienen las mismas historias y leyendas.

La nación Wampís, una de las nacionalidades del Perú, tiene una población de 16.500 habitantes (autocenso, 2016 y 2017), constituida por 85 comunidades, viven en dos regiones, Amazonas (cuenca Kanus) y Loreto (cuenca Kankaim), en la zona nor oriental del Perú. Su territorio tradicional y de ocupación milenaria es de más de



un millón de hectáreas conservadas milenariamente, cuyos bosques tropicales están conservados en su totalidad con gran diversidad biológica.

Hasta hace siete décadas vivían dispersos en las cabeceras de ríos y quebradas, a partir de los años cincuenta empezaron a nuclear en comunidades de ambas cuencas y a fines de los setenta se integraron en el Consejo Aguaruna y Huambisa-CAH desafiándose en 1992, para conformar en una organización independiente hasta fines de 2015 año en que se crea el GOBIERNO TERRITORIAL AUTÓNOMO DE LA NACIÓN WAMPÍS (GTANW), pasando a la fecha siete años de la vida institucional.

#### **b) Sistema de vida TARIMAT PUJUT, su implicancia socio ambiental y económico**

El nombre de Tarimat Pujut, vida grata, plena vida o buen vivir, hace referencia el resultado de la buena gobernanza socio ambiental y con ello como producto final expresado en calidad de vida y plena. A su vez esta calidad de vida fue la aplicación directa, de al menos cinco principios ineludibles en el sistema ancestral de vida de los Wampísl. Los principios aplicados para el logro de Tarimat Pujut consiste en:

**El principio de agotabilidad de la naturaleza:** Los ancestros sabían que las bondades de la naturaleza tienen un límite, la naturaleza se acaba con el tiempo y con uso intenso más rápido todavía y por esta razón el uso era limitado, no masivo ni irracional; no existió el uso mercantilista de las bondades de la naturaleza.

**El principio de la integralidad:** Los ancestros entendían profundamente que la naturaleza es muy sabia, funciona de forma equilibrada, holística e integrada, estableciendo un sofisticado sistema de simbiosis, lo que en el entendimiento de los Wampís denominamos “inteligencia infinita de la naturaleza” de que se expresa de forma variada: temporada de estaciones, nubes de distintas escalas y funcionamiento variado, las distintas variedades de especies, ecosistemas, etc., cumplen una función y valen para el mantenimiento equilibrado de la naturaleza en su conjunto.

**El principio de la mínima afectación:** El sistema de vida de los ancestros consistió en el uso cuidadoso de la naturaleza, como maestra bondadosa, la que da conocimiento y sabiduría. Se entiende dos formas de este principio:

**Mínima afectación de área ocupada:** Evitar la deforestación o la disminución masiva y significativa de las especies del área ocupada era uno de los conocimientos de los ancestros y la forma de evitarla era el sistema de vida rotativa.

**Mínima afectación durante el tiempo:** Por este principio los ancestros nunca ocuparon una zona o área durante décadas, sino el tiempo necesario, un máximo aproximado de 15 años como promedio. Llegado este lapso hacían la rotación dejando libre la zona ocupada para que la naturaleza recupere sus potencialidades sin la intervención del ser humano.

**Principio de relación especial y espiritual:** La convivencia armoniosa con la naturaleza fue uno de los principios que supieron dominar la filosofía ancestral y el uso de plantas maestras era la forma de relacionamiento espiritual con la naturaleza.

**Principio de la construcción de buenas vecindades o amistades sana y solidas:** En aplicación de este principio se establecían alianzas entre líderes de distintos clanes, amistades y vecindades, lazos y vínculos familiares e interfamiliares bajo el cual el líder de Tarimat Pujut gozaba de fama y liderazgo socio familiar e interfamiliar.

Como resultado global de esta forma de gobernanza socio territorial, el relacionamiento armonioso y respetuoso daba como resultado la calidad de vida y el aseguramiento de la mantención de las potencialidades de la naturaleza fueron parte integrante de la naturaleza y fueron artífices en su mantención intacta e incluso recibiendo y aprendiendo grandes conocimientos de la misma, especialmente para el desarrollo del sistema de salud y medicina tradicional. Pero, además, sabemos que el logro de Trimat Pujut fue precisamente la proclama espiritual de las plantas maestras conocida como “limamu” o “limarmau” que era una visión para larga vida, plena, grata

y de abundancia. En el mundo de los ancestros la llamada calidad de vida se lograba a través una relación especial con la naturaleza.

Y como es obvio y lógico, en este sistema de vida, la economía originaria de la nación Wampís coexistió y funcionó perfectamente resultando como un patrón de pensamiento y comportamiento.

### **El sistema económico originario del Don**

El sistema económico de la nación Wampís consistió principalmente en el enfoque de no acumulación de bienes/ganancias, vale decir, de no mercantilizar bienes, servicios, ni conocimientos, arte, etc., menos la mercantilización de la naturaleza. Veamos de manera resumida algunas características:

**Reciprocidad** - El sistema de reciprocidad funcionaba principalmente entre las familias más cercanas y tenía un sustento moral de variada naturaleza, hasta aspectos psicológicos. Consistía básicamente en mantener la solidez de los vínculos y amistades interfamiliares e intrafamiliares. Así se puede señalar tres tipos:

**Reciprocidad inmediata:** Consiste en el intercambio de productos: recibir y dar (don), entre los miembros de la misma familia o de otra, cuyo intercambio es inmediato. Esta forma mantiene y fortalece los vínculos y amistades entre los involucrados y sus miembros en el que ambas partes sienten satisfechos los aspectos psicológicos de reconocimiento y autoestima.

**Reciprocidad de valor puramente moral:** Esta forma de intercambio consiste en que el que da no recibe de inmediato de otra parte, pero está implícito o queda como una obligación moral o compromiso que en algún momento debe devolver el regalo. Queda como una deuda y por tanto, en algún momento se debe devolver no el mismo producto sino de otra naturaleza.

**Reciprocidad de trabajo:** En esta forma, nadie recibe ningún producto y consiste en que algún miembro o varios de una familia, ayudan a otra persona

o familia en algún trabajo. El que recibe ayuda en la faena sabe y siente que tiene una deuda que debe devolver en algún momento, de la misma forma.

Otro de las formas de la economía originaria Wampís es el sistema de trueque, cuyo intercambio es inmediato. El trueque funcionaba principalmente a nivel interfamiliar, entre los clanes e incluso entre distintas culturas. En realidad, el trueque se entendía como un sistema de compra-venta en el que las partes satisfacían sus necesidades de manera inmediata. Es obvio que en el mundo Wampís los involucrados expresaban sus necesidades previamente y luego concretaban el intercambio de productos implicados. Por ejemplo, los Wampís sabían que algún clan achuar hacia buenas cerbatanas y que el clan Wampís tenían perros cazadores, produciéndose el trueque. Podemos mencionar algunas formas de trueque:

**Trueque inmaterial:** Es la forma en que dos involucrados intercambian parte de anén<sup>4</sup>, conocimientos, etc. y es devuelto de inmediato en la forma de pago no monetario, como la entrega de una gallina, tela, herramienta, etc.

**Trueque material:** Intercambio de algún producto material como el señalado en líneas precedentes, pero también otras especies como semillas, plantas medicinales de uso común, etc.

### **Economía Wampís en el contexto actual: Aspectos generales**

En la actualidad las prácticas de elementos de economía originaria se han debilitado significativamente, sobre todo, en los segmentos de la población más joven. Para la juventud las prácticas culturales sanas no tienen casi ningún valor ni importancia en la vida cotidiana. Este debilitamiento tiene varias motivaciones, entre ellas, el contacto permanente con la sociedad de origen occidental y el tipo de educación de décadas impuesto por los gobiernos de turno, lo que viene generando perfiles de los jóvenes Wampís con desarraigo cultural y altamente individualista. El sistema educativo oficial no está orientado a fortalecer y valorar los aportes culturales de las naciones originarias, sino está enfocado a la visión mercantilista y de

---

<sup>4</sup> Se refiere a cantos de tipo espiritual, donde se invoca la ayuda de seres espirituales. Estos cantos están relacionados con la caza, pesca y la guerra, entre otros.

competencia económica, en otras palabras, el educando como productor de mercancías y como asalariado.

### **Círculo económico actual**

En la vida actual la moneda occidental circula como un elemento esencial y dominante, generando cambios disruptivos muy significativos en el patrón y esquema socio cultural. Uno de los cambios es la desvalorización de los elementos culturales: la resiliencia cultural, la capacidad y la autonomía individual y familiar, desarraigo de relacionamiento positivo con la naturaleza que consiste en el desconocimiento multifuncional de la misma. En ese esquema social, el dinero funciona como un elemento que resuelve todas las carencias y necesidades educativas, salud, alimentación.

Por otro lado, la función de circulación monetaria global se ha convertido en un sistema mundial complejo político y pervertido y se orienta a socavar las buenas prácticas esenciales y la esencia de la humanidad, a la destrucción de la naturaleza en un negocio muy desventajoso para las familias más humildes, incluso de dominación de los países más humildes. El dinero funciona como un hoyo gigante con imán que atrae a toda la humanidad sin excepción, incluyendo a las naciones originales del mundo cuya tenencia es prácticamente obligatoria. No tiene ningún retador contra el dinero, aparentemente no hay otra opción ni alternativa.

### **Principales nudos o escollos entre la economía del Don y de mercado**

En la actualidad mantener vigente de manera activa, dinámica y viva el sistema económico de la nación Wampís implica un desafío de mayor consideración tomando en cuenta el estado de debilitamiento de los esquemas socioculturales descritos en este artículo. Se evidencia la tendencia de la economía convencional mundial que se ha convertido en un sistema de dominación política de escala global en que el sentido humanitario, de reciprocidad y solidaridad, es prácticamente nulo, salvo excepciones. Y la naturaleza se ha convertido simplemente en cualquier y mercancía. Tanto el humanismo Wampís de los ancestros como de occidente del siglo XVII ha perdido su valor y las relaciones humanas en la actualidad están basadas en la tenencia de dinero.

En este contexto, los principales escollos u obstáculos para la mantención de la economía humanista/humanitaria y de solidaridad serían los siguientes:

- a) La pérdida paulatina de conocimientos ancestrales, en la que la generación actual va perdiendo la autosuficiencia y la capacidad de autodeterminación.
- b) La escuela oficial, pública, como debilitadora e incluso generadora de los Wampís altamente dependientes e incapaces de relacionarse adecuadamente con la naturaleza.
- c) La tendencia al pragmatismo e inmediatismo como consecuencia de los puntos anteriores.
- d) La tendencia mundial de la economía global altamente anti e inhumana, creación de necesidades artificialmente e intencionadas, como las nuevas tecnologías, haciendo cada vez más dependiente al hombre, incluyendo a los indígenas del mundo.

Frente a ello, el GTANW plantea como política y estrategia tres caminos posibles:

- a) **Educación/currículum propio:** Implementación de un sistema educativo propio, tomando desde el neonato, e incluso del periodo de gestación con la finalidad de crear un nuevo perfil Wampís (el Wampís intercultural y que respete la naturaleza) y siendo así de largo plazo.
- b) **El dinero como instrumento y medio necesario** para la satisfacción de algunas necesidades y para ello se establecen tipos de economía mencionados en este artículo.
- c) **Vivir sin dinero:** Una opción en la que la persona o familia tiene la decisión voluntaria de vivir sin dinero, es decir, la vida tradicional e incluso vivir mejor que la persona que tiene dinero.

## Perspectivas a futuro

En los debates colectivos se han adoptado acuerdos de mucha utilidad implementables en el corto, mediano y largo plazo. Uno de ellos, consiste en que todo el esquema de la vida presente y futura en memoria y remembranza de nuestra historia y personalidades ancestrales, debe tener basamento socio histórico cultural incluyendo al tema económico, por cuanto, en esencia, es una de las políticas globales de la nación Wampís.

En esa orientación, la construcción de la Visión Común de Futuro, recoge el pensamiento nuclear o central: el Wampís que respete la naturaleza y la diversidad cultural del mundo. Sinérgicamente se plantea como estrategia global, la inmensa valoración de la infancia entendida como tal, el inicio de la gestación hasta los cinco años hasta insertar en un sistema educativo con visión propia. Estos acuerdos y estrategias incluyen el sistema de economía Wampís, vale decir, el sistema económico que adopte la nación Wampís debe ser de base socio histórico cultural, de reciprocidad, solidaridad e igualitario y de equidad (la equidad entendida como equidad de género y etario). Igualitario implica la política de la no generación de escalas o clases sociales. En aplicación de esta política, la economía de la nación Wampís será de base social humanitaria que respete a la humanidad y la naturaleza, haciendo indicar que en el primer caso la tenencia de dinero no debe significar atropello de los derechos humanos; el segundo caso señala que la tenencia de dinero no debe significar la destrucción de la naturaleza ni sus bondades. La nación plantea la implementación progresiva de algunas fuentes de generación de ingresos económicos:

- a) **Bionegocios:** Cuyos ingresos económicos se basan en el manejo de las bondades de la naturaleza a partir de uso sostenible, incluyendo especies maderables y no maderables.
- b) **Sistema de manejo ictiológico:** Los ingresos económicos se basa en el manejo de peces de las especies nativas: manejo de cochas naturales o piscigranjas.

- c) **Agroecología o agroforestería:** Basado en el sistema de cultivos agroforestales como cacao orgánico, plátano y otros.
- d) **Negocios amigables:** Se refiere al establecimiento de algún tipo de negocios en el marco y dentro de la estrategia ligado a las políticas de líneas económicas. Esta actividad se ira implementando a medida del progreso del GTANW.

Tipos de economía de la nación Wampís:

- a) **Economía de reciprocidad y solidaridad:** Es el establecimiento de un sistema de economía en el que se establece aportes porcentuales dedicados a las practicas reciprocas y de solidaridad que deben aplicar las personas, familias, asociaciones económicas, entre otras.
- b) **Economía de mercado o de negocio:** El establecimiento de uno o varios negocios para captar el flujo de dinero que sale o fuga de las comunidades.
- c) **Economía para la naturaleza, cultura, alimentación y sistema de salud:** Se refiere al establecimiento de un sistema de aportes porcentuales dedicados para el potenciamiento de la naturaleza, seguridad alimentaria y salud, entre otras necesidades.

**En conclusión**, la política económica de la nación Wampís se basará en los elementos socio culturales en la que todo emprendimiento o iniciativa económica sea individual, grupos asociativos, cooperativas o familiares deberán basarse en ella y en los tipos de economía señalados anteriormente.

## Referencia

SURRALLÉS, Alexandre; RIOL Raúl; GARRA, Simone. **Estudio Complementario para la Fundamentación del Derecho al Territorio de la Nación Wampís**. Informe antropológico sobre la continuada existencia de la nación Wampís y su territorio. Presentado por el Gobierno Territorial Autónomo de la Nación Wampís. Lima, 2017. Disponible en: <https://nacionwampís.com/wp-content/uploads/2023/07/informe-antropologico-sobre-la-continuada-existencia-de-la-nacion-wampís.pdf>



## CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PESCA ARTESANAL REALIZADA NO BRASIL À LUZ DO MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO<sup>1</sup>

Luísa Gonçalo Dai Prá<sup>2</sup>  
Adriana D'Agostini<sup>3</sup>

### Resumo

Estamos submetidos a um modo de produção orientado a mais-valia, que continua a expropriar os conhecimentos tradicionais dos trabalhadores, inclusive as comunidades de pescadores artesanais ao longo da costa brasileira, impactadas por conflitos socioambientais que vêm se acentuando nos últimos anos. O objetivo deste texto é discutir os impactos que as expropriações possuem sobre os trabalhadores envolvidos com a pesca artesanal e a relevância e os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais. O artigo é fruto de pesquisa teórica realizada para o TCC sobre a temática.

**Palavra-chave:** Conflitos socioambientais; Pescadores artesanais; Precarização do trabalho.

### CONSIDERACIONES SOBRE LA PESCA ARTESANAL REALIZADA EN BRASIL A LA LUZ DEL MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉCTICO

### Resumen

Bajo un modo de producción orientado al valor que expropia el conocimiento tradicional de los trabajadores, las comunidades de pescadores artesanales a lo largo de la costa brasileña sufren los conflictos socioambientales que han ido en aumento en los últimos años. El objetivo de este texto es discutir los impactos que las expropiaciones tienen sobre los trabajadores involucrados en la pesca artesanal y la relevancia y los desafíos contemporáneos de la formación de una conciencia de clase entre los pescadores artesanales. El artículo es resultado de una investigación teórica realizada para el TCC sobre el tema.

**Palabra clave:** Conflictos socioambientales; Pescadores artesanales; Trabajo precario.

### CONSIDERATIONS ABOUT ARTISANAL FISHING CARRIED OUT IN BRAZIL IN THE LIGHT OF HISTORICAL-DIALECTIC MATERIALISM

### Abstract

Under a value-oriented production mode that expropriates workers' traditional knowledge, artisanal fishing communities along the Brazilian coast suffer from the socio-environmental conflicts that have been increasing in recent years. The aim of this text is to discuss the impacts that expropriations have on workers involved in artisanal fishing and the relevance and contemporary challenges of forming class consciousness among artisanal fishermen. This article results from a theoretical research developed as part of an undergraduate thesis.

**Keyword:** Socio-environmental conflicts; Artisanal fishermen; Precarious work.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 05/07/2023. Primeira Avaliação em 06/08/2023. Segunda Avaliação em 16/07/2023. Aprovado em 06/10/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59092>.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil. E-mail: [daipraluisa3@gmail.com](mailto:daipraluisa3@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6249192402507122>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8025-2782>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (2009). Professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil.

E-mail: [d.agostini@ufsc.br](mailto:d.agostini@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5137757620645835>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1347-4198>.

## Introdução

Numa tarde de inverno, imersos até a cintura ou até o peito nas águas frias de Laguna (SC), um grupo de pescadores aguarda o momento certo com equipamentos em mãos. Fora d'água, outros pescadores limpam ou vendem os peixes enquanto esperam sua vez de ocupar os espaços no mar. O encontro entre os botos-da-tainha e os pescadores caracteriza um momento de mudança de movimentos e sensações entre os trabalhadores do local, que agora engajam-se com os animais em uma pesca cooperativa que beneficiará ambos (CATÃO E BARBOSA, 2018).

O trabalho desses pescadores artesanais se efetiva no mundo exterior sensível, na natureza, sem que nada poderia ser produzido. Além de ser a matéria por meio da qual o trabalho se efetiva e existe, também é a natureza que garante os meios de subsistência física dos trabalhadores. Afinal, dela são extraídos os alimentos, vestimentas, ferramentas etc. Os seres humanos<sup>4</sup> são parte da natureza, que nas palavras de Marx (2010, p. 84), é “o corpo inorgânico do homem”, e devem permanecer em contínua interação com ela para que não pereçam. Entretanto, segundo Antunes (2009), num contexto de crise estrutural do capital, expressa principalmente no neoliberalismo e numa reestruturação produtiva, essa relação metabólica existente entre ser humano e natureza é alterada. Dentre as consequências dessa alteração estão um aumento na quantidade de trabalhadores sem emprego, ou em condições precarizadas de trabalho.

A pesca artesanal, objeto de estudo do presente artigo - resultado de parte de uma pesquisa realizada como trabalho de conclusão de curso<sup>5</sup> - existe há milhares de anos e ocupa um espaço essencial na vida de populações costeiras e ribeirinhas. De acordo com dados do Registro Geral da Pesca (RGP) da Secretaria de Aquicultura e Pesca, existem no Brasil aproximadamente 1 milhão de pescadores e pescadoras artesanais profissionais (BRASIL, 2023). É por meio da utilização de embarcações pequenas ou médias, ou de outras técnicas de menor escala, que os trabalhadores obtêm os recursos pesqueiros; estes podem ser consumidos pela comunidade ou vendidos (DOS SANTOS et al., 2012).

---

<sup>4</sup> Substituímos o termo ‘homem’ utilizado pelos autores na tradução original em português pela palavra ‘ser humano’ ao longo do trabalho.

<sup>5</sup> O objetivo geral do TCC mencionado foi analisar os aspectos levantados pelos pescadores artesanais de uma comunidade pesqueira do Ribeirão da Ilha (Florianópolis – SC) em relação às suas percepções quanto ao próprio trabalho e ao ambiente no qual estão inseridos. Neste artigo estão contidos os tópicos abordados na discussão teórica do TCC.

Os espaços marítimos são marcados por fluidez, tanto no que diz respeito à dinâmica das águas, quanto no que toca os organismos marinhos, com seus distintos ciclos de vida, padrões migratórios, eventos reprodutivos e sua própria interação com o meio (DIEGUES, 1999). Isso explica em partes os diferentes contornos técnicos e sociais que esta prática pode assumir ao longo da costa brasileira, também influenciados pelo contexto sócio-histórico das diferentes regiões.

Mas não são apenas características geográficas, sociais ou culturais que demarcam diferenças ou mudanças no trabalho pesqueiro. O setor vem sendo profundamente transformado pela tecnologia, com a incorporação de motores nas embarcações e a introdução de materiais feitos de plástico, por exemplo (CAPELLESSO, 2010). Mais recentemente, técnicas como o uso de GPS (sigla em inglês para Sistema de Posicionamento Global) na navegação também passaram a ser incentivadas (FLORIANÓPOLIS, 2017).

Ressaltamos, porém, que a introdução de novos aportes tecnológicos não deve ser considerada dissociada (como uma forma de desenvolvimento autônomo) da penetração de relações capitalistas no setor pesqueiro, as quais expropriam de maneira direta ou indireta as comunidades que dependem do mar. Essas relações capitalistas ocasionam conflitos característicos dos diferentes modos de apropriação entre uma pesca realizada em menor escala e uma pesca industrial (DIEGUES, 1999) orientada ao lucro e, por isso, destrutiva tanto para a massa de trabalhadores explorados quanto para os ecossistemas nos quais se realiza.

Diante desses eventos, a pesca artesanal enfrenta dificuldades em sua manutenção. Os conflitos socioambientais são presentes na realidade desses trabalhadores e estão relacionados a diversos fatores como a competição com grandes indústrias pesqueiras dotadas de maior tecnologia e que conseguem cobrar menores preços pelas mercadorias, alterações ambientais que acarretam maior impacto na pesca artesanal, como a diminuição ou o desaparecimento de recursos pesqueiros e uma maior poluição das águas, o abandono das práticas de pesca artesanal pelos trabalhadores mais jovens e a dificuldade dos trabalhadores mais velhos permanecerem na profissão (CAPELLESSO E CAZELLA, 2011; HÜBNER et al., 2021). O impacto de atividades econômicas hegemônicas na produção da vida material e, acrescentamos, vida cultural desses trabalhadores ameaça a reprodução social da pesca artesanal (WALTER et al., 2018).

Tendo essa contextualização em vista e apoiado no método materialista histórico-dialético, o presente estudo objetivou discutir a questão da centralidade do trabalho na sociedade capitalista, bem como os impactos que as expropriações possuem sobre os trabalhadores envolvidos com a pesca artesanal e a relevância e os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais. Cada seção deste artigo, portanto, organiza-se de forma a aprofundar cada um desses objetos de discussão.

### **A centralidade do trabalho**

Pescar é um ofício, mas também uma arte. Que o digam os homens que passam a vida no mar, atrás de cardumes – que têm, como os pescadores, as suas artimanhas. Maurici Severo Martins, o Bahia, 66 anos, diz que a tainha é mais inteligente do que intui o senso comum e que se uma estratégia for mal planejada o peixe foge, escapa por baixo das redes, busca saídas que nem um grande grupo de embarcações consegue bloquear. Ele herdou do pai o talento para observar o movimento da tainha ao largo e sua aproximação da costa, alertando os companheiros de que é hora de cercar os peixes (SILVA E SCHMITZ, 2018; p. 44).

No trecho acima, retirado do livro *Rancho de pescador na ilha de Santa Catarina* (2018), podemos observar como a atividade pesqueira requer de seus trabalhadores certas habilidades e estratégias. No caso da pesca da tainha, uma organização coletiva entre os pescadores é essencial para garantir o sucesso da empreitada. Assim, por meio do trabalho, os seres humanos são transformados - desenvolvendo novas técnicas ou equipamentos mais eficientes para pescar a tainha - ao mesmo tempo em que transformam o meio no qual estão inseridos - pois os peixes também ficam mais sensíveis aos movimentos dos barcos e dos pescadores.

Para o filósofo húngaro Lukács (2013), o trabalho é uma atividade teleológica, pois através dele os seres humanos agem conscientemente (tratando-se, portanto, de uma atividade autogovernada) visando um fim (portanto teleologicamente). Ainda sobre o caso da pesca da tainha, para atingir um fim concreto - que nesse caso é a captura do peixe -, os pescadores devem planejar cada movimento com antecedência e repetidamente conferir seus atos e planos de forma consciente e crítica.

Partindo de uma perspectiva ontológica, o trabalho representa o salto de um ser humano puramente biológico para um ser social, estando, portanto, no centro do processo de humanização. Linguagem, religião, arte, sociabilidade etc., encontram sua origem no trabalho - no ato de trabalhar -, e, dessa forma, já possuem, por natureza, um caráter social. Nesse emaranhado de formas complexas da práxis

social, constituídas como prolongamento e pura derivação, o trabalho é a forma fundamental e o ato laborativo sua base originária (LUKÁCS, 2013).

Anteriormente, outros autores já se preocupavam com essa temática. Marx e Engels, em *A Ideologia Alemã* (2018), ao tratarem sobre a inseparabilidade do mundo da natureza do mundo dos humanos, abordam como é impossível conceber a espécie humana sem a natureza e como os seres humanos interagem com a natureza de forma mediada, por meio do trabalho. Ao transformarem a natureza com a finalidade de satisfazerem suas necessidades, que são socialmente determinadas, os seres humanos produzem os pressupostos de sua existência. Esse modo particular de relacionar-se entre si e produzir os pressupostos da sua existência social também acaba produzindo um modo determinado de vida social.

Cada modo de produção apresenta racionalidade própria de acordo com os objetivos adequados a sua reprodução social. Assim, conseqüentemente, também determina uma maneira específica de relacionar-se com a natureza, desde a forma até a finalidade da utilização dos recursos. Essas práticas, quando socialmente consolidadas, também geram percepções e comportamentos distintos frente ao restante da natureza (DIEGUES, 1983).

No modo de produção capitalista, a dinâmica de reprodução do capital depende de condições sociais (relações humanas) que sustentam todo esse processo. No entanto, a dinâmica do capital apresenta-se fetichizada por uma aparente independência da economia, com conseqüente valorização das relações entre coisas (entre elas o próprio capital e sua acumulação) em detrimento das relações humanas. Demonstrar o fetiche é importante para evidenciar que essas relações entre coisas, na verdade, dependem das relações sociais (FONTES, 2010).

Quando levamos em consideração os pescadores, estes podem ser encontrados em diversas situações, que também podem traduzir-se em diferentes atitudes e mentalidades frente ao oceano. Esses pescadores podem estar vinculados a uma empresa de pesca capitalista onde, apesar de possuírem seus próprios equipamentos, encontram-se numa relação de trabalho assalariado na qual todos os produtos de seu trabalho são direcionados ao capitalista. Podem ser donos de seu próprio equipamento e vender os excedentes de seu trabalho para mercados, restaurantes, empresas ou atravessadores, estando nesse caso imersos em relações capitalistas e sujeitos às pressões do mercado. Podem ainda atuar como pescadores

no barco de um capitalista em uma relação de trabalho assalariado, não sendo donos de nenhum equipamento, e estando inseridos em um formato de pesca que frequentemente leva ao esgotamento dos estoques pesqueiros. Além disso, podem pescar para consumo próprio, da família e também de uma comunidade, baseando suas organizações de pesca de acordo com o ciclo reprodutivo das espécies de interesse (DIEGUES, 1983).

O quadro apresentado por Diegues (1983) se complexificou nos últimos anos com o avanço da aquicultura, enquanto setor de exploração capitalista. O trabalho de Schneider (2022), tendo por base o edital de financiamento All-Atlantic Ocean Research Alliance Flagship, discutiu criticamente as estratégias de promoção – via órgãos públicos e privados - da aquicultura no Oceano Atlântico. Essas novas políticas de financiamento possuem implicações diretas e indiretas para a pesca artesanal realizada no Brasil, na medida em que esses pescadores artesanais agora também são incentivados a trabalharem no setor de aquicultura. Contraditoriamente, o capitalismo contemporâneo em toda sua complexidade ainda expropria as práticas pré-capitalistas, como a pesca artesanal, o que Oliveira (2003) chamaria de desenvolvimento desigual e combinado.

Em resposta às representações e teorias que visualizam o fim do trabalho e o reino do tempo livre, o fim da ideologia, entre outras formas de fetichização, Antunes (2009) desenvolve um quadro analítico que ressalta a vigência do modo de produção capitalista - com sua lógica competitiva e destrutiva - e que visa apresentar a centralidade e os sentidos do trabalho nessa sociedade. O capitalismo não consegue existir sem a classe trabalhadora, pois necessita apropriar-se de trabalho excedente não pago para garantir sua expansão e manutenção (é preciso lembrar que toda riqueza social é fruto do trabalho). Portanto, pensar o fim do trabalho na sociedade capitalista – e em qualquer forma de sociedade - é um grande equívoco.

Ao refletir sobre as mudanças históricas que ocorreram – e continuam ocorrendo – na conformação da classe trabalhadora desde os tempos de estudo de Marx, Antunes (2009) propõe o termo ‘classe-que-vive-do-trabalho’ como um alongamento do conceito de classe trabalhadora, a fim de abarcar as formas contemporâneas de trabalho, enfatizando seu sentido atual. Esse conceito foi alvo de intensas polêmicas, relacionadas principalmente a conformação das palavras (afinal, capitalistas também vivem do trabalho, mesmo que da exploração dele), no entanto,

concordamos com Mattos (2013, p. 89) quando este ressalta que sua importância “transcende em muito tal polêmica formal” pois ressalta a validade analítica e atualidade do conceito marxiano de classe trabalhadora.

Para que haja a perpetuação da dinâmica de reprodução do capital, se faz necessário um aumento crescente de trabalhadores disponíveis (através de necessidades subjetivas e objetivas) para vender sua força de trabalho sob quaisquer condições. Essa massa de trabalhadores constitui a base social do capital e todo o excedente que existe em uma sociedade capitalista provém desse trabalho humano (FONTES, 2010).

No que diz respeito aos pescadores artesanais, Diegues, em sua obra *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar* (1983), traça um panorama histórico interessante sobre as especificidades da conformação de uma classe de pescadores, ressaltando como uma análise sobre esse setor requer considerações específicas. A pesca é uma atividade econômica muito influenciada por parâmetros não passíveis de serem controlados por humanos, como o regime de marés, as correntes marítimas e a movimentação dos organismos marinhos, por exemplo. E, apesar das tentativas passadas e atuais de adequar os ciclos biológicos das espécies de interesse ao capital, na pesca marítima e costeira esses parâmetros ainda têm reflexo imediato no processo de captura de pescado e no relacionamento entre as diversas pessoas envolvidas nessa cadeia produtiva (DIEGUES, 1983).

No Brasil, a pesca artesanal se origina com as tradições indígenas anteriores à chegada dos colonizadores europeus e seu desenvolvimento histórico se dá a partir de interações, quase nunca pacíficas, entre os povos indígenas, povos europeus e os povos africanos trazidos à força para o Brasil. Esses fatores contribuíram para o surgimento das diversas culturas litorâneas relacionadas à atividade pesqueira. Com exceção das grandes cidades, até a década de 1930, a pesca no Brasil era majoritariamente realizada em pequena escala e as comunidades de pescadores artesanais ao longo da costa brasileira pescavam em complementaridade à agricultura. Desde então, mudanças graduais e substanciais vêm ocorrendo nesse setor, desde o surgimento de empresas de pesca e o recrutamento de pescadores artesanais para atuar em verdadeiros barcos-fábrica em alto mar, até a incorporação de tecnologias nas diversas modalidades de pesca. É essencial que essas mudanças sejam compreendidas historicamente, levando-se em conta o processo de expansão

do capital e a dominância de uma forma intensiva de pesca sobre outra menos intensiva (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 1999).

### **A pesca artesanal no contexto de expansão capitalista – as expropriações**

Nessa seção pretendemos trazer elementos para o debate sobre a precarização do trabalho na pesca num contexto de expansão capitalista. Para isso, procuramos estabelecer um diálogo, principalmente, entre os textos produzidos por Fontes (2010) e Diegues (1983). Acreditamos que esses escritos são complementares para a nossa pesquisa e essenciais para a compreensão das formas de expropriação originária e contemporâneas, sem perdermos de vista as especificidades da pesca artesanal no contexto brasileiro.

Nos diversos países em que é realizada, a pesca artesanal desempenha um papel essencial ao garantir a sobrevivência de populações ribeirinhas e costeiras. Esse formato de pesca apresenta relevância social, tanto local, quanto regional. No entanto, ao redor do planeta, as políticas relacionadas à pesca tradicionalmente incentivam as grandes empresas pesqueiras em detrimento dos pescadores artesanais. Os privilégios concedidos a essas formas mais intensivas de pesca, ocasionam problemas socioambientais como a sobrepesca e a precarização do trabalho dos pescadores (DOS SANTOS et al., 2012).

Embora a pesca empresarial capitalista encontre espaço para crescimento e desenvolvimento privilegiados no modo de produção capitalista, isso não quer dizer que ela exista de maneira isolada da pesca artesanal. Diegues (1983) demonstra como, na verdade, atualmente, essas duas formas de pesca coexistem e estão articuladas em uma relação de dependência e dominância; cada uma delas possui características distintas de reprodução social e ciclos de produção também diferentes, no entanto é o ciclo de reprodução do capital que dita o ritmo de produção do sistema no geral.

Devido ao fato de os recursos financeiros serem majoritariamente destinados à pesca industrial e os meios de produção também estarem ali concentrados, a pesca artesanal acaba ocupando uma posição de subordinação, tanto pelo fornecimento de trabalhadores quanto pelo fornecimento de mercadorias às empresas. Essa subordinação também se dá através das diversas formas de financiamento das



empresas capitalistas para a pesca artesanal - apetrechos, dinheiro, embarcações, entre outros (DIEGUES, 1983).

No capitalismo, o pescado é transformado em mercadoria e, conforme discutido anteriormente, isso modifica a percepção dos trabalhadores sobre os recursos e o ambiente marinho. Com a prevalência de discursos individualistas e competitivos, a manutenção de uma solidariedade grupal, antes existente nas comunidades de pescadores, encontra dificuldades em sua manutenção. Se o sucesso de uma empreitada na pescaria agora depende da pressa e do tempo dedicados à captura de recursos, os pescadores artesanais, em muitos casos, passam a viver e reproduzir socialmente sua existência na pesca com o objetivo final sendo o mercado capitalista (DIEGUES, 1983).

A partir do que foi mencionado acima, é importante destacar como a dominância de uma produção pesqueira capitalista arruína não somente a saúde física dos trabalhadores envolvidos como também enfraquece o vínculo existente entre seres humanos e oceanos. A separação dos pescadores de seus instrumentos de trabalho significou, entre outras coisas, uma expropriação progressiva dos conhecimentos desses trabalhadores, tanto no que diz respeito à técnica e aos equipamentos utilizados na pesca quanto aos conhecimentos ambientais necessários para realização da captura (DIEGUES, 1983).

Uma discussão original acerca do tema das expropriações pode ser encontrada no livro *Brasil e o Capital-Imperialismo* (2010) de autoria de Virgínia Fontes. Os elementos trazidos pela autora são essenciais para complementar o que foi produzido por Diegues (1983) em relação aos pescadores artesanais. Para a autora, as expropriações são resultado, dentre outros fatores, de uma concentração de capitais sob a forma monetária. A produção capitalista, apesar de fetichizada e disfarçada de atividades meramente econômicas, não se limita puramente à produção e valorização do capital, mas sim, também envolve todo o conjunto de reprodução da existência social (FONTES, 2010).

Ainda segundo a autora, para que o conjunto da existência social seja subordinado ao capital é preciso que os trabalhadores sejam expropriados e separados de suas condições sociais de produção. As expropriações constituem um processo histórico que disponibiliza, de forma crescente, uma massa de trabalhadores ao capital – e é essa massa de trabalhadores que constitui sua base social.

Outro termo essencial para a compreensão dos processos que atravessam os pescadores artesanais na atualidade é a subsunção real do trabalho ao capital<sup>6</sup>. Nas palavras de Fontes (2010):

A subsunção real significa que o capital tende a subordinar, definir, circunscrever a atividade mais propriamente humana – o trabalho – sob qualquer modalidade concreta que este se apresente, alterando incessantemente a maneira específica de seu exercício, modificando suas características, em prol da acumulação ampliada de capital (FONTES, 2010, p. 43).

As relações sociais no capitalismo repousam sobre uma expropriação originária dos trabalhadores e exigem em escala sempre crescente a conservação e reprodução de uma população que necessita integrar-se ao mercado, de forma completa ou parcial, para conseguir subsistir (FONTES, 2010). No que diz respeito aos pescadores artesanais, queremos reforçar com base nos autores já citados, como as formas de expropriações contemporâneas incidem sobre direitos, sobre o uso do ambiente (das praias e dos mares), sobre as relações familiares e comunais, sobre os conhecimentos acerca das espécies locais e do regime de marés, sobre aspectos ideológicos, sobre aspectos históricos e culturais, entre outros.

Uma questão interessante acerca dos processos de expropriação pelos quais passam os pescadores artesanais é o desenvolvimento tecnológico. As transformações técnicas, quando consideradas imbricadas e associadas ao modo de produção capitalista, acentuam esses processos de expropriação. No momento em que os pescadores são separados de seus meios de produção, inicia-se um processo de perda do controle sobre seus próprios processos de trabalho (DIEGUES, 1983).

O desenvolvimento tecnológico - que ocorreu e continua ocorrendo tanto no processo de captura de recursos quanto na industrialização das empresas (com o desenvolvimento de novas formas de refrigeração e armazenamento do pescado) -

---

<sup>6</sup> Importante ressaltar que, “A subsunção real ocorre quando as múltiplas atividades de trabalho, em toda a sua extrema variedade concreta, passam a ser definidas duplamente pela relação social capitalista: em primeiro lugar, pela aparente naturalidade que reveste a necessidade dos trabalhadores (os agentes reais e concretos de qualquer processo produtivo) de venderem sua força de trabalho ou sua atividade produtiva no mercado, sob variadas condições, uma vez que dependem integralmente do acesso ao mercado para sua existência. Em segundo lugar, pelo fato de que passa a ser o capital, ou a lógica capitalista socialmente dominante, que determina quem é ou não trabalhador, e trabalhador produtivo, posto que não se trata de uma produção voltada para a satisfação das necessidades sociais (escapando, assim, da imediatividade da percepção prática e do senso comum) e sim de uma “economia” (e o próprio termo “economia” tende a apagar a vida social que a constitui) cujo fito é a própria produção de valor, sob qualquer forma”. (FONTES, 2010, p. 43).

não somente aumenta a capacidade intensiva e expansiva predatória dos barcos pesqueiros, como também permite um processo de concentração de capital. Outros desdobramentos desse processo também incluem a elevação dos custos de equipamentos mais modernos e tecnológicos, o aumento da perecibilidade de outros equipamentos mais baratos e a prevalência de uma mentalidade competitiva por recursos pesqueiros. Tudo isso dificulta a permanência dos pescadores nas atividades de pesca artesanal e concentra a atividade pesqueira nas mãos de empresas capitalistas - sobretudo em países industrializados (DIEGUES, 1983). Importante destacar que a existência de cooperativas de pescadores artesanais constitui um modelo de resistência à voracidade da pesca industrial e garante a manutenção das famílias que dependem dessa atividade (MALDONADO E DOS SANTOS, 2006).

O processo de absorção de pescadores artesanais para trabalhar na pesca industrial não indica, no entanto, um processo linear de transformação da pesca artesanal em pesca industrial. Em muitos locais, ambos os formatos de pesca podem coexistir, apesar do que já foi mencionado sobre o processo de dominância global da pesca industrial sobre a pesca artesanal. Já em outras localidades marinhas, a estrutura geográfica (como exemplos podemos citar a extensão e a profundidade) pode dificultar a presença da pesca industrial. Isso não significa, no entanto, que o produto dessa pesca pertença em sua plenitude aos pescadores artesanais, pois ele pode ser apropriado a baixo custo por atravessadores ou empresas de pesca. (DIEGUES, 1983).

A pesca industrial localizada em alto mar também prejudica a pesca artesanal na costa e nas baías, pois reduz a quantidade de recursos marinhos disponíveis. Outro fator que não pode ser esquecido é a poluição gerada por esse formato de pesca, os dejetos lançados no mar ameaçam a sobrevivência dos organismos marinhos e prejudicam a saúde dos trabalhadores que entram em contato com a água contaminada (DIEGUES, 1983).

A partir de tudo que foi mencionado podemos compreender como a pesca artesanal funciona tanto como um grande arsenal de fornecimento de conhecimento, como também de técnicas (adaptadas à grande escala) e mão de obra para a pesca industrial. Com isso, o capital se apropria da produção pesqueira artesanal para sua própria expansão.

Mas não é apenas a pesca industrial que ameaça a permanência da pesca artesanal em regiões costeiras, outros fatores como dificuldade de acesso à praia, aumento do turismo e alternativas de emprego deslocam os pescadores para outras formas de trabalho que possam garantir sua subsistência. Em complementação a essa questão, o artigo de Garcez (2022) utiliza-se do conceito de expropriação para apreender a maricultura em sua totalidade enquanto expropriação de águas públicas (a autora analisa o espaço, o papel do Estado e dos agentes locais, além das mudanças ocorridas nas práticas produtivas e na sociabilidade características de determinada realidade).<sup>7</sup>

Segundo Fontes (2010), essa liberdade de escolha empregatícia tem um duplo caráter real e ilusório. É real pois representa necessidades próprias reais com as quais esses trabalhadores se defrontam (os seres sociais expropriados precisam objetivamente sobreviver em meio a lógica capitalista e, por isso, objetiva e subjetivamente, demandam empregos). E também é ilusória pois esconde certas condições de subordinação desses trabalhadores ao capital. A autora vai mais além:

Uma intensa e permanente produção de trabalhadores “livres” permitiu a constituição de um trabalho “abstraído”, genérico, definido por sua capacidade de valorizar capital. A intensificação da produtividade tecnológica em determinados ramos de produção ocorreu historicamente, e segue ocorrendo, em paralelo ao reforço e recriação de formas aparentemente paradoxais, arcaicas, em outros planos e espaços sociais, que se conectam estreita e desigualmente com as primeiras (FONTES, 2010, p. 43).

Além disso, a transformação da terra em mercadoria e sua conseqüente procura intensa por especuladores faz com que os pescadores artesanais, antes moradores da beira da praia, tenham que decidir entre continuar com um trabalho de pesca pouco valorizado ou vender o terreno e migrar para o centro da cidade ou outros locais (DIEGUES, 1983).

A concentração de opressões a que são submetidos os pescadores artesanais não pode nos deixar indiferentes. Segundo Fontes (2010, p. 45), “as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista”. Quando consideramos os pescadores como sujeitos construtores de sua própria história e não apenas como objetos de pesquisa,

---

<sup>7</sup> A pesquisa foi realizada tendo como estudo de caso o bairro Caieira da Barra do Sul, pertencente ao distrito Ribeirão da Ilha (Florianópolis – SC).

percebemos que com o processo de desaparecimento da pesca artesanal, não são apenas as técnicas de captura que desaparecem, mas sim toda uma forma de organização da produção no espaço litorâneo. Não é apenas uma forma de pescar que se desestrutura, mas sim uma forma de existência cheia de espiritualidade, festividades, histórias de vida e saberes biológicos e sociais.

### **A formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais**

Quando, no entanto, passou a visitar os moradores em seus casebres e ranchos, veio o horror: descobriu “os quadros de miséria e de dor que a vida ia manchando, a largas pinceladas, por essas praias a dois passos da civilização, do conforto e da fraternidade social de Florianópolis”. Eram pescadores pobres, trabalhando com redes alheias, recebendo em troca peixes e alguns trocados e só comendo quando iam para o mar. Más temporadas equivaliam a passar fome, porque os donos das vendas fechavam o crédito, colocando o homem, a mulher e a prole na mais pura indigência (SILVA E SCHMITZ, 2018; p. 113).

O trecho acima, retirado do livro *Rancho de pescador na ilha de Santa Catarina* (2018), faz referência a obra de Othon d’Eça, *Homens e Algas* (1957), na qual o autor narra de forma sensível, mas não romântica, o que vivenciou enquanto morador sazonal de Coqueiros (bairro de Florianópolis). É com esse trecho em mente que iniciamos nossa discussão sobre os processos de consciência, retomando aquilo que foi elaborado por Marx e Engels em *A Ideologia Alemã* (2018), a saber, que o primeiro pressuposto da existência humana é o de que os seres humanos precisam viver - e para isso precisam de alimento, moradia, entre outras coisas – para estarem em condições de construir história. Nesse sentido, o primeiro ato histórico seria a produção dos meios que possibilitam aos seres humanos satisfazer essas necessidades básicas. Para estes autores, “a primeira coisa a se fazer em qualquer concepção histórica é, portanto, observar esse fato fundamental em toda sua significação e em todo o seu alcance e a ele fazer justiça” (MARX E ENGELS, 2018, p. 33).

Mas o processo não se encerra por aí, pois a satisfação de necessidades – e isso inclui o próprio ato e o instrumento necessário já adquirido para a satisfação – conduz e produz novas necessidades, que também constituem atos históricos. Marx e Engels (2018) acrescentam a esses processos a questão da procriação humana, que constitui relação entre os seres humanos, e se organiza na forma da ‘família’. Essas relações sociais familiares também se alteram conforme as necessidades dos

seres humanos aumentam e assim, criam relações sociais que devem ser tratadas conforme a realidade concreta existente.

A produção da vida – tanto no trabalho quanto na procriação – constitui relação dupla – natural e social – e determinados modos de produção estão relacionados com determinados modos de cooperação. Daí decorre a necessidade de compreender os elementos sociais em conexão com o desenvolvimento da indústria e das trocas (MARX E ENGELS, 2018).

A partir desse momento de compreensão das relações históricas originárias, chegamos em um ponto chave: os seres humanos são dotados de consciência. E, para Marx e Engels (2018) essa consciência, que também é um produto social, se desenvolve conforme crescem as necessidades humanas, conforme aumenta a produtividade e conforme cresce a população. Aqui, relembremos a importância que esses autores dão à realidade concreta, ao “solo da história real” (p. 43) sobre o qual sempre devemos permanecer para compreender os movimentos do real. Entendemos, em plena concordância com Marx e Engels (2018, p. 94), que “a consciência não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”. Para compreendermos os movimentos da consciência, devemos, portanto, partir da práxis material.

É com esse arcabouço teórico que partimos agora para a discussão de quais especificidades a vida material dos pescadores artesanais nos revela em relação a sua consciência de classe. Para Diegues (1983), o grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais é alcançado através das diversas formas de organização de produção nas quais os pescadores estão inseridos. É segundo esse grau de desenvolvimento que os pescadores artesanais irão explorar os ecossistemas conforme sua necessidade. O autor constata que, historicamente, em certo nível, existe correlação entre a fase de desenvolvimento das forças produtivas sociais e o ecossistema explorado, além da dimensão em que esse ecossistema será explorado. Ou seja, um pequeno pescador com condições técnicas e de conhecimento para pescar em estuários não consegue, com essas condições, pescar em águas oceânicas abertas. O autor também cita como exemplo a região sul do Brasil, que possui uma plataforma continental larga e plana, a qual favorece o uso de técnicas de arrasto de fundo.

Nesse sentido, o conhecimento de um pescador experiente vai muito além do saber-fazer, ele se traduz em sabedoria, sabedoria sobre como, onde e quando utilizar um apetrecho de pesca e sabedoria sobre o ritmo e os ciclos dos organismos que o cercam. Essa sabedoria vai além da própria experiência de pesca, ela é adquirida através do contato com os mais velhos, indo pescar em conjunto, ouvindo e aprendendo. O autor acrescenta como nas áreas estudadas a consciência da exploração a que os pescadores estavam submetidos terminava na pessoa do atravessador ou do dono do mercado para os quais os animais pescados eram vendidos. No entanto, o desaparecimento dessas figuras individuais não faz desaparecer os processos de exploração aos quais estão submetidos esses pescadores artesanais. O principal inimigo desses trabalhadores é a organização estrutural do capitalismo, e não comerciantes individuais (DIEGUES, 1983).

Para complementar nossa discussão em relação à consciência, apoiamo-nos no artigo *Saberes do trabalho da pesca como instrumento de consciência de classe entre juventude no contexto da Colônia de Pescadores Artisanais Z-16 – Cametá de Valente*, Martins e Rodrigues (2018). Acreditamos que esse artigo traz elementos essenciais para compreender a formação humana no contexto da pesca artesanal na medida em que objetivou analisar os saberes do trabalho da pesca na formação de uma consciência de classe para si na juventude envolvida com o mundo da pesca e destacou como os jovens adquirem os saberes pesqueiros através da tradição familiar. Estes saberes pesqueiros modificam-se conforme são repassados através das gerações pois não são estáticos, mas sim, cumulativos, dinâmicos e empíricos, evoluindo a cada passagem.

Para além dos saberes tradicionais, os autores também destacam os saberes escolares e os saberes sociais. Estes saberes sociais não apenas servem para resolver problemas que surgem no ato laborativo, mas também servem como elementos que possibilitam uma práxis revolucionária, pois podem fazer com que os trabalhadores identifiquem angústias e dificuldades em suas vidas e com isso denunciem uma realidade opressora a que estão submetidos. É através dessa denúncia, possibilitada pelos saberes, que os trabalhadores vão formando sua consciência de classe. Nas palavras dos autores:

Assim, o saber do trabalho da pesca, é construído e reconstruído para dar conta de problemas imediatos que se apresentam no decorrer das atividades laborais. Entretanto, o saber também pode ser a força

motriz, para que aconteça a transformação da sociedade, uma vez que o saber denuncia a realidade e faz com que o jovem tenha uma atitude questionadora diante da realidade que o cerca, e assim, pode contrapor-se a lógica estrutural da sociedade vigente. (VALENTE, MARTINS E RODRIGUES, 2018, p. 257).

Os saberes sociais são fruto da materialidade histórica vivenciada pelos jovens pescadores e é a partir do desenvolvimento da consciência de classe que esses trabalhadores buscam melhorias de vida que amenizem os problemas característicos de sua realidade – essa busca pode ser voltada para a escolarização ou qualificação profissional. Para além da denúncia da realidade, os saberes também podem contribuir para uma maior organização social dos pescadores artesanais (VALENTE, MARTINS E RODRIGUES, 2018).

Iasi (2013) acrescenta outra categoria essencial para compreendermos o movimento da consciência da classe trabalhadora em nossos estudos: a categoria de ideologia. Baseando seus escritos em produções marxianas, Iasi (2013) destaca como os trabalhadores sofrem imposições ideológicas (ideias, valores, formas de pensar) por parte das classes dominantes que, conseqüentemente, acabam por constituir também sua visão de mundo. No entanto, o autor nos relembra que essa ideologia, que se coloca como dominante, é dominante pois pertence à classe dominante – que só o é porque se insere como tal nas relações sociais de produção historicamente determinadas (IASI, 2013, p.70). Portanto, faz-se necessário uma mudança estrutural, uma mudança nas relações sociais de produção, afinal, elas são a base real de toda expressão ideológica:

O proletariado não vive em outras relações, ele vive nas relações constitutivas do capital. Portanto, a primeira expressão de uma consciência social, que os trabalhadores tomam como sua, é a expressão das relações que eles compartilham com a burguesia na existência mesma da sociedade capitalista, na sua imediatez (IASI, 2013, p. 72).

Os seres humanos que constituem as classes sociais são seres sociais em movimento, cheios de contradições. Os processos que envolvem sua consciência devem, portanto, ser compreendidos na totalidade de suas relações sociais. A classe trabalhadora é uma classe da ordem do capital e expressa em sua consciência não só elementos que vão ao encontro dessa ordem, mas também elementos que entram em choque e vão de encontro com essa mesma ordem. É esse movimento da classe trabalhadora que, descrito por Mauro Iasi em palavras hegelianas, “leva da



consciência em si à consciência para si” (IASI, 2013, p. 74). De acordo com Iasi (2013, p.76), “a crise da forma de consciência imediata dos trabalhadores se dá na vivência das contradições do real” e “se isso é verdade a superação só pode se dar por uma contradição no campo dessa vivência, no cotidiano”.

### **Considerações finais**

Impactos socioambientais e adversidades relacionadas à alteração significativa do modo de vida fazem com que os pescadores artesanais enfrentem dificuldades na realização de sua atividade e na sua reprodução social enquanto grupo. Afinal, as transformações econômicas e sociais influenciam na maneira como os seres humanos se relacionam com e se apropriam da faixa costeira. Poucos investimentos são direcionados por parte de instituições governamentais à manutenção da pesca artesanal, pelo fato dela ser realizada em baixa escala e não gerar tanta acumulação de capital quanto a pesca industrial. No entanto, as discussões acerca da apropriação pelo capital do mais-valor gerado pelos trabalhadores nos processos produtivos da pesca e a assimetria de poder existente entre esses sujeitos de classes distintas se tornam inviabilizadas na medida em que o problema é posto como uma questão de quantidade e não de qualidade.

Procuramos com nosso trabalho demonstrar as contribuições que o pensamento marxista pode trazer para o debate dos conflitos socioambientais relacionados às comunidades pesqueiras, visto que as problemáticas ambientais constituem tema atual e de necessidade urgente de discussão. Demonstramos isso a partir da adoção das categorias trabalho e expropriação e o conceito de consciência de classe como centrais no entendimento dos processos relacionados à pesca artesanal. Afinal, mais do que nunca se faz necessário compreender essas questões sob a perspectiva da totalidade e da contradição.

Ao nosso ver, a resolução desses conflitos não passa apenas por uma maior participação dos pescadores artesanais em discussões legislativas ou de fiscalização, mas também passa por analisar, questionar e problematizar o modo de produção capitalista como um todo. Afinal, as comunidades de pescadores artesanais são as que mais sofrem com uma maior poluição das águas - tanto por dejetos da pesca industrial quanto por falta de tratamento de esgoto nos municípios – e a conseqüente depleção de recursos pesqueiros.

Os impactos das expropriações originárias e contemporâneas sobre os trabalhadores da pesca artesanal, tratados neste artigo, podem ser reconhecidos com a diminuição e quase extinção da pesca artesanal em Florianópolis. Foi possível constatar, a luz da fundamentação teórica aqui desenvolvida, algumas causas dessas expropriações, como: a expansão imobiliária e turística, a ampliação da exploração industrial e comercial dos oceanos, a desigualdade de acesso à ciência e tecnologias voltadas a pesca, a desigualdade de tratamento legal entre pesca artesanal e industrial, ou seja, a subsunção da pesca artesanal a lógica capitalista, pela articulação do desenvolvimento desigual e combinado.

Os desafios contemporâneos da formação de consciência de classe entre os pescadores artesanais são urgentes, uma vez que as organizações existentes são cooperativas, associações e sindicatos, que são poucos disputados e estão numa lógica assistencialista, com baixa participação, pois a organização do trabalho artesanal e familiar limita as possibilidades coletivas.

Devido às limitações temporais e também aos objetivos e caráter de nosso estudo, não nos aprofundamos em questões também importantes como as relações atuais existentes entre a pesca artesanal e a aquicultura. Novas pesquisas, portanto, podem ser realizadas com vistas a compreender essas novas formas de expansão produtiva/destrutiva do Capital sobre a pesca.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Cadastramento e recadastramento de pescador profissional**. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mpa/cadastro-registro-e-monitoramento/cadastramento-e-recadastramento-de-pescador-profissional>>. Acesso em 30 de junho de 2023.

CAPELLESSO, Adinor José. **Os sistemas de financiamento na pesca artesanal**: um estudo de caso no litoral centro-sul catarinense. 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - UFSC, Florianópolis.

CAPELLESSO, Adinor José; CAZELLA, Ademir Antônio. Pesca artesanal entre crise econômica e problemas socioambientais: estudo de caso nos municípios de Garopaba e Imbituba (SC). **Ambiente & Sociedade**, [S.L.], v. 14, n. 2, p. 15-33, dez. 2011.

CATÃO, Brisa e BARBOSA, Gabriel Coutinho. Botos bons, peixes e pescadores: sobre a pesca conjunta em Laguna (Santa Catarina, Brasil). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S.L.], n. 69, p. 205, 27 abr. 2018.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. A socioantropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Revista Etnográfica**, v.3, n.2, p.361-375, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

DOS SANTOS, M. P. et al. A pesca enquanto atividade humana: pesca artesanal e sustentabilidade. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, [S.L.], v. 12, n. 4, p. 405-427, 2012.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florianópolis. **Pescadores artesanais recebem capacitação sobre GPS para Navegação**. Florianópolis, SC: Prefeitura de Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://www.pmf.sc.gov.br/noticias/index.php?pagina=notpagina-i=18989>>. Acesso em 30 de abril de 2022.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o Capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

GARCEZ, C. S. M. Maricultura e a expropriação de águas públicas. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 3, n. 2, p. 21-34, 11 jul. 2022.

HÜBNER, Juliana Conti et al. Conflitos Ambientais Relacionados à Pesca Artesanal na Zona Costeira Brasileira. **Arquivos de Ciências do Mar**, [S.L.], v. 53, p. 43-51, 2021.

IASI, Mauro. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. **Perspectiva**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 67-83, 4 nov. 2013.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALDONADO, F. e SANTOS, A. C. Cooperativas de pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 8, p. 323-333, 2006.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, Marcelo Badaró. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Outubro**, [S.L.], n. 21, p. 84-117, 2013.

OLIVEIRA, Franscico. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo, Boitempo, 2003.

SCHNEIDER, Matheus Eduardo. **Crítica às ciências oceânicas para o capital**: um estudo inicial a partir da All-Atlantic Ocean Research Alliance. 2022. 82 f. TCC (Graduação em Ciências Biológicas) - UFSC, Florianópolis.

SILVA, Danísio e SCHMITZ, Paulo Clóvis. **Rancho de pescador na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Vitelli Publisher, 2018.

WALTER, T.; UMPIERRE, M.B.; Verly, J.F. & LONGARAY, A.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma leitura sobre os(as) pescadores(as) artesanais enquanto sujeitos do processo educativo, p. 714-726. In: **Anais do IX Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental** – EDEA: Educação Ambiental como Espaço de Resistência. Rio Grande/RS: Editora FURG, 761 p., 2018.

VALENTE, Anderson; MARTINS, Egídio; RODRIGUES, Doriedson. Saberes do trabalho da pesca como instrumento de consciência de classe entre juventude no contexto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 – Cametá, p. 251-261. In: **Anais do XVIII Encontro D@S Estudantes De Pedagogia**. Cametá/PA: Editora UFPA, 2018.

## TRABALHO, EDUCAÇÃO E JUVENTUDE: CONTEXTO DOS JOVENS DO CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA EM FRANCISCO BELTRÃO - PR<sup>1</sup>

Darciel Sinhori da Costa<sup>2</sup>  
Suely Aparecida Martins<sup>3</sup>

### Resumo

Analisamos, neste artigo, experiências de jovens, egressos do Ensino Médio e residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, em Francisco Beltrão - PR, a respeito da escola e do emprego. Com base no materialismo histórico-dialético, em documentos e entrevistas semiestruturadas com oito jovens, identificamos que coexistem duas redes de ensino voltadas ao enquadramento das juventudes aos postos de trabalho, tendo em conta etnia, classe social, renda e gênero. A rede voltada aos trabalhadores visa à formação para o mercado de trabalho. Concluímos que a efetiva vivência da moratória social é limitada pela condição de classe.

**Palavras-chave:** Trabalho; Educação; Juventude; Desigualdade Social; Escola.

### TRABAJO, EDUCACIÓN Y JUVENTUD: EL CONTEXTO DE LOS JÓVENES EN EL CONJUNTO HABITACIONAL TERRA NOSSA, EN FRANCISCO BELTRÃO - PR

### Resumen

En este artículo, analizamos las experiencias de jóvenes egresados de la enseñanza media que viven en el *Conjunto Habitacional Terra Nossa*, en Francisco Beltrão, en el estado de Paraná, respecto a la escuela y el empleo. A partir del materialismo histórico-dialéctico, de documentos y de entrevistas semiestructuradas con ocho jóvenes, identificamos que coexisten dos redes educativas, dirigidas a encuadrar a los jóvenes en empleos según categorías como etnia, clase social, renta y género. La red dirigida a los trabajadores tiene como objetivo formarlos para el mercado laboral. Concluimos que la experiencia efectiva de la moratoria social está limitada por la clase social.

**Palabras llave:** Trabajo; Educación; Juventud; Desigualdad social; Escuela.

### WORK, EDUCATION AND, YOUNGNESS: THE CONTEXT OF YOUTH IN THE TERRA NOSSA HOUSING COMPLEX IN FRANCISCO BELTRÃO - PR

### Abstract

In this article, we analyze the experiences of young people who have graduated from high school and live in the *Terra Nossa* Housing Complex in Francisco Beltrão, state of Paraná, regarding school and employment. Based on historical-dialectical materialism, documents, and semi-structured interviews with eight young people, we identified that two education networks coexist, aimed at fitting young people into jobs according to categories such as ethnicity, social class, income, and gender. The network aimed at workers is aimed at training them for the job market. We conclude that the effective experience of the social moratorium is limited by class.

**Keywords:** Work; Education; Youngness; Social inequality; School.

<sup>1</sup> Artigo recebido em 21/05/2023. Primeira Avaliação em 14/08/2023. Segunda Avaliação em 15/08/2023. Aprovado em 18/10/2023. Publicado em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.58392>.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEFB) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão, Paraná - Brasil.

E-mail: [darcesinhori@gmail.com](mailto:darcesinhori@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4230394309513253>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6852-2233>.

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina - Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEFB) e do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), campus de Francisco Beltrão, Paraná - Brasil.

E-mail: [martins\\_sue@hotmail.com](mailto:martins_sue@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2450774413938872>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7876-6634>.

## Introdução

Nos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2020) a respeito do indicador jovens que não estudam e não trabalham, verificamos uma significativa redução de 0,9%, ao sair de 23,0%, em 2018, para 22,1%, em 2019. Entre os jovens de 15 a 17 anos que cursam o Ensino Médio, há uma média de 22,0% daqueles que frequentam a escola em etapa anterior à adequada (IBGE, 2020). Esses são dados que afetam diretamente as condições de subsistência e de desenvolvimento das juventudes<sup>4</sup>, uma vez que tal categoria se encontra intimamente relacionada à escolarização e ao mercado de trabalho. No Estado do Paraná, em específico, as metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) não têm sido alcançadas desde 2013, após três anos atingindo-as consecutivamente. Em de 2019, esperava-se uma média de 4,9, porém, foi de apenas 4,4, uma diferença relativamente pequena se não fosse acompanhada por anos de insuficiência nas médias estipuladas.

A Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, especificamente no artigo 1º § 1º, considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade. Também compreende que os direitos básicos das juventudes são: o direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil; o direito à educação; o direito à profissionalização, ao trabalho e à renda; o direito à diversidade e à igualdade; o direito à saúde; o direito à cultura; o direito à comunicação e à liberdade de expressão; ao desporto e ao lazer; o direito ao território e à mobilidade; do direito à sustentabilidade e ao meio ambiente e, o direito à segurança pública e ao acesso à justiça (BRASIL, 2013). No entanto, a maioria desses direitos continua longe de ser uma realidade para grande parte das juventudes brasileiras, o que, de forma clara e direta, culmina em uma série de prejuízos a esse público, fatores que dificultam seu processo de transição à vida adulta.

---

<sup>4</sup> Falamos em juventudes considerando a diversidade existente entre os jovens, bem como o entendimento de que não existe juventude abstrata e fora de determinada realidade social e espacial. Os jovens fazem parte da realidade concreta e, portanto, são constituídos a partir de determinada materialidade social. No capitalismo, as desigualdades impactam mais os jovens trabalhadores e das periferias do que os jovens pertencentes a outras classes (SANFELICE, 2013).

Considerando esse panorama, propomo-nos a discutir neste artigo<sup>5</sup> as trajetórias escolares vivenciadas por jovens egressos do Ensino Médio, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, localizado no bairro Padre Ulrico, região periférica de Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Nosso objetivo parte da tentativa em explicitar as condições dos jovens da classe trabalhadora diante das macroestruturas escola e mercado de trabalho. Dessa forma, indagamo-nos: Quais são as experiências escolares destes jovens? Em quais condições adentram ao mercado de trabalho, com que idade e em que cargo? De que forma as experiências do percurso escolar se entrecruzam com as experiências no mercado de trabalho vividas por esses jovens?

Nos interessa, neste estudo, analisar especificamente o fenômeno da evasão escolar imbricado às condições de trabalho dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa, haja vista a intensificação das relações precarizadas de trabalho e que, na localidade a ser estudada, se expressam nos números. Com base nos dados retirados dos cadastros do Setor de Habitação da Secretaria Municipal de Ação Social (FRANCISCO BELTRÃO, 2019), no contexto em pauta, há: jovens com baixas remunerações (total de 138, especificamente), os que não possuem renda (8), os que recebem abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo (R\$ -260,00) (45), os que recebem acima ou equivalente a  $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo (R\$ +260,00) (61), os que recebem um ou mais salários-mínimos (R\$ 1.045,00) (25), os que não trabalham (cinco homens e 28 mulheres) ou estão inseridos no mercado informal (sete homens e quatro mulheres).

A partir dessas informações, já é possível destacar a inserção precoce das juventudes periféricas no mercado de trabalho, fator que diminui as possibilidades de vivência, definidas por Margulis e Urresti (1996) como moratória social. Esse conceito refere-se a um período de suspensão das obrigações da condição adulta, no sentido de se aprimorar e se preparar para os enfrentamentos e obstáculos que a vida adulta impõe. Todavia, para os próprios autores, questões econômicas e culturais impedem a vivência igual desse período pelos jovens. Consideramos que, em função da estrutura de classes do capitalismo, são pequenas as camadas que desfrutam dessa condição; os jovens das periferias, os trabalhadores ou subempregados, têm, desse

---

<sup>5</sup> Este artigo é fruto da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão – PR, tendo apoio CAPES/PPGEFB.

modo, o período escolar postergado, sendo que muitos não concluem o Ensino Médio, evadindo-se dos bancos escolares.

Apontamos, em concordância com outros autores supracitados, que a educação é dual e classista. Por conta disso, a fração dos jovens que pertencem à classe trabalhadora tem seu período de moratória social usurpado, necessitando submeter-se a jornadas árduas de trabalho e abandonar os estudos. À maioria desses jovens resta a inserção em postos de trabalho de caráter simples e com baixas remunerações.

Como metodologia, optamos pela pesquisa qualitativa. Após a aprovação no Comitê de Ética<sup>6</sup>, realizamos oito entrevistas semiestruturadas, compostas por 20 questões abertas, referentes às trajetórias na escola, a etnia autodeclarada, a escolaridade dos pais, entre outras. Os oito jovens foram selecionados com base nos seguintes critérios: estar na faixa etária entre 18 e 24 anos, ter um histórico de evasão escolar e residir no Conjunto Habitacional Terra Nossa. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas, sistematizadas e analisadas. As entrevistas ocorreram no mês de janeiro de 2022, na cidade de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. Para nos referir aos jovens participantes da pesquisa, utilizamos pseudônimos, considerando a ocupação no período da realização das entrevistas. Além desse instrumento, recorreremos à análise documental, utilizando dados quantitativos oriundos dos registros do Setor de Habitação da Secretaria de Ação Social de Francisco Beltrão – PR (FRANCISCO BELTRÃO, 2019) a respeito da etnia, da escolaridade, da unidade familiar, da renda e da empregabilidade dos jovens.

Para apresentar os resultados desta investigação, organizamos este artigo em cinco seções. A primeira é esta introdução; a segunda seção concentra as bases teóricas sobre a relação entre as categorias sociais de análise: Trabalho, Educação e Juventude; a terceira seção, apresenta dados acerca dos históricos de reprovação dos jovens entrevistados, fatores contributivos para o fracasso escolar, assim como informações sobre sua inserção no mercado de trabalho, ocupação e renda; a quarta seção é dedicada à análise das relações entre as categorias trabalho, educação e juventude; a quinta seção reúne as considerações finais.

---

<sup>6</sup> Comitê de Ética da Universidade Estadual Oeste do Paraná. No processo de entrevistas todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



## Trabalho, educação e juventudes: bases conceituais

**Foi reprovado alguma vez?** “Fui, no 8º, cinco anos. Por causa que eu trabalhava, no interior”, [me inseri no mercado de trabalho aos] “15 anos, no interior tipo roçar, carpir e na cidade foi metalúrgica, foi costura, foi pintor, foi servente de pedreiro, foi serrador de madeira, foi açougueiro, foi negócio de repor mercadorias, foi padeiro e agora eu to aqui” [desempregado] (COLONO, entrevista, grifos nossos).

A epígrafe refere-se ao sujeito com o pseudônimo “Colono”, devido à sua trajetória no campo, como filho de agricultores. Viveu por lá até próximo de seus 18 anos, quando veio para a cidade. Na escola, o Colono reprovou cinco anos na 8ª série. Ele relata que, quando estudava, tinha em casa uma carga árdua de trabalho com os afazeres do campo, com as criações e plantações. Com base nesse e outros possíveis fatores, justificou a sua evasão.

A particularidade da entrevista com o Colono está no fato de suas experiências de trabalho, após se instalar na cidade, terem sido as mais variadas. Assumiu postos de trabalho remunerado com seus 15 anos, quando ainda estava no campo, segundo ele, “fazendo biquinhos”. Já na cidade, ocupou os mais variados postos de trabalho, desde aqueles utilizados no campo como “roçar, carpir”, passando a “metalúrgico, costureiro, pintor, servente de pedreiro, serrador de madeira, açougueiro, repositor de mercadorias e padeiro” (COLONO, entrevista).

Percebemos, nessa trajetória, que os postos de trabalho assumidos pelo jovem representam atividades de caráter mais manual, sem a necessidade de um grande esforço intelectual para serem realizadas. Entretanto, partimos da suposição de não fomento à perspectiva de trabalho dicotômica, ou seja, que separa e divide as execuções em manuais e intelectuais, já que compreendemos o sujeito como naturalmente forjado sob e por meio do trabalho, do ato de modificar a natureza que o cerca. Nesse processo, utiliza-se de ambas as funções (tanto manual como intelectual), pois passa pela projeção e pela execução prática de qualquer ação. De acordo com Saviani (2003),

A sistematização dessas tarefas manuais passa a definir de forma dominante essas profissões, mas não excluem a função intelectual. O próprio fenômeno da aprendizagem evidencia isso: se o trabalhador pode aprender essas funções, exercer essas atividades, é porque aplica a sua inteligência no domínio desse processo. Inversamente, as

funções e as profissões ditas intelectuais têm esse nome porque se organizam tendo como eixo de articulação as funções intelectuais. Mas também não se fazem sem o recurso à prática, à ação manual. É por isso que a ciência não se faz sem manipulação da realidade e não se pensa sem a base da ação. O que a ideia de politecnia tenta trazer é a compreensão desse fenômeno, a captação da contradição que marca a sociedade capitalista, e a direção de sua superação. A união entre trabalho intelectual e trabalho manual só poderá se realizar com a socialização dos meios de produção, colocando todo o processo produtivo a serviço da coletividade, do conjunto da sociedade (SAVIANI, 2003, p.139).

Embora o trabalho não se divida em manual e intelectual, não é raro observar que paira sobre ele uma distorção, já que os resultados do processo de produção são apropriados de forma privada. Em outras palavras, apenas uma pequena parcela da humanidade usufrui do tempo livre, à medida que a classe trabalhadora, produtora da riqueza social, é lançada na “necessidade de prosseguir em um processo de trabalho forçado” (SAVIANI, 2003, p.139). A superação da sociedade de classes “viabiliza as condições para que todos possam dedicar-se, ao mesmo tempo, ao trabalho intelectual e ao trabalho manual” (SAVIANI, 2003, p. 139).

No que diz respeito ao sistema educacional, em sua aparência, finge-se considerar todos os alunos como iguais: “o filho do pedreiro como identicamente preparado, tão apto como o filho do engenheiro a saborear a ementa escolar” (SNYDERS, 2005, p.25). Esse sistema unilateral e elitista, para Frigotto (2012, p. 268), pauta-se “na propriedade privada dos meios e instrumentos de produção, na divisão social do trabalho e nos processos de expropriação e alienação que tais relações impõem, limitando o livre e solidário desenvolvimento humano”.

A escola, nessa dinâmica, se apresenta de maneira dual e classista, pois, segundo Araújo (2019), as instituições de ensino estão imersas na disputa entre as classes e seus interesses. Em vista disso, a enorme fração do povo tem uma trajetória conturbada com os estudos, por vezes, em experiências curtas e práticas de escolarização, ao mesmo tempo em que os filhos das classes dominantes ou da pequena burguesia têm acesso à cultura acadêmica, podendo ingressar no Ensino Superior. O intuito vem ao encontro do enquadramento das juventudes à posição específica, reservada conforme a classe social que ocupam, na divisão sociotécnica do trabalho. Assim sendo, materializam-se no Brasil dois projetos de ensino: um vinculado às classes pobres e outro destinado às classes médias e burguesas (ARAÚJO, 2019).

O primeiro projeto tem por objetivo preparar os jovens da classe trabalhadora para a exercícios laborais simples, de caráter manual e sem a necessidade de grandes instruções intelectuais. Quanto ao segundo, “possui uma base mais científica e cultural destinada a preparar seus egressos para o exercício de funções de mando na sociedade” (ARAÚJO, 2019, p. 20). Essa dualidade no ensino se expressa, de acordo com Faleiros (2008), na “desigualdade de capitais de origem ou de partida”, os quais não oferecem condições justas e contradizem a afirmação de que todos os jovens têm as mesmas oportunidades. Desse modo, “assemelha-se a uma corrida com barreiras, na qual se manifestam de forma marcante, além da desigualdade de capital e renda, as condições de etnia, cor, gênero e território” (FALEIROS, 2008, p. 65/66). O autor complementa:

O pressuposto fundamental para se entender a questão da relação entre juventude, escola, trabalho e sociedade é de que as condições e trajetórias do jovem se articulam à desigual estruturação econômica, social e política historicamente dada como capitais sócio/político/econômico/culturais (FALEIROS, 2008, p. 65).

Ainda sobre a instituição escola, Snyders (2005, p. 23), retomando as reflexões de Bourdieu, ressalta que ela se organiza com base em uma cultura voltada aos comportamentos dos que pertencem às classes dominantes e não das subalternas. Para esse autor, os herdeiros da cultura das classes privilegiadas não têm dificuldade em assimilar as contribuições da escola, já que não lhes é estranha, pois “faz parte do seu elemento natural”. Diante disso, para as classes subalternas e populares, o diploma é “uma conquista muito cara” (SNYDERS, 2005, p. 23). Com a ideologia de escola igualitária, as questões externas aos muros escolares são ignoradas, as estruturas sociais injustas e desiguais não aparecem e o local de partida desses jovens recebe um sentido meritocrático: quanto mais esforço, mais chances para avançar nos postos de trabalho e ser bem-sucedido nas carreiras. Desse modo, o autor reforça que “o sistema escolar perpetua e sanciona as desigualdades iniciais [...]” (SNYDERS, 2005, p. 24).

Questionados sobre a relação entre ser bom aluno na escola e conseguir ter um emprego com bom salário, os relatos expressam interessantes, porém, diferentes pontos de vista. Vejamos o que nos disse o Colono: “concordo, plenamente, não tenho estudo daí enquanto tenho que ganhar 50 pila quase morrendo no sol e ali com um concurso de PM paga 100 reais o concurso, se passar no concurso ganha quatro,

cinco mil por mês na sombra” (COLONO, entrevista). Em suas palavras, observamos de forma concreta a segregação social a partir dos postos de trabalho que ocupam, atividades manuais em caráter simples, entretanto, com baixos salários e em contextos, não raro, insalubres. Já aqueles que estudam e alcançam seus títulos, por sua vez, recebem maiores salários e condições trabalhistas mais justas, mesmo não sendo uma regra.

Outra expressão do tema está presente no relato da Manicure, quando questionada acerca da mesma pergunta: “mentira, mentira, porque hoje em dia tem gente concursado fazendo quase a mesma coisa que eu, então isso daí já não vale muito hoje em dia, hoje em dia com a internet a gente descobre tudo, sabe de tudo, toda hora” (MANICURE, entrevista). Notamos certa coerência na fala da jovem, considerando a precarização, as privatizações, a redução estatal, em síntese, as pautas neoliberais que visam a sucatear e a desmontar os contratos de trabalho, exigindo menos do empregador e mais formação acadêmica ao proletariado.

No Brasil, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2019, cresce a cada ano o número de jovens que não conclui o ensino básico. Na faixa etária de jovens entre 14 e 29 anos, 20,2% não completaram o Ensino Médio, seja por abandono ou por nunca o terem frequentado (IBGE, 2020). Essa pesquisa também revelou que de um montante de quase 50 milhões de jovens entre 14 e 29 anos, 10,1 milhões (58,3% homens e 41,7% mulheres) se encontram em situação de evasão ou abandono escolar; considerando-se a cor ou raça, 27,3% eram brancos e 71,7% pretos ou pardos (IBGE, 2020).

A respeito dos motivos que levam à evasão ou ao abandono, os jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário. Na PNAD 2019, verificamos que 50,0% dos homens declararam a necessidade de trabalhar como principal fator de evasão. No caso das mulheres, as justificativas foram: não ter interesse em estudar (24,1%); gravidez (23,8%); e trabalho (23,8%). Esses dados sinalizam que o mercado de trabalho ainda é formado essencialmente por homens. Além disso, 11,5% das mulheres indicaram a relação dos afazeres do lar como principal motivo do abandono (IBGE, 2020).

De forma quantitativa, todas as razões supracitadas atingem cerca de 70% desses jovens, independentemente da região, sugerindo a necessidade de medidas que incentivem a permanência dos jovens na escola (IBGE, 2020). Entender esses

números que expressam a evasão escolar no Brasil nos impele a indagar: Que tipo de sociedade que, mesmo tendo democratizado o acesso à escola, ainda produz um contingente de jovens que dela se evadem? É possível afirmar que o fenômeno da evasão escolar está diretamente ligado à estrutura social capitalista.

Mészáros (2008) pondera que o processo educativo é o elemento central de formação humana. Entretanto, na lógica do capital, a educação se destina a fornecer conhecimentos e pessoal necessário ao manuseio da maquinaria de produção, além de também de gerar e de transmitir um quadro de valores morais que visam a incutir e legitimar em suas subjetividades os interesses dominantes.

Nessa lógica, interessa à classe dominante que os processos educativos sejam mantidos sobre seu controle, sobretudo por conta da formação social da classe trabalhadora. É nela que se encontram imbricadas a formação e a socialização das novas gerações, com vistas aos fatores de produtividade e de passividade, de tal modo que os trabalhadores, em geral, se percebem como capital humano, ou seja, uma “mercadoria força de trabalho, em busca de aprimoramento de suas capacidades produtivas e de oportunidades de empregabilidade” (MOTTA; LEHER; GAWRYSZEWSKI, 2018, p. 313).

Nessa perspectiva de investimentos em si mesmos, os trabalhadores, por sua vez, “imbuídos de uma ideologia de formação de capital humano, tornar-se empresariado” (LOPES, BORTOLOTO, ALMEIDA, 2016, p. 566). Assim, quanto mais habilidades e competências exigidas possuírem, melhores condições de trabalho surgirão. É sob essa justificativa que a elite atribui ao próprio trabalhador a responsabilidade por sua formação, sendo ele próprio seu principal investidor.

Para tornar ainda mais efetiva essa responsabilização, necessita-se de uma ideologia com pilares forjados na racionalidade neoliberal, cujo objetivo seja a estruturação e a organização não somente da ação dos governantes, mas também a própria conduta dos governados. Tal racionalidade assume como principal característica a generalização da concorrência como norma de conduta do trabalhador, e as empresas, por sua vez, se tornam modelos almejados de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ao campo educacional se impõe a pedagogia das competências<sup>7</sup> por meio de reformas jurídicas, com vistas a desenvolver nos jovens habilidades relevantes, de modo que se assumam protagonistas e compitam com seus pares por melhores condições em um mercado de trabalho flexível, alienante e excludente. Motta, Leher e Gawryszewski (2018) reforçam que aos jovens pertencentes à classe trabalhadora é reservado um projeto formativo capaz de desenvolver competências técnicas que atendam às demandas específicas do século XXI. Em outras palavras, dentro da pedagogia do capital, o processo educativo deve fortalecer competências socioemocionais e procedimentos comportamentais, embasados pelos discursos de resiliência, de adaptabilidade e de persistência, que devem ser inculcados nos jovens desde o início da escolarização.

Os problemas da má gestão pública do campo educacional, desse modo, seriam supostamente resolvidos pela aprovação e pela implementação de profundas reformas curriculares. Podemos citar como exemplo a contrarreforma do Ensino Médio<sup>8</sup>, que, com a flexibilização curricular, tem precarizado a formação dos jovens das escolas públicas brasileiras, ao reduzir a carga horária destinada à formação básica e substituí-la por uma parte diversificada, supostamente baseada na escolha dos alunos.

A desigualdade é tanta que o perfil socioeconômico dos jovens que se evadem a escola e não concluem o Ensino Médio expressa uma realidade brutal: condições que refletem as injustiças sociais da estrutura de classes, circunstâncias precárias de sobrevivência que determinam e enquadram as juventudes nos espaços a elas reservados conforme a sua classe social, perpetuando-se práticas desiguais, porém,

---

<sup>7</sup> A formação com base em habilidades e competências está presente na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Ensino Médio. Sua definição contempla “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08). A avaliação por competências ocorre orientada por normativas, isto é, um conjunto de padrões observados nos mais diversos espaços de produção, concedendo parâmetros, sujeito a comparações, a fim de avaliar o que o trabalhador é ou pode vir a ser (RAMOS, 2009, p. 56). Disso surge a pedagogia por competências, com um currículo, conforme Ramos (2009, p.119), que se fundamenta na redefinição dos conteúdos e seus sentidos, assumindo uma postura prática destes saberes, “abandonando a preeminência dos saberes disciplinares para se centrar em competências supostamente verificáveis em situações e tarefas específicas”.

<sup>8</sup> O Novo Ensino Médio foi aprovado pela Medida Provisória nº 746/2016, sendo sancionado pela Lei nº 13.415/2017. Para Motta e Frigotto (2017, p. 369), “trata-se de uma contrarreforma que expressa [...] uma violência cínica de interdição do futuro dos filhos da classe trabalhadora por meio da oficialização da dualidade intensificada do Ensino Médio e de uma escola esvaziada [...]”. É importante considerar os embates travados pela classe trabalhadora pela sua revogação desde a divulgação do decreto até o contexto atual.

necessárias ao modelo econômico capitalista. A superação está imbricada à construção de novas relações sociais baseadas na apropriação coletiva da produção, do saber e da cultura.

Na próxima seção, apresentamos uma série de dados socioeconômicos de 138 jovens, com idade entre 18 e 24 anos, residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa, em Francisco Beltrão - PR, cujo histórico de evasão escolar lhes é comum. Nosso objetivo vai ao encontro da temática sobre as injustas condições de existência que esses jovens têm em relação aos da classe dominante, bem como as desigualdades sociais que os cercam, a exemplo do desemprego, dos baixos salários, da desapropriação econômica, da fome e da pobreza.

### **Os Jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa**

Francisco Beltrão é um município localizado no Sudoeste do Paraná, e, segundo o IBGE (2022), conta com um contingente populacional de aproximadamente 96.666 pessoas, distribuído em 735,111 km<sup>2</sup> de área territorial. Os complexos industriais moldam a paisagem urbana, enquanto no campo permanecem principalmente aqueles que possuíram as condições para se “modernizar”.

Em particular, nesse município, ao longo dos anos de 1990, foram construídos novos conjuntos habitacionais, com o intuito de abrigar a população pobre que saia do campo em direção à cidade em busca de oportunidades nas indústrias (LEME, 2015). Nesse cenário de imposições, moldou-se o espaço urbano, definindo grupos sociais a partir dos locais de residência: ao Norte da cidade, estão os bairros populares, as comunidades, as favelas, por conta do forte estímulo de industrialização; ao Sul, encontram-se os loteamentos destinados ao público mais rico, com maior poder aquisitivo, próximos a universidades e hospitais (LEME, 2015).

De acordo com Pagnan (2019, p.15), o bairro Padre Ulrico é considerado como uma “área da periferia pobre da cidade de Francisco Beltrão-PR” que faz divisa com o Rio Marrecas, com as Rodovias BR-180 e Antônio de Paiva e com as áreas rurais. O autor se refere ao bairro como um “exemplo de periferia pobre”, que “resultou da constituição de alguns conjuntos habitacionais, aos quais posteriormente se somaram áreas de ocupações ilegais e loteamentos regulares” (PAGNAN, 2019, p. 40).

Mesmo sendo uma região pobre do município, acreditamos que existem heranças históricas de organização popular que marcam a trajetória dos que ali

habitam, bem como a luta por regularizações fundiárias, iniciando com o movimento de forte cunho católico dos padres belgas que construíram movimentos, instituições e coletivos que permanecem basilares na comunidade. Assim, é possível ressaltarmos a organização coletiva e popular como um ponto central.

A relação entre a questão da moradia, o meio de produção e as particularidades do bairro Padre Ulrico, onde se localiza o Conjunto Habitacional Terra Nossa, é que ambos estão expostos ao fenômeno da pauperização. Netto (2001), em sua análise sobre a questão social, enfatiza o fenômeno da pauperização como pilar constituinte do modelo capitalista de produção, além de sustentar grandes e relevantes transformações agrícolas no campo e no mundo do trabalho.

Netto (2021) argumenta que foi no processo de industrialização e de produção em massa que se registrou pela primeira vez na história o aumento da pobreza em proporção semelhante à elevação da capacidade de produção de bens e serviços pela sociedade. Todavia, o pesquisador ressalta que se elevou-se também o contingente de força produtiva que, “além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente” (NETTO, 2001, p. 42). Os trabalhadores foram forçados a se enquadrar naquilo que se ofertava pelas elites no momento: a evasão do campo rumo ao trabalho precário oferecido nas indústrias de produção manufatureiras, nos grandes centros urbanos em formação. São esses e outros desdobramentos sócio-políticos que fizeram/fazem com que o pauperismo receba a designação “questão social”.

O surgimento do Conjunto Habitacional Terra Nossa deu-se por meio do processo de luta e de conquista de terras por parte de famílias residentes no bairro Padre Ulrico e em outras localidades, tais como Cantelmo, São Miguel e Novo Mundo. Em 2016, especificamente no início do mês de setembro, famílias ocuparam uma área de 596.580,00 m<sup>2</sup> (quinhentos e noventa e seis mil e quinhentos e oitenta metros quadrados), até então destinada à construção de um frigorífico, denominado Frigobel. O Conjunto Habitacional Terra Nossa foi regulamentado pela Lei nº 4.576, de 12 de junho de 2018, a qual declarou a área do antigo Frigorífico Frigobel como de interesse social para fins de regularização fundiária, estabelecendo os critérios e os procedimentos de normatização para fins de moradia.

Mas quem são os jovens moradores do Conjunto Habitacional Terra Nossa? De quais juventudes se trata? Uma das questões centrais desta discussão diz respeito



às possibilidades reais que os jovens da classe trabalhadora têm para viver de maneira mais justa adiante da desigualdade de classes, considerando os níveis de alfabetização, de permanência na escola e de postos de trabalho assumidos em suas trajetórias. Sobre isso, os dados apresentados a seguir nos permitem afirmar que esses jovens quase não experimentam a condição de moratória social.

**Tabela 1:** Dados socioeconômicos de jovens residentes no Conjunto Habitacional Terra Nossa em Francisco Beltrão – PR

Escolaridade		Trabalho		Renda Per Capta	
Fundamental Incompleto	49	<b>SIM</b>	106	Não possuem renda	8
Fundamental Completo	14				
Médio Incompleto	38				
Médio Completo	34			Abaixo de ¼ SM (R\$ -260)	45
Superior Incompleto	1			Acima ou equivalente a ¼SM (R\$ 260)	60
Superior Completo	2	<b>NÃO</b>	32	1 ou mais salários-mínimos (R\$ 1.040)	25

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base nos dados disponíveis pela Secretaria Municipal de Ação Social de Francisco Beltrão, 2019.

É expressivo que, em um total de 138 jovens, somente 37 concluíram o Ensino Médio e que apenas três ingressaram no Ensino Superior, sendo que dois o concluíram. Constatamos, também, que a maioria trabalha, mas a faixa de renda *per capita* proveniente da venda de sua mão de obra, em sua maioria, está um pouco acima ou equivalente ao valor de R\$260,00 ou ¼ do salário-mínimo atual. O fator renda gera insegurança e instabilidades quanto ao acesso e à permanência na escola, pois tratamos de sujeitos que, por seus contextos sociais e econômicos, encontram-se inviabilizados de projetos de futuro que incluam postos de trabalho nos quais se exige mais instrução e que ofereçam uma remuneração mais justa. Essa situação se harmoniza com a própria posição que o Brasil ocupa na divisão internacional de trabalho, cuja base se mantém, conforme explicam Motta e Frigotto (2017, p. 358), “na produção e exportação de commodities minerais, agrícolas e alguns produtos manufaturados”, portanto, necessita de uma força de trabalho pouco qualificada.

Além disso, é oportuno nos lembrar de uma das críticas de Frigotto (1989) à teoria do capital humano, a qual, ao vincular diretamente educação escolar, emprego e diminuição das desigualdades sociais, desconsidera a realidade concreta da sociedade capitalista, em um contexto em que o aumento e a intensidade do avanço

tecnológico no processo produtivo, longe de trazer benesses ao trabalhador, produzem subemprego e desemprego. Nesse sentido, sinalizamos que as profissões elencadas na tabela a seguir remetem à inclusão precoce e precária dos jovens do Conjunto Habitacional Terra Nossa no mercado de trabalho em busca de renda.

**Tabela 2:** Cargos declarados nos cadastros habitacionais, agrupados por gênero

Masculino		Feminino	
Cargo	Qt.	Cargo	Qt.
Repositor	1	Não Trabalham	28
Operador de Máquina	1	Do Lar	36
Expedição de Medicamento	1	Doméstica	1
Empacotador	1	Estagiária	2
Auxiliar de Trecho	1	Auxiliar de Produção	3
Auxiliar de Loja	1	Informal	4
Mecânico	3	CLT - Não Especificado	2
Não Trabalham	5	Auxiliar de Cozinha	2
Informal	7	Babá	1
Auxiliar de Produção	13	Operador de Higienização	1
Construção Civil	6	Operador de Telemarketing	1
Padeiro	1	Caixa Mercado	1
Pintor	1	Auxiliar de Dentista	1
CLT - Não Especificado	2	Auxiliar de Serviços Gerais	2
Montador	1	Manicure	1
Motorista	3	Op. de Monitoramento	1
Comunicador Visual	1	Pet. Shop	1
<b>Total Masculino:</b>	<b>49</b>	Auxiliar de Escritório	1
<b>Total Feminino:</b>	<b>89</b>		

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base nos dados disponíveis pela Secretaria Municipal de Ação Social de Francisco Beltrão, 2019.

Na vida desses jovens, trabalho, educação e juventude se entrecruzam em histórias que encontram na evasão escolar uma experiência comum. A escolaridade, entre outras categorias, marca as trajetórias desse grupo específico de jovens de forma excludente, inviabilizando a conquista de posições sociais mais remuneradas, não apenas pelo salário, mas também pelo “valor humano” atribuído aos sujeitos conforme a sua classe social, a sua etnia, o seu gênero, a sua escolaridade, a sua posição na divisão social e técnica do trabalho, entre outros aspectos.

Destacamos que estão presentes nos dados condições de trabalho declaradas como informal (11), além de um número expressivo de jovens que não trabalham (33), mulheres em situação de trabalho doméstico (36), por vezes considerado como um não trabalho, sem ao menos remuneração ou valorização, aspectos constitutivos do

ideário neoliberal e ajustados às novas reformas na estrutura jurídica concretizada nos últimos anos.

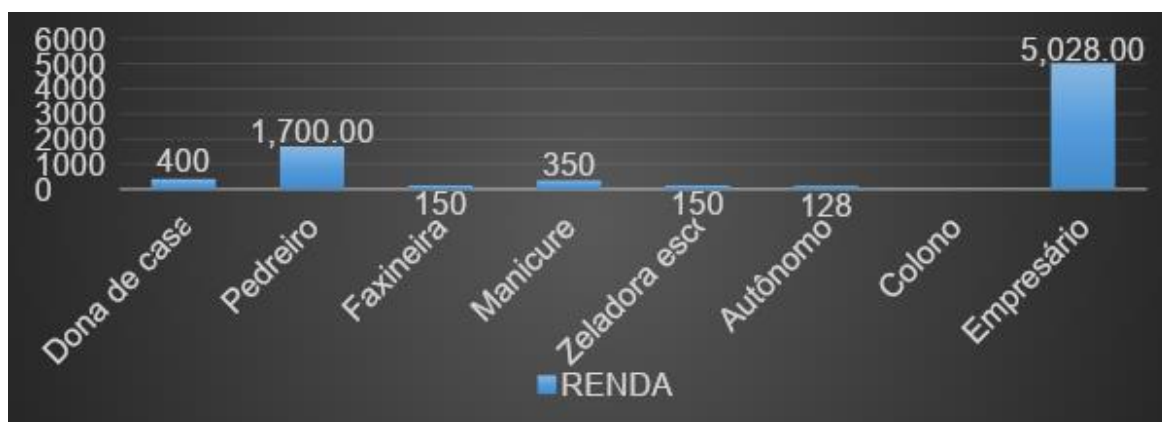
A partir desses contornos, na próxima seção, adentramos ao universo desses jovens para discutir a relação trabalho, educação e juventude.

### **Juventudes da Periferia Beltronense: Trajetórias na escola e no mercado de trabalho**

Na pesquisa de campo, entrevistamos oito jovens, cinco do gênero feminino e três do masculino. A entrevista semiestruturada foi composta por 20 questões abertas relacionadas às trajetórias na escola e no mercado de trabalho. Foram também incluídas perguntas sobre a etnia autodeclarada, as origens culturais e escolaridade dos pais e familiares e sobre o território, a exemplo do movimento de ocupação do terreno no qual seria construído o Frigorífico Frigobel, em 2016, assim como o tempo de residência nas localidades pesquisadas. É importante mencionar que, dentro dos limites deste artigo, nos propomos a refletir sobre as questões que dizem respeito, especialmente, à trajetória desses jovens na escola e no mercado de trabalho.

No gráfico a seguir, indicamos os valores mensais, em reais, declarados pelos entrevistados como renda mensal (valor pago por sua força de trabalho), tendo em mente que a categoria renda implica uma condição de classe, e no caso dos entrevistados, os baixos salários estabelecem limitações no que diz respeito à efetiva vivência da moratória social.

**Gráfico 1:** Renda declarada pelos oito entrevistados



**Fonte:** Elaborado pelos autores, com base em dados da pesquisa, 2021.

Com base nos dados recolhidos, já conseguimos, nas seções anteriores, minimamente localizar nossos entrevistados em uma posição social e condição de

classe trabalhadora, pertencentes a uma geração de indivíduos que compartilham de condições históricas semelhantes, no entanto, originais e de uma condição social mais ou menos geral: a de vender sua força de trabalho para sobreviver. Esses vivenciam e são constituídos por um determinado período da história, sofrem influência de determinadas instituições sociais e ideologias, originais a esse momento histórico.

Se observa que, mesmo aqueles com rendas superiores a quatro salários-mínimos, como o caso do Empresário – embora extraia a mais-valia e possua os meios de produção, atinge posições com melhores remunerações, mas não vive apenas do lucro –, há uma trajetória semelhante de inserção precoce no mercado de trabalho e evasão escolar; assim, mesmo com uma renda “alta”, comunga-se da condição geral da juventude, que é a experiência de vender força de trabalho. No gráfico, verificamos que apenas dois dos oito entrevistados possuem renda superior a dois salários-mínimos, o restante varia entre R \$150,00 a R \$400,00 mensais, com exceção do Colono, que declarou não possuir renda no momento.

É expressivo o fato de que a maioria dos jovens desse grupo não possuir sequer o mínimo de renda estipulado. É nítido, portanto, que vivenciar um período de experimentação social, tolerante e construtivo, está muito distante da realidade desse grupo e, conseqüentemente, dos outros que residem e compartilham do mesmo contexto e condição social. A tabela a seguir representa, de forma concreta, uma condição precária de sobrevivência.

**Tabela 3:** Número de filhos e dependentes de sua renda mensal declarados pelos entrevistados

PSEUDÔNIMOS	IDADE	Nº DE FILHOS	Nº de dependentes R\$
DONA DE CASA	22	3	4 pessoas
PEDREIRO	23	0	1 pessoas
DOMÉSTICA	21	2	3 pessoas
MANICURE	23	1	3 pessoas
ZELADORA ESCOLAR	24	1	3 pessoas
AUTÔNOMA	23	2	4 pessoas
COLONO	22	1	3 pessoas
EMPRESÁRIO	23	1	3 pessoas

**Fonte:** Elaborada pelos autores, com base em dados da pesquisa, 2021.

O fato de já terem constituído seu próprio núcleo familiar, apesar de os entrevistados estarem na faixa etária de 20 a 24 anos, é algo muito relevante, pois nos direciona a possibilidades de reflexão acerca de suas condições de

experimentação social ou de sua vivência do período de moratória social. Por quais razões constituem uma família tão cedo? Seu contexto socioeconômico influencia nessa decisão? E seu contexto cultural? Que condições esses jovens têm de vivenciar outras experiências que não essas?

Podemos questionar até que ponto os jovens aqui pesquisados vivenciam esse período de moratória social, o qual poderia ser usado para se dedicar aos estudos, para se preparar para a inserção social, política e cultural nos mais variados espaços, sendo um momento de tolerância às responsabilidades adultas. Os jovens pesquisados têm trajetórias diferentes: evadiram da escola, a possibilidade de preparação ficou para trás, inseriram-se de forma conturbada, turbulenta e incerta no mercado de trabalho e sem muitas perspectivas de alteração com relação à profissão. Logo, a moratória social torna-se uma categoria abstrata se não consideramos os sujeitos concretos e as possibilidades e limites a eles impostos a partir da sua condição social.

Referente à etnia autodeclarada, obtivemos em campo os seguintes dados: dois dos oito entrevistados se autodeclararam pretos, três pardos e três brancos. Mas, o que, de fato, significam esses números? Eles tornam visível a expressiva vulnerabilidade socioeconômica das populações de etnia preta, parda e indígena (IBGE, 2022). No relatório do IBGE, intitulado Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil (2022), estão disponíveis dados expressivos com relação ao crescimento da pobreza e da fome no Brasil nos últimos anos. O documento alerta para o fato de que a desigualdade racial é uma realidade a ser combatida, sendo necessário o alargamento das políticas raciais em prol da defesa dos direitos dos cidadãos.

No tocante à trajetória escolar, os jovens apresentam semelhanças em seus históricos escolares no quesito reprovação. Os oito entrevistados são egressos do Ensino Médio, dos quais seis têm um histórico de reprovação, um foi aprovado em conselho de classe e apenas uma não tem esse histórico. Ao perguntarmos se alguma vez foram reprovados e o porquê disso, os jovens nos responderam:

“Sim. Falta” (DONA DE CASA, entrevista);

“Fui, 8º, cinco anos. Por causa que eu trabalhava, no interior” (COLONO, entrevista).

“Fui, fui reprovada na quarta e depois não, daí eu parei de estudar no primeiro ano” (MANICURE, entrevista).

“Reprovei, no 2º grau e na 4ª série” (ZELADOR ESCOLAR, entrevista).

“Reprovei 3 vezes. Eu reprovei acho que, agora não lembro mais, mas, acho que foi na 7º e na 8º” (PEDREIRO, entrevista).

“Fui reprovada, eu reprovei no primeiro ano e no sétimo ano. Meu, por causa de nota, meu deus!” (DOMÉSTICA, entrevista).

“Só passei por conselho de classe, não reprovei” (AUTÔNOMA, entrevista).

A reprovação revela uma trajetória escolar turbulenta, marcada por fracassos que culminaram na evasão desses jovens. Essa, por sua vez, acaba ajudando a limitar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho em postos com maiores remunerações. Tais limitações encaminham os jovens a condições mais precarizadas de trabalho, como explicitado nos seguintes relatos:

“eu trabalhei com panfletagem, fiquei até os 18, depois eu trabalhei ali na terceirizada pra prefeitura, lá na praça lá do centro” (DONA DE CASA, entrevista).

“Só na roça, daí agora depois que fique de maior na construção civil” (COLONO, entrevista).

“Olha, eu tipo, eu trabalhei só na reciclagem um tempo, aí engravidei e não pude mais trabalhar” (AUTÔNOMA, entrevista).

A necessidade de trabalhar é, para muitos jovens, direta ou indiretamente, a razão central para se deixar a escola. O Pedreiro e o Empresário são enfáticos ao afirmar que o trabalho é o motivo, diferentemente da Dona de Casa, que atribui a motivação às dificuldades de acesso à escola:

“Olha, mais foi serviço, daí eu vim pra cidade comecei a trabalhar e estudar de noite, né? Ai foi e eu parei e não fui mais” (PEDREIRO, entrevista).

“Questão de trabalho e tipo assim, eu sempre coloquei o serviço em primeiro lugar né?” (EMPRESÁRIO, entrevista).

“é que lá no interior onde a gente morava era longe pra “cacete” para pegar o ônibus [...] acabei desgostando e parei” (DONA DE CASA, entrevista).

No caso da Doméstica e da Zeladora Escolar, a categoria trabalho se expressa de forma indireta, visto que, ao constituir família, as despesas aumentaram e a renda tornou-se a necessidade mais imediata. Todavia, outros jovens manifestaram o desinteresse, a falta de prazer e mesmo a relação difícil com a escola:

“Foi por conta da gravidez, [...] daí eu desisti, já me governava mesmo, daí eu desisti” (DOMÉSTICA, entrevista).

“É por causa que eu engravidei, aí não quis mais porque eu não gosto de estudar” (ZELADORA ESCOLAR, entrevista).

“Desinteresse mesmo” (MANICURE, entrevista).

“Ah, nova, o pensamento da gente, acabei não indo mais daí também” (AUTÔNOMA, entrevista).

“Não, o diretor me expulsou” (COLONO, entrevista).

Como mencionado, na maioria dos relatos, a categoria trabalho se faz presente, de forma mais explícita nos discursos do Pedreiro e do Empresário, entretanto, se expressam de forma implícita nos discursos da Doméstica e da Zeladora Escolar quando se referem à gravidez como justificativa da evasão, visto que isso implica o sustento de um filho e a construção das condições materiais para o educar e preparar para o futuro. Nesses casos, ter uma fonte de renda é essencial, por isso, a trajetória escolar passa a ser um segundo plano, ou até terceiro, enquanto o trabalho e a renda recebem mais atenção devido à necessidade.

Outros depoimentos demonstram a relação complicada desses jovens com a escola. Conforme pontua Freitas (2009), a instituição escolar foi constituída, no Brasil, tendo como referência os jovens das classes médias e não os jovens pobres. Ao adentrarem ao espaço escolar, especialmente a partir dos anos 2000, com o processo de massificação da escola, os jovens pobres se sentiram em um não lugar, pois, devido à condição social, estavam desprovidos dos dispositivos exigidos pela escola, tais como a disciplina e a concentração, além de outros aspectos, logo, acabaram/acabam sendo excluídos. Esse processo é agravado pelos agentes internos da escola, que, pela origem pequeno burguesa, reproduzem preconceitos direcionados a esse público menos favorecido. Dayrell e Jesus (2016) chamam a atenção para o distanciamento entre a escola e as juventudes, algo que contribuiu para a desmotivação desses sujeitos em frequentá-la.

No relato da Zeladora Escolar sobre a sua inserção no mercado de trabalho, fica expresso que trabalhou em algumas áreas sem exigência de muita escolaridade; seu último emprego foi na reciclagem, no qual iniciou selecionando o lixo, mas, posteriormente, recebeu a proposta para ser secretária. Ela menciona que se deparou

com um universo que a assustou, pois não sabia lidar com computador, com números, cálculos e planilhas, por isso, não permaneceu na função.

Eu comecei com 15, fui manicure, aos 17 anos comecei a trabalhar na escola no km20 de serviços gerais, daí trabalhei até os 20 anos. Depois dos 20 daí, também parei um tempo [...] daí trabalhei 1 mês na reciclagem, daí agora estou desempregada. Eu estava trabalhando de secretária, trabalhei acho dois dias de secretária na reciclagem, comecei lá, que nem os outros, sabe? “catando” lá, daí trabalhei dois dias de secretária na reciclagem, mas assim, é seria legal aprender de secretaria no caso, mas daí os primeiros dias é meio assustador, daí pedi demissão (ZELADORA ESCOLAR, entrevista).

Enfatizamos das palavras da jovem o seguinte trecho: “os primeiros dias é meio assustador”. Se há algo que lhe assusta, significa que isso não lhe é comum. Assim, provavelmente, em seu contexto sociocultural, ela convive com indivíduos e situações que não apresentam a necessidade cotidiana do uso de tabelas, unidades de medidas e cálculos, ou seja, atividades de reflexão mais elaboradas. Se eles lhe causam estranhamento, como igualar a condição de existência das juventudes periféricas aos grupos juvenis burgueses? Como dizer que o filho do empregado e o do patrão recebem a mesma educação? Diante disso, torna-se mais nítida a ideia de um sistema educacional dual, classista e excludente.

No entanto, podemos inferir desse trecho que o modo de produção capitalista, em sua lógica de funcionamento, exigirá tais conhecimentos de nossos jovens (pertencentes à classe trabalhadora). Nessa perspectiva, a escola, na condição de instituição formativa, deve transmitir esses saberes, ou seja, formar para o mercado de trabalho. Mas entendemos que a escola, inserida na luta de classes, ao mesmo tempo, tem a possibilidade de contribuir na formação crítica dos jovens, na perspectiva de superação da sociedade de classes, mesmo que em condições precárias, injustas e desiguais. Sendo assim, acreditamos que a escola é vital às juventudes, ainda que com todas as suas contradições.

Se o contexto social projeta nos jovens os desafios, as dificuldades e as limitações que também são impostas aos seus pais, imediatamente podemos supor que existe a reprodução desses fenômenos. Não é à toa que as juventudes têm experiências semelhantes as que tiveram a geração de seus pais, com diferenças, mas com similaridades em seu fim: para o burguês a gestão intelectual dos negócios da família e para a classe trabalhadora a exclusão social e a marginalização territorial, calcadas em uma intensa exploração de sua mão de obra.



Considerando que a maior parcela de evasão ocorre nos anos finais do ensino básico, destacamos que, no caso de nossos oito entrevistados: apenas o Empresário atingiu o 3º ano do Ensino Médio, evadindo no meio do ano; o Autônoma e a Doméstica deixaram os bancos escolares no 2º ano do Ensino Médio; a Manicure, Zeladora Escolar e Pedreiro se afastaram da escola logo no 1º ano do Ensino Médio; por fim, Colono e a Dona de Casa, ambos provenientes do campo, nem adentraram ao Ensino Médio, evadindo-se no 9º ano do Ensino Fundamental.

Esses históricos não são distintos dos de seus familiares, ou melhor, das gerações anteriores. Dos entrevistados, um declarou não saber a escolaridade dos pais; quatro afirmaram que os genitores estudaram apenas até as séries iniciais (3º e 4º ano do Ensino Fundamental I) e três disseram que os pais estudaram até o 8º ano.

Nesse último grupo, destacamos a questão de gênero, pois os três entrevistados afirmaram que as mães atingiram os anos finais do Ensino Fundamental enquanto os pais não estudaram e têm pouca compreensão do universo letrado. Com ênfase nos depoimentos dos jovens, ressaltamos a seguir as respostas que nos levam a inferir que as mães têm um grau mais elevado de escolaridade em relação aos pais:

“minha mãe também, ela fez até o oitavo parece” (DONA DE CASA, entrevista).

“a mãe [...] foi até a 8ª série” (COLONO, entrevista).

“Minha mãe estudou até o 8º ano” (EMPRESÁRIO, entrevista).

Apesar de a evasão dos familiares ser também precoce, houve um significativo aumento com relação às fases do ensino em que evadiram, considerando que poucos familiares passaram do Ensino Fundamental I, ao passo que a maioria dos entrevistados evade já nos anos finais de formação. Entretanto, observamos, mais uma vez, o descaso com a classe trabalhadora, haja vista que, nas antigas e novas gerações, os índices de analfabetismo, de pouca escolaridade e de não conclusão dos estudos são enormes. Então, como falar sobre meritocracia se boa parcela da população se encontra isolada do mundo moderno? O arcaico e o moderno se entrecruzam no sistema educacional brasileiro e, ao mesmo tempo, contribuem para reproduzir a sociedade de classes da qual fazemos parte.

## Considerações

Os jovens aos quais dedicamos este artigo estão inseridos em postos de trabalho de caráter simples, com atividades laborais, majoritariamente manuais, de maneira precarizada ou na informalidade, com baixos salários e, por mais cruel que isso possa parecer, de maneira privilegiada, já que, de acordo com suas condições sociais, é isso ou integrar os milhares de desempregados. Esse mesmo grupo se organiza com base no modelo nuclear de família, constituído por pai, mãe e filhos, o que contribui para que o trabalho assalariado seja mais comum entre os homens, enquanto as mulheres se declararam “do lar”, por conta dos afazeres domésticos e da criação dos filhos.

Ressaltamos, ao longo deste texto, os atravessamentos das experiências no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a sua relação com o percurso escolar. O principal atravessamento identificado diz respeito ao período de tolerância às tentativas e aos erros cometidos quando adentramos à juventude, ou seja, existe uma real interferência na vivência do período de moratória social dos jovens da classe trabalhadora, considerando as categorias renda, escolaridade, gênero e etnia.

Quanto à experimentação do período de juventude com base na tese da moratória social e nos dados apresentados ao longo da quarta seção, nos quesitos renda, classe social e gênero dos jovens entrevistados, podemos concluir que eles não têm a vivência de um período longo de suspensão de suas obrigações de adultos. Assim, a moratória social disponível a esse grupo é quase inexistente. Tanto o acesso quanto a permanência desses jovens na escola não estão assegurados, tendo em vista as reais necessidades de obtenção de renda para sobreviverem.

O período de moratória social reservado a esses jovens é limitado pela condição de classe. No entanto, é extremamente relevante a sua garantia por meio de políticas públicas direcionadas às juventudes, de modo que permitam um maior tempo para se dedicarem aos estudos sem precisar se inserir precocemente no mercado de trabalho. Uma das alternativas seria a promoção de bolsas de estudo em período integral aos colégios da periferia, com intuito de elevar o período de moratória social.

Finalizamos este trabalho apontando para a necessidade de construção de consenso acerca das possibilidades e estratégias de superação da bagagem cultural burguesa pela construção e pelo fortalecimento de perspectivas pedagógicas que se

voltem aos interesses da classe operária, na perspectiva de uma sociedade justa econômica e culturalmente. Também consideramos importante a aproximação dessas juventudes aos mais diversos Movimentos Sociais organizados, seja em prol de políticas públicas de habitação no campo ou na cidade, bem como instituições e Organizações Não Governamentais (ONGs) da localidade e da região que trabalhem na perspectiva da emancipação dos trabalhadores.

## Referências

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro**: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. Uberlândia: Navegando, 2019. Disponível em: [https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/1087/1/Livro\\_EnsinoMedioBrasileiro.pdf](https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/1087/1/Livro_EnsinoMedioBrasileiro.pdf). Acesso em 16 de maio de 2022.

BRASIL. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em 14 de março de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017pdf&Itemid=30192). Acesso em 12 de agosto de 2020.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. JESUS, Rodrigo Ednilson. Juventude, Ensino Médio e os processos de exclusão escolar. **Educ. Soc.**, Campinas, v.37, n.135, p.407-423, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.33, n.2, p.63-82, jul/dez 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/7064>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

FRANCISCO BELTRÃO. Secretaria Municipal de Ação Social. **Cadastros do Setor de Habitação**. Registro em mar./jul. 2019.

FREITAS, Lorena. A instituição do fracasso: a educação da ralé. In.: SOUZA, Jessé. et al. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 283-304.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 3.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 265-271.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf). Acesso em 02 de janeiro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios** – PNAD continua. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em 07 de maio de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Prévia da população calculada com base nos resultados do Censo Demográfico 2022 até 25 de dezembro de 2022**. Disponível em: [https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Demografico\\_2022/Previa\\_da\\_Populacao/POP\\_2022\\_Municipios\\_20230622.pdf](https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/POP_2022_Municipios_20230622.pdf). Acesso em 14 de junho de 2023.

LEME, Ricardo Carvalho. **Expansão urbana e verticalização: o mercado imobiliário de Francisco Beltrão/PR (1998 a 2012)**. 2015. 365 f. Tese. (Doutorado em Geografia) - UFSC, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/156750>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

LOPES, Chistiani Bortoloto; BORTOLOTO, Claudimara Cassoli; ALMEIDA, Shiderlene Vieira de. O Ensino Médio: trajetória histórica e a dualidade educacional presente nas diferentes reformas. **Perspectiva**. Florianópolis, v.34, n.2, p. 555-581, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175795X.2016v34n2p555>. Acesso em 16 de julho de 2021.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Biblos, 1996. Disponível em: [https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios\\_catedras/practicas\\_profesionales/788\\_salud\\_adol/material/juventud\\_mas\\_que\\_palabra.pdf](https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf). Acesso em 12 de julho de 2020.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória n. 746/2016 (Lei n. 13. 415/2017). **Educação e Sociedade**, Campinas, v.38, n.139, p. 355-372, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8hBKtMRjC9mBJYjPwbNDkkt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 25 de junho de 2022.

MOTTA, Vania Cardoso. LEHER, Roberto. GAWRYSZEWSKI, Bruno. A pedagogia do capital e o sentido das resistências da classe trabalhadora. **Ser social, Educação e Lutas Sociais no Brasil**. Brasília, v.20, n.43, p.310-328, jul/dez. 2018. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/18862](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/18862). Acesso em 16 de junho de 2022.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social.” **Temporalis**. Brasília, v.2, n.3, p.41-50, jan/jul. 2001. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis\\_n\\_3\\_questao\\_social201804131245276705850.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social201804131245276705850.pdf). Acesso em 13 de abril de 2022.

PAGNAN, Jorgiane. **Segregação socioespacial e o direito à cidade**: estudo sobre o bairro Padre Ulrico Francisco Beltrão – PR. 2019. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UNIOESTE, Francisco Beltrão. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4378>. Acesso em 15 de março de 2020.

RAMOS, Marise Nogueira. Pedagogia das competências. In: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César Franca. (Orgs.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>. Acesso em 14 de março de 2022.

SANFELICE, José Luiz. Breves reflexões sobre “juventude”, educação e globalização. In: MACHADO, Otávio Luiz (org.). **Juventudes, democracia, direitos humanos e cidadania**. Frutal-MG: Prospectiva, 2013. p. 66-87.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.131-152, mar. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxprrzCX5GYtgFpr7VbhG/>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

SNYDERS, Georges. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/477235880/Escola-Classe-e-LutadeClassesGeorges-1>. Acesso em 12 de agosto de 2022.

## “QUIET QUITTING” E A PRÁXIS SILENCIADA DAS NOVAS GERAÇÕES<sup>1</sup>

João Marcos Leão Roldão<sup>2</sup>

### Resumo

Com o fim da pandemia de Covid-19, surge um novo fenômeno entre os jovens trabalhadores: o "*Quiet Quitting*". Este artigo analisa a "saída silenciosa" enquanto possível resistência ao estranhamento, liberdade negativa, empreendedorismo-de-si e desigualdades, contrastando-a com as práticas históricas dos movimentos grevistas. Conjeturamos que o *Quiet Quitting*, como ação neutralizada no individual, se enquadra no Realismo Capitalista. Defendemos, pois, que o anticapitalismo e sofrimento proletário por detrás desses atos seriam melhores sublimados pela camaradagem e práxis revolucionária.

**Palavras-chave:** Quiet Quitting; Capitalismo; Camaradagem; Trabalho; Greve.

## “QUIET QUITTING” Y LA PRAXIS SILENCIADA DE LAS NUEVAS GENERACIONES

### Resumen

En el fin de la pandemia de Covid-19, surge un nuevo fenómeno: "*Quiet Quitting*". Este artículo analiza la "salida silenciosa" como posible resistencia al extrañamiento, las libertades negativas, el autoemprendimiento y las desigualdades, contrastándola con las prácticas históricas de los movimientos huelguistas. Conjeturamos que el *Quiet Quitting*, como acción neutralizada en el individuo, encaja en el realismo capitalista. Por lo tanto, sostenemos que el anticapitalismo y el sufrimiento proletario detrás de esos actos se sublimarían mejor mediante la camaradería y la práctica revolucionaria.

**Palabras clave:** Quiet Quitting; Capitalismo; Camadería; Trabajo; Huelga.

## “QUIET QUITTING” AND THE SILENCED PRAXIS OF THE NEW GENERATIONS

### Abstract

With the end of the Covid-19 pandemic, a new phenomenon has emerged among raxi raxis: "*Quiet Quitting*". This article analyzes this strategy as a possible resistance to estrangement, negative freedom, self-entrepreneurship and inequalities, contrasting it with the historical practices of strike movements. We conjecture that *Quiet Quitting*, as a neutralized action in the individual, fits into Capitalist Realism. We therefore argue that the anti-capitalism and proletarian suffering behind these acts would be better sublimated by comradeship and revolutionary raxis.

**Keywords:** Quiet Quitting; Capitalism; Comradeship; Work; Strike.

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 15/05/2023. Primeira Avaliação em 05/09/2023. Segunda Avaliação em 04/08/2023. Aprovado em 18/10/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.58493>.

<sup>2</sup> Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo - Brasil. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da UFSCar.

E-mail: [jm.roldao00@gmail.com](mailto:jm.roldao00@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3981742855647524>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9623-2241>.

## Introdução

Passados três anos os quais a sociabilidade do capitalismo, durante a pandemia do Covid-19, se desequilibrou com o peso de suas próprias contradições, o caráter cíclico de suas crises e subseqüentes reorganizações produtivas nos convidam a observar os novos tensionamentos constrictos ao ser/estar do proletariado. Conduzido pela precarização, o mundo do trabalho neoliberal testemunha uma tendência emergida no Norte Global e que se espalha progressivamente aos países periféricos: o “*Quiet Quitting*”.

No começo dos anos 2000, um certo jogador de futebol brasileiro, quando perguntado por um jornalista sobre os atrasos salariais em seu clube, respondeu: “eles fingem que pagam e eu finjo que jogo”. Tragicomicamente, essa se tornou a tônica do fenômeno que desejamos avaliar. A “saída silenciosa” - em tradução livre - refere-se a uma gama de comportamentos adotados por jovens trabalhadores frustrados com a voracidade do ambiente empresarial, principalmente no tocante às exigências irrestritas por rendimento, condições/organizações produtivas demasiadamente penosas, bem como a ausência de retribuições proporcionais aos esforços. Os sentimentos de injustiça e desvalorização ante seus esforços impulsionam os sujeitos a questionarem os sentidos de “fazer-se mais do que se é pedido” na busca pela subsistência.

Nas discussões virtuais, muitos dos adeptos a essa prática preferem nomeá-la como “*acting your wage*” – “agir conforme o salário”, em tradução livre. Sumarizando, os assalariados atuariam conforme às contrapartidas recebidas, não mais cedendo à autoaceleração de seus ritmos laborais, à realização de atividades fora do expediente e demais ações voltadas ao proveito da corporação – por vezes sobrepostas às pactuações contratuais (Jain, 2023). Não utilizaremos a segunda denominação, pois, nesse ínterim, a dispensa do emprego não é totalmente evitada pelo *Quiet Quitting*, tal qual uma espécie de jogo de “soma não-zero”. Caso isso não ocorra, o trabalhador conseguiria estender, com relativa autodeferência, sua permanência em situações tidas pouco remediáveis. Mesmo demitidos, o distanciamento emocional do ambiente de trabalho, junto de sua temporária disrupção, blindá-los-ia do sentimento de descartabilidade e até permitiria a restauração parcial de sua honra.

Além disso, o panorama acima se coaduna com outros dois movimentos recentes: “*The Great Resignation*” e a mentalidade “*Antiwork*”. “A Grande Demissão” – em tradução livre - alude à onda de desligamentos voluntários ocorrida a partir de 2022 entre estadunidenses empregados no setor de serviços. Nas redes sociais, moças e rapazes insatisfeitos com seus salários, chefes, colegas e clientes desabafavam sobre os impactos negativos causados pelo labor, ironizavam práticas gerenciais caricatas, viralizavam pedidos de demissão “catárticos” e incentivavam aqueles que se encontravam em situações parecidas a deixarem seus postos. A corrente “anti-trabalho” – em tradução livre – também se caracteriza como um fato digital novo. Seus simpatizantes, reunidos em fóruns e comunidades da *internet*, abarcam um espectro político estendido desde a social-democracia e correntes reformistas até o comunismo e o anarquismo. As causas desse grupo - difundidas em meio a *memes* ou manifestos - também são amplas, indo desde o debate público sobre os revezes do neoliberalismo até mesmo a abolição total do trabalho (O’CONNOR, 2022).

Dito isso, conjecturamos que estamos diante de ineditismos frente às expressões de descontentamentos, por parte da juventude do século XXI, às interferências deletérias do capitalismo em suas vidas. A mídia tradicional, por sua vez, repercutiu esse cenário sob a óptica neoliberal. Basta vermos que os primeiros contatos que muitas pessoas tiveram com esses acontecimentos foi por meio de artigos redigidos por economistas e empresários favoráveis às práticas da acumulação flexível. A retórica do “ninguém mais quer trabalhar” simplifica demasiadamente o fenômeno com interpretações administrativistas e - explícita ou implicitamente - antagoniza a mocidade proletária como ingênua, preguiçosa e mimada.

Considerando a natureza embrionária do debate sobre os fenômenos citados acima nas ciências humanas brasileiras, este estudo se propõe a colaborar na construção da temática com algumas reflexões iniciais. Para tal, este artigo descreve brevemente os componentes materiais, históricos e dialéticos imbricados no *Quiet Quitting*, bem como os sujeitos sociais que os desempenham. Além disso, analisamos a sua eficácia enquanto *práxis* mediante comparações com os paradigmas de disrupção, formas de mobilização, relações entre semelhantes e horizontes de lutas abarcados tradicionalmente nos movimentos grevistas.



## O *ethos* pós-pandêmico

A compreensão integral de um momento histórico pressupõe, dentre outras coisas, a caracterização dos seres sociais nele incorporados. Em nosso caso, a característica marcante desse grupo está na idade: sua grande maioria nasceu a partir dos anos 1990. Ou seja, estamos lidando com recortes geracionais compostos por parte dos *Millenials* e toda a Geração Z. Esse dado, por si só, é significativo: são pessoas que nasceram em um mundo sob a hegemonia da reestruturação produtiva, da globalização e do neoliberalismo. Não é surpreendente que, ao ponderarmos os embaraços predominantes nas últimas duas décadas, muitos jovens se sintam expostos em um mundo cheio de problemas sérios e cronicados. Progressivamente, as mudanças climáticas deixam de ser encaradas como antevissões alarmistas da bolha científica e se revelaram como uma célere questão de sobrevivência humana. As crises financeiras se repetiram com maior periodicidade e agressividade. O aumento do endividamento; da inflação; do aluguel; do desemprego estrutural; da informalidade, junto à desvalorização do diploma; da seguridade social e do salário, contrastam o padrão de vida do pós-guerra com a pauperização e instabilidade dos trabalhadores contemporâneos. Não obstante, o crescimento dos *NEETs* (*Not in Education, Employment, or Training*, ou “Geração Nem Nem”) se associa ao desalento ante o acirrado mercado de trabalho e a dificuldade de, sozinhos, alcançarem a subsistência nos termos do capital flexível (OWEN, 2021; KAPLAN, 2020).

Ademais, esses foram os primeiros seres humanos que tiveram seu desenvolvimento entreposto pela *internet*. Isto também é um fato ontológico relevante, dado que a incorporação da *web* na concretude do cotidiano ultrapassou a dimensão etérea e se expandiu a uma existência hiperconectada. Por um lado, o comércio de dados pelas *Big Tech* e a espionagem engendradas nos órgãos de inteligência dos governos imperialistas – mediante o pretexto do antiterrorismo – instauraram uma ostensiva política de vigilância e manipulação populacional. Porém, a recusa à intromissão da privacidade tem passado ao largo dos agitados fluxos comunicacionais e conteúdos espetaculosos. Nesse ínterim, os conflitos societários entremeados pelas plataformas virtuais, por ainda se revelarem, são debatíveis. Suas margens de discussão começam a partir do enfraquecimento da memória de longo prazo, se estendem às estratégias político-jurídicas de combate às *Fake News*, imposição de

limites ético-legais às falsas equivalências entre discurso de ódio e liberdade de expressão, chegando à escalada da extrema-direita em várias nações.

Paralelamente aos indícios distópicos listados até aqui, as gerações da Era Digital exprimem uma emergente consciência quanto às iniquidades sociais, os agentes delas beneficiárias e à necessidade da ruptura de tais ciclos. Do *Black Lives Matter* à Greta Thunberg, o crescente engajamento dos jovens às causas sociais indica um crescente alinhamento ético-político contrário à conservação de estruturas de dominação historicamente normalizadas. Essa mudança tem sido detectada pelas estatísticas. Na Inglaterra, em um levantamento do *Institute of Economic Affairs* (2021) - ligado ao Partido Conservador - verificou que 67% das pessoas entre 16 e 34 anos declararam simpatia ao pensamento marxista. A Gallup (Newport, 2018) estimou que 51% dos estadunidenses de faixa etária entre 18 a 29 anos tinham visões positivas ao socialismo. No Brasil, o Datafolha (TAVARES, 2022) detectou que 67% das pessoas entre 16 e 24 anos estavam inclinadas às ideias de esquerda. Ou seja, à medida que parte da contrariedade manifestada pelos jovens se direciona aos avanços culturais, políticos e econômicos na preservação e bem-estar das diversas formas de vida na Terra, gradualmente percebem um denominador comum no desequilíbrio ambiental, caos urbano, pobreza, patriarcado, racismo, transfobia e tantas outras feições de opressão: o capitalismo.

Embora o trabalho se apresente teleologicamente como catalisador da vitalidade e transcendência humana, o capital, ao cercear o amplo direito de propriedade, despossuiu as massas de meios autônomos de subsistência, atrelando-a aos critérios do mercado. Juntamente a isso, a desintegração do controle e produtos das atividades tolheu a potencialidade ontogenética do labor, pressionando à alienação e exiguidade aqueles que, diante desse cenário, se viram obrigados a vender sua força de trabalho (proletariado) para uma minoria (burguesia). Esta, ao dominar as forças e relações produtivas (infraestrutura), bem como o aparato estatal, jurídico, ideológico e demais fenômenos da realidade social (superestrutura), moldou as dinâmicas civilizatórias entorno da concentração de riquezas – mediante a extração de mais-valia – e poderes. Constituindo-se, pois, em termos marxistas bem sintéticos, a sociedade de classes nos moldes capitalistas (NETTO, 1994).

A apreensão crítica dessa realidade, tal qual sumarizamos, se torna mais tangível quando, mediante o “saber empírico” costurado pelo proletário em suas

vivências transpassadas pelos imperativos do modo de produção, o olhar direcionado às elites deixa de fomentar inspirações de “liberdade financeira” e passa a estabelecer nexos causais com as escassezes vivenciadas no dia a dia. De acordo com o *World Inequality Lab* (2022), 1% das pessoas mais ricas da Terra acumulavam – em 2021 – 38% da riqueza mundial, ao passo que as 50% mais pobres somavam apenas 2%. Ou seja, muitos trabalhadores têm concebido, nas vicissitudes da sociabilidade capitalista, a dimensão da antinomia civilizatória ao verem Jeff Bezos e Elon Musk concentrarem centenas de bilhões de dólares em seus patrimônios no mesmo período em que funcionários da Amazon e Tesla eram não só submetidos ao adoecimento, humilhações e penúrias decorrentes da sobrecarga laboral, como também eram impedidos de se sindicalizarem e reagirem contra a precarização de suas atividades (GREENHOUSE, 2023).

Além disso, mais e mais empregados percebem como a semântica humanizada do gerencialismo, presente nas retóricas motivacionais, avaliações singulares, flexitempo, trabalho em grupo, gestão por projetos e remuneração por metas, comporta-se tal qual uma camada de verniz sobreposta em diversas violências simbólicas no ambiente organizacional. José Henrique Faria (2013) as define em três modalidades: a Violência Econômica, ligada à volatilização desproporcional da remuneração, prolongamento abusivo da jornada e incremento de produtividade individual associado à diminuição de recursos institucionais; Violência Política, relativa ao descumprimento de direitos trabalhistas, falta de transparência, regras aviltantes, incentivo à competição hostil entre empregados e falta de reconhecimento; e a Violência Psicossocial, manifestada no controle desmedido do tempo e movimentos corporais, imposição de normas não-consensuais, pressão por metas inatingíveis, ambivalências entre autoritarismo e familiaridade, bem como o fomento à dependência relacional e afetiva para com a empresa. Deste modo, os parâmetros da meritocracia, rendimento, austeridade e do “vestir a camisa da corporação” estimulam a intensificação dos ritmos e volumes produtivos mediante à mitigação da identidade e solidariedade proletária, opacidade dos conflitos de classe, ambiguidade comunicacional, assédio moral, agravamento das condições laborais, sobrecarga, isolamento e despotismo. Dialeticamente, essas decorrências são úteis à medida que reforçam a influência da acumulação flexível na constituição subjetiva dos trabalhadores, dentro e fora dos contextos laborais.

Conforme pormenorizado por Luc Boltanski e Éve Chiapello em “O novo espírito do Capitalismo” (1999/2009), a filosofia do empreendedor de si entra nessa conjuntura ideológica tão logo a identificação das contradições perpetradas pelo capital flexível fossem anteparadas por blindagens morais do próprio sociometabolismo produtivo, de modo que os tensionamentos materiais e imateriais passassem a ser encarados não mais como reflexos de falhas sistêmicas, mas de individualidades desprovidas de virtudes, tais quais “resiliência”, tenacidade e criatividade. Caberia ao sujeito, pois, enxergar a si e à realidade “pelo avesso”, e se responsabilizar pela superação e consequências de injustiças estruturais. Apreensivo pela vicinalidade do fracasso e da penúria, ao ver a si mesmo como iniciativa privada passível de valorização e desvalorização em meio à competição mercantil, o ser humano neoliberal internaliza a razão do mercado como critério apurador de formas de viver prioritariamente vantajosas às perspectivas de libertação econômica.

Dito isso, é importante sublinhar que tal modo de existência se propaga em um paradigma de liberdade “negativa”. Como resposta às contestações populares vistas nos anos 1960 e 1970 contra a rigorosa realidade ordenada pelo taylorismo-fordismo, o capitalismo apropriou-se dos desejos por vivências mais autênticas para propagandar novos ideais de emancipação. A expectativa de mobilidade socioeconômica era aspergida pelos arquétipos do *self-made-man*, ou seja, por sujeitos inovadores e perseverantes que não deixariam suas trajetórias de sucesso se abaterem por quaisquer adversidades. Assim, os trabalhadores tornar-se-iam verdadeiramente livres caso se privassem de vinculações e limitações (internas ou externas) interpostas às suas empreitadas no *laissez-faire*. Paradoxalmente, os vácuos deixados pela desagregação da memória, comunidade, classe, cultura, ofício e demais aspectos de pertencimento, juntamente à minimização do consentimento, ética, moderações, vulnerabilidades e planos de futuro, foram preenchidos pela racionalidade mercantil como fio condutor da dignificação e primazia humana.

A lógica da locação ou do empréstimo temporário das propriedades materiais pode ser transportada para as propriedades pessoais, para os atributos da pessoa, ou seja, para as qualidades que, despojadas de seu caráter permanente, são então adotadas conforme a circunstância. ...

Considerada do ponto de vista desse novo modelo de excelência, a permanência, sobretudo a permanência de si mesmo ou o apego duradouro a “valores”, é criticável como rigidez inconveniente e até patológica e, segundo os contextos, como ineficiência, impolidez,

intolerância, incapacidade para comunicar-se (BOLTANSKI; CHIAPELLO, P. 466, 1999/2009).

Em “Sedated: How Modern Capitalism Created Our Mental Health Crisis”, o psicólogo James Davies (2021) vai adiante no estudo das ramificações intersubjetivas da reestruturação produtiva e discorre sobre como ela procriou uma epidemia de mal-estar psíquico nunca vista na história. De um lado, o capitalismo flexível, ao tencionar exponencialmente os espaços, tempos, alteridades e identidades humanas com pressões à produtividade, contrastadas na instabilidade da dignificação mediada pelo *laissez-faire*, transpõe o seu estado de crise permanente ao funcionamento dos sujeitos, generalizando mais e mais a vulnerabilidade psicossocial. Não obstante, dados da Organização Mundial da Saúde (2017) indicam a crescente prevalência de diagnósticos em saúde mental nas populações do mundo todo. Por outro lado, a adesão “voluntária” aos determinantes de exaustão, insulamento e inquietação passa a ser romantizada pela ideologia do empreendedor-de-si. Ser um *workaholic*, independentemente do quão lesivo seja ao corpo, mente e vínculos do sujeito, consubstancia caracteres de fidelidade ao produtivismo. Ao mesmo tempo, quando a obediência a esses arquétipos se confronta com as raias biopsicossociais dos sujeitos, Davies (2021) pontua o quanto práticas acríticas da Psicologia e Psiquiatria, amparadas pelas inclinações da indústria farmacêutica, abordam o sofrimento decorrente desses fenômenos sob a mônada do “indivíduo” – em sua dimensão cognitiva e comportamental – mediante parâmetros de *performance*. A medicalização desenfreada, além de ser mais adictiva e menos eficaz do que se antecipava, a longo prazo, pode agravar os quadros de angústia, bem como despolitizá-los. Tornando-se, pois, ferramentas da ordem neoliberal, à medida que se restringem – deliberadamente ou não – a adaptar os trabalhadores às circunstâncias vorazes do capitalismo flexível.

Enfim, o *Quiet Quitting* apresenta-se enquanto reação espontânea aos embargos do neoliberalismo ao gênero humano nas intersecções da materialidade, haja vista as antinomias socioeconômicas, com a imaterialidade, notável nos sinais captados epidemiologicamente de miséria existencial. Nos resta pensarmos, pois, o quão contundente ela é.

## **A (não) *práxis***

Entendemos que a deslegitimação e negação do trabalho estranhado pelo sujeito deriva da compreensão de sua condição operária. Os sentimentos de indignação e inquietação revelam-se como prenúncios de compreensões relativas a um devir interrompido não mais sob preceitos naturalizantes ou individualistas. A gradual apreensão empírica de que as insuficiências materiais e imateriais em sua ontologia, de seus colegas e de quase toda a humanidade, são fenômenos atrelados à materialidade histórica de um modo de produção que, ao dividir a sociedade entre burgueses e proletários, cinge a existência humana em expropriações e frágeis paradigmas de liberdade, se caracteriza como etapa inicial da consciência de classe. Todavia, considerando que o sofrimento concebido no capitalismo não orbita entorno somente de sua tangibilidade ou complexos epifânicos, os sentimentos revoltos só se consolidam por meio da *práxis*.

Nos reportamos ao conceito desenvolvido por Paulo Freire em “A Pedagogia do Oprimido” (1987), que consiste, resumidamente, na unidade dialética entre reflexão e ação dos marginalizados como maneira de guiar coletivamente as mobilizações contrárias aos sistemas de dominação presentes na sociedade.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. Por outro lado, se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica *práxis* se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica. Neste sentido, é que a *práxis* constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não possa encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida. A não ser assim, a ação é puro ativismo. Desta forma, nem um diletante jogo de palavras vazias – quebra-cabeça intelectual – que, por não ser reflexão verdadeira, não conduz à ação, nem ação pela ação. Mas ambas, ação e reflexão, como unidade que não deve ser dicotomizada (FREIRE, p. 33 – 34, 1987).

Ou seja, uma *práxis* orgânica é elaborada por pensamentos críticos que, na intersecção com práticas de resistência ativa, assimilam a realidade concreta e elucubram métodos para sua metamorfose, ao passo que a ação grupal materializa e complexifica as reflexões insurgentes. Teorias e ativismos, à proporção que amparam e fortalecem a *práxis*, só são aproveitáveis mediante a um alinhamento ético-político com a emancipação concreta dos oprimidos mediante o dialogismo supracitado.

Dito isso, se realmente quisermos analisar o *Quiet Quitting* como postura viável em um quadro de contestação à acumulação flexível, devemos ir para além das animosidades e perspectivas que a envolve e examinarmos como estas se costumam estrategicamente na latente superação das contradições neoliberais. Levando isso em consideração, comparamos essas ocorrências a uma das táticas de resistência mais adotadas pelo proletariado desde os primórdios do capitalismo: a greve. Norteamos a análise quanto às aproximações e distanciamentos de ambos por meio de quatro eixos complementares. São eles: tipos de interrupção; formas de mobilização; relações entre semelhantes; e horizontes de lutas.

No tocante aos dois primeiros, em uma leitura histórica, as paralisações enfrentariam os agravos à condição proletária mediante a interdição dos ambientes de trabalho e, nos casos mais notórios, de toda a cadeia produtiva em determinada localidade. Em outras palavras, a inconformidade dos operários ante feições específicas de alienação em seus ofícios (baixos salários, longas jornadas, insalubridade, ausência de direitos trabalhistas, etc.) se traduziriam concretamente na interrupção da venda de sua força de trabalho à corporação. No meio tempo em que os empregados permanecem de braços cruzados, a inacessibilidade do patrão à mais-valia, em pouco tempo, abateria seus lucros e a própria manutenção da fábrica. Os desdobramentos desse enfrentamento, ao incitar demais operários imersos em situações parecidas com a dos grevistas, teria o potencial de desencadear ondas de piquetes em outras empresas. Com isso, a oferta de mercadorias de todo um setor do mercado estaria comprometida, desordenando vários pontos da rede comercial e ressoando ainda mais a luta travada por esses sujeitos (LEITE, 1992).

Essa interrupção dos meios de produção se tornaria exequível mediante a organização coletiva do movimento. Nas palavras de Paulo Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (1987, p. 33). Ou seja, para que frustração se transpusesse em *práxis*, seria fundamental que os trabalhadores dispensassem suas diferenças, apreendessem o compartilhamento das mesmas circunstâncias árduas e se unissem em torno de lutas comuns - ainda que pontuais. Logo, passariam a ser corporificadas em reivindicações inteligíveis por meio de diálogos democráticos e deliberações consensuais entre os proletários. Posteriormente, um esforço conjunto voltar-se-ia às estratégias de comunicação e engajamento de apoio da comunidade para que, enfim, os operários se agrupassem

em piquetes e, eventualmente, realizassem negociações (LEITE, 1992). É devido a essa indispensabilidade de organização que os partidos e sindicatos de orientação marxista se inseririam nas greves. Esses coletivos desempenhariam o papel de: promover reflexões entre o proletariado quanto ao pragmatismo e ética de suas táticas; auxiliar nas campanhas de conscientização e obtenção de suporte popular às referidas causas; encorajar os manifestantes com falas enérgicas; instruí-los quanto a métodos sólidos de resistência; arrecadar fundos aos grevistas desamparados; defendê-los de retaliações; representá-los nas instâncias republicanas; e resguardar a sua integridade, principalmente em face do aparato jurídico-policial acionado pelas elites (LEITE, 1992). Em suma, nesse tipo de *práxis*, fomenta-se ali um microcosmo da luta de classes, em que a constituição de um corpo político-social consistente e ativo afrontaria pontualmente as capilaridades do capital.

Quando observamos o *Quiet Quitting* por essa lente, a leitura anticapitalista adotada por parte dos novos trabalhadores não tem ocasionado o mesmo efeito dominó detalhado acima. Isso pode decorrer do caráter eremítico e difuso que tal forma de insubmissão se exterioriza. A inexistência de articulações coletivas, proteções ao contingente, exigências por mudanças reais e desnudamentos dos conflitos de classes reforçam o retraimento e discrição do empregado frente ao estranhamento suscitado pelos fluxos produtivos. Tais fatores nos levam à suposição de que não há, até agora, formas coesas de mobilização na “saída silenciosa”. Até mesmo quando pensamos na “Operação Tartaruga”, uma modalidade de greve em que o proletariado não abandonaria seus postos, entretanto, boicotariam o ritmo de trabalho deliberadamente até que a chefia ouvisse suas queixas, a morosidade só impactaria o chão de fábrica caso fosse coordenada entre todos. Deste modo, as brechas de disrupção disponíveis a um *Quiet Quitter* estaria restrita à redução parcial do quanto de mais-valia relativa e absoluta a empresa retiraria de seu trabalho individualizado. E ainda assim, em não sendo algo organizado em maior escala, a gerência conseguiria reestabelecer o *status quo* e punir tais funcionários com o incremento de suas metas, contrações na remuneração, ampliação das violências simbólicas, ou desligamentos. Esse esvaziamento pode ser um indicativo de que as relações de solidariedade mantidas por esses jovens proletários não coincidem integralmente àquilo dito por Paulo Freire. Por enquanto, ainda quando os sujeitos sociais têm ciência sobre a transversalidade dos problemas laborais no cotidiano de



seus companheiros, o ato da insubordinação e esboços de libertação desconsideram a coletividade como pressuposto de contundência, insulando-os em comportamentos solitários.

A popularização da internet possibilitou - mais do que o rádio e a televisão – a troca de experiências e visões socioeconomicamente críticas, facilitando, pois, o elemento reflexivo da *práxis*. Contudo, o mesmo não pode ser certificado na conversão em ações contestatórias. Os compartilhamentos de mensagens contrárias ao capitalismo não necessariamente acompanham instruções claras ou incentivos para que os jovens elaborassem respostas conjuntas a esse ordenamento nas especificidades de seus locais de trabalho. Ademais, o que podemos perceber no ativismo nas redes é que o seu deslocamento às ruas acontece frequentemente como reação, repercutido em nível macroscópico, diante de fatos chocantes ou excepcionais em recortes sociodemográficos específicos. São reações, ao invés de ações. No entanto, muitos dos desarranjos engendrados no modo de produção flexível estão hospedados na “normalidade” da vida mediada pelo capital, impactando todo o conjunto populacional – ainda que sob condicionantes de raça, gênero, idade, etc. A sua repetida omissão nas manchetes, *trending topics* e pesquisas científicas, por ser trivializada há tempos, os deixaram pouco chamativos a olho nu. Consequentemente, a imbricação da desigualdade no funcionamento do real, o descontentamento recepcionado na dubiedade quanto às perspectivas de sua reversão tornam o combate às injustiças trabalhistas, na mente dos jovens proletários, como pouco tangível.

Enfim, é sob essa aparente imutabilidade das coisas que a relação com os semelhantes, por se dar sob a penumbra de vias abstratas e insuficiência de evidências as quais respaldariam a esperança, voltar-se-ia à comunhão do pessimismo e apoio moral. O *Quiet Quitter* retroalimenta essa tônica por se portar como um “sobrevivente”. Este conceito, definido por Jodi Dean no livro “Camarada: um ensaio sobre pertencimento político” (2019/2021), alude às pessoas que:

[...] lutam para sobreviver em condições avessas à vida, em vez de agarrar e transformar tais condições. [...] Os sobreviventes experimentam sua vulnerabilidade. Alguns passam inclusive a valorizá-la e a nutri-la, a derivar seu senso de eu da capacidade de sobreviver contra todas as condições adversas. [...] Para elas, a luta para sobreviver é uma característica-chave de uma identidade imaginada como dignificada e heroica porque precisa produzir a si mesma, por conta própria (DEAN, p. 30, 2019/2021).

Tal forma de fatalismo e dispersão do *savoir-faire* revolucionário, de acordo com a autora, encontraria suas antíteses pela “camaradagem”. Em seu ensaio, Dean explica que o elo entre camaradas ultrapassa a simples aglutinação de sujeitos com propósitos convergentes à superação do capitalismo. Na verdade, esse pronome de tratamento, acima do credenciamento marxista, simbolizaria a reintegração do pertencimento, tempo, espaços e história outrora fragmentados pela liberdade negativa. No *front* das disputas de classe, representados – entre outros casos – pelas greves, a singularidade ético-política conseguiria ser internalizada pelo proletariado, de modo que as memórias de luta e pulsões de emancipação fossem resgatadas em sua vitalidade. A identificação com o Outro, no intercâmbio entre sofrimentos e desejos transpassados pela mesma materialidade histórica, e o reconhecimento de que a luta por justiça se tonificaria em mobilizações, as divisões de utilitarismos e personalidades preconizadas pela liberdade negativa são suplantadas pela construção do “comum”. Desse modo, a camaradagem passaria a ancorar uma nova razão do trabalhador sobre seu lugar no mundo, questionando a naturalidade da dominação, desvelando quais agentes nela se integram e, quando agregada a leituras subversivas, as expressões conjuntas e consistentes de transformação da realidade.

O termo “camarada” designa uma relação política, um conjunto de expectativas de ação em direção a um objetivo comum. Sublinha o que há de comum entre aqueles que se encontram de um mesmo lado – independentemente de suas diferenças, os camaradas estão juntos na luta. ... A camaradagem lastreia a ação, e, nesse lastro, nessa solidariedade, ela coletiviza e direciona a ação à luz de uma visão compartilhada para o futuro. Para os comunistas, trata-se de um futuro igualitário de uma sociedade emancipada das determinações da propriedade privada e do capitalismo e reorganizada de acordo com a livre associação, o benefício comum e as decisões coletivas tomadas pelos produtores. (DEAN, p. 20, 2019/2021).

Nessa mesma tônica, o abatimento e hesitação presentes na juventude do século XXI condizem com a noção de “realismo capitalista” delineado por Mark Fisher (2009/2020). O filósofo britânico argumenta que a perpetuação da sociabilidade interposta pelo capitalismo pós-fordista se deu para além das expectativas de abundância e prazer, das apropriações de liberdade e autenticidade, das repressões às críticas e rebeldias. Na realidade, o modo de produção flexível dispensa a anuência ou coerção estridente das massas para manter-se inexorável, uma vez que ideologia

neoliberal circundou a subjetividade coletiva em uma espécie de barreira invisível, a qual dificultaria a elaboração de hipóteses voltadas a modos de ser/estar no mundo não coexistentes com uma sociedade dividida em classes. A frustração com o *status quo* não precisa mais ser objetado com contra-argumentos ou novas promessas: a percepção prévia de que “não há alternativas” se tornaria suficiente para neutralizar os ânimos anticapitalistas e convencer “intuitivamente” as massas de que “a vida é assim mesmo”. Deste modo, a interrupção da *práxis* deixa de ocorrer pela falta de liberdade, muito menos de motivos, para que os trabalhadores protestem, mas sim pelo cerceamento da imaginação e dimensão do poder proletário. A cisão entre as capacidades crítica, onírica e de ação condicionou o sujeito a fragmentar sua consciência de classe ante o pragmatismo congênito na luta ideologizada pela própria sobrevivência nos interstícios da precarização. Nesse meio tempo, sumariza o autor, tornou-se mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

Feitos todos os apontamentos relativos ao *Quiet Quitting*, concluímos que esta é uma das manifestações mais cristalinas do realismo capitalista no mundo do trabalho pós-pandêmico. Como vimos nesse artigo, os jovens trabalhadores estão – paulatinamente - assimilando os nexos políticos, econômicos, sociais e históricos das iniquidades as quais lhes afetam. Vários deles, inclusive, passaram a conjecturar quais patrimônios materiais e imateriais lhes seriam de direito, bem como projetos civilizatórios que seriam mais coerentes à emancipação popular. Todavia, o engajamento às ideias socialistas não têm se convertido na organização de subversões coletivizadas, muito em conta do isolamento e esmorecimento embargados no capitalismo tardio. Em síntese, muitos compreendem que as misérias existenciais não seriam intrínsecas e naturais à natureza humana em si, até vão além ao discernir que os seres sociais detêm, no plano teórico, caminhos exequíveis para a superação dessas antinomias. Entretanto, ponderam que estes, em “pragmatismo irremediável ao olho nu”, não serão seguidos devido ao poder que as estruturas do capital exercem sobre o “homem comum”. A falta de alternativas não se sustentaria, pois, em si mesma, tampouco na ilegitimidade ética e política, mas sim na indiferença que as massas apresentam a elas.

Essa leitura confere uma qualidade hermética à sociabilidade neoliberal. A utopia, por falta de elementos que tornariam sua eclosão verossímil no curto/médio prazo, retroalimentam uma factualidade distópica entre as novas gerações. Tal

contradição é demonstrada pelo *Quiet Quitting* à medida em que a perpetuidade ou suspensão das violências simbólicas estariam vinculadas ao consentimento dos novos assalariados em permanecerem no ambiente organizacional, em detrimento da apropriação ou ultimato popular às micro e macroestruturas de poder, inverte a lógica da vítima-agressor e os tenciona em espaços liminares do tédio e desespero, da impotência e encargo, da inércia e vertigem. Portanto, a “saída silenciosa”, em sendo uma investida individual e silenciosa ao ordenamento de espoliação do labor, abrevia o horizonte de lutas emancipatórias em meras tentativas do sujeito se esquivar do realismo capitalista através das lacunas nele assentidas, sem que a insatisfação proletária ameace a sua hegemonia.

Neste quesito, essa soma de comportamentos mais se aproximaria das “ideologias defensivas” delimitadas pela Psicodinâmica do Trabalho. Tal concepção - do psicanalista francês Christophe Dejours - dialoga com o itinerário da nossa investigação: são estratégias, sistematizadas por trabalhadores em sofrimento psicossocial, traduzidas em idiosincrasias, rituais e perspectivas evitativas, que buscam restabelecer o equilíbrio interno e evitam a intensificação da agonia laboral em adoecimento ou corrosão dos sentidos. Tais diligências adaptativas, contudo, ao não agirem sobre os determinantes de alienação na realidade concreta, podem cronificar seus sintomas psicossomáticos e agravar as dissonâncias do sujeito à natureza de seu sofrimento. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994). Se a adesão do proletariado aos conflitos delineados pelo produtivismo instrumental e estimula, por exemplo, traços obsessivo-compulsivos, a sua inibição pode os transpor para estados de renúncia aos desejos e à atividade do Eu no real. Em suma, ao passo em que o estranhamento se apresenta como um risco à integridade mental do *Quiet Quitter*, o desinvestimento psíquico ao trabalho não interromperia tais circunstâncias (seja no emprego atual ou em outro), ao passo que poderia obstruir os feixes de potência ontológica remanescentes em suas atividades.

Como aludido anteriormente, os afrontamentos enérgicos, representados - em nosso caso - pelas greves e camaradagem, buscariam romper não só com as violências do capitalismo, mas também com a sua monopolização do real por meio de insolências que ultrapassariam o “possível” assentido pela ideologia. Com efeito, a capacidade de transformação da vida concreta se redimensionaria no paralelismo entre o contágio do destemor e o planejamento coletivo das ações. Mesmo que na

incerteza da vitória de suas reivindicações, o otimismo seria legitimado, lastreado e objetivado pela égide do pragmatismo e da cooperação, afastando-se do imobilismo. A socióloga Lais Wendel Abramo, na tese “O resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernardo” (1986), evidencia que a força política das Greves Metalúrgicas do ABC Paulista de 1978 a 1980 emergiu para além do descontentamento com baixos salários, insegurança e insalubridade, autoritarismo do Estado e dos patrões. A rigor, esse acontecimento simbolizou uma contraofensiva, por tanto tempo asfixiada, dos trabalhadores ante o aviltamento de sua dignidade. Em suma, tratou-se de uma luta pelo direito de *ser* para além do que o autoritarismo burguês permitia, desafiando não só as montadoras e os cachorros-policiais, mas a própria noção do que era possível ao proletariado naquele período histórico. Não obstante, foram nos piquetes de São Bernardo que se inauguraram, efetivamente, as reações populares à Ditadura Civil-Militar, de tal modo que as subjetividades espalhadas pela nação passaram a assimilar a democracia como valor alcançável e fundamental em suas vidas. Sobre esse acontecimento, a autora resume:

[...] afirmando a própria existência perante si mesmos, os patrões, o governo e a sociedade, a greve foi, em termos mais amplos e não exatamente mensuráveis, uma experiência global de reparação de uma ferida profunda. A ferida da mutilação da própria subjetividade, da injustiça, da perda e da exclusão [...]. A greve é a possibilidade de sentir-se novamente gente. A greve é o que permite, em meio à força e à potência redescoberta da ação coletiva, recuperar e expandir a própria individualidade”. (ABRAMO, p. 304, 1986).

Finalmente, se faz necessário o balanço de agravos que o *Quiet Quitting* pode ocasionar, ainda que indiretamente, às antinomias já existentes na marcha da precarização. Tão logo a “grande demissão” ganhou força nos Estados Unidos, nomes renomados no campo dos negócios opinavam sobre como as gerências poderiam se beneficiar das oportunidades surgidas nesse momento *sui generis* para otimizar suas técnicas de estímulo ao rendimento e empenho dos empregados à mentalidade corporativa (KARRA, 2022). Basicamente, o afluxo de questionamentos virtuais voltados às situações laborais, na contramão dos seus efeitos propostos, tem servido de pretexto para que algumas organizações fortaleçam os mecanismos de apropriação da mais-valia e arrefecimento de sentimentos potencialmente agitadores. Esse quadro se mostra especialmente relevante se levarmos em conta a aplicação de recursos computacionais para os referidos fins.

Em tempos de indústria 4.0, as tecnologias da informação estão se tornando cada vez mais aptas a substituir o trabalho vivo. Quando implementadas no setor terciário da economia, conseguem – aos olhos dos detentores dos meios de produção – relegar o fator humano de diversas áreas ocupacionais à obsolescência, alastrando ainda mais o desemprego estrutural. (FACHIN; SANTOS, 2023). Um dos exemplos mais recentes desse processo está simbolizado no *ChatGPT*, um sistema de inteligência artificial capaz de, por meio do *deep learning*, compilar informações disponíveis na *internet* e instrumentá-las em respostas para quaisquer solicitações feitas por usuários. Na prática, a plataforma consegue redigir textos, explicar teorias, codificar algoritmos e realizar outras atividades – então dependentes de alta especialização intelectual – em poucos segundos, autonomamente e com qualidade satisfatória. Tal salto técnico-informacional, por si só, não implicaria em um agravamento da questão social. Pelo contrário, a “fobia ludista” perde coesão ao vislumbrarmos um horizonte de facilidades inimaginável para o futuro próximo. Todavia, a submissão da IA aos interesses das *big tech* e demais corporações evoca o temor de um amanhã em que o capitalismo, tal qual em seu curso histórico, apropriasse, em nome da acumulação de lucro e poder, de ferramentas promissoras ao desenvolvimento humano, enquanto a classe trabalhadora lida com a extinção de empregos e aumento da desigualdade. (FACHIN; SANTOS, 2023).

Também, temos que verificar se a desafeição à venda de força de trabalho não está se traduzindo na aclimatação dos jovens em tomarem a via do empreendedorismo como “solução” às perturbações existentes no meio organizacional. A ambição de “demitir o chefe” e ser seu próprio patrão está dentro do novo espírito do capitalismo explicado por Luc Boltanski e Éve Chiapello (1999/2009), porém, sabemos que muitas ocupações autônomas, sublinhadas em informalidade, prostram a população em mais pauperização, imprevisibilidade e suscetibilidade às oscilações do mercado.

## **Considerações finais**

No decorrer deste artigo, fizemos uma descrição preliminar sobre o fenômeno pós-pandêmico do *Quiet Quitting*, coadunado ao movimento *antiwork* e *The Great Resignation*. Evidenciamos que a juventude trabalhadora do primeiro quartil do século XXI, período esse já marcado por grandes mudanças e conflitos societários, exprime

uma crescente insatisfação com as contradições engendradas pelo capitalismo neoliberal e o modo de produção flexível. Nas redes sociais, ideais marxistas ganham força à medida que *Millenials* e Geração Z se indagam quanto à razoabilidade das violências nas dinâmicas organizacionais, das iniquidades na distribuição de riquezas e estruturas de opressão legitimadas pelo capital.

É importante frisarmos aqui que os sujeitos nascidos nas novas gerações não são os únicos a carregarem consigo virtudes de contestação ao *status quo*. Vale a pena lembrarmos que *Baby Boomers* e Geração X, generalizados pelos jovens atuais como grupos convencionalmente mais conservadores, foram aqueles que protagonizaram a Contracultura e a Redemocratização Brasileira. A leitura desses eventos, sobretudo ante às posteriores acomodações na sociedade de classes, inclusive, nos ajuda a autenticar a análise do referido fato social: será que os sentimentos/pensamentos de negação ao trabalho estranhado são simétricos às proposições anticapitalistas da atualidade? Por quais brechas a “saída silenciosa” poderia ser apropriada e subvertida de sua lógica fundante?

Para elaborarmos algumas ponderações iniciais sobre essas perguntas, perfilhamos os tipos de disrupção, formas de organização, relações entre semelhantes e horizonte de lutas que caracterizam o *Quiet Quitting* e as noções tradicionais dos movimentos grevistas. Após a comparação, tornou-se nítido que a “saída silenciosa”, ao tentar esquivar o assalariado da alienação, aprofunda-o no realismo capitalista. A desagregação da coletividade e a normalização do fatalismo neutralizam os ânimos oposicionistas em atos isolados e que pouco transformam a materialidade histórica em que as injustiças operam.

O fio condutor dessa constatação não é novidade ao pensamento marxista. György Lukács, no livro “Para uma ontologia do ser social 2” (1986/2013), discorre sobre como, em uma sociedade capitalista, o estranhamento – que, tal qual dissemos anteriormente, não seria intrínseco à teleologia humana, mas sim às formas de vida condicionadas ao modo de produção – se interseccionaria na singularidade e coletividade dos sujeitos. Nesse sentido, em sendo um fenômeno alojado no interior da sociedade de classes, tais vivências só poderiam ser superadas mediante a constituição de um corpo político capaz de agir sobre fragmentos dessa totalidade.

A possibilidade de realizações limitadas, isto é, de escapar de possibilidades de estranhamento que se limitam ao plano individual é, em princípio, bem mais restrita no capitalismo.

Naturalmente, isso não se refere ao comportamento individual (ideológico) para com os próprios estranhamentos pessoais, dos quais falamos na seção anterior. A intenção não é anular a sua importância, ainda que seja necessário constatar que até mesmo o tipo mais consequente e até mais heróico dessa luta costuma deixar totalmente intactos os estranhamentos sociais ontologicamente mais fundamentais. Na luta contra o estranhamento, a práxis social real tem prioridade absoluta (LUKÁCS, p. 732 – 733, 1986/2013).

Lukács pontua que as greves e ações sindicais, em si mesmas, restringir-se-iam a coação dos mecanismos capitalistas ao reconhecimento prático e jurídico de forças antagonistas a eles, conferindo-as legitimidade econômica dentro do sistema acumulativo por meio de concessões nas dinâmicas reificadoras. Isto é, ainda estariam aquém da efetiva libertação popular, visto que seus resultados apenas reformam – e não rompem com – a lógica espoliadora. Todavia, o teórico reconhece o valor desses movimentos por representarem “um processo de integração que tem início nas reações espontâneas singulares ao próprio ser econômico imediato e desemboca em ações conscientes, reguladoras da sociedade como um todo” (LUKÁCS, p. 736 – 737, 2013). Em outras palavras, a organização das oposições singulares ao estranhamento em ações orgânicas amadureceria a revolta atomizada - meramente afetiva e pessoal - à condição de força revolucionária.

Nesse sentido, as animosidades e críticas componentes do *Quiet Quitting* revelam o devir emancipatório incipiente na juventude trabalhadora, que poderiam se lapidar e agir sobre o sociometabolismo do capital por meio dos referidos processos de integração. Entretanto, a partir do momento em que essas facetas não se articulam, em termos freireanos, com ações transformadoras – construídas em disruptões amplas e coletivas, sob a égide do comum e um horizonte contínuo de lutas –, a *práxis* é abortada em sua transposição ao real.

Tal qual a hiperpirexia, a “saída silenciosa” revela-se mais como sintoma do que solução ante o atual estágio que se encontra o neoliberalismo. Visto que “[...] uma crítica pertinente do capitalismo que contenha muitos detalhes corretos pode converter-se, todavia, numa apologia indireta a ele” (LUKÁCS, p. 744, 2013), ponderamos que o *Quiet Quitting* incide, contraditoriamente, na recaptura do sujeito à lógica da liberdade negativa, em que o fatalismo reitera a noção de que o sujeito “não pode contar com ninguém, a não ser consigo mesmo”. Sendo assim, na mesma direção do autorrelato de Mark Fisher, defendemos que a camaradagem e a



organização proletária se apresentam enquanto elos faltantes para que a juventude simpaticamente ao anticapitalismo desenvolva verdadeiras *práxis revolucionárias*, como também, a nível psicossocial, são vias legítimas e arrebatadoras de sublimação do sofrimento emergido e acumulado nas microscopias da sociabilidade engendrada pelo capitalismo flexível.

A depressão coletiva é o resultado do projeto da classe dominante de ressubordinação. Há algum tempo, temos cada vez mais nos resignado a ideia de que não somos o tipo de pessoa que pode agir. Esta não é uma falha de vontade individual, da mesma forma que uma pessoa deprimida não pode simplesmente sair da depressão em um “estalar de dedos” ao “arregaçar as mangas”. A reconstrução da consciência de classe é, de fato, uma tarefa formidável, que não será alcançada com soluções prontas e fáceis. Mas, ao contrário do que nossa depressão coletiva nos diz, é uma tarefa que pode ser realizada: inventando novas formas de envolvimento político, revitalizando instituições que se tornaram decadentes, convertendo o descontentamento privatizado em raiva politizada. Tudo isso pode acontecer, e, quando acontecer, quem sabe o que será possível? (FISHER, p. 143, 2009/2020).

Não precisamos ir longe para acharmos exemplos reais de mobilização segundo os enquadramentos de Lukács. Vários trabalhadores uberizados, submersos em circunstâncias “solitariamente precarizadas” de labor, estão se organizando em formas de resistências cada vez mais potentes contra as inseguranças econômica, política e legal engendradas pelas plataformas digitais. Ao invés de acirram seu engajamento ante a arbitrariedade oculta dos algoritmos e a competitividade, os entregadores de aplicativo, graças à união da categoria e planejamento de lutas, passaram a se compor em cooperativas livres, que lhes empoderariam com termos, contrapartidas e negociações mais justas e entre iguais (GROHMANN, 2022). Enfim, a politização dos dilemas vivenciados no cotidiano laboral e a emergência de movimentos vocais tem trazido à luz os problemas desse grupo para sociedade como um todo em protestos notáveis, vide o “Breque dos Apps” (DELGADO; CARVALHO, 2020).

## Referências

ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. 1986. 323f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14112022-114209/pt-br.php>. Acesso em 16 de maio de 2023.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Trad.: I. C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1999] 2009. 683 p.

DAVIES, J. **Sedated**: How Modern Capitalism Created Our Mental Health Crisis. Londres: Atlantic Books, 2021. 290 p.

DEAN, J. **Camarada**: um ensaio sobre pertencimento político. Trad.: A. Renzo. São Paulo: Boitempo, [2019] 2021. 194 p.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1993. p. 119 – 145.

DELGADO, G. N; CARVALHO, B. V. Breque dos Apps: direito de resistência na era digital. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 27, 2020. Disponível em: [https://www.sinait.org.br/arquivos/artigos/Artigo\\_278.pdf](https://www.sinait.org.br/arquivos/artigos/Artigo_278.pdf). Acesso em 02 de outubro de 2023.

FACHIN, P; SANTOS, J. V. Como as novas configurações tecnológicas reconfiguram as lutas sociais: uma questão para refletir no Dia do Trabalhador. Entrevista especial com Bruno Cava, Carolina Salomão e Murilo Duarte. **Instituto Humanitas Unisinos**. 02 mai. 2023. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/628277-como-as-novas-configuracoes-tecnologicas-reconfiguram-as-lutas-sociais-uma-questao-para-refletir-no-dia-do-trabalhador-entrevista-especial-com-bruno-cava-carolina-salomao-e-murilo-duarte>. Acesso em 14 de maio de 2023.

FARIA, J. H. de. Dissimulações Discursivas, Violência no Trabalho e Resistência Coletiva. In: MERLO, A. R. C; MENDES, A. M; MOARES, R, D. M. (Orgs.). **O Sujeito no Trabalho**: Entre a Saúde e a Patologia. Curitiba: Juruá, 2013. p. 119 – 138.

FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Trad.: R. Gonçalves; J. Adeodato; M. da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, [2009] 2020. p. 211.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 129.

GREENHOUSE, S. ‘Old-school union busting’: how US corporations are quashing the new wave of organizing. **The Guardian**, Londres, 26 fev. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2023/feb/26/amazon-trader-joes-starbucks-anti-union-measures>. Acesso em 01 de outubro de 2023.

GROHMANN, R. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. **MATRIZES**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 209-233, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/184245>. Acesso em 5 de outubro de 2023.

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS. **67 per cent of young Brits want a socialist economic system, finds new poll**. Londres, 06 jul. 2021. Disponível em: <https://iea.org.uk/media/67-per-cent-of-young-brits-want-a-socialist-economic-system-finds-new-poll/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

JAIN, A. How the 'quiet quitting' trend is empowering employees. **MSN**, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.msn.com/en-us/money/careersandeducation/how-the-quiet-quitting-trend-is-empowering-employees/ar-AA16J8xL>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

JONES, O. Eat the rich! Why millennials and generation Z have turned their backs on capitalism. **The Guardian**, Londres, 20 set. 2021 Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2021/sep/20/eat-the-rich-why-millennials-and-generation-z-have-turned-their-backs-on-capitalism>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

KAPLAN, E. B. The Millennial/Gen Z Leftists Are Emerging: Are Sociologists Ready for Them? **Sociological Perspectives**, v. 63, n. 3, p. 408 – 427. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0731121420915868>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

KARRA, S. The Great Resignation As An Opportunity For The Great Reshuffle. **Forbes**, Jersey City, 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/forbeshumanresourcescouncil/2022/09/27/the-great-resignation-as-an-opportunity-for-the-great-reshuffle/?sh=73a92dd8a5e4>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

LEITE, M. de P. **O que é greve**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 58.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad.: N. Schneider; I. Tonet; R. V. Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1986] 2013. p. 847.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 84.

NEWPORT, F. Democrats More Positive About Socialism Than Capitalism. **Gallup**, Washington, 13 ago. 2018 Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/240725/democrats-positive-socialism-capitalism.aspx>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

O'CONNOR, B. The rise of the anti-work movement. **BBC**, Londres, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/worklife/article/20220126-the-rise-of-the-anti-work-movement>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates**. Geneva, 2017. Disponível em:

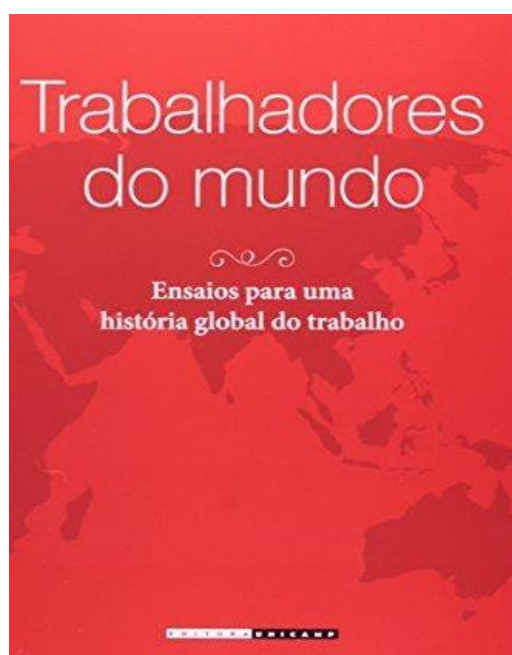
<https://www.who.int/publications/i/item/depression-global-health-estimates>. Acesso em 03 de outubro de 2023.

TAVARES, J. Esquerda predomina entre mulheres e pretos; direita concentra homens e ricos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/datafolha-esquerda-predomina-entre-mulheres-e-pretos-direita-concentra-homens-e-ricos.shtml>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

WORLD INEQUALITY REPORT. **World Inequality Report 2022**. Paris, 2022. Disponível em: [https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21\\_WIL\\_RIM\\_RAPPORT\\_A4.pdf](https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf). Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

## TRABALHADORES DO MUNDO: ENSAIOS PARA UMA HISTÓRIA GLOBAL DO TRABALHO [Marcel van der Linden]<sup>1</sup>

Humberto Santos de Andrade<sup>2</sup>  
Ana Elizabeth Santos Alves<sup>3</sup>



O presente texto consiste numa resenha do livro *Trabalhadores do mundo: Ensaios para uma história global do trabalho*, publicado em 2013 pela Editora da

---

<sup>1</sup> Resenha recebida em 10/08/2023. Aprovada pelos editores em 21/08/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59520>.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Brasil. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP – Assis), São Paulo - Brasil. Professor de História da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. E-mail: [hsandrade76@gmail.com](mailto:hsandrade76@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7317167921773911>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8495-1978>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia - Brasil. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. E-mail: [ana\\_alves183@hotmail.com](mailto:ana_alves183@hotmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6609391193846733>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0603-2113>.

Unicamp, traduzido por Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres, e de autoria de Marcel van der Linden (LINDEN, 2013).

Endereça-se aos pesquisadores do mundo do trabalho, mas em especial àqueles que investigam os trabalhadores e os modelos associativos que não estiveram classificados nos cânones da historiografia tradicional do trabalho. Para além do típico “assalariado ‘livre’” (segmento com pesquisas consideráveis na história do trabalho), existiram e existem outras configurações da força trabalho, como escravos, servos e as formas intermediárias entre os tipos. Conceber isso, pressupõe vencer, como Linden observa, talvez o maior obstáculo aos pesquisadores, que é a “nossa própria mentalidade, sobrecarregada como é de teorias e interpretações tradicionais” (LINDEN, 2013, p. 15).

Nesse sentido, é que, - para o número 46 da Revista Trabalho Necessário, dedicado, entre outros temas, a “povos e comunidades tradicionais”, “autogestão comunal”, “economia popular solidária e trabalho associado”<sup>4</sup> - esta resenha pretende contribuir para os estudos voltados a investigarem formas de trabalho e organização de trabalhadores que porventura careçam de pesquisas e/ou aprofundamento. Essa proposta de contribuição aponta caminhos tanto para temáticas e objetos quanto subsídios teóricos à interpretação dos fenômenos sociais investigados. Esses caminhos recebem indicações não somente da história, mas de disciplinas afins, especialmente as ciências sociais. Além disso, o olhar é lançado para regiões como o Sul Global, abrangendo estudos oriundos da América Latina, África e Ásia.

O livro "*Trabalhadores do mundo: Ensaio para uma história global do trabalho*" é constituído por 15 capítulos distribuídos em 4 partes. A primeira parte intitulada “Conceituações” é composta por três capítulos, sendo o primeiro *Quem são os trabalhadores*, o segundo *Por que trabalho assalariado “livre”?*, e o terceiro *Por que escravidão?*. A segunda parte, com o título “Variações do mutualismo”, é composta pelos seguintes capítulos, o quarto *O universo mutualista*, o quinto *Seguros mútuos*, o sexto *Cooperativas de consumidores*, e o sétimo *Cooperativas de produtores*. A terceira parte, com o título “Formas de resistência”, é composta pelo capítulo oitavo *Greves*, pelo capítulo nono *Protestos de consumidores*, pelo capítulo décimo

---

<sup>4</sup> Para entender o conceito de “trabalho associado”, consultar ESTEVES, Egeu Gomes. Emprego versus trabalho associado: despotismo e política na atividade humana de trabalho. **Cad. psicologia soc. trab.**, São Paulo, v. 5, p. 51-56, dez. 2002. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172002000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172002000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 04 de agosto de 2023.

*Sindicatos*, e o décimo primeiro *Internacionalismo operário*. A quarta e última parte, intitulada “Contribuições de disciplinas adjacentes”, compõe-se dos capítulos doze *A teoria do sistema mundo*, treze *Trabalho de subsistência enredado*, quatorze *A experiência latmul*, e, finalizando a obra, o capítulo quinze *Panorama geral*.

Nesta obra, preocupado em compreender as mudanças ocorridas na história do trabalho, Marcel van der Linden faz tanto uma discussão sobre os conceitos caros (mas nem sempre claros) ao historiador do trabalho, como o quê, de fato, são os trabalhadores. Também percorre caminhos que a historiografia dos trabalhadores tradicionalmente não se ocupou, como é caso do universo mutualista. Mas, o que mais chama a atenção do leitor, e que inclui essa sua preocupação com os ramos da história do trabalho outrora negligenciados, é a sua proposição de uma nova história do trabalho, precisamente uma História Global do Trabalho.

Essa proposição se dá a partir da constatação de que os historiadores do trabalho direcionaram suas investigações, sobretudo, aos países capitalistas desenvolvidos. Tal postura, segundo Linden, evidenciou, inclusive, um eurocentrismo. Além disso, o trabalhador típico pesquisado era o indivíduo “duplamente livre” (no sentido marxista de “livre”<sup>5</sup> para escolher seu empregador e “livre” da propriedade de capital)<sup>6</sup>.

Essa historiografia estava marcada, além de um “eurocentrismo”, por um “nacionalismo metodológico”. Neste último, há uma fusão entre sociedade e Estado, implicando num tratamento aos diferentes estados-nação como se fossem “mônadas leibnizianas”. Essa tendência, chamada de “monadologia eurocêntrica”, só nas últimas décadas, segundo Linden, passou a ser questionada como um todo.

Propondo novos conceitos, Linden observa que na sociedade capitalista, as fronteiras entre assalariados “livres” e outros tipos de trabalhadores subalternos são vagas<sup>7</sup>. Existem áreas amplas e complexas, repletas de graus intermediários. Além disso, a quase totalidade dos trabalhadores subalternos pertence a famílias que praticam diversos modos de trabalho. Por último, os trabalhadores subalternos,

---

<sup>5</sup> Cf. MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 113 e ss. Também MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 51 e ss.

<sup>6</sup> Cf. LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 9.

<sup>7</sup> Idem, p. 40.

individualmente, também podem acumular diferentes formas de trabalho, sincrônica e diacronicamente.

Mas, o que seria essa “História Global do Trabalho”? Do ponto de vista metodológico Linden afirma que se trata de uma “área de interesse”, “mais que de um paradigma teórico bem definido” (LINDEN, 2013, p. 14). Os conceitos de pesquisa e esquemas interpretativos, nessa perspectiva, podem perfeitamente diferir. Tem-se aqui, como princípio, o pluralismo intelectual. Este, assentado sobre a disposição de discutir com seriedade as opiniões antagônicas.

Quanto aos temas, a História Global do Trabalho enfoca o estudo transcontinental das relações de trabalho e dos movimentos sociais trabalhistas do modo mais amplo possível. Essa transcontinentalidade insere todos os processos históricos num contexto mais amplo, por “menores” que sejam geograficamente, procedendo comparações, estudando interações, ou combinando esses procedimentos. A investigação das relações de trabalho abrange tanto o trabalho livre quanto o não livre, tanto o trabalho remunerado quanto o não remunerado. Os movimentos de trabalhadores estudados envolvem tanto as organizações formais quanto as atividades informais. Esse estudo das relações de trabalho e dos movimentos sociais inclui atenção também ao “outro lado” (empregadores e autoridades públicas). As relações de trabalho também comportam a família do trabalhador, as relações de gênero dentro da família e no ambiente de trabalho.

Em *Trabalhadores do mundo...* Marcel van der Linden, fazendo uso de pesquisas de diversas regiões, épocas e disciplinas, fornece argumentos e ferramentas conceituais para o historiador interpretar seus objetos de estudo. Essa história do trabalho proposta por Linden deve integrar a escravidão, a servidão por contrato e os desdobramentos divergentes, embora interligados, ocorridos em diferentes partes do mundo<sup>8</sup>.

Três perguntas formaram o cerne das indagações de Linden: a) qual a natureza da classe trabalhadora mundial, que é o objeto da História Global do Trabalho? Como podemos definir e demarcar essa classe, e que fatores determinam sua composição?; b) Que formas de ação coletiva essa classe trabalhadora desenvolveu ao longo do tempo, e qual a lógica desse desenvolvimento?; c) o que podemos aprender com as

---

<sup>8</sup> Cf. LINDEN *op. cit.*, p. 17.



disciplinas afins? Quais contribuições da antropologia, da sociologia e de outras ciências sociais são úteis para o desenvolvimento da História Global do Trabalho?

Com as investigações realizadas a partir dessas indagações, Linden propõe uma direção para os historiadores, mas não uma resposta pronta.

Na primeira parte do livro, onde discute o conceito de classe trabalhadora, Linden observa que esse conceito parece ter sido inventado no século XIX para identificar um grupo de trabalhadores ditos “respeitáveis”, diferentes, dessa forma, dos escravos, dos trabalhadores não livres, dos trabalhadores autônomos (parte da “pequena burguesia”) e do párias miseráveis (o “lumpemproletariado”). Nessa primeira parte, precisamente no primeiro capítulo, Linden discute a complexidade da mercantilização da força de trabalho, o que implica na não estreiteza do conceito de classe trabalhadora. Essa estreiteza, combatida por Linden, concebeu apenas como classe trabalhadora os assalariados livres. Questões importantes são levantadas que ampliam e esclarecem o entendimento do que é classe trabalhadora. Além disso, alguns tipos de mercantilização da mão de obra são elencados para se compreender a profundidade do debate em torno da questão do possuidor e portador da força de trabalho<sup>9</sup>.

Na segunda e terceira partes do livro, Linden, baseando-se em estudos de caso, tenta deslindar a lógica histórica da ação coletiva da classe trabalhadora. Essa ação coletiva pode ser definida como uma ação mais ou menos coordenada por parte de um grupo de trabalhadores, visando a atingir um objetivo específico. Aqui Linden dedica atenção, sobretudo, as atividades dos trabalhadores que gozam de autonomia significativa.

Na última parte do livro, Linden trata de temas variados, principalmente em razão das redefinições conceituais operadas pela História Global do Trabalho. Nesse sentido, as fronteiras disciplinares são ultrapassadas e busca-se aprender com as disciplinas afins, tanto nos aspectos teóricos e conceituais quanto nos empíricos.

No último capítulo, especificam-se as tarefas da História Global do Trabalho. Nessa perspectiva, dois enfoques são concebidos. O primeiro é que se aspira a uma “história universal do trabalho”, documentando-se mais amplamente possível as relações de trabalho nas diferentes regiões do mundo. O segundo enfoque é numa “história do trabalho globalizado”, encarando as relações de trabalho e os movimentos

---

<sup>9</sup> Idem, p. 28-9.

dos trabalhadores da perspectiva tópica da “economia globalizada” (LINDEN, 2013, p. 396).

#### O recorte epistemológico da História Global do Trabalho

não abrange a história de todas as formas de trabalho humano ao longo dos séculos, mas sim a história do trabalho, no sentido de que esse trabalho faz parte do processo global de mercantilização (LINDEN, 2013, p. 402).

Linden conclui seu livro observando que terá alcançado seu objetivo caso tenha conseguido defender o ponto de vista da possibilidade de uma outra historiografia sobre os trabalhadores pobres do mundo, ressaltando a necessidade de se encarar todos os trabalhadores subalternos como uma única grande classe social composta por escravos, trabalhadores autônomos e os assalariados “livres”.

#### Referências

ESTEVES, Egeu Gomes. Emprego versus trabalho associado: despotismo e política na atividade humana de trabalho. **Cad. psicologia soc. trab.**, São Paulo, v. 5, p. 51-56, dez. 2002. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172002000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172002000100005&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 04 de agosto de 2023.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo**: Ensaios para uma história global do trabalho. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

## A REPRODUÇÃO SOCIAL DO PROLETARIADO E A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE – ENTREVISTA COM PIETRO BASSO<sup>1</sup>

Adriana D'Agostini<sup>2</sup>  
Célia Regina Vendramini<sup>3</sup>  
Mauro Titton<sup>4</sup>



<sup>1</sup> Entrevista recebida em 19/08/2023. Aprovada pelos editores em 27/09/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59596>.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Brasil. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil e pesquisadora visitante na Università Ca'Foscari Venezia (Unive) - Itália, em 2023. E-mail: [d.agostini@ufsc.br](mailto:d.agostini@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5137757620645835>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1347-4198>.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo - Brasil. Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil e pesquisadora visitante na Università Ca'Foscari Venezia (Unive) em 2023. E-mail: [celia.vendramini@ufsc.br](mailto:celia.vendramini@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7441375272877530>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9600-2868>.

<sup>4</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Brasil. Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisador visitante na Università Ca'Foscari Venezia (Unive) - Itália em 2023. E-mail: [m.titton@ufsc.br](mailto:m.titton@ufsc.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6319128486898465>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9146-4019>.

O entrevistado deste número da Revista Trabalho Necessário - TN 46 - é o sociólogo italiano **Pietro Basso** que concedeu a entrevista na sua casa, em Mogliano Veneto, no dia 19 de junho de 2023, tendo sido revisada pelo mesmo após a transcrição.

Pietro Basso tem larga experiência acadêmica e militante. Lecionou sociologia no Instituto Universitário Oriental de Nápoles e na Universidade Ca'Foscari Veneza, Itália. Atualmente está aposentado e contribui como editor da revista "Il Cuneo rosso" e do blog internacionalista "Il pungolo rosso". Foi por muitos anos diretor, na Ca' Foscari, do *Master Sull'Immigrazione*, a primeira experiência italiana de formação no âmbito da pós-graduação sobre o fenômeno migratório, que teve entre seus palestrantes estudiosos de alto nível de todo o mundo. É autor e organizador de muitos livros, edições de revistas e ensaios sobre temas da mundialização e do mercado de trabalho, desemprego, organização do trabalho e do tempo de trabalho, "raça" e racismo de Estado, islamofobia, imigração internacional, lutas do proletariado, história do movimento comunista. Algumas de suas obras foram traduzidas em vários idiomas. No Brasil, além de artigos e capítulos de livros, publicou o livro "Tempos modernos, jornadas antigas: vidas de trabalho no início do século XXI", pela editora da UNICAMP, em 2018.

A sua produção acadêmica e ativismo político concentram-se na crítica marxista do capitalismo e nesta entrevista Pietro nos fala sobre a reprodução social do proletariado hoje no contexto do capital, global e nacional, indicando tendências gerais e contrastando com situações específicas regionais. Sobre a reprodução social da massa de trabalhadores imigrantes que compõem o proletariado, Pietro analisa como "o destino das trabalhadoras e dos trabalhadores imigrantes é o destino de todos", ou seja, como a inferiorização dos imigrantes fomenta divisões na classe trabalhadora e funciona como alavanca para piorar a condição do proletariado como um todo. Ao mesmo tempo, as lutas dos imigrantes contra a discriminação e o racismo incidem também nas lutas dos trabalhadores em geral. Nosso entrevistado aborda ainda as dificuldades de organização dos trabalhadores italianos, recorrendo a elementos históricos, ao contexto social e político atual e indicando os setores e organizações que, de forma limitada, vêm se constituindo como vanguarda das lutas. Por fim, Pietro é desafiado a pensar sobre um novo *Manifesto do Partido Comunista*, analisando alguns aspectos, como o nível atual de destrutividade do capitalismo

plenamente realizado, a atual composição do proletariado cada vez mais multinacional e multirracial, a crescente composição feminina do proletariado internacional e o vigor da concepção de Marx e Engels sobre a auto-organização da classe, necessária para orientar o protagonismo de massa dos trabalhadores diante das condições atuais.

A entrevista é acompanhada pela tradução do texto original em italiano *Quarenta anos de ataques capitalistas: como mudaram a condição e o modo de pensar dos trabalhadores*, publicado originalmente na revista *Il cuneo rosso*.

**Adriana, Célia e Mauro:** Bom dia, Pietro. Obrigado pela sua disponibilidade para conceder esta entrevista. A primeira pergunta que gostaríamos de fazer é esta: a classe trabalhadora, desde o seu nascimento até hoje, está sujeita à exploração. Como você afirma em seu livro *“Tempos modernos, jornadas antigas”*, velhas e novas formas de sujeição dos trabalhadores ao capital se mesclam. Considerando a atual relação entre capital e trabalho que produz desemprego, ausência de contrato e direitos trabalhistas, precariedade, terceirização, trabalho irregular etc., quais consequências podem ser observadas na reprodução social da classe trabalhadora?

**Pietro Basso:** *Bom dia para vocês! Em linhas gerais, a reprodução social da classe trabalhadora é uma variável dependente daquela do capital, global e nacional. Não sendo uma constante, porém, pode se desenvolver em formas mais passivas, mais subordinadas ou em formas mais conflituosas. O fato de ser uma variável dependente não quer dizer que não possa assumir valores diferentes, mas a sua relativa autonomia aparece apenas na medida em que existe uma relação conflituosa entre capital e trabalho. Se esta relação está ausente, então as regras da reprodução social da classe trabalhadora seguem passivamente o mecanismo da reprodução social do capital.*

*Uma segunda premissa: dado que – como o capital e a classe capitalista – a classe trabalhadora ou, como prefiro dizer, o proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados, já é uma classe totalmente internacional, em minha resposta tentarei indicar as tendências gerais operando em escala global. Que me parecem – neste*

*momento – duas, pelo menos na aparência contraditórias, no que diz respeito, por um lado, aos países que historicamente estiveram no centro do processo de acumulação de valor no mundo (Europa, Estados Unidos, Japão – os países do Ocidente), por outro lado, os países ascendentes de nova industrialização da Ásia, sobretudo, mas também da África e da América Central e do Sul.*

*Para a Europa e todo o Ocidente devemos esperar uma reprodução social do proletariado cada vez mais instável e atormentada, cada vez mais distante daquela que ocorreu nos anos de 1945 a 1975, que na Europa foram definidos como os “30 anos gloriosos”. Muitos apresentaram aquele período como um “modelo”, indicativo da tendência do capitalismo de se desenvolver fortemente com continuidade, e permitir, dentro desse desenvolvimento, ou mesmo produzir espontaneamente, uma melhoria da condição proletária – a prova, em suma, das ilimitadas potencialidades do desenvolvimento capitalista e suas repercussões na totalidade da sociedade teorizada por alguns economistas como a coluna em marcha. Pelo contrário, quanto mais nos afastamos desse período, mais ele aparece – já há algum tempo venho sustentando isso – como a exceção e não como regra. Em primeiro lugar porque as melhorias no consumo, nos direitos e até na redução do tempo de trabalho que os proletários conseguiram na Europa Ocidental sempre se deveram ao conflito social, nunca ao resultado automático do desenvolvimento capitalista. E em segundo lugar porque já faz meio século que se estabeleceu a tendência oposta, com a progressiva erosão dessas melhorias, a começar pela jornada de trabalho.*

*Chamar a atenção para as políticas “neoliberais” com o seu resultado de desemprego, crescente informalidade e precarização das relações de trabalho, terceirização, intensificação da exploração do trabalho etc., está correto, mas é preciso explicar por quais razões elas prevaleceram em todos os lugares. Na minha opinião, a causa em última instância dessa inversão de tendência que coincidiu no último meio século com o domínio das políticas liberais, a hipertrofia financeira típica do imperialismo, a forte polarização social, não é fruto de “escolhas políticas” erradas ou piores do que outras que teriam sido possíveis, portanto reversíveis, mas é de ordem estrutural: a insuficiente rentabilidade dos investimentos produtivos em escala mundial, a começar exatamente no histórico centro do processo de acumulação do capital. Isso identifica toda uma fase histórica no desenvolvimento do capitalismo, na qual veio à luz a crescente incapacidade de o capital gerar quantidade suficiente de*

*novo valor através de uma expansão da produção de mercadorias fundada sobre o intenso emprego de força de trabalho – uma crescente incapacidade que o capital busca superar por meio de um aumento desmesurado do crédito, do endividamento geral ilimitado. Não posso aqui desenvolver, nem mesmo brevemente, a demonstração desta tese. Só queria dizer que, a meu ver, a crise de meados dos anos 1970, da qual se originou a inversão da tendência, foi essencialmente uma crise de superacumulação de capital. E que a enorme expansão em escala mundial do processo de produção capitalista pelo qual foi superada lançou as bases para a explosão, em 2007-2008, de uma crise da mesma natureza, mas de proporções e agudeza incomparáveis porque ressurgiu com toda a sua gravidade, sobre uma escala geográfica ainda mais extensa, a crescente dificuldade do capital a se autovalorizar pelo único modo real à sua disposição: passando através da produção de novo valor.*

*O país ocidental no qual a tendência à degradação das condições médias de trabalho e de existência do proletariado foi e é massivamente evidente são os Estados Unidos da América. Lá, segundo os indicadores estatísticos oficiais, desde 2015 a própria expectativa de vida das pessoas brancas da classe trabalhadora – uma das principais promessas do desenvolvimento capitalista – vem diminuindo. Um entre os livros mais interessantes que li nos últimos tempos, “Mortes por desespero e o futuro do capitalismo”<sup>5</sup>, fala sobre mortes por suicídio, álcool e outras drogas mostrando a desagregação em curso de um dos segmentos mais privilegiados da classe trabalhadora internacional. Fica quase ridicularizada (por uma montanha de fatos sociais reais) a imagem que muitos ainda têm na cabeça da invencível superpotência capaz de criar uma classless society (sociedade sem classes), ou pelo menos se aproximar desse objetivo. Os governantes estadunidenses estão tamponando as iminentes rupturas sociais com o uso da violência, com leis antigreve, com a impressão descontrolada de dólares etc. Mas se você olhar para os processos sociais que envolvem a classe trabalhadora, fica palpável aquela evolução para uma existência cada vez mais atormentada e instável de que eu falava, para todos os países ocidentais, levada ao extremo. Afinal, os Estados Unidos são o país dos extremos. Tudo ali se apresenta com uma brutalidade de Velho Oeste, de perene acumulação originária.*

---

<sup>5</sup> CASE, Anne; DEATON, Angus. **Deaths of Despair and the Future of Capitalism**. Princeton University Press: Princeton, NJ, 2020. 312p.

**Adriana, Célia e Mauro:** Esses extremos tornam tudo mais claro, não é?

**Pietro Basso:** *Sim, até porque eles quase se vangloriam dessa brutalidade, como se fosse um índice de vitalidade. Na Europa, a mesma tendência se afirmou de forma mais lenta e gradual, sem exceções. Já faz alguns anos, foram escritos ensaios e livros sobre empregos a € 1,5 a hora na rica Alemanha, com uma fração dos assalariados forçados a sobreviver em condições de marginalidade e de asfixiante controle estatal sobre os sempre mais modestos gastos com a assistência pública. As coisas vão ainda piores no Reino Unido, sobretudo depois do Brexit, que em poucos anos fez desaparecer as ilusões criadas pelos demagogos seus promotores<sup>6</sup>. Todavia, para um setor da classe trabalhadora formado predominantemente por mulheres e imigrantes, a pobreza é uma experiência cotidiana na maioria dos países europeus. Não se trata somente dos desempregados de longa duração. Há, faz algumas décadas, uma massa de trabalhadores pobres na União Europeia estimada entre 8 e 10% dos assalariados. Em países como a Grécia, a velocidade e a radicalidade do processo foram máximas por causa das duríssimas medidas de austeridade impostas pela União Europeia (UE), pelo Banco Central Europeu (BCE) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), com amplos fenômenos de empobrecimento e marginalização da vida social, especialmente para os trabalhadores mais velhos (em uma década, foram lançadas treze reformas para piorar a aposentadoria). Sobre a Itália, basta um dado: entre 1990 e 2020 os salários perderam poder de compra, em média, cerca de 3% ao ano, com uma queda muito mais acentuada entre 2007 e 2020 (-10%). Este foi um período sombrio também para outros países europeus, já que de 2009 a 2019 os salários reais caíram 23% na Grécia, 11% na Croácia, 4% em Portugal, 2% na Espanha<sup>7</sup>. Além disso, na maioria dos países europeus se firmou a tendência ao prolongamento da jornada de trabalho,*

---

<sup>6</sup> Conferir FRIEDRICH, Julia; MÜLLER, Eva; BAUMHOLT, Boris. **Deutschland Dritte Klasse**. Life in der Unterschicht. Hamburgo: Hoffmann und Campe Verlag, 2009; para a Inglaterra, conferir ARMSTRONG, Stephen. **The New Poverty**. Londres-Nova York: Verso, 2018.

<sup>7</sup> ILO, Global Wage Report 2022-2023. **The impact of Covid-19 and inflation on wages and purchasing power**. Geneva, 2023. Disponível em <[https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms\\_862569.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_862569.pdf)> Acesso em 25 de julho de 2023.



*da semana de trabalho, da jornada anual de trabalho e do tempo de trabalho ao longo da vida dos operários e assalariados com ocupação estável – como acredito ter demonstrado em meu livro sobre horas de trabalho<sup>8</sup>.*

*No entanto, não é o caso de projetar mecanicamente esta tendência europeia e ocidental à escala mundial. Em boa parte da Ásia e em muitas “ilhas” da África, o processo de reprodução social do proletariado tem ocorrido nas últimas décadas de forma diferente, com possibilidades reais de melhora material e, em certos casos, com melhores garantias normativas e legais do que há algum tempo. Assim, enquanto na Europa operou e opera uma prolongada tendência descendente, em vastas áreas do mundo de mais recente industrialização operou e opera uma tendência ascendente, embora em desaceleração e às vezes com bruscas quedas.*

*Se por um longuíssimo período a lei capitalista do desenvolvimento combinado e desigual jogou exclusivamente em prejuízo dos continentes colonizados, nas últimas décadas o maciço deslocamento e desenvolvimento da produção manufatureira para o “Sul” do mundo permitiu que alguns dos países arruinados pelo colonialismo histórico encurtassem as distâncias em relação ao “centro”. Nos séculos de colonialismo histórico, a África sofreu mais do que todos. Se fizéssemos uma escala das devastações causadas pelo colonialismo, o último degrau seria ocupado pela África, o penúltimo pela América Central, depois a América Latina e finalmente a Ásia. A Ásia, em seu conjunto, teve uma capacidade de resistência ao colonialismo histórico superior aos outros continentes. Isso a ajudou a se reerguer, embora ainda esteja longe de ter recuperado a esmagadora liderança mundial na produção manufatureira que havia detido, com a China e a Índia, até o início do século XIX. No momento em que desmoronou o velho colonialismo, o neocolonialismo financeiro e termonuclear (Estados Unidos como principal expoente) avançou rapidamente, é verdade. Mas na transição do colapso de um para a plena afirmação do outro houve um processo tricontinental de revoluções nacionais, anticoloniais e antifeudais de grande significado. Houve revoluções populares, burguesas-populares, nacional-populares, mas se tratou de revoluções autênticas (China, Vietnã, Cuba, Argélia, ex-colônias portuguesas etc.). E puseram em movimento uma dinâmica de desenvolvimento das modernas relações sociais capitalistas, que foi materializada com modalidades*

---

<sup>8</sup> N.T.: BASSO, Pietro. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

diferentes daquelas típicas do original desenvolvimento do capitalismo nos países europeus. A essa dinâmica endógena se somou, a partir da década de 1970 (na indústria têxtil começou uma década antes), um enorme processo de deslocamento operado pelos países do “centro” na busca espasmódica de maiores taxas de lucro, lucros extras com os quais pudesse reviver o ritmo de acumulação de capital. E se iniciou uma corrida tricontinental pela criação de zonas econômicas especiais (ZEE) para favorecer os investimentos das multinacionais, com repercussões sobre a condição dos trabalhadores e dos proletários, e nas suas expectativas, que ao longo do tempo se tornaram evidentes.

O caso mais espetacular, não o único, é o da China. Lá, por exemplo, o acesso à casa própria já diz respeito a pouco menos de 20% da classe trabalhadora. Passa pelo mecanismo do endividamento, claro, para o qual se requer garantias – uma guilhotina sobre a cabeça da parcela da classe capaz de dar esse passo (agora complicado pelas quebras de algumas megaempresas imobiliárias). Mas enquanto há 20 anos o salário médio chinês era 1/10 do salário italiano ou um pouco mais, e o acesso à casa própria era para os trabalhadores um verdadeiro sonho, agora o salário médio chinês está próximo da metade do italiano, talvez ainda mais se nos referirmos ao poder de compra real, com todas as consequências do caso também na consciência de si dos proletários.

Na China, na Indonésia – um país do qual quase nunca se fala – no Vietnã, na Índia, embora não no mesmo ritmo da China, o processo de reprodução social do proletariado está ocorrendo em um contexto no qual esses países conquistam espaço crescente no mercado mundial. À diferença dos “anos gloriosos” europeus, porém, os aumentos de renda não correspondem a uma expansão comparável de direitos civis democráticos – apesar das explosões periódicas do conflito de classe e de resultados regulatórios não desprezíveis, como o lançamento em 2008 da nova legislação sobre relações de trabalho e sobre jornada de trabalho na China. Dentro da sociedade das mercadorias, a possibilidade de acesso ao consumo é um indicador importante para os proletários, porque afeta a alimentação, a moradia, a educação, a proteção contra doenças etc., um conjunto de mudanças que – repito – se refletem na consciência de si da classe trabalhadora. Presumo que esta relativa melhora nas condições de existência e de reprodução da classe trabalhadora passou, e ainda passa, por uma exploração intensiva paroxística da força de trabalho, em muitos casos feminina, da

*qual são emblemáticas as fábricas-dormitório, do México à China: o que me interessa sublinhar é que nos países europeus a intensificação da exploração do trabalho tem sido acompanhada desde há algumas décadas pela piora média das condições de trabalho e de vida dos proletários, enquanto na China, Índia, Vietnã, Indonésia, até agora, em média tem havido uma certa melhora, pelo menos nas condições de vida.*

*Muito mais contraditória é a situação dos maiores países da América Latina, que avançam, a meu ver, numa montanha-russa. Paradigmática é a história da Argentina, que teve momentos de exaltação “europeia” coincidindo com o auge do peronismo, para conhecer depois quedas vertiginosas feitas de default e explosão de pobreza. No entanto, no irreversível declínio da hegemonia e dominação estadunidense e europeia sobre o mundo e sobre a América Latina, estão se abrindo espaços de manobra – em particular para o Brasil – que talvez possam trazer limitados, temporários benefícios para setores do proletariado menos atingidos pelos processos de informalidade.*

**Adriana, Célia e Mauro:** Qual é a ligação entre as duas tendências e quanto tempo ainda pode durar o que você chamou de aparente contradição? Você também mencionou o reflexo que elas têm sobre a “consciência de si” dos trabalhadores: você pode dizer algo mais sobre este aspecto?

**Pietro Basso:** *O vínculo é forte e biunívoco. A difusão mundial das relações sociais capitalistas provocou um fenômeno inteiramente novo: colocou em concorrência direta em larga escala em toda a indústria manufatureira (e não só) os trabalhadores do “centro” com os da “periferia”, na Europa – depois de 1989 – aqueles dos países ocidentais com aqueles dos países do leste, com efeitos depressivos sobre os proletários mais “garantidos” dos países ocidentais levados à corrida para o rebaixamento pelo medo, ou mesmo pelo terror, de perder seus empregos como resultado dos deslocamentos [da produção]. Esse mesmo mecanismo, que por algumas décadas favoreceu o desenvolvimento de alguns países extra metropolitanos a taxas excepcionais, agora parece ter atingido seu ápice, pelo menos na China, já que o crescimento dos salários reais e de certas garantias regulatórias se tornou o motivo da implementação de processos de deslocamento interno e externo para áreas*

*da Ásia e África com menor custo da força de trabalho. Por outro lado, as migrações internacionais intensificadas rumo aos Estados Unidos e à Europa têm permitido sempre mais extensos processos de deslocamento in loco, com o que o mecanismo depressivo da ilimitada concorrência entre empresas e, também, entre trabalhadores, já não opera apenas do Norte para o Sul, mas também, embora a uma escala mais limitada, do Sul para o Norte, de Leste para Oeste e – fortemente – entre zonas do Sul colocadas em competição entre si pela mobilidade dos capitais. Dominando tudo está um processo estrutural de universal desvalorização do trabalho vivo – mesmo na presença de salários reais crescentes, sendo o salário relativo o critério de medida decisivo.*

*Quanto aos reflexos subjetivos, na consciência de si dos proletários, desse unitário e diferenciado processo de reprodução social do proletariado no mundo, em termos tão grosseiros e esquemáticos quanto os usados até agora (peço desculpas, mas como não ser? Estamos falando de uma classe social que chega a 2,5 - 3 bilhões de indivíduos), eu diria o seguinte: nos países ocidentais prevalece entre os proletários – na ausência de lutas – um sentimento de medo e desconfiança em relação a si mesmos como classe e sobre o futuro, que empurra para o individualismo e para a redução de qualquer forma de autoatividade coletiva, enquanto em muitos países do Sul do mundo prevalece um sentimento de orgulho de si e de confiança no futuro (que também contém, de forma contraditória, uma maior confiança na possibilidade de desenvolvimento do capitalismo).*

*Na Europa Ocidental, depois de mais de 40 anos de derrotas e reveses (sobretudo nas últimas duas ou três décadas sem lutar), o trabalhador ou proletário individual se sente, normalmente, um trapo sem valor, e tem até dificuldade para se declarar assim. E se ele tem a ambição de sair dessa condição para “tornar-se alguém”, na maior parte dos casos acredita que pode conseguir abrindo espaço contra os outros seus companheiros. Tudo isso é o reflexo de um sentimento mais geral de derrota e impotência face ao poder esmagador dos patrões, por sua vez alimentado pela ausência do menor ponto de referência credível para os proletários, políticos e sindicatos. Na ausência de fortes movimentos de luta – que, na Itália e não apenas nela, vem de muito tempo (com a única exceção dos trabalhadores da logística) – a atitude operária, proletária mais difundida é a de aceitar as formas de “flexibilidade” exigidas pelos patrões, fazer mais horas extras (em vez de lutar por aumentos*

salariais), evitar “criar problemas” (mesmo à custa de colocar em risco a própria saúde e até a própria vida), na esperança de ganhar alguns pontos na escala da empresa e naquela social. Isso também ocorre porque hoje não há mais uma tradição de lutas a que possa se referir de modo direto, já que aqueles que as vivenciaram (mesmo os do ciclo iniciado no final dos anos 1960) estão fora do processo produtivo e dos conflitos, também daqueles sindicais.

Naturalmente, quando irrompem conflitos sociais intensos, mesmo em setores individuais da classe, o quadro muda repentinamente. Pensemos na França nos últimos meses, que foi sacudida duas vezes, de maneiras muito diferentes, pela luta dos trabalhadores mais “garantidos” contra a reforma da previdência desejada por Macron e pelos patrões, e depois pela potente revolta dos setores mais oprimidos e marginalizados das periferias. Por meio dessas lutas, ou batalhas, os proletários fortalecem sua autoestima, ganham uma consciência mais lúcida das contradições e antagonismos sociais e da necessidade de se organizarem, recuperando também, de alguma forma, as experiências passadas. Não me refiro apenas, nem em primeiro lugar, à luta sindical, mas aos movimentos sociais e políticos: a meu ver, nos últimos anos, a expressão máxima de luta e avanço da consciência de classe no Ocidente foi o Movimento Vidas Negras Importam (Black Lives Matter).

Em linhas gerais, a luta de classes do proletariado e do semiproletariado do Sul do mundo foi e é certamente mais vivaz do que nos países do “centro” – o que corresponde precisamente à percepção de ascender e querer ascender mais, e a uma maior confiança de poder fazê-lo coletivamente. Penso na África e no mundo árabe: a grande Intifada árabe de 2011-2012, um autêntico terremoto social e político, embora tenha acabado derrotado; o triênio (2012-2014) de formidáveis batalhas proletárias na África do Sul com epicentro entre os mineiros de Marikana; os novos levantes populares no Líbano, Argélia e Sudão em 2018-2020, ainda que inconsequentes; à atual rebelião anticolonial na África Ocidental... e se fossemos para a Índia, Indonésia, Filipinas, Sri-Lanka etc. teríamos coisas para pensar.

Sobre ambas as tendências contraditórias que mencionamos até agora, paira a incógnita da crise histórica do sistema social capitalista.

**Adriana, Célia e Mauro:** O que você entende por crise histórica do sistema social capitalista?

**Pietro Basso:** Podemos tomar como ponto de partida o início do século XXI com o ataque às Torres Gêmeas, que – agora está mais claro do que antes – veio do conjunto do mundo árabe. Não foi, como sustentava a propaganda de Estado islamofóbica, a expressão das paranoias de um minigrupo de fanáticos assassinos, mas algo muito mais amplo e profundo: a voz de um sentimento generalizado de rejeição radical à pretensão dos Estados Unidos de exercer um perene domínio incontestável sobre o mundo árabe. Com esses ataques, os dezenove que conduziram os ataques gritaram na cara do establishment estadunidense: “os árabes estão cheios de vocês, não suportam mais a sua ditadura!”; foram filhos de famílias burguesas nos países árabes mais pró-americanos – isso por si só é um indicativo do grau de expansão e intensidade do sentimento antiamericano, se não antiocidental. Tomo o dia 11 de setembro de 2001 como o ponto de partida da grande crise em curso porque os Estados Unidos foram atacados em seu território pela primeira vez desde a guerra de independência contra a Inglaterra. É um ato inequívoco de rebelião – não é a nossa lógica de rebelião, claro; é o pré-anúncio de uma mudança de época. Totalmente confirmado pelo fato de que as guerras desencadeadas como represália no Afeganistão e no Iraque pelos Estados Unidos e pelo Ocidente, por mais incrivelmente assimétricas, Washington e seus aliados as perderam. No Afeganistão perderam a guerra no terreno, no Iraque ganharam-na cometendo crimes abomináveis, chegando a perder a paz também em consequência do tipo de guerra de devastação ultra bárbara que conduziram. E os Estados Unidos são há oitenta anos o pilar fundamental da ordem internacional que emergiu da Segunda Guerra Mundial...

Depois chegou a crise financeira que Alan Greenspan<sup>9</sup> definiu “a maior crise da história do capitalismo”, iniciada em 2008 com o colapso do Lehman Brothers – epicentro nos Estados Unidos. Em seguida, a crise do Euro em 2011-2012, depois a crise pandêmica, a crise ecológica que explode e não conseguem negá-la e nem contê-la, para finalmente chegar à eclosão da guerra na Ucrânia, que marca o início de uma outra fase histórica. Cada uma dessas crises “singulares” foi sendo inserida na outra, aproximando o momento de uma explosão geral e incontrolável das

---

<sup>9</sup> Alan Greenspan, economista americano, ex-presidente do Federal Reserve de 1987 a 2006.

*contradições do sistema social capitalista e o desencadeamento de ações e reações cujo resultado ninguém pode prever – não por acaso, de um ano para cá, foi totalmente colocada em movimento a possibilidade de uma terceira guerra mundial.*

*Uma possível explosão descontrolada de todas as contradições do sistema colocará em discussão, sem dúvida, também a relativa ascensão de áreas do proletariado no Sul do mundo – na China já subiu o tom do alarme pelo desemprego de jovens entre 16 e 24 anos, que ultrapassou 21% em junho, um número inédito para a China dos milagres – cujo atolamento agora é considerado inevitável. Aquelas que hoje parecem ser duas tendências contraditórias entre elas poderão dar lugar ao advento generalizado de economias de guerra antes mesmo da eclosão de uma guerra geral. Com evidentes reflexos no plano político e, portanto, também nas condições gerais do contexto da reprodução social do proletariado.*

*A divisão entre democracias e autocracias, ridícula em si mesma, é destinada a se tornar ainda mais inconsistente. A Itália democrática tem hoje o governo mais reacionário e de direita desde 1945. E os Estados Unidos de Trump, ou de Biden, que cancela uma greve decidida pela massa dos ferroviários? E o Brasil de Bolsonaro? E a França de Macron com uma polícia repleta de grupos organizados de fascistas e racistas? E a Ucrânia de Zelensky, em que ele quase santifica como heróis os milicianos com claras simpatias nazistóides? Também em países que continuam em ascensão, evidentemente, onde em média é mais limitado o acesso às liberdades democráticas (“a democracia é um luxo dos países ricos”, que saquearam os outros durante séculos), pode se desencadear uma disciplina de guerra, pelo menos de guerra econômica extrema, porque para o capital de cada nação não há alternativas. Passo a passo, como se estivesse em ação um mecanismo automático que se impõe a todos com a inexorabilidade de suas leis de funcionamento, se está andando para um confronto intercapitalista, interimperialista apocalíptico, a menos que o proletariado saiba como se colocar bloqueando seu curso.*

*Na explosão em curso desta grande crise do sistema social capitalista, eis a variável em que me concentro: que diante de uma catástrofe impressionante, ou uma amostra dela, a classe trabalhadora, colocada de costas contra a parede, ao invés de reivindicar um espaço próprio dentro do desenvolvimento capitalista, repentinamente muda de direção: “Não quero ser bucha de canhão para suas guerras e, portanto – já que vocês não me dão alternativas – guerra por guerra, vamos fazê-la para acabar*

*com este sistema social sempre mais destrutivo”. Esta é a minha esperança (não contemplativa): uma virada histórica semelhante à de Outubro de 1917, mas em maior escala e com maior radicalidade das transformações sociais possibilitadas justamente pelo que foi o capitalismo.*

**Adriana, Célia e Mauro:** “O destino das trabalhadoras e dos trabalhadores imigrantes é o destino de todos”. Esta é a frase com a qual se convocou uma assembleia em Mestre no dia 25 de maio de 2023, organizada pelo Comitê Permanente contra as guerras e o racismo de Marghera<sup>10</sup> e outras organizações políticas. O que significa esta afirmação?

**Pietro Basso:** *No topo da economia, da sociedade e do Estado eles sabem muito bem que o destino dos imigrantes é o destino de todos os trabalhadores. Precisamente por isso os discriminam, fazem-nos morrer no mar, esmagam-nos o mais possível sob o peso de leis especiais, multiplicam os campos de concentração na Europa e na África, desencadeiam campanhas racistas dirigidas contra esta ou aquela nacionalidade. Colocar os imigrantes como seres humanos inferiores, fonte de todos os males e perigos sociais, fomenta divisões e ódios na classe trabalhadora, e serve para criar uma força de trabalho inferiorizada que funciona como alavanca para piorar a condição do proletariado como um todo. O paralelo mais adequado é com a função do exército de reserva, tendo em conta, no entanto, que a massa das mulheres e dos homens imigrantes pertence à força de trabalho em idade produtiva.*

*Infelizmente, porém, entre aqueles que lidam com imigrantes e entre muitos trabalhadores autóctones que têm boa disposição para com os imigrantes há um senso comum diferente. Aos seus olhos, as/os imigrantes aparecem geralmente como um mundo à parte, diferente de nós, mais “fracos” do que nós, portanto necessitados de compaixão, “outros” apartados de nós porque pertencem a outras culturas e “identidades” – são atitudes em certo grau paternalistas que impedem a formação da consciência de um destino comum, na medida em que não levam em consideração a especial força desses “fracos” e empurram para segundo plano tudo o que nos une a eles. Pior ainda ocorre na massa de trabalhadores autóctones indiferentes ou*

---

<sup>10</sup> N.T.: Marghera é uma localidade da cidade de Veneza, Itália, na parte continental.



*indispostos: para eles, o tratamento reservado pelas instituições e pelo mercado aos imigrantes é algo que “não nos diz respeito”. Isso é completamente falso, uma falsa consciência difundida, infelizmente, sobretudo entre os proletários.*

*É uma falsa consciência que – no que diz respeito à Itália e aos trabalhadores italianos – tem raízes históricas: é o chauvinismo típico dos países colonialistas e imperialistas, nos quais, ao longo dos séculos, também os proletários puderam se beneficiar, em alguma medida, do saqueio dos continentes colonizados e dominados e, por consequência, podem olhar os imigrantes “de cor” de cima a baixo como os últimos, que é justo que estejam em último lugar. Só que o mercado de trabalho é um sistema de vasos comunicantes. E como os vasos nos quais há trabalho imigrante são cada vez mais amplos, se o mercado – isto é, o capital – e seu grande protetor, o Estado, garantirem que os níveis salariais, os níveis de reconhecimento de direitos sejam estruturalmente mais baixos ou desçam para os imigrantes, deem tempo ao tempo e verão que o nível médio vai baixar em todos os outros vasos, é inexorável.*

*Claro: nunca houve nem haverá uma condição proletária homogênea, nem mesmo dentro de uma única fábrica. Ainda menos pode haver na sociedade como um todo, e menos ainda no mercado mundial como um todo. Na composição estratificada do proletariado, portanto, não há ilhas que estejam a salvo de qualquer perturbação, especialmente em uma época, como a nossa, de pressão capitalista universal para desvalorizar a força de trabalho. Daí o título que demos à assembleia de 25 de maio.*

*Esse título vem de um convênio precedente, que tinha como lema: A saúde dos imigrantes é a saúde de todos. Alargamos o sentido ao falar de “destino” para afirmar que as condições de trabalho dos imigrantes, as suas condições de existência, o nível de chantagem ao qual estão submetidos, o respeito pela sua dignidade, a sua organização, dizem respeito a todos os trabalhadores. À medida em que a imigração se estabiliza, o mundo das populações imigrantes se divide em classes. Mas a grande maioria dos imigrantes permanece numa condição proletária, parte integrante de uma classe composta majoritariamente por trabalhadores autóctones. E sofre, em geral, todo tipo de discriminação. As situações em que há completa e efetiva igualdade de tratamento no trabalho e de titularidade de direitos entre autóctones e imigrantes são exceções. Apenas um exemplo: em um país como a Itália, com 6 milhões de*

*imigrantes, não há jus soli<sup>11</sup> para quase um milhão de menores filhos de imigrantes. Essa forte discriminação institucional aciona mecanismos de discriminação social implementados por coetâneos, pelos professores e assim por diante. O Estado educa a população, a menos que esta não decida... reeducá-lo com os necessários métodos céleres.*

*Sobre essas questões, gostaria de destacar dois escritos de Iside Gjergji, uma estudiosa valiosa, *Circolari amministrative e immigrazioni* e *Sulla governance delle migrazioni* (ambos publicados pela Editora Franco Angeli)<sup>12</sup>. O primeiro explica como a atribuição exclusiva da gestão da imigração às autoridades policiais acarreta uma utilização anormal de medidas administrativas, em particular de circulares, instrumentos que se prestam como poucos ao arbítrio e à socialização do arbítrio. O segundo estudo amplia seu olhar ao âmbito internacional, ao entrar no que Gjergji chama de *underground* no comando global sobre os movimentos migratórios, caracterizado pela primazia dos órgãos executivos e por formas normativas, sobretudo paranormativas, *just in time*, cada vez mais ditadas por poderes privados e por lógicas privatistas. A combinação dos dois níveis, o global e o nacional, tem como resultado a inferiorização e precarização estruturais, permanentes de milhões de imigrantes. Com efeitos em cadeia sobre toda a classe trabalhadora, que no seu interior não está demarcada por muralhas chinesas entre suas diferentes seções.*

*“O destino dos imigrantes é o destino de todos os trabalhadores” também se aplica, é evidente, ao contrário. Quando os/as imigrantes lutam contra a discriminação e o racismo, se fazem respeitar – e só têm uma maneira de fazer isso: lutar, se organizar – suas lutas também ajudam os trabalhadores e as trabalhadoras autóctones a se fazerem respeitar e a rejeitar chantagens e imprecizações racistas. É por isso que é de grande importância apoiar a resistência, a organização e as lutas dos trabalhadores e das populações imigrantes, a começar pela reivindicação de uma autorização de residência incondicional para todos os imigrantes presentes em território europeu de forma a extinguir totalmente a zona de irregularidade. Sempre me recusei a falar em “clandestinidade” e “clandestinos”, porque a irregularidade não é uma escolha dos imigrantes, é uma estudada condenação institucional. Existe uma*

---

<sup>11</sup> N.T.: A legislação italiana reconhece a cidadania por consanguinidade e não por nascimento em território italiano.

<sup>12</sup> N.T.: Trata-se dos livros, GJERGJI, Iside. **Circolari amministrative e immigrazioni**. Milano: Franco Angeli, 2013. GJERGJI, Iside. **Sulla governance delle migrazioni**. Milano: Franco Angeli, 2016.

*bela palavra alemã: illegalisiernten, ilegalizados, irregularizados. O termo é pesado, mas honesto. É o mercado e o Estado como braço armado do mercado (do capital) que os querem assim; não todos os imigrantes, claro, mas uma cota grande o suficiente para servir de alavanca e de alerta para todos. A legislação especial de imigração é uma legislação contra todos os trabalhadores, não apenas contra os imigrantes. Todas as medidas e práticas que criam hierarquias mais ou menos estáveis e reguladas dentro da classe trabalhadora prejudicam toda a classe trabalhadora, não apenas os trabalhadores e trabalhadoras diretamente discriminados e inferiorizados.*

**Adriana, Célia e Mauro:** Vivemos um contexto de grande dificuldade na organização, na luta dos trabalhadores. Como está a situação na Itália? Onde pode ser visto qualquer sinal de resistência e luta? Podemos falar da existência de vanguardas nas lutas atuais?

**Pietro Basso:** *Não sei se lhes dei o número da revista Il cuneo rosso sobre a crise global e o conflito de classes na Europa, que editei<sup>13</sup>. Nele se aborda como mudaram as condições e o modo de pensar dos trabalhadores após quarenta anos de ataques capitalistas. Contém uma seção sobre a crise e a luta de classes na Europa, com artigos sobre a Alemanha, a Grécia, a Espanha, Portugal e, claro, a Itália com textos dedicados aos trabalhadores da logística, trabalhadores de call center, aos metalúrgicos da Fincantieri de Marghera. Fala da profunda crise dos sindicatos na Itália, mostrando o longo caminho de sujeição às políticas neoliberais e às prioridades corporativas dos três maiores sindicatos italianos, CGIL (Confederação Geral Italiana do Trabalho), CISL (Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores) e UIL (União Italiana do Trabalho), e sua progressiva estatização.*

*Ao último congresso da CGIL, foi convidada até a primeira-ministra Meloni (não acontecia há 27 anos que um primeiro-ministro fosse convidado), e ela aproveitou para atacar frontalmente a CGIL e declarar que os sindicatos não terão influência alguma sobre as decisões do executivo. Só pode haver uma razão pela qual a direção*

---

<sup>13</sup> Revista Il Cuneo Rosso, n. 2, novembro de 2014 (Referência ao artigo: Quaranta anni di attacchi capitalisti: come sono cambiati la condizione e il modo di pensare dei lavoratori). [N.T.: o artigo referido foi traduzido e está publicado nesta edição da Revista Trabalho Necessário com o título Quarenta anos de ataques capitalistas: como mudaram a condição e o modo de pensar dos trabalhadores].

da CGIL, que incansavelmente continua a se autodenominar antifascista, tenha feito este convite a uma política de longo percurso cujo partido tem suas raízes justamente na tradição fascista, embora modernizada: “normalizar” o governo de direita, predispor toda a estrutura da CGIL e seus adeptos para o “diálogo” com este que é um dos executivos mais agressivamente antitrabalhadores do pós-guerra. Agora até a CGIL, que em tempos distantes foi um sindicato combativo, é cada vez mais um “sindicato de serviços”. Se vai à sede (pode-se dizer: escritório) da CGIL não para organizar lutas e greves, mas fundamentalmente para fazer a declaração de imposto de renda, para encaminhar a aposentadoria, para auxiliar nos contratos de aluguel, para abrir processos trabalhistas; ou, se for imigrante, para os trâmites da sua autorização de residência, de forma a não perder o seu dia de trabalho e evitar insultos ou abusos nas repartições da polícia. Também para a CGIL, bem como para a CISL, a greve se tornou uma arma para ser usada como “último recurso” e não é de se surpreender que cada vez mais as greves tenham pouca participação.

Outro aspecto da institucionalização dos sindicatos é o seu pleno envolvimento nas cooperativas<sup>14</sup> e, através delas, na gestão do rebaixamento do mercado de trabalho. Um posterior aspecto relevante é constituído pela osmose entre as estruturas sindicais e os numerosos “entes bilaterais”, órgãos “consultivos”, escolas de formação profissional etc., nas quais a integração com a máquina estatal é profunda e, nesse momento, irreversível. Menos ainda podemos esquecer a “especialização” de setores da burocracia sindical na gestão dos fundos de pensão e os esforços contínuos que essa burocracia tem feito para que as indenizações dos trabalhadores (a chamada “liquidação”)<sup>15</sup> sejam atribuídas a eles, transformando as garantias trabalhistas em “capital de risco” para alimentar as bolsas e a especulação financeira. Vale a pena destacar que a burocracia sindical envolvida nesse processo não foi obrigada a isso, mas tem sido protagonista dele em primeiro nível, uma verdadeira ponta de lança do ataque capitalista. Alguns ainda falam em construir “consenso” entre patronato, governo e sindicatos; na realidade, há subordinação dos sindicatos confederados aos interesses do executivo e do patronato. A fase do “consenso” em que CGIL, CISL e UIL tiveram alguma voz nas decisões do governo

---

<sup>14</sup> N.E.: trata-se aqui das cooperativas de prestação de serviços, em especial.

<sup>15</sup> N.E.: trata-se do pagamento de direitos trabalhistas na finalização de um contrato de trabalho.

*terminou há muito tempo. A Itália é hoje um país com uma combatividade operária e sindical ínfima. E a perspectiva...*

**Adriana, Célia e Mauro:** Bem, de onde vem a resistência a essa perspectiva um tanto sombria hoje na Itália?

**Pietro Basso:** *A resistência dos trabalhadores aos ataques dos patrões e às medidas do executivo de Meloni é hoje limitadíssima. Amanhã não sabemos, porque está se acumulando um grande descontentamento: pelos baixos salários, corroídos pela inflação; pelos níveis insustentáveis de intensidade do trabalho; pela precariedade; pelo crescimento ininterrupto do número de mortes e de acidentes de trabalho; pelos cortes nos gastos sociais com saúde. Esse descontentamento poderia explodir sem aviso prévio, mas – no momento – o único setor da classe trabalhadora que fez e continua fazendo (com dificuldade crescente) combate duro aos patrões são os carregadores e motoristas de logística. Não todo o setor (que tem mais de um milhão e meio de ocupados), mas uma fração dele, formada por algumas dezenas de milhares de proletários, em grande parte imigrantes, em sua maioria organizados com o SI Cobas<sup>16</sup>. O livro *Carne de açougue: as lutas dos trabalhadores da logística e o teorema repressivo contra o SI COBAS e as conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras na Itália*<sup>17</sup> é uma boa documentação dessas lutas (até 2017). Outro livro apresenta a trajetória de uma das mais brilhantes vanguardas dessas lutas: *Arafat vai à luta: a história - verídica - de um egípcio. Da exploração às batalhas sindicais*<sup>18</sup>.*

*Nos últimos 10 a 15 anos, a logística foi o único setor em que a condição dos trabalhadores melhorou, sobretudo no que diz respeito aos salários, que passaram de 700-800 euros para até 1.700-1.800 euros, com regularização das jornadas de trabalho. Antes destas lutas, os carregadores iam aos armazéns para fazer, digamos, duas horas de trabalho, depois ficavam parados ali perto e tinham de esperar, sem serem pagos, até 3-4 horas antes de serem chamados para nova carga ou descarga.*

---

<sup>16</sup> N.E.: Sindicato Intercategorial - Trabalhadores Auto-organizados.

<sup>17</sup> N.E.: SI Cobas (Orgs.) **Carne da macello**: Le lotte degli operai della logistica e il teorema repressivo contro il SI COBAS e le conquiste dei lavoratori e delle lavoratrici in Italia. Roma: Red Star Press, 2017.

<sup>18</sup> SCANDALIATO, Maria Elena. **Arafat va alla lotta**. La storia – vera – di un migrante egiziano. Dallo sfruttamento a le battagli sindacali. Milão: Mimesis, 2021.

Outros testemunhos diretos muito significativos de vanguardas imigrantes das lutas logísticas originários de Marrocos e Senegal podem ser encontrados no Número 3 de “Il cuneo rosso”, abril de 2019, dedicado ao tema: neocolonialismo e a guerra contra os imigrantes.

*Em vez disso, nas fases de pico, eles trabalhavam até 14 horas por dia, sem pagamento de horas extras. Não havia progressões no trabalho e no salário, enquanto agora em vários armazéns já foram introduzidas progressões automáticas com base exclusivamente no tempo de trabalho. Foi introduzida a cláusula social que obriga a cooperativa ou a empresa contratante (as alterações de contratos são muito frequentes) a reconhecer as condições anteriores e o tempo de serviço adquirido. Foram aumentados os dias de descanso remunerado, o que é muito útil para os imigrantes, dada a quantidade de procedimentos burocráticos e normativos adicionais que eles precisam cumprir. E – um aspecto fundamental – foi conquistado o direito de realizar assembleias no local de trabalho.*

*Em muitos casos, as lutas dos sindicatos de base começaram a partir do pedido de aplicação do acordo coletivo nacional – a prática estabelecida na Itália nos últimos anos é que as empresas possam violar contratos impunemente ou mesmo construir contratos “sob medida” e fazer com que sejam assinados depois pelos dirigentes sindicais. Na logística, os sindicatos de base acusados pela CGIL, CISL e UIL de não passarem de encrenqueiros, aventureiros, muitas vezes são os que fazem cumprir os contratos de trabalho assinados pela CGIL-CISL-UIL que sequer tomam o cuidado de fiscalizar a execução dos contratos por eles assinados. Esta burocracia sindical chega a acusar os trabalhadores que a contestam de serem “a ruína das empresas”. Não é o patrão que diz isso, são as direções dos sindicatos confederados. Alucinante, mas verdadeiro: a incorporação da ideologia neoliberal e patronal tout court nas estruturas sindicais atingiu na Itália um nível paroxístico.*

**Adriana, Célia e Mauro:** No Brasil, é o Estado que regulamenta e reconhece os sindicatos por meio da carta sindical, portanto, não temos liberdade de organização sindical. Além disso, prevalece a unicidade sindical em determinados setores de trabalho. É assim que acontece na Itália?

**Pietro Basso:** Na verdade não. Na Itália, o sindicato foi reconstituído em junho de 1944, logo após a primeira queda do fascismo (o regime fascista caiu em dois momentos distintos: em julho de 1943, quando Mussolini foi deposto e preso; e em abril de 1945, quando desmorona a chamada República Social instituída em Salò sob

estrito controle nazista, e Mussolini é morto). Após a primeira queda do fascismo, formou-se na Itália uma série de governos monárquico-republicanos e, precisamente na transição do último governo de Badoglio para o primeiro governo de Bonomi, foi assinado em Roma, em 9 de junho de 1944, um pacto para a reconstituição da organização sindical na Itália como um sindicato único, a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL). No entanto, esta CGIL teve vida curta, porque a partir de 1948, em plena Guerra Fria, foi preparada sob a orientação das administrações dos EUA e da CIA uma dupla cisão, da qual nasceram na primavera de 1950 a CISL [Confederação Italiana de Sindicatos de Trabalhadores] e a UIL [União Italiana do Trabalho]. Nesse ínterim, a Constituição italiana, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 1948, havia estabelecido no Artigo 39 o princípio: “A organização sindical é livre”.

Até 1968 esses três sindicatos [CGIL, CISL, UIL] absorveram a maior parte da atividade sindical – ao lado deles teve breve vida um sindicato de matriz fascista, o CISNAL<sup>19</sup>, com um número mínimo de servidores públicos. Mais consistentes, ao invés, foram alguns sindicatos corporativos, sobretudo atuantes no setor escolar. Com as lutas de 1968-69 a situação mudou radicalmente, porque nasceram em muitas grandes fábricas comitês operários, comitês unitários de base, comitês operário-estudantis. Juntamente com outros companheiros e companheiras, criamos um em Pomigliano D'Arco, perto de Nápoles, em uma fábrica da Alfa Romeo Alfasud, que posteriormente foi incorporada à FIAT. Esses comitês tiveram uma particular consistência entre os metalúrgicos e metalmecânicos, que de 1918 até os anos 1980 foram a vanguarda da classe trabalhadora italiana, com seu segmento mais massivo, mais concentrado, mais combativo, organizado com a CGIL na FIOM<sup>20</sup>. As novas organizações de luta nascidas depois de 1968 foram progressivamente se exaurindo com o refluxo do movimento de luta a partir da metade dos anos 1970.

Estes órgãos eram internos e externos à CGIL, envolvendo também trabalhadores não filiados e inscritos da FIOM-CISL. A relação com as confederações sindicais era em geral dialética, muitas vezes polêmica, às vezes de contraposição – a promoção dos conselhos de fábricas pela CGIL-CISL-UIL (órgãos eleitos por todos os trabalhadores, filiados e não filiados às organizações sindicais) certamente contribuiu para aliviar essas tensões e esvaziar os comitês de base porque muitos

---

<sup>19</sup> Confederazione Italiana Sindacati Nazionali Lavoratori (Confederação Italiana dos Sindicatos Nacionais dos Trabalhadores).

<sup>20</sup> Federazione Impiegati Operai Metallurgici (Federação dos Empregados Operários Metalúrgicos).

*trabalhadores mais combativos se juntaram a eles. Um dos efeitos materiais, sindicais mais significativos do ciclo de lutas dos anos 1968 na Itália foi a introdução em 1975 do ponto único de contingência dentro do mecanismo da escala móvel, que funcionava, na verdade, de forma inversamente proporcional: quanto mais substancial era o aumento do salário devido à inflação (que no final dos anos 1970 era alta), mais o aumento automático igual para todos se tornava um componente significativo do salário. Era um elemento de compactação da classe e de redução do fosso salarial, ou seja, o desnível entre os salários dos diferentes tipos de trabalhadores.*

*Mas já nos anos 1983-84 começou o assalto patronal a este procedimento, e em uma década se chegou à completa abolição da escala móvel, que ocorreu em julho de 1992 com o governo Amato (de centro-esquerda). A CGIL-CISL-UIL foram as primeiras a sentir este desmantelamento, depois de ter partilhado, cada vez mais amplamente, com os representantes patronais os “argumentos teóricos” com que pretendiam justificá-lo. Entre eles, devemos lembrar a plena adesão à tese segundo a qual a abolição da escala móvel teria fortalecido o poder de negociação dos sindicatos, do qual os trabalhadores teriam se beneficiado. Na realidade, a CGIL-CISL-UIL contribuíram para lançar as bases da estagnação e tendencial redução dos salários, por um longo período, ao aceitarem a substituição da escala móvel e do ponto único de contingência pela taxa de inflação projetada – mecanismo que não considera a inflação real, pois exclui do cálculo os componentes energéticos e aquele importado do aumento de preços. A tendencial desvalorização dos salários se tornou, assim, política sindical, com um alargamento das distâncias no seio do proletariado industrial, uma vez que a recuperação parcial dos salários foi de fato entregue à negociação de segundo grau, possível apenas em empresas protegidas do risco de crise. Entre os anos 1977 e 1992, concretizou-se a institucionalização e o início da verdadeira e própria estatização da CGIL-CISL-UIL, que “acordaram” com o governo medidas com conteúdo antioperário, em nome da “solidariedade nacional”, ou seja, a defesa da competitividade das empresas italianas no mercado mundial em detrimento dos trabalhadores e proletários.*

*É neste contexto que começam a nascer os Cobas (Comitês de Base), sobretudo no setor da saúde, das ferrovias, do ensino, entre os trabalhadores do Estado, entre os dependentes do INPS [Instituto Nacional de Previdência Social], ou seja, entre os trabalhadores um pouco mais protegidos. Os Cobas de fábrica são muito*



*poucos. Aqueles com mais adesão são apenas de duas fábricas da empresa automobilística Alfa Romeo, nas cidades de Arese e de Pomigliano, que – desde que foram absorvidas pela Fiat – conheceram o fechamento da primeira e um corte drástico de empregos na segunda.*

*Desde 2008, porém, a formação de Cobas em maior escala ocorre nos armazéns de logística, e se expande em um verdadeiro e próprio ciclo de lutas. Nos últimos vinte anos, além desse ciclo de lutas, houve apenas três exemplos de conflito de alguma importância: a luta nos call centers; a luta em que estivemos diretamente envolvidos na Fincantieri em Marghera (em julho de 2013) contra a introdução dos sábados de trabalho, com a passagem de 5 para 6 dias de trabalho – a última grande greve operária da indústria tradicional ocorreu em Marghera com três dias de paralisação total da fábrica, celebrada com um acordo de compromisso decente, que entretanto não foi possível administrar em sentido favorável aos trabalhadores devido ao descaso total da CGIL; a luta dos trabalhadores da GKN de Florença<sup>21</sup> contra o desmantelamento de uma fábrica de componentes automóveis, cujos trabalhadores criaram uma certa solidariedade em torno deles, mas – vinculados à disciplina CGIL – não souberam/puderam lançar um processo de luta comum com as dezenas de milhares de trabalhadores também golpeados pelos processos de deslocamento, e agora refluíram para uma dimensão mutualista e de “economia alternativa” que para mim é completamente ilusória.*

**Adriana, Célia e Mauro:** Já que estamos falando da organização dos trabalhadores e da classe, esta é uma questão importante para a última pergunta. Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848 pensaram a luta de classes e a organização dos trabalhadores do mundo com as ferramentas de seu tempo – partidos operários, sindicatos, organização internacional etc. Com as novas formas de trabalho, como o trabalho digital, o trabalho em plataformas etc., com as grandes mudanças ocorridas na relação entre capital e trabalho, mudam também as formas de organização dos trabalhadores? Qual *Manifesto* podemos ou devemos escrever hoje?

---

<sup>21</sup> N.E. Multinacional britânica que produz componentes destinados à indústria do setor automobilístico.

**Pietro Basso:** *Que pergunta! Teríamos que pensar dias e dias, então vou me limitar a apenas algumas observações que sei serem parciais e incompletas.*

*O Manifesto, como se sabe, possui uma primeira parte na qual está descrita a trajetória ascendente do capitalismo e reconhecida a sua função histórica. O capital, o capitalismo, a burguesia têm a seu favor inquestionavelmente duas conquistas formidáveis: criaram uma economia mundial (na forma de um mercado mundial) e, em alguns aspectos, uma história mundial; através da contínua revolução dos meios de produção e sua concentração e centralização, eles levaram a produtividade do trabalho a um nível incomparável com o que existia antes. Para Marx e Engels, esse reconhecimento servia para demarcar claramente a crítica comunista do capitalismo das críticas um tanto nostálgicas das relações sociais pré-capitalistas ou da pequena produção, das diferentes variantes do “socialismo” feudal, pequeno-burguês, reacionário, crítico-utópico. No Manifesto, o “elogio” do capitalismo incontrolável não esconde em nada o caráter antagônico desse modo de produção que força trabalhadores e proletários à condição de mercadoria igual a “qualquer outro artigo comercial”, de “um simples acessório para máquinas”. Também não esconde – pelo contrário! – o caráter desregulado, destrutivo que emerge nas crises de superprodução nas quais vêm “regularmente destruída não apenas grande parte dos produtos obtidos, mas também grande parte das forças produtivas já criadas”. Mas os autores do Manifesto tinham razão (a partir de 1848) quando supunham que através da conquista de novos mercados, da exploração mais intensa dos antigos mercados e do trabalho operário, as relações sociais de produção capitalistas poderiam ser reproduzidas em uma escala cada vez mais alargada, permanecendo a inevitável sanção periódica das crises, de crises cada vez mais “gerais e violentas”, até que o proletariado conseguisse quebrar, com sua força e sua “organização de classe”, com a revolução, todo o mecanismo “automático”.*

*Hoje, passados pouco menos de dois séculos, perante um capitalismo há muito tempo inteiramente mundializado e com a multiplicação exponencial da produtividade do trabalho, um novo Manifesto do Partido Comunista não poderia deixar de colocar em primeiro lugar a denúncia da destrutividade do capitalismo, do capitalismo real, do capitalismo plenamente realizado, que já conseguiu fazer o mundo à sua imagem e semelhança. As críticas que Marx e Engels formularam ao capitalismo ascendente durante suas vidas, ilustrando incansavelmente a pilhagem da natureza, a exploração*

*do trabalho humano na forma de escravidão assalariada, os resultados do colonialismo etc., deveria hoje – que estamos verdadeiramente frente à possibilidade de extinção da espécie humana em decorrência das façanhas do capitalismo – caracterizar toda a apresentação desse modo de produção. Nada de errado no que diz respeito ao Manifesto de 1848. Não há paradigma a ser derrubado. Basta reconhecer, seguindo a lógica do materialismo histórico, que – na maior parte do mundo – tendo o capitalismo já operado nesse sentido, o proletariado não terá como sua tarefa “multiplicar o mais rápido possível a massa de forças produtivas”. Ao contrário, como o capital levou a níveis estratosféricos a produção de mercadorias inúteis e nocivas, uma das primeiras tarefas do proletariado vitorioso sobre a burguesia será cortar sem hesitar a enorme massa de produção inútil e nociva. Entre os marxistas, Bordiga, Mézaros, Goldner já ilustraram essa necessidade vital. E talvez seja supérfluo acrescentar que aqueles que se propõem a tornar o capitalismo menos ávido de lucros, menos faminto e destrutivo limitando-lhe a velocidade de desenvolvimento, como Latouche<sup>22</sup>, são portadores de uma perspectiva “reformista” que parece assustadora e bastante ridícula diante da radicalidade e da urgência da ruptura a ser feita com o capitalismo.*

*Gostaria de fazer uma segunda consideração sobre um fenômeno que diz respeito à atual composição do proletariado, muito subestimada, e que mencionei na introdução do livro em homenagem a Ricardo Antunes<sup>23</sup>. Há uma passagem da ideologia alemã, em que Marx e Engels falam, com extraordinária clarividência, de uma das maravilhas do capitalismo para nós e para o futuro: a criação, em vez de “indivíduos locais”, de “indivíduos inseridos na história universal, indivíduos empiricamente universais”. Desses indivíduos o mundo já está cheio. Há algum tempo, o proletariado era etnicamente homogêneo, uma homogeneidade localizada, pois os meios de transporte eram rudimentares. Nas manufaturas e nas primeiras grandes fábricas podiam ir trabalhar apenas as pessoas das aldeias e do entorno. Em seguida, houve na Inglaterra uma primeira diferenciação de nacionalidade entre trabalhadores irlandeses e ingleses, e essa diferenciação se estendeu a outros*

---

<sup>22</sup> Serge Latouche, professor de Economia na Universidade de Paris XI e no Institut d'Études du Développement Économique et Social de Paris (IEDES), autor de uma pluralidade de textos e ensaios sobre o “decrecimento feliz”.

<sup>23</sup> ANTUNES, Caio; NOGUEIRA, Cláudia Mazzei (Orgs.) **Para além do mundo do trabalho**: Ricardo Antunes. Campinas: Papel Social, 2023.

lugares, especialmente nos Estados Unidos da América. Mas atualmente o quadro da composição do proletariado mudou enormemente, eu diria: revolucionou. Na Alemanha, hoje, 1/3 da população tem um migrationshintergrund, um contexto migratório. A Alemanha, que há 80 anos, 90 anos, era dominada pela louca e criminosa ideologia da purificação do sangue da nação alemã que se tornou política de Estado, é hoje uma nação definitivamente “multirracial”, multinacional, multicultural, composta por um terço de imigrantes ou descendentes de imigrantes. E se você olhar para a força de trabalho, obviamente o percentual é ainda maior. É uma mudança com grande potencial subversivo. Hoje você o vê fisicamente, na Itália, na composição do SI COBAS (Sindicato Intercategorial - Trabalhadores Auto-organizados), a entidade sindical mais combativa, cujos membros pertencem a mais de 35 nacionalidades. Na Itália não há uma cidade onde o proletariado não seja constituído por 5, 10, 20, 30, 50 nacionalidades diferentes, de “indivíduos inseridos na história universal, indivíduos empiricamente universais”. Na reunião de 25 de maio, lembrada anteriormente, ouvimos alguns desses “indivíduos”. O testemunho de Asmeron Zeme, por exemplo, foi de grande interesse. “Você é um eritreu, um italiano, um milanês?”, perguntam-lhe. Na verdade, são todas essas “coisas”, pertencentes, em uma só. E a guerra da qual ele fugiu não é apenas a guerra entre a Etiópia e a Eritreia: ele fugiu das muitas guerras que ocorrem no Sul do mundo graças à contínua manipulação do antigo e do novo colonialismo. Um “cidadão do mundo” e – neste caso específico – com um sentimento internacionalista. No mundo atual de proletários com este tipo de experiência existem (diferentemente de ontem) milhões, dezenas de milhões, centenas de milhões. Grande, excepcional novidade, produto do processo de globalização das relações sociais capitalistas. A forma anárquica de proceder do capitalismo teve, para os seus próprios fins, a criação de condições objetivamente mais favoráveis à atuação do “Proletários de todos os países, uni-vos!”. O capital realizou em parte ele mesmo essa unidade, ainda que, justamente por isso, empreenda uma sábia e brutal contra-ação, uma verdadeira guerra permanente contra emigrantes e imigrantes, para impedir a sua efetiva e completa realização. Deduzo que as migrações internacionais (com a composição cada vez mais multinacional do proletariado em um número cada vez maior de países) e a luta contra a discriminação e os danos contra os imigrantes e contra o racismo são uma questão-chave do novo movimento proletário.

*A outra grande novidade – em relação ao Manifesto de 1848 – é a crescente composição feminina do proletariado internacional. Concordo com o que afirma Himani Bannerji: “Desde a época do Manifesto do Partido Comunista até os partidos comunistas e os sindicatos de hoje, o caráter masculino do proletariado permaneceu essencialmente inalterado. Embora as mulheres sempre tenham estado extraordinariamente envolvidas na causa comunista, tornando-a sua (por exemplo, nos eventos que levaram à Revolução Bolchevique de 1917), a subjetividade e a diligência para a luta de classes sempre foram associadas aos homens. A classe e o trabalho produtivo continuam a ser associados ao masculino, enquanto gênero e trabalho reprodutivo são pelo senso comum feminilizados<sup>24</sup>. Sobre esta grave falta certamente incidu negativamente o que Bannerji sempre define como “uma catástrofe reprodutiva; o nascimento do patriarcado capitalista e do núcleo familiar”, uma realidade que o próprio desenvolvimento do capitalismo e a luta das mulheres desfizeram parcialmente. A incorporação de centenas de milhões de mulheres na massa mundial do trabalho assalariado é agora um fato de primeira importância porque aproximou homens e mulheres pertencentes à classe trabalhadora através da experiência comum do trabalho assalariado. Um novo Manifesto deve refletir plenamente esta mudança revolucionária, tentando recuperar o grande atraso acumulado pelo antigo movimento operário que tem mostrado, como um todo (quase sem exceção), indiferença e até hostilidade em relação às reivindicações das mulheres, ou as tem reduzido a uma lógica economicista, chegando a negar efetivamente o patriarcalismo coletivo e individual existente no capitalismo e sua relevância na manutenção da ordem social<sup>25</sup>. E deve, portanto, reservar um lugar especial para a luta pela emancipação e libertação das mulheres como elemento integrante da luta para “acabar com o capitalismo” e suas formas de opressão.*

*Uma última consideração, no entanto, sobre um aspecto teórico do Manifesto original que me parece muito atual mesmo depois de quase dois séculos: a forma de conceber a auto-organização da classe, o que no antigo movimento operário foi tematizado como a relação entre sindicato e partido.*

---

<sup>24</sup> Conferir BANNERJI, Himani. Verso una rivoluzione comunista. Genere e classe nel libro primo del Capitale. In: M. Musto (Org.). **Il Capitale alla prova dei tempi**. Nuove letture dell’opera di Marx, Roma: Edizioni Alegre, 2022. p. 255.

<sup>25</sup> Conferir TONELLO, P. (Org.) La posta in gioco. Riflessioni e proposte per un femminismo rivoluzionario. **Quaderno de “Il Cuneo rosso”**, Maggio, 2021.

*Embora os estados que acompanharam o nascimento do capitalismo nunca tenham favorecido, e muito menos incentivado, a formação de sindicatos, houve um período histórico, cronologicamente diferenciado de país para país, em que o Estado deixou que a contratualização do valor da força de trabalho fosse tarefa direta de patrões e trabalhadores. Então, com o passar do tempo, o Estado se imiscuiu nessa relação, não só com o uso da polícia, mas passando a legislar numa enxurrada de leis sobre trabalho, o mercado de trabalho, a greve, a estrutura salarial, para chegar a se atribuir o direito de estabelecer o que é e o que não é um sindicato. Essa transição ocorreu na Europa com o advento do imperialismo, entre o final do século XIX e o início do século XX. Com o passar do tempo, os espaços democráticos para a luta econômica foram progressivamente se reduzindo. Após o “parêntese” do nazifascismo, a própria democracia se tornou cada vez mais autoritária. E pretendeu ditar as regras do que é e do que não é lícito na luta sindical. Por isso o sindicato, sobretudo no último meio século, tem estado cada vez mais submetido a uma regulamentação que o tem emaranhado, impondo-lhe escolhas que as burocracias foram gradualmente introjetando e aceitando. Uma imposição, claro, mas também a aceitação dessa imposição. Diferentemente de dois séculos atrás, a luta econômica agora é vista pelos estados como potencial ameaça, a ser vista com desconfiança e mantida sob controle. Vejamos o último acontecimento nos Estados Unidos: embora a greve geral dos ferroviários tenha sido votada pela grande maioria das assembleias dos ferroviários, Biden a proibiu. E o fez de acordo com a lei porque ao presidente dos Estados Unidos é reconhecido esse poder. Biden a declarou ilegal, e ponto.*

*Em linha geral, a distância entre conflito econômico e conflito político diminuiu especialmente no Ocidente onde as margens de concessão à classe trabalhadora diminuíram, e muito. E é justamente em relação a esses “últimos desenvolvimentos” do capitalismo no plano político que reluz, a meu ver, a profundidade da concepção de auto-organização da classe expressa no Manifesto. Nele não é traçada uma distinção clara entre sindicato e partido. Afirma-se que no confronto com a burguesia o proletariado se organiza, e então, continuamente, como resultado do embate com o capital que é um perpetuum mobile, faltam as condições de organização. Assim, o proletariado é forçado a se reorganizar nas novas condições. Literalmente: “Esta organização dos proletários em classe e, portanto, em partido político é mais uma vez quebrada a cada momento pela competição entre os próprios trabalhadores. Mas*

*sempre ressurgue, mais forte, mais firme, mais poderosa”. Para além dos formalismos, o cerne é que o processo de organização da classe e sua constituição “em partido” é unitário, sem compartimentos estanques. Apresentar o pensamento de Lênin sobre o partido como uma espécie de organização separada da classe com uma intelectualidade depositária da ciência, da história, da teoria é, a meu ver, um exagero. O processo de auto-organização espontânea da classe precisa da contribuição da teoria revolucionária, mas deve haver uma integração entre esses dois elementos, caso contrário não funciona – vimos isso em um nível muito alto no caso da Rússia e da Terceira Internacional. Agora, em comparação com um século atrás, porque em qualquer luta econômica há uma série de implicações políticas, a luta econômica e a luta política tornaram-se mais próximas. Ao mesmo tempo, também por isso, temos uma particular hipertrofia da “superestrutura” capitalista, responsável por impedir preventivamente a conjugação entre os dois níveis da luta e da organização do proletariado. Enquanto a estrutura capitalista range por todos os lados – assustadoramente para os capitalistas, com certo prazer para nós – a “superestrutura” capitalista age tonitruante em termos de repressão, manipulação, controle, difusão das formas variadas da ideologia dominante (extremo individualismo, nacionalismo, racismo, sexismo): uma verdadeira máquina de guerra mais eficiente que suas máquinas militares de guerra. No entanto, neste momento, somos bastante ineficientes. Assim, ou haverá um renovado protagonismo de massa dos trabalhadores no processo de auto-organização e, junto a isso, uma poderosa e ampla reconquista da nossa teoria, da nossa história, da autonomia de classe, ou seremos derrotados.*

### *Post Scriptum*

Reli o texto da entrevista e preciso fazer uma dupla precisão, porque a forma como me expressei pode dar origem a mal-entendidos. Primeira precisão: falei constantemente do *proletariado* ou *classe dos trabalhadores assalariados*, mas tenho em mente e concordo com a proposta de Ricardo Antunes de ampliar os limites desta categoria teórica através do conceito de “*classe que vive do trabalho*” englobando as dezenas (ou centenas?) de milhões de trabalhadores que, no mundo, são apenas formalmente “independentes”, informais, uberizados. Segunda precisão: a crise

histórica do modo de produção capitalista na qual estamos mergulhados há vinte anos abre uma passagem atormentadíssima de violentos confrontos de classe e intercapitalistas em que a única possibilidade de evitar uma catástrofe histórica (se não final) da civilização humana estará na *revolução social anticapitalista*. Até agora, cada mudança revolucionária nas relações entre os seres humanos e nas relações homem-natureza tiveram uma força social motriz, mais ou menos consciente. E parece-me certo que esta lei da dinâmica das transformações sociais indica o proletariado mundial, tomado como um todo (obviamente não estou falando de todos os proletários e proletárias), a *única força social* capaz de impulsionar uma transição histórica de enorme complexidade e de imensa capacidade libertadora. Afinal, faz quase dois séculos que se formou, por impulso desta classe, o pensamento revolucionário da sociedade “pós-capitalista” (global) como única associação de livres e iguais sem qualquer forma de propriedade dos meios de produção e de saqueio da natureza, com um estado que progressivamente se deteriora a partir, necessariamente, dos níveis monstruosamente hipertróficos que assumiu com o capitalismo. Mas no confronto com as forças do capitalismo global, que tentarão implementar por todos os meios uma forma ainda mais destrutiva e elitista de exploração do trabalho vivo e de humilhação da grande maioria dos seres humanos, o proletariado de forma alguma estará sozinho: terão uma parte importante também as grandes massas semiproletárias do campo do Sul do mundo (os camponeses pobres sem-terra, os boias-frias) e das áreas metropolitanas. E o fenômeno antevisto por Marx e Engels, da traição de classe por parte de membros das burguesias, é previsível que *terá um corpo maior do que no passado* porque – se pensarmos nas guerras, nas catástrofes ecológicas, no drama das migrações, na incontrolável propagação da violência interpessoal – no confronto entre a reação capitalista e o movimento revolucionário assumirá cada vez mais a aparência, e o conteúdo real, de uma oposição antagônica entre “o partido da destruição e da morte” e “o partido da vida da espécie e da natureza”.



## QUARENTA ANOS DE ATAQUES CAPITALISTAS: COMO MUDARAM A CONDIÇÃO E O MODO DE PENSAR DOS TRABALHADORES<sup>1</sup>

Podemos errar, e mesmo muito, obviamente, mas vamos colocar desta forma: nos parece que entre os trabalhadores, e especialmente entre os mais jovens e os mais precários, não falta nem a raiva nem a vontade de se rebelar, mas esses sentimentos (ou instintos) são no momento dominados pela desconfiança, pelo medo, pela desorientação. Vamos tentar aqui explicar por que e como se chegou a este ponto. E vamos tentar ver, em seguida, de onde, querendo ou não, as lutas na Itália e na Europa recomeçam após quatro décadas de grandes transformações e ataques ininterruptos dos capitalistas e dos seus governos. Transformações e ataques que produziram uma *profunda mudança para pior* na condição de trabalho e de existência dos assalariados e muito enfraqueceram sua organização. Uma mudança que em alguns casos (Grécia, Leste Europeu, as novas gerações...) já tem características de um *cataclismo*.

Sobre esta mudança, nos limitaremos a chamar a atenção, aqui, para alguns processos distintos, mas estreitamente ligados entre si:

- 1) a transformação da divisão internacional do trabalho;
- 2) a transformação do conteúdo do trabalho;
- 3) a transformação da organização do trabalho;
- 4) a transformação do mercado de trabalho;
- 5) a transformação da ideologia dos trabalhadores.

---

<sup>1</sup> N.T.: Texto publicado originalmente em língua italiana na revista *Il Cuneo rosso*, n. 2, novembro de 2014, sob responsabilidade do Centro di Iniziativa Comunista Internazionale, em Marghera – Veneza, elaborado com a contribuição dos professores Pietro Basso e Rossana Cillo, da Universidade Ca'Foscari de Venezia.

A tradução para fins didáticos foi feita por Adriana D'Agostini, Célia Regina Vendramini e Mauro Titton. Os destaques em itálico e pelo uso de aspas ao longo do texto são dos próprios autores; textos entre colchetes [ ] são inserções dos próprios autores e entre chaves {} são inserções dos tradutores; as notas de rodapé não sinalizadas são dos autores e aquelas sinalizadas por N.T. são notas dos tradutores.

## Preâmbulo

Digamos desde já que o contexto geral em que estas transformações aconteceram foi o de *um crescimento gigantesco do trabalho assalariado em âmbito internacional* - um acontecimento histórico cuja importância não pode ser de forma alguma subestimada. De fato, na era neoliberal, aumentaram fortemente a população mundial, a massa de pequenos agricultores e trabalhadores expulsos dos campos da Ásia, da África e da América Latina, a entrada das mulheres no mercado de trabalho com o conseqüente enorme alargamento do exército proletário, ativo e de reserva. Estamos diante, portanto, não do fim do trabalho assalariado e do proletariado – como previsto por alguns “cientistas sociais” privados de pensamento – mas, ao contrário, de *um verdadeiro salto de quantidade e de qualidade na proletarização do mundo*, com uma *grande expansão da condição assalariada também na Itália e na Europa*, embora tenha contraído – aqui, certamente não no mundo – a classe operária da indústria. O primeiro efeito da enorme expansão, da globalização planetária, da socialização da classe trabalhadora, composta por mais de dois bilhões, talvez dois bilhões e meio de assalariados e assalariadas<sup>2</sup>, foi o *enorme crescimento de sua força potencial* e um nível de *mundialização* de suas fileiras, completamente desconhecido no passado. O “Proletários de todos os países, uni-vos” de 1848, tem assim, pela primeira vez, um efetivo conteúdo global e pode finalmente significar: proletários de todo o mundo, uni-vos!

Para as circunstâncias sócio-políticas específicas em que ocorreu, este processo produziu, porém – sobretudo nos últimos vinte anos – uma *generalizada desvalorização da massa de trabalho assalariado na Itália e na Europa* com uma crescente intensidade e duração da prestação de trabalho, crescentes taxas de desemprego, de precariedade estrutural, de pobreza. Revelar a desvalorização em curso da força de trabalho não tem nada a ver com a tese da perda da centralidade do trabalho assalariado no processo de acumulação capitalista. Em nossa análise, a violenta pressão do capital global, europeu, italiano sobre o trabalho vivo para baixar o seu valor e/ou impedir sua valorização na Ásia, na América Latina, no Oriente Médio,

---

<sup>2</sup> Existem estimativas muito diferentes a esse respeito. Por exemplo, M. Van der Linden, que propõe um conceito de classe trabalhadora “muito alargada”, incluindo nesta, todo o trabalho doméstico “mercantilizado”, faz uma estimativa de três bilhões. Conferir: “As greves não estão diminuindo, provavelmente estão se tornando mais importantes”, Entrevista com Marcel van der Linden, **Revista “Outubro”**, n. 20, 2012, p. 113 e segs.

se deve justamente ao fato de que, apesar de tudo, o trabalho vivo mantém sua *centralidade* na produção de mercadorias e no processo de acumulação de capital. A lei do valor não desapareceu de forma alguma, pelo contrário, sua vigência se *estendeu a outros campos*, em particular a setores dos chamados “serviços”, que antes permaneciam de certa forma protegidos dela.

O trabalho vivo conservou a sua centralidade<sup>3</sup> no contexto de um contínuo revolucionamento das condições “externas” e “internas” da produção de valor e mais-valor. Ao nosso ver, R. Antunes<sup>4</sup> aproximou-se muito da forma como o trabalho vivo se apresenta hoje em escala mundial quando o retratou como “expressão do *trabalho social*, [...] mais *complexo, socialmente combinado* e ainda mais *intensificado* em seus ritmos e nos seus processos”. E quando identificou a questão fundamental, teórica e prática, a ser abordada: o capital global tem “a necessidade imperiosa de reduzir a dimensão variável do capital e a conseqüente necessidade de expandir sua parte constante”, mas não pode eliminar completamente o trabalho vivo no processo de criação de valor, pois é o *único* fator que agrega valor ao valor antecipado. Deve, portanto, esforçar-se para torná-lo *sempre mais produtivo, ilimitadamente produtivo*. Porém, nos processos de produção, especialmente no Ocidente, já ocorreu uma “*lioofilização*” do trabalho vivo, um enxugamento extremo, a redução ao mínimo do trabalho vivo empregado. E isso torna mais complicado aumentar ainda mais a produtividade do trabalho executado em um contexto de fábricas, campos, escritórios, lojas, supermercados, altamente mecanizados e informatizados. Daí a necessidade capitalista igualmente imperiosa de diminuir *o valor do trabalho vivo* para ampliar as margens de lucro que a redução radical do uso de trabalho vivo e a desaceleração da acumulação no centro do sistema erodiram<sup>5</sup>. A *precarização estrutural* da força de

---

<sup>3</sup> Não é o caso de ficar impressionado com algumas estatísticas segundo as quais a cota salarial no volume de negócios já teria caído para 15-20%, sobretudo nas grandes empresas. É um dado falso, pois não considera a “parte” do trabalho vivo que está contida nos suprimentos para grandes empresas, nas máquinas, nas mesmas matérias-primas, assim como em muitos “serviços” essenciais às produções que foram terceirizadas. Tendo em conta tudo isso, M. Husson estimou que nos países ocidentais a cota salarial no volume de negócios ainda está em torno de 60%.

<sup>4</sup> Em Língua Italiana, tem dois livros do autor: **Addio al lavoro?** BFS, 2002; **Il lavoro in trappola**, Jaca Book, 2006; mas seus outros estudos são relevantes, tais como **O continente do labor**, Boitempo, 2011 e coleções de ensaios editados por ele: **Infoproletários**. Degradação real do trabalho virtual, Boitempo, 2009; **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**, Boitempo, 2013.

<sup>5</sup> Escreve L. Gallino: “Do início dos anos 90 em todo o mundo os investidores institucionais - especialmente fundos de pensões anglo-saxões, onde cada um tem carteiras com centenas de bilhões de dólares - pedem às empresas que o seu capital seja remunerado com taxas de 15-20% ao ano. [...] Mas como você obtém uma renda de 15-20% ao ano do capital investido em empresas quando a economia, ou seja, o PIB, cresce no melhor dos casos à taxa de 3% ao ano?” (Il lavoro non è una merce, Laterza, 2007, p. 41).

trabalho que ocorre há décadas em escala mundial é um aspecto central desse processo, e se acentuou em todos os lugares com a explosão da grande crise em curso. Este ataque ininterrupto à massa de assalariados, que continuamente estabelece para si os objetivos mais extremos, está intimidando os trabalhadores e ao mesmo tempo provocando-os a reagir com uma força e violência à altura dos golpes e abusos sofridos. Que os Warren Buffet&C. e os Marchionne possam se deleitar com o fato de estarem vencendo, até agora, a luta de classes que desencadearam, é compreensível.

Mas a história não termina aqui. Fim do preâmbulo.

Chegamos agora às grandes transformações ocorridas na assim chamada “era neoliberal”.

### **A transformação da divisão internacional do trabalho**

Como resultado do colonialismo histórico (1492-1945), se haviam formado *de um lado* uma metrópole imperialista (uma pluralidade de metrópoles imperialistas) que havia monopolizado a indústria moderna e as modernas forças produtivas do trabalho associado, *do outro lado* um imenso “campo”/ “periferia” composto pelos países colonizados ou semicolonizados dos continentes africano, asiático e americano, obrigados a abastecer as metrópoles/cidades com matérias-primas agrícolas e industriais baratas, com a relativa força de trabalho necessária, e a atuar como mercado de escoamento para a produção de mercadorias dos países colonizadores.

Este arranjo, fruto de processos cumulativos seculares, foi *primeiro* contestado pelas revoluções anticoloniais da segunda metade do século XX, que deram vida à múltiplas tentativas de construção de bases industriais nacionais “independentes”, “autocentradas”, protegidas, em substituição das importações, *depois* pelos deslocamentos industriais de empresas estadunidenses e europeias a partir da metade dos anos 1960 (um papel pioneiro foi desempenhado pela indústria têxtil), e se aceleraram após a crise de meados dos anos 1970. O resultado foi uma *mudança histórica* na estrutura territorial da indústria mundial: antes de 1945, menos de 10% dos investimentos industriais ocorriam fora do Ocidente e da URSS; ainda nos anos 1990 esta participação era de cerca de 20%; enquanto no final da primeira década do

século XXI havia subido para 50% do total e é destinada a crescer posteriormente<sup>6</sup>. Antes de 1945, cerca de 80% do proletariado industrial do mundo estava concentrado nos países ocidentais e na URSS, hoje a realidade se *inverteu*. E tal inversão atinge quase todos os setores, incluída a eletrônica de consumo. As únicas exceções importantes são a produção de máquinas para produção e a produção bélica. Um aspecto social e político de grande relevância desta inversão é o aumento da parcela de trabalhadores imigrantes dos continentes africano, asiático e americano no interior do proletariado ocidental (uma espécie de deslocamento *in loco*).

Os efeitos deste radical deslocamento da indústria mundial são tangíveis para além do muro das empresas industriais. Sobre isso, escreve de modo eficaz L. Gallino:

Ao seguir esses caminhos (investimentos estrangeiros diretos, deslocamentos, contratos etc.) as empresas americanas e europeias contribuíram notavelmente para colocar em competição entre si pouco mais de meio bilhão de trabalhadores com altos salários e amplos direitos, com um bilhão e meio de trabalhadores com salários irrisórios, mesmo para os padrões locais, e direitos mínimos, senão inexistentes. Pelas suas dimensões e a rapidez com que aconteceu – se quadruplicou em pouco mais de vinte anos – a formação de similar massa global de assalariados é um fenômeno sem precedentes na história. Em comparação, a formação do proletariado industrial na Europa e nos Estados Unidos na revolução industrial se estende ao longo de mais de um século [na realidade: além de dois séculos] e envolve, durante os anos 1800s e as primeiras décadas dos anos 1900, um pouco mais de cem milhões de pessoas. Os seus descendentes diretos são hoje cerca de meio bilhão. Somados aos novos trabalhadores do mundo empregados por uma empresa chega hoje a superar os dois bilhões<sup>7</sup>.

Esta extraordinária transformação – *não sozinha*, como veremos - tornou possível iniciar a “descida ao inferno” do proletariado europeu, preconizada em 1873 por Lord Stapleton no parlamento britânico: “Se a China se tornar um grande país industrial – ele disse – não vejo como a população operária europeia possa sustentar a luta sem descer ao nível de seus concorrentes”. O comentário de Marx foi: “o fim desejado pelo capital inglês não é mais o salário continental [ou seja, a redução do salário médio britânico ao nível do europeu médio, inferior ao da época], mas o salário chinês”<sup>8</sup>. Estamos muito *distantes* deste destino *final*, pelo menos no centro da Europa

---

<sup>6</sup> Ver The World Bank, Capital for the Future. Saving and Investment in an Interdependent World, 2013.

<sup>7</sup> Ver Il lavoro non è una merce, p. 137.

<sup>8</sup> Conferir **Il capitale**, Livro 1, cap. 22, nota 53, Ed. Riuniti (em 8 volumes). E, se possível, também os horários “chineses”. De fato, no editorial do “Financial Times” de 17 de fevereiro de 2006 a seguinte frase pode ser lida: “A longa marcha rumo à redução da jornada de trabalho acabou. Embora a redução

Ocidental (diferente é o caso de alguns países do Leste onde já há salários “chineses”, como na Romênia, na Bósnia, na Sérvia ou na Moldávia), mas as coisas estão evoluindo nessa direção.

### **A transformação do conteúdo do trabalho**

A segunda grande transformação que tomou forma nos últimos 40 anos está ligada à introdução das tecnologias informáticas nos processos produtivos, e colocou uma questão importante: talvez o conteúdo do trabalho assalariado tenha mudado tão radicalmente para considerar superado o antigo trabalho abstrato? E o capitalismo mudou tanto a si mesmo a ponto de considerar superada a “velha” categoria do valor-trabalho e, com ela, a “velha” lei do valor?

A questão se apresenta porque o advento da “era da informação” foi celebrado por uma massa de sociólogos e economistas bajuladores como o ingresso na era brilhante do trabalho de qualidade, rico de conteúdo, criativo, complexo, desenvolvido com autonomia, finalmente subtraído de qualquer medida quantitativa, capaz de superar a velha distinção entre ideação e execução, entre quem planeja a produção e aqueles que a realizam materialmente, entre direção e trabalhadores. Nestas hagiografias dos anos 1980 e 1990 se narrava (hoje, seguindo as duras réplicas da realidade, narra-se um pouco menos...) que o velho e penoso trabalho abstrato, parcializado, repetitivo, degradado típico das “velhas” fábricas tayloristas-fordistas, teria sido gradativamente substituído por uma espécie de trabalho-não-trabalho, qualificado, polivalente, flexível, organizado de modo horizontal em um contexto de empresas também horizontais, não mais hierárquicas, empresas-rede, descentralizadas, leves, verdadeiras e próprias comunidades de comunicadores, cooperativas ao máximo (quase fraternas). Empresas expressão e símbolo de uma “new economy”, uma nova forma de capitalismo, o *capitalismo cognitivo*, diferente de qualquer outra forma de capitalismo, um *capitalismo-não-capitalista*, marcado pela primazia do conhecimento e emancipado da obsessão pelo lucro.

---

do tempo de trabalho tenha sido uma importante medida de progresso social no século XX, é insustentável diante da concorrência da China e da Índia”. Está para ver se o processo pode continuar indefinidamente, ou se – como acreditamos – se reverterá em um bumerangue violentíssimo.

O que há de verdade nesta representação idealizada dos efeitos da revolução tecnológica centrada sobre os meios informatizados<sup>9</sup>?

Primeiramente que o trabalho no computador ou com o computador, a rede etc., é, *em geral*, um trabalho mais complexo do que o típico trabalho taylorizado porque o computador é uma máquina mais dotada de “inteligência”, ou melhor, mais *multifuncional* do que uma prensa, um torno mecânico, uma linha de montagem. Em certa medida, nisso se vem a atenuar a total separação entre ideação e execução, porque é exigido do trabalhador um *certo* grau de flexibilidade e de inovação, mesmo dentro de uma rígida “semântica prescritiva” composta por respostas e elaborações já codificadas e determinadas. Basicamente, pede-se ao assalariado informático/informatizado algo de mais complexo, menos passivo da simples obediência cega (o homem boi) de taylorística memória. Mas este pedido de maior “autonomia”, de maior ativação, e o reconhecimento social que se dá ao trabalhador informático/informatizado (“o teu trabalho é um trabalho *qualitativamente superior* ao velho trabalho operário, e tu és outra coisa que um operário”) colide com três dados de fato irremovíveis. O primeiro é que o trabalho realizado ao computador permanece assim mesmo, para a *massa* daqueles que o executam, um trabalho abstrato, de velocidade e intensidade (também emotivas) particular, ainda *superior* àquele do trabalho abstrato do taylorismo-fordismo. O segundo é que a “autonomia” e a “flexibilidade” extras exigidas impacta nas normas inflexíveis de produtividade e lucro as quais o trabalho assalariado de TI, como qualquer outra forma de trabalho assalariado, deve obedecer. A terceira é que as relações de trabalho da “era da informação” são marcadas pela instabilidade e precariedade cada vez mais extremas.

Este reverso da moeda se destaca com particular evidência nas condições de trabalho dos operadores de call center (vários milhões no mundo, já), assim descrito por R. Braga com base em pesquisa realizada no Brasil:

Do ponto de vista das características gerais do trabalho dos operadores ocupados nos call center, é possível colocar em relevo que: a) as operações de tele atividade são realizadas 24 horas por dia, 7 dias por semana e, portanto, os call center requerem uma grande disponibilidade de trabalhadores; b) em geral, essa disponibilidade

---

<sup>9</sup> Como se sabe, há uma variante de esquerda dessa *narrativa* nas obras de A. Negri e de outros, para os quais essa transformação tecnológica e o pós-fordismo informático “comunicativo” seriam fruto da “contracultura dos anos 70”, e a nova composição do trabalho “imaterial” teria traços cooperativos, comunicativos e afetivos inteiramente novos e substancialmente independentes, *autônomos do capital e das relações sociais capitalistas*.

está associada a difíceis condições de trabalho, o que resulta em um desempenho de trabalho altamente intermitente; c) este trabalho está estritamente submetido ao fluxo de informações: no final de uma chamada, segue a sucessiva, ou automaticamente (com intervalos de 0 a 20 segundos, segundo o tipo de operação), ou manualmente após no máximo dois, três toques.

Quanto à “liberdade criativa” que, segundo os literatos da “escola cognitivista” seria naturalmente inerente às tecnologias informáticas, a realidade efetiva dos call center a reduz a bem pouco, à mera “invenção de subterfúgios” para de alguma forma sair do controle informático ou, quando possível, à contratação de “margens reduzidas de autonomia”. Isto porque na maioria dos casos

O trabalho do teleoperador é fundamentalmente regulado pelo fluxo de informações, prejudicado pelo caráter rotineiro da comunicação e subordinado a um rígido *script* (programa), cujo objetivo central é aumentar a eficácia comercial e reduzir o tempo de conexão, visando o número de chamadas a serem feitas por hora de trabalho. Assim, a autonomia do operador individual é significativamente reduzida uma vez que os supervisores ouvem as comunicações para verificar se o programa está sendo cumprido.

A elevada percentagem de supervisores (em média um em cada quinze a vinte operadores) se explica pela necessidade de controlar ao máximo os operadores, para evitar que diminuam a velocidade e, sobretudo, que interrompam o fluxo das comunicações. Em última análise, se trata de um tipo de trabalho que testemunha, como nenhum outro, a *taylorização do trabalho intelectual* e do campo das relações de serviço: uma comunicação instrumental sob a coerção do fluxo de informações e prisioneira do *script*, que tende a transformar o teleoperador em uma espécie de *autômato inquieto*. Os objetivos são claros: multiplicar as operações e diminuir os seus custos por meio da redução da comunicação a algo puramente instrumental.

Com a taylorização no campo das relações de serviço e a automatização em curso do trabalho dos teleoperadores, os incrementos de produtividade são obtidos a custo de um forte aumento do cansaço físico, da postura automatizada, dos contratos de trabalho a tempo parcial, do desinteresse pelo que se faz, das tonturas causadas pela quantidade de chamadas, das lesões por esforços repetitivos etc. Em poucas palavras, tudo contribui para a degradação das relações de serviço como um todo, que a cada dia se desgasta mais com as exigências impostas pelo aumento da produtividade<sup>10</sup>.

Outros autores de *Infoproletários* nos falam da Índia, do Caribe, do Canadá etc., revelando por aquilo que concerne à organização e ao conteúdo do trabalho as

---

<sup>10</sup> Conferir R. Braga. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contraponto. In: R. Antunes, R. Braga (orgs.), **Infoproletários**, cit., p. 70-72.



mesmas tendências de fundo. *Nem na Itália as coisas são diferentes*<sup>11</sup>. E não é por acaso que os padrões dos call center têm uma particular predileção por instalá-los no centro-sul do país {Itália}, ou deslocá-los para a Albânia, a Romênia, a Sérvia, a Tunísia, e assim por diante.

Poderiam facilmente nos fazer uma objeção: os operadores de call center são a camada mais achatada do *cybertariat*, do *infoproletariado*, portanto a sua condição não pode ser considerada. Para nós, ao contrário, esta condição *antecipa* aquela que está destinada a se tornar, em tendência, a condição *da massa* dos trabalhadores da informática que hoje são, ou podem parecer, muito mais qualificados: web designer, web editor, editores de conteúdo, editores de mídia social, montadores, gráficos, crowd working, especialistas em design de som etc. E isso porque uma parcela cada vez maior do trabalho por eles realizado será incorporada a novos programas e novos procedimentos padronizados. Afinal, é a experiência vivida pelos programadores a partir dos longínquos anos 1970 quando, se se tiver um olhar crítico, já se podia falar em organização taylorista do trabalho de programação de software<sup>12</sup>. Hoje basta ainda menos; é suficiente um certo grau de objetividade presente, por exemplo, em S. Head, para ver quanto a parte *predominante* do trabalho vivo empregado em “serviços” é,

---

<sup>11</sup> Conferir P. Caputo (org.). **Call center, la morte delle parole**, The Writer Editions, 2013, no qual se destaca fortemente – para além, talvez, e em contraste com a ideologia de alguns dos autores – a exploração e a “alienação sistemática” típicas do “trabalho cognitivo”, e o fato de alguns elementos-chave do “modelo fordista” permanecerem inalterados nos call centers, desde o parcelamento de tarefas ao rígido controle do tempo, que se sobrepõe, sem os negar, a uma gestão altamente discricionária e individualizante da relação com os colaboradores animada por uma retórica consensual. Muitos escreveram sobre as técnicas de manipulação das empresas de call center, começando por M. Murgia com o bem-sucedido “romance autobiográfico”, *Il mondo deve sapere*, ISBN, 2006. Uma coleção de aforismos e ditados famosos de gerenciamento de call center seria extremamente interessante, para provar, se necessário, o quão longe da realidade está a ainda dominante representação cor-de-rosa do “trabalho cognitivo”. Mencionamos apenas três: “Viemos aqui [para a Calábria] porque vocês estão morrendo de fome”; “Pessoas de sucesso fazem o que os fracassados não gostam de fazer. Não se esqueçam quem somos: os melhores” (isto na Italcara de Florença, onde os padrões também usavam o chicote para “solicitar” aos telefonistas-vendedores de aspiradores de pó passados por objetos sanitários); “Lembre-se do Full metal jacket? O soldado disse: ‘O meu fuzil é meu melhor amigo, minha vida; sem meu fuzil, eu não sou nada’. Nosso rifle são fones de ouvido. Temos que saber acertar no alvo com eles” (Alex, líder da equipe de Mastercom de Assago)

<sup>12</sup> Ver P. Manacorda. **Il calcolatore del capitale**. Un’analisi marxista dell’informatica, Feltrinelli, 1976, p. 65 e segs. Em um fórum de 2014, quarenta anos depois de P. Manacorda, o programador Marco D. escreve: “Nós, programadores, somos os trabalhadores do novo milênio. A menos que sejamos gênios, é assim que as coisas são” [F. Sironi, Proletari digitali, “L’Espresso”, 26 de junho de 2014, p. 35]. Este mesmo relatório sublinha a feroz concorrência existente entre os “proletários digitais” e a tendência para baixar os seus salários e reduzir as garantias. Sintetiza em modo eficaz M. Tarantino: “Dado que muitas vezes falta reconhecimento ou um bom salário, os trabalhadores se convencem de que é justo ser um pouco explorado para fazer um trabalho inovador. Na realidade são trabalhadores, mas nem as empresas nem eles próprios se definem como tal. [...] a imaginação mudou, mas a substância capitalista permanece, mesmo para a indústria digital: poucos postos para verdadeiros criativos. Muitos por mão de obra de baixo valor agregado”.

em sua crescente abstração, em sua submissão a uma rígida pressão temporal, nos mecanismos de monitoramento e controle da execução do trabalho, bem como nos seus salários, *cada vez mais semelhante ao “velho” trabalho industrial taylorizado e toyotizado*<sup>13</sup>. A sua análise do processo de “industrialização do trabalho de colarinho branco” realizado no país líder da revolução da informática, destaca a relativa “skill debilitation” e a correspondente estagnação dos salários do “proletariado de colarinho branco”. Head relata uma observação muito interessante de Greenspan – o ex-grande chefe do FED {Federal Reserve, o Banco Central estadunidense}, alguém que do capitalismo sabe alguma coisa – a respeito da “percepção de que as habilidades qualificadas estão se tornando supérfluas em uma proporção sem precedentes na história da humanidade”.

Aqui está o ponto!

No seu início, a revolução informática, tanto nos “serviços” como (menos) na produção industrial, criou uma crescente articulação entre o trabalho material e o “imaterial”, com uma expansão das “atividades consideradas intelectuais, imateriais” e um efeito (em geral) de “complexificação da atividade laboral”. Mas a “terceira revolução industrial”, na sua estreita combinação de robótica e informática, é ao mesmo tempo *a mais radical poupadora de trabalho vivo e a primeira capaz de “banalizar”, pelo menos até certo ponto, uma multiplicidade de atividades “intelectuais”* – incluindo aspectos das profissões médica, enfermagem, jurídica, engenharia, bancária, arquivística, tipográfica, editorial, administrativa etc., para não falar dos tradutores, dos contadores, dos pilotos, dos projetistas de automóveis, dos meteorologistas, dos analistas juniores do mercado de ações e assim por diante<sup>14</sup>. Os seus efeitos são *altamente contraditórios*: por um lado, ao informatizar os processos de produção industrial, *reduz* a mão de obra pouco qualificada, por outro, provoca uma inaudita *aproximação* entre a condição operária e a condição de emprego, entre trabalho industrial e extra industrial que já foram altamente diferenciados. E essa aproximação ocorre *nos países europeus e na Itália* ao longo de um caminho *ladeira abaixo* da condição de trabalho média do assalariado, que envolve tanto os operários

---

<sup>13</sup> Conferir S. Head. **The New Ruthless Economy**, Oxford University Press, 2003.

<sup>14</sup> Este aspecto também foi destacado recentemente por dois economistas institucionais, como E. Brynjolfsson e A. McAfee em **Race Against the Machine**, 2011, segundo os quais “em suma, muitos trabalhadores (altamente qualificados em média) estão perdendo a corrida contra as máquinas”. P. Krugman, por exemplo, destacou que “agora o componente mais valioso de um computador, a placa-mãe, é fabricada na prática por um robô”, e é também por isso que várias empresas produtoras de itens hi-tech estão voltando para os Estados Unidos.

quanto os funcionários porque em uma área cada vez mais ampla de serviços a concorrência entre empresas e entre assalariados globalizou-se.

Na Itália e na Europa, uma nova figura do proletariado de massa está se desenvolvendo, o *proletário digital*, o *operário 2.0* (na Itália já existe meio milhão deles) que, embora esteja face a face com a mais moderna das tecnologias, é completamente diferente do que estar emancipado do trabalho abstrato e desvinculado da lei do valor. O seu trabalho, ainda que seja mais complexo que o trabalho do operário-massa, continua a ser um trabalho abstrato, fragmentado, desprovido da consciência do sentido global da informação que organiza e comanda o processo de produção, vinculado a respostas pré-definidas de outros (do Outro, ou: do capital). O que o diferencia do velho trabalho abstrato da fábrica é que este, ao invés de aferrar e ocupar totalmente o corpo do/a assalariado/a (e *consequentemente* incidir, e quanto!, na sua mente), ele aferra e ocupa em primeira instância a sua mente (e somente *em segundo lugar* seus músculos, tendões, olhos etc.). O capital aposta fortemente nesta diferenciação para convencer os infoproletários de que, trabalhando com a mente, eles são tudo menos proletários e para implementar uma série de expedientes que sirvam para *individualizar ao máximo* a relação de trabalho (incentivos, horários discricionários etc.). E tem feito isso até agora com algum sucesso, se bem que, salvo exceções neste caso verificáveis sobretudo na Itália (a luta na Atesia<sup>15</sup>, para todas), a resistência e a conflitualidade foram sendo limitadas e prevalentemente individualizadas. No entanto, o processo de produção informatizado *exige* um desempenho ainda *mais intenso* do que o “tradicional” em termos de atenção, da emoção, do envolvimento integral dos funcionários, uma ativação incondicional dos mesmos de acordo com os códigos, a lógica, a finalidade da empresa. E esse *totalitarismo do “capitalismo cognitivo”*, possuído pelo demônio do *just in time*, mostra o melhor que se pode a *extensão da lei do valor*, não a sua *extinção*.

Este mesmo fenômeno, de grandíssima importância social e política para o destino da revolução social, se pode observar de um outro ponto de vista. A restrição *estrutural* da lucratividade na agricultura e na atividade industrial (em sentido lato, incluídos a construção, os transportes, as comunicações, a elaboração de projetos,

---

<sup>15</sup> N.T.: Referência à luta empreendida pelos trabalhadores da empresa de call center Atesia, cuja sede fica na periferia de Roma, e que conta com aproximadamente 4.000 trabalhadores, o que a torna no maior call center italiano e num dos maiores da Europa.

os serviços para indústria etc.), seguido do crescente emprego de máquinas<sup>16</sup>, têm empurrado os capitais globais sedentos de novas fontes de lucro a atacar e reorganizar, também graças aos novos meios técnicos, uma série de campos de atividade que eram *ao menos em parte e de modo parcial* subtraídos à imediata vigência da lei do lucro: do fornecimento de água aos serviços de saúde, dos serviços sociais à educação, dos correios aos cárceres, dos transportes públicos aos sistemas de aposentadoria etc. Essa reorganização resultou na redução da ocupação (em termos absolutos ou relativos) nestas atividades, na intensificação e aceleração do trabalho e na “comercialização” dos direitos aos “benefícios sociais” (corte ao salário indireto, que é um outro aspecto da desvalorização do trabalho vivo). De modo geral, portanto, houve uma grande expansão das relações de produção e circulação “puras” historicamente típicas da produção industrial, com um entrelaçamento mais estreito, “uma maior inter-relação, uma maior interpenetração, entre atividade produtiva e improdutiva, de fábrica e de serviços” (Antunes).

Uma grande transformação dos processos produtivos então, que impõem uma realidade do trabalho assalariado *ampliada, mais complexa, mais socializada, mais combinada*, mas certamente não mais livre do que antes das leis da exploração e da opressão capitalista do trabalho.

## **A transformação da organização do trabalho**

Nas últimas décadas, a principal transformação na organização do trabalho foi a passagem do taylorismo para o toyotismo. A nossa ênfase, nos últimos anos, recaiu sobre a substancial continuidade entre taylorismo e toyotismo, palpável sobretudo na obsessão por zerar os tempos mortos e na regra fundamental do *just-in-time*, exceto por ver no toyotismo um relevante passo *avante* na apropriação das qualidades mentais/intelectuais dos trabalhadores pela empresa e no corporativismo dos trabalhadores e dos sindicatos. Outros, ao contrário, insistem nos elementos de descontinuidade parcial. E entre estes destacam a figura do trabalhador multifuncional, que trabalha em várias máquinas (em média 5); as múltiplas medidas e práticas destinadas a cooptar os trabalhadores como membros de uma “mesma

---

<sup>16</sup> Por estrutural entendemos “orgânico” e não estável, porque o crescimento da composição orgânica *não* é linear, e *não* produz quedas lineares na taxa de lucro subtraída dos ciclos e de toda uma outra série de fatores econômicos e extraeconômicos “contingentes”.

família”; a clara divisão entre o núcleo não restritíssimo de “trabalhadores vitalícios” e a maioria dos trabalhadores temporários; o sindicalismo empresarial oferecido aos trabalhadores mais zelosos como oportunidade de ascensão social; a chamada horizontalização da produção, ou seja, a transferência de uma série de atividades produtivas de dentro das grandes fábricas para uma vasta rede de empresas fornecedoras operando fora delas.

Estas duas ênfases diferentes convergem, porém, ao considerar que esta nova forma de organização comporta *a intensificação da exploração do trabalho*, a extrema compressão do tempo de trabalho - também devido ao método toyotista de reduzir ao mínimo a mão de obra, *um pouco abaixo do estritamente necessário* (95%, não 100%), exceto recorrer a trabalhadores temporários ou subcontratados em casos urgentes -, o aumento da velocidade da linha, um salário o mais individualizado possível. E um prolongamento da jornada de trabalho, com a máxima coincidência possível (em um país rico) entre o tempo de vida e o tempo de trabalho. Estas características do toyotismo, exportadas para os quatro cantos do mundo e fora do seu habitat industrial originário, contribuíram não pouco para um aumento *estrutural* (independente, vale dizer, dos ciclos de acumulação) do desemprego, e para uma redução igualmente *estrutural* de emprego na indústria dos países ocidentais.

Na era neoliberal, este novo “modelo” de organização do trabalho teve difusão planetária, porque *está bem sintonizado com a ideologia e as políticas neoliberais*, na medida em que introjetou as necessidades da competição global, do aumento incessante da produtividade do trabalho, da redução dos custos de produção e principalmente da força de trabalho. O despotismo típico do taylorismo e do fordismo é atenuado, pois a lógica do toyotismo é mais consensual, envolvente, participativa (concentra-se na autoativação dos trabalhadores em prol da “qualidade” dos produtos), manipuladora, mas o *efeito final* não é uma atenuação do processo de estranhamento dos trabalhadores em relação ao seu próprio trabalho, senão uma “aproximação ao limite” do processo de estranhamento. Não é um detalhe desprezível que na década de 1990 metade dos funcionários japoneses da Toyota tivessem denunciado doenças mentais mais ou menos graves...

A difusão do toyotismo se deu entrelaçada à tendência, especialmente na Itália, a passar, através da chamada empresa-rede, de uma estrutura industrial em grandes estabelecimentos para uma outra estrutura mais descentralizada, com um

estabelecimento central para *design* e acabamento, e um complexo de pequenas e médias empresas dependentes, naquelas onde se desenvolve por comissão<sup>17</sup> a grande parte do ciclo de produção (ver Benetton) - onde se vê claramente a função *centralizadora* da “rede” (no que diz respeito ao capital) e *estratificada* (no que diz respeito à força de trabalho) tão facilmente esquecida na exaltação acrítica do “capitalismo cognitivo” . De forte impacto nesta mesma direção foi também o *recurso sistemático a contratos individualizados*<sup>18</sup>, dentro e fora dos estabelecimentos maiores, bem como por parte das administrações e empresas estatais, porque criou uma *divisão estrutural* entre os trabalhadores da empresa “mãe” e aqueles das empresas contratadas ou subcontratadas<sup>19</sup>, muitas vezes de outras nacionalidades - sabemos algo por experiência direta na Fincantieri de Marghera<sup>20</sup> (e em outros lugares). Na logística, esta modalidade de organização do trabalho passa, especialmente na Itália, pela multiplicação de “cooperativas” com formas de superexploração e de violação quase sistemática dos mesmos contratos nacionais, como tem evidenciado a luta dos carregadores organizados com o SI-Cobas<sup>21</sup>.

O conjunto dessas transformações da organização do trabalho nas empresas e entre elas, as recorrentes crises e reestruturações, reduziram, *especialmente na Itália*, a classe operária da grande indústria, que foi a base do “velho” movimento operário. Golpearam-na em sua força quantitativa, diminuída cerca de 40% nas últimas três décadas, “como” o resto das ocupações industriais (em sentido estrito) no seu conjunto<sup>22</sup>; e, da mesma maneira, ainda que por efeito de outros fatores, na sua organização sindical e política.

---

<sup>17</sup> N.T.: comissão corresponde ao trabalho por peça ou por tempo efetivamente trabalhado.

<sup>18</sup> N.T.: sobretudo através da terceirização e da contratação via cooperativas de trabalho.

<sup>19</sup> N.T.: dentre as subcontratadas estão as terceirizadas de prestação de serviços ocasionais ou pontuais e as cooperativas de serviços e prestação de trabalho.

<sup>20</sup> N.T.: referência às lutas dos trabalhadores metalúrgicos contra a empresa Fincantieri (estaleiro), em Marghera, Veneza, na Itália.

<sup>21</sup> N.T.: Sindicato Intercategorial – Lavoratori Autorganizzati (Sindacato Intercategorial – Trabalhadores Auto-organizados).

<sup>22</sup> Em 1950, o emprego total na indústria italiana era de cerca de 32% do total de empregados, atingiu mais de 40% na década de 1970, caiu abaixo de 40% pela primeira vez em 1981, caiu pela primeira vez abaixo de 30% em 2009 (ano em que a agricultura está em torno de 3,8% e os serviços 67%). Nesse mesmo período, a participação dos operários no total de ocupados da indústria diminuiu, em favor dos empregados, técnicos e gerentes. Houve, portanto, uma relativa desproletarização das grandes fábricas italianas. No entanto, há que ter em conta os processos de terceirização e o fato de um certo número de trabalhadores por conta própria ou com atividades de tipo familiar, artesãos ou prestadores de serviços, terem sido transformados em assalariados de fato, pelo pagamento part-time {por trabalho efetivamente realizado ou por peça}, de empresas multinacionais. Uma atenção particular a esses processos está na investigação de Clash City Workers, Dove sono i nostri, Usher, 2014.

Mas a ofensiva capitalista não parou. E estão emergindo nos anos recentes tentativas de ir até *além* do toyotismo, numa mistura de taylorismo e toyotismo que visa a *mais completa desorganização dos trabalhadores no local de trabalho* e a mais completa liberdade de dispor da sua força de trabalho pelos capitalistas. Algumas das empresas mais bem-sucedidas dos últimos vinte anos, nos Estados Unidos (Wal-Mart, Apple, Amazon) e na Europa (Ikea, Ryanair), promovem em modo aberto e sistemático a ideia e a prática de uma empresa totalmente livre de sindicatos, nas quais as necessidades *individuais* dos trabalhadores *individuais* são atendidas diretamente pela gestão de recursos humanos ou pelas empresas de crédito. Enquanto na Itália volta a aparecer em algum canto da indústria que se manteve em boa saúde (Luxottica ou Tod's), o paternalismo empresarial de marca Marzotto/Lanerossi, com a empresa que *motu proprio* concede bônus aos funcionários pelos resultados de produção alcançados ou implementa formas de welfare corporativo para “reter” trabalhadores (de acordo com a linguagem zoológica de *management*) e afastá-los de qualquer perspectiva de conflito coletivo e organização de classe.

### **A transformação do mercado de trabalho**

Não menos relevantes foram as mudanças ocorridas no mercado de trabalho nos últimos quarenta anos. Para lembrar as principais:

a) a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho manual e intelectual em todos os países do mundo produziu um brusco aumento da oferta de trabalho, seja pouco qualificada ou qualificada, na presença de uma contenção tendencial da demanda de trabalho. Esta entrada massiva, que elevou a participação feminina na força de trabalho em escala mundial para 40% do total, é o resultado de dois impulsos *contraditórios*: a aspiração e pressão das mulheres, em todos os cantos do mundo, para sair dos muros das casas (“prisões domésticas”) para realizar trabalhos socialmente mais reconhecidos do que o trabalho doméstico; a demanda das empresas e dos mercados por um trabalho de menor custo, que é, na média, o trabalho feminino, por diversos motivos;

b) o forte crescimento dos movimentos migratórios dentro dos países de nova independência (ao ritmo, até agora, de 35-40 milhões por ano, para um total estimado de 740 milhões) que fez aumentar a migração internacional do Sul para o Norte do mundo, mas também do Sul menos desenvolvido para o Sul mais desenvolvido. Hoje,

esse fenômeno afeta mais de 215 milhões de emigrados internacionais (triplicaram em 60 anos) e está destinado a crescer ainda mais porque as causas de fundo que o determinam – as desigualdades de desenvolvimento, a industrialização capitalista da agricultura, os desastres ecológicos, as guerras, a estagnação ou declínio demográfico dos países mais ricos, o crescimento das expectativas das populações do Sul do mundo e, especialmente, das mulheres do Sul do mundo – são tudo, menos passageiras. E porque os Estados, as empresas e um número crescente de famílias italianas e europeias veem nesta força de trabalho o *protótipo do trabalhador “flexível”*, a baixo custo e baixíssimos (ou, se possível, zero) direitos, *forçado/a* a sê-lo mesmo contra sua própria vontade, e exigem quantidades crescentes, tendendo a ser ilimitadas, de modo a aumentar, com a oferta de trabalho, a concorrência *para baixo* entre assalariados em todos os setores de atividade. Mas mesmo neste caso há um evidente reverso da medalha, uma *internacionalização efetiva* da classe trabalhadora em todos os cantos da Europa, a multiplicação nela de “indivíduos empiricamente universais” pertencentes a todas as “raças” e nacionalidades do mundo, daqueles indivíduos (proletários) diretamente “inseridos na história universal”, que Marx e Engels previam como produto do desenvolvimento universal das forças produtivas;

c) o inchaço, também devido às recorrentes crises produtivas e financeiras, da massa de desempregados, subempregados, intermitentes, desalentados, especialmente entre os jovens. Para a OIT, o desemprego e o subemprego no mundo chegam a 800 milhões/1 bilhão de indivíduos, ou seja, pouco mais/pouco menos de 30% da força de trabalho mundial, enquanto na Itália as estimativas da CGIL<sup>23</sup> (e não só) apontam 3 milhões de desempregados, 3 milhões de desalentados, 3 milhões de trabalhadores que temem perder seus empregos no curto prazo, 9 milhões do total da força de trabalho, incluindo os autônomos, igual a 24-25 milhões;

d) a demolição, por parte de Estados e governos antes mesmo dos mecanismos espontâneos do mercado, do direito trabalhista resultante de décadas de lutas operárias, que haviam realizado *dentro de certos limites* uma ação de contraposição à desigualdade da composição de classes e proteção de certas garantias legais e de fato – sobretudo com acordos coletivos de trabalho nacionais e uma legislação válida para todos ou quase todos os trabalhadores; hoje, ao invés, é

---

<sup>23</sup> N.T.: Confederazione Generale Italiana del Lavoro (Confederação Geral Italiana do Trabalho).



possível rescindir facilmente os contratos nacionais, tanto se a empresa está em crise, quanto se faz investimentos;

e) a progressiva limitação, legal e de fato, com medidas administrativas e policiais, do direito de greve, começando pelos serviços públicos;

f) a introdução e generalização de formas contratuais temporárias, precárias, informais, interinas, falsas cooperativas etc., inclusive áreas crescentes de trabalho *inteiramente gratuito* para jovens na primeira ou segunda experiência profissional (estágios e similares).

O efeito global destas mudanças foi, *por um lado*, uma enorme expansão da massa de assalariados, no mundo, na Itália, na Europa, a sua maior internacionalização (de fato) e feminização, com uma redução de fato das distâncias entre nacionalidades (cada vez mais misturadas em todos os lugares) e entre proletários e proletárias, *por outro lado*, uma maior concorrência, precarização e fragmentação<sup>24</sup> da composição de classe, um *enfraquecimento geral das organizações sindicais dos trabalhadores*, dado que a taxa de sindicalização dos trabalhadores precários, dos membros de cooperativas, dos assalariados do comércio, da hotelaria e de restaurantes, dos serviços financeiros, de mulheres a tempo parcial, de quem trabalha por voucher etc., é *decisivamente inferior* à do passado, e em parte também hoje, daquela dos trabalhadores industriais.

## **A transformação da ideologia dos trabalhadores**

O quadro do ataque capitalista seria completamente incompleto se deixássemos de lado a ofensiva ideológica lançada em grande estilo pela classe capitalista nas últimas décadas, que moldou, mais do que gostaríamos de acreditar até agora, *mentes e sentimentos* de duas gerações de assalariados/as, e gradualmente enfraqueceu, reprimiu, dispersou a consciência de classe reformista das gerações trabalhadoras mais velhas. Não é o caso de idealizar o operário ou

---

<sup>24</sup> A precariedade é própria da relação de trabalho assalariado *como tal* porque o assalariado pode trabalhar, enquanto seja capaz de assegurar um lucro ao seu empregador; mas o *grau* dessa precariedade *variou* ao longo da história do capitalismo e de cada país. Foi um exagero propagandístico apresentar os “trinta anos gloriosos” (1945-1975) como a era do “trabalho vitalício”, como se esta fosse uma condição generalizada entre os operários, mas é fato que nas grandes empresas dos países ocidentais um número significativo de operários e proletários (pensamos, por exemplo, nas ferrovias) terminaram suas vidas laborais onde haviam começado. O que é quase impensável nos dias de hoje.

camponês do PCI<sup>25</sup> dos anos 1950 e 1960 – protagonistas daqueles duros embates com os patrões e com os governos democratas-cristãos aos quais tanto se deve os avanços da condição operária do pós-guerra e do ciclo das lutas, não só operárias, do final dos anos 1960 e início dos anos 70 – porque a sua ideologia estava, no entanto, imbuída de nacionalismo (mediado pela resistência); sua psicologia estruturava-se, apesar de tudo, de forma gregária (através do culto acrítico ao líder, Stalin, Togliatti<sup>26</sup> ou quem quer que fosse); sua visão da política foi gradualmente moldada por uma adesão supersticiosa à legalidade, às eleições, à democracia; sua visão das relações de gênero era muitas vezes mais próxima do tradicionalismo católico do que do comunismo. Mas, embora oprimidos por falhas tão pesadas, esses proletários tinham um *sentimento forte* dos interesses unitários da classe trabalhadora, da sua dignidade pessoal de produtores, do papel determinante da classe trabalhadora na sociedade e da necessidade do conflito organizado para fazer valer suas próprias necessidades e direitos violados. Todos os elementos que são muito raros de encontrar hoje, não apenas nos trabalhadores ou nas trabalhadoras “médios”, mas também nos mais ativos.

Se for considerar que, especialmente em períodos de baixo conflito, a ideologia dominante em todas as classes sociais, incluindo o proletariado, é aquela da classe dominante, esta verdade não pode ser usada para evitar o esforço de analisar o que aconteceu, e tentar identificar o que os pequenos núcleos de comunistas em campo podem fazer para ajudar a reverter o caminho de descenso da ladeira provocado pela temerosa deriva ideológica em curso.

Nas últimas décadas, a ponta de lança da ofensiva capitalista foi a ideologia “neoliberal”, uma repintura extremada e simplificada da histórica doutrina liberal, segundo a qual o indivíduo tem um papel central na vida econômica e social das nações e do mundo, na promoção do seu progresso material e cultural. Naturalmente, pois, não se trata de qualquer indivíduo, de todos os indivíduos, mas apenas do indivíduo *proprietário dos meios de produção*, do indivíduo que empreende, do indivíduo *capitalista*, ator na cena do mercado. De acordo com essa ideologia, o mercado tem o poder mágico de fazer coincidir os interesses privados dos indivíduos singulares, seus ganhos privados, com o interesse público e a utilidade pública. Mas

---

<sup>25</sup> N.T.: Partido Comunista Italiano.

<sup>26</sup> N.T.: Palmiro Togliatti, dirigente do Partido Comunista Italiano de 1927 até 1964, exceto de 1934 a 1938, quando foi membro do Comintern.

só tem esse poder se for assegurada a máxima liberdade de movimento e ação para os proprietários-individuais-de-capital, porque quanto mais for garantida a sua livre concorrência no mercado, mais a máxima utilidade geral é assegurada, o máximo bem-estar para todos. Por outro lado, qualquer limitação de tal liberdade individual que não seja estritamente necessária só pode ter, ao longo do tempo, resultados desastrosos para o desenvolvimento econômico e social das nações.

A fanática revivência destes temas, desta visão do mundo, teve um formidável impulso com a derrocada dos regimes do “socialismo real”. Com base nos escombros desses regimes<sup>27</sup> e no impasse-implosão-explosão contemporâneo de muitos processos de independência nacional (tomamos como exemplos dos três tipos: Cuba, Argélia, Iugoslávia) o *modelo de sociedade* “neoliberal” foi apresentado e passado como o *único possível*, o único capaz de funcionar. “Não há alternativa”: a fórmula cunhada por Thatcher foi martelada com fúria obsessiva para cravar os pregos salientes de volta na parede. De modo que gradualmente essa maré de pensamentos reacionários está transbordando das camadas não proletárias no campo proletário, conquistando hegemonia, não sem resistência, mesmo dentro do movimento operário organizado e da esquerda institucional. E então essa hegemonia tornou cada vez mais difícil “imaginar” não apenas relações sociais, mas até as relações de força entre as classes diferentes das atuais, por vezes desviando do rumo mesmo na “extrema esquerda” a perspectiva do socialismo, da revolução socialista.

Como resultado, duas gerações de proletários/as cresceram “despolitizados”, imbuídos de uma visão do mundo e de ideais burgueses, perdendo gradualmente o vínculo com o passado da classe e a memória do que foram na Itália, na Europa, no mundo as batalhas épicas dos proletários contra os capitalistas, contra os governos dos capitalistas e o sistema social capitalista. Primeiro, o revisionismo histórico antioperário, o verdadeiro e próprio esquecimento da luta de classes anticapitalista, depois, prepararam o terreno para uma espécie de *aceitação fatalista* do capitalismo, mesmo com todas as suas contradições e vergonhas. Neste clima, os assalariados e os precários mais jovens introjetaram nas últimas décadas a inevitabilidade da sua sujeição ao capital, a inevitabilidade da redução do “valor do trabalho” a algo marginal

---

<sup>27</sup> Para os comunistas internacionalistas, o colapso de 1989 teve um efeito esclarecedor “libertador” na medida em que os descendentes do stalinismo derrubaram definitivamente até a forma mais branda de “reivindicar” a perspectiva socialista (a ponto de maldizê-la), mas teve o efeito diametralmente oposto, depressivo sobre os operários, os trabalhadores, os camaradas de base dos partidos stalinistas, quase sempre os elementos mais combativos do movimento proletário.

senão irrelevante. Ao estabelecer a inevitabilidade de tal rendição aos poderes dominantes, foi fundamental na Itália, especialmente entre os operários, a campanha política contra o “terrorismo” das BR<sup>28</sup>, porque serviu para alinhar a grande maioria dos trabalhadores mais combativos, para não mencionar os outros, *com o Estado* e, portanto, *com o capital*. Um alinhamento reafirmado de modo chauvinista-imperialista pelas campanhas de guerra e racista contra o “terrorismo islâmico”, o islamismo, os imigrantes árabe-“islâmicos”, os ciganos, as populações imigradas em bloco.

### **O berlusconismo, uma praga para a classe trabalhadora**

O berlusconismo foi a variante italiana desta venenosa ofensiva global pela “conquista de mentes”, que não hesita nem mesmo diante da retomada do colonialismo e do fascismo. O papel do partido do *il Cavaliere*<sup>29</sup> nos meios de comunicação de massa e nas demais “instituições de cultura” foi, neste campo, central: seja no espaço da ideologia e da moral individualista (“todo mundo é empresário de si mesmo”, “todos devem aprender a vender-se pelo melhor no mercado”<sup>30</sup>, “todos são árbitros de suas próprias fortunas, então se você falhar, é porque você é um fracasso” - o bocconiano Briatore docet<sup>31</sup>); seja na acusação de toda a tradição do movimento operário, a ponto de engendrar nos membros dos antigos partidos “operários” até um *sentimento de culpa* ao se declararem como tais; seja ao lidar com o sexismo ao mostrar às assalariadas onde seu “valor agregado” deve ser valorizado dentro das empresas e no grande mercado. Igualmente fundamental foi o seu aparato na socialização de uma visão de “política” totalmente alheia ao protagonismo das massas trabalhadoras, suplantadas pelo miserável

---

<sup>28</sup> N.T.: Brigate Rosse. Em referência às Brigadas Vermelhas: foi uma organização política italiana de extrema esquerda, considerada por muitos como uma organização terrorista, constituída em 1970 para propagandear e desenvolver a luta armada revolucionária.

<sup>29</sup> N.T.: Em referência à Silvio Berlusconi (1936-2023), conhecido como “il Cavaliere” (O Cavaleiro). Bilionário, empresário e político, ocupou o cargo de primeiro-ministro durante nove anos no total. Foi proprietário do clube de futebol Milan, proprietário do império italiano de mídia *Mediaset*, com controle dos principais meios de comunicação do país e dono de bancos e empresas de entretenimento. Acusado de corrupção e ligação com a máfia. Foi motivo de muitos escândalos, incluindo abuso de poder e prostituição de mulheres, até mesmo menores.

<sup>30</sup> Esta ideologia adapta-se bem a novos contextos de trabalho, onde se ensina que para se conseguir um emprego permanente é fundamental pensar apenas em si, bajular os chefes e o patrão e, se necessário, ser um delator.

<sup>31</sup> N.T.: em referência ao “ensinamento” do empresário italiano Flavio Briatore aos estudantes da Università Bocconi Milano, conhecida na área de economia e negócios: “Trabalhem como garçons, os meus ganham cinco mil euros ao mês apenas de gorjeta”.

protagonismo dos “personagens”, dos líderes – e no contraste às “velhas” formas de atividade política *direta*, novas formas *mediatizadas* de *aparente* participação, de *aparente* protagonismo, capazes de absorver e exaurir aquela vontade de luta presente na classe.

De Berlusconi e do berlusconismo foi feita uma crítica liberal do ponto de vista da democracia liberal<sup>32</sup>, também foi contestada a implantação neoliberal de suas políticas econômicas (aliás nem sempre coerente, do lado do capital). Mais raramente tem sido falado, na esquerda anticapitalista, sobre o perfil da profunda transformação que se produziu na ideologia, no modo de pensar, de ver, de sentir, na capacidade de imaginar, da (quase) generalidade dos proletários e das proletárias. E é justamente sobre isso que caberia investigar mais, porque neste aspecto o dano provocado à nossa causa foi igualmente profundo e duradouro. De fato, apesar de nos últimos dois-três anos o PdL<sup>33</sup> e a Lega<sup>34</sup> terem sido fortemente redimensionados no plano político e eleitoral, o seu legado político, cultural e moral está vivo. Não apenas entre os grupos que tradicionalmente lhe deram sustentação, mas também entre os partidos de centro-esquerda – agora cada vez mais berlusconizados e ligatizados – dentre os sindicatos que, mesmo quando estão divididos, propagandeiam unitariamente a aceitação dos ditames do mercado e das empresas, e entre as fileiras dos trabalhadores, que estão malditamente em dificuldade no sentir-se classe e no reconhecer seus próprios interesses como antagônicos àqueles do capital.

Atribuir essa infeliz condição dos trabalhadores apenas a Berlusconi, apenas ao berlusconismo, faria rir. Porque é evidente que a força particular desse fenômeno se deve principalmente aos *fatores objetivos* que lhe abriram caminho. Entre eles, foi de primeira importância a longa fase de desindustrialização iniciada na década de 1980 e em curso até hoje. A partir do final dos anos 1970, patronato e governos têm perseguido intencionalmente o desmantelamento da fábrica de massa, para fazer desaparecer aqueles que foram os verdadeiros e próprios centros do movimento operário, os centros de onde partiram as lutas mais significativas dos anos 1960 e 70. Por um lado, esta operação foi acompanhada pelo realinhamento de categorias empregadas em uma função antioperária (um realinhamento que encontra seu

---

<sup>32</sup> Ver, por exemplo, P. Flores d'Arcais. **Fascismo e berlusconismo**, no “Micromega on line”, 5 de setembro de 2013.

<sup>33</sup> N.T.: Popolo della Libertà (Povo da Liberdade) – foi um partido político italiano.

<sup>34</sup> N.T.: Lega Nord (cujo nome oficial e completo é Lega Nord per l'Indipendenza della Padania – Liga Norte pela Independência da Padania) é um partido político italiano.

símbolo na marcha dos 40.000 quadros da Fiat<sup>35</sup>) e o distanciamento de uma parte do proletariado engajado direto na luta de classe, devido ao medo de demissões retaliatórias, ao empobrecimento, ao desemprego crescente vinculado à introdução de novas tecnologias, em poucas palavras, ao violento ataque às conquistas dos trabalhadores implementado pelo capital para sair da crise. Por outro lado, foi acompanhado pela ascensão e sucesso do modelo Nordeste de “fábrica difusa”, que contribuiu para difundir a ilusão de uma emancipação da condição operária através da transformação/promoção dos proletários em uma multitude de patrõeszinhos, e – mais em geral – a introdução de novas modalidades de organização dos processos de trabalho, de novos contratos de trabalho, de uma nova estrutura do salário, que favorecem a não solidariedade entre os trabalhadores. Os impulsos provenientes destas transformações modificaram a longo prazo a própria composição da classe trabalhadora, mudando as relações de força claramente a favor do capital, e fazendo decrescer as bases que permitiram tanto a afirmação do reformismo quanto dos próprios movimentos de protesto dos anos 1960 e 70. A sorte, o triunfo do berlusconismo na Itália, portanto, se assenta sobre complexas transformações objetivas que o favoreceram (justo para não fazer dele um deus...) e é ligada ao destino do neoliberalismo em escala global.

Duas palavras, agora, sobre enraizamento, tanto a nível individual como coletivo, dos ideais e da moral neoliberal operada por Berlusconi e os seus.

### *Individualismo*

Para o pensamento neoliberal em versão berlusconiana, a par da sua versão thatcheriana, perseguir de modo calculado e racional o próprio interesse individual não é só um imperativo econômico, é também e sobretudo um dever moral. Porque somente diante da presença de uma multitude o mais ampla possível de tais indivíduos a sociedade extrai força vital e dinamismo, e consegue renovar-se incessantemente nos contínuos desafios que os indivíduos plenos de iniciativas

---

<sup>35</sup> N.T.: A “marcha dos 40.000 quadros da Fiat” foi uma manifestação antissindical promovida pela empresa e ocorrida em 14 de outubro de 1980 na cidade de Torino, sede da empresa. Segundo analistas, marcou uma mudança de época, assinalando o início de uma mudança radical na relação empresa e sindicatos em toda a Itália. Para uma aproximação, conferir, dentre outros: POLO, Gabriele. SABATTINI, Claudio. **Restaurazione italiana**. FIAT, la sconfitta operaia dell’autunno 1980. Alle origini della controrivoluzione liberista. Roma: Manifesto Libri, 2000.

propõem a si mesmos e aos outros. Tais indivíduos são, é óbvio, os empreendedores. E aqui volta com Berlusconi, em outro contexto, o lema com o qual De Gasperi zombava alguns camponeses: “Nem todos proletários, mas *todos proprietários*” (como e onde foram parar os camponeses que nele acreditaram, é fato conhecido). “Não todos proletários (miserável e desventurado), *todos empreendedores* (prósperos e “sortudos”): esta, em poucas palavras, a proposta do il Cavaliere com o primeiro e fundamental spot publicitário constituído da própria vida pessoal, cuidadosamente remodelada a lifting, é claro. E se não propriamente empreendedores capazes de acumular fortunas iguais às suas, pelo menos “empreendedores de si mesmos”, pessoas que no mercado, sem olhar na cara de ninguém, e menos ainda para os interesses da coletividade, no entanto procuram obstinadamente o seu próprio sucesso (financeiro), que é a única medida das qualidades pessoais. O número inacreditável de pequenos acumuladores dos quais a Itália está infestada serviu de caixa de ressonância para esta mensagem, em particular entre os operários, que certamente não estão separados dos pequenos patrões por uma muralha chinesa. No entanto, nem no mítico Nordeste, nem nos lendários anos 1990, era possível a transformação em massa de proletários em capitalistas, esta ideologia da luta de todos contra todos, do *homo homini lupus* (mas propagandeado por uma *jena ridens*), encontrou aplicação nos lugares de trabalho na busca exclusiva de benefícios *individuais*. Deste modo, aos mecanismos objetivos de atomização da classe, foram adicionados aqueles subjetivos.

### *Anticomunismo*

Para muitos, mesmo de esquerda, o anticomunismo do Cavaliere era visto como uma obsessão paradoxal. Vice-versa, houve método naquela aparente “folia” (ou fobia). Porque a inesgotável investida de seus jornais e de seu império midiático contra tudo aquilo que remotamente cheirasse a “comunismo” – não no sentido do comunismo de Marx ou Lênin, mas no sentido da limitação, mesmo mínima, dos poderes inquestionáveis dos patrões, dos proprietários, dos privilégios da propriedade privada, do dinheiro acumulado, do lucro – servia (e serve realmente) para *deslegitimar pela raiz* a perspectiva de uma forma de sociedade fundada sobre a supressão da propriedade privada dos meios de produção e dos resultados do trabalho e ao mesmo tempo toda forma de solidariedade, de união, de ação de luta

comum dos não-proprietários, dos despossuídos, catalogada como uma velha ferramenta a ser descartada, assim como o conceito, a própria ideia, *de classe*.

### *Sexismo (neopatriarcalismo)*

Por meio de seus canais de TV e de seu comportamento público, fazendo de si mesmo um modelo a ser imitado, Berlusconi foi também o principal propagador do *neopatriarcalismo*, da ressubmissão da mulher em versão neoliberal.

A mercantilização e redução das mulheres às suas funções sexuais certamente não é exclusividade do berlusconismo. Em âmbito mundial, essa função foi realizada diretamente pela indústria pornográfica, indiretamente pela indústria da mídia de massa, que tomou emprestado o imaginário degradante da primeira a ponto de normalizar a representação pornográfica da mulher, das mulheres, da relação homem/mulher. No entanto, no caso italiano, Berlusconi e o berlusconismo tiveram um papel de primordial importância na *redução gradual do limiar* de aceitação da mercantilização da relação homem/mulher, movendo-a continuamente para baixo. Os programas comerciais das televisões Mediaset e (a partir de certo ponto) das televisões estatais contribuíram de fato em maneira científica para 1) difundir o ideal da mulher objeto, ou seja, a ideia de que o papel social da mulher se reduz à sua função de objeto sexual<sup>36</sup>; 2) difundir a ideia de que a mulher só pode realizar-se plenamente e “emancipar-se” econômica, social e politicamente explorando seu próprio “capital erótico”, o próprio corpo e o próprio comportamento de acordo com cânones hiper sexualizados, colocando-se “à disposição” da “comunidade masculina”, tornando-se “apetitosa” por meio do cuidado extremo com o próprio corpo, investindo nele, valorizando-o segundo os cânones impostos para transformá-lo em bens sexuais de circulação “livre” no mercado.

---

<sup>36</sup> Na moralidade sexual neoliberal, o papel reprodutivo das mulheres fica em segundo plano. Comparado com o sistema de dominação binária típico do patriarcalismo individual das sociedades pré-capitalistas e do próprio patriarcalismo burguês, que reduzia as mulheres tanto ao seu papel reprodutivo quanto ao papel de objetos sexuais, trata-se de um salto qualitativo cujas causas se encontram também na tendência a destruir, se possível, toda forma de socialização, que caracteriza a perspectiva neoliberal.



A difusão dessa droga serviu sobretudo *para recolocar as mulheres “em seu lugar”* – muito além da vila de Arcore<sup>37</sup> – na estrutura hierárquica da sociedade, para empurrá-las a uma nova forma de passividade política após a crescente participação nas lutas sociais do pós-guerra. A operação foi realizada com evidente vulgaridade, mas também com certa habilidade, conseguindo curvar para esses fins a linguagem e o imaginário da emancipação feminina do patriarcalismo tradicional e escravizá-la às necessidades de dominação do patriarcalismo coletivo.

Essa propaganda serviu ao mesmo tempo para *desvalorizar as mulheres como trabalhadoras* e, portanto, por meio da sua desvalorização, desvalorizar toda a força de trabalho. A ideologia neoliberal e sua versão berlusconiana conseguiram, assim, ao menos em parte, neutralizar e até mesmo perverter o valor emancipatório da entrada da mulher no mercado de trabalho - um processo que, ao tempo que mercantiliza a mulher enquanto força de trabalho, também estabelece as condições materiais para sua libertação dos vínculos de dominação postos pela sociedade patriarcal.

Mas este assédio incessante serviu ao mesmo tempo *para recolocar também os homens em seu lugar*, chamando-os a participar pessoalmente, diretamente, efetivamente, da ressubmissão da mulher. A mercantilização dos corpos das mulheres tem, de fato, como corolário a transformação da relação homem/mulher em um processo de subordinação renovada em que se reproduzem as relações existentes no mercado. E se tratou, evidentemente, de um processo que atravessou todas as classes sociais, legitimando esses comportamentos também entre os trabalhadores e as trabalhadoras. Dorme quem não vê que a violência física e psicológica contra a mulher, intimamente ligada a dinâmicas semelhantes, continua muito difundida. Não só no “profundo Sul”, mas também no profundo Norte, onde – entre outros – a prostituição de rua cresceu consideravelmente nas últimas décadas e o estupro étnico de menores estrangeiras está se normalizando.

É preciso intenso cuidado desintoxicante. Começando com uma nova revolta em massa de mulheres: luta, luta, luta, não parar de lutar! E a redescoberta de que existe uma moral capitalista e existe a nossa moral (precisamente: de luta). De luta contra tudo o que degrada a mulher e os seres humanos.

---

<sup>37</sup> N.T.: referência à uma das residências de Sílvio Berlusconi.

## **Contradições explosivas, que explodirão**

Como dissemos no início, o efeito combinado, na Itália e na Europa, dessas transformações e do grande ataque capitalista a todos os setores de nossa classe foi uma desvalorização global da força de trabalho<sup>38</sup>, a intensificação da competição entre proletários/as em países individuais e em escala mundial, e a justificação ideológica de ambos os processos. Porém, com um *formidável contraponto*: o campo do trabalho assalariado expandiu-se enormemente; os nexos entre as suas seções nacionais, e entre os homens e mulheres que os compõem, se fortaleceram mundialmente; a prestação de trabalho tornou-se mais intensa do que nunca, assim como o peso das restrições de tempo; a jornada de trabalho voltou a se alongar e tende a romper todos os limites; a precariedade tornou-se estrutural, e tolera cada vez menos exceções; o desemprego não dá sinais de diminuir; a área dos trabalhadores mergulhados na pobreza se estende; uma ampla parcela das classes médias está se proletarizando ao longo do tempo. É *um acúmulo de contradições explosivas*, ainda mais porque ocorre em meio a uma nova revolução técnica de enormes potencialidades libertadoras. Até agora, os fortes poderes europeus e italianos conseguiram retardar sua explosão em cadeia, contendo, isolando e quase sufocando os primeiros focos, a começar pela Grécia. Mas não pode durar para sempre. A grande crise não resolvida, quer evolua para conflitos bélicos ainda mais devastadores dos que aqueles já em curso, quer se limite, por mais alguns anos ainda, à mera intensificação da competição econômica, está jogando gasolina no fogo.

Mais cedo ou mais tarde, o fogo inevitavelmente explodirá na Itália e também em toda a Europa. *E em seu seio, em um contexto tornado incandescente pelo extremismo capitalista, tomará corpo e forma um novo movimento proletário.*

---

<sup>38</sup> Na União Europeia dos 15, a participação dos salários no PIB caiu de 1980 até hoje de 68% para 58% (dados fornecidos por L. Gallino em "la Repubblica" de 20 de maio de 2014), um pouco menos do que em todos os países da OCDE, onde os 10 pontos foram perdidos entre 1999 e 2011. Esta lacuna está na base da insistência da Troika nas "reformas" antitrabalhadores.

## CORRESPONDÊNCIA INTERNACIONAL E SOLIDARIEDADE ENTRE OS POVOS: UM REGISTRO BIBLIOGRÁFICO<sup>1</sup>

Arquimedes Martins Celestino<sup>2</sup>

### Resumo

Este ensaio debate a efetividade e atualidade do conceito de Correspondência Internacional em sua inter-relação com a Solidariedade entre os Povos. Relata a criação, durante os anos 60, 70 e 80, de uma rede de ação política e informação dos movimentos populares latino-americanos que se utilizava da correspondência internacional como ferramenta de solidariedade. Expõe o conceito de registro bibliográfico e o seu papel na perpetuação da memória e exemplifica isso através do registro de um conjunto de obras de correspondência internacional da rede de solidariedade descrita.

**Palavras-chave:** Correspondência internacional; Solidariedade dos povos; Registro bibliográfico; Memória; Revoluções latino-americanas

## CORRESPONDENCIA INTERNACIONAL Y SOLIDARIDAD ENTRE LOS PUEBLOS: UN REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

### Resumen

Este ensayo analiza la efectividad y la actualidad del concepto de correspondencia internacional en su interrelación con solidaridad entre los pueblos. Reporta la creación, durante los años 60, 70 y 80, de una red de acción política e información de movimientos populares latinoamericanos que utilizaron la correspondencia internacional como una herramienta de solidaridad. Expone el concepto de registro bibliográfico y su papel en la perpetuación de la memoria y ejemplifica esto a través de un registro de un conjunto de obras de correspondencia internacional, que surgen de la red de solidaridad descrita.

**Palabras clave:** Correspondencia internacional; Solidaridad de los pueblos; Registro bibliográfico; Memoria; revoluciones latinoamericanas

## INTERNATIONAL CORRESPONDENCE AND SOLIDARITY BETWEEN PEOPLE: A BIBLIOGRAPHIC RECORD

### Abstract

This essay discusses the effectiveness and actuality of the concept of international correspondence in its interrelationship with solidarity between peoples. It reports the creation, during the 60s, 70s and 80s, of a political action network and information of Latin American popular movements that used international correspondence as a solidarity tool. It exposes the concept of bibliographic registration and its role in the perpetuation of memory and exemplifies this through a record of a set of works of international correspondence, arising from the described solidarity network.

**Keywords:** International correspondence; Solidarity of peoples; Bibliographic record; Memory; Latin American revolutions.

<sup>1</sup> Ensaio recebido em 12/07/2023. Aprovado pelos editores em 10/08/2023. Publicado em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59195>.

<sup>2</sup> Arquimedes Martins Celestino, Tecnólogo em Gestão Financeira pela Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro – Brasil, editor da Arquimedes Edições. E-mail: [ted@arquimedesedicoes.com.br](mailto:ted@arquimedesedicoes.com.br). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1013203815394291>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3463-8962>.

## Caracterização de correspondência internacional

A figura do correspondente internacional é geralmente identificada com a mídia *mainstream*, com a geração de fatos, de verdades, que corroboram, de forma efêmera, as perspectivas das classes dominantes para as conjunturas específicas de cada país. A correspondência internacional se caracteriza por uma inserção na realidade imediata pelo autor, ou seja, com a participação dele naquela realidade que relata e em alguns dos riscos que ela apresenta ou, ao menos, com acesso a quem tem essa participação não mediada. Mas, também, pressupõe algum distanciamento, o que lhe dá uma maior credibilidade, inalcançável pelos agentes diretos da ação social. Usando aqui o conceito de que a validação e a eficácia de uma informação consagradora é maior na proporção inversa à proximidade que tenha o emissor em relação aos interesses do objeto consagrado. Conceito defendido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, em *L'art de la consécration* (BOURDIEU, 2011): “Em termos de legitimidade, nada é mais falso do que a máxima segundo a qual ‘ninguém é melhor servido do que por si mesmo’<sup>3</sup>”.

Propomos neste ensaio que a correspondência internacional não seja definida pela forma textual, nem editorial, mas da perspectiva do autor em relação à realidade histórica imediata descrita. Percebemos aqui dois pressupostos conceituais: participação ou acesso não mediado na realidade sem uma identificação direta em relação aos fatos. De certa forma, subvertemos o termo “correspondência”, que tradicionalmente significa alguém que envia a informação “da origem”, no sentido de proximidade física do tema reportado, propondo que esta proximidade possa ser dada por um acesso privilegiado a informações, contanto que este privilégio não signifique uma identidade com os atores dos fatos.

Consideramos então que, além das reportagens propriamente ditas, grandes relatos e análises e mesmo ficções de conteúdo profundamente histórico, se concebidos nestas condições, são casos de correspondência internacional. Neste sentido consideramos obras históricas como “Dez dias que abalaram o mundo” (REED, 2002), sobre a revolução Russa de 1917, e “Death and life of Dith Pran” (SCHANBERG, 1985), sobre o genocídio cambojano, livro que foi transformado no

---

<sup>3</sup> En matière de légitimité, rien n'est plus faux que la maxime selon laquelle “on n'est jamais mieux servi que par soi-même”.

filme “Os gritos do silêncio”, de 1985, exemplos clássicos de correspondência internacional romanceada.

Se olharmos atentamente os repórteres da grande imprensa que, em alguns momentos, estavam inseridos no espaço das revoluções e insurreições latino-americanas dos anos 60, 70 e 80, pode parecer que eles trabalhavam junto com as organizações e os movimentos populares. Por que eles pareciam estar colaborando? Um dos motivos é que, de imediato, em campo, eles estão protegidos pela organização política que os acolhe, e devem obediência a ela. Uma característica da experiência do correspondente é o pânico sentido por quem não deve ou não pode fugir da obediência à organização da qual ele depende naquela circunstância. O profissional aprende a se mover nessas situações de conflito e acaba, muitas vezes, parecendo simpático a quem o levou para dentro, ao âmago dos acontecimentos. Depois ele sai do controle físico da organização, e pode se expressar mais livremente. Porém, na maioria das vezes, continuam simpáticos aos movimentos. Porque, com os acontecimentos compartilhados, sua visão se modifica, ocorrendo um processo de identificação.

O grande momento histórico dessa experiência de jornalismo aconteceu na Guerra do Vietnã, nos anos 60, onde a presença da TV, ao vivo, fez a correspondência internacional se tornar um fator político e cultural determinante. Muitos consideram que a cobertura pela TV da violência extrema usada durante a Guerra do Vietnã, mudou a posição da população americana em relação à guerra. Foi uma cobertura jornalística descentralizada, feita pelos diferentes meios de comunicação, fora de um controle; que tanto os americanos quanto os soviéticos tentaram posteriormente nas guerras do Iraque e do Afeganistão. É muito difícil conseguir o controle absoluto tentado pelas grandes potências; pois isso só seria possível se o correspondente não participasse do risco inerente à ação, gerando um simulacro. Além disso, ocorre o controle da edição e da tradução.

### **A correspondência e a solidariedade internacional dos povos**

O acesso a uma informação privilegiada, o que valoriza especificamente o produto da correspondência internacional, só se obtém quando se está convivendo com os atores diretos, de alguma forma. Mesmo que o correspondente não esteja no

local, é necessário que compartilhe, de certa maneira, ,aquela realidade, como por exemplo, na ação política. A força do movimento dos povos por sua autonomia e liberdade e a solidariedade a eles não prescinde de quem, esteja presente de forma física ou se corresponda com os atores dos eventos, fale dos acontecimentos para quem compartilha condições semelhantes, dentro de uma outra perspectiva, com a visão dos explorados e de sua história imediata.

Mas, e no século XXI? As múltiplas e relativamente fáceis formas de acesso à informação e interação criadas pela internet, diminuem a importância da correspondência internacional, ou não? Do ponto de vista dessa correspondência como arma dos povos para a sua emancipação, não diminui, até aumenta, pois numa situação de excesso de informação, a diferenciação é bem necessária. De certa forma, o correspondente é parte da ação diplomática de um movimento determinado que se corresponde com ele. Por isso, os movimentos tratam tão bem o correspondente e, por isso, às vezes, também os decapitam.

Um movimento que trabalhe, no longo prazo, e que não resolva tudo pela violência, preza que o correspondente se transforme em um agente do processo social que o movimento propõe. Dão informações importantes, convidam o profissional para voltar. O movimento popular tenta manter aquela relação no longo prazo. Apesar de mandar e receber dados para todo lugar, estar e participar é fundamental, pois traz o ambiente concreto da ação e uma compreensão diferenciada dos acontecimentos, construindo redes de solidariedade e ação, onde as informações possam fluir de forma consistente, mesmo que em ambientes repressivos.

### **A criação de redes de solidariedade, ação e informação latino-americanas**

Nas décadas de 60, 70 e 80 foram criadas algumas redes internacionais de solidariedade, ação e informação entre os povos latino-americanos, diretamente ligadas à ação política imediata dos movimentos. A correspondência internacional foi uma de suas atividades centrais com objetivo de viabilizar a mobilização cruzada entre os povos. As informações deste capítulo são provenientes de depoimentos colhidos com um correspondente dos movimentos (SANTOS, 2023) e uma ativista da solidariedade (BARBOSA, 2023).

Antes do exílio forçado pelo acirramento da ditadura brasileira, ativistas brasileiros já estabeleciam relações internacionais com outros movimentos revolucionários e de solidariedade. Desde 1967, era mantida a participação na OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade – uma organização criada em Cuba, com iniciativa de Allende, que tinha como lema “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução”. Mas foi durante o exílio no Chile, pelo caráter massivo que assumiu, que os contatos entre militantes das diversas organizações se ampliaram; porém, ainda de forma clandestina e limitada. Logo após o Golpe, em setembro de 1973, a grande maioria dos ativistas estrangeiros foi presa no Estádio Nacional, no Estádio do Chile e outros presídios, e refugiada em Embaixadas, em Santiago e em algumas cidades do interior. Confinadas nestes locais, as pessoas começaram a se conhecer e, muitos militantes, de diversas organizações, foram enviados juntos ao exílio na França e outros países. No exílio, organizações de vários países estavam em contato direto, tanto de forma aberta como clandestina, o que possibilitou uma grande ampliação das redes. Inclusive com contatos de países da Europa, como Portugal e Espanha.

Naquele momento histórico, a atividade de correspondência internacional dos movimentos populares tendia a ser inteiramente articulada com a ação política. Por exemplo, uma entrevista com Angel Barrajon, representante do governo sandinista na França, publicada no “Companheiro” em agosto de 1979 (SANTOS, 2023), e que faz parte do livro “Os sandinistas aceleram o passo” (id. 1980a), se deu durante a ocupação da embaixada nicaraguense na França, pelo movimento de solidariedade internacional. A ocupação visava impedir os somozistas depostos na Nicarágua de se consolidarem nas representações internacionais ainda não recuperadas pelos poderes revolucionários.

Além da rede direta de contatos políticos, alguns correspondentes se utilizavam de centros de documentação de acesso público, em Paris, onde chegavam todos os jornais do mundo, com dois dias de defasagem, ignorando a crítica da esquerda revolucionária contra a leitura destes jornais “burgueses”. Boa parte do que se divulgava aqui no Brasil, pelos canais de resistência, inclusive sobre os próprios movimentos revolucionários, se originou dessas mídias *mainstream*.

Como exemplo das dificuldades a serem enfrentadas para o estabelecimento de uma comunicação durante uma ditadura, um correspondente (ibid.) conta que

também aprendeu a encadernar livros, para esconder microfilmes nas capas, e poder enviar notícias para o Brasil. E a sua companheira, professora na Aliança Francesa, conseguiu enviar os livros por meio de seus alunos pilotos e comissários da Air France, que aceitavam trazer encomendas para o Brasil. Eu mesmo lembro de, ainda criança, ir ao aeroporto Santos Dumont com meu tio, Roberto Martins, ativista recém-anistiado, para achar alguém, de forma aleatória, que pudesse levar um envelope com material para o jornal Movimento, a ser entregue em mãos, a outro militante, que aguardava no aeroporto em São Paulo. Uma criança presente aumentava a credibilidade de um pedido inocente. Como disse Chico Buarque, em “Meu caro amigo” (BUARQUE, 1976), “O correio andou arisco”.

No final de 1979, com a abertura “lenta e gradual” e a Lei da Anistia, os exilados começam a voltar. Nesta época, foi criado o Cosplam – Comitê de Solidariedade com os Povos Latino-americanos – (BARBOSA, 2023) por iniciativa de Bayard Boiteux, do PDT – Partido Democrático dos Trabalhadores – partido que estava também em formação sob a liderança de Leonel Brizola. Bayard esteve em Manágua e voltou com a incumbência de construir uma rede de solidariedade à Nicarágua no Brasil. Um pouco antes da vitória da Revolução Sandinista, foi organizado um grande ato na ABI - Associação Brasileira de Imprensa, com a participação de militantes das várias organizações existentes, anunciando que o Cosplam estava sendo formado. Bayard tinha montado uma grande rede de solidariedade, tendo estado na Argélia, na Nicarágua e em outros países, passando credibilidade. Uma das atividades prioritárias da rede formada era a correspondência internacional, com a criação e divulgação de conteúdo informativo de solidariedade dos povos.

Com o desenvolvimento do processo de redemocratização, a FMLN<sup>4</sup>, por exemplo, passou a ter um representante não oficial no Brasil (ibid.). Mas, com relação à Nicarágua, o seu consulado no Rio de Janeiro ainda permanecia com um antigo diplomata de carreira. Não havia condições para ocupar a embaixada, ainda era ditadura, mas em dado momento, os militantes do Cosplam começaram a questionar a autoridade do cônsul. Com o passar do tempo, vendo a Frente se consolidar, o cônsul começou a “colaborar” e modificou sua relação com o Cosplam, reconhecendo-

---

<sup>4</sup> Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador.



o como um canal de apoio à nova ordem, à qual ele pretendia se aliar, e começou a disponibilizar notícias e informações (ibid.).

Nesta época, participavam do Cosplam cubanos, uruguaios, argentinos, chilenos, peruanos e bolivianos. Foi criada uma coordenação nacional e começou a se formar uma rede realmente nacional, com comitês de solidariedade e atividades culturais em todo Brasil, organizando, inclusive, intercâmbio de artistas e outras atividades.

Foi nestas condições históricas e com objetivos de atuação como força de solidariedade, reflexão e ação dos povos latino-americanos, que foram escritos os livros que aqui serão apresentados. Consideramos essas publicações um exemplo de como a atividade de correspondência internacional pode criar um efeito político imediato, mas também servir para criar memória dos movimentos populares.

### **Registro bibliográfico e digitalização como fixação de memória do que foi muitas vezes conjuntural e imediato**

A correspondência internacional, por sua característica de ser um jornalismo com uma possibilidade de inserção mais direta na realidade social, e que tem uma legitimação social superior ao conteúdo produzido diretamente pelos participantes dos conflitos sociais, é um objeto de alto valor como memória. Mas é quase sempre considerado como conteúdo de validade efêmera, pois muitas vezes é produzido e editado com objetivos conjunturais e imediatos. Neste sentido, consideramos que o registro bibliográfico e a digitalização, do que originalmente eram apenas documentos impressos, servem ao objetivo de fixação da memória, mantendo-a viva. Fixação da memória aqui entendida com o caráter de preservação histórica, como o que persegue o arqueólogo ao manter intactos os desenhos pré-históricos nas cavernas. Passando ao campo da Ciência da Informação, precisamos fazer uma preservação da história, à medida que não conseguimos tirar tudo de um objeto de estudo. “Quando se fazia uma pesquisa se tendia a descartar as fontes no final do processo, hoje se tem um cuidado maior. A conclusão era o que importava, não se pensava em revisitação” (SANTOS, 2023).

Por que é importante esta possibilidade de visitar o que o registro e a preservação criam? Um bom exemplo está na descoberta dos túneis utilizados pela resistência ao nazismo na França. “Em pesquisas anteriores, esses túneis foram

fechados. E agora os redescobriram. Mas... como é que não descobriram isso antes? Descobriram. Só que, quando os enterraram, pensaram: "já sabemos tudo o que precisamos saber sobre isso" (ibid.). E, no caso da preservação histórica, se mantém a possibilidade de pesquisar de novo e rever a fonte primária da informação.

Um exemplo da necessidade de registro é a importância de manter elementos da forma nos registros, pois a forma também revela conteúdos, ideias e concepções. Porém, a memória é muitas vezes também percebida como uma imagem, como aquilo que ficou evidente, e não se percebe que o registro, como um todo, tem muitas possíveis leituras, profundidades e possibilidades.

Neste sentido, o registro bibliográfico cumpre um papel fundamental. Ele permite voltar o mais perto possível da realidade imediata e observar coisas que não tinham sido vistas na época, ou a que não foi dada a devida importância. E a digitalização e disponibilização na internet de um registro histórico permite abrir um leque de possibilidades de acessos a essa memória.

### **Um registro de correspondência internacional em curso**

Na diáspora da esquerda Latino-Americana, que sucedeu ao encarceramento de milhares de militantes no Estádio Nacional de Santiago, o arquiteto e jornalista Nilton Bahlis dos Santos, que até o advento da internet assinava apenas Nilton Santos, foi um dos atingidos diretamente pelo golpe militar no Chile, que completa 50 anos neste 11 de setembro de 2023. Durante o exílio e após o seu retorno ao Brasil, participou das redes de solidariedade descritas e escreveu artigos para revistas francesas e jornais de oposição ao regime militar no Brasil (SANTOS, 2023). Esse trabalho de correspondência Internacional também resultou em vários livros, alguns editados na época dos acontecimentos e outros no decorrer das décadas seguintes<sup>5</sup>:

- Chile, 1973 - **O estádio era mais alegre** (id., 2010).
- Nicarágua, 1979 - **Os sandinistas aceleram o passo** (id., 1980a).
- Nicarágua, 1980 - **E também lhes ensine a ler...** (id. 1990 e id. 2016).

---

<sup>5</sup> As obras já disponíveis em forma digital são acessíveis gratuitamente no link <https://arquimedesedicoes.com.br/nilton-bahlis-dos-santos>.

- El Salvador, 1980 - **Concepções e prática dos revolucionários salvadorenhos** (id. 1980b).
- El Salvador, 1982 - **Tendo à frente um povo em armas** (id. 1982).
- Granada, 1983 - **Granada: um pequeno povo que resolveu libertar-se...** (id. 1983).

A Arquimedes Edições editou alguns desses livros na década passada<sup>6</sup>, e no momento está empenhada em disponibilizar, em forma digital e impressa, parte dessas obras, como especificamos individualmente nas análises de cada livro, apresentadas no próximo capítulo deste ensaio.

Estes relatos históricos têm formas textuais e processos de produção extremamente diversos, mas, mesmo assim, consideramos todos como exemplos de ações de correspondência internacional. Todos apresentam os dois pressupostos conceituais citados anteriormente: inserção na realidade imediata, através da participação em uma rede de apoio mútuo, e algum nível de distanciamento, por serem obras de uma ação de solidariedade, e não de um agente direto nos conflitos relatados. Vão desde reportagens sobre o dia a dia da revolução nicaraguense, publicadas semanalmente durante o correr dos acontecimentos, em “Os sandinistas aceleram o passo” (id. 1980a), que é um caso típico de correspondência internacional, até um romance autobiográfico, “O estádio era mais alegre” (id. 2010), tendo diversas formas literárias, como análises metodológicas da práxis política (id. 1980b) e descrição detalhada de ações de poderes revolucionários vitoriosos (id. 1982). Alguns são fundamentalmente narrativos, contam histórias, outros descritivos e detalhados, enquanto alguns dissertam em análises profundas. Mas todos partem de uma não distância e uma não identidade total com a História em curso (com H maiúsculo) e isso nos permite caracterizá-los como partes de uma atividade de correspondência internacional, empenhada na solidariedade dos povos e sua ação revolucionária.

Apresentamos a seguir análises de algumas dessas publicações, como exemplos do impacto direto da correspondência internacional na solidariedade entre os povos, da criação de memória dos movimentos e de um registro bibliográfico em curso. Com isso pretendemos transformar em memória aquilo que só pôde ser

---

<sup>6</sup> “O estádio era mais alegre” (SANTOS, 2010), e “E também lhes ensine a ler”, 2ª edição atualizada e reduzida (SANTOS, 2016).

concebido pela inserção imediata na realidade social, que a correspondência internacional propiciou.

### Cinco livros imersos em dez anos de golpes, revoluções e insurreições



#### O PRIMEIRO É O ÚLTIMO

#### **O estádio era mais alegre** – Chile, 1973

(SANTOS, 2010) Arquimedes Edições, brochura colada de 88 páginas<sup>7</sup>.

Autobiografia romanceada.

Começamos pela autobiografia romanceada “O estádio era mais alegre”, editada no Brasil, em 2010, mas que se passa, principalmente, nos dias imediatamente após o golpe militar no Chile, ocorrido exatamente há 50 anos. Mas uma autobiografia pode ser um caso de correspondência internacional? O livro trata de assuntos pessoais, mas sob a perspectiva de quem assiste os acontecimentos extremos à sua volta, numa realidade em que está inserido pelo exílio, onde, portanto, o protagonismo histórico dos eventos não é dele. Isso fica evidente nos trechos abaixo:

Depois vivi minha primeira experiência internacional de golpe. Estava de passagem no Uruguai, indo para o Congresso da FUA na Argentina, quando aconteceu o golpe de Pacheco Areco. [...] Para completar a conta de mentiroso, ainda tive a sétima experiência, a europeia, em novembro de 1975, em Portugal. No início desse ano tinha ocorrido a “revolução dos Cravos” que derrubou a ditadura salazarista e colocou as massas na rua. Eu chegara a Lisboa no começo desse mês e pude ver manifestações populares acompanhadas de tanques e soldados com bandeiras e cravos vermelhos, insurretos... (ibid. p. 10).

<sup>7</sup> Disponível para download integral gratuito (PDF e ePUB) e venda de exemplares impressos no link <https://arquimedesedicoes.com.br/estadio>.

Esta perspectiva de observador não mediado do acontecimento histórico internacional que relata é o que caracterizamos aqui como correspondência internacional.

O livro nos conta que, logo nas primeiras horas da manhã de 11 de setembro de 1973, os militares tomaram a cidade de Valparaíso, no litoral, e seguiram para Santiago, a capital. No dia seguinte, o Estádio Nacional em Santiago passou a ser usado como prisão improvisada e cerca de 40 mil presos políticos passaram por lá, muitos deles estrangeiros, inclusive o autor. É nesse cenário que se passa o pequeno romance “O estádio era mais alegre”. Inicialmente estruturado em fichas, no começo dos anos 80, como parte de palestras de cunho político, terminou sendo editado, em 2010.

Apesar de todos os acontecimentos do livro, que vão de 1969 até 1975, serem historicamente verídicos, a narrativa não se preocupa com a precisão. O livro foi escrito como uma obra de ficção, se aproximando do realismo fantástico latino-americano.

## CRUZADA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO DA NICARÁGUA

### **E também lhes ensine a ler...** – Nicarágua, 1980

(SANTOS, 1990) Ayuri, brochura costurada e colada de 208 páginas e 2ª edição atualizada e diminuída (SANTOS, 2016), Arquimedes Edições, brochura, 124 págs.<sup>8</sup> Relatos e análises da ação dos revolucionários no poder.

No final de 1980, o autor esteve na Nicarágua para acompanhar de perto o processo revolucionário de que já participava como correspondente. Esta experiência transformou a Cruzada Nacional de Alfabetização em tema de sua tese de mestrado, defendida no IPPUR em 1985, e posteriormente, na criação deste livro. A relação de proximidade política entre o autor e as autoridades revolucionárias e a presença física durante a Cruzada, permitiu ao autor uma visão “de dentro” do empreendimento relatado, uma inserção não mediada com o acontecimento histórico. Mas afinidade não é identidade, o que fez com que este relato não resultasse numa ação de comunicação institucional dos sandinistas. O que nos faz caracterizá-lo como correspondência internacional e parte das ações de solidariedade entre os povos.

---

<sup>8</sup> Disponível para download integral gratuito (PDF e ePUB) e venda de exemplares impressos no link <https://arquimededesicoes.com.br/cruzada-de-alfabetizacao>.

## A REVOLUÇÃO DESCONHECIDA. INTERVENÇÃO VITORIOSA?

**Granada: um pequeno povo que resolveu libertar-se...**, Granada, 1983

(SANTOS, 1983) EDIPLAN, brochura de 80 páginas.<sup>9</sup>

Relato histórico e conjuntural.

Este pequeno livro foi escrito no calor dos acontecimentos e lançado, pela Ediplam<sup>10</sup>, ligada ao Cosplam, cerca de 45 dias após a bárbara e covarde intervenção perpetrada pelos Estados Unidos, iniciada em 25 de outubro de 1983, na pequena ilha de Granada, no Caribe. Invasão que suprimiu violentamente a revolução granadina. A obra não teria sido possível e nem necessária, se não existisse no Brasil, naquele momento, o movimento de solidariedade internacional e a sua rede de informações e correspondência internacional.

A brochura registra a história dessa revolução, iniciada em 13 de março de 1979. A primeira revolução vitoriosa na América depois de Cuba, e a sua brutal interrupção pela intervenção de um país, literalmente, milhares de vezes maior e mais poderoso.

## O DIA A DIA DE UMA REVOLUÇÃO TRIUNFANTE

**Os Sandinistas aceleram o passo** – Nicarágua, 1978 / 1980

(SANTOS, Editora Avante, 1980, caderno grampeado de 63 páginas<sup>11</sup>)

Reportagens, análises, documentos e entrevista.

Este livro é o caso mais típico, mais facilmente reconhecível, de jornalismo de correspondência internacional, entre os aqui relatados. É uma compilação de textos publicados em periódicos, no mesmo momento histórico dos fatos narrados e que foram escritos a partir de informações e perspectivas disponíveis apenas pela correspondência internacional criada em torno dos movimentos de solidariedade.

A publicação descreve que, em sua ofensiva de junho de 1979, a combinação de uma grande ação de massas e de uma coesa vanguarda político-militar indicava a

---

<sup>9</sup> Está sendo reeditado pela Arquimedes Edições, com previsão de lançamento em setembro de 2024. Estará disponível para download integral gratuito (PDF e ePUB) e venda de exemplares impressos no link <https://arquimedesedicoes.com.br/granada>.

<sup>10</sup> Edições dos Povos Latino-Americanos.

<sup>11</sup> Está sendo reeditado pela Arquimedes Edições, com previsão de lançamento em setembro de 2023. Estará disponível para download integral gratuito (PDF e ePUB) e venda de exemplares impressos no link <https://arquimedesedicoes.com.br/sandinistas>.

força da Revolução Sandinista, que tinha sido dada como derrotada pela imprensa burguesa, após a insurreição de setembro do ano anterior. Exilado na França, o autor começa a usar a rede de informações viabilizada pelo exílio e pelos movimentos de solidariedade internacional<sup>12</sup> para exercer sua atividade de correspondente internacional, produzindo artigos semanais sobre a Revolução Sandinista para o jornal “Companheiro”, editado entre 1979 e 1981, pelo MEP - Movimento pela Emancipação do Proletariado – organização clandestina da esquerda brasileira.

#### AÇÃO POLÍTICA OU AÇÃO MILITAR: O NÃO DILEMA

**Concepções e prática dos revolucionários salvadorenhos** – El Salvador, 1980 (SANTOS, 1980) Editora Avante, caderno grampeado de 76 páginas<sup>13</sup>

Análise metodológica da práxis da FDR<sup>14</sup>.

Este segundo volume da coleção “Internacionalismo Proletário” trata da unidade na diversidade, construída durante o próprio processo insurrecional e de massificação do movimento popular Salvadorenho. Pensado como subsídio teórico sobre a viabilidade de uma frente ampla nos movimentos populares, o artigo trazia informações de uma organização, em pleno processo de luta revolucionária, para um público externo. Informações oriundas diretamente das forças revolucionárias, mas analisadas pela perspectiva da internacionalização da experiência em curso.

O texto foi planejado para ser um apêndice teórico de um livro sobre o processo revolucionário de El Salvador, mas não chegou a ser publicado desta forma. Por isto, parte da suposição de que o leitor saiba que, em 18 de abril de 1980, foi dado um importante passo no sentido da unificação do movimento popular e democrático de El Salvador, com a constituição da Frente Democrática Revolucionária (FDR). A história detalhada do movimento revolucionário Salvadorenho é relatada no livro “Tendo à frente um povo em armas” (id. 1982).

---

<sup>12</sup> Sobre a construção dessa rede veja, na página 4 deste ensaio, o capítulo “A criação de redes de solidariedade, ação e informação latino-americanas”.

<sup>13</sup> Será reeditado com um adendo histórico pela Arquimedes Edições, com previsão de lançamento em 2024.

<sup>14</sup> Frente Democrática Revolucionária, frente ampla das forças populares em El Salvador.

## Conclusão

Mais que concluir, neste ensaio pensamos em abrir uma linha de estudo e análise de muitas obras. Propomos que correspondência internacional seja entendida como a produção de fatos históricos, por quem não é protagonista dessas histórias, mas tem acesso privilegiado durante o correr dos próprios acontecimentos, por estar presente ou por participar de uma rede que lhe permite esse privilégio. Consideramos essa produção uma ação importante para a solidariedade entre os povos, possibilitando tornar mais próximos, mais presentes, fatos de lutas sociais distantes e, possivelmente, torná-los perenes, torná-los memória, por meio de registros bibliográficos. Fatos estes que tendem a ser tratados como de interesse efêmero pela mídia e de perspectiva demasiadamente enviesada, se relatados pelos atores sociais diretamente envolvidos.

À guisa de conclusão apresentamos a seguir dois exemplos provocativos de obras clássicas a serem analisadas.

Será que podemos pensar “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” (MARX, 2011) como correspondência internacional? A obra é normalmente tratada como marco da sociologia política, pois é o livro onde Marx se utiliza do materialismo histórico em uma situação histórica específica, sendo, provavelmente, a primeira vez em que uma teoria geral explícita do movimento da história fundamenta a análise de uma conjuntura imediata. Mas tem também um caráter jornalístico. Foi escrito no calor dos acontecimentos, entre dezembro de 1851, mesmo mês do golpe de estado de Luís Bonaparte, e fevereiro de 1852, e teve sua primeira publicação em maio de 1852, na revista “Die Revolution”. Um jornalismo de quem tem acesso privilegiado, pela participação no movimento socialista internacional, mas não é protagonista.

O jornalista Euclides da Cunha era brasileiro, do Rio de Janeiro, a Guerra de Canudos aconteceu no sertão da Bahia e seu grande romance sobre esse conflito, “Os sertões” (CUNHA, 1950), tinha como público presumível a elite intelectual brasileira, sendo uma obra “nacional” sob muitos aspectos. Porém, é claramente um relato de quem não se identifica com a realidade social e geográfica que apresenta, mas na qual está inteiramente “imerso”. Ao propormos pensar “Os sertões” como “correspondência internacional” relativizamos também o conceito de “internacional”, trazendo a conotação de “estrangeiro”, de quem vem de outra realidade.



## Bibliografia

BARBOSA, E. **Depoimento**. Entrevistador: A. Celestino. Rio de Janeiro: arquivo de áudio em formato m4a, 2023.

BOURDIEU, P. **L'art de la consécration**. Actes de la recherche en sciences sociales, n° 190. Paris: Seuil, 2011. Disponível em: <<https://www.monde-diplomatique.fr/mav/122/BOURDIEU/51886>>. Acesso em 07 de junho de 2023.

BUARQUE, C. Meu caro amigo. In: **Meus caros amigos**, Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1976.

CUNHA, E. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1950.

MARX, K. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução: Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

REED, J. **Dez dias que abalaram o mundo**. Tradução: Armando Gimenez. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002.

SANTOS, N. B. dos. **Os sandinistas aceleram o passo**. Rio de Janeiro: Avante, 1980a.

SANTOS, N. B. dos. **Concepções e prática dos revolucionários**. Rio de Janeiro: Avante, 1980b.

SANTOS, N. B. dos. **Tendo à frente um povo em armas**. Rio de Janeiro: Mario Pedrosa, 1982.

SANTOS, N. B. dos. **Granada: ... Um pequeno povo que resolveu libertar-se ...** Rio de Janeiro: Ediplam, 1983.

SANTOS, N. B. dos. **E também lhes ensine a ler...** Rio de Janeiro: Ayuri, 1990.

SANTOS, N. B. dos. **O estádio era mais alegre**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

SANTOS, N. B. dos. **E também lhes ensine a ler...** 2. ed. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2016.

SANTOS, N. B. dos. **Depoimento**. Entrevistador: A. Celestino. Rio de Janeiro: arquivo de áudio em formato m4a, 2023.

SCHANBERG, S. **Death and life of Dith Pran**. Londres: Penguin Paperbacks, 1985.

## Dissertação de mestrado<sup>1</sup>

SILVA, Rodrigo Cardoso da<sup>2</sup>. **Trabalho e Educação**: interfaces entre processos educativos, saberes socioambientais e experiências de trabalho da Coleta do Açaí no Município de Igarapé-Miri/PA. 2023. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Pará, Belém.

## Resumo expandido

Trata-se de uma pesquisa que tem como fenômeno social de estudo, processos educativos e saberes socioambientais que se configuram, informam e/ou orientam experiências de trabalho da coleta do açaí, no nordeste da Amazônia paraense. A referida pesquisa integra a linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED-UEPA). Tem como pressuposto o trabalho que não somente garante a produção da existência, mas também assegura a formação humana. Norteia-se pela seguinte questão-problema: Que processos educativos e saberes socioambientais são construídos informam e/ou orientam experiências de trabalho na coleta do açaí por sujeitos ribeirinhos que vivem às margens da comunidade Salento, município de Igarapé-Miri/PA? A pesquisa tem como objetivo geral: Cartografar os processos educativos e saberes socioambientais que são construídos, vivenciados e/ou orientam experiências de trabalho na coleta do açaí por sujeitos ribeirinhos que vivem na comunidade Salento, município de Igarapé-Miri/PA. Realizou-se uma pesquisa de campo, com a abordagem qualitativa, cujo método de abordagem está sustentado nos

---

<sup>1</sup>Dissertação recebida em 24/08/2023. Aprovada pelos editores em 27/08/2023. Publicada em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59674>

<sup>2</sup>Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Pará (UEPA) - Brasil.

E-mail: [rodrigocsilva20@gmail.com](mailto:rodrigocsilva20@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1249023621602051>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6873-1844>. Dissertação defendida em 31 de maio de 2023, orientada pela Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria das Graças da Silva.

pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético. Como procedimentos metodológicos para a produção de dados utilizou-se a entrevista semiestruturada, a observação participante e o método fotográfico, sistematização e análise dos dados e cuidados éticos.

O interesse em realizar uma pesquisa está relacionado em várias motivações, principalmente àquelas que dizem respeito à trajetória da minha vivência e experiência de vida pessoal e acadêmica no contexto ribeirinho amazônico. Do ponto de vista pessoal, nasci e vivi cotidianamente a minha infância e início da adolescência na comunidade ribeirinha Salento, localizada às margens do rio Meruú-Açu, município de Igarapé-Miri, e que hoje a partir da minha vida acadêmica, comecei a perceber e construir como um local promissor e rico em saberes tradicionais, particularmente àqueles que assumem dimensões socioambientais e de formação humana, que se constituem e/ou orientam experiências de trabalho como o plantar, o coletar, o pescar e outras práticas que conformam e/ou informam a relação ser humano natureza.

Na segunda seção, abordamos a contextualização histórica, socioprodutiva e econômica dos territórios (da área) de várzea, município de Igarapé-Miri, levando em consideração que a Amazônia é uma região de maior biodiversidade e com maior bacia hidrográfica do planeta, formada por uma variedade de ecossistemas, desde florestas altas e densas até terras de várzeas, igapós e furos. Ao longo das margens dos rios vivem famílias que foram se constituindo ao longo do tempo, populações conhecidas como ribeirinhos. Pereira (2016) descreve a Amazônia com a sua complexidade em territorialidade e particularidades das suas populações que se diferenciam pelo que fazem e pelo que são enquanto sujeitos de práticas diversas no seu cotidiano.

Nesse processo de construção e estruturação da área de várzea como território amplo de diferentes características naturais, entre rios/matras, é importante ressaltar a compreensão de território não somente no sentido físico, mas sim, no seu de simbologias culturais de saberes. Medeiros (2009) fala que o território reúne indivíduos num mesmo aglomerado de sentimentos agregados na mesma identidade de pertencimento. É um território para além da esfera política, é característico de um espaço de identidade cultural, afetiva e de simbologias. Diante disso, o município de Igarapé-Miri é formado por extensa área de várzeas sujeitas à inundação das marés, em que a população se articula com os rios utilizados como via de transporte,

constituindo um fator de integração socioeconômica, zona rural ribeirinha e zona urbana, bem como reservatório de recursos naturais para o consumo doméstico. Assim, o açaí vem sendo um produto nativo, tipicamente das várzeas, tem assumido o status de principal atividade econômica da região. Na época da safra há um elevado aumento na movimentação financeira, já na entressafra as comunidades passam por dificuldades financeiras, pois é na época do inverno e devido ao fluxo contínuo de chuvas, acontecem as grandes cheias dos rios lançantes,<sup>3</sup> inviabilizando atividades ligadas às matas e rios.

A terceira seção esclarece a dinâmica do cotidiano dos sujeitos que vivem na comunidade Salento, pois atualmente a comunidade Salento, assim denominada pelos próprios moradores, está localizada geograficamente às margens do rio Meruú, o mesmo é considerado o maior rio fluvial do baixo Tocantins, que se estende por quase todos os municípios próximos, como Abaetetuba, Cametá e entre outros localizados no Baixo Tocantins da Amazônia paraense.

As principais entidades presentes na comunidade são: O Centro Comunitário Nossa Senhora de Nazaré do Salento, a Escola Bom Jesus I, a Igreja Católica Nossa Senhora de Nazaré e a Igreja evangélica Esconderijo do Altíssimo. Para se chegar nessas instituições, as lideranças fazem uso do rabudo<sup>4</sup> considerado a “moto dos ribeirinhos” e o principal meio de transporte. Nesse veículo motorizado, as famílias se deslocam para inúmeros destinos, sejam para ir até os eventos religiosos, para realizarem as porfias<sup>5</sup>, ou até mesmo se direcionarem até a zona urbana do município. Esse tráfego até a sede (zona urbana) ocorre também de forma mais dinâmica, pois existem as freteiras, embarcações específicas responsáveis pelo trajeto da população da zona ribeirinha até a zona urbana. Geralmente essas embarcações possuem um horário específico de saída e chegada à comunidade, geralmente a saída ocorre às cinco e meia da manhã, com duração de mais ou menos 1h30 de viagem.

Em relação à abordagem do cotidiano, Certeau (2013) descreve a vida cotidiana como articulação que segue dois tipos de registros, os comportamentos e os benefícios simbólicos que se espera obter pela maneira de se portar em determinado local. O prático vem a ser aquilo que é decidido para a identidade de um

---

<sup>3</sup> É quando a maré (rio) está cheio/a.

<sup>4</sup> Canoa de pequeno porte motorizada por motor de estatura fina e comprida.

<sup>5</sup> Competições motorizadas de velocidade realizadas pelos moradores ribeirinhos.

usuário ou de um grupo, na medida em que essa identidade lhe permite assumir o seu lugar nas redes das relações sociais inscritas no ambiente. O modo de vida dos sujeitos mulheres, homens, crianças, jovens e adultos, se baseia no seu dia a dia, nos lazeres, nas tradições religiosas, culturais e, principalmente a sua relação com a natureza interligadas as suas práticas cotidianas na relação rio e mata e aos equipamentos sociais presentes na comunidade como a instituição de educação escolar ribeirinha que é promovida pela Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Bom Jesus I, que de acordo com alguns moradores, foi construída no ano 2000 ao lado do Centro Comunitário Nossa Senhora de Nazaré do Salento. Inicialmente o ensino começou apenas com algumas turmas do ensino fundamental 1 e 2, hoje anos iniciais e finais. A vida religiosa na comunidade de Salento se sustenta na existência de duas igrejas: a igreja católica e a igreja evangélica. A comunidade Salento tem como padroeira Nossa Senhora de Nazaré, na qual os moradores nomearam tanto a capela como o barracão pelo nome da santa padroeira. Como parte de suas celebrações a igreja católica tem como seu principal festejo religioso, o Círio, que acontece todos os anos entre o final de setembro e início de outubro. Essa instituição religiosa, além de propagar a fé dos seus devotos, também proporciona momentos de coletividade afetiva uns com os outros, no ato de dialogarem após as celebrações, momentos essenciais da vida social.

Assim, o modo de vida se caracteriza no cotidiano de mulheres, homens e jovens, nas suas relações sociais, experiências de classe, nas manifestações culturais, políticas, religiosas e educativas no âmbito escolar e não escolar. Assim, Lefebvre (1991) define que a vida cotidiana se define como lugar social onde são construídos modos de vida diversos, com particularidades de lugar desdenhado de relações apetitosas que movimentam a vida em comunidade. Portanto, nesta seção buscou-se compreender a dinamização dos modos de vida das famílias da comunidade Salento, que é pautado no cotidiano que dá conta da realidade, na dinâmica desses sujeitos diretamente com a natureza. Ao analisarmos a obra Ideologia Alemã de Marx e Engels (1981), cuja obra diz que “ao produzir os seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material.

Na quarta seção intitulada: “Trabalho e educação: a pedagogia da produção associada à existência humana”, toma como referência a narrativa de uma das lideranças da pesquisa e por ter por objetivo de analisar e discutir as experiências de

trabalho da coleta do açaí com base na ideia do trabalho em seu sentido ontológico, ou seja, como princípio educativo/formativo de reprodução da vida dos moradores da comunidade Salento, zona de várzea do Município de Igarapé-Miri e lócus da pesquisa. Levamos em consideração que homens e mulheres se diferenciam propriamente de outras espécies de seres vivos a partir do momento que começam a produzir meios de vida para atender suas necessidades materiais e imateriais na prática do trabalho associado e sem vínculo empregatício institucionalizado, mas sim, como trabalho associado ao modo de vida cotidiano, em suas experiências de trabalho e processos educativos.

Por meio de uma série de mediações que o trabalho passa a produzir e reproduzir sentidos, significados, representação de mundo, percepção, ideias e consciências que fortalecem a identidade e saberes da comunidade tradicional ribeirinha e, principalmente processos emancipatórios de educação em movimentos que se configuram como práticas pedagógicas complexas, mediadas pela interação ser humano-natureza-conhecimento. A 1ª subseção descreve e discute conceitos práticos do trabalho como princípio educativo/formativo, no caso da pesquisa, interessa-nos diretamente apreender que o ato do trabalho para a realização da coleta do açaí realizada pelas lideranças da comunidade Salento se constitui enquanto uma atividade humana. E neste contexto, possibilita a compreensão de que se trata de uma atividade que está para além da sociedade e do ser social capitalista, com todos os seus conflitos, contradições, opressões e subalternização, porque pode ser definida como uma atividade humana criadora do trabalho e uma prática educativa edificada nos seus saberes seguindo os aspectos simbólicos, morais e intelectuais, e estar de acordo com o pensamento de Gramsci, Thompson e Williams, pensadores marxistas.

Os moradores da comunidade Salento buscam por princípios a sua cidadania, fazem com que as suas atividades práticas sejam um viés para a construção de outras pedagogias para além do ensino sistematizado. Experiências que diferenciam o ser racional do irracional, tendo o trabalho como o principal instrumento dessa diferença por meio de sua ação na construção e apropriação do conhecimento, isso introduz a 2ª e 3ª subseções que descrevem pedagogias outras como a pedagogia da solidariedade e cooperação e a pedagogia da oralidade, pois observamos a socialização e solidariedade afetiva entre essa juventude de uma mesma família, que

promovem relações de cooperação entre primos, que no ato de produzir, vão se reproduzindo.

Desde os mais jovens, que utilizam as suas habilidades herdadas desde suas ancestralidades, e hoje mediadas pelos familiares mais velhos e que carregam inúmeras experiências/vivências compartilhadas com as novas gerações e, o trabalho caracteriza-se por iniciativas balizadas em ideais de igualdade, cooperação e solidariedade, movimento que se tornou conhecido por economia solidária. Pautada na educação por meio da pedagogia do diálogo, é possível emancipar um coletivo para a realização dos seus fazeres/deveres cotidianos, como, por exemplo, aqueles associados à coleta do açaí, que nesse trabalho configuram processos educativos que se constituem no contexto das vivências dos próprios moradores da comunidade, legitimando-os como educadores e educandos locais.

Muitos aprendizados na comunidade são compartilhados pelo diálogo entre as lideranças, pelo saber falar e o saber ouvir. As compreensões são muitas, pois todos têm o direito à voz, se educam mutuamente. A pedagogia da oralidade trabalha nessa perspectiva de educação ampliada e relacional, mas também no sentido da “educação da atenção” que segundo Ingold (2010) apresenta-se como “alternativa que a contribuição dada por cada geração às suas sucessoras se revela como uma educação da atenção” (INGOLD, 2010, p. 19). Sendo o movimento da prática da oralidade durante a coleta do açaí que se dá na relação do sujeito da geração presente e o “sujeito aprendente” da geração futura.

Na quinta seção e última de análise, levantamos um debate e problematização sobre os saberes socioambientais que informam experiências de trabalho na coleta do açaí na comunidade Salento: pedagogias da prática e suas concepções epistemológicas, já que trata-se de uma seção que dá continuidade às análises da seção anterior, incorporando concepções pedagógicas e epistemológicas, que dão visibilidade aos saberes socioambientais da comunidade Salento, materializados no trabalho da coleta do açaí e refletidos nas formas de produção e de organização dos saberes. Na primeira subseção, são apresentadas uma diversidade de experiências de trabalho na coleta do açaí associando-as a concepções que abordam e se manifestam em múltiplos aspectos relacionados à relação ser humano ribeirinho com a natureza.

Nas sequências, busca-se mapear saberes socioambientais que se efetivam por meio de um conjunto de experiências de trabalho humano na relação direta com a natureza, suas habilidades, valores e atitudes que são produzidos pelas classes trabalhadoras de homens, mulheres, jovens e/ou adultos e que assumem os seus protagonismos em uma situação histórica dada de relações na comunidade ribeirinha Salento, edificadas nos saberes que orientam o “apanhar o açaí” em seu sentido amplo baseado em contradições geradas no interior do sistema capitalista, vinculada ao conjunto de relações políticas, culturais econômicas e técnicas do trabalho enquanto instrumento pedagógico e de aprimoramento de produção e reprodução à existência. Os saberes socioambientais e as pedagogias que orientam as experiências de trabalho do “apanhar o açaí” foram organizados em uma sequência lógica e didática. Trata-se de experiências de trabalho envoltas em histórias de vida social, cultural e educacional de todos os moradores que a realizam no cotidiano da comunidade ribeirinha. As etapas processuais do trabalho realizadas pelas lideranças fazem parte do processo desenvolvimento intelectual em interface com o meio ambiente em conceitos práticos para a coleta do açaí, que se correlatam com conceitos teóricos discutidos na academia. Estamos nos referindo a uma pedagogia da prática que difere daquelas pautadas no conteúdo e formalismo sistemático. Conforma-se por meio de uma concepção educativa em saberes representados por uma pedagogia da vivência e experiência que surgem em decorrência do trabalho baseado em contribuições teóricas conceituais de autores como Fischer; Rodrigues (2022); Marx (1985a); Freire (1996); Thompson (1987); Tiriba; Fischer (2015); entre outros.

Dessa forma, atentando minuciosamente para o campo empírico desta pesquisa, o trabalho tem como experiência e expressão de saberes, as características das relações e interações do ser humano juntamente com a natureza na coleta do açaí, descrevemos os seguintes saberes socioambientais e suas pedagogias: O SABER REORGANIZAR O ESPAÇO DOS AÇAIZAIS no qual os moradores buscam organizar esses espaços antes mesmo de adentrar as matas para realizarem a coleta do açaí. Certeau (2014, p. 184) analisa também espaço como um “cruzamento de móveis”, “espaço é um lugar praticado”. Então, é por meio dessa prática realizada



cotidianamente no “decutinar”<sup>6</sup> pelos sujeitos, que são constituídas relações e ao mesmo tempo produção de práticas educativas de formação. O SABER FAZER OS VÁRIOS TIPOS DE PECONHAS, essa ferramenta configura-se como uma forma de tecnologia rudimentar que tem passado por consideráveis modificações ao longo do tempo. O saber/fazer técnicos pedagógicos para a sua construção. As transformações foram significativas para a implementação de saberes outros, engendrados nas de saco do farelo para alimento de animais e a de borracha de pneus de automóveis. SABERES DO TECER AS RASAS: EMPODERAMENTO FEMININO relatar as narrativas de uma mulher, mãe, trabalhadora, miriense, ribeirinha, que assume o protagonismo feminino em relação aos saberes do tecer a rasa enquanto liderança da comunidade Salento. Trata-se de uma liderança que nos possibilitou compreender e compartilhar os saberes e os processos educativos que se configuram na prática do saber/fazer as rasas de arumã e de fita sintética, utensílios nativos que são com a finalidade de armazenar o fruto do açaí. O SABER SUBIR E COLETAR O FRUTO, geralmente os jovens por serem mais ágeis, são considerados os grandes protagonistas desse processo. Atualmente jovens lideranças já estão fazendo uso de outras ferramentas, como a faca de serra e o uso de calçados (bota) para os auxiliarem na retirada do cacho de açaí que está no topo da árvore. É interessante como essa juventude da comunidade vai se aprimorando e legitimando novos processos educativos práticos com o passar do tempo. O SABER DEBULHAR (RETIRAR O FRUTO DO CACHO) que é baseado em procedimentos pedagógicos práticos no saber usar as próprias mãos no processo de retirada dos frutos dos cachos, no qual consegue ter controle no processo pedagógico da retirada e/ou o uso de uma ferramenta inovadora chamada debulhadeira, utensílio rudimentar construído pelos próprios moradores na relação com a natureza. Thompson (1987) contribui ao dizer que para quem “os instrumentos físicos de produção eram vistos numa forma direta e mais ou menos compulsiva como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, de hábitos e cultura” (THOMPSON, 1987, p. 13). O SABER ARMAZENAR E TRANSPORTAR O AÇAÍ, esse saber está relacionado processo de organização pedagógica que dá funcionalidade ao transporte e armazenamento do produto, o açaí, para a realização do armazenamento e comercialização evidência

---

<sup>6</sup> Processo associado à limpeza dos açazais com o uso da roçadeira ou facão como: retirada do mato elevado da área de várzea, outras árvores em processo de decomposição e folhas secas, entre outros materiais inapropriados.

mais de uma etapa de trabalho, pois essa prática está alicerçada ao tempo, mas não do relógio e, sim, ao tempo cosmológico, ou seja, o tempo da natureza. Trata-se de saberes práticos e de outras pedagogias que dizem respeito à autogestão inovadora. O SABER COMERCIALIZAR O AÇAÍ: PROCESSO DE EXPLORAÇÃO? A produção do açaí vem sendo legitimada pelas forças constantes do capital. As lideranças da comunidade Salento, para atenderem a essas demandas do capital, no processo de comercialização e exportação desse produto, vão fazendo adaptações em suas estruturas de vidas, havendo conseqüentemente uma hierarquia social, econômica e educacional, em seus processos de exploração. As lideranças acabam naquilo que tangencia o novo sistema de reordenamento direcionado para o capitalismo estrutural hierárquico que, de acordo com os levantamentos e sistematização de dados, compreendemos a presença do sistema de exploração no processo do trabalho na comunidade Salento no processo mediado pela segunda ordem do capital, pois há relação desigual de trabalho e renda entre os peconheiros, produtores, atravessadores e batedores e/ou fábricas, mas esse processo ao mesmo tempo que traz essa problemática de exploração, traz consigo processo educativos/formativos mediante a essa lógica do capital. O último saber seguido dessa sequência didática/lógica é O SABER RETIRAR A POUPA, os donos, proprietários dos terrenos, costumam saber/fazer a seletividade do fruto. Diante disso, os procedimentos pedagógicos são analisados nas várias etapas que antecedem a retirada da polpa do açaí na máquina elétrica. Dentre esses procedimentos, estão o saber colocar o açaí para amolecer na água quente, o saber escolher e o saber bater para retirar a polpa.

Os procedimentos são herdados entre mães e filhas na simples ação do trabalho e as suas observações foram cruciais para a efetivação desses saberes, que está mediado não somente pela lógica do capital, mas primeiramente pela lógica de reprodução à vida, diretamente ao alimentar-se e garantir a alimentação dos seus familiares. Brandão (2007) nos diz que não há uma única educação, e não existe o único dono do saber, existem educações e saberes, todos sabem alguma coisa, todo mundo tem algo a dizer sobre a educação que invade todos os dias nossas vidas. A educação que identificamos no saber retirar a poupa do açaí não é aquela mediada pelo profissional professor, em uma sala de aula, trata-se de uma educação construída entre os moradores sem níveis de escolaridade escolar, são formações

autônomas, consolidadas nas próprias moradias dos moradores da comunidade Salento.

Os caminhos que trilhamos para chegarmos às considerações finais desta pesquisa, dissertação de Mestrado, se fizeram por entre rios e matas, entre sol e chuva, em noites estreladas ou até mesmo escuras, entre encontros e desencontros com pessoas conhecidas e desconhecidas, enfrentando o calor da emoção diante das lembranças agradáveis durante a minha infância e parte da adolescência na comunidade Salento, na companhia de familiares/amigos e nas relações harmoniosas com a natureza. Essas vertentes, sem dúvida me impulsionaram e me encorajaram a não desistir diante das adversidades que surgiram durante o percurso metodológico nas idas e vindas das marés.

Ressaltamos a compreensão desse território não somente no sentido físico e econômico, mas sim, no seu sentido simbólico, de uma educação vigente que está alinhada aos saberes socioambiental que reúnem indivíduos num mesmo aglomerado de sentimentos agregados na mesma identidade de pertencimento ligados às dinâmizações dos modos de vidas que se caracterizam devido às relações desenvolvidas nos diferentes equipamentos sociais e nas relações da comunidade com os rios e matas, como as instituições de ensino escolar ribeirinho, nas manifestações religiosas, nos momentos de lazer, e nas relações com a natureza.

Diante disso, enfatizamos nesta pesquisa, dimensões políticas, socioambientais, econômicas e, principalmente, educativas edificadas e consolidadas em valores pedagógicos capazes de proporcionar a formação de homens e mulheres pertencentes à comunidade Salento. Trata-se de experiências de vida que possuem perspectivas de formar lideranças autônomas, que têm aprendido trabalhar em coletividade, de maneira respeitosa, pautados em princípios básicos da vida em sociedade na qual estão inseridos (as). Trata-se de saberes socioambientais e processos educativos que sustentam relações não predatórias com a natureza e conformam modos de vida demarcados pela dualidade estrutural no processo de produção e reprodução à existência das lideranças na comunidade, que com o passar do tempo, essas práticas de trabalho realizadas pelos moradores passaram a incorporar novos processos educativos e saberes socioambientais, em decorrência as mudanças que foram ocorrendo na dinamização da produção capitalista e nas suas inovações tecnológicas.

E para não concluir, os sujeitos históricos da comunidade Salento lutam e (re) existem com as vozes contra a estrutura opressora, eurocêntrica, negacionista e colonialista, imposta pelo capital. Portanto, trata-se de um modo de vida que desafia a ciência e a educação.

## Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação**. Editora Brasiliense. 2007.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução Ephtraim Ferreira Alvez. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 1998.

FISCHER, M. C. B.; RODRIGUES, Doriedson . Relações seres humanos-natureza: trabalho, cultura e produção de saberes. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 43, p. 001-026, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa/ Paulo Freire. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

INGOLD, T. **Da transmissão de representações à Educação da Atenção**. Educação. Porto Alegre. v33. n1. 2010.

MARX K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

MEDEIROS, R. M. V. Território, Espaço de Identidade. In: SOQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elise Savério. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, conflitos e processos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. P 217-227.

PEREIRA, R. da C. Saberes Culturais e Prática Docente no Contexto da Escola Ribeirinha. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, Pará, 2016.

THOMPSON, E. P. **A Formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 9-14. (Coleção Oficinas da História, v.1).

TIRIBA, L; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares das comunidades e povos tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública** (UFMT), v. 24, p. 405, 2015.

## Tese de Doutorado<sup>1</sup>

GOMES, Luiz Augusto de Oliveira<sup>2</sup>. **Trabalho-Educação, experiência de classe e relações pedagógicas tecidas nos espaços de ocupação do movimento dos trabalhadores sem-teto (MTST)**. 2023. 264f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

## Resumo expandido

O esforço de síntese aqui apresentado é fruto da trajetória de pesquisa realizada no Doutorado em Educação, da Faculdade de Educação, na Universidade Federal Fluminense, sob orientação de Lia Tiriba. Nosso trabalho de investigação junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto surge a partir da minha inserção como coordenador estadual do movimento, acompanhando os espaços de ocupação, tais como assembleias, Cozinhas Solidárias, atos públicos e ocupações de moradia. Partindo da premissa de que a questão da habitação é um elemento fundamental para a garantir existência humana, o objetivo da pesquisa foi o de analisar processos de ‘ocupação’ do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), entendidos como experiência de classe e como mediação na formação política de homens e mulheres que integram a parcela mais precarizada da classe trabalhadora. Nossa hipótese é de que, além da satisfação imediata de saciar a fome e/ou ter um teto para morar, as relações pedagógicas vividas, sentidas e partilhadas nos espaços de ocupação do MTST contribuem para a satisfação de necessidades humanas como afeto, proteção, participação política, entendimento, ócio, como também potencializam a organização da luta coletiva.

---

<sup>1</sup> Tese recebida em 01/09/2023. Aprovada pelos editores em 27/09/2023. Publicada em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59787>.

<sup>2</sup> Doutor em educação em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal Fluminense (PPGE/UFF), Niterói - Brasil. E-mail: [luiz.augusto1201@gmail.com](mailto:luiz.augusto1201@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4318579878785745>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7319-0795>. Tese defendida em 31 de janeiro de 2023, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lia Tiriba. Link para a Tese: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/30024>

Entendemos como processos de ocupação, as práticas sociais onde trabalhadores e trabalhadoras, por meio de iniciativas coletivas, ocupam (provisória ou definitivamente) os meios de produção da vida social, podendo atribuir um novo sentido para o espaço e para as relações sociais que se estabelecem. É atravessada por aspectos históricos, culturais, econômicos, políticos e territoriais em determinados espaços/tempos históricos. Pode carregar contradições inerentes à sociedade capitalista, tal como a defesa indiscriminada da propriedade privada, e é expressão do acirramento entre as classes sociais.

Organizamos a tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo, travamos um diálogo com autores do materialismo histórico dialético, destacando as contribuições de Antonio Gramsci e E.P. Thompson sobre os conceitos de classe, experiência e cultura. Defendendo uma concepção verdadeiramente dialética da história, não subjugando a superestrutura em relação à estrutura, ou a cultura em relação à economia, procuramos compreender, a partir da literatura dos atores, por que e como os seres humanos se educam, lutam e se articulam entre si.

No segundo capítulo, buscamos identificar experiências históricas de ocupação de terras, fábricas, escolas destacando a questão da habitação como necessidade básica para a reprodução da classe trabalhadora. Quando nos debruçamos sobre as experiências, não queremos com isso constituir modelos explicativos. A conquista de autonomia por parte da classe trabalhadora, materializada nas experiências que estudamos (experiências que têm como fio condutor a questão da moradia), ajuda a afirmar que as lutas contemporâneas por habitação são frutos desse acúmulo de lutas. Assim, percebemos que as experiências herdadas e partilhadas (THOMPSON, 1981) atuam de forma educativa para os movimentos sociais da contemporaneidade. O trabalho de ocupar e organizar a ocupação revela o seu princípio educativo.

No terceiro capítulo, iniciamos com o debate sobre o processo de acumulação primitiva, defendendo que o conceito não está estático na história, mas se manifesta até os dias de hoje, contribuindo para o aprofundamento do racismo estrutural, ambiental, escravidão por dívida, roubo de terras e outras perpetuações coexistentes. Desse processo surge o exército industrial de reserva. Como nos indicou o trabalho de campo, é uma parte desse grupo que transita nos espaços de ocupação do MTST.

Também compõe o terceiro capítulo o debate da mercantilização da cidade na sociedade capitalista. Observamos que a mercantilização das cidades exclui grande

parcela da classe trabalhadora do seu acesso pleno. Acreditamos que os movimentos sociais contribuem na organização da luta coletiva frente a essa concepção de cidade mercadológica, que ao mesmo tempo exclui e joga para a marginalidade quem não consegue tornar-se cidadão consumidor. Entendemos que o direito à cidade guia a luta por melhores condições de vida nos centros urbanos, podendo contribuir para a construção de um novo modelo de cidade que não passe pela lógica do capitalismo.

Por último, analisamos os projetos políticos do Movimento Pelo Direito à Moradia (MDM), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a Frente de Luta por Moradia (FLM), e do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) contidos nos meios de comunicação “oficiais” desses movimentos. Com isso, compreendemos que a luta por moradia protagonizada pelos movimentos sociais têm na sua pluralidade algumas divergências e divisões políticas internas. Todos os quatro movimentos travaram um debate classista, onde reivindicavam os interesses da classe trabalhadora, mas apenas dois reivindicam uma mudança estrutural na sociedade capitalista. Compreendemos que os movimentos sociais são expressão das contradições e limites da sociedade capitalista e são, portanto, profundamente educativos uma vez que por sua atuação simultaneamente questionam as estruturas sociais e a educação delas proveniente, oferecendo pistas para novas formas de organização da vida social e da educação.

No Capítulo 4, abordamos o MTST no Brasil e o seu enraizamento no Rio de Janeiro. Após as ocupações de 2014, 2015 e 2018, o MTST-RJ conseguiu enraizar militantes nos bairros e desenvolver trabalhos locais junto à comunidade. Ao acompanhar o trabalho junto às Cozinhas Solidárias, percebemos que o trabalho no interior desses espaços de ocupação - o de limpar o espaço, cortar legumes e verduras, catar feijão, cozinhar, organizar atividades, lavar a louça - foi importante para as práticas e o fortalecimento da coletividade, reafirmando o princípio educativo do trabalho. Com isso, podemos formular que nos espaços de ocupação do MTST as relações pedagógicas visavam, ainda que contraditoriamente, a formação da coletividade entre homens e mulheres ocupantes e do fazer-se (THOMPSON, 2015) desses sujeitos como classe trabalhadora.

Do MTST-RJ também nasce “O Formigueiro”, jornal de circulação interna entre os participantes da base social do movimento. Ao nos debruçar sobre o material, percebemos que o jornal busca articular as pautas gerais com pautas específicas,

informar e formar e, não menos importante, ajudar na criação de uma identidade para os sem-teto do MTST-RJ. A leitura da assembleia funcionava da seguinte forma: quem sabia ler ajudava as companheiras e companheiros que não sabiam. A proposta é que todos possam participar e se sentir incluídos na atividade.

No capítulo cinco, investigamos como são tecidas as relações pedagógicas nos espaços de ocupação (Assembleias, atos e Cozinhas Solidárias). O campo evidenciou que ao participar dos espaços coletivos, seja lavando pratos, varrendo o chão ou buscando uma quentinha nas Cozinhas Solidárias, seja falando sobre futebol e política minutos antes de começar a assembleia de bairro, os espaços de ocupação, podem contribuir para a satisfação de diversas necessidades. Nesse sentido, acreditamos que as Cozinhas desempenham um protagonismo central como satisfatores de necessidades e em particular, para satisfazer a necessidade de luta. Relações que estão intrinsecamente relacionadas com a questão da solidariedade.

Como síntese provisória da análise das relações de convivência entre militantes, ocupantes e militantes/ocupantes, identificamos que as relações pedagógicas favorecem a satisfação de diversas necessidades humanas, potencializando a formação da coletividade e o ‘fazer-se’ de homens e mulheres como classe trabalhadora. Transitando entre concepções e práticas de solidariedade humana e solidariedade de classe, criando relações política/culturais/educativas. Essas experiências de classe remetem-nos ao princípio educativo do trabalho de ocupar.

As relações de convivência nos espaços de ocupação do MTST nos contaram algumas coisas. Em primeiro lugar, a violência simbólica empreendida em alguns momentos de tensão são consequências da vida de privação e violência que militantes e outros participantes experienciaram ao longo da vida. Não temos elementos teóricos suficientes para aprofundar a questão, mas destacamos a importância de futuras pesquisas sobre. O trabalho manual aliado com a formação política, entre trabalhadores e trabalhadoras, ajuda a compreender teoricamente como a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade” (GRAMSCI, 2017, p.314-315) é provocada por elementos históricos e culturais orientados pela criticidade em relação a sua própria concepção de mundo, e mediado pelos intelectuais. É imprescindível a cultura como mediação para a implementação de uma “reforma intelectual e moral”.



As relações pedagógicas tecidas nos espaços de ocupação nos ensinaram que, como processo educativo, o desafio é que cada cozinha precisa ampliar seus espaços de governança e/ou controlar aqueles que governam transitoriamente (GRAMSCI, 2001, p. 50). As experiências associativas que se constituem nos espaços de ocupação do MTST atuam como ‘escolas’ de produção de uma cultura do trabalho e que, de alguma maneira, contrariam a lógica excludente do sistema capital” (TIRIBA, 2008, p. 2).

Acreditamos que para constituir uma nova sociedade marcada pela reprodução ampliada da vida em contraponto à reprodução ampliada do capital, é necessário forjar a partir do trabalho coletivo, das relações de solidariedade, uma nova cultura do trabalho (TIRIBA, 2008, p. 19) que tenha “como pré-requisito a propriedade e posse coletiva dos meios de produção, o controle sobre o processo e o produto do trabalho e, que a força de trabalho deixe de ser uma mercadoria. Para que ela se constitua na sua plenitude é preciso também romper com o sistema capital”.

## Referências

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 1** / Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere, volume 2** / Antônio Gramsci; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1: a árvore da liberdade**; tradução de Denise Bottmann. 7ª . ed. — São Paulo : Paz e Terra, 2015.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIRIBA, L. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção. **Perspectiva** (UFSC) , v. 1, p. 20-27, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10295/0> Acesso em 20 de agosto de 2019.

## Memória e Documentos

### I ESCOLA INTERNACIONAL DE AUTOGESTÃO: CONQUISTAS, BALANÇO E PERSPECTIVAS<sup>1</sup>

Henrique Tahan Novaes<sup>2</sup>  
Flávio Chedid Henriques<sup>3</sup>  
Bruna Oliveira Martins<sup>4</sup>

Este texto tem o objetivo de apresentar a estrutura e os principais debates da I Escola Internacional de Autogestão, realizada na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) entre os dias 19 e 23 de abril de 2023. A fim de aprofundar os debates ocorridos nos encontros realizados pela Rede “Economia dos/as Trabalhadores/as”, vivenciamos com trabalhadores de cooperativas, membros do poder público, estudantes e pesquisadores universitários dilemas do trabalho e pesquisa no campo da autogestão e tensionamentos existentes entre o mundo do trabalho e a academia, que tentaremos abordar neste ensaio.

## Antecedentes

A 1a Escola Internacional de Autogestão (1aEIA) é um dos desdobramentos do VII Encontro “A Economia dos/as trabalhadores/as”, realizado na Escola Nacional

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 10/07/2023. Aprovado pelos editores em 24/08/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59142>.

<sup>2</sup> Doutor em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo - Brasil e professor da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo - Brasil.

E-mail: [hetanov@gmail.com](mailto:hetanov@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5282506732444510>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5247-3684>.

<sup>3</sup> Doutor em Planejamento e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Brasil, servidor do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ) - Brasil e professor do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS). E-mail: [flaviochedid@gmail.com](mailto:flaviochedid@gmail.com). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4447356984170846>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7216-3429>.

<sup>4</sup> Mestra em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Marília, São Paulo - Brasil. Graduada em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Assis, São Paulo - Brasil. E-mail: [oliveira.martins@unesp.br](mailto:oliveira.martins@unesp.br). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3189679994488605>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3651-130X>.

Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema, em outubro de 2019, poucos meses antes do mundo acabar.

Na época, ninguém imaginava que uma pandemia colossal iria assolar a humanidade. Tiramos no final do encontro, a realização da I Escola Internacional de Autogestão em abril de 2020, mas obviamente não pudemos realizá-la.

Depois de mais de três longos anos de espera, finalmente em abril de 2023 foi realizada a 1aEIA, tendo como principais organizadores os autores deste artigo. Também participaram da concepção da 1aEIA Andrés Ruggeri (argentino), principal mobilizador do encontro “A Economia das/os trabalhadoras/as”, Celia Pacheco Reyes (mexicana), Rafael Enciso (colombiano), Cláudio Nascimento (brasileiro) e Carlos Aulet (uruguaio), que participou de algumas reuniões preparatórias.

### **Aspectos históricos**

Para não ir mais longe, desde a I Revolução Industrial os movimentos sociais (cartismo, socialismo utópico, comunismo) viram a necessidade de autoformação da classe trabalhadora, seja para reformar o sistema capitalista seja para revolucioná-lo. Praticamente todos os partidos de esquerda que surgiram na Era Moderna criaram suas escolas de formação, sendo a mais conhecida a Escola de Formação da Social Democracia Alemã.

Os sindicatos também cumpriram um papel fundamental na formação da classe trabalhadora, em geral imersa num ritmo de trabalho alucinante, que praticamente impossibilitava enxergar um palmo à frente da regulação da exploração do trabalho.

É na Revolução Russa que a temática da autoformação da classe trabalhadora ganha maior destaque. Ainda que a Revolução não tenha resultado na emancipação do trabalho, é digno de nota o trabalho de formação política levado a cabo por Lenin, Krupskaya, Lunatcharsky, dentre tantas e tantos outros, no período que vai de 1870-1917 para construir o que viria a ser a Revolução Russa.

Na América Latina, a questão da autoformação da classe trabalhadora nunca teve um papel de destaque, com honrosas exceções. Formação econômica colonial, baixa industrialização e iletramento da classe trabalhadora certamente contribuíram para um papel pouco estratégico da formação política.

A questão ganha maior complexidade se pensarmos a dificuldade dos sindicatos no “diálogo” com a classe trabalhadora mais arrebatada e pauperizada:

catadoras e catadores de materiais recicláveis, trabalhadoras e trabalhadores informais, sem carteira assinada. Se até os anos 1980 os sindicatos estavam “acostumados” a atender aos interesses da classe trabalhadora taylorista-fordista, especialmente no que se refere à regulação da exploração do trabalho ou de melhorias das condições salariais/de trabalho, a questão ganha maior complexidade com o avanço do regime de acumulação flexível, que levou boa parte da classe trabalhadora a ter que se virar para sobreviver.

No atual contexto de superexploração da classe trabalhadora, com avanço do capitalismo de plataforma e do processo de desindustrialização, unir sindicalistas, trabalhadores de fábricas recuperadas e do movimento de economia solidária, pesquisadores e membros do poder público em torno de um projeto de formação tendo como eixo a autogestão nos parece uma estratégia fundamental para pensar em uma economia voltada para a reprodução ampliada da vida, como sugere o pesquisador argentino José Luis Coraggio, e para o que estamos há mais de 15 anos chamando de Economia dos/as Trabalhadores/as.

### **A 1ª escola internacional de autogestão**

O VII Encontro A Economia das/os trabalhadoras/as foi realizado na ENFF, especialmente por indicação de Henrique Tahan Novaes, que já mantinha um diálogo bastante ativo com a escola, pois é professor de alguns cursos e minicursos deste ou neste espaço.

A ENFF reúne as melhores condições para a realização de um curso intenso e internacional. Está próxima do Aeroporto de Guarulhos e do Rio de Janeiro, possui acomodações para muitas pessoas, para místicas, salas de aula adequadas, espaços culturais que permitem a confraternização e a educação estética das e dos participantes. Ademais, ao adotar a autogestão como metodologia, a ENFF convidou os participantes do evento a adentrarem no funcionamento da escola e integrarem o trabalho socialmente necessário (lavar pratos, limpar banheiros, cuidar dos jardins da escola, preparar as místicas) de forma voluntária.

A 1aEIA não foi pensada como um Seminário ou Congresso Internacional típico onde são chamadas pessoas ilustres para palestrar e as demais e os demais participantes ficam como uma plateia passiva. Ainda que nestes congressos tenha algum tipo de interação (hora das perguntas, hora do cafezinho, espaços de diálogo

no início ou no final das mesas), é muito comum que parcela significativa dos convidados de eventos acadêmicos tradicionais apenas participem de suas respectivas mesas.

Na 1aEIA, todos os participantes e as participantes das mesas do início da tarde ou final da tarde estavam no evento, durante todos os dias. Não foram trazidas personalidades que provavelmente ficariam apenas na sua mesa. Acreditamos que a atividade principal da IEIA foi o que chamamos de “Diálogo de saberes da produção associada”, espaços concebidos para uma ampla interação entre as/os participantes, com socialização de conhecimentos, sistematização de conhecimentos, troca de saberes e de experiências.

Para pensar as atividades de diálogo foram convidadas inicialmente Lia Tiriba, Maria Clara Bueno Fischer, Celia Reyes, Lais Fraga e Vanessa Sígolo, profissionais com vasta experiência no campo da educação popular. Seria, sobretudo nesse espaço, que a Escola deveria se distinguir de um congresso acadêmico. A ideia era partir do conhecimento acumulado dos trabalhadores associados para permitir o aprofundamento do debate sobre os problemas vivenciados no cotidiano da autogestão. Ao invés de ensinar sobre a autogestão, a proposta do evento era de acumular conhecimento a partir das práticas e promover debates em torno dos conflitos suscitados por elas.

Pela nossa experiência em outras atividades, já imaginávamos que duas tendências estariam mais ou menos presentes na 1aEIA, que gerariam conflitos abertos ou latentes. Na falta de melhores palavras, podemos chamar de “pragmatismo” e “filosofismo”.

Entendemos por pragmatismo uma tendência bastante comum na classe trabalhadora, especialmente no público da Economia Social e Solidária, que busca soluções imediatas para os graves problemas que enfrentam no seu cotidiano, especialmente os relacionados à sobrevivência econômica das unidades produtivas. Não desprezamos esta urgente e importante necessidade, mas muitas vezes elas são colocadas de uma forma imediatista e pragmática, como se as formações pudessem rapidamente transformar problemas em soluções, conhecimentos em mudanças concretas no minuto seguinte.

Entendemos por filosofismo uma outra tendência bastante comum na universidade, que desconecta teoria e prática, reflexão e ação, ou ação e reflexão, e

não está muito interessada em resolver problemas sociais, ou ao menos apontá-los. Não desprezamos a necessidade da teoria, ao contrário, sem teoria e sem um programa de transformação, é muito provável que iremos continuar “patinando” e “botando a mão na massa”, sem saber por que e como transformar a sociedade. Ainda neste texto pretendemos aprofundar essa discussão.

## **Estrutura do evento**

Além das já referidas sessões de diálogos de saberes, a 1aEIA contou com atividades como Análise de Conjuntura, Mesas Redondas e apresentação de artigos e experiências, que aconteceu em quatro salas simultâneas. Por uma decisão tomada durante o evento, foi aberta uma nova sala para um diálogo mais direto com as experiências produtivas, dado que essa foi uma demanda clara que se apresentou durante o encontro.

A realização da 1aEIA na ENFF também nos levou a alguns ajustes, especialmente por ter sido feita no mês de abril. Tivemos que excluir algumas atividades para contemplar as ações do MST na ENFF em abril. O sábado foi repleto de atividades culturais e esportivas, além da mesa de sábado de manhã, fruto do planejamento da ENFF, aberta para a comunidade externa. As fotos do evento foram tiradas de forma voluntária pela participante Gabriela Moreira Ribeiro.

Optamos por manter equilíbrio entre homens e mulheres nas mesas e salas, além da participação de todos os países envolvidos (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Colômbia, México e Espanha). Seguindo essas diretrizes, chegamos no seguinte [cartaz de divulgação](#), com a programação inclusa:

*19/04*

12h - Chegada na ENFF

14h30 - Apresentação da escola (Rosana Fernandes)

15h30 - Apresentação da I Escola Internacional de Autogestão e apresentação das/dos participantes

17h - A luta pela autogestão: passado, presente e futuro do trabalho associado

Palestrantes: Cláudio Nascimento, Flávio Chedid Henriques (SOLTEC UFRJ), Lia Tiriba, Vanessa Sígolo, Selma Santos, Lais Fraga (UNICAMP) e Andrés Ruggeri (Facultad Abierta).

20/04

8h30 - Diálogos de saberes da produção associada

Sala 1: Coordenadoras - Celia Pacheco Reyes (UAMX), Nashelly Ocampo Figueroa, Ana Alicia Peña Lopez e Sofia de la Mora Campos

Sala 2: Coordenadoras - Lais Fraga (UNICAMP) e Vanessa Sígolo

Sala 3: Coordenadoras - Lia Tiriba e Maria Clara Fischer

14h - Desafios da autogestão na América Latina

Palestrantes: Rafael Enciso (Colômbia), Raul Huidobro, Celia Pacheco Reyes (UAMX), Rocio Herrera Rojas e Gáudia Costa

17h - Análise de Conjuntura

21/04

8h30 - Diálogos de saberes da produção associada

Sala 1: Coordenadoras - Celia Pacheco Reyes (UAMX), Nashelly Ocampo Figueroa, Ana Alicia Peña Lopez e Sofia de la Mora Campos

Sala 2: Coordenadoras - Lais Fraga (UNICAMP) e Vanessa Sígolo

Sala 3: Coordenadoras - Lia Tiriba e Maria Clara Fischer

14h - Apresentação dos resumos expandidos e experiências

Sala 1: Coordenadora - Fabiana Rodrigues (UNICAMP)

Sala 2: Coordenador - Rafael Enciso

Sala 3: Coordenador - Gabriel Nemirovsky

Sala 4: Coordenador - Flávio Chedid

17h - Socialização e síntese do diálogo de saberes da produção associada

18h30 - Encerramento e planejamento da 2ª Escola Internacional de Autogestão

20h30 - Confraternização

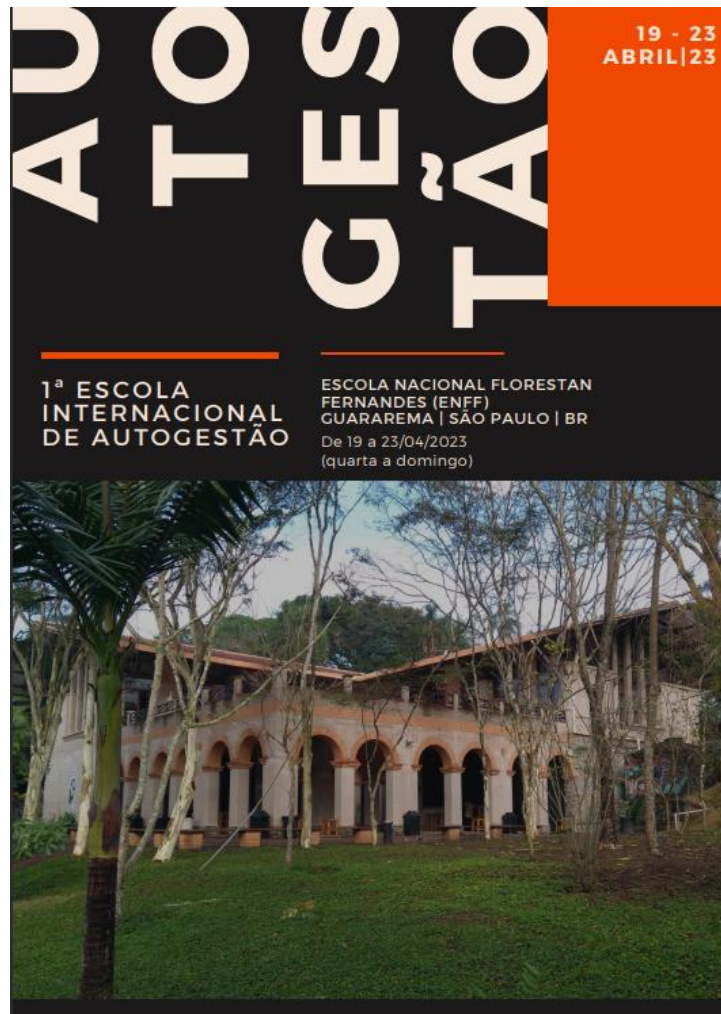
22/04

10h - O MST e a atualidade da reforma agrária

14h - Tarde cultural

23/04

10h-18h- Retorno das/dos participantes



A equipe de organização do evento acompanhou a chegada dos participantes, recepcionando-os e orientando-os de acordo com as normas da escola. Após a acolhida, os participantes se direcionaram ao refeitório para almoçar e se preparar para a apresentação da ENFF, realizada pela coordenadora Rosana Fernandes e para a apresentação da 1aEIA. Rosana pôde contar sobre a história da escola, bem como seu funcionamento, regras, cursos que estavam acontecendo concomitantemente ao 1aEIA e algumas instruções.

Para a apresentação da 1aEIA, contamos com a participação da equipe de organização, além dos demais mobilizadores do encontro. Foi um momento de explicitar o histórico do evento e de conhecer as pessoas que iriam integrá-lo. Tendo em vista o horário e a ampla participação das pessoas, apenas algumas delas se apresentaram; entretanto, pudemos socializar ao decorrer das atividades, o que foi muito importante para a criação de um ambiente confortável e afetivo.



Na mesa intitulada “A luta pela autogestão: passado, presente e futuro do trabalho associado”, representantes de universidades, da luta sindical e do MST, Selma Santos, puderam realizar falas acerca de suas experiências, vivências, pesquisas e reflexões acerca do tema. O principal objetivo foi apresentar reflexões sobre experiências passadas de autogestão, relacioná-las com as iniciativas contemporâneas e apontar caminhos para um futuro desejado desse campo. Ao final da primeira mesa do evento, os participantes teceram comentários e levantaram questionamentos. Uma das contradições ali indagadas foi a composição da mesa, visto que a grande maioria dos/as palestrantes adinham do ambiente acadêmico.



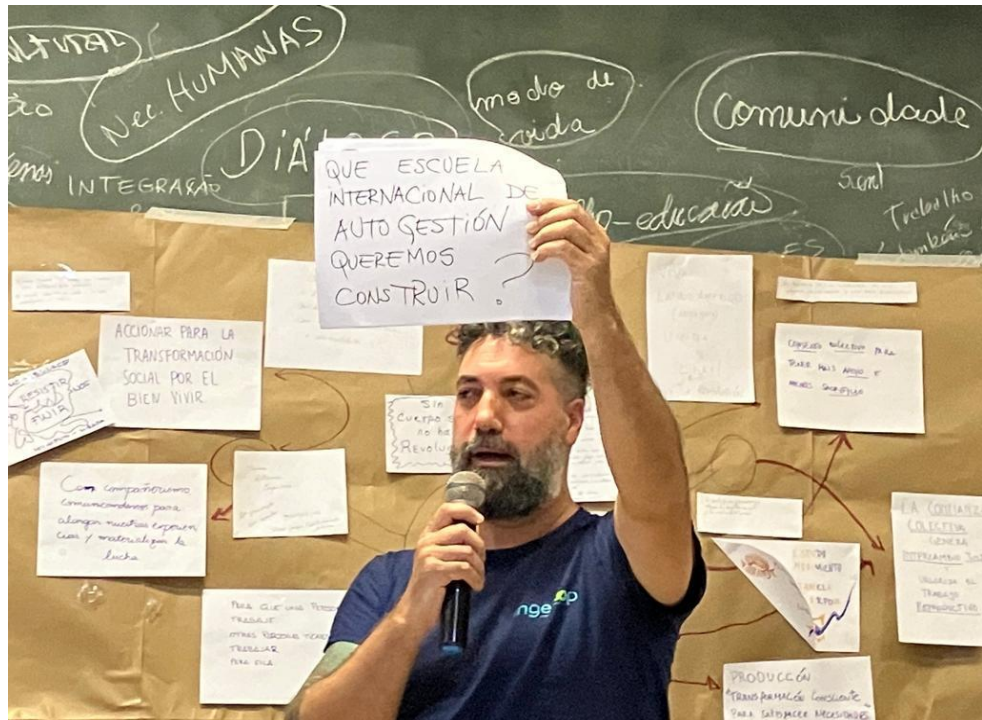
Em todas as mesas, o evento contou com a presença de três tradutoras, que realizavam a tradução simultânea do português para o espanhol e vice-versa. Meg Batalha, Patrícia Flores e Gabriela Severino foram fundamentais para a realização da Escola e desde antes de conseguirmos recursos (muito abaixo dos pagos pelo mercado), já tinham se disposto a ajudar pelo caráter militante do evento. Nos Diálogos de saberes da produção associada, espaços constituídos por grupos menores, divididos perante o interesse e a disponibilidade dos participantes, as tradutoras se dividiram para também auxiliar na compreensão e comunicação de todas e todos.



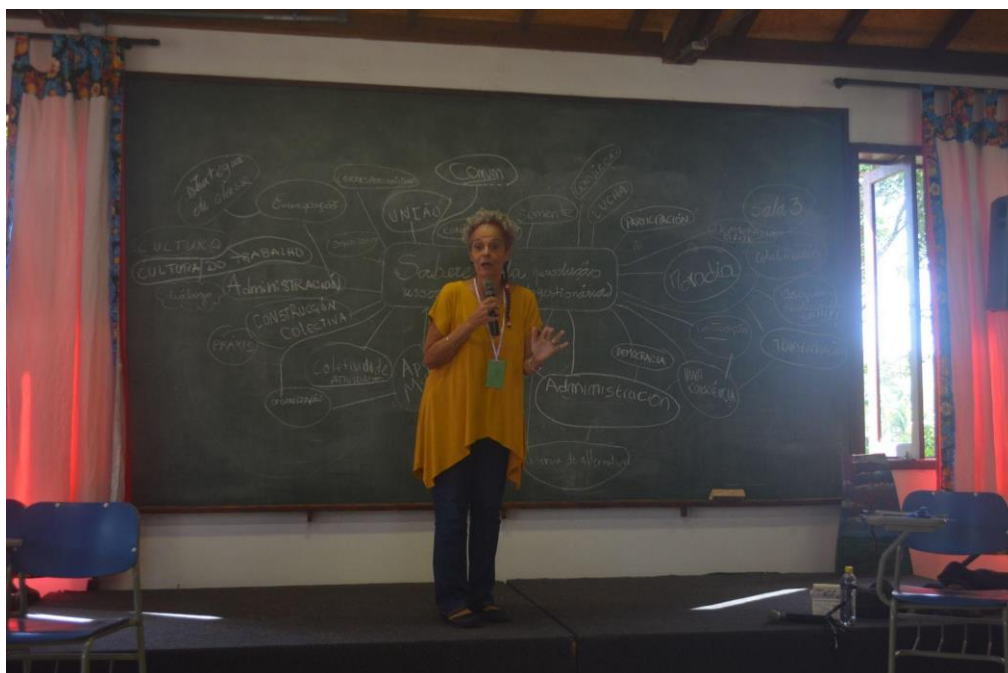
Ainda, nos espaços dos Diálogos de saberes da produção associada, a separação de grupos menores em 3 salas com diferentes atores de diversos segmentos e de países, pôde propiciar criações diversificadas, bem como formas de apresentar a realidade de cada participante e de cada organização ali presente. As coordenadoras das salas puderam, a partir de ideias de dinâmicas educativas, reunir as experiências, questionamentos e reflexões para pensarmos em uma segunda edição do evento. Os Diálogos foram realizados em duas manhãs e apresentados posteriormente em uma socialização e síntese.







As/os participantes utilizaram algumas ferramentas que auxiliam no compartilhamento dos saberes, como cartolinas, canetas coloridas, papéis ofício e pardo etc. A depender da sala, as/os participantes puderam escolher e criar a forma de trabalhar, o que gerou maior diversidade de criações.



As/os participantes puderam participar das místicas realizadas na ENFF todos os dias, o que enriqueceu o evento. A vivência na ENFF, para além do evento, proporcionou novos olhares sobre as relações sociais.







Na mesa intitulada “Desafios da autogestão na América Latina”, as/os coordenadoras/es compartilharam suas experiências, de acordo com suas perspectivas teórico-metodológicas e com o seu contexto histórico e social, uma vez que elas/es falavam de países diferentes. Entretanto, alguns pontos traçados puderam se encontrar, o que auxiliou a reflexão da construção contínua da Escola Internacional. Nessa mesa, contamos com representantes dos seguintes países: Colômbia, na figura de Rafael Enciso; México, representado por Celia Pacheco Reyes; Argentina, que contou com a participação de Raul Huidobro; Chile, que teve uma mudança de última hora a pedido da palestrante Rocio Herrera Rojas, substituída por Diego Springfield; e Brasil, com participação de Gáudia Costa.

Apareceram questões relacionadas à autogestão particulares de cada país: alguns com forte representação de movimentos sociais, que representaram conquistas de políticas públicas, casos de Argentina e Brasil; no caso colombiano foi marcante a relação da autogestão com o longo conflito armado que vivencia o país; e no caso chileno, a ausência de políticas públicas, mas a forte presença de mobilizações sociais com ampla representação de trabalhadores de cooperativas ligadas à federação TRASOL.

Algumas experiências de recuperação de fábricas foram apresentadas, principalmente como se constituem e como conseguem sobreviver economicamente, muitas vezes em uma condição melhor do que quando eram comandadas por um

patrão, quando funcionavam com base na lógica capitalista. A forte presença de empresas recuperadas da Argentina foi um fato importante para trazer à tona debates práticos sobre suas dificuldades de produção e comercialização. A dificuldade que tivemos de dar sequência e continuidade a esse debate ainda será explorado em uma seção deste relato;

Na segunda mesa, ainda foram apresentados alguns desafios do campo da Economia Solidária, como: a implementação da lei do cooperativismo; a dificuldade das cooperativas de autogestão construírem o trabalho sem reproduzir relações capitalista; como os funcionários contratados, como por exemplo contadores, trabalham sem compreender o processo autogestionário para os associados; a importância da formação de uma consciência de classe das trabalhadoras e trabalhadores para a superação dos desafios e da interrelação entre os diferentes processos autogestionários e cooperativas etc.





Ainda no segundo dia, realizamos uma análise de conjuntura. A mesa foi composta por Daneris Alberto Herrera Mestra (Colômbia) e Henrique Tahan Novaes. Daneris abordou as experiências de produção associada colombianas e os desafios dos movimentos sociais colombianos. Henrique Tahan Novaes abordou a nova tentativa de redemocratização do país. Destacou a importância de termos derrotado Bolsonaro nas eleições de 2022, mas também mostrou os inúmeros limites do novo governo Lula. Além disso, fez um balanço da nova fase do imperialismo, as contradições dos governos populares e dos governos de direita na América Latina. Por último, destacou a necessidade de teorização de uma estratégia de transição, para além do capital, especialmente na América Latina, e especialmente envolvendo o trabalho associado. Como nessa mesa só tivemos dois participantes, a quantidade de perguntas e comentários sobre a conjuntura e sobre a economia das/os trabalhadoras/es foi maior que nas demais.

O encerramento e planejamento da 2ª Escola Internacional estava previsto para o último dia, no entanto, as/os integrantes decidiram realizar o processo após a socialização e discussão acerca dos Diálogos de saberes da produção associada, visto que algumas pessoas retornaram para casa antes do último dia de evento. Foram decididas algumas pautas, construções e o local da próxima edição do encontro “A Economia dos/as Trabalhadores/as, que acontecerá em Rosário entre os dias 28 e 30 de setembro de 2023.



A incorporação da programação da ENFF na 1aEIA, com a mesa intitulada “O MST e a atualidade da reforma agrária”, também protagonizou a classe trabalhadora e articulou os saberes às práticas. Esta mesa foi composta por diversas/os militantes do movimento, e, além das/os participantes da 1aEIA, outras pessoas de outros cursos que estavam acontecendo ao mesmo tempo na ENFF também participaram. Foi um momento de comemorar a história de luta do movimento, rumo aos seus 40 anos. A atividade é simbólica para quem participa, contando com as/os brigadistas, e para o MST, especialmente no ano de eleição do Lula, para debater a conjuntura atual da reforma agrária, bem como os próximos passos.



Na confraternização e na tarde cultural, as/os participantes puderam conhecer outras pessoas que estiveram em outros eventos e cursos na ENFF, organizaram times, jogaram futebol, assistiram a apresentação de samba e se deliciaram com a famosa feijoada da escola.





### **Apresentação dos resumos expandidos**

A 1a EIA foi pensada prioritariamente para produtoras e produtores associados, mas também para assessores/as e educadores populares. Com isso, abrimos um espaço para a apresentação de resumos expandidos, especialmente por parte de graduandos/as, mestrandos/as, doutorandos/ as e professores doutores.

Foram apresentados 17 resumos expandidos, em três salas concomitantes. Segue abaixo a relação de resumos apresentados, que podem ser acessados por meio do link do [drive](#):

<p><i>Sala 1</i>  Coordenadora:  Fabiana Rodrigues</p>	<p>Incop Unesp Assis e COOCASSIS: a relação entre universidade e trabalho cooperado (Bruna Oliveira Martins); Ensaio sobre a complementaridade do trabalho associado e da formação política para o avanço do processo de consciência de classe (Theo Martins Lubliner); Educação e autogestão em Florestan Fernandes: propostas na Constituinte de 1987-1988 (Julio Hideyshi Okumura); EIV SC- reflexões sobre coletividade e auto organização (Valdirene Soares Machado); A autogestão na escola e os processos pedagógicos no Curso Pós-médio em Cooperação e Agroecologia (Rogerio Gomes); O Trabalho Socialmente Necessário de Marx a Pistrak e Shulgin: considerações sobre a essência social do trabalho (Poliana Garcia Temístocles Ferreira e Sandra Luciana Dalmagro) e Diálogos Universidade e MST: a construção das cirandas com os Sem-Terrinhas do Acampamento Marielle Vive (Fabiana De Cassia Rodrigues, Maina Maria Fernandes, Júlia Pacheco e Zan, Marília Fonseca Del Passo, Luana Leite Bacci e Caroline Zimmermann Belaunde, Isabella Claro Tegon e Pâmela Pimenta Machado).</p>
<p><i>Sala 2</i>  Coordenador: Rafael Enciso</p>	<p>Autogestão: teoria e prática - Práxis pedagógica na formação para a autonomia (Rildo José Simões Santos e Wiliane Viriato Rolim); Propuestas educativo-pedagógicas para el fortalecimiento de la economía social solidaria (Manuel Ramirez Casillas); Condición laboral y de vida de las mujeres migrantes mexicanas, experiencias de resistencia y autoorganización como respuesta frente a la superexplotación del trabajo y las violencias cotidianas (Ana Alicia Peña López, Nashelly Ocampo Figueroa e Ana Alicia Peña López); Organização autogestionada dos/as entregadores de aplicativos no Brasil: antíteses em competição (Katiuscia Galhera e Rebecca Ruiz); Por uma economia do sentido: redes, negócios comunitários e desenvolvimento local (Gustavo Cerqueira e Ricardo Lopes Correia) e Experiências Mexicanas: mulheres en lucha (Tabita Valadez e Yolanda Millán).</p>
<p><i>Sala 3</i>  Coordenador: Gabriel Nemirovsky</p>	<p>As retomadas Guarani e Kaiowá como formas insurrecionais e multidimensionais de autogestão (Felipe Mattos Johnson); Del discurso hegemónico a la práctica cotidiana. Un desafío en la gestión dentro de los colectivos autogestionados (Mariano German Mariani); La experiencia Federativa de TRASOL: Cooperativismo y Autogestión, entre el estado neoliberal y el territorio popular (Rocio Herrera Rojas); Los desafíos para el cooperativismo realizados por trabajadores de la autogestión y la economía popular en el contexto neoliberal chileno (Rocio Herrera Rojas); "Ocupar, resistir e produzir" em comum: memória e luta operária da fábrica ocupada Flaskô (2003-2018) (Abner Luiz Da Costa Ribeiro); Para Além do Controle Operário? A experiências das ERTs Argentinas no século XXI (Gabriel Gualhanone Nemirovsky e Henrique Tahan Novaes); Autogestão e o legado marxista (Jair Pinheiro); Red Genera (Florencia Escobar); Kincha (Diego Springfield e Ivan Barrios) e Cocrear (José Ignacio).</p>
<p><i>Sala 4</i>  Coordenador: Flávio Chedid</p>	<p>Aportes desde la Educación Popular Feminista para abordar la participación de las mujeres en la lucha por la recuperación de la fábrica textil CUPS (Luciana Andrea Navarro); Cooperativa de la Paloma (José Tessa); Fasacot (Raul Huidobro); CGT y Cooperativa de Trabajo de ARTIEDA (Victor Iguacel); Ingecoop (Mariano German Mariani); Nimbo (Ramon Ayala); Escuela Cooperativa Mundo Nuevo (Melina Merquier); Cooperativas Noticias de Ayer (Cami Comisso); Cooperativa Resguardar Reciclado (Daniel Salomon Patricelli); La Base (Frederico Giorgi); Industrial Frigorífice (Federico José Sotella, Adriana, Raul e Daniel Coman) e Mundukide e Armazéns do Campo (Natxo Devicente).</p>

Como já dissemos, foi criada uma 4a sala, especialmente para promover o diálogo de saberes entre produtoras e produtores associados. O impacto dessa sala no evento ainda será abordado neste relato. Foram apresentadas experiências da Argentina, Uruguai e Espanha/Brasil. No caso argentino, cooperativas organizadas em rede do setor frigorífico apresentaram como foram os processos de recuperação das empresas e os dilemas que vivenciam no campo da produção e comercialização. Foi apresentada a Federação que os representa (FASACOT) e quatro experiências de cooperativas, entre elas a cooperativa INIMBO. Ainda houve a apresentação de uma cooperativa de engenheiros (Ingecoop), de uma fábrica têxtil (CUPS), de uma escola cooperativa (Mundo Nuevo), de uma instituição de fomento de cooperativas (LA BASE) e de um jornal cooperativo (Noticias de Ayer), todos argentinos; do Uruguai foi apresentada a cooperativa de reciclagem La Paloma; e a experiência espanhola, que é conduzida no Brasil, se refere ao grupo Mondragón, com o projeto Mundukide, que apoia a organização dos Armazéns do Campo vinculados ao MST. Ainda da Espanha, foi apresentada a experiência da Cooperativa Artieda, ligada à Confederação Geral de Trabalhadores (CGT).

### **Balanco das atividades e análise crítica**

Talvez seja possível afirmar que no balanço geral dos participantes, tenha predominado os assessores/formadores. Com exceção da delegação argentina, onde estiveram presentes um número expressivo de trabalhadores associados.

De qualquer forma, é importante notar que não é tão simples sair de casa ou deixar o trabalho para participar de atividades formativas. Mesmo com o nosso esforço para tentar trazer pessoas das cooperativas da grande São Paulo, isso não se concretizou. A urgência da produção e a urgência da sobrevivência econômica se faz presente nesta realidade. Por sua vez, as atividades formativas podem ser vistas como “exóticas” ou “desnecessárias”.

Realizar um encontro internacional depois do fim do mundo não é pouco, especialmente para todas e todos nós que estávamos acostumados a realizar atividades formativas com uma certa frequência.

Nesse sentido, rever amigas e amigos de quase todas as partes da América Latina, rever colegas e conhecer pessoas que possuem um sentimento anticapitalista foi muito importante para todos nós. Isso renovou nossa alma e deu combustível

importante para começarmos a luta no processo de reconstrução da democracia no Brasil e de reforço dos laços com a América Latina.

Reestabelecer o diálogo entre trabalhadores da educação e trabalhadores associados, ou ao menos tentar estabelecer este difícil e complexo diálogo cotidiano entre nós, também foi muito importante.

Ressaltamos que os sindicatos latinoamericanos ainda não sabem o que fazer e como fazer com essa nova classe trabalhadora lumpenizada, empobrecida e sem direitos trabalhistas. Nós também não sabemos, mas estamos tentando criar espaços formativos que permitam a este público encontrar soluções criativas para os graves problemas da classe trabalhadora latinoamericana.

Ainda que baseado em soluções de baixa escala e que nem sequer triscam nas altas taxas de informalidade, acreditamos no enorme potencial do trabalho associado ou da produção associada. Não acreditamos no empreendedorismo como a solução para os problemas criados pelo capitalismo, não acreditamos que o cooperativismo e o associativismo devem servir para mitigar as taxas de desemprego sem abalar as estruturas da reprodução capitalista. A autogestão deve se tornar parte da vida da classe trabalhadora, seja nos bairros, nas cidades e nos países. Retomar o controle da vida e o sentido da vida dentro e fora do trabalho nos parece fundamental e para isso acreditamos que uma Escola de Autogestão, com formação permanente, seja importante.

Como já adiantamos, esse primeiro intento de criar uma espaço internacional de formação de autogestão não aconteceu sem tensionamentos. As distintas realidades pediam diferentes abordagens e sem um primeiro encontro para tentar entender esses conflitos, era muito difícil planejar os espaços formativos. Pensamos nas sessões de diálogos de saberes como espaços de aprofundamento dessas demandas, que dificilmente poderiam ser abordadas no mesmo evento.

Em um relato aprofundado sobre a Escola e seus desdobramentos, Raul Huidobro, conhecido como “El Vasco” e representante da federação das empresas recuperadas do setor frigorífico da Argentina (FASACOT), expôs importantes questões que devem ser motivos de reflexões para organização da 2aEIA. Em suas palavras:

También, hubo talleres donde se debatió con la metodología de la Educación Popular. Metodología con la cual no se pudo hacer un abordaje mejor de la producción y comercialización social fabril y si se

aportó ideas y perspectivas que apuntaban a transformaciones de fondo en el universo de la autogestión. Por eso abordaremos como sector de obreros autogestionados sin patrón nuestra visión, tratando de aportar algo (HUIDOBRO, 2023, p. 3).

Raúl parte do princípio que faltou na Escola dois pontos: a) fazer uma análise de conjuntura mais ampla, que para ele é o declínio da hegemonia norteamericana e as novas configurações da economia internacional b) debater aprofundadamente as questões da produção e comercialização autogestionada

Sobre esse segundo ponto, ele desenvolve uma análise da produção de carnes, falando dos elementos do toyotismo nesse setor e sugere alterações para a produção autogestionada. No fim, fala de uma aliança com todo setor alimentício e que deveriam se unir para debater a soberania alimentar.

De fato, não tivemos espaços onde ele pudesse ter exposto as alterações na produção que estão fazendo em suas fábricas. Não foi possível entender os impactos que conseguiram com isso, tampouco analisar conjuntamente novas possíveis alterações. Dificilmente com 4 dias de evento, sendo o quarto destinado para conhecer a luta do MST, conseguiríamos alterar esse quadro, mas avaliamos, após as críticas recebidas, que a quarta sala descrita acima, em que experiências de produção associada foram apresentadas, deveria abrir o evento, o que talvez estimularia que detalhes mais específicos de cada empresa pudessem ser discutidos ao longo dos dias, mesmo que fosse nas conversas informais, durante as atividades culturais etc.

Decidimos começar o evento com uma discussão entre o passado, presente e futuro da autogestão. Ao contrário do que foi dito, não era uma mesa composta apenas por acadêmicos ou ao menos não eram todos de origem acadêmica. Militantes de movimentos sociais, como o MST, representada por Selma Santos, educadores populares, com longa estrada na luta pela democracia no Brasil, como Cláudio Nascimento, estavam nessa mesa como experiência viva da autogestão. Entretanto, talvez não tenhamos conseguido, enquanto organização, direcionar o debate para que as questões práticas ganhassem protagonismo desde então. Não fomos capazes de romper a dicotomia falada no início deste relato entre o pragmatismo e o filosofismo.

Na nossa concepção, muito inspirados no debate da Tecnologia Social, não temos ainda as ferramentas necessárias para auxiliar a produção e comercialização das cooperativas dentro de uma proposta autogestionária. As ferramentas que

possuímos foram produzidas pela e para a indústria capitalista, reforçando a precarização e exploração do trabalho. Não significa, entretanto, que não devemos discutir essas questões e ao lermos o texto de Raúl (El Vasco) percebemos que faltou espaço para que eles pudessem trazer suas experiências, que buscam encontrar soluções na organização do trabalho da indústria frigorífica frente ao processo de toyotização deste setor. Até porque as novas ferramentas, pensadas a partir do debate teórico da Tecnologia Social, não serão inventos de pesquisadores iluminados, mas sim, acúmulo de práticas dos produtores associados, como essas relatadas.

Esperamos, portanto, que o espaço de Diálogo de Saberes das próximas Escolas possa dar conta de aprofundar essas questões, que pode ser facilitada se abriremos o evento com melhor apresentação das experiências autogestionárias presentes. Acreditamos, entretanto, que as salas de Diálogo de Saberes da 1aEIA buscaram avançar em um tema muito importante para chegarmos nesse ponto. Ao reconhecermos que ainda não temos ferramentas apropriadas para “produzirmos” autogestão, ou melhor, para ajudarmos a produzir reforçando as vantagens da autogestão, tentamos trabalhar no sentido de coletivamente reconhecermos a necessidade de uma Pedagogia da Autogestão. Lia Tiriba e Cláudio Nascimento, que incansavelmente, nos atentam para esse fato, estiveram presentes nessas salas (Lia no papel de coordenadora) e acreditamos que tenha sido muito importante partirmos desse acúmulo para a construção de uma Escola Permanente de Autogestão. Sem uma pedagogia específica e uma tecnologia voltada para autogestão não conseguiremos fazer mais do que reproduzir o modelo hegemônico.

Vivemos tempos de luta, e nessas lutas a produção associada pode educar a classe trabalhadora para o novo, para soluções anticapitalistas, para soluções que, ainda que exóticas e pouco representativas na fase atual do capitalismo, podem sinalizar que outra sociedade é possível e urgentemente necessária. Nesses quatro dias na Escola Nacional Florestan Fernandes, o coletivo representado na foto abaixo, ousou sonhar em um amplo processo de formação da classe trabalhadora, tendo como base a Autogestão. Seguiremos o debate no IX Encontro Economia os/as Trabalhadores/as em Rosário.



## Referências

HUIDOBRO, Raúl Oscar Ruiz. **Desafíos de la autogestión en América Latina.** Documento de Formação e Debate da Federação de la Alimentación "Solidaridad y Autogestión" de Cooperativas de Trabajo, 2023.



## Memória e Documentos

### LA ECONOMÍA DE LOS TRABAJADORES Y PODER POPULAR HACIA LA SUPERACIÓN DEL SISTEMA DEL CAPITAL<sup>1</sup>

Rafael Enciso Patiño<sup>2</sup>

Este documento trata de la historicidad y significados del Movimiento Internacional La Economía de los Trabajadores y Trabajadoras, que a partir de las contradicciones trabajo/capital y las luchas sociales y de clases que ellas generan, ha empezado a prefigurar las características de una economía y un sistema socioeconómico poscapitalista. Se analiza el desarrollo humano desde el descubrimiento de la agricultura, la producción de excedentes, el surgimiento del Estado, y los sucesivos modos de producción en los que unos seres humanos han explotado el trabajo de otros, hasta el actual sistema capitalista en su fase neoliberal, para encontrar los elementos esenciales comunes que los caracterizan y los que deben sustituirlos para superarlo. Con ello, queremos registrar en la Revista Trabalho Necessário - TN 46, la Memoria y la importancia del Movimiento Internacional La Economía de los Trabajadores y Trabajadoras.

#### El sistema del capital, el Estado y la política

Las estructuras y relaciones económicas, políticas, sociales y culturales en la sociedad capitalista actual, en la cual predomina la monstruosa y voraz globalización neoliberal, son el resultado de un largo proceso de desarrollo histórico, iniciado hace unos

---

<sup>1</sup> Artigo recebido em 20/07/2023. Primeira Avaliação em 26/07/2023. Segunda Avaliação em 11/08/2023. Aprovado em 13/ 11/2023. Publicado em 11/12/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59288>.

<sup>2</sup> Economista colombiano, miembro del Equipo Desde Abajo (Colombia) y miembro del Comité Internacional Organizador de los Encuentros Internacionales La Economía de los Trabajadores y Trabajadoras. Correo electrónico: [encisorafael@gmail.com](mailto:encisorafael@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2320-6795>.



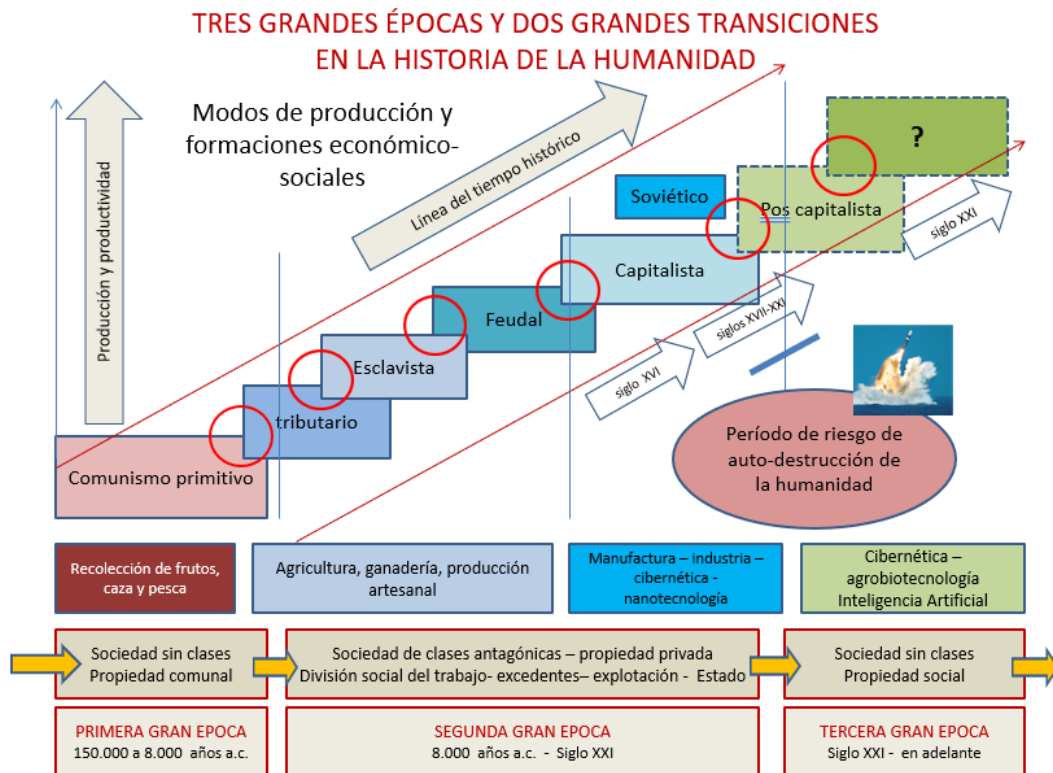
10.000 años, con el surgimiento de la agricultura y la división social del trabajo y su estructura jerárquica, que permitieron el aumento progresivo de su productividad y la generación de excedentes.

En un primer tiempo, en la producción de alimentos y otros bienes de primera necesidad por encima del mínimo vital, y posteriormente, en la producción de otros bienes. Entre estos, los suntuarios, así como la construcción de ciudades y enormes infraestructuras productivas y su apropiación por grupos sociales minoritarios y dominantes de la sociedad. En este período de transición de la primera a la segunda gran época de la historia de la humanidad, la del sistema del capital, que es en la que estamos viviendo, surgieron y se desarrollaron las clases sociales con intereses contrapuestos (explotadoras y explotadas) y el Estado.

El Estado, y sus instituciones civiles, militares, religiosas o ideológicas y de la “costumbre”, ha sido desde entonces el principal medio complejo, mediante el cual los grupos humanos conformados en clases sociales dominantes controlan y organizan las sociedades en sistemas integrados con sus componentes políticos, económicos, sociales y culturales, para hacer posible la reproducción del organismo social en los territorios bajo su dominio. De manera central, la explotación de las clases trabajadoras, que producen la riqueza social, que les permite vivir con privilegios y opulencia.

En las antiguas sociedades tributarias, esclavistas y feudales, así como en las modernas sociedades capitalistas y en las de tipo soviético (que hicieron implosión y desaparecieron sin conseguir el propósito inicial de superar la explotación de los trabajadores y construir la sociedad socialista), el proceso social de trabajo es controlado por las clases dominantes (la burguesía en el caso de la sociedad capitalista), buscando su máxima productividad con las tecnologías disponibles en cada tiempo y lugar. El objetivo principal es: hacer que los trabajadores produzcan la mayor cantidad de bienes, servicios y conocimientos, una parte de los cuales se apropian sin compensar justamente a sus productores por el trabajo realizado, para satisfacer de forma amplia o total sus necesidades materiales y culturales, prioritarias y suntuarias, y garantizar sus privilegios y poder.

**Gráfica 1. Tres grandes épocas y dos grandes transiciones en la historia de la humanidad**



Fuente: Elaboración propia de Rafael Enciso

Para lograr este propósito, el Estado con sus personificaciones, adquiere la condición de sujeto colectivo sometido por las clases dominantes, que, para legitimar su existencia, se ve obligado en cierta medida a preservar la vida y satisfacer las necesidades vitales de una parte de la población y los trabajadores. Lo hace con productos e infraestructuras, casi siempre de baja calidad y con frecuencia precarias.

Pero, además lo hace siempre, asegurando su subordinación a las clases dominantes explotadoras, y garantizando que ellas puedan apropiarse de las ganancias con las cuales viven de manera privilegiada.

Una gran parte del pueblo y los trabajadores, que en determinado momento y por diversas circunstancias, deja de ser útil al sistema del capital, o no es considerada como mercado que genera ganancias, es transformada en población sobrante para el capital. Es marginada y condenada al hambre, la miseria y la muerte. Como últimos recursos para sobrevivir, algunos de nuestros hermanos y hermanas más pobres, recurren a la prostitución y a diversas formas de delincuencia.

Los sectores dominantes, explotadores y parásitos de la sociedad, se han enriquecido de manera incesante, hasta el punto en que, desde los inicios del siglo XXI, mediante la globalización neoliberal y la concentración de la propiedad que ella ha acelerado, alrededor de 500 empresas transnacionales controlan más de la mitad de todos los activos económicos del planeta, mientras que más de 1.000 millones de seres humanos padecen de desempleo, hambre y miseria extrema.

Mediante diversas formas, que han variado a lo largo de la historia, pero que siempre combinan en diversas proporciones la violencia y la represión, con el control ideológico y cultural y con medidas económicas legales e ilegales de la clase dominante, los trabajadores han sido expropiados de los medios de producción para obligarlos a vender su fuerza de trabajo por un salario.

Así, han sido despojados de su potestad para tomar las decisiones fundamentales que afectan su vida, como son las concernientes al proceso de trabajo; a los productos y valores generados; a su distribución, intercambio y consumo. En otras palabras: los trabajadores han sido despojados del control de sus condiciones materiales de existencia, y por tanto, del control de sus propias vidas. Han sido alienados.

**Gráfica 2. Sistema de reproducción metabólico social con explotación de los trabajadores en la sociedad de clases**



Fuente: Elaboración propia de Rafael Enciso

## La Economía de los Trabajadores y la autogestión

El Movimiento Internacional «La Economía de los Trabajadores», está conformado por trabajadores y trabajadoras autogestionados de empresas recuperadas en estos primeros 23 años del siglo XXI, en principio, en Argentina desde 2002 y luego en otros países de América Latina y el mundo, al cual se han ido articulando cooperativas y otras formas de la economía solidaria y trabajadores sin patrón de los más diversos sectores económicos, tales como pequeños productores rurales, campesinos, pescadores, mineros, artesanos, de la cultura y otros trabajadores urbanos organizados, de cada vez más países y continentes.

En este marco, el movimiento se viene desarrollando, con matices diferenciados, de acuerdo con las condiciones particulares (políticas, económicas, sociales y del conocimiento), de cada sector económico, país y región, como resultado de la agudización de las contradicciones del sistema capitalista y de la lucha de los trabajadores por sobrevivir y mejorar sus condiciones de vida y de trabajo. Es un proceso que quizás, sin que nadie se lo haya propuesto inicialmente de manera expresa, es afín y da continuidad de manera particular en las condiciones contemporáneas, a la lucha organizada y consciente de los trabajadores, en el proceso que describieran Marx y Engels en el Manifiesto Inaugural de la Primera Asociación Internacional de los Trabajadores, hace más de 150 años. Un proceso que se resume en la contradicción general entre trabajo y capital.<sup>3</sup>

Destacamos: la producción cada vez más social y la apropiación privada de los resultados del trabajo; la división internacional del trabajo entre países industrializados

---

<sup>3</sup> “Pero estaba reservado a la Economía política del trabajo el alcanzar un triunfo más completo todavía sobre la Economía política de la propiedad. Nos referimos a movimiento cooperativo, y, sobre todo, a las fábricas cooperativas creadas, sin apoyo alguno, por la iniciativa de algunas “manos” (“hands”)8 audaces. Es imposible exagerar la importancia de estos grandes experimentos sociales que han mostrado con hechos, no con simples argumentos, que la producción en gran escala y al nivel de las exigencias de la ciencia moderna, puede prescindir de la clase de los patronos, que utiliza el trabajo de la clase de las “manos”; han mostrado también que no es necesario a la producción que los instrumentos de trabajo estén monopolizados como instrumentos de dominación y de explotación contra el trabajador mismo; y han mostrado, por fin, que lo mismo que el trabajo esclavo, lo mismo que el trabajo siervo, el trabajo asalariado no es sino una forma transitoria inferior, destinada a desaparecer ante el trabajo asociado que cumple su tarea con gusto, entusiasmo y alegría.” Manifiesto inaugural de la Asociación Internacional de Trabajadores (AIT), 27 de octubre de 1864. Recuperado de [http://grupgerminal.org/?q=system/files/1864-10-27-maniinauguralyestatutos-AIT\\_0.pdf](http://grupgerminal.org/?q=system/files/1864-10-27-maniinauguralyestatutos-AIT_0.pdf)

con alto nivel de desarrollo científico y tecnológico, y países atrasados productores de materias primas e importadores de todo lo demás; y la feroz competencia entre los capitalistas y entre todos los países imperialistas.

Resultado: incontables guerras, calentamiento de la atmósfera y cambio climático global; consumismo desenfrenado, extractivismo minero y agronegocios, que destruyen cada vez más los ecosistemas y ponen en alto riesgo la sobrevivencia de la especie humana y el planeta Tierra.

Las empresas con menor nivel de desarrollo tecnológico y por tanto con menor productividad del trabajo, no pueden sostenerse en el mercado y quiebran, o incluso antes de que ello ocurra, son desmanteladas, vaciadas y abandonadas por los propietarios capitalistas en tanto ya no producen la rentabilidad y las ganancias que ellos requieren para mantenerlas activas.

Los trabajadores quedan a la deriva, sin que les paguen sus prestaciones sociales que incluyen las cesantías y salarios atrasados. Quedan sin ingresos para satisfacer sus necesidades vitales junto con sus familias. Si no pueden conseguir con prontitud un trabajo alterno, o acceder a otras fuentes de subsistencia legales, lo cual es más o menos difícil según las tasas de desempleo, los cambios tecnológicos cada vez más veloces (como es la aplicación de la Inteligencia Artificial a las actividades económicas) y la mayor edad de los trabajadores, quedan condenados al hambre, la miseria, la indignidad, la muerte lenta, y la delincuencia o la criminalidad, con frecuencia aprovechada políticamente por el sistema para legitimar políticas represivas contra las comunidades organizadas. Como estas personas no son mercado efectivo para el capital, o han dejado de serlo, y ya no es posible obtener de ellos ninguna ganancia, estos hermanos nuestros han sido convertidos por el sistema capitalista, en población sobrante, marginal, ¡desechable!

Otro tanto ocurre con los artesanos y trabajadores rurales, ya sean asalariados, o pequeños productores campesinos, pescadores, indígenas y otros, que por diversas razones ya no pueden mantener las condiciones que mínimamente les permitan reproducir sus vidas y las de sus familias con sus pequeñas empresas o por medio de la economía familiar de autoconsumo, ni pueden mantenerse en el mercado, si es que en algún momento lograron integrarse al mismo, porque dejan de ser “competitivos” y se

quiebran, convirtiéndose en desempleados y marginados, en la misma medida en que las grandes empresas y monopolios (principalmente transnacionales) asumen cada vez más el control de los recursos financieros y de crédito, de tierras y territorios, aguas, energía, comunicación, herramientas y equipos, transportes, mercados, semillas e insumos de todo tipo; es decir, obtienen el control de los mercados y de los diversos eslabones del ciclo económico con lo cual imponen a toda la sociedad sus condiciones y los precios de compra y venta de los productos y servicios.

Hasta hoy, las comunidades urbanas y rurales están mayoritariamente integradas por diversos tipos de trabajadores y sus familias, quienes a su vez somos los consumidores mayoritarios de las mercancías: bienes y servicios de baja o mediana calidad, producidos o prestados en gran escala por las empresas capitalistas. ¡Todos somos explotados de una u otra manera, o de todas las formas posibles, por el sistema del capital y sus personificaciones, que se enriquecen a costa del trabajo explotado, el sufrimiento y la pobreza de todos los demás!

El sistema del capital es incapaz de satisfacer de manera completa y con cobertura universal las necesidades materiales, culturales y espirituales de los pueblos del planeta, porque la lógica que rige al sistema es la acumulación de la ganancia. Por ello sigue habiendo contradicciones como la existencia de millones de familias sin techo y millones de casas vacías; millones de hambrientos y despilfarro de alimentos; desempleo y recursos sobrantes en espera de la inversión que genere ganancias privadas. La cultura consumista y el uso de tecnologías destructoras del ambiente y la salud, orientadas a obtener a toda costa la máxima ganancia, conducen a la humanidad a un callejón sin salida... que se expresa en el calentamiento global y el cambio climático. En el camino y al final de ese callejón, para miles de millones de seres humanos, solo se encuentran el hambre, la enfermedad y la pobreza... Y en escala global, la muerte de los ecosistemas y de miles de especies del planeta, incluida la especie humana.

**Gráfica 3. Contexto global de la transición del capitalismo al poscapitalismo. Paso de la segunda gran época (2GE) a la tercera gran época (3GE) en la historia de las sociedades**



Fuente: Elaboración propia de Rafael Enciso

Por tales razones, los trabajadores de todo tipo, urbanos y rurales, artesanos, industriales, intelectuales, los movimientos sociales populares y las comunidades organizadas, nos vemos en la necesidad y estamos en la obligación y el deber de construir desde ahora, de manera conjunta y progresiva, nuevas formas de organización de la sociedad, de la política y la economía, que permitan construir de manera progresiva las bases de una sociedad poscapitalista, capaz de satisfacer las necesidades vitales y propiciar el desarrollo humano integral de nuestros pueblos en armonía con la naturaleza.

Esto tiene que realizarse en territorios concretos, con sus características particulares geológicas, ambientales, geopolíticas y socioculturales, lo que incluye las infraestructuras territoriales: energía, agua, conectividad urbano - rural, vías, transporte y comunicaciones locales, regionales, nacionales e internacionales.

La Economía de los Trabajadores, en cualquiera de las unidades económicas, ya sean de producción o de servicios, o en las cadenas y redes socioeconómicas en las cuales deben integrarse para ser sostenibles en el tiempo, se caracteriza por la autogestión, que, para obtener los mejores resultados sociales y ambientales, debería guiarse por los más altos valores éticos y humanistas, con un modelo de gestión flexible al servicio de los trabajadores, las comunidades y los pueblos del planeta. La autogestión para nada debe comprenderse como autarquía o falta de integración y articulación con otros procesos económicos y sociales. Para desarrollar plenamente su potencial transformador, la autogestión requiere de mucha planificación en el ámbito de las empresas, localidades y regiones, y de transformaciones en el ámbito del derecho y la justicia; así como de elaborar y desarrollar la economía política del trabajo, en el orden nacional e internacional. A propósito, resulta útil estudiar la experiencia de la antigua Yugoslavia. País que fue disuelto por los hechos ocurridos entre 1991-92, como resultado de la implosión del sistema socialista de la Unión Soviética y Europa oriental y por la guerra impuesta por las políticas imperialistas que condujeron a la formación de seis nuevas repúblicas: Eslovenia, Croacia, Bosnia-Herzegovina, Montenegro, Macedonia del Norte y Serbia.

La autogestión, incluso promovida y elevada a política de Estado, como ocurrió en ese país, no debería reproducir la competencia anárquica del mercado capitalista, pues ésta fue una de las causas que llevó a Yugoslavia a su desaparición como Estado, después de haber sido destrozada por una guerra desatada por el militarismo imperialista. La autogestión tiene diversos niveles, límites y alcances en su desarrollo, según el sistema socioeconómico y político-cultural en que se realiza. Hace falta ser conscientes de ello. En la sociedad capitalista actual, controlada por monopolios, con frecuencia transnacionales, la división social y técnica del trabajo, la especialización y fragmentación cada vez mayor de la producción, alcanzan niveles extraordinarios, inimaginables hasta hace pocos años.

Cientos de miles de empresas son controladas por alrededor de 500 conglomerados transnacionales que integran de manera monopólica y a su servicio, los procesos de financiación, producción, distribución, intercambio y consumo. Y además, controlan los gobiernos. Más aún, controlan los Estados con sus poderes legislativo,



ejecutivo y judicial, que utilizan de manera sistemática para asegurar su dominio sobre las clases sociales trabajadoras. ¡Sobre TODAS las clases trabajadoras!, seamos o no, conscientes de ello. ¡La libertad de que disponemos en el sistema capitalista es extremadamente limitada!

Este límite resulta de una libertad abstracta, es decir, libertad relativa de los trabajadores, sin dominio real de su propia fuerza de trabajo, que, en el sistema del capital, como norma general, solo es comprada y utilizada por los capitalistas según sus propios intereses. Pero precisamente por ello, debemos utilizar con la máxima inteligencia y perspectiva estratégica verdaderamente emancipadora, las pocas libertades que existen en las democracias burguesas. Y será necesario elaborar una nueva comprensión del concepto de libertad y democracia, en el marco de construcción colectiva de la economía política del trabajo.

Como han podido experimentar los trabajadores de las empresas recuperadas, ¡sin excepción alguna!, la autogestión en el ámbito de las empresas, es decir, la capacidad de tomar decisiones y hacer que ellas se cumplan, se encuentra determinada por los conocimientos, organización y capacidad de los trabajadores; pero al mismo tiempo, está determinada y restringida por las condiciones generales del medio en que se encuentran: Por el tipo de Estado, gobierno, modelo de desarrollo y políticas públicas de los países; por las características del mercado, por las posibilidades de acceder a medios de producción, créditos y las tasas de interés, por el acceso a los servicios de agua y alcantarillado, energía, comunicaciones, y sus tarifas; por el acceso a las materias primas, herramientas, equipos y sus precios, para sólo mencionar algunos factores sin los cuales no es posible producir.

El caso del aumento exagerado de las tarifas, impuesto en Argentina durante el gobierno de Macri (2015-2019), que puso en riesgo de quiebra a las empresas recuperadas por los trabajadores, así como a otras pequeñas empresas, y la represión que ese gobierno desató contra ellas, es demostrativo. Pero, además, por las trabas que, con frecuencia pone la burocracia de manera deliberada con el objetivo de dificultar a los trabajadores la obtención de los permisos, autorizaciones y licencias que deben otorgar las instituciones públicas, generalmente plagadas de burocratismo y corrupción, para el funcionamiento de las empresas.

Vale destacar, la parcialidad de la justicia y los jueces en favor de los capitalistas, salvo algunas honrosas excepciones que siempre existen, que se manifiesta en medidas judiciales que ordenan devolver las fábricas y/o empresas a sus antiguos propietarios, después que las abandonaron y fueron recuperadas y valorizadas por los trabajadores mediante muchos años de sacrificio y enormes esfuerzos<sup>4</sup>.

Todos estos aspectos son en buena medida determinados o influidos por las políticas públicas de los países y por el modelo económico imperante en la actualidad mundial, que desafortunadamente, es el neoliberal, así como, por los programas y proyectos de inversión de los gobiernos. En otras palabras, las condiciones generales en la cuales se forman y desenvuelven las unidades económicas y las empresas, son determinadas en el ámbito de la política. Por ello, los trabajadores NO podemos ser apolíticos, ni políticamente neutrales. Menos aún los de las empresas cooperativas autogestionadas y debemos presionar por la modificación de las políticas públicas existentes, y proponer otras nuevas, en favor de la clase trabajadora.

### **La Economía de los Trabajadores: autogestión y poder popular**

Los trabajadores vinculados al Movimiento Internacional LA ECONOMÍA DE LOS TRABAJADORES, tenemos el compromiso de construir, impulsar y/o apoyar, las políticas y acciones afines a los intereses de los trabajadores, las comunidades y la humanidad. Para esto, debemos construir Poder Popular, autogobierno del pueblo, en la medida de lo posible, en territorios y países.

Esto implica que los trabajadores en conjunto con las comunidades (compuestas por trabajadores y otros grupos poblacionales, todos consumidores de bienes y servicios), controlemos de manera colectiva los medios y factores de la producción y ejerzamos la democracia participativa de manera organizada y consciente, en la toma,

---

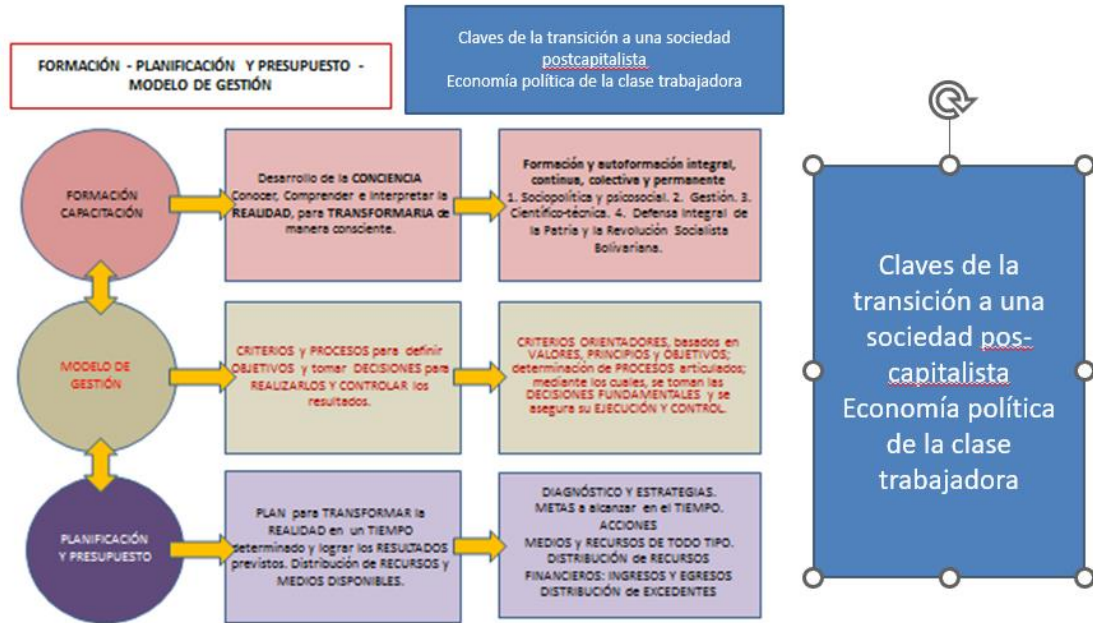
<sup>4</sup> Andrés Ruggeri: "Macri dejó un desastre difícil de imaginar, las empresas recuperadas sufrieron mucho". Para mayor información ver la entrevista a Andrés Ruggeri, publicada el 7 de marzo de 2020 en: <https://www.elsaltodiario.com/mapas/entrevista-andres-ruggeri-macri-dejo-desastre-dificil-de-imaginar-empresas-recuperadas>

ejecución, seguimiento y control de las decisiones en los aspectos fundamentales del proceso social de trabajo y sus resultados.

Estas decisiones se sintetizan en un modelo de gestión flexible, pero siempre congruente con los VALORES Y PRINCIPIOS HUMANISTAS de los trabajadores y las comunidades con las cuales se interrelacionan y de las cuales son parte integrante, buscando la mayor armonía posible con la naturaleza. Estas decisiones son en términos generales las referentes a:

- a) Formulación de las políticas de las empresas o agrupaciones de empresas y redes socioeconómicas; y en un nivel territorial más elevado, determinar o influir de manera significativa en la formulación de las políticas públicas y planes de desarrollo de los entes territoriales (alcaldías en principio), juntamente con otras organizaciones y movimientos sociales.
- b) Elaboración del plan de trabajo anual y del plan de desarrollo estratégico de las empresas.
- c) Elaboración de los presupuestos.
- d) Ejecución y control del plan de trabajo y definición de tecnologías y procesos productivos.
- e) Control de las compras, la producción y el destino de los productos.
- f) Determinación de las calidades, cantidades y precios de venta.
- g) Distribución de los excedentes.

**Gráfica 4. Claves de la transición a una sociedad poscapitalista.  
Economía política de la clase trabajadora**



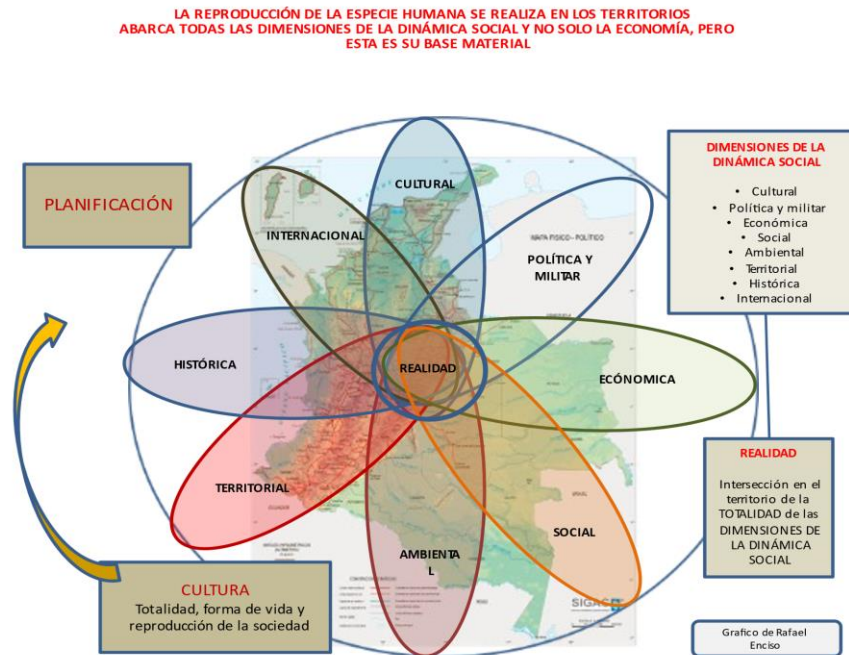
Fuente: Elaboración propia de Rafael Enciso

Es la construcción del Poder Popular, a partir de las unidades productivas en el ámbito territorial. Porque “poder popular”, expresado de una manera sencilla, es la capacidad del pueblo y los trabajadores organizados, de participar en la toma de las decisiones fundamentales sobre todo aquello que afecta de manera significativa, su vida y su trabajo, y hacer que estas se cumplan.

La economía de los trabajadores estratégicamente debe orientarse a construir Poder Popular en los territorios concretos, en la interacción urbano-rural con las comunidades, los movimientos sociales populares y los consumidores, con el fin de planificar de manera conjunta, no solo la producción de bienes y la prestación de servicios que permitan satisfacer sus necesidades y mejorar su vida en el corto plazo; sino que, con una *perspectiva estratégica*, permitan transformar progresivamente bajo la gestión colectiva de los sujetos sociales del mundo del trabajo, conjuntamente con las más diversas organizaciones populares democráticas, la manera como se satisfacen las necesidades materiales, culturales y espirituales de la sociedad y propician su desarrollo integral y sostenible, teniendo en cuenta y transformando al mismo tiempo las principales

dimensiones del desarrollo humano, a saber: cultural, político-militar, económica, social, ambiental, territorial, histórica e internacional (El Desarrollo de las naciones: hacia un nuevo paradigma, Utria, Rubén Darío, Sociedad Colombiana de Economistas, 2002).

**Gráfica 5. La reproducción de la especie humana, la planificación y las dimensiones de la dinámica social**

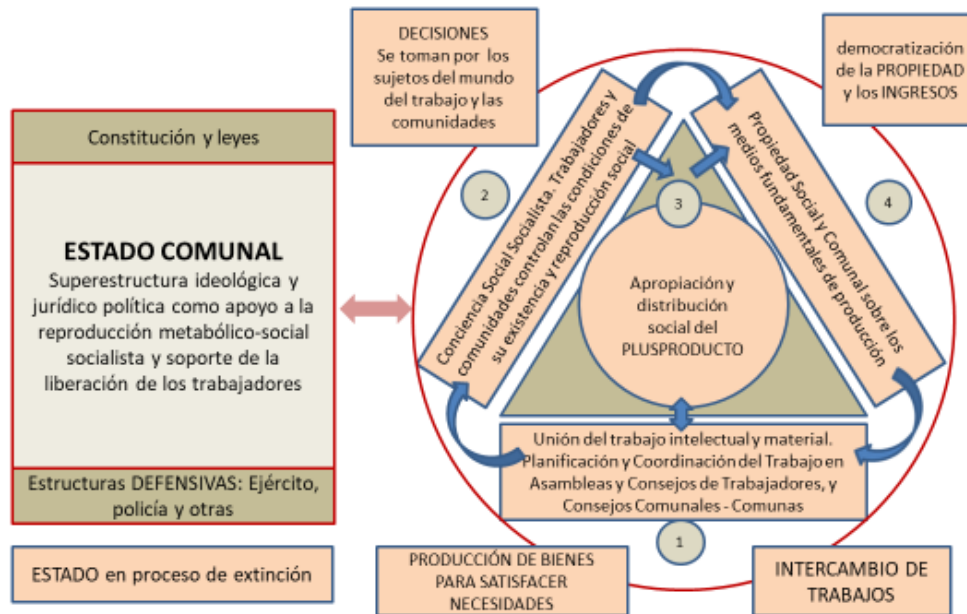


Fuente: Elaboración propia de Rafael Enciso, con base en El Desarrollo de las Naciones: Hacia un nuevo paradigma, Utria, Rubén Darío, Sociedad Colombiana de Economistas, 2002).

Para beneficio de los trabajadores, los pueblos y la humanidad, lo dicho puede hacerse solo, en tensión y confrontación con las estructuras económicas, políticas, jurídicas y culturales del sistema del capital. En la actualidad, el Movimiento Internacional La Economía de los Trabajadores, junto con otros movimientos políticos y sociales con intereses afines, tiene esa responsabilidad histórica.

**Gráfica 6. Sistema de reproducción metabólico social de cooperación entre los productores y las comunidades libremente asociados**

**SISTEMA DE REPRODUCCIÓN METABÓLICO SOCIAL DE COOPERACIÓN ENTRE LOS PRODUCTORES Y LAS COMUNIDADES LIBREMENTE ASOCIADOS**  
Segunda Gran Transición y Tercera Gran Época Histórica



Fuente: Elaboración propia de Rafael Enciso

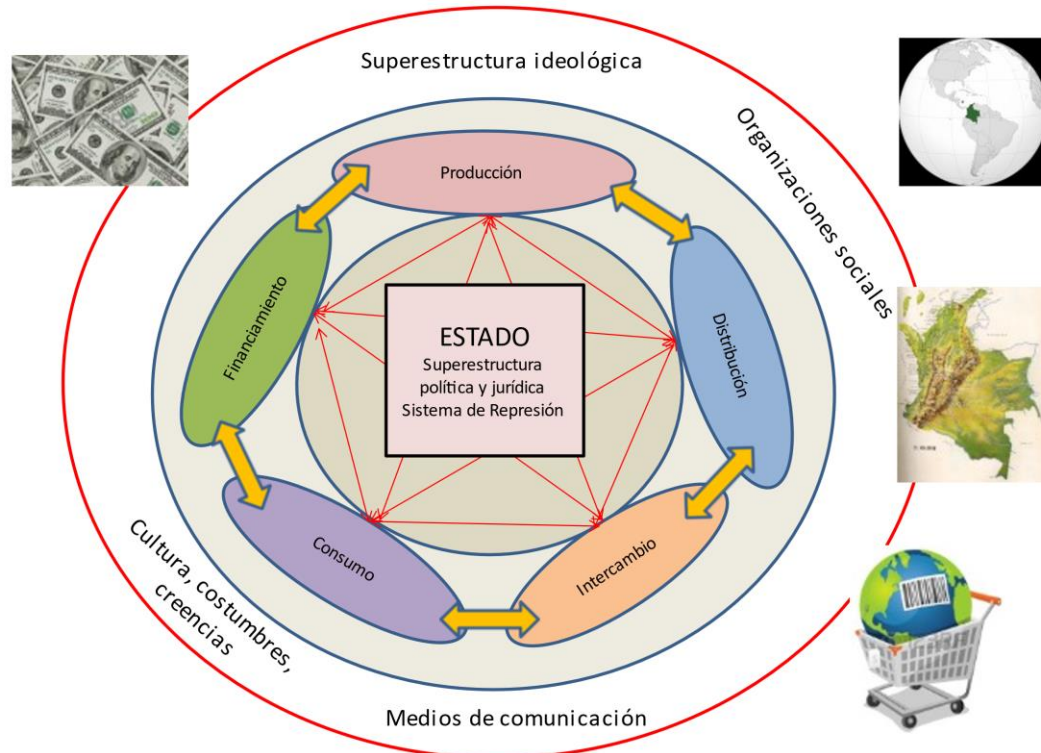
**Construcción de redes y cadenas socioeconómicas territoriales**

Por conveniencia general de la sociedad, para contribuir a generar trabajo productivo e ingresos para la población, producir bienes y prestar servicios verdaderamente necesarios para la vida en comunidad, de manera socialmente eficiente y sostenible en armonía con la naturaleza, y distribuirlos a precios justos con criterios de equidad, igualdad compleja, justicia social, solidaridad y eficiencia económica, es necesario y pertinente que, el Movimiento Internacional La Economía de los Trabajadores, en conjunto con otros movimientos sociales afines y complementarios: campesinos, indígenas, afrodescendientes, mujeres, ambientalistas, derechos humanos, juveniles, y otros, articulados (pero sin perder su autonomía) con los entes político territoriales y las instituciones públicas que estén influidas o sean expresión del Poder Popular, que cuenten con personal y directores humanistas, promuevan la organización de la población en cooperativas y otras formas asociativas de la economía solidaria,

impulsando y planificando su articulación en redes y cadenas socioeconómicas territoriales de financiamiento, producción, distribución, intercambio y consumo.

**Gráfica 7. Ciclo económico del sistema de reproducción metabólico social y del proceso de financiamiento, producción, distribución, intercambio y consumo**

**CICLO ECONÓMICO DEL SISTEMA DE REPRODUCCIÓN METABÓLICO SOCIAL**



Fuente: Elaboración propia de Rafael Enciso

En estas cadenas y redes socioeconómica, podrán participar de manera complementaria, con inteligentes y novedosos esquemas de asociación, los más diversos grupos y movimientos sociales, tanto urbanos como rurales, para crear una poderosa sinergia solidaria con proyección y efectos políticos, que permita aprovechar a fondo sus capacidades y potencialidades, haciendo coincidir de manera complementaria sus condiciones de productores y consumidores (prosumidores).

Así como la propiedad privada es hegemónica en el sistema del capital, aunque coexista con otras formas de propiedad, es preciso pensar la forma de propiedad hegemónica correspondiente al poder popular.

A estas redes y cadenas socio económicas, podrán integrarse las cooperativas o empresas asociativas solidarias y las más diversas formas de producción y propiedad: familiar, comunitaria y solidaria; pequeña y mediana empresa privada; empresas públicas y mixtas que, constituidas en diversas formas asociativas solidarias, pueden incluir algunas o todas las anteriores. Es conveniente promover las alianzas Público-Comunitarias que permitan impulsar el autogobierno de las comunidades. Las orientaciones estratégicas serán determinadas por el propósito de alcanzar los mayores beneficios sociales posibles. Es fundamental impulsar nuevas formas de relación verdaderamente democráticas, equitativas y complementarias, entre productores y consumidores urbanos y rurales.

El mundo capitalista, las grandes ciudades donde ahora se concentra la mayor parte de la población mundial (que vive en gran medida separada de la naturaleza) y la producción industrial que les son característicos, se desarrollaron primeramente a costa de super-explotar a los trabajadores del campo. De él extrajeron y extraen los alimentos que nos permiten reproducir la vida, y los recursos naturales, para convertirlos en fuentes de combustibles y materias primas para las industrias.

Durante centenares de años, mientras las ciudades y las industrias crecían, y los terratenientes y capitalistas de diversos tipos se enriquecían, los campesinos y sectores rurales se empobrecían y empobrecen de manera continua. Al final, después de explotar las tierras y de extraerles todas sus energías, aguas, minerales y nutrientes, los campesinos o productores agrícolas que sobreviven y permanecen en el campo, quedan viejos y enfermos, y los campos desolados. Los ecosistemas destruidos.

Es un proceso que aún continúa y continuará mientras el capitalismo siga existiendo, porque el llamado “desarrollo desigual”, que le es consustancial, significa que una parte de la sociedad se desarrolla mientras la otra se atrofia, muere y se subdesarrolla. No hay duda alguna: en todo tiempo y lugar los capitalistas se enriquecen y concentran la propiedad y los ingresos a costa de apropiarse de la plusvalía generada por los trabajadores urbanos y rurales, lo que es equivalente a chuparles su sangre, su vida.



Por eso, es fundamental impulsar nuevas formas de relación verdaderamente democráticas, equitativas y complementarias, entre productores y consumidores urbanos y rurales.

Se trata de una condición básica que permitirá aprovechar en conjunto: sociedad civil organizada, academia e instituciones públicas (las que en verdad estén al servicio de la población), las potencialidades y capacidades de trabajo locales y regionales, para producir bienes, servicios y conocimientos que permitan superar la pobreza, satisfacer sus necesidades básicas, promover y respetar los Derechos Humanos, económicos, sociales, culturales y ambientales. Asimismo, mejorar de manera progresiva su calidad de vida, y en un futuro próximo, producir excedentes para otros territorios y para la exportación, generando divisas que permitan importar los bienes que no son producidos en el ámbito nacional.

### **Re-ingeniería cultural y transformación social**

El proceso de ejercicio y aprendizaje de la autogestión por parte de los trabajadores y del Poder Popular o autogobierno del pueblo a escala local; que avance y se proyecte progresivamente hacia las escalas departamental, regional y nacional, deberá comprenderse como parte de un proceso de reingeniería cultural del pueblo y los trabajadores, en el cual se deberán producir cambios psico-sociales de carácter permanente. Cambios que incluyen la forma de percibir y comprender la realidad, la vida, las emociones y formas de sentir entre otras, para superar las mentalidades egoístas e individualistas formadas a la largo de nuestras vidas en la sociedad capitalista, para sustituirlas con valores y principios que contribuyan a construir sociedades donde los seres humanos tengamos la mayor posibilidad de ser felices, con base en el amor, la equidad, la igualdad compleja, la justicia social, la solidaridad, la honestidad, la eficiencia... y todos los valores verdaderamente útiles para la vida en comunidad, con respeto integral de los Derechos Humanos, que son a su vez, la base de la paz territorial, nacional e internacional.

Es necesario planificar y realizar investigaciones y estudios sistemáticos de los procesos de auto-transformación colectiva de los sujetos sociales vinculados a las

entidades de Economía de los Trabajadores que se constituyan y a las cadenas y redes socioeconómicas en que se integren. Las investigaciones deberán incluir su incidencia en el restablecimiento y respeto a los Derechos Humanos y el impacto económico-social, político, cultural y psicosocial logrado en los territorios.

El Movimiento Internacional La Economía de los Trabajadores, debe crear sus propios centros de pensamiento y planificación estratégica desde las empresas y centros de trabajo, junto con sus propias escuelas de formación en autogestión. En efecto, un importante avance en esta dirección fue la 1ª Escuela Internacional de Autogestión, realizada en la Escuela Nacional Florestán Fernandes del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra - MST, en Sao Paulo, Brasil, entre los días 19 a 23 de abril de 2023, con participación de 130 líderes de empresas autogestionadas y académicos de 8 países de América Latina y España.

Al mismo tiempo, las empresas autogestionadas, pueden y deben hacer convenios con universidades e instituciones dedicadas a la investigación social y al desarrollo sostenible, que tengan experiencia en la interacción con las comunidades y los movimientos sociales, y en la producción de conocimientos para la transformación social, como son los casos del Programa Facultad Abierta de la Facultad de Filosofía de la Universidad de Buenos Aires - UBA, que las ha apoyado desde sus inicios y del Programa de Economía Solidaria de la Universidad de Toronto en Canadá, entre otros.

Hay que diseñar y aplicar métodos con enfoque sistémico y diferencial: territorial, cultural, racial, y de género, con perspectiva de economías de escala, que tengan en cuenta los efectos, oportunidades y limitantes producto de la globalización neoliberal y los múltiples tratados de libre comercio firmados por los gobiernos, al mismo tiempo que propugnan por el cambio y la superación del nefasto modelo económico neoliberal impuesto por las personificaciones del capitalismo mundial.

La planificación de las cadenas y redes socioeconómicas integrales se hará con participación de los emprendedores/as autogestionados/as; con apoyo de las instituciones públicas influidas por el Poder Popular, por el sector de la economía solidaria y la cooperación internacional, aprovechando y desarrollando los conocimientos existentes sobre perfiles territoriales por municipios y regiones.

Metodologías que deben promover la mayor transparencia en el manejo y uso de los recursos. Adicionalmente, la transparencia informativa y la lucha contra la corrupción, son indispensable, para que los recursos aportados por las instituciones públicas, la cooperación internacional y los ingresos generados por el propio trabajo de los emprendedores autogestionados y solidarios, sean utilizados de manera honesta y eficiente, cumpliendo su objetivo social: construir sociedades con autogobiernos populares, con paz estable y duradera para el buen vivir, en armonía con la naturaleza.

¡Viva la Economía de los Trabajadores! ¡Viva la paz, la solidaridad y el internacionalismo de los trabajadores! ¡Viva la vida!

## **LISTA DE PARECERISTAS DE 2023 - COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS AD HOC**

### **Pareceristas TN 44, V.21 (Jan-Abr), 2023**

Adriana Barbosa - UFF (Ad hoc)  
Adriana Medeiros Farias - UEL (Ad hoc)  
Alana Lemos Bueno - UNESPAR (Ad hoc)  
Alexandre Maia do Bonfim - UFF  
Andrea Araujo do Vale - UFF (Ad hoc)  
Arthur Rezende da Silva - IFFLUMINENSE (Ad hoc)  
Betânia Cordeiro - UFRGS (Ad hoc)  
Bianca Novaes de Mello - UFF (Ad hoc)  
Claudio Fernandes da Costa - UFF  
Cíntia Souza Batista Tortato - IFPR (Ad hoc)  
Danilo Enrico Martuscelli - UFU (Ad hoc)  
Dante Henrique Moura - IFRN  
Domingos Leite Lima Filho - UTFPR  
Dora Henrique da Costa - UFF  
Doriedson do Socorro Rodrigues - UFPA  
Eduardo da Costa Pinto D'Ávila - UFRRJ (Ad hoc)  
Eneida Oto Shiroma - UFSC  
Franciele Soares dos Santos - UNIOESTE (Ad hoc)  
Filomena Gossler - IFC (Ad hoc)  
Jaqueline Pereira Ventura - UFF  
Jesus Jorge Pérez García - UFPA  
Kênia Aparecida Miranda - UFF (Ad hoc)  
Gaudêncio Frigotto - UFF  
Lucas Pelissari - UFF (Ad hoc)  
Luciane da Silva Nascimento - UERJ (Ad hoc)  
Lucília Regina de Souza Machado - UFMG (Ad hoc)  
Luiz Eduardo Motta - UFRJ  
Mahalia Gomes de Carvalho Aquino - UFJF (Ad hoc)  
Marcelo Lima - UFES  
Maria Cristina Paulo Rodrigues - UFF

Maria das Graças Lustosa - UFF (Ad hoc)  
Maria Raquel Caetano - IFSUL (Ad hoc)  
Marise Ramos - UFF  
Marisol Valencia Orrego - UFRJ (Ad hoc)  
Mauro Sala - IFSP (Ad hoc)  
Michelle Paranhos - UERJ (Ad hoc)  
Natália Silva Pereira - UFF (Ad hoc)  
Percival Tavares da Silva - UFF (Ad hoc)  
Robson Pereira Calça - UFF (Ad hoc)  
Ronaldo Lima - UFPA  
Rosana de Fátima Silveira Jammal Padilha - IFPR (Ad hoc)  
Rosemary Lopes Soares da Silva - SEDUC BAHIA (Ad hoc)  
Sonia Maria Rummert - UFF  
Thiago Vasquinho Siqueira - UFRRJ (Ad hoc)  
Tiago Fávero de Oliveira - IF SUDESTE MG (Ad hoc)  
Vanessa Campos de Lara Jakimiu - UnB (Ad hoc)

**Pareceristas TN 45, V.21 (Maio-Ago), 2023**

Ana Carolina Bordini Brabo Caridá - IFSC (Ad hoc)  
Emilie Faedo - UFF (Ad hoc)  
Larissa Dahmer Pereira - UFRJ (Ad hoc)  
Maurício Lapa - UFRRJ (Ad hoc)  
Rodrigo Castelo - UNIRIO (Ad hoc)  
Valéria Bicudo - UFF (Ad hoc)

**Pareceristas TN 46, V.21 (Set-Dez), 2023**

Adriana Barbosa - UFF (Ad hoc)  
Alexandre Maia do Bonfim - UFF  
Ana Motta - UFF  
Arminda Mourão - UFAM (Ad hoc)  
Boris Marañón - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM (Ad hoc)  
Carmen Vidigal Moraes - USP (Ad hoc)  
Dania Lopez Córdova - Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM (Ad hoc)

Daniel Alejandro García - Universidad Nacional de Quilmes - Argentina - UNQ (Ad hoc)

Deni Ireneu Alfaro Rubbo - UFGD (Ad hoc)

Dora Lilia Márquez Delgado - UPR (Ad hoc)

Edla Eggert - PUC -RS (Ad hoc)

Elina Pessanha - UFRJ (Ad hoc)

Felipe Addor - UFRJ (Ad hoc)

Felipe Marta - UESB (Ad hoc)

Flávio Chedid - UFRJ (Ad hoc)

Gabriel Gualhanone Nemirovsky - UFMS (Ad hoc)

Henrique Tahan Novaes - UNESP (Ad hoc)

Jair Pinheiro - UNESP (Ad hoc)

Jórisa Danilla Nascimento Aguiar - UFRN (Ad hoc)

José Carlos do Amaral Junior - UESB (Ad hoc)

José Luiz Cordeiro Antunes - UFF

Marisa Oliveira - UESB (Ad hoc)

Maurício Sardá de Faria - UFPE (Ad hoc)

Melina Merkier -Universidad Nacional de Tres de Febrero - Argentina - UNTREF (Ad hoc)

Nilton Bahlis dos Santos - FIOCRUZ (Ad hoc)

Rafael de Lima Bilio - FIOCRUZ (Ad hoc)

Rafael Enciso Patiño - Fundação Universidade da Coruña - Espanha - FUAC (Ad hoc)

Rubens Mascarenhas - UESB (Ad hoc)

Sandra Luciana Dalmagro - UFSC

Soledad Bech Gaivizzo - Universidade Federal do Rio Grande - FURG (Ad hoc)

William Kennedy do Amaral Souza - IFRO